

Jorge Carvalho Arroiteia



Território e fregueses da Diocese de Leiria-Fátima

I

2015



Ficha técnica:

Editor: Jorge Carvalho Arroteia
Lista de ISBNs: 978-989-20-5679-1
Título: Território e fregueses da Diocese de Leiria-Fátima
Autor: Jorge Carvalho Arroteia¹
Suporte: Electrónico
Formato: PDF
Volume: I
Depósito Legal:

ISBN 978-989-20-5679-1

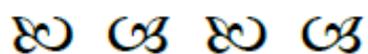


¹ Jorge Carvalho Arroteia; Monte Redondo – Leiria (1947); Licenciado em Geografia; Doutor e Agregado em Ciências Sociais; Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Aposentado)

ÍNDICE

Apresentação	5
I. O território e o seu povoamento	9
1. Leitura geográfica.....	9
2. Cenário físico.....	14
3. Notas sobre o povoamento antigo e medievo.....	21
Leiria	26
Batalha	30
Porto de Mós.....	31
Ourém	32
Pombal	33
4. Divisão administrativa.....	37
5. Círculos eclesiais	55
II. Construção social da Diocese	71
1. Antecedentes próximos	71
2. Bispado Velho	77
3. Bispado Novo	85
4. A caminho da extinção.....	96
5. Restauração da Diocese	108
III. Vigararias e Paróquias	117
1. Unidades vicariais: enquadramento	117
2. Vigararia de Batalha.....	129
3. Vigararia de Colmeias.....	141
4. Vigararia de Fátima.....	152
5. Vigararia de Leiria	156
6. Vigararia de Marinha Grande.....	169
7. Vigararia de Milagres	174
8. Vigararia de Monte Real.....	182
9. Vigararia de Ourém	191
10. Vigararia de Porto de Mós	206
11. Santuário de Fátima.....	222
12. Capelanias	232
B.A. nº 5.....	234
Regimento de Artilharia nº 4.....	235
Estabelecimento Prisional de Leiria e Estabelecimento Prisional Regional de Leiria.....	237
Hospital de Santo André	237
Capelania dos Imigrantes Ucranianos de Rito Greco-Católico	238
IV. Nota final	241
Adenda	243
A prática dominical na diocese de Leiria-Fátima	243
Bibliografia.....	245
Índice de Tabelas	251
Índice de figuras.....	252

“O que existe, já recebeu um nome há muito tempo, e sabemos o que é um homem: não pode lutar com quem é mais forte do que ele”.
Eclesiastes, 6



Apresentação

Este ensaio sobre a Diocese de Leiria-Fátima, circunscrição de natureza religiosa tida como uma das antigas unidades territoriais constituída por comunidades humanas aglutinadas pela religião católica, que o tempo fez perdurar independentemente da sua pertença administrativa, municipal e autárquica, dá seguimento a outros estudos de natureza local e regional desenvolvidos pelo autor. Trata-se de um trabalho que visa dar a conhecer aspectos diversos desta área, da sua população e dos factores locais que pesaram na evolução desta circunscrição eclesiástica, inicialmente dependente do poder religioso Coimbrão e da Sé de Lisboa, e depois da constituição do Bispado, da Curia da Sé de Leiria.

O aprofundamento deste assunto tem sido feito em diversos estudos académicos e outros relacionados com a história local e o Bispado, em períodos distintos da nossa história. O mais antigo é datado do século XVII - O Couseiro -, editado inicialmente em 1868 e com outras versões posteriores. Dos trabalhos mais recentes referem-se Zúquete (1943) e, sobretudo, Gomes (1992, 1995, 2001, 2004 e 2005) e Cristino (2005). Embora de natureza distinta a sua leitura é obrigatória para quem se preocupa com a história da Diocese de Leiria, estabelecida em Quinhentos, extinta em Oitocentos e restaurada em Novecentos, após a instauração da República.

A reconstrução de alguns traços identitários de natureza física e humana ajuda-nos a compreender a evolução próxima desta circunscrição religiosa estabelecida em torno da Sé de Leiria e depois dos anos oitenta, com a expansão do movimento Mariano, na sua relação com o Santuário de Fátima. Na sua elaboração recorre a fontes diversas, nomeadamente de natureza religiosa, que entendemos úteis para a explicação dos fenómenos sociais, em particular os que respeitam a vida comunitária das paróquias e a aspectos da vida eclesiástica e religiosa, relacionados com o Santoral. A sua apresentação, mesmo que sumária, é importante para conhecer o contexto da construção social do Bispado.

Embora optando por uma análise de cunho geográfico, orientamos a nossa atenção para a evolução humana na sua relação com o domínio religioso, num cenário marcado por uma grande dualidade física entre a plataforma litoral, pouco acidentada e o interior, de relevo mais vigoroso pertencente às terras do maciço calcário estremenho. Terra marcada por uma actividade rural bastante antiga, pelo comércio e alguma criação de gado, soube aproveitar algumas iniciativas de industrialização antes de se deixar dominar pela terciarização crescente que identifica a actividade humana desta área. Na época contemporânea esta ficou marcada pelo crescimento e influência urbana, pela melhoria das acessibilidades e das vias de comunicação

que asseguram a ligação entre os diversos municípios e freguesias da região, bem como pelas mudanças sociais, demográficas e económicas que assinalam a litoralização do continente português. No centro desta faixa situa-se a Diocese de Leiria-Fátima, com as suas Vigararias, Paróquias, serviços religiosos e fregueses, estabelecida entre comunidades de fiéis integradas nas dioceses vizinhas de Coimbra, Santarém e Lisboa pertencentes à Província Eclesiástica de Lisboa.

Como sucede noutras áreas do país podemos aqui encontrar marcas distintas de um processo civilizatório (Darcy Ribeiro, 1983) complexo e de um povoamento evolutivo que retrata diversas fases de uma ocupação humana, contínua e duradoura; da evolução das actividades recolectoras e produtivas; da mobilidade dos seus habitantes e da mudança social em curso. A presença humana nestas terras está assinalada por arroteias difíceis em áreas de relevo acentuado e com solos pedregosos; pelo trabalho intensivo nos terraços litorais, nos paúis drenados e nos terrenos de maior fertilidade correspondentes às bacias hidrográficas da região; pela ocupação das dunas e de outros terrenos de origem sedimentar assinalados por formas distintas do domínio fundiário, do poder civil e do poder religioso.

Das antigas ‘villae’ romanas aos povoados de origem árabe; dos coutos e das terras de doação régia aos concelhos; das paróquias e das freguesias, que configuram domínios marcados pela territorialidade do poder material e do poder eclesiástico - exercido por hierarquias distintas - restam antigas unidades paroquiais e outras mais recentes que se constituíram ao longo do tempo. Entre umas e outras prevalecem laços de sociabilidade, nem sempre fáceis de manter porquanto a fragmentação das comunidades humanas arrasta consigo sentimentos distintos de pertença e de emancipação que perduram entre gerações sucessivas. Para além das formas de organização territorial dependentes da Igreja, das Ordens religiosas, dos Mosteiros e dos Conventos, a organização burocrática assenta no domínio territorial e administrativo de circunscrições diferenciadas ao longo do tempo, hoje firmadas no poder das autarquias locais: municípios e freguesias.

Não havendo coincidência absoluta entre os limites espaciais das unidades correspondentes a diferentes níveis de organização territorial, importa recordar os traços geográficos que marcam a rede de unidades elementares de natureza religiosa - as Paróquias -, e a sua integração em unidades de maior dimensão, as Vigararias, que constituem o mosaico territorial e humano da Diocese. No seu conjunto os traços que identificam cada uma das comunidades locais, paroquiais e vicariais, configuram espaços de relação mais intensa, aglutinados pela acção do Pároco, do culto celebrado na Igreja matriz e nas suas capelas e pela relação de dependência ao Bispo ou Pastor diocesano. Cada uma destas unidades é dominada por um Santoral próprio, com as suas venerações e festividades partilhadas por fregueses e devotos de diferentes lugares e origens. Algumas delas são antigos lugares de peregrinação

conservadas pela memória do tempo; outras, de formação mais recente, reforçadas por iniciativas clericais e populares, tendem a realçar a sua memória face às comunidades vicinais mais próximas.

Administrativamente a área da Diocese abarca o território de diferentes freguesias, municípios e até NUTIII's. Não havendo coincidência entre as grandes unidades territoriais religiosas e administrativas, a análise presente toma como referência o território das Vigararias e das Paróquias (e freguesias), isoladamente e na sua relação geográfica com os municípios a que pertencem. Esta descrição, ainda que precária, pretende salientar a coexistência de diferentes unidades territoriais civis e religiosas, marcadas por situações geográficas e históricas diferenciadas e habitadas por comunidades distintas de fregueses que partilham responsabilidades distintas perante a governança civil e a religiosa.

Complementarmente à descrição física e humana do espaço ocupado pela Diocese de Leiria-Fátima, procuramos identificar situações que consideramos significativas na construção social do Bispado de Leiria, enquanto unidade social que ultrapassa as fronteiras naturais e administrativas existentes. Quando da sua criação este Bispado reduziu o poder territorial da diocese de Coimbra e, sobretudo, do priorado de Santa Cruz, alargando a extensão da província eclesiástica de Lisboa aos limites da nova diocese. Esta situação acompanha a evolução da rede de povoamento histórico e actual; a distribuição dos seus nós e dos lugares centrais construídos ao longo de séculos; os traços humanos das comunidades de fregueses dependentes da administração do Cura, do Pároco e do Vigário Paroquial; a aproximação à sede do Reino, subtraindo-o da influência coimbrã e do pagamento das rendas que até então lhe era devida.

No centro destas unidades situa-se a autoridade do Bispo, delegado do Papa, com a sua acção e poder espiritual sobre os fregueses residentes nas terras do seu bispado. As variações dos limites ao longo do tempo assinalam as marcas de um poder religioso e também temporal, confirmado ao longo de séculos por sentenças régias e deliberações menores relativas à sua titularidade e usufruto. Esta evolução acompanhou a estruturação da pirâmide produtiva da região, o crescimento das suas actividades económicas e as dinâmicas populacionais de crescimento, fixação e mobilidade dentro e fora do Reino. Tal é visível desde a criação da Diocese e na actualidade.

O texto procura ainda recordar aspectos demográficos essenciais dos habitantes que residem nesta pequena finisterra lusitana, na sua relação com o processo de estruturação civil do território e da construção da sociedade portuguesa. Estes são processos não acabados que têm em conta a evolução e a marcha dos fenómenos sociais e totais (Gurvitch, 1979), as manifestações, os comportamentos religiosos (Durkheim, 1980) e os processos de desenvolvimento sócio-económico (Perroux, 1987), que marcam a evolução

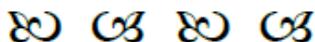
do território e da população residente, sobretudo no período mais recente da refundação da Diocese, ou seja, de 1918 à actualidade.

Complementarmente indicam-se os Padroeiros ou Oragos das paróquias e da Diocese suscitando, por esta via, um retorno às origens dos núcleos de povoamento e à expressão do Santoral construído ao longo da vida religiosa do Reino e da Nação portuguesa. O mapa actual permite antecipar influências diversas do clero regular, das ordens religiosas e dos titulares fundiários sobre as escolhas dos fregueses. A especificidade da unidade eclesial da Diocese exige ainda uma referência complementar às Capelarias e ao Santuário de Fátima, entendidos como elementos estruturantes de um sistema orgânico de natureza religiosa, com territórios e fregueses diferenciados. A missão destas unidades completa a missão de base territorial das paróquias, isoladamente e na sua articulação em unidades de maior dimensão, as Vigararias.

O conhecimento da informação do INE ao nível da freguesia presta-se a outro tipo de análise, de natureza sociológica e pastoral, que não cabe no âmbito deste trabalho de matriz geo-social. Para isso incluímos em Anexo um conjunto de informação estatística sobre as Paróquias da Diocese e o Santoral das nove Vigararias da Diocese. A sua consulta, ainda que não trabalhada, permite identificar melhor os traços do povoamento humano e a população residente nesta Diocese. Face à história da reorganização administrativa do país, esta circunscrição de natureza religiosa católica, corresponde a uma das unidades de demarcação humana mais antiga que tem persistido até aos nossos dias.

Para além da antiguidade deste Bispado e da vida autónoma das suas circunscrições religiosas, a presença do Santuário da Cova da Iria complementa a acção pastoral da Diocese no domínio específico da devoção Mariana, das peregrinações e das obras religiosas sediadas na área deste Santuário. Com faz notar Stilwell e Carvalho (2007, 38)²: “a história mostra que a importância das revelações particulares na vida eclesial tem sido considerável, nomeadamente pela influência que algumas exerceram na vida espiritual de bispos e papas. A avaliar pelos frutos, poderá dizer-se que, através delas, o Espírito conduziu muitos de volta à fé, motivou obras de caridade, despertou para aspectos fundamentais da Tradição da Igreja e deu novo impulso à vida eclesial”.

Aos que nos queiram acompanhar nesta jornada de homenagem aos Prelados e Fregueses com quem convivemos, ao Clero e às Instituições Religiosas da Diocese de Leiria-Fátima - em data próxima do 1º centenário da sua restauração e das aparições de Fátima - o nosso, Muito obrigado!



2 Stilwell, P. e Carvalho, C. S. (2007) – “Aparições”. In: Azevedo e Cristino, 2007, 38-46

I. O território e o seu povoamento

1. Leitura geográfica

Embora sem revestir o modelo teórico de uma monografia, as notas geográficas que coligimos assentam na análise física do espaço terrestre e na acção humana relacionada com a construção de um território eclesiástico, a Diocese de Leiria-Fátima. A sua extensão resulta da junção de diferentes unidades elementares, reguladas pelo poder eclesial e por laços de relação estabelecidos entre os habitantes de vários núcleos de povoamento, sujeitos às obrigações religiosas e a devoções aos Padroeiros eleitos de entre um Santoral alargado sugerido pela Igreja Romana e pelas ordens religiosas estabelecidas ao longo do tempo nesta área.

Estas obrigações e devoções determinam formas distintas de sociabilidade e de mobilidade humana - de carácter diário, periódico e sazonal - relacionadas com os compromissos dos fregueses perante a Igreja matriz, a Sé diocesana, os Santuários e outros locais de culto e da vida religiosa. Identificados no espaço e no território, estes centros exercem uma acção determinante na organização e percursos de mobilidade dos fiéis, na oferta de equipamentos de apoio, na concentração de moradores e no estabelecimento de um espaço de relação indutor do fortalecimento dos núcleos residenciais mais próximos.

O território é um espaço físico e social, apropriado pela população e onde se inscrevem marcas humanas na paisagem, cenário onde se desenham as interações pessoais e societárias, as dependências e os fluxos humanos. Tal é o caso do povoamento humano e dos factores determinantes – físicos, técnicos e humanos – que acompanham a evolução da população e a sua expressão no território, traduzida na densidade humana e nas formas de ocupação da terra em resultado das actividades agrícolas, agro-pastoris, silvícolas, industriais e urbanas.

Embora inicialmente preocupado com a análise das relações entre o homem e a terra, expressas na configuração das unidades de paisagem e nas formas de povoamento rural e urbano que daí ocorrem, importa realçar que esta análise tem em consideração a existência de conjunto dos núcleos de fixação humana articulados entre si, bem como uma rede de pequenos casais e aglomerados de maiores dimensões estruturados ao longo de séculos.

A área da Diocese de Leiria na sua evolução passada e trajecto recente, ilustra bem a diversidade de funções e as actividades dominantes que estiveram na origem da constituição dos seus lugares e casais, que sustentaram a evolução das vilas e cidades que hoje configuram a sua rede de lugares centrais. Na sua configuração actual estes andam associados ao exercício do poder - neste caso ao poder eclesiástico - baseado num sistema de relações

sociais, espaciais e culturais - exercido em cada uma das unidades paroquiais pelo Pároco e demais hierarquia eclesiástica.

Como assinala Fernandes (1992, 63) “a grande representação do espaço nas sociedades do passado aparece sob a forma de ‘sacro-profano’”, o que conduziu a uma apropriação selectiva do território e à delimitação de fronteiras de acção, dependentes ou não do mesmo poder espiritual/material levando à separação / articulação dessas unidades com os espaços paroquiais vizinhos que integram a mesma Vigararia. Fortalece-se na observação e cumprimento dos fenómenos sociais e culturais associados à acção humana e à prática dos mesmos actos de culto.

No tempo e no espaço da região centro-litoral, temos exemplos da configuração de diversos domínios militares e administrativos (Gomes, 1995), relacionados com a formação do Castelo de Leiria e da rede dos Concelhos e Comarcas constituídas em seu redor, antes ainda da constituição da circunscrição religiosa da Diocese. Em todos eles prevaleciam os poderes, civil e religioso, ambos ligados ao poder de coacção (Gurvitch, 1979, 401-402) o que “implica sanções jurídicas, quer dizer medidas precisas, mais ou menos previstas de antemão”, exercidas por “agrupamentos de localidade fundados sobre a vizinhança que têm tendência para exercer uma coacção incondicionada e assim manter a coesão social do indivíduo ao grupo e destes entre si.” As diferentes Constituições do Bispado de Leiria (e de outras Dioceses), bem como as normas estabelecidas pelo Bispo relacionadas com o funcionamento da Igreja diocesana e a postura a exigir aos seus fiéis, são exemplo.

O exercício do poder, sobretudo do poder religioso, conduz à “coesão das manifestações de sociabilidade” (op. cit., 404) entre os indivíduos que partilham entre si projectos comuns, decorrentes da vivência das mesmas manifestações de coacção (condicional e incondicional). Daqui decorre a construção de agrupamentos particulares (de carácter autoritário ou democrático), dependentes da “relação da estrutura e da organização do grupo com o seu fenómeno social total” e do “carácter místico ou racional do poder que se destaca do grupo” (op. cit., 405).

A afirmação destes traços leva ao reforço da consciência colectiva (Durkheim) que as comunidades de fregueses e de fiéis vão aprofundando, através de manifestações de solidariedade do grupo e reforço dos laços que unem o indivíduo ao meio social a que pertence. Tais manifestações estão presentes nas antigas comunidades rurais e urbanas de fregueses através da partilha dos mesmos deveres religiosos e cívicos - dependentes por vezes da mesma autoridade – e alicerçadas na prática de cerimónias e da solidariedade entre os membros das Irmandades e das Obras religiosas da mesma paróquia ou Diocese.

A necessidade de ancorar este tipo de análise num conhecimento mais detalhado do espaço geográfico decorre, como escreveu V. Rau (1965, 8)

“muitos factos históricos só poderão ser alcançados plenamente mediante o estudo dos condicionamentos de ordem demográfica e social que neles tenham influído ou interferido”. Neste espaço que nos rodeia, a dimensão demográfica – o número – e a dimensão histórica – o tempo – articulam-se numa relação directa que nos obriga a considerar:

- o espaço ou cenário físico onde se desenvolvem a acção humana;
- a evolução e o quantitativo de habitantes residentes nas circunscrições de natureza religiosa e/ou civil: paróquias e freguesias;
- o tempo, que evidencia a cronologia e a duração de diferentes acções condicionadoras da organização social e territorial do homem à superfície da terra e à construção de diferentes espaços sociais e de relação.

Vários exemplos contidos em episódios locais de demarcação de limites paroquiais e de práticas festivas e peregrinações aos santuários religiosos – N. Sr^a do Fetal, N^a Sr^a da Encarnação, Senhor Jesus dos Milagres – ou mesmo às festividades e romarias de certas paróquias, sugerem o contributo alargado de fiéis residentes em áreas mais distantes. Temos como exemplo os Círios e as romagens a santuários locais e a outros mais distantes, como o Santuário de N^a Sr^a da Nazaré e o da Sr^a dos Remédios, em Peniche. Estes constituem exemplos de movimentação mais extensas das populações litorais, de Aveiro à Nazaré, e de habitantes da cidade de Leiria.

Como assinalou O. Ribeiro (1970, 80), qualquer reflexão sobre as “condições geográficas das épocas passadas não é possível sem a observação das condições actuais” ou seja, sem o recurso à observação directa própria da geografia, sobretudo da geografia histórica. Importa assinalar que este trabalho, não sendo de índole histórica, recorre às suas fontes para a compreensão dos aspectos geográficos relacionados com a construção social de um território e sociedade (George, 1972). De forma simples podemos descrever o cenário comum desta análise como:

- um espaço natural marcado por contrastes físicos, mas também humanos, decorrentes da constituição geológica e morfologia do terreno, de diferentes formas de exploração dos recursos naturais, da identificação de vários tipos de paisagens, de diferentes formas da sua organização e exploração;
- um espaço alargado, palco da acção de diferentes situações, que deixaram marcas de intervenção muito diferenciadas, em resultado do domínio exercido e das formas de poder em cada época histórica;
- um espaço diversificado na sua densidade humana, no seu quantitativo, nas suas estruturas etárias e produtivas, na sua concentração rural e urbana, nas suas vivências pessoais e religiosas;
- uma sociedade que se foi estruturando no tempo - por acção de diversos factores e cumplicidade de diferentes actores - mas aberta à mudança operado na sociedade portuguesa.

O conhecimento da Diocese de Leiria-Fátima exige o cruzamento de toda esta informação que pode ser enriquecida com novos dados carreados pela antropologia e sociologia religiosas. Assim é entendido tanto mais que esta circunscrição eclesiástica deve ser analisada:

- como uma obra de construção humana, condicionada por aspectos físicos que não se constituíram como barreiras naturais;
- pela afirmação de uma identidade colectiva, subjacente à fé religiosa predominante e ao exercício do poder eclesiástico comum;
- uma área de influência exercida pelo poder eclesiástico, que determina a circulação de fiéis em espaços eclesiasticamente alargados, mas administrativamente separados.

Importa salientar, como o fez Fernandes (1983, 31) que a sociedade deve ser “concebida como um sistema ou um todo integrado”. Por isso (loc. cit.) “qualquer mudança de um elemento tende a provocar um processo de redefinição dos restantes elementos de forma a conseguir-se de novo o equilíbrio do sistema”. Complementarmente a esta noção, recordamos a perspectiva histórica de sistema, legada por V. M. Godinho (1976, 169): “um sistema é constituído, em primeiro lugar, por um apetrechamento técnico determinado; em segundo lugar, por um conjunto de relações sociais que é a forma da sociedade em que esse sistema é aplicado; e em terceiro lugar por um espírito que norteia e motiva o comportamento dos membros dessa sociedade”.

Estas reflexões constituem orientações complementares que permitem analisar a sociedade e os fenómenos que a caracterizam como interligados entre si - sobretudo no domínio humano e religioso - actuando sobre o indivíduo, os grupos sociais, a Igreja e as suas instituições. O exemplo deste processo - expresso durante toda a linha de vida da Diocese de Leiria-Fátima - , tomou particular relevância no decurso do século XIX com as suas crises e mudanças, que culminaram com o enfraquecimento da Monarquia absoluta e a extinção do Bispado de Leiria. Ajudam-nos ainda a compreender a restauração da Diocese no começo de Novecentos, assente num movimento de participação colectiva e na estruturação actual das diversas unidades paroquiais e vicariais.

Assim se justifica uma análise de tipo explicativo e de carácter compreensivo, incidindo sobre a realidade social dominante no território, quer se tratem de espaços rurais ou de espaço urbanos, onde os traços de unidade e de diversidade traduzem diferenças territoriais e humanas. Estas desigualdades são geradoras de tipos de acessibilidade (física, sócio-económica e cultural) muito diferenciadas e de heranças culturais distintas.

Tal como noutros contextos, a análise do espaço geográfico realça, nas diferentes fases da sua evolução, as etapas de um processo histórico traduzidas no povoamento, na evolução dos habitantes e das suas actividades e na intervenção de actores responsáveis pela organização do espaço. Nestes

incluímos os Monarcas e as instituições dotadas de autoridade para conduzirem a construção e a organização do território, como foi a Igreja, as Ordens religiosas e o Estado.

A perspectiva que seguimos leva-nos a inventariar os diferentes centros de povoamento e de poder, expressos em rede e em nós – entendidos como sedes religioso-militares, paroquiais, vicariais e Bispado –, isoladamente e na sua relação com os fregueses. Sugere, ainda, uma análise sumária das unidades elementares – paróquias – que fazem parte da grelha de territórios e de instituições religiosas na sua relação com a hierarquia episcopal e a sociedade civil. Decorrente de um processo histórico moroso e complexo, no qual intervieram interesses régios e da Igreja – nomeadamente os que foram emanados do concílio de Trento (1545-1563) - resultou a criação do Bispado de Leiria (Bispado velho), em 1545.

Outros interesses locais ou relacionados com a governação Filipina permitiram o seu alargamento e a constituição do Bispado Novo (em 1585) com a integração dos domínios da Colegiada de Ourem e de paróquias da Diocese de Lisboa. Refere Gomes (2004, 334-335) que a transferência destes territórios, “subtraídos ao Arcebispado de Lisboa não sem protestos e uma notória redução de proventos dizimistas para estes”, aumentaram os proventos da nova Diocese, “absolutamente necessários face às muitas despesas com projectos de infra-estruturação diocesana, mormente a sua catedral, o seu paço episcopal e outros santuários e igrejas do termo.”

A articulação entre os dados de natureza histórica e geográfica, relacionados com o espaço físico, humano e cultural da Diocese de Leiria, permite um melhor conhecimento da “crosta exterior da sociedade” (Gurvitch, 1979, 17) e da sua base morfológica (geográfica, demográfica, ecológica, instrumental). Facilita, ainda, a compreensão dos “fenómenos sociais e totais” (op. cit.) que aqui têm lugar. O seu relato, contido neste documento elementar, realça apenas os aspectos históricos e populacionais fundamentais, sobretudo após a restauração da Diocese, e alguns traços dos fregueses residentes.

Esta abordagem permite a análise das diversas unidades estatísticas ao nível da freguesia e da sua comparação com outros indicadores recolhidos em estudos e levantamentos locais de carácter antropológico e sociológico. Tal beneficia a compreensão de aspectos complementares relacionados com as manifestações de religiosidade, as práticas religiosas e a existência de outros factores que convergem para a construção do território religioso da Diocese de Leiria-Fátima.

Seguindo a afirmação de Vieira (2007), a carta geográfica desta Diocese é o “Mapa que mais se aproxima da identidade subjectiva, a da identificação indubitável e do sentimento de Pertença a uma Região de Leiria”. Região, que assenta na conjugação de traços próprios decorrentes da geografia local e de

factos históricos que desempenharam um papel relevante na construção da memória colectiva e identitária deste território. Memória, assente:

- no espaço geográfico, localizado na mesma unidade estrutural, a Orla Sedimentar Ocidental;

- no espaço histórico, sujeito a fenómenos históricos gerais da mesma natureza, determinados pelo fenómeno da Reconquista e pela ocupação e acção humana posteriores (Ribeiro, 1967, 136-143);

- no espaço cultural, referenciado por um conjunto de memórias, práticas, tradições e mudanças que acompanham a marcha civilizacional em curso;

- no domínio eclesiástico do Bispado de Leiria e do poder religioso estabelecido sobre os fregueses residentes no seu território.

A junção destes factores consolidou as comunidades de fiéis e o papel exercido pelas Paróquias no reforço da consciência colectiva dos fregueses, sujeitos às mesmas obrigações perante o Cura, o Prior-Mor, a Colegiada e mais tarde ao Bispo da Diocese. A evolução histórica e a organização das Paróquias, com a sua igreja própria, população e “sacerdote incumbido do cuidado das almas” (Serrão, 1992.IV, 7), foi alterada com o Liberalismo, cedendo lugar a um modelo de organização administrativa civil das freguesias e a uma divisão territorial separada da da Igreja. Tal veio a consolidar-se quando da implantação da República e separação das funções do Estado e da Igreja.

Após a criação da Diocese a centralidade do Paço Episcopal, sediado na capital de distrito – a par dos Paços do Concelho, no domínio administrativo e concelhio – consolidou o modelo hierárquico das organizações religiosas e o poder exercido sobre o território diocesano, marcado por evidentes contrastes geográficos, administrado por poderes distintos mas habitado por fregueses sujeitos ao mesmo poder religioso.

Embora com limites diferenciados os dois poderes coexistem, tendo sido apropriados pelas diversas comunidades paroquiais, muitas delas estabelecidas antes ainda da formação da Nação portuguesa. Substiram ao longo do tempo e mantiveram-se mesmo em períodos marcados pela acção de outros povos invasores, em particular dos serracenos. Contudo a sobrevivência e presença destes povos levou à fragmentação das redes paroquiais já estabelecidas, ao enfraquecimento dos laços de relação religiosa entre os moradores e à perda de alguns centros de culto anteriormente criados.

2. Cenário físico

A consolidação territorial do Bispado de Leiria exige uma breve referência aos traços geomorfológicos dominantes da área centro-litoral do país onde se situa a Orla Sedimentar Ocidental. Esta faz parte do território litoral do continente português, em tempos geológicos remotos coberta pelas águas do mar que deram origem às formações sedimentares de natureza calcária do interior e às formações arenosas da sua faixa atlântica. Sobre estas assentam os

depósitos aluvionares recentes dos leitos dos rios e os depósitos de duna transportados pelo vento.

Na sua essência a Orla Mesocenozóica Ocidental foi formada ao longo de milénios e estende-se desde Espinho ao vale do rio Mondego e daqui progride para sul até à Bacia Sedimentar do Rio Tejo. Na sua parte mais interior desenvolve-se o Maciço Calcário Estremenho, formado por um conjunto de serras calcárias - de idade Jurássica e Cretácica – com retalhos aplanados de maior dimensão. De acordo com F. Martins (1949, 5), “não existem assim grandes diferenças de relevo quando se caminha de norte para sul, nem diferenças notáveis na constituição geológica”. Contudo, assinala (Biro, s/d, 146), a existência de horts ou elevações e de “largos anticlinais de calcáreo jurássico, que surgem da sua cobertura arenosa e pedregosa do Cretácico, de que restam testemunhas no cume das cúpulas e até nos planaltos que coroam os horsts” (op. cit., 147) confere ao seu relevo uma certa agressividade.

A parte interior da Diocese é preenchida por aquelas superfícies e relevos do maciço calcário estremenho. A topografia daí resultante configura uma unidade morfo-estrutural independente, onde a par das elevações que fazem parte da Serra dos Candeeiros e de Aire, têm lugar os planaltos jurássicos de Santo António e de São Mamede. Como foi assinalado noutra local (Arroteia, 2008) a mancha dos relevos calcários do maciço estremenho registam cotas acima dos 300 metros de altitude, situação que chega a ultrapassar os 400 metros mais a sul, nas proximidades de Porto de Mós e de Ourém. Já em relação à parte norte, os relevos da Serra de Sicó atingem cotas superiores aos 500 metros de altitude, como acontece em toda a parte meridional no contacto com a Serra do Candeeiros.

É nesta área que se situa o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros – PNSCA³, que cobre grande extensão do Município de Porto de Mós, Ourém e Alcobaça e ainda dos municípios vizinhos de Santarém, Alcanena, Torres Novas e Rio Maior. A sul desta área situam-se os terrenos da Bacia Sedimentar do Tejo representada, na vertente meridional do Maciço Calcário Estremenho, pelas terras do Município de Alcanede. Pelo seu interesse transcrevemos uma descrição do PNSCA⁴, reconhecido pela “morfologia cársica, natureza do coberto vegetal, a rede de cursos de água subterrâneos, uma fauna específica, nomeadamente cavernícola, e intensa actividade no domínio da extracção da pedra”. Mais ainda, “do ponto de vista morfológico, podem distinguir-se no Maciço Calcário Estremenho do PNSAC, três subunidades – a Serra dos Candeeiros a Oeste, o Planalto de Santo António ao Centro e Sul e o Planalto de S. Mamede e a Serra de Aire, a Norte e Este respectivamente.

3 Criado pelo Decreto-Lei nº 118/79, de 4 de Maio <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=183> 9MAR13

4 Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=183> 28DEZ14

A separar estas subunidades encontram-se três depressões originadas por grandes fracturas, respectivamente a depressão da Mendiga, o Polje de Mira-Minde e a depressão de Alvados.” Além da sua importância morfológica e estrutural, o corredor deprimido de separação entre estes dois retalhos planálticos é sede da antiga e importante concentração humana designada por bacia de Ourém. Faz ainda parte deste maciço uma rede abundante de circulação de água subterrânea que dá origem a nascentes de carácter temporário e permanente, de caudal reduzido ou constante, consoante a sua localização em relação à natureza das camadas subterrâneas e à dimensão interior da bacia de recepção. Assim o assinala a página oficial do Município de Porto de Mós⁵:

“Apesar da ausência de cursos de água de superfície nesta região, eles existem em abundância no subsolo, constituindo um dos maiores reservatórios de água doce subterrânea do nosso país, que se estende entre Rio Maior e Leiria. A ação das águas, como agente físico-químico modelador dos calcários, originou uma paisagem marcada por formas de relevo características, como escarpas e afloramentos rochosos que lhe conferem um traço vigoroso. De entre essas formas destacam-se, ainda, os campos de lapiaz e dolinas. A nível subterrâneo sobressaem os algares - aberturas naturais verticais - em alguns casos com dezenas de metros, e que por vezes se desenvolvem em profundidade por sistemas de galerias, salas e poços que, no seu conjunto, formam aquilo a que chamamos grutas. Destas fontes naturais referem-se os Olhos de Água do Alviela, no bordo Sul e Este do maciço, tal como as do Almonda e de Alcobertas. Por sua vez no bordo Ocidental, registam-se as nascentes do Liz e as de Chiqueda.”

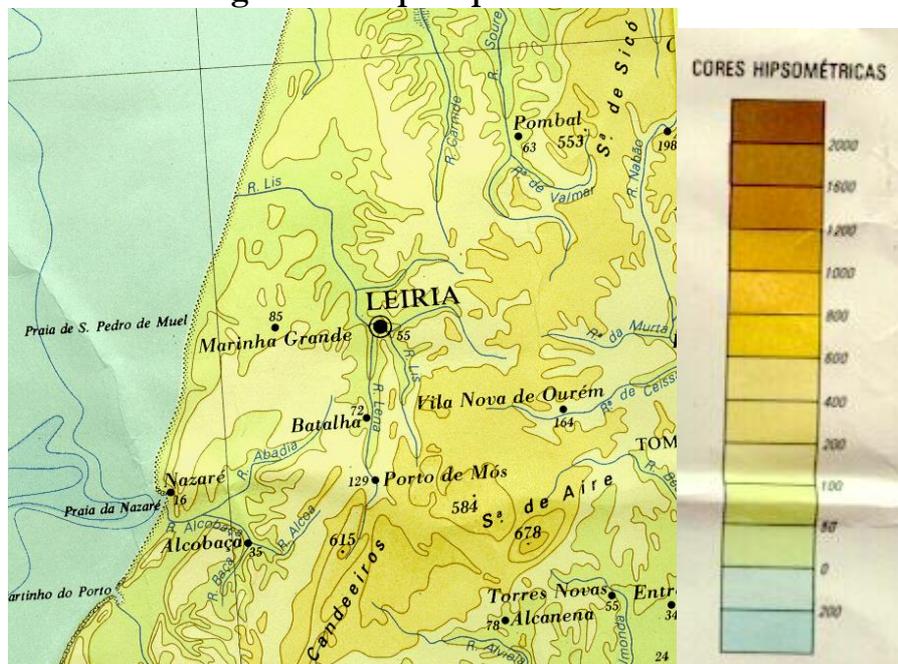
Tal corresponde, no dizer de Almeida et alli (2000, 325), à evolução natural dos maciços cársicos com uma “hierarquização progressiva dos escoamentos, caracterizados pela existência de um número reduzido de eixos de drenagem subterrânea ligados a nascentes, por vezes muito caudalosos, a que se subordina um grande número de linhas de fluxo de reduzida importância”. Esta a morfologia dominante do território da antiga Colegiada de Ourém, hoje preenchida pelas Vigararias de Fátima, de Ourém e de Porto de Mós, com traços de natureza física que se fazem acompanhar de outros aspectos comuns de natureza humana. Estes terrenos da baixa sedimentar estendem-se desde base da serra às dunas atlânticas, situando-se aqui a maior parte do território do município de Leiria e parte ainda dos municípios da Batalha e de Porto de Mós. Já a sua parte meridional contacta com o município de Alcobaça, reconhecido pela extensão dos campos de Cister.

O enquadramento destas unidades morfo-estruturais na divisão histórica e administrativa do país, faz com que este território seja considerado no limite da Beira Litoral com a Estremadura, situação que levou F. Martins (1949, 5), a assinalar: “A Beira-Litoral e o extremo norte da Estremadura, situadas na faixa

5 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=107> 1MAI13

meso-cenozóica ocidental, largamente abertas aos ventos marítimos, caracterizam-se como regiões de relevo pouco acentuado, como vastas superfícies planas na proximidade do mar, com colinas ligeiramente onduladas ou montanhas pouco acentuadas no interior".

Figura 1 - Mapa hipsométrico



In: Arroiteia, 2008

Sobre a paisagem dominante, Albuquerque, (1961, 3) acrescentou o seguinte:

“À mancha compacta de pinhal, na gândara pliocénica de Leiria, contrapõe-se da banda sul, na formação jurássica, a paisagem agrária mediterrânea, frumentária e vitícola, da terra chã de Alcobaça; e também os relevos calcários das Serras de Aire e Candeeiros, tão fortemente esculpidos pela erosão, em cujo substracto fendilhado, fisiologicamente seco, a azinheira e o zambujo têm seu incontestado domínio. Esse limite debruça, pelo noroeste, o referido Maciço Calcário Estremenho, em Porto de Mós e Batalha, a contornar, do mesmo passo, os depósitos cretácicos de Ourém, e a remontar o Nabão até à Serra de Alvaizere”.

A faixa litoral da Diocese está marcada pela presença de uma série de terraços e superfícies de erosão flúvio-marinhas de fraca altitude, que descaem gradualmente para o mar. Estas situam-se a ocidente daquelas formações, sendo talhadas em terrenos mais brandos, com pequenas elevações gresosas ou mesmo de origem diapírica que se desenvolvem desde as Baixas do Mondego até aos Campos de Cister. Trata-se de um retalho do território geralmente pouco acidentado e dominado pela área da bacia hidrográfica do rio Liz (constituído pela bacia deste rio e a do rio Lena), “cujas cabeceiras se

estendem até aos calcários”. Contudo, “a delimitação da bacia hidrográfica não pode ser feita tendo apenas por base os escoamentos superficiais. As condições hidrológicas particulares deste tipo de rocha, nomeadamente a tendência das águas para percorrerem interiormente os calcários, leva à integração na bacia de sectores significativos dos planaltos de Santo António e de São Mamede, responsáveis pelos escoamentos verificados nas exurgências do Liz e do Lena que alimentam estes cursos de água” (Campar, Gama, Cunha et al.,1989, 15).

Na sua configuração esta plataforma litoral está marcada pela existência de diversos níveis de erosão marinha, geralmente abaixo dos 200 metros de altitude, atestados pela existência de diversos patamares ou terraços que conferem às terras desta área condições de circulação fácil e uma grande actividade humana. Já os níveis acima dos 100m e outros mais recentes e de cotas inferiores, resultam de um processo lento que incluiu diversas fases de sedimentação ligadas ao processo de avanço e recuo das águas do mar registadas no decurso da Era Quaternária, quando do aparecimento do homem. Estas fases estão relacionadas com subida e a descida das águas do mar, correspondendo a períodos de glaciação e a episódios de transgressão marinha que se fizeram sentir sobre o continente português.

Uma vez estabelecidos os limites actuais, a par da erosão ocorrida nas bacias de drenagem dos cursos de água existentes nesta área, registaram-se alterações significativas no litoral em consequência da acção dos ventos e das correntes marítimas que condicionaram a fixação e o incremento das actividades marítimas de pesca e comércio estabelecidas em antigos portos desta área. Como resultado da idade e origem dos terrenos e dos efeitos da erosão, a cobertura dominante é constituída por depósitos de natureza sedimentar de idade Quaternária (depósitos de Miocénicos e Pliocénicos recentes, de areias e arenitos e sedimentos vários) que rodeiam os vales das principais linhas de água.

Na sua configuração recente a morfologia do terreno revela os efeitos de processos tectónicos e erosivos estabilizados, processo que não se verifica em relação à linha de costa a qual, ao longo de séculos e na actualidade, continua a registar marcas de uma evolução constante, assinalada pela variação dos nível das águas do mar – com uma tendência gradual para a subida das mesmas –, pela variação da linha de praia e pela acção das correntes e dos ventos marítimos e acumulação dos respectivos sedimentos. Relativamente a estas variações, as mais antigas estão representadas na morfologia e paisagem através do escalonamento de diversos níveis de erosão marinha, que decalcam em diferentes níveis e patamares, bem como as variações do nível do mar ocorridas no decurso dos últimos milénios da Era Antropozóica ou Actual.

Quanto às variações mais recentes, a área da Diocese registou muitos desses efeitos nos paúis de Cela e Alcobaça, de Ulmar, no assoreamento e variação da foz do Liz, na destruição do antigo ancoradouro e lugar de

Paredes. Este último desapareceu pela conjugação destes factores ou já pelo acolhimento de populações marítimas litorais e de comunidades piscatórias radicadas nesta área, por via de situações de assoreamento registadas noutras locais mais setentrionais, da foz do Douro à foz de Mondego e à deterioração das condições locais de ancoramento e navegação. Estes traços morfológicos resultam, portanto, de factores físicos relacionados com a geologia e os processos erosivos dominantes, mas também dos ventos, do transporte das areias litorais e do clima.

Relativamente ao clima, este tem tido particular influência no uso e ocupação do solo, na alteração da cobertura vegetal, nas culturas dominantes, no ritmo e sequência das fainas rurais, na sequência de diversas actividades humanas relacionadas com o lazer e os tempos livres. Citando Santa-Rita (1982, 44), a proximidade do mar “reduz o período de seca, que anda à volta de três meses e mantém durante todo o ano elevada humidade relativa.” Estes são aspectos que são confirmados por Oliveira Martins (in: Nemésio, 1978, 23): “O litoral do centro entre o Mondego e o Tejo é a parte mais benigna do País. Aí o ar temperado pelas brisas marítimas mantém um grau de humidade (68 a 85%), e as chuvas, regulares sem serem copiosas (700 a 800 mm anuais, e 20 a 30 no Estio), uma rega, que fertiliza os terrenos sem os tornar gordos como os do Norte. Nem o calor (15° a 16°) tisona de Verão as vegetações, nem o frio do Inverno as atrofia. Por tudo isto, a população abunda (...)”.

Complementarmente assinalam Campar, Gama e Cunha (1989, 37): “junto à costa, os verões são suaves e os Invernos tépidos; no fundo dos vales principais e no Maciço Calcário os verões são moderados e os invernos frescos por efeito, respectivamente, da acumulação de ar frio nas depressões e da altitude; na restante área, os verões e Invernos são moderados”.

Os traços climáticos ajudam a entender a extensão da cobertura vegetal e das culturas. Predominante encontra-se o pinheiro que no dizer de Arala Pinto (1938.I, 82), “enquanto as areias modernas nos dão um solo pobre e sêco onde vinga o pinheiro bravo, as do pliocénico, as antigas ‘gândaras’, vão sendo transformadas, ainda que com o labor do homem, nesses afamados campos de cultura que contribuem em muito para a riqueza da região de Alcobaça e Leiria”.

A natureza do relevo, a sua morfologia e clima espelham-se nas propriedades dos solos e nas características da vegetação. Daí que a diversidade pedológica nesta área seja conhecida pelo domínio dos solos arenosos e depósitos orgânicos de melhor qualidade e por uma cobertura vegetal dominada por extensas manchas agrícolas e silvícolas. Já nos terrenos do maciço calcário, os solos menos férteis dão origem a uma cobertura de vegetação mais esparsa, com carvalhos, sobreiros e azinheiras que recordam os traços mediterrânicos desta área.

Por sua vez as áreas mais baixas são dominadas pelos solos mais férteis e valorizados por intensas obras de engenharia hidráulica que levaram à

drenagem de paúis e ao enriquecimento orgânico nos terrenos dos Coutos de Alcobaça e na bacia hidrográfica⁶ do Liz. Conforme refere Sousa (1825), “Couto toma-se pelo districto de uma jurisdição particular, de que El-Rei fez mercê a certo Senhorio”. Mais ainda, “Antigamente se chamava couto a hum lugar, herdade, ou porção de terreno demarcado por autoridade do Soberano, aonde os que ahi acoutavão e recolhião ficavão isentos da persecução da Justiça por certos crimes.”

Entre outras características comuns a esta área, realça-se a persistência da policultura intensiva, a irrigação e o povoamento de tipo disperso. À medida que subimos o maciço calcário a concentração humana afirma-se, dando igualmente origem a diversos lugares que assinalam a antiguidade e a diversidade de moradores que ao longo de séculos marcaram presença nesta área. A diferenciação regional e local não impediu a fixação de novos habitantes e a delimitação de barreiras mentais e materiais, individuais e colectivas, sobre o domínio e o poder estabelecido dentro de certos limites do território representados pelo traçado de circunscrições de natureza administrativa e religiosa de dimensão e expressão muito variável.

Este é o cenário geográfico da Diocese de Leiria Fátima que preenche um espaço territorial marcado pela diversidade de aspectos físicos, de unidades administrativas e de estruturas de poder civil e eclesiástico. Não havendo sobreposição entre os limites administrativos das freguesias, dos municípios e de outras circunscrições civis com as de natureza religiosa, as características naturais do território e os traços da população que aqui habita confirmam a identidade sub-regional das unidades de maior dimensão, consubstanciada nos domínios do antigo Castelo de Leiria, a ocidente, e nos domínios da Colegiada de Ourém, no interior. A junção destes territórios quando da criação da Diocese e a sua separação das Dioceses vizinhas, foi reforçada pelo exercício do poder eclesiástico do Bispado, a acção das Vigararias e das Paróquias sobre os fregueses e demais instituições religiosas, contribuindo pela sua acção para a aproximação destes territórios.

De acordo com Gomes (2007, 29), as memórias do território ‘leirenense’ é “geograficamente mais abrangente do que o ‘leiriense””, ambos situados na Estremadura – a ‘extrema dura’, onde as condições de vida da população dificultavam o seu povoamento. Considerada como zona de transição entre o Norte e o Sul, ocupada longamente pela população muçulmana e sujeita ao processo antigo da Reconquista e mais recentemente da litoralização, a Estremadura pode ser considerada como uma área geográfica alargada, animada por uma ocupação humana antiga, domínio de conhecimentos, de

6 “Por bacia hidrográfica entende-se o espaço geográfico que alimenta um curso de água e por ele é drenado. A bacia terá por eixo o curso de água principal e por limite as linhas de partilha de águas que a separam das bacias adjacentes” - Campar, Gama, Cunha et alli.,1989, 15.

técnicas e de práticas culturais que registam em comum o cenário natural que abarca o maciço calcário estremenho e a orla costeira litoral.

3. Notas sobre o povoamento antigo e medievo

A ocupação humana desta área litoral evoca um longo processo histórico de ocupação humana (Ribeiro, 1967, 143-144), desde os tempos pré-históricos à actualidade. Não cabendo no âmbito deste texto esse tipo de análise, consideramos a existência de uma certa continuidade e densificação do habitat em toda a área territorial da Diocese de Leiria-Fátima. Ao fazê-lo temos presente as condições locais de subsistência das populações mais antigas e o desenvolvimento de uma economia tradicional de natureza agro-pastoril nas áreas mais acidentadas e mesmo nas manchas essencialmente agrícolas das bacias hidrográficas e terrenos da bacia sedimentar litoral, que limitam a ocidente a depressão marginal e o maciço calcário estremenho.

Neste contexto importa ainda assinalar que a fixação das populações junto à costa foi um processo moroso, condicionado por razões geográficas relacionadas com a existência de ancoradouros naturais e a evolução da própria linha de costa, e pela acção humana relacionada com a navegação de outros povos oriundos do norte europeu, da bacia do Mediterrâneo e do norte de África. Estes, com as suas razias junto das povoações marítimas, acabaram por provocar uma fixação em locais mais afastados das fozes dos rios ou já em áreas mais defensáveis do interior. Acrescem a estas circunstâncias o traçado das vias pedestres e de circulação romanas e militares e a acção de diferentes colonos e agentes que contribuíram para o arroteamento da terra e para a fixação da actividade humana a sul da linha do Mondego.

Na área desta diocese são frequentes testemunhos de origem romana, em particular na localidade de “São Sebastião de Freixo, onde existiu a povoação romana de Collipo (primitivamente um Ópido Túrdulo), considerada uma das mais importantes cidades luso-romanas da costa oeste da Península Hispânica”.⁷ As acções de povoamento desta área, bem anteriores ao período da Reconquista, foram particularmente exercidas depois da invasão árabe da Península Ibérica (século VIII) e perduraram depois da formação do reino português, num processo de assimilação dos nomes de lugares e das populações de moçárabes e de cristãos novos aí instalados, que se distinguiram em certos ofícios e actividades.

Alguns casos da toponímia local ajudam a situar no tempo a importância de certas povoações e o significado das tradições locais relacionadas com a presença mourisca. Disso são exemplo as muitas lendas associadas ao imaginário popular que fazem parte do património oral de muitas povoações, municípios e lugares desta diocese. Quanto aos topónimos de influência árabe frequentes em todo o litoral centro e na região Oeste, podemos tomar como

7 <http://www.cm-batalha.pt/municipio/o-concelho> 12MAR13

exemplo a paróquia de Aljubarrota – de “aljobe’, que quer dizer ‘poço, cisterna’, ou ‘cova profunda’ sem água” - que a dominaram durante quatro séculos até ao movimento da Reconquista (Leal, 1873.I, 137). O mesmo pode ser referido em relação a Alcobaça, cuja presença humana desde a idade do ferro, indiciam a presença de diversas civilizações mediterrânicas, o que foi reforçado com a chegada dos povos do norte de África.

Outros exemplos encontram-se na povoação de Alpedriz (Leal, 1873.I, 159), de “fundação dos árabes, no século IX, os quaes lhe deram o nome de ‘Abidriz’ (do qual se deriva o actual), ‘Driz’ é nome próprio de homem, ‘Abi’ significa ‘pae’. Vem pois a ser “Povoação do pae de Driz”. A ocupação antiga deste território está assinalada pelo património construído - ponte romana (?) – e património oral ligado à presença mourisca nesta região. Assim acontece com a “Fonte da Moura” em Alpedriz, povoação “situada em bela, amena e fértil planície junto á ribeira do seu nome, ou ‘Rio do Moinho”” (Leal, 1873.I, 159).

Conquistada aos mouros em 1147 e tendo foral concedido por D. Afonso em 1147, este lugar passou a pertencer à Ordem de Aviz - ou Cavalaria de Aviz, fundada por D. Afonso Henriques - como sede de Comenda (século XII), antes da sua transferência para terras do Alentejo (século XIII), após a conquista de Évora aos serracenos. Nesta altura a Ordem foi fixada nesta cidade onde constituíram a sua primeira Freiria em terras recém-conquistadas (Castro, 1762).

Assinala um texto antigo que “Para auxiliar a subsistência desta Ordem, D. Afonso Henriques e alguns dos seus sucessores deram-lhe a posse e direitos sobre algumas povoações do Reino, entre as quais a vila de Alpedriz. Por esta razão nunca pertenceu aos Coutos do Mosteiro de Alcobaça”⁸. Para além desta ordem, o primeiro monarca acolheu ainda os Cavaleiros de S. João de Malta e os Cavaleiros de Santiago, a quem fez doações. Outras povoações da mesma área, como Alcaria (Leal 1873.I, 70) - da “palavra árabe ‘caria’ (vila, aldeia, povoação, etc.)”; Alqueidão - alquidam, que significa ‘passos ou ‘passados’ (loc. cit.); Alburitel, Alvados e Alcanena, confirmam a extensão da presença mourisca no interior do maciço estremenho.

Como notou Leite de Vasconcelos (1942, 399), a construção do povoamento nesta área da Estremadura setentrional foi um processo moroso. Assim: “dentre todas as portuguesas é a Estremadura, dentro dos actuais limites, aquela de que se possuem documentos arqueológicos mais antigos, isto é, desde a idade da pedra lascada, sendo estes, também, muito abundosos (...). D’então em diante continuam a estar representadas, na Arqueologia ou na Historia, ora mais, ora menos, todas as subsequentes idades: mesolítica, neolítica, calcolítica, do bronze, do ferro, romana, visigótica, arábica”.

Prossegue o autor assinalando (loc. cit.): “Foi talvez Afonso VI de Lião e Castela o primeiro rei cristão da Península Hispano-Portuguesa que procurou

tirar a Estremadura aos Árabes, à custa de cujo território esta província se foi formando, com elementos populacionais autóctones por base”. Este foi um processo reforçado pelo tempo de permanência efectiva na Península e esbatido com a reconquista cristã do território nacional.

O relato das lutas travadas com os muçulmanos são um testemunho da acção de diferentes agentes de povoamento, que não só Igreja ou o Rei (e seus familiares), mas também das ordens religiosas e militares. A elas se deve o estabelecimento dos padrões de povoamento mais antigos, ancorados em praças-fortes, centros de poder religioso e administrativo e a distribuição da população em casais, que facilitaram o arroteamento do território e a consolidação do povoamento rural na área dominada pelo Castelo de Leira e pelo Mosteiro de Alcobaça.

Como fez notar Gomes (1995, 26), a consulta de diversas fontes documentais árabes e de outra natureza, nomeadamente os “anais undecentistas crúzios”, regista que a terra onde se veio a desenvolver o centro da diocese de Leiria era “não habitada, deserta de gente humana e sem senhor”, dominada por um despovoamento estrutural (loc. cit.) que se verificou durante o domínio serraceno. Esta descrição contraria o que se verificava com Santarém, importante capital administrativa muçulmana e de Coimbra, importante reduto cristão entre os séculos IX e X, defendida pela fronteira natural do leito do Mondego.

Observa ainda o referido autor (op. cit., 25): “Ao povoamento romano, isolado e disperso, centrado por ricas casas rurais de senhores, ao que parece, cedo convertidos ao cristianismo (...) não presidia um núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade desse modelo económico de povoamento e exploração da terra. No contexto das invasões suevas e visigodas processou-se o atrofiamento desses ilhéus colonizadores”. A concluir, regista (op. cit., 26): “os séculos de domínio muçulmano não afectaram directamente esta situação de despovoamento estrutural”. Por isso a fundação do Castelo de Leiria, por D. Afonso Henriques, em 1135, “com o intuito de opor nas fronteiras do reino poderosa resistência aos Mouros” (Vasconcelos, 1980.II, 402), foi uma etapa decisiva no processo de povoamento do território nacional a sul do Mondego.

Diz-nos Barbosa (1991, 15) que à data da conquista da praça do Liz, “a fronteira do Condado portugalense estendia-se, na zona litoral-sul, às terras pouco povoadas de Soure”. Este território “fazia parte de uma ‘marca’ destinada a defender os campos de Coimbra das frequentes incursões muçulmanas vindas do litoral ou do vale tagano”. Desta forma tornava-se evidente a “importância estratégica do castelo de Leiria e, depois, da vila que cresceu à sua volta” (loc. cit.), uma vez que a mesma se situava na convergência das rotas entre as bacias hidrográficas do Mondego e do Tejo: “um dos caminhos, pela região estremenha, o outro, pela serra, tomando o

caminho de Porto de Mós e Ourém, rumo ao vale do Tejo e Santarém” (loc. cit.).

A este respeito, transcrevemos de *Os Lusíadas* (Canto III), o relato Camoniano desta conquista:

«Passado já algum tempo que passada
Era esta grão vitória, o Rei subido
A tomar vai Leiria, que tomada
Fora, mui pouco havia, do vencido.
Com esta a forte Arronches sojugada
Foi juntamente; e o sempre ennobrecido
Scabelicastro, cujo campo ameno
Tu, claro Tejo, regas tão sereno.”

A situação geográfica e os acontecimentos históricos condicionaram a construção social da futura Diocese de Leiria, tornando-a num processo lento, acompanhado da intensificação do povoamento, da partilha e governo das terras, do crescimento das actividades económicas, do aumento da população e riqueza alcançada pelos principais actores, que não só a Coroa e a Igreja, mas ainda as Ordens religiosas, os Senhores da terra, os proprietários e os jornaleiros das parcelas votadas a um arroteamento intensivo. A esta exploração fundiária juntou-se a criação de diversas actividades manufactureiras que abasteciam os mercados locais e animavam os circuitos económicos da região.

Além da exploração dos recursos primários, regista-se um comércio alicerçado nas transacções estabelecidas por uma rede de almocreves e outros que percorriam as rotas da serra e do litoral na direcção de outros burgos e portos que permitiam o escoamento de alguns produtos, nomeadamente a madeira e os cereais. Ainda, a realização periódica de feiras e mercados animavam os lugares e caminhos das povoações principais.

O crescimento das actividades humanas acompanha-se da evolução favorável da população, dependente do seu movimento natural então fortemente afectado pela mortandade, que em períodos determinados contribuiu para as perdas registadas em Portugal e noutros contextos europeus. Destas, a designada 2ª peste, ocorrida entre os séculos XIV e XVI terá sido responsável pela perda de um terço, a metade, dos habitantes (O. Marques, 1976). Outras vieram a acontecer.

Para além das pestes de maior ou de menor dimensão, a evolução dos habitantes estava ainda na dependência das saídas da população do Reino, na operação dos Descobrimentos, perdas que a partir da conquista de Ceuta e de outras praças africanas foi compensada com o aprisionamento de mão-de-obra escrava. Ainda nos finais de Quatrocentos à população de origem

marrana existente no Reino juntaram-se judeus expulsos de Castela, muitos dos quais acabaram por embarcar para outras paragens.

Pela sua proximidade em relação à costa e às vias de circulação para outras cidades, a área de Leiria reunia condições favoráveis para o acolhimento destes habitantes quer para os trabalhos domésticos e rurais, quer para o negócio e outras actividades empresariais. Debeladas as condições de saúde mais precárias dos habitantes, registaram-se as saídas constantes das armadas portuguesas para o Atlântico sul e para o Índico. Ao despovoamento natural em várias partes do país, nomeadamente na Estremadura, a saída da população jovem e adulta agrava as condições locais de procriação e de trabalho das famílias. Desta forma ficou condicionada a evolução dos fregueses e das comunidades paroquiais existentes e as que ansiavam pela elevação a sede de Igreja matriz.

Pensar na construção social da Diocese de Leiria é ter presente estes factores, o crescimento do burgo medieval da cidade do Liz, do seu Priorado, ao alargamento das suas Paróquias e atender, ainda, às condições sócio-económicas e políticas que animaram o crescimento dos centros militares, religiosos e administrativos mais próximos, onde se incluem Pombal, Ourém, Porto de Mós, Batalha e Alcobaça, no termo dos quais vieram a fixar-se colonos e residentes.

No que à parte mais setentrional diz respeito, esta acção foi promovida pelo poder eclesiástico de Coimbra cuja jurisdição atingia a parte norte do domínio medieval de Leiria. As entidades religiosas e os donatários desejavam o alargamento do poder e riqueza, facilitando a partilha da terra e a constituição de casais, núcleos de fixação humana, onde a presença de um templo religioso - Ermida, Capela ou Igreja – e a disponibilidade de um Cura adstrito a estes fregueses, viesse a permitir a constituição de uma Paróquia autónoma.

Como assinalou Ribeiro (1970, 306), o povoamento da faixa litoral do continente português ficou marcada por uma memória histórica e militar relacionada com o processo da Reconquista e pela sua localização, a sul “do núcleo demarcado pela linha do Mondego-Serra da Estrela” de onde partiu “a Reconquista já portuguesa que, em dois séculos e meio, duplicou o território nacional integrando nele a maior parte da fachada atlântica da Ibéria”. Este constitui um dos traços relevantes que importa assinalar a propósito do povoamento do centro de Portugal e do processo de formação da unidade religiosa que estamos a analisar, a Diocese de Leiria-Fátima, na sua relação directa com a Estremadura portuguesa.

Esta designação é “uma expressão de sentido histórico que na Reconquista se aplicou à zona onde ‘estremavam’ os territórios submetidos a Mouros e a Cristãos” (A. Girão, 1941, 405). Mais ainda, no dizer de Caldas e Loureiro (1966, 79): “até ao século XIII, durante quase todo o período da reconquista, a palavra ‘estremadura’ designava os territórios onde já

dominavam os cristãos, mas fronteiros àqueles que estavam ainda sujeitos aos muçulmanos”. O significado actual da região litorânea que se estende do Baixo Mondego à bacia do Tejo, configura a memória histórica que estes autores lhe conferem e assinala um cenário geográfico particular dominado pela ossatura do maciço calcário e a faixa costeira litoral que se estende daí até ao Oceano. Uma referência às principais praças da região.

Leiria

Retomando o que anteriormente foi assinalado (Arroteia, 2008), o relato das lutas travadas entre os portugueses e os muçulmanos na conquista destas terras, são um testemunho da acção de diferentes agentes de povoamento, que não só Igreja ou o Rei, mas também das ordens religiosas e militares. Estas contribuíram para o estabelecimento dos padrões de povoamento mais antigos através da consolidação de algumas praças-fortes, de centros de poder religioso e administrativo na área dominada pelo Castelo de Leiria e por outras fortificações construídas ao longo da linha de defesa militar, de Soure a Tomar. Esta linha interior de circulação, entre Lisboa e o norte do país, identificada com a antiga estrada romana de Lisboa a Braga, tornou-se numa linha defensiva militar que resistiu até à consolidação da monarquia e ao incremento e traçado de novas linhas de circulação mais próximas do litoral.

Recorda-nos Gomes (1995, 86) que a edificação do castelo de Leiria, em torno do qual se veio a organização o território concelhio, militar e religioso, com funções defensivas e de organização de povoamento, levou à construção de “atalaias de vanguarda nos seus limites oriental (Ourém) e meridional (Porto de Mós) que, numa primeira fase, tiveram apenas função militar”. De acordo com este autor (op. cit., 99), estas fortalezas foram “sediadas junto de zonas de fácil penetração da mourama inimiga, mormente em Porto de Mós (detendo fluxos invasores sud-orientais via Serra dos Candeeiros) e em Ourém (dominando a serra de Aire e a antiga via romana de ‘Sacalabis’ a ‘Conimbriga’).

Nestas circunstâncias o Castelo de Leiria, conquistado por D. Afonso Henriques aos mouros, no decorrer do tempo, “ora retomado por estes, ora restaurado pelos Cristãos” (Vasconcelos, 1980.II, 402), constituiu uma etapa decisiva no processo de povoamento do território nacional a sul do Mondego. Diz-nos Barbosa (1991, 15) que “a fronteira do Condado portugalense estendia-se, na zona litoral-sul, às terras pouco povoadas de Soure”, território este que “fazia parte de uma ‘marca’ destinada a defender os campos de Coimbra das frequentes incursões muçulmanas vindas do litoral ou do vale tagano”.

Desta forma tornava-se evidente a “importância estratégica do castelo de Leiria e, depois, da vila que cresceu à sua volta” (loc. cit.), uma vez que a mesma se situava na convergência das rotas entre as bacias hidrográficas do Mondego e do Tejo: “um dos caminhos, pela região estremenha, o outro, pela

serra, tomando o caminho de Porto de Mós e Ourém, rumo ao vale do Tejo e Santarém” (loc. cit.). Tal posição terá sido reconhecida pelo primeiro rei de Portugal que no seu testamento fez doação do domínio eclesiástico de Leiria, em 1180, ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra como regista O Couseiro (1868, 5):

“Eu Affonso, rei dos portuguezes, filho do conde Henrique e da rainha Thereza, e neto do grande rei de Hespanha Affonso (...) faço esta firme carta de testamento, pela qual deixo ao mosteiro de Santa Cruz, sito nos arrabaldes de Coimbra, todo o ecclesiastico do castello que chamam de Leiria, o qual castello eu primeiro levantei desde os alicerces em terra despovoada; e tendo-o, por nossos peccados, os serracenos destruido, o edifiquei segunda vez. Dou pois ao sobredicto mosteiro de Santa Cruz a egreja d’este castello, com tudo aquillo que antes possuira na primeira povoação, e o mais que depois poder adquirir; e não só lhe dou esta actual egreja, senão tambem quantas mais no mesmo castello e seu termo se forem edificando, conforme a necessidade (...)”.

Acresenta o referido documento (O Couseiro, 1868, 7) que, deferida esta súplica, “confirmou o Papa Celestino 3º a dicta doação, em o quinto anno do seu pontificado, aos dez dias do mez de julho, que vem a ser no de 1195 (...) e no mesmo anno, a instancia do mesmo rei, fez Gilberto, bispo de Lisboa (e o primeiro d’ella), desistencia do direito que tinha, ou podia ter, na jurisdicção ecclesiastica d’este districto de Leiria, de consentimento do seu cabido, a qual o dicto Papa Celestino, em o mesmo anno, confirmou”. Estas referências parecem coincidir com a segunda doação desta terra, depois da reconquista da fortaleza aos serracenos e da sua reedificação, feita pelo referido monarca no ano de Christo de 1142 (op. cit., 3).

De acordo com Gomes (2004, 29-30), a construção do castelo de Leiria e a apropriação deste espaço fronteiriço entre cristãos e muçulmanos, “significava a intromissão numa zona neutra, provocando o rompimento dum equilíbrio relativamente estável desde há mais dum século (...) mesmo como essencial para a defesa dos campos de Coimbra, frequentemente assediados, por essa época, pelas hostes almorávidas e serracenas”. Nota ainda este autor (Gomes, 1995, 24) que “o território de Leiria, à data da chegada dos cavaleiros e povoadores de D. Afonso Henriques, era, pois, considerado terra despovoada, erma e bravia. (...) A bacia do Liz era, então, envolvida por densos bosques e, no litoral, já dominava o pinhal (...). Enquanto isso, as condições dos solos criadas por séculos de desaproveitamento humano caracterizavam-se pela ocupação de grandes paus ou por estarem assoreados”.

Dada a influência eclesiástica de Coimbra na região, nomeadamente a do seu Priorado Crúzio, a primeira igreja foi dedicada a Nª Senhora da Pena (orago: Nª Senhora da Anunciação), que ficou sob jurisdição do Prior Mor de

Coimbra. De acordo com o Secretariado Nacional de Liturgia⁹, a evocação do “momento da Anunciação, através do Anjo Gabriel, Deus expõe portanto, a Maria os Seus desígnios.”. Mais ainda, “Ao celebrar este mistério, precisamente nove meses antes do Natal, a Solenidade da Anunciação orientamos já para o Nascimento de Cristo” e realça a natureza mariana desta celebração comemorada no dia 8 de Abril.

A esta Igreja ficaram a pertencer vastos domínios territoriais do Castelo de Leiria, sucessivamente desmembrados para a formação de novas paróquias ou freguesias, que deram origem a novas circunscrições administrativas. Para tanto terá valido a deslocação de habitantes residentes nas imediações de Coimbra, sujeita a uma forte “pressão e demográfica” (Gomes, 2007, 27), levando-os “a procurar novos lugares de habitat a Sul do Mondego” (loc. cit.). A estes colonos juntaram-se habitantes de outros lugares do Norte de Portugal, conduzindo a um acréscimo de moradores, à delimitação dos termos das povoações e ainda, como recorda Serrão (1989.I, 112), “ao incremento da vida municipal, sem esquecer os laços inter-regionais que fizeram muitas povoações sair do isolamento e tornar-se centros vitais de comunicação”.

Estas acções vieram a complementar as doações do primeiro monarca às ordens religiosas do Templo, do Hospital e aos Bernardos de Alcobaça, permitindo a entrega de parcelas do território na área do castelo de Leiria ou muito próximas dele, com o objectivo da sua defesa e povoamento. Refere Castro (1762, II, 62), que chegando a viver juntos, em Alcobaça, 999 religiosos, “em tanta multidão sucedia haver algum embaraço, por que não cabião todos no Coro, nem Refeitório, nem hum só Prelado podia dar assento a tantos súbditos”, pelo que “dividirão-se em Decadas, ou Decanias, dando-se a cada dez Religiosos hum velho por Prelado (...)”.

Com esta organização podiam participar alternativamente nos actos religiosos, fomentando, pela sua dispersão em “diferentes quintas, e lugares circunvizinhos” (loc. cit.), a concentração de novos residentes e colonos. Nas relações lugares do concelho de Alcobaça evidencia-se a profusão de lugares com a designação de Casal e de Quinta o que confirma, ainda na actualidade, a fragmentação do povoamento decorrente do processo de arroteamento dos campos de Cela-Valado (Cardoso, 1767, 174).

Depois da edificação do castelo de Leiria este centro funcionou como limite sul do reino de Portugal atraindo para a sua periferia novos colonos. A este respeito diz-nos Barbosa (op. cit., 33), que a Leiria, “para onde não avançam os Templários, caberia conter as simples algaras vindas da região de Alcobaça e, eventualmente, da zona serrana. Por isso era desnecessário fazer deslocar para lá uma força de ‘élite’ permitindo, por outro lado, arranjar uma vasta região para onde se pudesse canalizar o excesso populacional da região nortenha e coimbrã”. Nestas circunstâncias a concessão da “carta régia de

9 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=506MAI13

foral” atribuída por D. Sancho, em 1195, a Leiria (bem como a outras localidades, nos finais do século XII), parece constituir-se um bom exemplo do trabalho desenvolvido pelo monarca, Povoador.

Como foi assinalado, para tanto terão igualmente contribuído os grandes donatários destas terras - os frades Crúzios de Coimbra - que tinham em Leiria um representante directo do Prior-mor de Santa Cruz, “como Vigário Geral e Provisor, assistido por uma Colegiada” (Zúquete, 1943, 17). Note-se que no início de Duzentos, o rei D. Dinis obteve do Papa a cedência do “décimo das rendas eclesiásticas do reino para o auxiliar na luta contra os mouros; apenas se excluía os rendimentos da ordem do Hospital, por esta já se dedicar a essa luta em permanência” (Rodrigues, 2006, 73). De assinalar, portanto, que a rede de fortificações militares - de Soure a Tomar – teve um papel fundamental na consolidação do poder régio, do poder feudal e do poder das entidades religiosas, através do acolhimento de novos moradores em vales e arroteados.

Uma nota sobre a Ordem do Templo de Salomão ou Templários, fundada em 12 de Junho de 1118, em Jerusalém, encabeçada por Hugo de Payens: a sua acção orientava-se para a defesa de Jerusalém e do Santo Sepulcro, bem como para a protecção dos peregrinos que para aí se dirigiam. Data de 1126 a fixação desta ordem em Portugal, sendo seu primeiro Mestre D. Gualdim Paes. Em 1128, D. Teresa fez a doação das terras de Soure e do seu termo (terras entre Coimbra e Leiria), então sob alçada dos muçulmanos, à ordem do Templo. O centro de operações desta Ordem foi fixado em Tomar.

Complementarmente à acção de defesa das terras serranas, os Monges Bernardos de Alcobaça foram os grandes dinamizadores do povoamento litoral oeste. Deles recordam-se as inovações hidráulicas para enxugo dos paúis, a drenagem das terras baixas, a intensificação da agricultura, o incentivo ao comércio praticado nos vários portos litorais, da foz do Liz à ilha de Peniche e ainda a construção de uma rede moageira ao longo dos principais cursos de água.

Estas condições levaram Gomes (1993, 83) a afirmar, que “Leiria medieval tinha um valor plural que se explica pela sua situação geográfica. Nela confluíam estradas que ligavam o norte com o sul do País e era esta a cidade mais importante nas proximidades de grandes senhorios económicos, caso do Mosteiro de Alcobaça e da Casa de Ourém, ou dalguns centros urbanos periféricos de menor peso (v.g.Porto de Mós, Pederneira, Ourém e Pombal (...)). Mais, ainda, como “Centro situado entre Coimbra Santarém e Lisboa, Leiria consegue manter ao longo dos séculos medievos uma capacidade congregadora não só como pólo comercial, como também dum ponto de vista administrativo e jurisdicional. Prova-o o facto de ter sido cabeça de comarca e de almoxarifado para além de centro concelhio”.

Nestas circunstâncias a presença da praça militar de Leiria e a rede de casais constituída por paróquias e lugares dispersos nas suas proximidades, devem ser considerados como um pilar essencial ao fortalecimento do poder eclesiástico e, dadas as suas relações com o poder régio, à construção de uma rede alargada de núcleos de povoamento em torno do Priorado de Leiria, das Ordens religiosas e militares estabelecidas em Pombal, Porto de Mós, Ourém, na Batalha e em Alcobaça. Mais ainda, reforça a acção e presença de outras praças militares representadas por Soure, Celas, Tomar ou mesmo Santarém.

Estas as condições que facilitaram a consolidação do concelho de Leiria e o fortalecimento do poder eclesial em torno de um núcleo duro de prestações religiosas, militares e de defesa, administrativas, fiscais e outras, que constituem o marco histórico e geográfico do poder religioso estabelecido em torno da Sé de Leiria.

Batalha

A construção do concelho da Batalha está relacionada com a edificação do Convento e a constituição do núcleo populacional próximo ao qual foram agregados os casais vizinhos, reunidos sob a administração comum do seu administrador. Sendo uma terra com vestígios de um povoamento humano remoto, afirma Gomes (2005, 9) que “O Concelho da Batalha foi estabelecido por carta real de 18 de Março de 1500. Com tal privilégio, o rei D. Manuel concedia aos moradores da povoação o título de vila e o estatuto legal de município. Coroava-se, deste modo, uma longa caminhada de pouco mais de um século, desde que, por 1386-1388, se iniciaram as obras de construção do majestoso mosteiro gótico que D. João I decidira fundar, para memória eterna e comemoração permanente da vitória real obtida sobre os Castelhanos (...)”.

Recorde-se a vitória do exército português sobre o domínio castelhano, que deu lugar à construção do “convento de frades dominicos” nas margens do rio Lena e a construção deste convento, com “as varias casas e oficinas que se construíram para habitação e mestéres dos operários, mestres, directores, fiscais e mais empregados da fabrica do magestoso convento” – o mosteiro de Santa Maria da Vitória – que estão na origem da Vila (Leal, 1873.I, 350). Foi a partir deste núcleo religioso e da fixação da população na sua periferia, habitual para assegurar os trabalhos dentro e fora do Mosteiro, que progrediu o lugar e outros casais próximos alimentados pela fertilidade do solo, abundância de gado e existência de caça e peixe existente nesta área (op. cit., 350).

Mais adiante afirma o mesmo autor (loc. cit.): “Nascia, assim, numa Estremadura já eleita pela avoenga régia para, na área de domínio territorial de Leiria, ser entregue a sua administração espiritual à iniciativa dos Cónegos de Santa Cruz de Coimbra, e, nos campos mais a Sul, a quatro léguas da Cidade do Liz, se dar corpo e patrocínio ao estabelecimento da grande Abadia de Alcobaça (...)”.

Quanto à evolução deste concelho, assinala ainda este autor (op. cit., 17): “A área de influência político-administrativa da Batalha alargou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII). Foi, contudo, somente no âmbito das reformas administrativas liberais posteriores a 1835, que o Concelho da Batalha se viu acrescentado da Freguesia do Reguengo do Fetal. Um Decreto de 7 de Setembro de 1895, confirmado por carta de Lei de 21 de Maio de 1896, extinguiu o Concelho da Batalha, o qual, contudo, seria restabelecido em 13 de Janeiro de 1898 (...)”.

Este exemplo confirma a análise de Ribeiro (1970, 321) quando refere que os actuais municípios assentam nas antigas “comarcas”, ou sejam, “as pequenas unidades que se originam na situação ou no relevo, no clima ou na vegetação, num estágio de economia ou numa fase da sua organização humana, ou na combinação de vários destes elementos (...), providas muitas vezes de um nome tradicional, vivo entre o povo e documentado pela história”. Tais circunstâncias estão presentes na evolução do actual Município da Batalha, na sua memória histórica e autonomização face aos concelhos vizinhos.

Porto de Mós

A localização de Porto de Mós, na proximidade da baixa do rio Lena e a configuração do lugar entre o planalto de S. Mamede e a serra dos Candeeiros, confere-lhe uma posição estratégica e defensiva em relação às terras do interior e aos eixos de circulação mais antigos. Daí que, como deixou assinalado O Couseiro (1868, 232), a vila de Porto de Mós esteja situada “em uma costa arriba, e o castello no alto; tem uma ribeira, fresca com o rio que por ella passa”. Mais ainda, “esta villa e sua fortaleza é muito antiga, porque já era em tempo d’el-rei D. Affonso Henriques, e tinha castello, e ahí venceu D. Fuas Roupinho os mouros e captivou um rei seu”. Estas condições permitiram que a povoação recebesse o seu primeiro foral em 1142, o qual foi confirmado por D. Sancho I em 1195.

Por sua vez refere Leal (1876.VII, 571): Porto de Mós “teve esta povoação princípio em uma fortaleza construída pelos árabes, no século IX” mas, em tempo distante, “estando em Coimbra o nosso primeiro rei, D. Affonso Henriques, resolveu tomar por surpresa o castello de Porto de Mós, que n’esse tempo era importantíssimo, e seguro valhacoito dos mouros, que d’elle sahiam com frequência a roubar e devastar as povoações christans”. Prossegue o referido autor (Op. cit., p. 574-575), que “em 1200, porem, D. Sancho I, mandou reedificar e ampliar a fortaleza, e reconstruir e repovoar a villa; que desde então não tornou a cair em poder dos mouros”.

A propósito desta povoação, diz-nos ainda Ramos (1970, 15) que “em 1153, na carta afonsina de doação e couto aos monges de Alcobaça, menciona-se, pela primeira vez, a Póvoa portomosense do Ândam (Andano), e, dessa data em diante, os numerosos escambos, compras e doações

estabelecem contacto tão estreito com o Mosteiro de Alcobaça que quem desejar conhecer, com alguma profundidade, a história de Porto de Mós é forçado a compulsar os documentos alcobacenses”. Entre outras provas regista o autor (op. cit., 33) a doação dos bens dos Hospitalários localizados em Porto de Mós aos Cistercienses (em 1230) e mais tarde, em 1255, a doação do “padroado da igreja portomosense de Santa Maria do Castelo” ao Mosteiro de Alcobaça.

Foi-lhe concedido foral em 1305, ao tempo de D. Dinis, estando a história do seu castelo associado à acção de um dos seus alcaides, D. Fuas Roupinho, igualmente conhecido pela edificação do Santuário no sítio de N^a S^a da Nazaré. Esta a relação entre Porto de Mós e os territórios do Oeste dominados pela acção de povoamento e colonização em Coutos, como sucedeu em torno da Abadia Cisterciense de Alcobaça e cuja acção estendeu-se bem para norte aos campos de Ulmar e à baixa do Mondego, em Seiça. No seu relacionamento com os concelhos vizinhos, Porto de Mós conseguiu manter a função administrativa que lhe foi consignada, agrupando os interesses dos habitantes mais próximos e a respectiva área de influência face à concorrência dos outros municípios.

Ourém

A história da terra e da antiga fortaleza de ‘Abdegas’ reforça-se no início do século XII, ao tempo de D. Afonso Henriques, e assinala o percurso histórico desta povoação que culminou com a mudança da sua designação para ‘Auren’ e Ourem, nos tempos modernos. A vila de Ourém, “assente sobre o dorso de um alto monte pyramidal, de difícil acesso, no centro de um extenso e profundo valle sem outra alguma elevação próxima” (Leal, 1875.VI, 315) era, por estas razões, considerada uma importante praça estratégica na defesa desta região interior. Mais ainda, diz-nos Peres (1929.II, 19), que a posição extrema ocupada por esta fortaleza na “linha Leiria-Ourém-Cera (Tomar)”, permitia àquela praça continuar a representar “a maior parte do tempo, o papel de atalaia mais avançada sobre o território ocupado pelos mouros” ou seja sobre a Balata, nome desta parte do continente português que depois da Reconquista foi substituída pela designação de Estremadura (loc. cit.).

Registe-se a antiguidade desta povoação, “importante ao tempo dos godos, com o nome de ‘Abdegas’, e que cahiu em poder dos mouros, em 715” (Leal, 1875.VI, 318). Assinala ainda Leal (/loc. cit.): “é mesmo provável, que já existisse no tempo dos godos; mas de certo tinha outro nome, pois o de Abdegas é evidentemente árabe – Abd-Egas (pae de Egas) talvez tomado de algum godo que fosse senhor da povoação, ou aqui residisse”. A soberania árabe sobre esta povoação terá persistido até ao início do século XI, tendo sido reconquistada em 1136 quando D. Afonso Henriques “tendo já tomado

Leiria no anno antecedente, tomou esta villa aos mouros, ainda com o nome de Abdegas” (loc. cit.).

Quando Ourém foi “tomado aos mouros” (Elyseu, 1868, 23) o seu território foi reconhecido distinto do de Leiria uma vez que, em 1142, o foral de Leiria refere já o “porto Auren”, ou seja, “a passagem, ou ponto de comunicação de uma terra para outra, atravessando eminências ou sêrros, que eram a divisão natural das terras” (loc. cit.). Tal facto ganha maior relevância séculos mais tarde com a criação e a acção da Colegiada de Ourém – Colegiada de Santa Maria das Misericórdias – criada por iniciativa do Conde de Ourém (da Casa de Bragança¹⁰) com a agregação das paróquias existentes, durante a primeira metade do século XV (1415).

Anota o Dicionário Histórico de Portugal a sua fundação, por D. Afonso, conde de Ourém e 1º marquês de Valença¹¹: “Em 1415 fundou a importante colegiada de Ourém, consignando-lhe copiosas rendas para sustentação das dignidades e cónegos, de que ela se compunha. Edificou também N. Sr.^a das Misericórdias, de Ourém, sumptuoso templo e sede da referida colegiada”. Ao vigor dos primeiros tempos, esta colegiada registou uma perda sua influência depois da integração no seio da Diocese de Leiria, nos finais do século XVI¹², e quando do terramoto de 1755, quando os edifícios que a constituíam foram profundamente destruídos. Mal refeita da devastação causada pelo terramoto, sofreu bastante com as invasões francesas tendo sido extinta no início do domínio Liberal, em 1834.

Estas razões estiveram na origem de um retraimento na constituição de novas paróquias, como se justifica em períodos de maior turbulência e crise económica e social e em períodos de fome, devastações e mortes causadas por lutas internas ou por invasões de tropas estrangeiras comandadas pelo exército de Massena. Estas condições levaram ainda à fixação da população na parte mais baixa, junto da Ribeira de Seiça, onde se veio a constituir o núcleo urbano de Vila Nova de Ourém, em contraste com a parte mais alta onde se situa a vila medieval, com o seu Castelo e Colegiada.

As funções administrativas da sede da Vila e os serviços aí concentrados inerentes ao seu desempenho complementaram outras actividades da população, essencialmente rurais, em terras da sua bacia e nas áreas planálticas que a cercam.

Pombal

A importância da praça-forte de Pombal deve ser assinalada antes ainda das referências medievais, que lhe conferem o senhorio e doação por parte de

10 <http://www.arqnet.pt/dicionario/valenca1m.html> 2JAN13

11 <http://www.arqnet.pt/dicionario/valenca1m.html>

12 http://www.districtosdeportugal.com/site_nsmisericordias/resenha_historica.htm 2JAN13

D. Afonso Henriques, aos Templários. Refere Leal (1876.VII, 129) que, “pelos anos de 1181, o seu mestre, o famosíssimo D. Gualdim Paes, de Marecos, tratou de lhe edificar o castello, no sítio mais apropriado, no topo do cabeço, pois foi com tal obrigação que o rei lhe deu este senhorio”. Mais ainda (loc. cit.): “constituía uma das boas comendas da ordem do Templo, ate 1311, e desde 1319, até 1834, o continuou a ser da Ordem de Christo”. Não fosse o seu território “fertilíssimo de todos os géneros agrícolas do nosso clima, e cria muito gado” (op. cit., 130), situação que permitia um povoamento consistente das margens do rio Arunca à parte mais elevada das suas margens e bacia.

Das *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de S. Cruz de Coimbra*, transcrevemos o seguinte: “Dom affonso o primeiro rey de Portugal como tomou leirea aos mouros logo dotou aa uera cruz leirea com toda a jurisdicõem real e com todo o eclesiástico (...). O castello de leyrea era dos sarraziis, e corriam a terra ata Coimbra. E faziam muyto mal aos christaaos em soyre e em pombal (...)”. Por isso a sua ocupação era necessária para conter essas investidas, provenientes do ‘distrito’ escalabitano¹³ residente a oriente deste castelo, ou então dos muçulmanos residentes na zona de Óbidos-Alcobaça (Elyseu, 1868, 30).

A relação de Pombal como a praça de Soure é ditada, nos primeiros tempos da Reconquista, pela sua articulação com aquela guarnição na defesa comum dos campos de Coimbra das investidas permitidas pela via romana e fluviais, através do vale rio Arunca (Barbosa, 1991, 15). A Leiria cabia “a defesa do flanco austral de Soure” (Op. cit., 31). A este respeito diz-nos Barbosa (1991, 16), que Soure “povoa-se antes de 1043”, sendo “primitivamente um mosteiro moçárabe fundado pelo presbítero João, datando desse ano a sua doação ao mosteiro da Vacariça”. Neste sentido o castelo de Pombal e a acção do Grão-Mestre da Ordem dos Templários, foi decisiva para manter a linha defensiva criada entre os campos do Mondego e o leito do rio Nabão.

Com a extinção da ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, em 1312, pelo Papa Clemente V, D. Dinis funda em substituição a Ordem de Cristo, em 1319, com sede em Tomar. Esta Ordem acolhe elementos da Ordem do Templo de Salomão e os seus bens e riquezas. Já anteriormente a esta data, em 1309, este monarca recupera a posse das praças de Pombal, Ega, Redinha e Soure, pertencentes aos antigos frades-guerreiros. Recorde-se que esta povoação, próxima da fronteira natural do rio Mondego, entre as terras mouriscas e as cristãs – antiga ‘Saurium’ – encontrada abandonada, foi mandada povoar pelo conde D. Henrique, “concedendo-lhe grandes privilégios aos seus povoadores, no foral que lhes deu em Junho desse anno” (Leal, 1880.IX, 431).

13 Ou da Balata, a Valada cristã, refere Barbosa (1991, 27), “onde se incluía toda a área a sul da fortaleza do Lis”.

Prossegue o mesmo autor (loc. cit.): “Quando, em 1037, D. Fernando Magno, rei de Castella e Leão, tomou Coimbra aos mouros, o miramolim de Marrocos, que vinha ajudar os defensores da cidade, vendo que ella estava perdida, teve de retirar para ‘Gib-al-Tarik’ (Gibraltar) e d’alli passar á Africa. Na sua retirada, saqueou, arrazou e incendiou todas as povoações portuguezas por onde passava. Soure foi uma das primeiras onde os mouros sevaram o seu ódio, e a raiva de não poderem salvar a sua formosa Coimbra, e a villa ficou reduzida a um montão de ruinas”. Ate à reconquista definitiva das terras a sul do Tejo foi esta povoação sujeita a várias provações causadas pelo exército inimigo.

A proximidade de Pombal do centro religiosos e administrativo de Coimbra, fez depender do poder deste Bispado o domínio destas terras, com excepção de uma faixa marginal do concelho de Pombal, que devido à proximidade de Leiria, ficaram na dependência deste Bispado. No seu conjunto a rede de paróquias criada no início da Idade Moderna constitui uma teia já coesa de suporte à fixação da população, à criação de outras unidades civis e religiosas, à consolidação do poder administrativo e ao reforço dos laços comunitários reclamados pelo poder eclesiástico e civil, que perdurou para além o período medievo da sua construção.

As referências anteriores obrigam a uma nota ao povoamento incentivado pelas ordens religiosas, nomeadamente os Monges de S. Bernardo, na sua relação com o frade de São Bernardo de Claraval, fundador da Ordem Cisterciense e patrono dos Templários. Este abade e doutor da Igreja¹⁴, “Nasceu no ano 1090 perto de Dijon (França) e recebeu uma piedosa educação. Admitido, no ano 1111, entre os Monges Cistercienses, foi eleito, pouco tempo depois, abade do mosteiro de Claraval. Com a sua actividade e exemplo exerceu uma notável influência na formação espiritual dos seus irmãos religiosos. Por causa dos cismas que ameaçavam a Igreja, percorreu a Europa para restabelecer a paz e a unidade. Escreveu muitas obras de teologia e ascética. Morreu em 1153.”

A ligação directa do mosteiro dos Bernardos à Ordem templária perdurou desde a sua fundação até meados do século XVI, quando o Papa Pio V permitiu a autonomia da Congregação e Portugal. Como as demais ordens religiosas esta foi extinta no decurso da revolução liberal, em 1834.

Não podemos deixar de assinalar que o arco litoral determinado pela faixa litoral de maior acessibilidade, entre o bordo calcário estremenho e o mar, identificado pela presença de diversas fortificações militares, foi-se consolidando mercê do crescimento da sua população e actividades, da definição dos poderes locais, nomeadamente dos concelhos, do alargamento

14

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=136 6MAI13

da sua área de influência e da diversificação das actividades agrícolas, florestação e comércio dominante na região.

Figura 2 - Estremadura (fragmento)



In: *Albernas*, 1575-1660. http://purl.pt/16992/1/cc-902-r_JPG/cc-902-r_JPG_24-C-R0150/cc-902-r_0001_1_t24-C-R0150.jpg

Como espaço aberto a outras influências, também aqui se fizeram sentir as crises dinásticas e sociais que assinalam a consolidação da monarquia e da burguesia, mas também as fomes e as pestes que no decurso da construção do Reino, durante a 1ª Dinastia e nas seguintes, afectaram a população portuguesa. Disso nos dá conta Serrão (1992.IV, 8), ao referir que a extensão da peste negra e a mortandade que tal originou, levou à “diminuição do clero e dos bens da igreja” e à extinção e anexação de várias unidades paroquiais, à sombra das quais acabaram por florescer escolas rurais e “obras de assistência que “acompanhavam e completavam a sua acção moral e religiosa” (loc. cit.).

Daqui resulta que a evolução dos territórios e do poder religioso que subjaz ao aumento de fiéis, à constituição de novas paróquias e à edificação da Diocese, deve ter em conta a própria evolução administrativa do Reino e a construção identitária das suas circunscrições. Embora evoluindo separadamente, a relação entre o poder temporal régio não se pode desligar do poder espiritual – e também temporal – da Igreja no seu conjunto, no decurso do fortalecimento do movimento vicarial e religioso alcançado pelos poderes estabelecidos nas Dioceses de Coimbra e em Lisboa, antes da formação da Diocese de Leiria.

Pela sua proximidade e domínios alargados à região centro do país, a acção da diocese de Coimbra estendia-se pelo litoral numa área compreendida a sul do Mondego até à Mata do Urso, pertença do antigo concelho de

Louriçal e da paróquia de Mata Mourisca. Aqui situava-se o Pinhal da Universidade que cobria, na sua parte sul, a Charneca da Barranha, passando perto da Lagoa da Ervideira e daí até ao mar; no interior, estendia-se pelo terrenos marginais e interior do maciço Calcário de Sicó, a norte da fortificação militar de Pombal, alongando-se pelas margens das ribeiras de Carnide e do rio Arunca. Estas bacias drenam para a bacia hidrográfica do Mondego e estabelecem um contacto próximo com os campos do Mondego, os territórios vizinhos da sua Beira Litoral e, sobretudo, da Estremadura setentrional.

Estes os traços físicos, históricos e humanos, identificam-se na sua parte sul com a Estremadura portuguesa, na sua ligação ao território do Vale do Tejo. Referimo-nos, em particular:

- no primeiro caso, às paróquias religiosas pertencentes ao Município de Alcobaça e aos antigos domínios dos frades Bernardos de Santa Maria de Alcobaça;

- no segundo, às paróquias que embora administrativamente integradas no município de Alcanena – área do antigo Distrito de Santarém – partilha, pela sua proximidade e traços geográficos e humanos, os destinos religiosos da Vigararia de Porto de Mós.

4. Divisão administrativa

O território centro-litoral apresenta diversos testemunhos de uma ocupação humana bastante antiga e da influência de diferentes tipos de civilização, sobretudo de povos que aportaram por via marítima a ancoradouros da costa – fenícios, gregos, romanos e árabes – ou através do continente e que aqui se fixaram. Com base na consulta de várias fontes documentais, Gomes (1995, 21) regista o seguinte: “Ao povoamento romano, isolado e disperso, centrado por ricas casas rurais de senhores, ao que parece, cedo convertidos ao cristianismo (...) não presidia um núcleo urbano com força suficiente para aglutinar e promover a continuidade desse modelo económico de povoamento e exploração da terra. No contexto das invasões suevas e visigodas processou-se o atrofiamento desses ilhéus colonizadores”. Prossegue o mesmo autor (op. cit., 22) afirmando que a terra de Leiria era “não habitada, deserta de gente humana e sem senhor”, dominada por um “despovoamento estrutural” (loc. cit.) durante o domínio muçulmano.

Não obstante tal situação é de considerar a existência de núcleos de poder senhorial centrados em herdades e lugares de maior dimensão, onde as populações eram recenseadas, pagavam os impostos, recorriam à justiça e prestavam culto às suas divindades. Esta situação foi alterada quando da Reconquista através da fixação permanente de novos habitantes em casais e em lugares, permitindo o arroteamento permanente da terra, a exploração continuada dos seus recursos naturais e a persistência de alguns “núcleos de cristandade” (Serrão, 1989.II, 416), que ganharam maior expressão no decurso

de toda a primeira dinastia. Este processo e a construção do Reino de Portugal com os monarcas a incentivarem a colonização da terra e a defesa do território, concedendo forais e promovendo a construção de unidades de poder administrativo e eclesiástico, contou com o poder da Igreja e de diversas Ordens religiosas.

No Centro, o território estava repartido entre o domínio cristão de Coimbra e as praças agarenas de Santarém e de Lisboa, sendo por isso uma área de fronteira. Contudo a rede de povoamento cristã existente, com o enfraquecimento do domínio muçulmano, veio permitir a consolidação de comunidades de moradores e de fiéis reunidas em torno do Cura responsável pela vida religiosa nas terras sob o domínio do poder eclesiástico. A este respeito recorda-nos Ribeiro (1967, 59) que a região a sul do Mondego pertence ao “Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou ‘as instituições, os usos e a língua’ e algumas tintas de uniformidade”.

Como notou (Vasconcelos, 1942.III, 11-12) estas terras podiam constituir-se como domínios políticos, religiosos ou apenas como “simples área geográfica, de limites certos ou vagos”. De acordo com o referido autor (loc. cit.) durante os séculos XII e XIII, terra, “significava distrito administrativo e militar, a que presidia um ‘tenens’ (...)” ou então “as ‘terras’ constituíam ao mesmo tempo comarcas judiciais, ‘julgados’ (...)”. Para o mesmo autor (loc. cit.), “os ‘julgados’ constavam de freguesias (...)”. Depois que no decurso do sec. XIV, a existência de ‘concelhos’ se alargou por todo o reino, aparece esta designação mais frequentemente do que a de ‘julgado” designação que veio também a substituir a de “préstamoss, casais, aldeias ou freguesias cujos rendimentos, no todo ou em parte, revertiam em benefício de um prestameiro (prestamarius)”. Estas eram a retribuição de um cargo público geralmente militar e às vezes civil (Caldas e Loureiro, 1966, 75).

Em sentido amplo, a divisão do Reino em Terras, perdurou até à consolidação do território - meados do século XIII – e à sua organização régia agrupando até então os Coutos – titulados por donatários eclesiásticos, as Honras, dos nobres - e os Concelhos – “senhorios colectivos populares” (Valério, 2001, 27). Faz notar o mesmo autor (loc. cit.) que, “durante o primeiro quartel do século 14, verificou-se a separação da administração militar e da administração civil ao nível das terras e a substituição destas por uma divisão estável do país em seis províncias, cada uma com um governador militar e um corregedor civil, com funções administrativas e judiciais. Essas seis províncias eram as seguintes:

- a) Algarve, abrangendo as zonas a sul das serras do Caldeirão e de Monchique.
- b) Beira, abrangendo o interior entre o Douro e o Tejo.
- c) Entre-Douro-e-Minho, depois Minho, abrangendo o litoral a norte do Douro.

d) Entre-Tejo-e-Odiana, depois Alentejo, abrangendo as zonas entre o Tejo e as serras do Caldeirão e de Monchique.

e) Estremadura, abrangendo o litoral entre o Douro e o Tejo.

f) Trás-os-Montes, abrangendo o interior a norte do Douro.”

Com as necessidades de reorganização do Reino esta divisão veio a ser rectificadas em Quinhentos e as Províncias acabaram por ser substituídas por unidades de menor dimensão, as Comarcas. Perdurou, no entanto, a memória destas unidades territoriais, sugerindo até a rectificação da designação e limites, desta vez de acordo com critérios geográficos e administrativos. De forma idêntica as unidades administrativas de menor dimensão, tais como Concelhos e Paróquias – Freguesias, mantiveram-se com células estruturantes da vida comunitária, civil e religiosa.

De acordo com Ribeiro, Lautensach e Daveau (1989.III, 638), “a divisão administrativa em freguesias deriva portanto da organização de direito civil privado da antiga ‘villa’”. Assim se entende o processo de criação das novas freguesias, principalmente a partir do começo de Quinhentos quando se acelerou a autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes. Relativamente ao território desta Diocese, Gomes (2004, 85) dá conta que “ao findar o penúltimo quartel undecentista, a autonomização dos espaços ourensense e portomosense” dão início a “uma outra fase na ordenação do espaço e dos poderes que respeitavam a Leiria”.

O mesmo autor (Gomes, 1995, 70) faz notar que, então, “Leiria confirmava-se em ambos os momentos como núcleo de base da ordenação do espaço regional ainda que a relação da proporcionalidade entre centro urbano e superfície da área de administração tenha decrescido em 48,59% (de 160 586 ha passou para 82 383 ha). Os espaços sobre que deixou de exercer influência jurisdicional agrupavam-se em três outros senhorios. Uma parte (10 065 ha) foi agregada aos coutos alcobacenses (6,29%), outra (com 26 488 ha) constituiria o concelho de Porto de Mos (16,6%) e a restante (com 22 275 ha) passou a inserir-se na área territorial de Ourém (13,8%)”.

A distribuição hierárquica deste espaço, aqui equacionada, manter-se-ia até finais do século XIII, altura em que foi desmembrado de Leiria o concelho de Paredes, sendo-lhe ainda introduzidas pequenas alterações com a criação do concelho da Batalha em 1500”. Sobre este concelho observa o mesmo autor (Gomes, 2007, 30), que “o processo de afirmação e autonomização do Concelho da Batalha, imposta aos senhores de Leiria (o Rei e a casa donatária da vila, dos Condes e depois Marqueses de Vila Real) e à oligarquia leiriense pelos antigos operários que laboravam no estaleiro da construção do Mosteiro gótico batalhino”, justifica-se pela “sua cultura política (...) suficientemente distinta e activa para dar origem a um discurso reivindicativo de maiores privilégios e autonomia autocrática local” (loc. cit.).

Próximo da Batalha podemos assinalar o caso de Alpedriz: sede e posterior terra da Ordem de S. Bento de Aviz e de concelho medieval, foi o

mesmo extinto em 1836 quando da primeira reforma administrativa liberal e integrada no município de Alcobaça. Por sua vez regista Leal (1873.I, 160), possuir esta terra, “muitas e boas fontes, e o rio, que he dá a muita fertilidade de seus campos”, o que não bastou para que tal anexação se concretizasse.

Os limites destas desanexações reduziram a dimensão do concelho medievo de Leiria, que então estendia-se desde os territórios pertencentes a Montemor-o-Velho e Pombal (a Norte), contactando na área da serra (a Leste) com os de Tomar e Torres Novas e a sul, com Santarém e o couto de Alcobaça. Recorde-se que apesar destas desanexações, Leiria manteve as suas funções comerciais e militares, além da importância política que resulta das estadias dos reis e da realização das Cortes nesta cidade, o que aconteceu pela primeira vez em 1254.

Na parte norte de Leiria, Pombal cresceu a partir do território de Soure - tendo recebido foral em 1174 - de Ega e da Redinha, terras dominadas pelo povoamento dos Templários e cuja influência se fez exercer até às imediações de Leiria. Quando da desanexação do Concelho de Montemor-o-Velho - cujos limites estendiam-se a sul das margens do Mondego, até aos Pinhais da Universidade (Grou-Monte Redondo e Mata Mourisca) -, este concelho viu ampliado os seus domínios até à costa litoral, ao lugar do Osso da Baleia. A parte litoral norte foi integrada no concelho da Figueira da Foz, como o território dos concelhos de Louriçal e do Couto de Lavos, que permaneceram na área do Distrito de Coimbra.

Uma longa sequência histórica assinala a evolução destas terras até à constituição do Poder Local, marcada pela publicação da Constituição da República Portuguesa de 1976 (artºs 238), quando os municípios (antigos Concelhos), conjuntamente com as Regiões Administrativas (a estabelecer) e as Freguesias, passaram a fazer parte das Autarquias Locais. Estas foram consideradas a base da “organização democrática do Estado” português (artº 237-CRP). Refere o mesmo artigo que “As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.”

Recorde-se que as freguesias têm uma origem de natureza eclesiástica, que assenta em comunidades de natureza religiosa e no exercício, pelo Pároco, de um conjunto de funções ligadas à vida dos cidadãos: registo de nascimentos, óbitos e casamentos. A designação destas unidades administrativas ligadas ao exercício de funções relacionadas com a Administração pública surgiu apenas com a aprovação da 2ª Constituição de 1822, ficando consignadas na Carta de Lei de 25 de Abril de 1835. Depois de terem perdido este estatuto, quando da publicação do Código Administrativo de 1836 – passando a ser dirigidas por uma Junta de Paróquia – recuperaram as suas funções em 1878, quando da publicação do Código Administrativo de Rodrigues Sampaio.

As sucessivas reformas da administração local registadas no decurso de Oitocentos, nomeadamente (Lei de 25 de Abril de 1835), passaram a ter os

limites da respectiva paróquia. Já a reforma Administrativa de Rodrigo da Fonseca Magalhães (Decreto de 18 de Julho de 1835), altera “a divisão administrativa do reino, dividindo o país em Distritos; Concelhos e estes em Freguesias” (Santos, 2001, 3), geridas por um Comissário de Paróquia. No ano seguinte o Código Administrativo confere ao Pároco a responsabilidade de presidir à Junta. Por sua vez o Código Administrativo de Passos Manuel (1836) modifica “a estrutura tradicional da divisão concelhia, suprimindo 498 velhos concelhos e criando 21 novos”, determinando a extinção do concelho de Monte Real e de Alpedriz. Outra repartição concelhia foi determinada por Decreto de 24 de Outubro de 1855, na parte norte da Diocese, com a extinção do antigo concelho de Louriçal e a sua integração no concelho de Pombal.

Como em tempo notou Capela (2005, 21) a propósito desta reforma, “Trata-se de uma medida centralizadora do poder municipal que através da criação de uma nova rede de concelhos não favoreceu o reforço da ‘comunidade de vizinhos’, identificadora da antiga matriz ‘concelhia’. Em grande medida o radicalismo da reforma dos concelhos em 1836 - que extingue cerca de metade dos concelhos portugueses - e lhes reduz os poderes e competências - designadamente retirando-lhe o judicial, espaço da nobreza mas também de muitas violências - exprime e mede de certo modo também, os radicalismos e as violências com que vem sendo avaliados e criticando o nosso município desde o Tempo da Ilustração em particular a mais radical e revolucionária”.

A este respeito adiantou o referido autor (op. cit., 19) ter ficado comprometido e fortemente dividido “a comunidade dos eleitos e dos privilegiados, da vila, contra a dos moradores devassos das paróquias do termo rural concelhio”. Complementarmente (loc. cit.), afirma: “O poder real, em especial desde meados do século XVIII, com Pombal tentará ir o mais longe possível neste afã de controlar e integrar todo o território, ao pretender instalar-se no seio da comunidade paroquial, aí onde o próprio poder municipal, mais próximo mal entrara”. Contudo (op. cit. 20), “Em regra as paróquias e seus oficiais mantêm relativamente às câmaras uma atitude de hostilidade, indiferença, porque efectivamente não há continuidade de interesses entre esta ordem municipal tradicionalmente construída ao serviço das governanças, das elites e do marco urbano que se constrói e reforça com base no domínio sobre as populações rurais dos termos”.

De acordo com o Código Administrativo de 1842 (Costa Cabral), as Juntas de Paróquia passam a ter funções de administração da ‘fábrica da Igreja’ e dos bens da Paróquia estão dependentes do Administrador do Concelho. Por sua vez o Código Administrativo de 1878 acentua a separação entre o Estado e a Igreja, estabelece a separação entre a administração dos bens do culto e os bens de interesse colectivo da população, deixando de caber a presidência da Junta, ao Pároco. De acordo com Pauleta (1997, 146),

“a partir desta data a freguesia passou a ser considerada uma autarquia local e iniciou um percurso de consolidação como entidade administrativa” e de organização do território.

Com a implantação da República, António José da Almeida apresentou à Assembleia Nacional Constituinte uma proposta de lei, propondo (artº 1): “O território da República no Continente divide-se em Províncias, estas em Distritos, os Distritos em Concelhos, estes em Paróquias. As Províncias constituem pela federação de Distritos”. No seguimento desta, a ‘lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913’ cria as Paróquias civis -, posteriormente designadas por Juntas de Freguesia - separando da sua alçada as competências sobre a fábrica da Igreja e outras funções relacionadas com a Paróquia religiosa.

Após o período conturbado da implantação do Liberalismo em Portugal, já depois da implantação da República, a designação aprovada em 1913 - Paróquia Civil – administrada pelo Junta de Paróquia, deu definitivamente lugar à Freguesia (Lei nº 621, de 23JUN1916), a cargo da respectiva Junta de Freguesia. Finalmente em 1916, com a Lei nº 621 de 23 de Junho, fica alterada a designação da Junta de Paróquia, passando a designar-se por Junta de Freguesia integrada num determinado Concelho.

A regulação posterior das Juntas de Freguesia cabe no âmbito dos Códigos Administrativos de 1936 e de 1940, que definem as bases do poder local até à aprovação da Constituição da República Portuguesa, de 1976. De acordo com aquele primeiro documento, (Parte I – Título I, artº 1), “o território do Continente divide-se em concelhos que se formam de freguesias e se agrupam em distritos e províncias”. Mais ainda: “A freguesia é o agregado de famílias que, dentro do território municipal, desenvolve uma acção social comum” (artº 177º). Note-se que a evolução das freguesias e concelhos como unidades administrativas da organização territorial, evoluiu ao longo da Monarquia deste a criação das antigas comarcas Dionisinas e, depois, nos concelhos. Aqui o poder das câmaras é exercido, embora com fraca autonomia, face ao poder régio.

Como foi notado por Costa e Neves (1995, 76), uma das características fundamentais da sociedade portuguesa, com origem “a partir dos municípios latinos, tendo recebido as influências posteriores, visigóticas e árabes de uma forma mais ou menos institucionalizada e explícita (...) com mais forais (visando contrariar as influências hegemónicas de nobres poderosos e motivar o envolvimento da população nas lutas contra muçulmanos), ou com mais meirinhos, corregedores ou juízes de fora (representando nos concelhos o poder tutelar régio)”. Daí a divisão do território português estabelecida por D. Dinis em seis grandes Comarcas – Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Além-Tejo e Algarve – são, em simultâneo, circunscrições administrativas, judiciais e fiscais, “sob a alçada de um corregedor, delegado itinerante do rei” (Picoito, 2002, 11). Dentro destas cabiam as unidades

administrativas de menores dimensões, que se foram afirmando em torno de interesses comuns entre os vizinhos residentes em lugares próximos.

Esta reflexão vem ao encontro do que havia registado Serrão (1989.II, 137): a designação de *Concilium*, “exprime a comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores – os vizinhos do concelho – são dotados de maior ou menor autonomia administrativa”. Segundo o mesmo autor (loc. cit.), trata-se de “organismos de carácter tipicamente medieval, que surgem em função do próprio condicionalismo da sociedade da Reconquista, resultando de factores de ordem económica, social, política e até militar” (op. cit., 142).

Refere ainda este autor, citando P. Merêa (loc. cit.), que “o seu funcionamento é revelado em diplomas pelo menos desde o século X, deixando de figurar neles, ‘na sua forma pura e originária’, a partir do século XIII”. Dai que, na sua evolução, estes tenham dado origem a divisões de cariz municipal (e por vezes religioso, uma vez que o poder temporal e espiritual andava intimamente associado), apesar da sua existência não configurar necessariamente uma “organização municipal”. Completando esta descrição, Sousa (1825) regista a propósito de Concelho, o seguinte: “Antigamente tomou-se esta palavra na significação de Synodo, Concilio, Assembleia Ecclesiastica. Hoje entende-se pela Camara, ou Corpo do Senado de alguma Villa; e também pela mesma sessão, e deliberação do Concelho, ou Vereação”.

Na sua expressão inicial, até meados do século XIII nos Concelhos, conjuntamente com os Coutos e as Honras, “o esquema dos seus órgãos administrativos e judiciais variava, mas tinha habitualmente como centro uma câmara formada por vereadores eleitos pelo escol social local e presidida por um juiz, nomeado pelos senhores donatários eclesiásticos ou nobres, ou também eleito” (Valério, 2001, 27).

Tal permite concluir, como assinala Capela et alli (2006, 18): “É através do município e ordem municipal que a Coroa e a Ordem Senhorial ao longo dos Tempos Modernos se articulam com as paróquias, acabando no essencial o município por enquadrar e suportar quasi completamente a condução das medidas e políticas régias para o território. A intermediação das câmaras para a extensão e suporte da ordem e poder régio fixou-se particularmente a partir do exercício de tarefas de construção do seu poder económico e meios financeiros e também da ordem e direito público régio.” Prossegue, afirmando:

“No que diz respeito à construção dos meios económicos e financeiros, tais tarefas municipais dirigem-se em especial ao lançamento e cobrança de impostos, em particular dos dois mais importantes impostos internos da Monarquia, as sisas e as décimas, primeiro com o encabeçamento das sisas, por finais do século XVI, depois com a presidência e controlo das superintendências das décimas pós 1640. Para a realização destas tarefas fiscais e financeiras e também para a instalação e estruturação local dos

serviços régios – justiça, saúde, defesa – organizará a partir das câmaras, a Coroa, o essencial da sua ‘burocracia’ para o governo régio e local do território, estruturando aí os juízos da correição, da provedoria, das superintendências fiscais, dos partidos municipais régios (saúde, ensino, música), das ordenanças”.

Complementarmente, e em relação à evolução destas circunscrições administrativas, assinala ainda o autor (op. cit., 19):

“A partir da 2.^a metade do século XVIII, o Estado pombalino desenvolverá os maiores esforços de ultrapassagem deste poder municipal para uma articulação mais directa com os povos. Será uma actuação e uma intenção política mais fortemente levada a cabo a partir de uma mais ampla definição da jurisdição do Direito Pátrio, mas também da assumpção das funções da Polícia de que são objecto e tarefas a religião, os costumes, as subsistências, a conservação e segurança dos vassalos. Tal será levado a cabo pela reorientação da actuação dos concelhos, pela actuação mais interveniente dos magistrados régios à periferia (corregedores para a esfera civil e administrativa, provedores para a esfera institucional-religiosa e financeira) e pelo esforço de estender os serviços (gerais) régios às paróquias, tal como o verificado com a criação dos serviços de Polícia (criação dos zeladores de polícia nas aldeias) e os intentos e propostas de criação de outros serviços gerais com extensão directa às paróquias.”

Estas tarefas estão contidas na própria evolução administrativa dos concelhos criados no território da Diocese, sendo que só os de maior dimensão vigoraram e conseguiram desempenhar as funções descritas. Outros foram extintos ou anexados, quando das reformas liberais de Oitocentos. Como foi notado, assim acontece em relação a dois concelhos desta área: Alpedriz e Monte Real, ambos da Comarca de Leiria.

Recuando aos limites do “concilium leirenense” e de acordo com Gomes (1995, 65), o limite do foral de 1142 estabeleceu os limites alargados deste que começavam “a ocidente, no mar junto à foz do rio Alcoa. Seguiam a linha deste curso de água até atingirem a Fonte do Soão (de difícil identificação). Depois, para sul, passavam pela Ataíja e atingiam a lomba que está no meio de Mendiga. Passavam às cimalthas de Alvados e de Minde (Serras de Aire e Candeeiros) até alcançarem a Fonte de Assentiz (topónimo actualmente no concelho de Torres Novas). A linha oriental era definida pelo termo do castelo da Carrapatoso (algures no território de Ceras/Tomar), seguindo pela ‘estrada’ até ao Porto de Ourém. Deste alcançavam as Antas (actual concelho de Ourém) e convergiam para norte em direcção ao rio Litém ‘como entra no rio Arunca’. Seguiam no sentido de Cortiço e do Sobreiro de Braamiro (no então concelho de Soure) descendo para ocidente e para o mar.

Os topoi finais referem-se à loma situada entre a estrada do Louriçal para Leiria, através da Cornaga, e a estrada que levava à Cornegainha atingindo-se, então, a Lagoa da Ervedosa (Ervedeira) e o mar”, área que à época atingia os

1600 Km². Contudo os domínios do Castelo de Leiria foram desmembrados em várias épocas e as suas terras agregadas aos coutos de Alcobaça (séc. XII). Este território, indo da serra dos Candeeiros ao mar, deu origem a novos concelhos: caso de Ourém (séc. XII), Porto de Mós (séc. XII – foral em 1305), Paredes (séc. XIII) e Batalha (séc. XVI), variando assim as suas confrontações e limites. Apenas na sua parte setentrional os limites com Montemor-o-Velho / Lourical - mais tarde Paião e Pombal – foram mantidos relativamente estáveis.

A reorganização promovida durante o Liberalismo e depois da implantação da República pelo Estado Novo, consignada no Código Administrativo de 1936 (Decreto Lei nº 27424) estabelece, no seu artº 1º, que “O território do Continente divide-se em concelhos, que se formam de freguesias e se agrupam em distritos de províncias”. Por sua vez o artº 13º regista que o “Concelho é o agregado de pessoas residentes na mesma circunscrição municipal e com interesses comuns”. Já com a nova reorganização do Código Administrativo de 1936, revisto em 1940, o território do Continente foi dividido em freguesias, agrupadas em concelhos; por sua vez estes agrupavam-se em 18 Distritos e estes em Províncias.

De acordo com este documento, a autarquia local é “pessoa colectiva de população e território e fracção do território do Estado que pode simultaneamente ser a circunscrição base (por exemplo, a freguesias) e parte integrante das circunscrições de outras autarquias, ou seja, o concelho e a província” (Sousa, Gonçalves, 2002, 66).

Esta divisão teve presente o texto elaborado por Amorim Girão, Esboço duma carta regional de Portugal. Sobre as opções então tomadas defende Santos (1988, 144) que “o concelho constitui uma unidade administrativa que urge respeitar num país, como o nosso, de arraigadas tradições municipalistas”. Prossegue, afirmando que o distrito, “como circunscrição regional, é puramente arbitrária, pois os distritos, longe de assentarem em qualquer critério geográfico ou económico, agrupam, com intuitos centralizadores e com a mesma preocupação geométrica (...), concelhos das mais variadas condições, retalhando por vezes regiões muito vastas, cuja unidade importava conservar intacta a despeito de tudo, porque assim o exigiam as suas características essenciais” (loc. cit.).

Depois da revolução de 1974, a Constituição da República Portuguesa (1976) reconhece ao poder local um poder relevante, conjuntamente com os órgãos electivos de soberania e as regiões autónomas, aspectos considerados nas revisões sucessivas desse texto. De acordo com a última revisão, de 2005, o poder local é exercida pelas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas - e estas fazem parte da “organização democrática do Estado” (Título VIII – Poder Local, artº 235). A delimitação destes espaços administrativos fica associada ao traçado de fronteiras físicas (naturais), administrativas e até mentais, sugerindo novos mapas reais e virtuais de

vivência e de cumprimento de obrigações administrativas. Na sua evolução estas unidades espaciais e sociais ficaram ainda associadas ao traçado das unidades territoriais de natureza estatística (NUT), criadas no decurso da penúltima década de Novecentos a que adiante nos referiremos.

Entre as mais antigas divisões administrativas situam-se as Comarcas. A este respeito, escreveu Sousa (1825) que ”Comarca, deriva-se do Alemão ‘Marca’, que quer dizer limite, e vem a ser o mesmo que Territorio com limite, ou marca. He o espaço de terra em que se encerra a jurisdição de hum Corregedor”. Completando, afirma: “Comarcão se diz o que vive na mesma Comarca” ou “o que está no limite, ou raia de hum Territorio, que pega com outro”. Neste caso (op. cit.), o Corregedor “he o Magistrado que tem jurisdição em toda huma Comarca sobre os Juizes della, os quaes lhe devem dar parte dos casos mais graves que acontecem, e para elles se recorre por Aggravo dos ditos Juizes”.

Como já notámos (Arroteia, 2008), a sua designação surge (Vasconcelos, 1942.III, 15), “após a extinção das tenências, pelos fins do sec. XIII (...)”, sendo evidente a partir dos finais do século XIV, em 1383 nas ‘Chancelarias’ de D. Fernando, surge a “menção de ‘Comarcas’” (op. cit., 17). Relata o autor que esta designação é ainda utilizada em autores dos sécs. XVI-XVII, “mais como reminiscência do passado, do que como expressão oficial” (op. cit., 18-19). Ao tempo de D. João III (1530-1550) o número de Comarcas, conjuntamente com o de Dioceses, foi significativamente ampliado.

A este respeito observam Costa e Neves (1995, 78), que com a expansão colonial dos séculos XV e XVI, com a concentração do poder real, “o reino foi dividido em seis províncias, também chamadas de comarcas: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana (também chamado de Alentejo) e o Algarve (neste caso com a categoria de reino”. Por sua vez, Silveira (2001, 19) observa que “a origem das comarcas remonta ao século XVI, existindo 28 circunscrições deste tipo em 1541”. Prossegue, esclarecendo: “A par das comarcas, cujo número foi crescendo, foram-se constituindo as ouvidorias, unidades de natureza equivalente àquelas, agrupando concelhos pertencentes aos donatários da coroa, chefiadas pelo ouvidor, magistrado que exercia funções idênticas às de corregedor, mas cuja nomeação cabia ao donatário”.

A desigual distribuição em termos de área e contiguidade territorial é uma característica desta divisão territorial, contrariamente aos concelhos – “unidades fundamentais da organização do território desde a Idade Média” (op. cit., 22) – e das províncias. Registe-se que meio seculo depois da criação da Diocese de Leiria, a sua configuração territorial vai decalcar os limites das Comarcas de Leiria e de Ourém.

A descrição do Reino deixada por Duarte Nunes de Leão (1610, 3 - Capítulo II) permite conhecer melhor o seu enquadramento no contexto do território português.

“Capítulo II

O reino de Portugal se divide em seis regiões ou províncias. A primeira a terra d’antre Douro e Minho, a segunda a provincia de Tras os montes, a terceira a Beira, a quarta a provincia de entre Tejo e Guadiana em que se contem o Campo de Ourique, e a quinta, a Estremadura de que e cabeça a grande cidade de Lisboa (...), a sexta e o reino do Algarve. Nestas regiões há dezoito cidades, de que três são Arcebispados muito grandes e opulentos, convem a saber o de Braga, primas das Hespanhas, e o de Lisboa, o de Évora e onze Bispados, convém a saber, Porto, Coimbra, Guarda, Lamego, Viseu, Silves, Elvas, Leiria, Portalegre, Miranda e as cidades de Tavira, Lagos, Faro, Beja, Bragança que não tem Bispos. O numero de vilas e dos concelhos se vera pelas correições abaixo. As aldeas são sem número porque como o reino há muita gente, e tem muitas aguas e fertilidade, é muito povoado tudo. E so a vila de Covilhã ter por termo trazentas, e setenta, e tantas aldeas, de que algumas são tão grandes como a mesma vila principal”.

Tabela 1 - Vilas na área e próximas da Diocese de Leiria (1610)

“Correição de Leiria	
A cidade de Leiria.	Vila de Pederneira
Vila da Batalha	Vila de Cela
Vila de Porto de Mos	Vila de Alverzinha
Vila de Alpedriz	Vila de Alfeizerão
Vila de Paredes	Vila de São Martinho
Vila de Aljubarrota	Vila de Salir do Porto
Vila de Coz	Vila de Salir de Matos
Vila de Maiorga	Vila de Óbidos
Vila de Alcobaça	Vila das Caldas
Vila de Évora de Alcobaça	Vila do Cadaval
Vila de Turquel	Vila da Lourinhã
Vila de Santa Catarina	Vila da Atouguia”

Nessa data a Região da Estremadura tinha seis Comarcas ou Correições: Lisboa, Santarém, Tomar, Alenquer, Leiria e Setúbal. Estas eram as principais unidades comarcais desta faixa de terra “que corre desde a boca do rio Mondego até o caudaloso Tejo, e continua pela comarca de Setubal até entestar com Santiago de Cacém“ (Castro, 1762, 67). De, Leão (1610, 3 - Capítulo II) transcrevem-se os principais centros, alguns deles integrados no domínio do Bispado Novo de Leiria.

À Correição de Tomar pertenciam, entre outras povoações de maiores dimensões, a Vila de Ourém e a Vila de Pombal. A descrição da Comarca de Leiria – da Província da Estremadura -, contida na obra de António de Oliveira Freire (1755, 116), evoca a sua história nos termos seguintes:

“Comarca de Leiria

Entre os rios Liz e Lena em agradável, e fértil planície a vinte e duas legoas de Lisboa está situada a Cidade de Leiria, famosa na antiguidade com o nome de ‘Collipo’, em trinta e nove graus quarenta e sete minutos de latitude, e nove e trinta e seis minutos de longitude. ElRey Dom Afonso Henriques a reedificou, e guarneceu com fortes muros pelos anos de 1135 e fez doação do domínio espiritual ao Convento de S. Cruz de Coimbra.

Pouco depois a tornaram a ganhar os Mouros, mas brevemente a recuperou a valoroso Rey. Ultimamente cahindo outra vez nas mãos dos infieis, a restaurou ElRey D. Sancho I e lhe deo foral em 13 de Abril de 1195. Goza de prerrogativa de voto em Cortes com assento no banco terceiro, e nela as celebraram os Reys D. Affonso III, D. Fernando, e D. Duarte. Servio algum tempo de Corte aos Senhores Reys deste Reyno, principalmente a ElRey D. Dinis, que fez merce della á Rainha S. Isabel sua consorte, depois de a ter enobrecido com sumptuosos edificios, e depositado na sua Igreja a preciosa reliquia de uma ambola de crystal com leite de nossa Senhora, que ainda se conserva na Sé desta Cidade”. A concluir refere esta descrição:

“Correndo os anos de 1545, ElRey D. João III que deo a esta terra um titulo de Cidade, a quis ennobrecer com cadeira Episcopal, e impetrou esta graça do Pontifice Paulo III agregandolhe as Freguezias do seu termo, e as Villas de Ourem, Aljubarrota, Porto de Moz, Alpedriz e seus termos, desanexando as quarenta Freguezias da nova Diocese do Bispado de Coimbra, ao qual até então pertenciam”.

A única cidade desta Comarca ou Correição, era Leiria, em cujo termo “se contão vinte e seis freguesias (...) e no districto da Comarca se comprehendem as Villas de Atouguia, e de Pombal (...). Em toda ella se contão huma cidade, vinte e huma Villas, secenta Freguezias com perto de vinte mil fogos e de secenta mil almas”.

Sobre a Comarca¹⁵ de Ourém, descreve o autor (op. cit, 123):

“Comarca de Ourem

Em trinta e nove graus e quarenta e três min. De latitude, e nove e cincoenta min. De longitude esta situada a Vila de Ourem vinte e duas léguas distante de Lisboa, a qual mandou povoar ElRey D. Affonso Henriques pelos anos de 1148 e a deo á Infante D. Teresa sua filha, e por isso e a primeira terra de Infantado, que houve no Reyno. Está so sitio eminente por serem mais convenientes à fortificação daqueles tempos os sítios de áspera, e difficil subida. ElRey D. Pedro II lhe reformou o foral em Lisboa pelos anos de 1695. Tem voto em Cortes com assento no banco quatorze, e casa de Misericordia com Hospital, e extra muros o Convento de S. Antonio de Capuchos da Provincia da Soledade fundado em 1602.”

15 Castro (1762, 72) refere-se à Ouvidoria de Ourem

Tabela 2 - Vilas na área da Comarca de Leiria (1755)

Cidades e vilas:	Tem casa de:	Paroquias:	Fogos:	Almas:
Leiria	Misericórdia	2	1068	3529
Alcobaça	Misericórdia	1	418	950
Alfeizerão		1	280	702
Aljubarrota	Misericórdia	2	503	1617
Alpedriz		1	199	598
Alvorninha	Misericórdia	1	403	1513
Atouguia	Misericórdia	1	415	1309
Batalha	Misericórdia	1	610	1867
S. Catharina	Misericórdia	1	146	624
Cella	Misericórdia	1	390	
Coz	Misericórdia	1	220	658
Ega		1	343	1144
Evora (Alcobaça)	Misericórdia	1	218	904
S. Martinho		1	295	488
Mayorga	Misericórdia	1	145	523
Pedreneira		1	420	1374
Peniche	Misericórdia	3	670	2847
Pombal	Misericórdia	1	869	3731
Redinha	Misericórdia	1	420	2000
Salir do Mato		1	227	493
Soure	Misericórdia	1	1006	3254
Turquel		1	222	680 ²

Pelo seu interesse, transcreve-se de Portugal Sacro-Profano (1768, 89), a relação das Igrejas do Cabido de Leiria e da Colegiada de Ourém.

Tabela 3 - Vilas na área da Comarca de Ourém (1755)

“Vilas	Tem casa de:	Freguezias:	Fogos:	Almas:
Aguda			1	145
Avelar			1	145
Chão de Couce			1	100
Maçans de D. Maria			1	390
Ourem	Misericórdia	1	930	2596
Porto de Moz	Misericórdia	1	890	2460
Pousaflores			1	304 ²

Não obstante a proximidade das datas, parece-nos oportuno registar o conjunto das freguesias existentes nas duas Comarcas que no início de Oitocentos faziam parte da Diocese de Leiria. A título exemplificativo, transcreve-se de Sousa (1979, 374-375-Anexos), a relação de territórios que em 1801 integravam a Diocese de Leiria, antes da sua extinção nos finais de Oitocentos.

Tabela 4 - Igrejas da apresentação da Mitra de Leiria

<u>Igrejas</u>	<u>Párocos</u>
Arrabal	Cura
Arrabalde da Ponte	Cura
Alq. Da Serra	Cura
Amor	Cura
Azoia	Cura
Batalha	Vigário
Caranguejeira	Cura
Carvide	Cura
Coimbrão	Cura
Cortes	Cura
Espite	Cura
Monte-redondo	Cura
Pataias	Cura
Stª Maria P. Moz	Vigário
Pouzos	Cura
Ribª Agodim	Cura
Ribª de Litem	Cura
Rigueira de Pontes	Cura
Souto da Carpalh.	Vigário
Vieira	Cura
Marinha	Cura
Vermoil	Cura

A organização do território proposta pelos reformistas do final de Oitocentos sugeria o reforço da Comarca como elemento estruturante da administração do território. Tal facto foi contrariado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, que veio a suprimir as Províncias e as Comarcas, criando “até 17 Distritos administrativos”, divididos em Concelhos. Nesta divisão as paróquias diocesanas repartiam-se entre as Comarcas de Ourém (17), Leiria (30) e Alcobaça (3).

Com a criação das unidades territoriais de maior dimensão retalhou-se ainda mais o território da Diocese, repartindo-o pelos distritos de Leiria e de Santarém. Contudo a importância que se dá à paróquia ou freguesia reforça o seu peso como unidade fundamental de organização do território, como havia já acontecido em 1758, quando da realização das Memórias Paroquiais. Neste caso a recolha de toda a informação sobre as diferentes paróquias do Reino teve por base as informações do respectivo Cura eclesiástico.

Tabela 5 - Igrejas da apresentação Cabido da Colegiada de Ourém

Igreja	Pároco	Bispado
Albardos	Cura	Leiria
Fátima	Cura	Leiria
Rio de Couros	Cura	Leiria
Rib ^a do Olival	Cura	Leiria
Serro ventoso	Cura	Leiria
Freixiandas	Cura	Leiria
Minde	Cura	Leiria

S. Maria de Porto de Moz

A divisão administrativa contemporânea foi ainda condicionada pelos Distritos, unidades administrativas de maiores dimensões criadas quando da implantação do Liberalismo e que perduraram até 2011. Anteriormente à revolução Liberal e de acordo com Sousa (1825), “Districto significa território, extensão de terreno dentro de certos limites, sujeita a certos Magistrados, Prelados, e Juizes. Entende-se também pela extensão do poder de hum oficial público”. Esta divisão surge com a Constituição de 1822 (Título VI, Cap. I, artº 212) e ganhou forma através da carta de lei datada de 25 de Abril de 1835 (Sousa, 2002, 17), agrupando “um certo número de concelhos, à frente dos quais estaria um ‘administrador geral’, de nomeação régia, auxiliado por uma ‘Junta Administrativa’ em que estavam representados os concelhos, através dos seus procuradores”.

Como escreveram Caldas e Loureiro (1966, 89), “a divisão distrital, constituindo uma subdivisão das províncias, forma um dispositivo novo, que não chega a ter analogia com a divisão em comarcas”. Não obstante integrarem territórios geograficamente diversificados, “que ora abrangem ora parcelam as antigas unidades provinciais” (Serrão, 1989.II, 322), (loc. cit.), “os distritos foram organizados em atenção a um centro, a uma capital, tendo em conta a facilidade de comunicações, que o caminho de ferro primeiro e depois a estrada haviam de tornar efectivas”. De acordo com o mesmo autor (loc. cit.), não sendo divisões “puramente arbitrarias, antes procuraram, a despeito da sua heterogeneidade aparente, certo equilíbrio na área, na população, na relação com os centros principais, que a função administrativa, por outro lado veio impulsionar” (loc. cit.). Esta divisão serviu ainda de base à estruturação da rede de comunicações rodoviária, o que facilitou as acessibilidades entre as

sedes concelhias e as sedes distritais, quase todas coincidentes com a sede da Curia Diocesana.

A confirmação destas unidades administrativas surge no reinado de D. Maria II, com a reforma de Mouzinho da Silveira, com o intuito de acabar com a proliferação de divisões administrativas herdadas da Idade Média. Esta permitiu “reorganizar a administração local em novas bases, determinando a divisão do Reino ‘até dezassete distritos administrativos’, os quais agrupavam um certo número de concelhos” (Sousa, 1979, 18). Prossegue o mesmo autor, afirmando que: “Estavam assim criados os distritos, solução de compromisso entre as províncias, circunscrições mais extensas e as comarcas, com área mais reduzida, os quais, com excepção do de Setúbal, desmembrado do distrito de Lisboa em 1926”.

A esta decisão deve-se, portanto, a delimitação do distrito de Leiria, um dos 17 então criados, dele fazendo parte os concelhos de Leiria, Alcobaça, Caldas, Óbidos, Pombal, Porto de Mós, Pedrógão Grande, Pederneira, S. Martinho do Porto, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Louriçal, Batalha, Maçãs de Dona Maria e Chão de Couce. A Constituição de 1933 retira ao distrito a sua função de autarquia local, passando este a ser considerado como “círculo de administração geral”, consagrando-lhe o Código Administrativo de 1940 uma função mais precisa, como “circunscrição administrativa para o exercício da acção do Governador Civil” (Graça, 1992, XIV).

A exoneração de todos os Governadores Cíveis e a transferência dos seus poderes para “outras entidades da Administração pública” (Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de Novembro), pôs fim ao Governo Civil de Leiria que à data abarcava uma extensa área territorial onde se incluíam concelhos do interior, tais como: Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, a par dos da faixa litoral: Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche, Pombal e Porto de Mós.

Como foi notado anteriormente (Arroteia, 2008) a divisão administrativa actual foi conciliada, depois da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, com a criação de novas divisões territoriais para fins estatísticos em consonância com os critérios comuns europeus do EUROSTAT. O Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro estabeleceu “uma harmonia entre as divisões territoriais utilizadas para fins estatísticos” – as NUT - em três níveis sendo que os níveis II e III correspondem a unidades não administrativas¹⁶:

- nível I, que abrange todo o território nacional;
- nível II, com as 7 NUTII (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira);

16 <http://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013&xlang=PT>

- nível III, constituídas pela divisão das unidades anteriores em unidades mais pequenas, que abrangem grupos de concelhos contíguos e com maior identidade territorial.

A área abrangida pela Diocese de Leiria-Fátima está totalmente integrada na Unidade Territorial Estatística - NUT II: Centro¹⁷ e estende-se por diferentes NUT III – Pinhal Litoral¹⁸, Médio Tejo e Oeste.

A diversidade geográfica e a extensão do território diocesano de Leiria-Fátima, maioritariamente integrada na área do Distrito de Leiria, abarca ainda uma pequena porção serrana do distrito de Santarém. Assim acontece com duas das povoações mais setentrionais do concelho de Alcanena, integradas na área do maciço calcário. Contudo pela sua localização e identidade com as terras do planalto de Santo António, embora pertencentes a diferentes unidades administrativas e NUT III, fazem parte da Vigararia de Porto de Mós.

As divisões Vicariais abrangem fregueses residentes em paróquias do mesmo município ou de municípios distintos, pertencentes ou não à mesma antiga unidade distrital. Tal acontece ainda com as freguesias da Vigararia de Ourém – outrora integradas na Comarca de Ourém - pertencentes igualmente ao antigo distrito de Santarém e que foram integradas na Diocese de Leiria Fátima.

Tabela 6 - Diocese de Leiria (1801)

Freguesias	Concelhos	Comarcas
Alcaria	Porto de Mos	Ourem
Alq. da Serra	Leiria	Leiria
Alpedriz	Alpedriz	Leiria
Aljubarrota-Prazeres	Aljubarrota	Alcobaça
Aljubarrota	Aljubarrota	Alcobaça
Alvados	Porto de Mós	Ourém
Amor	Leiria	Leiria
Arrabal	Leiria	Leiria
Ar. Ponte (Marrazes)	Leiria	Leiria
Arrimal	Porto de Mos	Ourém
Azoia	Leiria	Leiria
Barosa	Leiria	Leiria
Barreira	Leiria	Leiria
Batalha	Batalha	Leiria
Caranguejeira	Leiria	Leiria
Carvide	Leiria	Leiria
Coimbrão	Leiria	Leiria
Colmeias	Leiria	Leiria

17 A NUT I – Portugal Continental, compreende as seguintes NUT II: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

18 Integram o Pinhal Litoral, os municípios de Leiria, Batalha, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós

Cortes	Leiria	Leiria
Espite	Leiria	Leiria
Fátima	V. Nova Ourém	V. Nova Ourém
Freixianda	V. Nova Ourem	V. Nova Ourem
Juncal	Porto de Mós	Ourem
Leiria	Leiria	Leiria
Maceira	Leiria	Leiria
Marinha Grande	Leiria	Leiria
Mendiga	Porto de Mós	Ourém
Milagres	Leiria	Leiria
Minde	Porto de Mós	Ourém
Mira de Aire	Porto de Mós	Ourém
Monte Real	Leiria	Leiria
Monte Redondo	Leiria	Leiria
Olival	Ourém	Ourém
Ourém	V. Nova Ourem	V. Nova Ourem
Parceiros	Leiria	Leiria
Pataias	Alcobaça	Alcobaça
P. Mós (S ^a .M ^a .Murt)	Porto de Mós	Ourém
P. Mós (S.J.Bapt.)	Porto de Mós	Ourém
P. Mós (S. Pedro)	Porto de Mós	Ourém
Pousos	Leiria	Leiria
Regueira de Pontes	Leiria	Leiria
Reguengo do Fetal	Leiria	Leiria
Rio de Couros	V. Nova Ourém	V. Nova Ourém
St ^a Cat ^a Serra	Leiria	Leiria
S. Sim. Litém	Leiria	Leiria
Seiça	V. Nova Ourém	V. Nova Ourém
Serra Ventoso	Porto de Mós	Ourém
Souto Carpalhosa	Leiria	Leiria
Vermoil	Leiria	Leiria
Vieira de Leiria	Leiria	Leiria

Fonte: F. Sousa (1979, 72 e 87)

Outras há que embora pertencentes à antiga unidade distrital leiriense, situam-se fora dos limites da NUTIII – Pinhal Litoral, ou integrando-a, distinguem-se de paróquias vizinhas que fazem parte de outras Dioceses. Assim sucede no município de Pombal (em que parte das suas paróquias dependem do poder da Diocese de Coimbra) e de Alcanena (integradas na Diocese de Santarém) e nas paróquias dependentes do município de Alcobaça incluídas, na sua quase totalidade, na área do Patriarcado de Lisboa.

Pelo que foi referido a área de extensão da diocese de Leiria-Fátima compreende territórios fisicamente contrastantes e administrativamente diferenciados. Daqui decorre a separação entre o povoamento litoral, disperso, e o das áreas planálticas com tendência para a sua concentração. Nesta extensão territorial, que se prolonga até ao Oceano, registam-se traços

de identidades comunais (geográficas, sócio-económicas e culturais) que deram origem à criação de paróquias e demais unidades religiosas e administrativas que formataram, ao longo do tempo, os mapas de poder na região.

Tabela 7 - Diocese de Leiria-Fátima: repartição territorial por unidades administrativas

NUT II	NUT III	Municípios c/ Paróquias
Centro	Pinhal Litoral	Batalha
		Leiria
		Marinha Grande
		Pombal
		Porto de Mós
Médio Tejo		Alcanena
		Ourém
Oeste		Alcobaça

Note-se que a nova reorganização administrativa produzida no âmbito da Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, implicou em quase todos os municípios abrangidos pela área da Diocese de Leiria, novos arranjos territoriais decorrentes da agregação de certas freguesias (Anexo). Esta nova configuração dos limites administrativos e as mudanças operadas na sociedade portuguesa actual, podem sugerir um outro tipo de análise sobre de acção pastoral paroquial de acordo com as características das novas comunidades vicinais criadas em data recente.

5. Círculos eclesiais

Como exemplo de antigas organizações sociais, a matriz estrutural das instituições eclesiais identifica-se pelas regras que definem a hierarquia, a ordem e a articulação dos diferentes elementos e estruturas de carácter duradouro e cuja acção se faz sentir sobre um território habitado pelos membros da mesma comunidade. Este padrão de funcionamento constitui o exemplo de um sistema ou de um todo integrado (Fernandes, 1983, 31), onde os diferentes elementos e unidades orgânicas do conjunto interagem entre si e trabalham para a prossecução dos fins estabelecidos pelo poder eclesial da Igreja Católica.

Além do poder espiritual sobre os fiéis, a hierarquia eclesial exerce-se sobre um espaço alargado, habitado por crentes e não crentes, constituído por territórios com características físicas e culturalmente diferenciadas, onde os agentes pastorais e os leigos exercem a sua acção e as regras do apostolado. Estas comunidades de fiéis e círculos de intervenção doutrinal, com os seus responsáveis e obreiros, dependem hierarquicamente do Bispo ao Pastor, nomeado pelo Papa e portanto dele dependente. Esta é, de forma breve, a

configuração orgânica da Igreja Católica com a sua cadeia de comando e círculos de organização apostólica e territorial, que importa reter.

A especificidade do governo eclesiástico e a interpretação fiel dos seus títulos sugere que os mesmos sejam identificados e transcritos da mesma fonte, a Enciclopédia Católica Popular¹⁹, que nos serve de apoio a este ensaio. Ao fazê-lo tencionamos evocar as designações usadas pela Igreja Católica sobre o poder religioso e a hierarquia eclesiástica e precisar as que nos parecem mais úteis ao leitor relacionadas com o assunto deste trabalho.

Para Sousa (1825), “Ecclesiastico diz-se das pessoas, e das cousas que peretencem à Igreja. As pessoas Ecclesiasticas forão desde logo chamadas Clerigos, e se lhes dá ainda indifferentemente este nome, ou o de Ecclesiasticos sómente. Comprehendem-se debaixo deste nome, todos os que estão destinados ao serviço da Igreja, começando do Summo Pontífice até os simples Clerigos Tonsurados (...)”. Já a referida Enciclopédia, define Igreja, “(como as correspondentes nas línguas latinas: iglesia, église, chiesa...) derivada (através do latim) do gr. ‘ekklesia’ (com a raiz do verbo ek-kalein = chamar) pode traduzir-se por assembleia convocada e reunida. Usava-se na linguagem clássica para designar a assembleia da polis (cidade). Na tradução grega dos *Setenta (AT) e nos textos (gregos) do NT, assumiu um carácter religioso. Hoje emprega-se para designar:

- a) a *assembleia litúrgica convocada e reunida para o culto de Deus;
- b) a comunidade local dos crentes (I. de Jerusalém, de Roma, de Lisboa...), a que hoje se dá o nome de *Igreja particular ou *diocese;
- c) a comunidade universal de todos os fiéis, a que se chama Igreja sem mais, ou então Igreja Católica, sobretudo para distinguir a Igreja dos católicos unida ao Papa, das Igrejas separadas (Ortodoxa, Anglicana, Evangélica...).

Pode ainda empregar-se o termo em expressões como: I. primitiva, I. latina, I. Portuguesa... À família cristã também se dá o nome de *Igreja doméstica. Nas línguas anglo-saxónicas, o vocábulo equivalente (church, kirche...) deriva do gr. ‘Kyriakê’ (= o que é pertença do Senhor)”.

A mesma fonte (op., cit.), esclarece: a Hierarquia religiosa “(Do gr. = poder sagrado) (...) é o escalonamento dos poderes numa instituição ou dos valores numa determinada acção. 1. Hierarquia eclesiástica. Por instituição divina, distinguem-se, entre os fiéis que constituem a Igreja, aqueles que, por uma especial participação sacramental no sacerdócio de Cristo, se ordenam para o serviço do povo de Deus no exercício do tríplice múnus de santificar, governar e ensinar. São os *clérigos, que se escalonam pelos três graus do sacramento da Ordem: episcopado, presbiterado e diaconado (cf. CDC 204; V. fiéis).”

Já o Episcopado, (op. cit.) é um “termo que tanto se aplica à condição, múnus, poder ou dignidade dos bispos, como, em concreto, ao conjunto dos bispos (ordem episcopal)”; o Presbiterado é o “Segundo grau do sacramento

da *Ordem, que confere a dignidade e o poder sacerdotal, a exercer nos termos do direito de forma subordinada ao bispo do próprio *presbítero” e o Diaconado, constitui a ‘Dignidade e ministério dos *diáconos, adquirida pelo sacramento da *Ordem no grau inferior. Actualmente, na Igreja latina é costume distinguir o d. como grau de passagem para o *presbiterado (exigindo-se dos candidatos o voto de celibato) do diaconado permanente, ao qual podem ser admitidos candidatos viúvos ou celibatários que renunciem ao casamento ou candidatos casados. A ordenação destes últimos pressupõe a aquiescência das respectivas esposas.”

Quanto à expressão territorial da matriz religiosa, esta regista diferentes unidades de que se destacam:

Província Eclesiástica, definida pela Enciclopédia Católica Popular como “circunscrição eclesiástica em que se agrupam várias Igrejas particulares (dioceses ou equivalentes) ditas sufragâneas, sob a égide duma principal (a metrópole), tendo à frente um arcebispo metropolitano ou *metropolita. Este e o concílio provincial gozam de autoridade, segundo o direito, relativamente à p. e. (CDC 431-438)”.

A mais antiga província eclesiástica tem a sede em Braga – Diocese metropolitana - cuja restauração data de 1070. Por sua vez a segunda província foi criada em 1394, com a elevação da diocese de Lisboa – restaurada em 1147 – a Arquidiocese. A criação da terceira província corresponde à elevação da diocese de Évora – restaurada em 1165 – a Arquidiocese, em 1540.

A história da Igreja em Portugal relata ainda a existência do Padroado (Exemplo: Padroado Real), entendido (op. cit.) como sendo “o direito, progressivamente reconhecido pelo poder eclesiástico aos fundadores de igrejas e benefícios, de apresentarem o clero para serviço de suas fundações. Surgiu depois da paz de Constantino (inícios do séc. IV), em tempos de rápido crescimento da Igreja, com a conversão de famílias ricas. Com a conversão dos povos bárbaros, invasores do Império Romano (séc. V), os respectivos chefes arvoraram-se em senhores dessas fundações e passaram a dispor do respectivo clero, concedendo-lhe a ‘investidura’ (posse). Apesar dos abusos verificados, o regime do p. manteve-se, embora vários concílios, incluindo o de Trento, tenham procurado restringir e regular o exercício de tal direito” (Enciclopedia Católica Popular).

Precisa a mesma fonte (loc. cit.), acrescentando: “No séc. XV, quando da evangelização dos novos mundos, os Papas reconheceram aos reis de Portugal (e aos de Espanha, e a outros, mais tarde) o direito de Padroado Ultramarino que, de modo geral, foi exercido com largo proveito para a obra de evangelização dos povos indígenas. Até 1640, nomeadamente no tempo dos Filipes, foram boas as relações com a Santa Sé e com a Congregação da Propagação da Fé (criada em 1622).

Mas com a restauração da independência, por interferências espanholas e, mais tarde, pela entrada de missionários franceses no Oriente, começaram as dificuldades. Estas cresceram com as tendências absolutistas dos reis e depois com as correntes anticlericais da Revolução Francesa que, entre nós, levaram à proclamação da República em 1910 muito marcada pelo jacobinismo. A situação melhorou, após a revolução de 1926, com o Estatuto das Missões Católicas Portuguesas e depois (1940) com a Concordata e o Acordo Missionário. Com a independência da União Indiana, a situação alterou-se no Oriente e, mais tarde, o mesmo aconteceu em África, o que levou à extinção do Padroado Ultramarino Português.”

A acção do Padroado português substituía a Curia Romana, transferindo esta para o Estado as responsabilidades inerentes à missionação nos povos postos em contacto com os portugueses no decurso das navegações de Quinhentos.

Por sua vez, a descrição da Enciclopédia Católica Popular define Diocese²⁰ (do gr. = governo, administração), corresponde uma unidade de governo religiosa cujo “termo transitou da administração do Império Romano para a Igreja, embora só a partir do séc. IV passasse a ter a actual significação de ‘porção do povo de Deus confiada a um bispo’ (cf. CDC 369). A d. é o caso típico de *Igreja particular, a que se equiparam a prelatura territorial, a abadia territorial, o vicariato apostólico, a prefeitura apostólica e ainda a administração apostólica estavelmente erecta. Nas Igrejas particulares, e com elas, existe a única Igreja de Cristo (CDC 368ss).

Como regra, a Igreja particular compreende todos os fiéis de determinado território (sendo excepção as Igrejas pessoais). Divide-se geralmente em *paróquias, que se podem agrupar em *arciprestados, também chamados vigararias forâneas ou ouvidorias. Só à Santa Sé compete erigir as Igrejas particulares e alterar os seus limites (CDC 373). A *Cúria diocesana é o conjunto de organismos com os quais o bispo governa pastoralmente a d.” Para Sousa (1825), “Diocese vem da palavra grega Diochesis, que quer dizer Provincia. Significa também o governo dessa Provincia. Hoje em todo o Mundo Christão Diocese he o Governo espirital de huma Provincia confiada a hum Bispo, ou o districto de muitas Dioceses sujeitas a hum Arcebispo Metropolitano”.

Note-se que só depois do processo de Reconquista as antigas circunscrições religiosas, nomeadamente a de Braga, passaram a exercer a sua actividade apostólica em pleno sob a protecção do poder militar e régio, estabelecido depois da batalha de Ourique (1139) e do Tratado de Zamora (1143), que firma a criação do reino de Portugal. A síntese elaborada por Valério (2001, 25-27) sobre a evolução da divisão eclesiástica em Portugal, regista as datas de referência nos séculos XI, XII e XIII.

20 Paulinas, <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 20DEZ12

Tabela 8 - Divisão eclesiástica

Séc. XI	1070 - restauração da diocese de Braga
	1080 – restauração da diocese de Coimbra
Séc. XII	1112 – restauração da diocese do Porto
	1147 – restauração das dioceses de Lisboa, Lamego e Viseu
	1165 – restauração da diocese de Évora
Séc. XIII	1203 – restauração da diocese de Egitânia (Idanha a Velha, na Guarda)
	1253 – restauração da diocese de Ossónoba (Faro), em Silves.

Prossegue o mesmo autor (loc. cit.): "Até finais do século 14, partes do território português estiveram englobadas em dioceses cuja sede se situava no Reino de Leão, depois Reino de Leão e Castela, nomeadamente nas dioceses de Tui, Cidade Rodrigo e Badajoz. Essa situação terminou durante o chamado grande cisma do Ocidente (1378-1417), devido à divergente obediência de Leão e Castela (papa de Avinhão) e de Portugal (papa de Roma) (...). O rearranjo territorial veio a articular-se com a restauração da diocese de Ceuta, com sede em África, mas parte do seu território no Continente português até 1570." Em resultado desta evolução, em 1394 a elevação a Arquidiocese de Lisboa, tornando-a sede da segunda província eclesiástica do Reino, responsabilidade que a partir de meados de Quinhentos partilha com Évora, então elevada à mesma categoria.

Em resultado da expansão portuguesa, das tarefas de evangelização daí decorrentes e de outros acontecimentos, tais como a expulsão dos judeus da vizinha Espanha, é no século XVII e sobretudo no reinado de D. João III (1521-1557), que se criam novas Dioceses. Este reforço das circunscrições eclesiásticas está relacionado com acontecimentos externos associados aos movimentos de reforma da Europa, à evolução do império ultramarino, bem como à vontade do monarca em reforçar o poder régio e consolidar, no território, a contra-reforma religiosa decorrente do Concílio de Trento.

De acordo com a Enciclopédia Católica Popular²¹ o Concílio Ecuménico consiste numa "Reunião de todos os bispos, convocado e presidido pelo Papa, destinado a dirimir questões de doutrina e disciplina de interesse para a Igreja universal (cf. CDC 337.341; etc.)." Regista a mesma fonte que o Concílio de Trento, o 19º na história conciliar, decorreu entre "1545-156, com interrupções, para definir doutrina contra os protestantes e tratar da reforma da Igreja, em parte conseguida". Tratou-se de uma iniciativa Papal em reacção à Reforma Protestante e ao "cisma que separou da Igreja Católica boa parte da população europeia", em resultado do "mundanismo de alguns Papas, as deficiências na formação do 'baixo clero", procedimentos pastorais

21 <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 21ABR13

incorrectos (pregação das indulgências), sentimento popular da necessidade de reforma da Igreja que tardava.

Da parte do contexto sociocultural e político, sobretudo a influência do humanismo alemão e holandês (Erasmus), do nominalismo e das seitas (hussistas, valdenses...), a tendência dos príncipes para se emanciparem da tutela eclesiástica e se apoderarem dos bens da Igreja, a perda do sentido de unidade europeia, a passagem de uma economia agrária para uma economia monetária (artesanato e comércio).” (loc. cit.). Este movimento impulsionado pelo monge Agostinho, Lutero, a que se juntaram outros reformadores, esteve na origem do Protestantismo europeu e do Anglicanismo Inglês, espalhados no velho e, sobretudo, no novo continente americano.

Adianta e mesma fonte (loc. cit.) que, “Perante os cismas protestante e anglicano, cresceu no seio da Igreja fiel a Roma o desejo de que a Igreja entrasse pela via de uma autêntica reforma. Ela, porém, tardou, até que, depois dos Papas da Renascença, encontrou o apoio de Papas verdadeiramente interessados nessa reforma. Surgiu assim a ideia de um Concílio reformador, que se reuniu em Trento, por três períodos, entre 1545 e 1563, com a participação de bispos de grande valor (S. Carlos Borromeu, Beato Bartolomeu dos Mártires...).

O Concílio condenou teses errôneas, definiu doutrina e tomou diversas medidas disciplinares, entre as quais a fundação de seminários para a formação do clero. Para a sua aplicação, contou com papas de valor, como S. Pio V (reforma litúrgica, Catecismo do Concílio...) e com a Companhia de Jesus, fundada em 1540, que exerceu extraordinária acção nos campos da defesa do Papado, do ensino da Teologia e das Ciências, e da evangelização dos novos povos. Outras ordens religiosas, renovadas no seu espírito (p.ex., Carmelitas) ou de novo fundadas, deram também preciosos contributos para a autêntica reforma da Igreja.” Este movimento ficou conhecido na Igreja com o nome de Contra-Reforma.

Tabela 9 - Criação de novas Dioceses, em Quinhentos

1514	criação da diocese do Funchal
1534	criação da diocese de Angra
1545	criação das dioceses de Miranda e Leiria
1549	criação da diocese de Portalegre
1570	criação da diocese de Elvas
1577	transferência para Faro da sede da diocese em Silves

De acordo com as orientações conciliares, a criação de novas Dioceses obriga a uma presença mais efectiva das autoridades da Igreja junto dos fregueses e um maior controle da população associado à criação do tribunal do Santo Ofício da Inquisição e à acção dos Juízes sobre os crimes da religião.

A coincidência temporal deste Concílio reformador da Igreja, coincidindo com o reinado de D. João III, obriga a uma breve referência sobre este monarca. Para Castro (1762, 331), “os princípios do seu reinado forão tecidos com egrégias acções de piedade, clemência, e generosidade”. Mais ainda: “reformou muitas das Religiões, que hião decahindo da sua primitiva observância. Admittio em Portugal a Religião denominada da Companhia de Jesus, e lhe instituiu em diversas partes do Reino Collegios; devendo-se a este monarca a gloria da conversão da gentildade em tão continuados progressos na Asia, Africa, e America, que naqueles primeiros tempos souberam plantar com zelo aquelles Religiosos”.

Tabela 10 - Reorganização eclesiástica, em Setecentos

1716	elevação de Lisboa a patriarcado
1770	criação das dioceses de Beja, Bragança, Penafiel e Pinhel
1771	criação da diocese de Castelo Branco
1774	criação da diocese de Aveiro
1780	fusão das dioceses de Miranda e de Bragança, com sede nesta cidade, com a designação de Miranda e Bragança.

As responsabilidades assumidas pelos monarcas após a morte do rei, O Piedoso, como ficou conhecido, são condicionadas pela situação interna decorrente do agravamento das condições económicas em resultado dos custos elevados da manutenção do império português no extremo oriente e Brasil, onde a ameaça de outros povos se faz sentir. A própria evolução da Corte e os acontecimentos que determinaram a união dinástica com Espanha estiveram presentes na organização paroquial do território e no esforço de intensificar o povoamento do reino através da criação de novas unidades religiosas. Após o domínio Filipino, só no século seguinte a este, em Setecentos, é concretizada uma nova reorganização eclesiástica (loc. cit.).

Na República, tendo em conta a separação entre a Igreja e o Estado e as funções de defesa asseguradas por este através das Forças Armadas (exército, marinha e força aérea), foram criadas Dioceses Militares – conhecidas, também por Ordinariatos Castrenses – destinadas a responder a estas forças de defesa militar. De acordo com informação oficial²² “Estas dioceses são pessoais, para que a autoridade e jurisdição do Bispo não esteja limitada a um território concreto, de modo que se estenda a todas as pessoas que fazem parte das Forças Armadas, Força de Segurança e seus familiares”.

A referida circunscrição de natureza religiosa abarca os três ramos das forças armadas e sucede ao Ordinariato Castrense – criado em 21 de Julho de 1986 com a Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae* – que em 17 de Março foi elevada a Diocese autónoma. Regista a mesma fonte que este

22 “Diocese das Forças Armadas e de Segurança: Igreja da Memória”. Lisboa, Capelania Mor-MDM”, 2013 (Policopiado)

Ordinariato (loc. cit.), veio suceder ao Vicariato Castrense de Portugal – criado em 1966 – como necessidade de reagrupar, sob a mesma estrutura, os quase centena e meia de Capelães militares que acompanhavam os contingentes militares enviados para a Guerra de África.

Pelo seu interesse transcrevemos da Enciclopédia Católica Popular, o texto referente à apresentação deste Vicariato:

“O primeiro Pastor do exército e de toda a mais gente da guerra, data de 29.4. 1794, sendo seu Ordinário o Patriarca de Lisboa. Suprimida a assistência religiosa, em 1910, ela foi assegurada por voluntários aquando da participação portuguesa na guerra de 1914-1918, destacando-se a figura do futuro Bispo de Beja, D. José do Patrocínio Dias. Em 1937, a Lei 1961 estabeleceu que os sacerdotes católicos prestariam serviço militar sob a forma de assistência religiosa, o que foi confirmado pela Concordata de 1940. Segundo ela (art. 18.º), o Estado asseguraria esta assistência em campanha, e o bispo com funções de Ordinário Castrense seria nomeado pela Santa Sé de acordo com o Governo, podendo delegar as suas funções num Vigário-Geral Castrense.

A organização da assistência religiosa, quando da guerra colonial, foi sendo feita, na década de 50, por recrutamento de capelães pelos diversos ramos das Forças Armadas. Por Decreto da Santa Sé de 29.5.1966, foi constituído formalmente o Vicariato Castrense, tendo como Ordinário o Patriarca de Lisboa, primeiro D. Manuel G. Cerejeira e depois D. António Ribeiro, que delegaram as suas funções num bispo, Vigário-Geral Castrense.

À morte prematura de D. António Ribeiro (24. 3.1998), permaneceu em exercício o Vigário-Geral D. Januário Torgal Ferreira, até que a Santa Sé, a pedido do novo Patriarca D. José Policarpo, e feitas as devidas consultas, pela Const. ap. *Spirituali Militum Curae*, de 21.4.1986, tornou autónomo o Vicariato, com o título de Ordinariato Castrense de Portugal, passando D. Januário a Ordinário Castrense (nomeação a 3.5.2001 e posse a 22.6.2001), sendo membro de pleno direito da Província Eclesiástica de Lisboa e da Conferência Episcopal Portuguesa. A sua nomeação é da competência da Santa Sé. A sua jurisdição alarga-se aos membros das Forças Armadas e das Forças de Segurança, pessoal civil de serviço e respectivos familiares. Os Estatutos do Ordinariato Castrense foram aprovados pela Santa Sé a 10.11.2001.”

Recorde-se que a unidade da Diocese está alicerçada na pessoa do seu Bispo ou Pastor, que de acordo com a referida Enciclopédia Católica Popular, designa o membro da Igreja que “tendo recebido o grau mais elevado do sacramento da *Ordem, se tornou sucessor dos Apóstolos e, em união com os outros bispos e o Papa, tem parte na missão por Cristo confiada à Igreja de santificar, ensinar e governar o povo de Deus e de levar o Evangelho a todo o mundo.” No caso de Leiria-Fátima, bispo diocesano ou residencial tem a cargo a seu cargo toda a diocese.

A mesma fonte esclarece que a “Diocese tem como expressão monumental, lugar de culto principal, o edifício da Sé ou Catedral²³. Também chamada sé. É a igreja-mãe da Igreja episcopal ou diocese. Deve impor-se pelas dimensões e traçado arquitectónico. Nela devem figurar o *altar, o *ambão, a *cátedra ou *sede do bispo, o *baptistério e lugares para os vários agentes das celebrações litúrgicas, devendo ainda dispor das alfaias necessárias. O acto da sua *dedicação deve festejar-se anualmente. Como centro da vida litúrgica da diocese, devem ser nela asseguradas as principais celebrações do ano, sob a presidência do bispo e, ao longo do ano, as restantes pelo *cabido catedralício”.

Uma referência à importância histórica das Igrejas Catedrais ou Sés está contida no Mappa de Portugal antigo e moderno, do Pe. João Bautista de Castro (1762, 69) ao referir-se à existência, na provincia da Estremadura, de “duas Igrejas Cathedraes: Lisboa, que logra a dignidade de Patriarcado; e de Leiria a de Bispado”.

No que à Sé de Leiria diz respeito, a Igreja de N. Senhora da Pena foi erecta em Sé por bula apostólica “e logo cessou a jurisdição do prior mór de Santa Cruz” (O Couseiro, 1868, 183). Contudo “por esta egreja estar tão longe da povoação serviu pouco tempo de sé” (loc. cit.), sendo a mesma transferida para a igreja de S. Pedro. O novo templo, iniciado ao tempo de D. Gaspar do Casal, ficou concluído em 1574, e “ficou com a cidade, somente, por parochia, e os moradores d’ella por freguezes.”

Na área da Diocese de Leiria, tínhamos ainda outras unidades, a saber:

- Colegiada de Ourém, deve ser entendida como uma “Igreja não catedral dotada de *cabido”. Em descrição mais antiga (Sousa, 1825) regista que, “Collegiada se diz a Igreja, que não sendo a Sé de hum Bispo, he servida por Conegos Seculares. Nisto difere das Igrejas Cathedraes, que são servidas por Conegos; mas tomam a denominação de Sé Episcopal, e assistência do Bispo”.

- Prelazia, entendida, à semelhança de Prelatura territorial, como “uma circunscrição eclesiástica equiparada a *Igreja particular que, em virtude de circunstâncias especiais, não foi erigida em *diocese, estando o seu pastoreio confiado a um *prelado territorial, à maneira dos bispos. A p. t. tem de ter pelo menos três paróquias. O anterior direito dava-lhe o nome de prelatura nullius, por não depender de nenhuma diocese” (Enciclopedia Católica Popular).

No seu conjunto estas unidades têm ao seu serviço um conjunto de clérigos – o Cabido - constituído por um colégio de clérigos²⁴, “chamados “cónegos”, constituído principalmente para assegurar um culto mais solene na *catedral (cabido catedralício) ou numa igreja importante (colegiada, hoje já não existente entre nós). O cabido catedralício tinha ainda funções admi-

23 Paulinas, <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>

24 Paulinas, <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>

nistrativas que, pelo novo CDC, salvo concessão excepcional, passaram para o *colégio de consultores. No passado, os cabidos desempenharam funções importantes, nomeadamente na manutenção de escolas de clérigos e de leigos. Hoje, por falta de clero e de meios, a sua acção reduz-se em geral à participação nas acções litúrgicas mais solenes presididas pelo bispo.”

O documento dos Estatutos do Cabido da Sé Catedral de Leiria, de 1989²⁵, regista no seu Cap - I – Natureza e atribuições do Cabido, o seguinte:

“O Cabido da Sé Catedral de Leiria é um colégio de Presbíteros, a ela especialmente adstritos, para desempenharem os ofícios que lhe são cometidos pelo Código de Direito Canónico (cf. cân. 503 ss) ou pelo Bispo da Diocese. Institucionalmente ligado à Catedral, o Cabido tem como primeira atribuição assegurar a vida litúrgica da mesma, considerando que é nas celebrações, sobretudo na Eucaristia concelebrada pelo Bispo e o seu Presbitério, com a participação do Povo de Deus, que se há-de realizar a principal manifestação da Igreja diocesana (cf. S.C., 41).” (...)

Quanto à divisão territorial, a Vigararia²⁶ - em algumas circunstâncias designada por comarca religiosa - “Também dito vigararia forânea ou *ouvidoria, é uma circunscrição eclesiástica de que fazem parte várias paróquias ou quase paróquias. Tem à frente, com funções de animação pastoral e de apoio ao clero paroquial, o arcepreste, também chamado, nalgumas regiões, *vigário forâneo, *vigário da vara ou *ouvidor”. É, portanto “uma circunscrição eclesiástica de que fazem parte várias paróquias ou quase paróquias. Tem à frente, com funções de animação pastoral e de apoio ao clero paroquial, o arcepreste,” ou Vigário Paroquial” (op. cit.).

Como responsável pela Vigararia, temos o “Vigário Forâneo, também chamado vigário da vara, ouvidor ou arcepreste, é o sacerdote nomeado, por determinado prazo, pelo bispo diocesano para estar à frente duma vigararia ou arceprestado, tendo como atribuições: animar e coordenar as actividades pastorais comuns; acompanhar os clérigos na sua vida e exercício de suas funções; velar pela correcção das expressões litúrgicas, pelo tratamento dos livros paroquiais e alfaias, e pela boa administração dos bens eclesiásticos (553-555).”

Por sua vez, a Paróquia²⁷ (Do gr. = unidade de vizinhança), é uma “comunidade de fiéis, constituída estavelmente no contexto de uma diocese (ou igreja particular) cuja cura pastoral o bispo confia a um *pároco como seu pastor próprio (...). A paróquia é territorial, dela fazendo parte todos os fiéis do território; mas também se podem constituir p.s pessoais, por motivo de rito, língua, naturalidade ou outro. A erecção, supressão e alteração de limites das p.s é da competência do bispo, ouvido o conselho presbiteral. Cada p. deve ter em dia os livros paroquiais, um arquivo para guarda dos livros e

25 <http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Artigo.php&recordID=158> 17ABR13

26 Também conhecidas, noutras Dioceses, por Arciprestados

27 Paulinas, <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 20DEZ12

demais documentação, e selo próprio para autenticar atestados (cf. CDC 515-518; 535-537; Cat. 2179; 2226)”. A referida fonte regista ainda que a Paróquia corresponde, em regra, à circunscrição civil, de origem eclesiástica, identificada por freguesia: (do lat., filii Ecclesiae = filhos da Igreja ou fregueses).

Na sua missão espiritual a paróquia tem como deveres ministrar os Sacramentos aos fiéis, de lhes prestar assistência religiosa e pregação em quadras festivas, de os encomendar na morte albergando a Pia Baptismal e o Cemitério. Face à evolução da sociedade e das comunidades outras funções vieram a ser estabelecidas através do surgimento de movimentos e, sobretudo, das Irmandades religiosas, coordenadas na sua acção pelo Pároco.

Pela sua relevância como elemento estruturante da organização social portuguesa, precisa Serrão (1989.V, 7) ser a Paróquia, “cada uma das circunscrições territoriais duma diocese que tenha igreja própria, com uma população a ela adstrita e um sacerdote incumbido do cuidado das almas”, ou seja, uma determinada circunscrição de natureza eclesiástica, que agrupa os habitantes ou fiéis, residentes num determinado território.

Estas paróquias religiosas, consideradas como centros autónomos da vida espiritual de diversas comunidades, permitiram a afirmação das actividades económicas e a formação do tecido económico local. Assim o afirma o referido autor (Serrão, loc. cit.) esclarecendo que a criação de novas paróquias, “é uma consequência da maneira como inicialmente se expandiu o cristianismo”, uma vez que, “com a penetração do cristianismo nos meios rurais levantaram-se novos templos nos lugares fortificados (castella), nas povoações rurais (vici, pagi) e nas explorações agrícolas dos grandes senhores (fundi, villae)”. Mais ainda, considera que “a distância a que ficavam das cidades obrigou os bispos a darem autonomia espiritual e económica aos templos destas circunscrições, que foram dotadas de baptistério e de cemitério e se tornaram centros de vida espiritual” da mesma comunidade ou de comunidades próximas.

A existência da Pia Baptismal, expressa a autoridade conferida pelo Bispo ao templo - Igreja ou Capela - para a administração do primeiro dos Sacramentos católicos e a delimitação da área de influência específica para cada um desses templos. A este atributo anda associada o dever de Pregação, de apoio espiritual e de administração de outros sacramentos por parte do Cura e o pagamento da respectiva cômgrua por parte dos fregueses, membros da mesma comunidade eclesiástica.

Regista a Enciclopédia Católica Popular que a comunidade paroquial está confiada ao Pároco: “sacerdote que o bispo diocesano nomeia para coadjuvar um pároco no exercício do seu ministério pastoral. A área da sua competência pode ser restringida ou ampliada a várias paróquias. No caso do pároco faltar, o v.p. (ou o mais velho, se for mais que um) assume as suas funções até solução (545-552; 541); O lugar de culto que assinala o poder religioso destas

unidades religiosas é a Igreja Matriz, o templo mater da paróquia e o seu principal lugar de culto.”

Transcrevemos da referida fonte (op. cit.), o seu significado: “O novo CDC (1214-1229) alterou, em relação ao de 1917, a tipologia, que passou a ser: a) *igreja, quando, independentemente da entidade proprietária, os fiéis têm direito de acesso a ela, sobretudo para as celebrações, nela se podendo realizar todos os actos de culto, desde que respeitados os direitos paroquiais (...). As igrejas, e sobretudo a *catedral e as igrejas paroquiais, dotadas de *altar, *baptistério, *confessionários, etc., devem ser consagradas com o rito solene da ‘Dedicação da Igreja e do Altar’, reservado ao bispo; os oratórios e capelas podem ser simplesmente benzidos. A construção de igrejas pressupõe prévia autorização do Ordinário e deverá respeitar as normas da Liturgia e da Arte Sacra (cf. CDC 1205ss; IGMR 288-318).”

Esclarece a referida Enciclopédia (op. cit.), que a Igreja, é um lugar de culto público podendo existir dentro da mesma circunscrição eclesiais outros templos. Assim, capela “particular é o lugar destinado, com licença do bispo, ao culto divino em favor de uma ou mais pessoas físicas.” Mais ainda: “c) *capela particular (anteriormente chamado oratório privado ou doméstico), quando destinado a uma ou mais pessoas físicas, nela só se podendo celebrar a missa e outros actos litúrgicos autorizados pelo Ordinário.” A capela do Bispo goza dos direitos de oratório.

Por sua vez, o Oratório (a que anteriormente se chamava oratório semipúblico), quando destinado a uma comunidade ou grupo de fiéis, mas a que também os outros fiéis podem ter acesso com o consentimento do responsável, nele se podendo realizar as celebrações que não estejam vedadas pelo direito, por prescrições litúrgicas ou por determinação do Ordinário. Noutra local esclarece a mesma fonte: “Segundo o actual CDC (1226), Distingue-se do *oratório (anteriormente chamado “capela semipública”), destinado principalmente a uma comunidade de fiéis (casa religiosa, hospital...), e da *igreja, destinada aos fiéis em geral, que a ela têm direito de acesso. V. igreja”.

Como unidade mais reduzida desta hierarquia encontra-se a Comunidade de fiéis a qual (op. cit.): “1. Segundo a *Eclesiologia de Comunhão, a Igreja é essencialmente comunidade, pela íntima união de pensamento, vida e acção dos fiéis com J. C. e entre si, o que a manifesta como sacramento de unidade no mundo. O próprio vocábulo grego *ekklesia* (*ecclesia), usado nos primeiros tempos do cristianismo, evoca a ideia da Igreja como comunidade convocada e reunida em determinado lugar.

Na vida religiosa chama-se comunidade ao conjunto de membros do instituto que vivem numa *casa religiosa ou equivalente. Chamam-se comunidades (eclesiais) de base aos agrupamentos de fiéis que, arrogando-se dos ensinamentos do Conc. Vat. II e induzidos pelo clima respirado em certas regiões, sobretudo do chamado terceiro mundo, assumem a título de evan-

gelização, protagonismo libertador de condições sociais e políticas atentatórias da dignidade humana. Vencidos eventuais desvios (prioridade à acção sociopolítica, autonomia em relação à hierarquia...) as c. de b. podem ser instrumento providencial de renovação da Igreja.”

Completando o conjunto de noções fundamentais à compreensão das comunidades religiosas, resta-nos referir o conceito de fiéis cristãos, tal como nos é relatada pela Enciclopédia Católica Popular²⁸: “(Do lat. = christifideles). Também chamados, na linguagem cristã corrente, simplesmente fiéis ou *cristãos. O novo CDC, inspirando-se no Conc. Vat. II (*Lumen gentium 11,14, etc.), define: Fiéis são aqueles que, por terem sido incorporados em Cristo pelo Baptismo, foram constituídos em povo de Deus e por esse motivo se tornaram a seu modo participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo (204).

Por instituição divina, de entre o comum dos fiéis chamados *leigos, são destacados os ministros sagrados, chamados *clérigos (207,1). De entre uns e outros, há os que, pela profissão dos conselhos evangélicos se consagram a Deus de um modo particular, que genericamente se chamam *religiosos, cujo estado, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, faz parte da sua vida e santidade (207, 2). (...).”

A concluir importa ainda destacar o significado do Orago ou Padroeiro das diversas unidades territoriais eclesíásticas. De acordo com a Enciclopédia Católica Popular²⁹, Padroeiro, “É o santo que, para celeste protector e intercessor junto de Deus, é escolhido por uma nação, diocese, paróquia, lugar ou pessoa moral (família religiosa, corporação profissional...), com aprovação da Santa Sé. Nossa Senhora da Conceição é a padroeira principal de Portugal, e Santo António padroeiro secundário. Diferente do p. é o *titular ou orago a que um lugar sagrado (sé, igreja...) é dedicado, podendo ser Pessoa Divina (J. C., Esp. Santo, SS. Trindade), Santo/a (N.ª Senhora, Santo, excepcionalmente Beato, ou Anjo) ou mistério (Ressurreição, Assunção...). Com frequência, o padroeiro dum paróquia é o titular da igreja paroquial. A categoria litúrgica (solenidade, festa, memória) dos padroeiros e dos titulares encontra-se definida na Tabela dos Dias Litúrgicos (cf. Normas do Ano Litúrgico e do Calendário, 10).”

Noutro local (op. cit.) precisa ainda o significado de “Titular de igreja. Pode ser titular ou orago dum igreja: a SS. Trindade, J. C. sob a invocação dum seu mistério ou nome já em uso, o Espírito Santo; a Virgem Maria, sob título já em uso litúrgico; os Anjos e os Santos e, com indulto, os Beatos. O orago é um só, salvo tratando-se de Santos inscritos conjuntamente no Calendário. Quando a igreja é dedicada, não se pode alterar o orago; se for simplesmente benzida, essa alteração é possível. O titular é celebrado anual-

28 <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 24FEV13

29 <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 24FEV13

mente com a categoria de solenidade (CDC 1218; Cerimonial dos Bispos 865).”

Em Portugal foi escolhida Nossa Senhora da Conceição como Padroeira. Esta evocação, “Relembra que Sant’ana concebeu Maria, pura sem pecado”³⁰, sendo um culto a Maria praticado em Portugal desde a Idade Média. Nas Dioceses há diversos exemplos com um Padroeiro principal, como acontece em Lisboa e no Algarve, além da Diocese de Leiria-Fátima. Ao longo da sua história a Diocese de Leiria, inicialmente sujeita ao poder espiritual e temporal do priorado-mor de Santa Cruz de Coimbra, da Ordem de Santo Agostinho, escolheu este como padroeiro o qual se manteve quando da restauração desta Diocese. Mais tarde, no início da década de sessenta, o Bispo D. João solicita à Sagrada Congregação dos Ritos “se digne ratificar a escolha feita de Nossa Senhora do Rosário da Fátima como Padroeira Principal da Diocese; de São José, como Padroeiro “*Aeque Principalis*” da mesma Diocese; Santo Agostinho, Padroeiro Secundário”.

Na mesma petição, para a festa da Padroeira Principal, “a celebrar no 13 de Maio de cada [ano], propõe o Ofício e Missa de Nossa Senhora do Rosário ou o do Coração Imaculado Coração de Maria, ut in Calendario Universal; para a de São José – 19 de Março – o Ofício e Missa igualmente do Calendário Universal; para a de Santo Agostinho – 28 de Agosto – o Ofício e Missa próprios, já aprovados anteriormente”.³¹ Tal situação foi alterada depois do Concílio Vaticano II, que admitiu a escolha de um único patrono, “admitindo-se um patrono secundário, por motivos particulares”.

Os traços acima descritos enquadram os traços antigos de uma população, assim descritos por Freire (1755, 20): “são os Portuguezes de coração benigno, de ânimo generosos, no vestido modestos, graves nos costumes, nos conselhos cautos, na Religião constantes, na conversação affaveis, na mesa sobrios, no trato agazalhadores, e cortezes, particularmente com o outro sexo (...), nas occasioens publicas brilhantes, e magnificos, e na fidelidade, e amor a seus Principes unicos entre todos os vassallos do mundo. Na paz não há gente nem mais quieta, nem mais alegre, e na guerra não há soldados, que mais soffrão, nem que obrem emprezas tão arrojadas, se se considerar o seu número” (loc. cit.).

Estas características são posteriormente reforçadas por Balbi (1822.II, 2) que descreve os habitantes do Reino do seguinte modo: “les Portugais sont remplis de zèle pour leur religion, et suivent avec la plus grande exactitude toutes les pratiques qu’elle ordonne. C’est à ce respect pour la religion que l’on doit attribuer la richesse et la magnificence que les Portugais étalent dans la construction et dans l’ornement de leurs temples (...)”. Estes aspectos constituem um marco na história e na vida de várias povoações desta Diocese,

30 : <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

31 In: <http://www.leiria-fatima.pt/sim/biblioteca/grupos/1/Padroeiros.pdf> 26ABR13

que impressionam viajantes e autores de estudos antigos sobre a terra portuguesa.

Com a queda da Monarquia, o republicanismo e o Estado Novo geraram outras mudanças na sociedade portuguesa durante a primeira metade do século passado, como regista Sardica (2007, 542)³²: “o republicanismo tomara o poder, em 1910, com a aura e a força de uma proposta ideológica modernizante e com futuro, prometendo a todos, com a sua matriz racionalista e positivista, a democracia de massas, o progresso económico, a justiça social e a emancipação dos homens”. Já o início da ditadura militar foi marcado por “uma atitude de respeito, colaboração, incentivo (...)”³³ para com a Igreja portuguesa.

Outras mudanças estruturais da sociedade portuguesa são referidas à segunda metade de Novecentos, quando da Revolução de 25 de Abril, do acréscimo da industrialização, da urbanização, do turismo, da emigração e da abertura à Europa e ao mundo, que conduziram a alterações profundas nas práticas sociais da população portuguesa. Os dados mais recentes sobre a religiosidade e as práticas religiosas em Portugal nomeadamente os que decorrem da realização, em 2011, do estudo sobre “Identidades religiosas em Portugal: representações, valores e práticas”³⁴, traduzem uma alteração significativa em relação aos comportamentos religiosos da população acompanhada, embora, de fortes “indícios de uma forte socialização primária”, por efeito da família e da permanência da “centralidade dos fenómenos religiosos” em Portugal.³⁵

Estes aspectos consubstanciam a acção pastoral da Igreja exercida, em sentido restrito (cf: Enciclopédia Católica Popular), pelos “bispos e presbíteros, sobretudo dos que têm cura de almas; mas alarga-se aos outros fiéis, designadamente aos leigos, e às comunidades de fiéis na vida das Igrejas locais.” Para tanto importa atender à organização e hierarquia eclesial consubstanciada nas diocese e aos factores presentes na sua criação e evolução. Estas reverências visam entender melhor o processo de criação da Diocese no contexto histórico e geográfico da construção social do Reino e a ocorrência de alguns dos acontecimentos que promoveram a autonomização do Cabido de Leiria face ao Priorado Crúzio de Coimbra, de quem dependeu vários séculos.

Como assinalou Gomes (2004. 82), a influência do senhorio monástico de Santa Cruz de Coimbra, exerceu “a sua influência e o seu cadastro patrimonial concentravam-se decisivamente até um raio de 20 km em torno de Leiria, mas

32 Sardica, José M. (2007) – “Sociedade portuguesa (época das aparições)” – In: Azevedo e Cristino, 2007, 542-546

33 Sardica, José M. (2007) – Estado e Fátima”. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 190-199

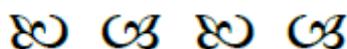
34 Coord. Alfredo Teixeira. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião e Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa

35 Cf: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?pid=911> 17ABR13

para Norte do que para Meio-dia, e só nos últimos anos do século XII conseguiu doações na zona de Ourém, nomeadamente o direito eclesiástico sobre essa área, obtido em 1183, embora de forma pouco duradoura”.

Faz ainda notar o autor a importância do traçado das antigas vias de circulação no território alargado da futura Diocese, onde se destacam as antigas fortalezas e as praças de Ourém e Porto de Mós (op. cit., 84), zonas por onde passava a estrada que ligava Santarém a Coimbra. Face ao processo de alargamento do povoamento no litoral a antiga estrada romana era considerada uma “via de extrema importância no Portugal medieval” não necessitando, aqueles que a utilizavam, de fazerem desvio por Leiria”.

A importância destes centros e o desenvolvimento de outras praças mais próximas de Leiria, não sendo concorrentes da evolução desta vila, foram até favoráveis para a consolidação da área de influência do cabido episcopal quando da afirmação dos seus interesses face aos coutos de Alcobaça e aos territórios conimbricenses representados pelos concelhos vizinhos de Montemor-o-Velho e de Louriçal. Nesta relação territorial destaca-se a vizinhança da bacia hidrográfica do Liz, da bacia do Mondego, que de certa forma coincidia, a sul deste rio, com os domínios territoriais dos clero e da Universidade de Coimbra.



II. Construção social da Diocese

1. Antecedentes próximos

A construção social da circunscrição eclesiástica do Bispado de Leiria foi um processo moroso que acompanhou a evolução da sociedade portuguesa desde os tempos medievos, em particular desde a edificação da Igreja de N^a Senhora da Pena (séc. XII), no recinto do Castelo e da criação do Priorado Crúzio dependente dos frades de Coimbra. Com a consolidação das fronteiras do Reino e a acção de povoamento e de fomento económico dos primeiros monarcas, os domínios do Castelo de Leiria foram-se desenvolvendo, fixando novos moradores, incrementando as actividades humanas e acolhendo diversas ordens religiosas que contribuíram para a doutrinação das comunidades espalhadas pelo território.

A convivência entre o clero estabelecido e as novas ordens religiosas, que se vão fixando nos limites urbanos e na área rural, facilita a acção pastoral. Contudo em 1232, quando da chegada dos Franciscanos a Leiria,³⁶ “O Convento de Santa Cruz de Coimbra não consentiu a sua instalação e excomungou os frades, impondo-lhes a saída da vila e recomendando aos fiéis que não lhes dessem esmolas, nem assistissem às suas missas e ofícios, sob pena de excomunhão. Só o recurso ao Papa e a intervenção deste permitiu a sua instalação e a construção do seu convento.”

De acordo com a informação oficial da Diocese de Leiria-Fátima³⁷ “Desde o século XIII é significativo o movimento de criação de muitas instituições de assistência, tanto em Leiria como noutros locais: confrarias, albergarias, hospitais e gafarias. Mais tarde, surge a Santa Casa da Misericórdia (...). A partir da segunda década do século XVI, quando Leiria era uma vigararia do Convento de Santa Cruz de Coimbra, dá-se nela um notável movimento de descentralização na administração paroquial, com a criação de capelanias em algumas igrejas da zona rural que passam a gozar de uma certa autonomia, com a instalação da pia de baptizar, celebração da missa nos dias de preceito e dos sacramentos, mantendo apenas uma ligação simbólica com a matriz, mediante a visita obrigatória dos moradores, nos dias determinados”.

A evolução desta situação está na origem da criação da Diocese, da fixação do seu 1^o Prelado, D. Frei Brás de Barros e da evolução que se seguiu até aos nossos dias. Tratou-se de um processo moroso que teve lugar num cenário geográfico diferenciado e por acção de diferentes actores que agiram de acordo com as orientações régias, da Igreja, das Ordens religiosas, dos interesses de classe e outros, concretizando através da sua acção, uma tessitura

36 <http://www.bensculturais.com/leiria-fatima/480-historial> 24MAI13

37 http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Paroquias.php&pageNum_rs=1&codTipo=1&grupo=1&totalRows_rs=75 17ABR13

humana e matriz religiosa favorável à construção do novo bispado. O aumento da população, sobretudo nas áreas dotadas de melhores solos agrícolas e culturas, permitiu um acréscimo de moradores até aos limites da subsistência e os excedentes engrossaram os caudais da gente de guerra e da emigração.

Recuando no tempo, observou Gaspar (1993, 15) que o território de Leiria identifica-se “como terra de fronteira: entre o Norte e o Sul, entre o Sul e o Centro, entre a Beira e a Estremadura, entre os coutos de Alcobaça e o bispado de Coimbra” (op. cit., 80). Sobre a importância territorial dos domínios do Castelo de Leiria e à sua repartição pelos senhorios de Porto de Mós, de Ourém (lugares atravessados pela estrada medieva que ligava Santarém a Coimbra) e coutos de Alcobaça, diz-nos Gomes (1995, 72) que tal surgiu não em resultado de “um acto administrativo das instâncias do poder superior ou régio, mas antes em virtude das condições sociais da região”. Esclarece, afirmando (loc. cit.): “na área peri-urbana denotava-se um dinamismo económico-social de vulto para o que contribuíram os inúmeros moinhos de água, os pisões, os lagares de vinho e de azeite, além de outros engenhos de serração de madeiras, ou em certa altura, de fabrico de papel”.

De acordo ainda com o mesmo autor (loc. cit.), o desenvolvimento destas actividades davam a Leiria um peso económico de relevo - afastado que estava das outras cidades do Reino como Coimbra, Santarém e Lisboa, ou mesmo dos senhorios fundiários mais próximos de Porto de Mós, Ourém e Pombal - importância esta reforçada pelas funções administrativas e de justiça que desempenhava, como “cabeça de comarca e de almoxarifado para além de centro concelhio” (loc. cit.). Estes traços são essenciais para a compreensão dos limites deste território, antes ainda da construção da Diocese.

Tomando como exemplo a carta da Divisão Eclesiástica do concelho de Leiria nos séculos XIV e XV, elaborada pelo referido autor (Gomes, 1995, 84), regista-se a criação de diversas freguesias a partir das quatro freguesias que dominavam o centro territorial do concelho, a saber: S. Pedro, S. Martinho, St^o Estevão e Santiago. Outras se seguiram dando assim seguimento a um processo de estruturação das paróquias como núcleos de povoamento e de dispersão dos fregueses, submetidos ao pagamento de dízimos ao Bispado, ao respectivo pároco e ao poder régio.

Pelo início do século XVI foram criadas novas unidades desanexadas das freguesias da vila, movimento que se seguiu à concessão do foral novo a Leiria, feito por D. Manuel I em 1 de Maio de 1510. Em 1536, quando da visitação do prior-mor de Coimbra a povoação possuía já, para além da igreja matriz de N^a Sr^a da Pena, mais quatro igrejas, a saber:

- S. Pedro (a “segunda que se fez n’esta povoação” – op. cit., 32),
- S. Martinho,
- Santo Estevão,
- S. Tiago do Arrabalde da Ponte.

Dos padroeiros destas igrejas³⁸:

- Santo Estevão, evoca o “Primeiro diácono, foi também o primeiro mártir da Igreja. Cerca do ano 36 da nossa era, com uma morte aceite com as mesmas disposições com que Jesus aceitou a Sua (...)”;

- S. Martinho, o Bispo que “Nasceu na Panónia cerca do ano 316, de pais pagãos. Depois de receber o Baptismo e de renunciar à carreira militar, fundou um mosteiro em Ligugé (França), onde levou vida monástica sob a direcção de S. Hilário. Foi depois ordenado sacerdote e, mais tarde, eleito bispo de Tours. Foi modelo insigne de bom pastor; fundou outros mosteiros, dedicou se à formação do clero e à evangelização dos pobres. Morreu no ano 397.”;

- S. Pedro, o “Pedro, pescador da Galileia, irmão de André, foi escolhido por Jesus Cristo como chefe dos Doze Apóstolos”;

- S. Tiago o apóstolo de Jesus celebrado em Portugal e, sobretudo, na Galiza onde tem grande culto.

Recorda-nos Zúquete (1943, 17) que a criação das novas paróquias aumentou o poder do Prior-mor de Santa Cruz de Coimbra que passou a exercer a sua jurisdição em dez freguesias, “das quais cinco na vila”. Esta evolução acompanha a afirmação das actividades económicas sediadas no território leiriense, ganhando particular relevância depois da criação da Diocese. À data havia necessidade desta se estruturar através de desanexações das paróquias de maiores dimensões e de se afirmar a rede de assistência religiosa aos fregueses, com o reforço do poder material do novo Bispado.

Aos aspectos já referidos há a acrescentar o contributo das Ordens religiosas, que na posse de bens fundiários de valor, formavam bolsas de trabalho para as populações locais, contribuindo para o florescimento das povoações onde residiam. Nota Serrão (1992, 270), que a acção “das ordens religiosas não só quanto à vida espiritual, mas também quanto à colonização das terras e à cultura da população, foi de uma relevância única”, uma vez que (loc. cit.), “foram elas o fermento da obra civilizadora que Portugal havia de realizar no mundo”.

A consolidação das paróquias como unidades independentes da vida cristã veio fortalecer a rede de povoamento existente, que integrou o antigo Bispado de Leiria quando o monarca D. João III promoveu a constituição de novas Dioceses. Como assinala Castro (1991, 308), à data de Quinhentos Leiria mantinha uma posição estratégica decorrente da “relevância central desta sub-região” a qual resulta, “antes de mais nada da sua comparticipação na vida colectiva dos portugueses, com os seus reflexos directos e indirectos ao longo dos séculos no Portugal moderno, em particular quando olhamos para esta época histórica que vai dos séculos XVI a XVIII”.

38 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_users.asp
6MAI13

Com anteriormente foi assinalado o povoamento em torno da praça militar de Leiria compreendia uma rede de outras fortificações que se estendiam do litoral aos bordos e ao interior do maciço estremenho. E das localidades mais próximas de Leiria, apenas a Vila da Batalha não tinha funções defensivas, mas mantinha funções religiosas e de instrução no Convento de S. Domingues, mandado edificar por D. João I, “depois d’alcançar aquella famosa victoria, na charneca entre as villas da Batalha e Aljubarrota” (O Couseiro, 1868, 97), em 14 de Agosto de 1385. A fixação de artífices e obreiros necessários para a construção do Mosteiro, veio a estabelecer o povoamento nas terras baixas junto ao vale do Lena (1873.I, 350).

Na esteira de trabalhos anteriores, Gomes (2007, 51-52) considera que a construção dos mosteiros de Alcobaça e da Batalha, “edificações resultantes de um dinâmico processo histórico português que encontrou neste território um lugar de concretização e de edificação”, fortaleceu a memória desta área, sendo que “a sua edificação trouxe numerosa mão-de-obra estrangeira especializada à região” (loc. cit.). Entre esta população contam-se os Judeus, comunidade “que se instalou muito cedo em Leira e que, no século XV, se expande pelas vilas de Pombal, Porto de Mós, Óbidos, Aljubarrota e outras do Couto alcobaciano” desempenhando, então, “um papel determinante de financiamento, através do empréstimo de dinheiro, das economias concelhias locais” (loc. cit.).

Quanto à Marinha Grande, a respectiva freguesia foi erecta em 1600, deixando de pertencer a S. Tiago do Arrabalde da Ponte. Lê-se em Leal (1875.V, 74-82) que na freguesia da Marinha, “cáe parte do pinhal d’el-rei, que começa na lagoa Sapinha, que está á borda do Aceiro, e chega até á Vieira e freguezia de Cravide, e são três logoas, grandes, de comprido, e de largo chega até o mar, que será legoa e meia”. A evolução desta povoação está ligada à exploração do Pinhal e à actividade agrícola em terras da Marinha ou da freguesia de N^a S^a do Rosário da Marinha. Contudo, só no século XVIII, com a transferência da fábrica de vidros de Coina para esta povoação, em 1747, e a criação da Fábrica Nacional de Vidros é que a antiga povoação inicia uma nova etapa da sua evolução orientando-se para as actividades industriais.

Apesar desta ocorrência a área do concelho de Leiria permaneceu estável desde o início de Quinhentos até às reformas liberais Oitocentistas. Então, em 1836, por decreto da Rainha D. Maria II foi criado o concelho da Marinha Grande, iniciativa que foi alterada em 1836, com a publicação de nova legislação que alterou os limites das anteriores divisões administrativas. Elevada à categoria de Vila em 1892, ao tempo de D. Carlos I, o concelho só é restabelecido após a implantação da República, em 20 de Janeiro de 1917, pela Lei n^o 644.

O núcleo histórico de Porto de Mós, dominado pela fortificação ou castelo sobranceiro à Vila, assinala um local de passagem antigo entre o centro

de Portugal e o vale do Tejo. Em articulação com esta povoação, Ourém desempenhou papel semelhante, sobretudo no processo de reconquista. O mesmo pode ser assinalado em relação a Pombal, praça-forte de apoio à defesa de Soure e dos campos do Arunca e do Mondego, como anteriormente foi assinalado.

Tabela 11 - Comarca de Leiria (1527)

Freguesias	Fogos
1. Sé	746
2. S. Thiago de Arrabalde da Ponte	524
3. Santa Margarida do Arrabal	292
4. S. João de Espite	311
5. Santa Catherina da Serra	205
6. S. Cristóvão da Cranguigeira	373
7. N ^a S ^a dos Remédios do Reguengo	473
8. Salvador de Carpalhosa	770
9. S. Simão	459
10. N ^a S ^a Piedade de Monte Redondo	480
11. N. S ^a Milagres da Vieira	345
12. S. Lourenço de Carvide	278
13. N ^a S ^a Conceição de Vermoil	455
14. N ^a S ^a Luz de Maceira	479
15. Santa Catherina da Azoia	161
16. N ^a S ^a Rozario da Marinha Grande	402
17. Salvador da Barreira	192
18. S. Paulo de Amor	206
19. N ^a S ^a da Gaiola das Cortes	243
20. Senhor dos Milagres	330
21. S. Miguel das Colmeas	475
22. S. Jozé do Alqueidão da Serra	88
23. N ^a S ^a do Rozario de Praceiros	137
24. N ^a S ^a do Desterro de Pouzos	560
25. S. Matheus do Baroza	565
26. S. Sebastião de Rigr ^a de Pontes	377
27. S. Miguel do Coimbrão	291
<i>Total</i>	<i>9808</i>
Vila de Monte Real	
S. João Baptista	142

In: Castro, 1991, 325

A dimensão humana das unidades administrativas, comarcas e concelhos, pode ser apreciada com mais detalhe a partir da primeira metade do século XVI, em período próximo da criação da Diocese de Leiria, através dos dados do Numeramento de 1527, mandado realizar por D. João III. Conhecido pelo Numeramento do Reino de 1527-1530, teve como base a divisão administrativa do país em seis grandes comarcas: Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Estremadura, Beira, Entre-Tejo-Odiana e Algarve. O registo deste levantamento tem em consideração o total de fogos ou vizinhos existentes em cada uma destas comarcas, valor que segundo V. Rau (1965, 16) corresponde à “única unidade que mais interessava à coroa: aquela sobre que incidia a tributação, independentemente do número de pessoas que por ela se encontravam abrangidos”.

Nesta data, a Correição da Estremadura (Dias, 1996, 199) estendia-se ao longo de todo o litoral, entre o Douro e o Tejo, com uma área de 19.930 Km², uma densidade fogo/km² de 3,3 e um total de fogos arrolados de 65.515 (282.718 recenseados em Portugal continental). A ocupação humana, não sendo das mais densas, era superior à média nacional – de 3,2 fogos/Km² – sendo apenas ultrapassada nas Correições de Entre-Douro-e-Minho e na Beira, respectivamente com 7,6 e 4,4 fogos/km², respectivamente. Relativamente à Comarca de Leiria, Castro (1991, 325) assinala um total de 9808 fogos, arrolados nas diferentes freguesias.

A distribuição dos habitantes traduz a existência de diversos casais e lugares separados na área das paróquias já existentes e das demais que se vieram a constituir no decurso dos séculos seguintes. Contudo, para além desta rede de lugares é de assinalar a confirmação de núcleos de maior dimensão, as vilas, que constituíam os núcleos estruturantes de um povoamento radicado em formas intensivas de ocupação da terra, da mata vegetal, dos recursos naturais, do comércio e dos serviços de natureza elementar.

Nesta rede, a vila de Leiria funciona como o centro de maior dimensão populacional, também religioso, devido à presença das ordens religiosas e de actividades artesanais que contribuía para o enriquecimento da sua vida económica e animação humana. Disso nos dá conta Gomes (1994, 255) ao referir a existência de “um rico hinterland agrícola, merecedor de uma vida administrativa multifacetada”, associada a um conjunto de actividades relacionadas com os “têxteis, cortumes, serração de madeiras, exploração do subsolo (pedreiras, calcárias, ferro, carvão, e sal-gema, sobretudo), ao próprio fabrico de papel desde 1411”.

Na vizinhança de Leiria é de salientar a referência a povoações do actual concelho de Pombal (Abiul, Redinha), a Leiria, Pombal e a Porto de Mós, sendo que a maior concentração humana é registada a sul de Leiria, nomeadamente na área do concelho de Alcobaça (286 moradores) onde, à data, contavam-se já mais de uma dezena de Vilas recenseadas. Trata-se de

uma rede de povoamento herdeira dos muitos casais e quintas, estruturada em função da actividade dos frades agricultores e da intensa actividade que aí desenvolveram nos campos de Alcobaça e em toda a área do Oeste, configurando a extensão, para sul, dos limites estabelecidos em 1835 para o novo distrito.

Note-se que na divisão administrativa estabelecida em 1534 (op. cit., 226), “a nova comarca de Leiria, correspondendo ao seu antigo almoxarifado, foi criada a 2 de Janeiro de 1534 (...), com as seguintes circunscrições administrativas: Alcobaça (vila -286); Alfeizerão (vila – 88); Aljubarrota (vila – 208); Alpedriz (vila – 46); Alvorninha (vila – 108); Atouguia da Baleia (vila – 468); Batalha (vila – 145); Cadaval (vila – 479); Caldas (vila – 86); Cela (vila – 112); Coz (vila – 67); Évora de Alcobaça (vila – 67); Leiria (vila – 2041); Lourinhã (vila – 346); Maiorca (vila – 100); Monte Real (jurisdição – 19); Óbidos (vila – 1076); Paredes (vila – 27); Pederneira (vila – 197); Porto de Mós (vila – 512); Salir de Matos (vila – 16); Salir do Porto (vila – 16); Santa Catarina (vila 100); São Martinho (vila – 13) e Turquel (vila – 57)”.

De Galego e Daveau (1986, 95), transcrevemos o quadro seguinte:

Tabela 12 - Numeramento de 1527: vilas e moradores

Concelho actual	Vila	Nº moradores
Pombal	Redynha	150
Pombal	Pomball	516
Pombal	Abyull	181
Leiria	Leiria	2060
Batalha	Batalha	145
Porto de Mós	Porto de Mós	512

Ainda que indicativos, os dados aproximados da população residente nas sedes das Vilas, sugerem um outro tipo de análise sobre o total de habitantes em seu redor e do reino já que, como regista C. Lobo (1903), “a população mede a força da riqueza das nações”. Este foi o princípio que animou diversas correntes do pensamento económico baseadas no aproveitamento da terra e dos seus recursos naturais.

2. Bispado Velho

A análise do povoamento de Leiria e do seu termo tem justamente em conta a divisão eclesiástica em Paróquias, que a partir da constituição do burgo medievo foram sendo criadas, num processo longo, interrompido pelas lutas civis e pestes que assolaram a região. No entanto a formação de diversos núcleos de povoamento, confirmados pela presença de um cura, assegurava a assistência religiosa em relação com o Priorado Crúzio e as ordens monásticas que exerciam a sua jurisdição sobre determinadas parcelas do território.

A evolução da divisão eclesiástica - nomeadamente a que foi levada por D. João III, depois de 1527-1530 – com a criação de Dioceses e Paróquias, veio reforçar a aglutinação dos habitantes em torno de um poder religioso mais próximo e actuante, como foi estabelecido pelo Concílio Tridentino. Recorde-se que a jurisdição de Leiria pertencia até então ao Bispado de Coimbra e a sua afiliação ao arcebispado de Braga confirma a dimensão e a diversidade dos bispados existentes nesta faixa atlântica. Daí que a preocupação do monarca e da Igreja em assegurar um “eficaz governo das almas” - como foi assinalado no pedido formulado ao Papa pelo rei, O Piedoso – obrigava ao estabelecimento de circunscrições mais reduzidas, permitindo mais acessibilidade dos fiéis em relação aos templos religiosos e dos Curas em relação a estes.

Diz-nos Serrão (1965.II, 305) que “A pedido de D. João III, Paulo III criou as dioceses de Leiria e de Miranda, a 22 de Maio de 1545, sendo a primeira desmembrada da diocese de Coimbra e a segunda da de Braga”. Por sua vez, assinala O Couseiro (1868, 159) que a criação do Bispado de Leiria, em 1545, “presidindo na Igreja Catholica o Papa Paulo 3º que, entrou no summo pontificado no anno de 1534, sendo rei d’este reino D. João 3º, 11º anno do seu pontificado, que era o de 1545 do nascimento de N. Senhor Jesus Christo, em os 22 de maio, a instancia do mesmo rei D. João, passou a bulla da creação d’este bispado, levantando-se em sé cathedral a igreja de N. Senhora da Pena, assignando-lhe a cidade e seu termo por districto, transferindo-lhe a jurisdicção e direito do prior mór de Santa Cruz e do bispo de Coimbra, isentando de Braga, que era sua metropole, e passando-o à de Lisboa”.

À semelhança do que sucedia nas antigas dioceses de Braga e de Coimbra, do Porto (em 1112) de Lamego e Viseu (em 1147), de Lisboa (por 1148), Évora (em 1166), Algarve (em 1189), e Guarda (em 1203) – “todas elas tomaram a Virgem-Mãe para padroeira das suas catedrais” (Costa, 1957, 9) – também em Leiria foi a Sé consagrada a Nª Senhora da Pena.

O significado desta evocação de Nª Senhora (pena, de penha, elevação de pedra, penedo), sita no Castelo sobranceiro à povoação, é assinalado por Frei Agostinho de Santa Maria (Santuário Mariano): “Com muita razão dedicou El-Rey D. Affonso Henriques a Maria Santíssima o Castello da Cidade de Leiria, &, como foy fundado sobre uma penha, quiz que a mesma Senhora com o título de Pena, delle deffendesse aquella nova fortaleza, e mais fundou o mesmo Rey uma Igreja que ficou sendo Freguezia do mesmo Castello”. Tal segue o registado nos tempos medievais, “de fé viva e intensa” em que além dos templos – catedrais, igrejas e mosteiros - “se acolhiam à protecção da Virgem das Virgens, escolhendo-a para única e principal padroeira” (Costa, 1957, 9).

A criação desta nova diocese conjuntamente com as de Miranda do Douro, Portalegre e Elvas, “com a atribuição de rendimentos provenientes de

domínios que pertenciam ao arcebispado de Évora (Castro, 1991, 307), “testemunha o desenvolvimento das instituições religiosas locais e o alcance da libertação da direcção eclesiástica dos cônegos regantes de Santa Cruz de Coimbra” (loc. cit.). Sugere, por outro lado, que “a elevação da vila a cidade representa ainda uma indicação do desenvolvimento da actividade social do povoado leiriense” (loc. cit.) e o reforço da sua posição perante as vilas e cidades mais próximas.

Esta situação prossegue com o crescimento do burgo de Leiria, que desde a época medieva funcionou como “um centro urbano motor e ordenador” do território, face às zonas “mais serranas, consequentemente com maiores dificuldades na distribuição da rede hídrica, com solos maioritariamente de produtividades mais escassas” (Gomes, 1995, 73). Quando “elevada a cidade e erecta em catedral a igreja de Santa Maria (N^a S^a da Pena)” (Zúquete, 1943, 25) os rendimentos e direitos do Priorado foram transferidos para o Prelado e estabelecidas as regras dos direitos e deveres através da Constituição preparada pelo Bispo, D. Frei Tomás de Barros.

Para além dos contributos dos fregueses também a Coroa era chamada a contribuir, sobretudo quando da construção de novos templos, como aconteceu com a nova Catedral, construída entre 1550 e 1574. Anteriormente, as Igrejas de N^a Sr^a da Pena e a Igreja de São Pedro haviam desempenhado estas funções dentro do recinto muralhado da vila. Para além da igreja principal e à data da criação do Bispado, a pequena cidade Leiria “está toda cercada d’ermidas, de modo que de nenhuma parte se pode entra n’ella que não passem por juncto d’ermida ou convento” (O Couseiro, op. cit., 9). Esta descrição confirma os traços de religiosidade deste centro, que se fortaleceram depois da criação da Diocese.

Pelo seu interesse transcreve-se a carta de D. João III referente ao pedido de elevação de Leiria a cidade (Cabral, 1993.I, 91): “Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu pedy ao Samto Padre que quisesse crjar e aleuamtar em See cathedral a Igreja de Nosa Senhora da villa de leirea e seu termo da Jurdiçao do priorado do mosteiro de Samta cruz de coymbra que na dita villa e seu termo tinha jurisdiçam episcopal e asydo bispado de Coymbra e fazer da dita villa e seu termo bispado por me asy parecer ser serviço de Deus e que convinha ao boom governo da clerezia e pouo da dita villa e seu termo e a sua Samtidade aprouve de o asy comceder e de crjar e alevamtar em See cathedral a dita Igreja de Leirea e fazer o dito bispado como por mym Ihe foy pedido.

E queremdo eu ffazzer graca e merçe a dita villa de leirea assy pelos ditos respeitos como per seus merecimentos e seruiços que a mym e aos Reis meus amtecessores tem feitos e espero que ao diamte faça e de meu proprio moto e livre vomtade Me praz de acreçemtar e allevamtar a dita villa de leirea em denjdade e homra e a faço cidade e Ihe comcedo todas as homras preuyllegios e liberdades que per direito ella como çidade deve de ter e tem as outras

çidades de meus Reynos e senhorjos (...). Dada em a çidade dEvora a XIIj dias do mês de junho. Amtonio feraz a fez Anno do naçimento de noso Senhor Jhesu Christo de mill e quynhemtos e coremta e cimquo”.

Complementarmente, transcrevemos de Cristino (2005, 64-Nota 3), parte do documento da Bula Pro excellenti (22MAI1545), relativa à sua criação:

“Separamos da dita Diocese de Coimbra a povoação de Leiria (...) que presentemente está sujeita no temporal e espiritual ao chamado Priorado- mor de Santa Cruz de Coimbra, da ordem de Santo Agostinho (...); erigimos e constituímos a povoação de Leiria em cidade e a igreja de Santa Maria (...) a erigimos em catedral sob a mesma invocação de Santa Maria, para um bispo que se chamará de Leiria, que governe a mesma igreja erecta e lhe amplie os edifícios e dê forma de catedral (...). Perpetuamente sujeitamos a mencionada cidade, clero e povo ao bispo de Leiria, quanto à jurisdição ordinária e superioridade episcopal, e ao arcebispado de Lisboa, quanto à jurisdição metropolitana”. Ao tempo, o termo da cidade constituía uma só Vigararia (Cristino, 2005, 64-Nota 2), intitulada “de Leiria, Vitória, Paredes e seus termos (...) regida por um vigário-geral do prior-mor do convento de Santa Cruz de Coimbra, que tinha a sua sede junto da igreja de Santa Maria da Pena, no castelo.”

Com a criação da diocese de Leiria, ao tempo de D. João III e no tempo do pontificado de Paulo III (1547), confirma-se “o desenvolvimento das instituições religiosas locais e o alcance da libertação da direcção eclesiástica dos cónegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra” (Castro, 1991, 307). Assim, “a elevação da vila a cidade representa ainda uma indicação do desenvolvimento da actividade social do povoado leiriense” (loc. cit.) e o reforço da sua posição interna.

Através das rendas reforça-se o rendimentos do Prelado, que à data da criação da Diocese eram essencialmente constituídos por: “duas partes dos dízimos do pão, legumes, miunças e azeite, e uma terça parte somente do vinho; excepto nas freguesias do Souto, Monte Redondo, Coimbrão e Vermoil tem uma terça do pão somente; que a que tinha o bispo de Coimbra, porque as duas do vinho, legumes e mais miunças se apartaram para a fabrica (...), e a outra terça d’estas freguesias é do cabido de Coimbra, de que não quis desistir” (O Couseiro, 1868, 161). Por sua vez, “Pertence ao cabido a terça parte de todos os dízimos em todo o bispado, excepto na villa e districto ou termo d’Ourem, freguesias do Souto, Monte Redondo e Vermoil, e também o sal e âmbar e tudo o mais em que o cabido tem duas terças” (op. cit, 164).

A relação destas rendas é acrescida de outras benesses, variando estas em função da paróquia, da festividade, das esmolos e dos actos de índole religiosa praticados pelos fregueses. Em troca ficava este com diversas obrigações de natureza espiritual, de participar em procissões e diversos ofícios religiosos na Sé ou mesmo noutras circunstâncias acordadas com o Prelado e os Curas.

Note-se que o acréscimo de Igrejas, fregueses e paróquias foram assinaladas por Serrão (1989.V, 7) como circunscrições territoriais das dioceses, com igreja própria, população adstrita e sacerdote é, na área da nova circunscrição diocesana, “uma consequência da maneira como inicialmente se expandiu o cristianismo”. Justifica este autor (loc. cit.) como decorrendo da forma como o cristianismo foi entrando nos meios rurais, onde se foram levantados “novos tempos nos lugares fortificados (castella), nas povoações rurais (vici, pagi) e nas explorações agrícolas dos grandes senhores (fundí, villae)”. Mais ainda (loc. cit.), considera que “a distância a que ficavam das cidades obrigou os bispos a darem autonomia espiritual e económica aos templos destas circunscrições, que foram dotadas de baptistério e de cemitério e se tornaram centros de vida espiritual”.

Como centros autónomos da vida espiritual das comunidades cristãs, as paróquias induziam a afirmação do tecido económico local e a estruturação de redes de mobilidade, firmadas na frequência diária ou semanal dos sacramentos e na participação das festividades em honra do Orago e dos Santos mais venerados. Agrupando os habitantes e fiéis residentes num território de dimensão mais reduzida, facilitavam ainda o fortalecimento de redes de assistência, das confrarias e irmandades e das identidades locais aproveitadas noutras iniciativas de apoio aos actos religiosos e de formação. Contam-se, nas circunscrições religiosas de maior dimensão, as escolas de música, as escolas doutriniais e de natureza escolar destinadas à formação do clero e dos aspirantes à vida sacerdotal.

Com a criação das unidades paroquiais ficavam os habitantes obrigados a assegurar a subsistência dos Curas e as despesas da fábrica, das alfaias da Igreja e da cômgrua, parte da qual revertia a favor do Prelado. Estas obrigações, além das que estavam os fregueses obrigados perante os oficiais régios dos impostos e os donos da terra, obrigavam o núcleo familiar a uma partilha de tarefas e a uma responsabilidade comum no trabalho na terra e na prestação de outros serviços, dentro ou fora dos limites da sua comunidade vicinal. Tal era evidente no caso de famílias numerosas, em que a divisão do trabalho familiar estendia-se aos parentes mais próximos.

Recorda-se que à data da criação do Bispado este contava com as vilas de Leiria (2041 fogos), Batalha (145 fogos) e a jurisdição de Monte Real (19 fogos) (Dias, 1996, 272 – 276), valor pouco significativo para a época. A par destas anota O Couseiro (1868, 157-158)³⁹ que “a jurisdição do prior mor era exercido sobre as seguintes freguesias”:

39 Veja-se também: Cristino, Luciano Coelho (2005) – A Diocese de Leiria-Fátima.

Na vila:

- N. Senhora da Pena
- S. Pedro
- S. Thiago do Arrabalde
- Santo Estevão
- São Martinho

No seu termo, situavam-se:

- S. João de Monte Real (desmemb. de S. Tiago, em 1512)
- Maceira (desmemb. de S. Estevão, em 1517)
- Batalha (desmemb. de S. Estevão, em 1512)
- Reguengo (desmembrada de S. Marinho em 1512)
- Pataias (para aqui transferida, em 1546)

Sob Jurisdição do Bispo de Coimbra:

- Colmeias
- Vermoil
- S. Simão de Litém
- Espite
- Souto da Carpalhosa.

Esta matriz territorial da Diocese de Leiria realça:

- a influência coimbrã dominante na parte norte da bacia hidrográfica do Liz, marcada pela existência de cinco freguesias, mencionadas desde o início do século XIII (1212) (loc. cit.);

- a realidade local dependente do priorado Crúzio de Leiria, com as paróquias da vila – existentes no século XII – e outras mais próximas, constituídas no início de Quinhentos, antecipando-se à criação da unidade diocesana de meados do século;

- a preservação de grandes unidades paroquiais, que viessem a constituir-se como paróquias autónomas em fase de crescimento do Bispado.

Em data próxima à constituição do bispado, Cristino (2005, 43) regista a constituição de novas paróquias, a saber:

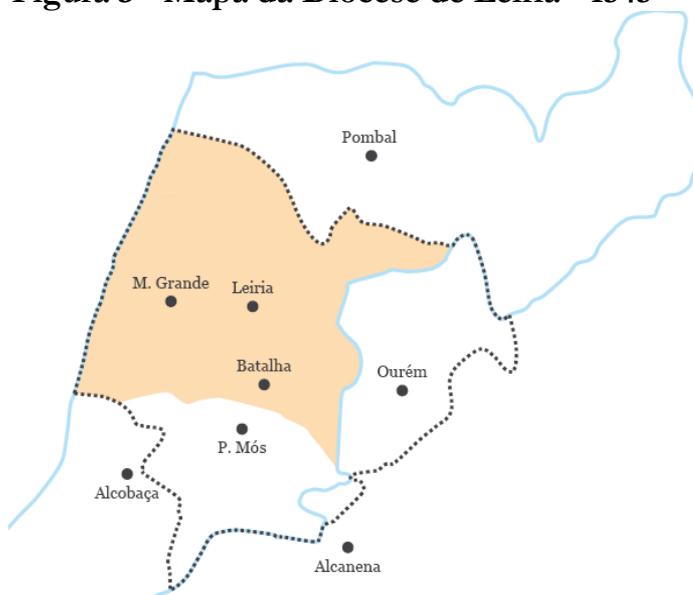
- Caranguejeira – em data próxima à constituição da Diocese,
- Santa Catarina da Serra, em 1549, desmembrada de S. Martinho,
- Cortes, separada de S. Pedro, em 1592,
- Monte Redondo, separada do Souto, em 1589,
- Arrabal, separada de S. Pedro em 1592,
- Marinha, separada de S. Tiago, em 1600.

A descrição da Diocese contida em O Couseiro (1868, 157-158) enumera as demais freguesias, que apesar de criadas depois da 1ª metade do século XVII, integraram o Bispado velho de Leiria. São designadas pelo seu padroeiro e constituem a matriz territorial do Bispado de Leiria, na sua configuração inicial:

- S. Pedro
- S. Thiago

- S. João do Monte Real
- S. Lourenço de Cravide
- S. Paulo d'Amor
- N. Senhora do Rosario da Marinha
- N. Senhora da Esperança de Pataias
- N. Senhora da Luz de Maceira
- Santa Cruz da villa da Batalha
- S. Jose d'Alquidão da Serra
- N. Senhora dos Remedios do Reguengo
- N. Senhora da Gaiola das Cortes
- Santa Margarida do Arrabal
- Santa Catharina da Serra
- S. Christóvão da Caranguejeira
- S. João d'Espite
- S. Simão da Ribeira de Litem
- N. Senhora da Conceição de Vermoil
- S. Miguel das Colmeias
- S. Salvador do Souto da Carpalhosa
- N. Senhora da Piedade de Monte Redondo
- S. Miguel dos Coimbrões.

Figura 3 - Mapa da Diocese de Leiria - 1545



In: Cristino, 2005, 38

De acordo com O Couseiro (1868, 158): “Bispado novo se chama tudo o que depois d’elle erigido se lhe anexou”. Data do ano de 1585, quando “uniu o Summo Pontifice a este bispado a villa de Ourem e seu districto,” (op. cit., 213), decisão que se tornou efectiva no ano seguinte, em 14 de Junho de 1586 ao tempo de D. Pedro Castilho (loc. cit.). Regista a mesma fonte (op. cit.,

231), que “no mesmo anno e dia em que se tomou posse (...) da villa de Ourem, quanto á jurisdicção ecclesiástica, que foi a 14 de Julho de 1587 (...), se tomou da de Porto de Moz”, com as duas “reitorias ou vigairarias, perpétuas” (op. cit., 231), de S. Pedro e de S. João. Recorde-se que quando da criação da Colegiada de Ourém, o Marquês de Valença “também senhor d’esta villa (...), fez extinguir estes priorados”.

Da relação das terras anexadas, regista o citado texto (op. cit.), 158-159), o seguinte:

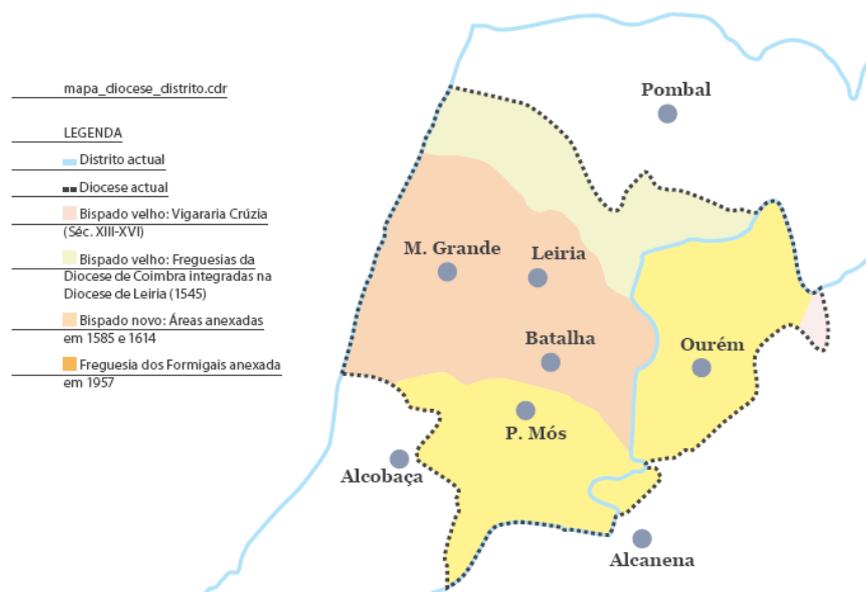
“A villa de Porto de Moz, com todo o seu termo, em que há as freguesias de S. Sebastião de Serro Ventoso, S. Julião da Mendiga, Santo António de Arrimal, N. Senhora da Consolação de Alvarados, N. Senhora da Assumpção de Minde, S. Miguel do Juncal;

A villa d’Aljubarrota e seu termo, que consta de duas freguesias dentro d’ella, a saber: N. Senhora dos Prazeres e S. Vicente;

A villa de Ourem com todo o seu termo, que incluye as freguesias das Freixiandas, Ceixa, Olival, Fatima e a de Santa Catharina da Serra, o que é termo da mesma villa: a villa d’Alpedriz com o seu termo, que tem uma só freguesia, N. Senhora da Esperança (...).”

O alargamento do Bispado deve ser entendido em função da evolução de Leiria e do seu termo, traduzido no crescimento demográfico e no desenvolvimento das actividades económicas que garantiam aos fregueses o pagamento das despesas de sustento do Cura, das suas Alaias paroquiais e do templo ou Igreja. Tal veio a permitir emancipação de novas paróquias e freguesias que garantiram a longevidade do Bispado de Leiria até aos finais do século XIX.

Figura 4 - Mapa do Bispado novo de Leiria (1585-1614)



In: Cristino, 2005, 43.

A consolidação do Bispado de Leiria nas primeiras décadas da sua criação, esteve naturalmente dependente da acção exercida pelo Bispo ou pastor, dos apoios régios e da participação activa dos fiéis chamados a colaborarem nas suas obras. Destas há a realçar a construção da Sé de Leiria e a constituição de novas paróquias, sobretudo a partir do desmembramento das paróquias da cidade, bem como a transferência das obrigações de culto dos moradores em alguns lugares, para outros de maior acessibilidade religiosa.

3. Bispado Novo

Neste processo de alargamento do domínio material e espiritual da Diocese, devemos ainda referir que a proximidade dos titulares do Bispado à Corte era propícia à realização de certas obras, como a conclusão da Sé, em 1573 e do Convento de Santo Agostinho, empreendido por D. Frei Gaspar do Casal (1557-1579) – “apesar da veemente impugnação do cabido, que ‘entendia que não convinha, enquanto a Sé não estava perfeita, empreender outras obras’” (Cristino, 2005, 40-41).

Em período conturbado da história de Portugal, a participação do Bispo, D. António Pinheiro (1579-1582), na “solução da entrega do trono português a Filipe II de Espanha, aclamado rei com o nome de D. Filipe I, nas cortes de tomar, em Abril de 1591” (op. cit., 41-42), terá sido útil ao alargamento da Diocese de Leiria, facto consumado pelo seu sucessor, D. Pedro de Castilho (1581-1604). A origem asturiana da família de origem e a posição que assumiu em defesa de Filipe II, I de Portugal, valeram-lhe a simpatia do novo reinado Filipino e deu a este Bispo metropolitano acesso a diversos cargos de relevo, tais como: Vice-Rei de Portugal; Inquisidor-Geral; Capelão-Mor; Prior de Guimarães; Administrador do Crato e de Alcobaça (loc. cit.).

Para além dos cargos pessoais, o novo rei alargou a área da Diocese, incorporando nela territórios que pertenciam ao “arcediogo de Santarém e ao arcebispo de Lisboa” (op. cit., 42-43):

- a vila de Ourém e o seu distrito,
- a vila e o termo de Porto de Mós, com as suas paróquias,
- “metade da vila de Aljubarrota, que era a freguesia de S. Vicente, que veio juntamente nesta união, assim renda para o Cabido, como jurisdição para o Prelado”.

A integração destes territórios e paróquias no Bispado de Leiria – Bispado Novo – confere-lhe maior área de jurisdição, maiores proventos ao Cabido e incentiva a constituição de novas Paróquias, movimento concretizado à época e nas décadas seguintes.

Nos domínios transferidos de Santarém e de Lisboa, até 1586 (loc. cit.), contam-se as seguintes paróquias:

Ourém

- Ourém: Sta Maria, S. Tiago, S. Pedro e S. João,
- Freixianda (séc. XIII ?),

- Olival (séc. XIII ?),
- Seiça (1517),
- Fátima (1568).

Porto de Mós

- Porto de Mós: S. Pedro, S. João e Santa Maria
- Arrimal (depois de 1526),
- Mendiga (depois de 1526),
- Serro Ventoso (1554 ?),
- Juncal (1554 ?),
- Minde (1555),
- Alvados (entre 1555 e 1559),
- S. Vicente de Aljubarrota (antes de 1429),

As ligações do Bispado leiriense à coroa de Espanha (D. Martim Afonso de Mexia: 1605-1615), revelou-se ainda no decurso do século XVII com a anexação de novas paróquias. Assim sucedeu em 1614 com as “paróquias de N^a Senhora dos Prazeres de Aljubarrota e de Alpedriz, até então pertencentes ao arcebispado de Lisboa” (Cristino, 2005, 44).

Ainda durante o consulado Filipino e com o apoio do Santo Ofício, prosseguiu o movimento de constituição de novas unidades religiosas, sobretudo nos lugares mais afastados das sedes já criadas ou em locais de difícil acesso à prática dos sacramentos e ao cumprimento dos deveres dominicais. Refere-se o mesmo autor (op. cit., 44), à constituição das paróquias de:

- Amor, desmembrada de S. Tiago, em 1630,
- Carvide, com os lugares de passagem e Vieira, em 1632,
- Coimbra, separando-a de Monte Redondo, em 1636.

No entanto a queda da dinastia dos Filipes traduziu-se na movimentação dos bispos leirienses e na fixação do seu bispado, que só no final de Seiscentos e início do século seguinte acolhe novas movimentações de fregueses e paróquias. Uma consequência da evolução dos fregueses nas paróquias leirienses e do crescimento das suas actividades económicas, bem como da disponibilidade das novas circunscrições de base eclesiástica disporem de meios suficientes para a sustentação do Cura e dos gastos inerentes ao funcionamento da sua Igreja.

Não obstante esta situação, devemos ter em conta que durante o período Filipino, a sangria de gente da Metrópole para as “feitorias em terras de África e do Oriente, assim como o surto considerável do Brasil filipino” (Serrão, 1975, 216) sugeriam um crescimento moderado da população, causada pela emigração (loc. cit.) “por razões de base religiosa e comercial, sobretudo para a França e os Países Baixos, e sem esquecer os principais centros da raia de Espanha, onde o intercâmbio com Portugal era frequente”.

Sustenta ainda o mesmo autor (op. cit., 217) que, “quando se invoca a emigração portuguesa como causa de a população do Reino não haver

aumentado desde o início do século XVI, haverá de igual modo a ter em conta que a união ibérica foi uma das causas da sangria de gente então verificada em Portugal. O episódio da Invencível Armada bastaria para comprovar o facto”. Estas circunstâncias ajudam a estimar a população portuguesa no início da Restauração, em cerca de 1.300.000 habitantes, valor não muito superior aos 1.200.000 moradores estimados a partir do numeramento de D. João III, de 1527 (Serrão, 1975, 217).

Na primeira metade do século XVII a contagem da população realizada em 1640 permite-nos apreciar alguns valores referentes aos habitantes residentes nos centros de maior dimensão. Destacamos, a propósito, o número de vizinhos das principais cidades do reino, em particular de Leiria, que não sendo uma das maiores (apenas 2.000 vizinhos), com três paróquias e três conventos, dispunha a sua Sé de um rendimento de 18.000 ducados. Tal facto abona a favor do registo dos haveres dos seus fregueses e das instituições religiosas que contribuía para o rendimento do clero diocesano.

Tabela 13 - Vilas do Reino (1640)

Vila	Vizinhos	Paróquias	Conventos
Ourém	400	1	-
Porto de Mós	200	1	-
Pombal	250	-	-
Alcobaça	250	-	1
Batalha	300	-	1

In: Serrão, 1975

Quanto às vilas, assinalamos as que se situam nas imediações de Leiria e com esta cidade contribuía, através das suas funções, para a organização do espaço envolvente. Destaca-se Ourém, que surge como uma das mais habitadas. Na parte sul desta comarca a concentração de maior número de vizinhos é ainda notada em Óbidos, Alcobaça e Atouguia da Baleia, que constituía os principais núcleos de povoamento na parte meridional do território centrado em Leiria.

Pelo seu interesse transcrevemos de Serrão (1975, 249 e segs.) diversas descrições de povoações por ele referenciadas:

Leiria: “Entre la villa de Santaren y la ciudad de Coimbra yaze la fuerte ciudad de Leria, cenida de muros, bañada del rio Liz que aquí se junta con el Lena que de la otra parte del fuerte castillo la circunda, tiene 2000 vezinos, con 3 parroquias, 2 Conventos de frayles y uno de monjas. Su corregimiento alcanza 23 villas, la hizo Catedral Paulo III Papa, año 1545, a peticion del Rey Juan III, desmembrandola de Coimbra y Lisboa, componenla 5 dignidades, 10 canonigos, 10 medios y 8 beneficios, rentando al Obispo 18000 ducados” (...) “haziendose fertilísima de pan, generosos vino, suaue azeyte, regaladas frutas, pesca, guertas; adornala dilatado pinar de seis leguas, plantado por el Rey Don

Dionis, sin el qual fuera imposible conseruar nauegaciones deste Reyno. Duas Feiras anuais: 25 de Março e 10 de Agosto. Tinha Casa de Misericordia” (Op. cit., 249).

Sobre a Vila de Porto de Mós, descreve o referido documento (op. cit., 273):

“Cerca de Leiria y en su comarca esta la villa de Porto de Mos, en el recuesto de una sierra, orillas de certo rio, com fuerte castillo, 200 vezinos y una parroquia” (...). “con abundancia de pan, vino, azeyte, pesca y toda suerte de caça” (Loc. cit.).

Sobre a Vila de Pombal, descreve este documento (op. cit., 274):

“Es la villa de Pombal comarca de Tomar y cercana a ella, con 250 vezinos y castillo” (...) “con buena cosecha de pan, vino, y azeyte”.

Sobre a Vila da Batalha, indica este texto (op. cit., 277):

“Legua y media de Leria y comarca suya yaze la villa de la Batalha y su Convento magnifico, orden de San Domingos, fabricole el Rey Juan I en memoria de la batalla de Aljubarrota, gañada en 14 Agosto 1385, y es dedicado a N. Señora de la Vitoria, lo perficiono el Rey Manuel, y la villa tiene 300 vezinos (...) “el sitio abundante de pan, vino, azeyte, ganados, caças, frutas, hortaliças, y pesca en los rios de Leria. Produce minerales de finísimo açabache, proueyendo à diuersas partes, del qual labra curiosidades muy agradables” (Loc. cit.).

Sobre a Vila de Ourem (Orem), regista (op. cit., 268):

“Cerca de Tomar y comarca suya yaze la villa de Orem, en lugar alto, com 400 vezinos, una parroquia Colegial, y castillo, y es título de Condado” (...) “...en lugar eminente, a quien por todas partes dificultosamente se sube: abundante de pan, famosos vinos, azeyte, ganados, y caças”.

Estas descrições da cidade e das vilas mais próximas da sede do Bispado, permitem enquadrar a acção dos diferentes Prelados e o interesse que estes tinham em ampliar o número de paróquias, com os seus fregueses e respectivas cóngruas. Da parte do Bispado, o alargamento da rede existente permitia uma maior proximidade em relação aos fiéis, evitando deslocções de grande amplitude exigidas pela prática religiosa e do calendário litúrgico, em determinadas épocas do ano, em particular quando as condições extremas de cheias e intempéries faziam perigar o estado de saúde e a vida dos fiéis e dos sacerdotes responsáveis. Da parte dos fregueses, dispunham de maior proximidade em relação ao seu pastor espiritual e facilidade no cumprimento dos deveres religiosos.

Note-se que apesar das obrigações para com o Bispado de Leira, na sua área territorial estavam arrolados bens que cabiam a instituições religiosas e outras pessoas residentes fora dela e que aqui vinham reclamar os seus dízimos e contribuições. Das mais significativas recorda-se o convento de Santa Cruz de Coimbra, o Cabido de Lisboa, o Arcediago de Santarém, o convento de Santa Clara de Coimbra, o convento de Santa Maria de Coz, o

colégio de Santo Antão de Lisboa e o Cabido de Braga, que dispunham da posse de alguns casais (O Couseiro, 1868, 269).

A estruturação da rede de lugares e das paróquias dependentes do Cabido leiriense só foi prosseguida algumas décadas depois da Aclamação fazendo crer, com esta demora, a sucessão de prelados confirmados pela nova Dinastia e que vieram a ser nomeados para a Diocese, em vias de reforma devido ao Concílio Ecuménico de Trento. Tal veio a suceder na transição de Seiscentos para Setecentos, durante o episcopado de D. Álvares de Abranches e Noronha (1694-1746), que durante meio século exerceu o seu múnus pastoral no Bispado leiriense, iniciando um processo de reorganização territorial dentro e fora das paróquias da cidade. Acompanhando o crescimento da população e dos lugares à volta da cidade, reorganizou a sua afiliação às paróquias e procedeu à criação de novas unidades:

- em 1713, a sede da paróquia de S. Pedro foi transferida para os Pousos (Sirol),

- em 1717, permitiu a desanexação da paróquia dos Parceiros e a construção de uma capela de invocação de N^a Sr^a do Rosário,

- em 1717, permitiu a separação das paróquias da Barosa e da Azóia.

Fora do perímetro urbano, Cristino (2005, 47) regista ainda:

- em 1714, a criação da paróquia de Alcaria, desmembrada de S. João de Porto de Mós,

- em 1728, criada a paróquia de Rio de Couros, separada da Freixianda,

- em 1738, criada a paróquia da Barreira,

- em 1740, criada a paróquia da Vieira, desmembrada de Carvide

A oportunidade da reorganização paroquial da Diocese de Leiria está plasmada nos dados da população recolhidos em 1732⁴⁰, e constantes da Lista dos Fogos e Lugares que há nas Terras de Portugal, organizada pelo Marquês de Abrantes. Nesta data a população portuguesa orçava os 2,1 milhões de habitantes. Então a importância da cidade de Leiria, em comparação com as demais povoações do continente, era bastante fraca registando apenas: 1.068 ‘fogos’, 3.529 ‘almas’ e mais 21.695 ‘almas do termo’. Este montante era inferior a Castelo Branco – 1114 fogos e a Tomar – 1101 fogos, sendo bastante inferior ao de outras povoações litorâneas como Aveiro: 4387 fogos ou mesmo, Santarém: 7552 fogos e Coimbra, com 11871 fogos.

Já a descrição desta Diocese elaborada por A. Oliveira Freire (1739, 116), anota o seguinte: “Correndo os anos de 1545, ElRey D. João III que deo a esta terra o titulo de Cidade, a quis enobrecer com cadeira Episcopal, e impetrou esta graça do Pontífice Paulo III, agregando-lhe as Freguezias do seu termo, e as Vilas de Aljubarrota, Porto de Moz, Alpedriz, e seus termos, desanexando as quarenta Freguezias da nova Diocese do Bispado de Coimbra, ao qual e até então pertenciam. Até o presente teve esta Igreja treze Prelados.

40 Ao tempo de D. João V

Tabela 14 - Recenseamento do Marquez de Abrantes – 1732

Correição	Cidade	Paróquia	Termo	Fogos	Almas
Leiria	Leiria	Sé		649	2340
		S.Pedro		419	1189
				<u>2759</u>	<u>3529</u>
		S.Mig.Coimbrão		285	784
		N ^a S ^a Piedade.MRed.		164	890
		S.Salv ^o .Souto		591	2007
		S.João.M.Real		238	651
		S.Lour.Carvide		432	1250
		S.Paulo.Amor		206	732
		N ^a S ^a Ros ^o .Marinha		184	586
		N ^a S ^a Esp ^a .Patayas		179	624
		N ^a S ^a Luz.Maceira		370	634
		N ^a S ^a Gayolla.Cortes		315	991
		S.Joseph.Alq.Serra		89	288
		N ^a S ^a Rem ^o .Reguengo		427	1221
		St ^a Cath. Da Serra		212	719
		St ^a Marg ^a .Arrabal		269	777
		S.Christ ^o .Carang.		270	783
		S.João.Espite		263	860
		S.Simão da Ribeira		270	1006
		N ^a s ^a Conc ^o .Vermoil		466	1279
		S.Mig.Colmeyas		507	1526
		S.Mig.Azoya		140	410
		N ^a S ^a Desterro.Pousos		434	1224
		S.Seb ^o .Reg.Pontes		470	1132
		S.Seb ^o .Barosa		151	467
		S.Seb.Parceiros		148	397
				<u>7080</u>	<u>21238</u>
		N ^a S ^a Praz.Aljub.		270	755
		S.Vicente.Aljub.		233	862
				<u>503</u>	<u>1617</u>
		Alpedriz - N ^a S ^a Esper ^a		<u>199</u>	<u>598</u>
		Batalha - St ^a Cruz		<u>610</u>	<u>350</u>

In: Lima, 1876.II, 660-665

A renda da sua Mesa Episcopal passa de trinta mil cruzados, as Dignidades do seu Cabido são Deão, Chantre, Tesoureiro, Mestre-Escola e

Arcediagos: as Conezias são dez com quatro meios Cónegos, e dezassete Quartanários”. Prosegue, afirmando: “Tem mais esta Cidade duas Freguezias, a saber a Sé templo sumptuoso, e S. Pedro, que tem os seus Freguezes extra muros. Casa de Misericórdia com Hospital, e o Convento de S. Francisco da Observancia fundação delRey D. João o I, pelos anos de 1384, o dos Padres Eremitas de S. Agostinho, o de S. Antonio de Capuchos Arrabidos fundação de pedro Vieira da Silva, Secretario que foi de Estado do Senhor Rey D. João IV e de sua mulher D. Leonor de Noronha, o qual depois de viúvo se fez Clerigo, e foi Bispo desta Cidade, que era sua pátria, e o Convento de Religiosas Dominicadas fundado em 1494.”

Quanto à Ouvidoria de Ourem, regista este autor (op. cit., 200) o seguinte: “Tem esta Ouvidoria pouca extensão, por não compreender mais, que sete Villas, pertencentes à Sereníssima Casa de Bragança”, a saber: “Águeda, Avellar, Chão de Couce, Maçãs de D. Maria, Ourem, Porto de Moz, e Pousa-Flores” (loc. cit.). Quanto à sua população, indica que a vila de Ourém, tem novecentos e trinta vizinhos e “estende-se o seu Termo sete legoas ao redor, em que há cento e dezanove Lugares, repartidos por quatro Parochias, com mil e setecentos e vinte e três vizinhos” (op. cit., 202).

Esta descrição confirma a maior influência das ordens religiosas de “raiz medieval” (Gomes, 2004, 36): Franciscanos, Dominicanos e Eremitas de Santo Agostinho, na cidade. Para além dos claustros pertencentes a estas ordens, à data estavam estabelecidos Santuários religiosos de N^a Senhora do Fetal, no Reguengo; de N^a Senhora da Encarnação, em Leiria e o Santuário de Jesus dos Milagres, edificado em honra de Senhor Jesus de Aveiro, no lugar de Regueira de Pontes com esta designação.

Relativamente ao termo da sede do Bispado, adianta o referido texto (op. cit., 117):

“Nesta Cidade, e seu termo se contam vinte e seis Freguezias, nas quaes se alistão quatorze companhias de Ordenanças com Capitão, e Sargento mór, e mais cabos militares, e no districto da Comarca se compreendem as Vilas de Atouguia, de Pombal, que tem voto em Cortes nos bancos dezasseis, e dezassete. Em toda ela se contam uma Cidade, vinte e huma Vilas, secenta Freguezias com perto de vinte mil fogos e de secenta mil almas. As casas de Religião, que há nela, são:

O magnifico Convento da Batalha de Dominicados fundação delRey D. João I em 1386.

S. Maria Magdalena de Religiosos Arrabidos no termo de Alcobaça fundado em 1566.

O grandioso Convento de Alcobaça, a que deu princípio ElRey D. Afonso Henriques em 1148.

S. Maria Convento de Religiosas Bernardas da Vila de Coz fundado em 1290.

O Bom Jesus Convento de Franciscanos Recolletos de Peniche.

S. Bernardino Convento de Religiosos Franciscanos de Atougua.

O famoso Santuario de nossa Senhora da Nazareth termo da Vila de Pederneira.”

Dada a integração do território do território da Comarca de Ourém, na área da Diocese de Leiria, recordamos de Freire (1739, 123), a referência a Ourem e a Porto de Mós:

“A Matriz desta Vila e insigne Colegiada, que fundou o Senhor D. Afonso Conde de Ourem Marquez de Valença filho primogénito de I Duque de Bragança com a invocação de nossa Senhora da Misericórdia no Pontificado de Eugenio IV, reinando em Portugal o Senhor Rey D. Afonso V. Consta a Colegiada de Prior, Chantre, Tesoureiro mor, e dez Conegos, todos eles de apresentação da Serenissima Casa de Bragança. O prior tem mais de três mil cruzados, o Chantre dous mil, o Tesoureiro mor mil e quinhentos, os Conegos cada hum quatrocentos mil reis.

O termo desta Vila e muito fértil, e povoado, pois só em quatro Parochias se contam cento e cincoenta lugares com mais de três mil pessoas mayores. Consta a Comarca de dezoito Freguezias com perto de seis mil fogos, e dezoito mil almas, e de sete Vilas, das quaes Porto de Mós tem voto em Cortes com assento no banco dezassete, e o Convento do Bom Jesus de Recoletos de S. Agostinho extra muros de Porto de Mós.”

A evolução das actividades económicas e o interesse da Igreja e do Bispado em alargar o serviço apostólico aos habitantes através do incentivo e à criação de novas unidades religiosas, levou à autonomização de novas unidades religiosas a partir das existentes. Tal veio a acontecer por meados do século XVIII, em 1750, com a constituição da paróquia do Senhor Jesus dos Milagres.

Após estas desanexações e criação de novas paróquias, os finais de Setecentos e o começo da centúria seguinte coincidem com o consulado do Marquês de Pombal e as lutas que empreendeu contra a Igreja, em particular aos Jesuítas. A este respeito escreveu Balbi (1822, 4) que “les reformes opérées vers la fin du Règne de Joseph n’ont fait que diminuer le mal sans le guérir. Les juridictions des évêques s’étendent sur des territoires non seulement très-inégaux, mais meme interrompus et coupés par ceux d’autres et des prélats indépendentes, que, relevant immédiatement du saint Suiége s’appellent ‘Izentos’ (exempts)”. Esta a razão apontada pelo autor para a discrepância nos registos das circunscrições religiosas de então.

Recorde-se que a reorganização das circunscrições religiosas segue uma evolução antecipada pelas reformas do Marquês de Pombal (1750-1777)⁴¹ para com o clero e a Igreja, bem como à sua função na sociedade. Daqui resultou o movimento de extinção de diversas dioceses iniciado em Setecentos e continuado no século seguinte, a saber:

41 Cf. Portugal: Dicionário histórico <http://www.arqnet.pt/dicionario/pombal1m.html>

Tabela 15 - Extinção de Dioceses

- 1778 - extinção da diocese de Penafiel
- 1829 - extinção da diocese de Elvas
- 1831 - extinção da diocese de Castelo Branco
- 1837 - extinção da diocese de Aveiro
- 1838 - extinção da diocese de Pinhel

Para além a extinção destas Dioceses, outras havia dentro e fora do contexto europeu, nas possessões do ultramar (Amado, 1870), que se encontravam sem Bispo residente, situação que nalguns casos era registada há várias décadas. De acordo com o referido autor (op. cit.): “das vinte e cinco Dioceses, que há nos diversos territórios da monarchia portugueza, só seis teem bispos em actualidade, que são, Faro, Lamego, Viseu, Braga, Guarda e Leiria. Ou de facto ou de direito estão vagas dezenove Dioceses, e algumas há meio seculol... A este estado tem o governo deixado chegar as Dioceses portuguezas de áquem e de além-mar.” A concluir, refere: “Similhante abandono importa uma das maiores perseguições contra a Igreja. Ovelhas sem pastor se dispersam e arruinam”.

A descrição anterior pode ser completada com uma nota sobre a situação económica desta área, baseada essencialmente no aproveitamento dos recursos agrícolas e no comércio, mas que indiciava já um processo de industrialização policêntrico, localizado na cidade de Leiria e nas vilas mais próximas. A este respeito transcrevemos de Silva (2002, 44-45) a descrição dos principais núcleos industriais:

“Apesar das suas características profundamente rurais, a região de Leiria será palco da instalação, na segunda metade do século XVIII e, muito em especial, entre finais desta Centúria e os primeiros lustros de 1800, de algumas fábricas de carácter industrial de relevância assinalável. Tais fábricas, devidas, na maior parte, à iniciativa de estrangeiros, produziam essencialmente vidros e têxteis. Entre essas unidades fabris contavam-se: a Fábrica de Vidros dos Stephens, onde laboravam, cerca de 1800, 515 operários; a Real Fábrica do Juncal (1770), a Real Fábrica de Chapéus Finos da Quinta da Gramela, Pombal (1771), a Real Fábrica de Lençaria e Algodão de Alcobaça (na qual funcionava a máquina industrial jenny já em 1789 e, em 1793 um engenho tipo water-frame, com 320 fusos, recebendo motor hidráulico em 1796), a Fábrica de Aguardente de Alcobaça, a Fábrica de Fitas de Seda de Leiria (1791), a Fábrica de Fitas de Algodão e de Estamparia de Leiria (ca. 1801-02) e a Fábrica de Chapelaria da mesma cidade (1802) (Gomes, 1997-98: 225-241).”

A comparação do número de fogos arrolados na primeira metade do século XVIII com a situação registada no início do século seguinte, faz notar uma quebra substancial de habitantes, sobretudo depois do censo de 1801

mandado elaborar pela Coroa junto das Paróquias, Isentos e Dioceses⁴². Esta situação pode ser entendida como uma deficiência inerente ao processo de contagem e a perdas significativas da população residente. Tal pode ser observado nos dados do Censo de Pina Manique - 1776-1798, (Serrão, 1970, 12-13), que atribuía:

Tabela 16 - Censo de Pina Manique (1798)

	Fogos
Leiria e seu termo:	9808
Pombal e seu termo:	1946
Batalha e seu termo	733
Monte Real e seu termo:	142

A comparação do número de fogos arrolados na primeira metade do século XVIII com a situação registada no início do século seguinte, faz notar essa quebra de habitantes, sobretudo depois do censo de 1801. De acordo com Sousa (1979, 24), tal deve-se também aos Isentos - nullius dioceses – “encravados nas dioceses, subtraíam-se não só à hierarquia eclesiástica nacional, a que estavam vinculados, como, até, à administração central que, não raramente, os desconhecia.” Os dados referidos pelo mesmo autor (op. cit., 134) – ao nível de Província, Comarcas e Concelhos - relativos a esta data, mostram a dimensão de Leiria em relação às comarcas mais próximas, nomeadamente a Santarém, onde residia uma população mais numerosa.

Tabela 17 - População na Estremadura (1801)

Comarcas	Nº de freg.	Fogos	Almas
Alcobaça	22	5843	22231
Leiria	44	16864	61777
Ourém	17	6324	23500
Santarém	88	20989	77391

In: Sousa, 1979, 134 (Quadro nº 12)

De acordo com Silveira (2001.I, 186-187), o cômputo do total de fogos de habitantes inscritos no Censo de 1801, mandado elaborar pelo Conde de Linhares, indica um total de 2,9 milhões de habitantes no reino e aponta para a Comarca de Leiria - Província da Estremadura – cerca de 60 milhares de habitantes, valor bastante inferior ao anteriormente descrito. Complementarmente a estes dados, referimos de Sousa (1979, 200), em relação à população portuguesa em 1801, o seguinte:

42 No levantamento da população portuguesa realizado em 1849, os Párcos foram ainda utilizados como fontes primárias, situação que se alterou em função das reformas liberais em curso.

“Na Alta Estremadura, assentando a sua economia na agricultura, 6 vilas ultrapassavam os 3.500 habitantes, Pombal, Soure, Porto de Mós, Ourém, Tomar e Torres Novas, encontrando-se a primeira e a última prestes a atingirem os 5.000 habitantes. Alcobaça, apesar de sede de comarca (...) não reunia 2.000 almas”. Uma outra descrição ajuda a perceber tal situação (op. cit., 200-201): “O pequeno burgo encontrava-se ‘lamentavelmente despovoado’, com numerosas casas arruinadas. Os grandes tributos cobrados pelos frades – ¼ da produção – faziam ‘gellar aqueles povos na pobreza, e inacção’”.

Por sua vez, “Ourém encontrava-se igualmente despovoada. Após o terramoto de 1755, que afectou fortemente a vila, a sua população passou a fixar-se nas paróquias do seu fértil termo. A vila de Pombal, importante centro agrícola e comercial, desenvolvia-se, apesar da decadência a que tinha chegado a indústria de chapéus”. Quanto a Leiria (op. cit., 202), “cidade episcopal, vivendo de uma agricultura rica e variada, com 722 fogos e 2.867 almas em 1791, demonstra uma quebra demográfica na segunda metade de Setecentos, só explicável pelo desenvolvimento da Marinha Grande, freguesia do seu termo, ‘miserável aldeia’ que, após a instalação da fábrica de vidros, em 1769, triplicou a sua população (2000 habitantes em 1801) e pela emigração”.

Nesta data a Comarca de Leiria registava a seguinte população (op. cit., 201): população urbana: 11.345 (18.4%); população rural: 50.432 (81.6%), sendo a média nacional, de: 36.4% e 63.6%, respectivamente. Estes valores confirmam a dimensão reduzida da Cidade de Leiria e a importância das actividades primárias praticadas nos campos do Liz e do Lena, reconhecidos pela natureza e fertilidade do solo não obstante a ameaça de ruína constante para as suas culturas, sobretudo na época das cheias.

Do mesmo autor (Sousa, 1979, 202), transcrevemos o quadro relativo à população residente nos principais aglomerados populacionais (1758 e 1801).

Tabela 18 - Aglomerados populacionais

Ag. Popul.	1758		1801		Pop. Total
	Fogos	>7 anos	Fogos	>7anos	
Leiria	652	2773	701	2453	2698
Ourém	1246	5468	1214	3457	4126
Pombal	-	3550	1407	4018	4846

In: Sousa, 1979, 202

Estes valores mostram que a cidade de Leiria era, à data, uma povoação com menos de três milhares de habitantes, situando-se dentro do mesmo padrão de grandeza da Guarda (2381 hab.), Penafiel (2873 hab.), Pinhel (2103 hab.) e muito abaixo de Coimbra (15203 hab.) ou de cidades do interior, tais como Castelo Branco (5161 hab.) e de Portalegre (6526 hab.). Nesta data a população urbana ascendia a 337.998 almas, representando apenas 3.8% da

população total residente no Continente. Esta a situação demográfica que vai estar presente no decurso de Oitocentos quando se prepara a extinção do Bispado de Leiria.

4. A caminho da extinção

A fase de “agonia e morte” (Cristino, 2005, 51) da Diocese de Leiria coincide com o período de 1808-1882, no decurso do qual têm lugar um conjunto de acontecimentos internacionais que põem fim ao Antigo Regime, à monarquia absoluta e aos três estados – clero, nobreza, burguesia, camponeses e demais população – caídos com a Revolução francesa (1789).

Em Portugal, a revolução liberal de 1820 dá início a um processo de mudança social que acompanhou o declínio do poder religioso, a separação entre este e o poder civil, a reorganização das instituições religiosas, as lutas internas e a incerteza das classes populares sobre o seu próprio destino. O processo de erosão política e social havia começado com a recusa do Rei em quebrar a velha aliança com a Inglaterra e as invasões das tropas napoleónicas ao nosso país.

Como assinala Cristino (loc. cit.), “Depois da primeira invasão francesa, houve alguns movimentos, tendentes à aceitação da incorporação de Portugal no grande império napoleónico”. Prossegue, referindo: “Um grupo de pessoas redigiu uma súplica, assinada a 23 de Maio de 1808, e a ser entregue ao imperador, pelo juiz do povo, José de Abreu Campos, em que se apresentavam os princípios fundamentais das liberdades públicas do país e se pedia inclusivamente “que o nosso território europeu seja dividido em oito províncias, assim a respeito da jurisdição eclesiástica, como da civil, de maneira que só fique havendo um arcebispo e sete bispos”, da qual Leiria ficava excluída. A redução das unidades eclesiásticas ia ao encontro do pensamento dominante em França e particularmente de Napoleão Bonaparte, que ao tempo defendia neste país o “regime dos quatro cultos” ou seja, da construção de um estado laico mas reconhecendo quatro religiões principais: catolicismo, calvinismo, luteranismo e judaísmo.

De acordo com Giumbelli (2001, 827) “esse reconhecimento implicava algum tipo de coordenação entre o poder central e as estruturas eclesiásticas de cada um dos quatro cultos: as contribuições materiais por parte do primeiro são compensadas pela abertura a intervenções no seio das segundas.” Mais ainda, “depois de serem “emancipados” com a Revolução, haverá uma intervenção clara no sentido de reorganizar e controlar suas instituições eclesiais”. Nestas circunstâncias a redução do número de circunscrições religiosas permitia um maior controle por parte do Imperador - e em Portugal do poder régio -, modelo que ganhou desde então adeptos entre os que lutavam contra a Igreja, o seu poder e benefícios.

Tabela 19 - Bispo de Leiria: efeitos da invasão dos franceses

MAPPA DA POVOAÇÃO DO BISPOADO DE LEIRIA ANTES E DEPOIS DA INVASÃO DOS FRANCEZES.											
Estado da povoação no principio d'outubro de 1810, antes da invasão.					Estado da povoação no fim de junho, depois da retirada dos francezes.						
Numeros	FREGUEZIAS	Homens	Mulheres	Fogos	Homens *	Mulheres *	Fogos	Pessoas mortas pelos francezes immediatamente.	Pessoas mortas de doenças.	Pessoa aniquilada nos seus bens e pertences, e mulheres.	
1	Alcaria	235	210	111	111	80	73	19	233	13	
2	Aljubar-Prizeses	533	582	315	347	423	239	10	332	100	
3	Aljubar-Prizeses	400	467	244	272	330	203	28	228	87	
4	Alpedriz.	384	437	144	211	253	07	31	325	44	
5	Alqueidão	121	146	91	65	81	46	7	116	14	
6	Alvados.	407	493	261	204	240	164	100	35	47	
7	Amor	406	490	215	217	295	143	10	458	17	
8	Arribalde	649	833	405	334	430	222	43	675	112	
9	Arrimal.	261	273	130	174	187	100	8	166	46	
10	Azoia.	253	313	142	138	163	73	6	230	74	
11	Baroza	250	295	162	108	120	72	7	310	13	
12	Barreira	303	326	192	206	234	131	8	181	44	
13	Batalha.	1160	1287	674	726	779	344	41	901	307	
14	Caranguejeira.	548	515	226	343	334	174	20	337	37	
15	Carvide.	498	512	290	267	272	171	18	453	0	
16	Coimbrão	786	867	379	282	261	141	10	1043	0	
17	Colmeias	702	833	464	363	381	271	33	845	122	
18	Côtes	401	440	260	273	291	234	3	283	8	
19	Espite	484	516	232	270	294	174	13	425	46	
20	Fátima	302	385	201	253	281	209	24	380	17	
21	Freixiandas	1003	1110	604	633	718	406	48	774	73	
22	Juncal	779	797	440	444	468	260	90	574	101	
23	Leiria	1164	1611	570	860	1330	282	4	512	761	
24	Maceira.	903	979	486	436	509	302	74	865	100	
25	Marinha	1042	1070	511	500	550	445	48	1005	112	
26	Mendiga	174	198	99	110	124	81	7	120	14	
27	Milagres	324	392	204	273	326	160	18	502	0	
28	Miúdo	837	931	556	390	438	308	26	916	56	
29	Mira.	332	378	217	141	128	96	23	418	27	
30	Monte Real.	384	510	294	160	170	111	11	553	20	
31	Monte Redondo	834	925	462	420	449	235	41	842	132	
32	Olival	1413	1583	781	741	872	528	32	1331	183	
33	Ourem	1006	923	421	424	1023	830	28	1130	50	
34	Pataico	735	743	383	304	370	240	22	863	57	
35	Porto / S. João	614	670	332	440	471	240	32	315	136	
36	Porto / S. João	270	276	171	134	142	80	32	238	56	
37	Moç / S. Pedro	703	726	373	380	383	278	15	632	25	
38	Pouros	602	814	464	422	519	334	27	548	35	
39	Parceiros	210	246	119	145	126	69	8	247	67	
40	Reguengo	618	664	508	380	460	262	74	1040	63	
41	Rigueira de Pontes.	481	550	294	238	266	194	18	570	18	
42	Rio de Couros	282	327	188	190	214	141	12	201	37	
43	Santa Catharina	592	570	306	394	410	214	9	319	27	
44	Santa Margarida	406	448	226	254	283	177	11	330	10	
45	Seiça	632	672	302	616	646	335	17	622	62	
46	S. Simão	721	632	300	453	480	262	32	308	83	
47	Serro Ventoso.	383	407	189	191	238	137	29	373	20	
48	Souto.	1293	1305	792	591	732	294	91	1453	143	
49	Vermoil	768	921	531	350	482	319	29	828	22	
50	Vioira.	738	784	403	326	340	233	42	744	34	
Exist. antes da invasão.		66486	31580	34906	17867	17695	10687	11054	1469	27008	3736
Nascidos no tempo d'ella.		143									
		66509	66509	66509	17867	37582	11084	29017		3736	
Mortos durante ella.		20017									
Exist. depois d'ella.		37582									
		66599									

In. O Conseqiro, 1868, Anexo

No início de oitocentos com as invasões napoleónicas, foram as mortes, as deslocações forçadas, as fomes, a morbilidade da população e a destruição do património religioso existente, uma constante nas terras devassadas pela presença do exército francês. É o que se pode apreciar no mapa relativo às perdas arroladas na área da Diocese de Leiria, transcritas de O Couseiro (1868). Nesse período registou-se a saída da Corte para o Brasil e a instauração da Monarquia Constitucional, com a aprovação da Constituição de 23 de Setembro de 1822 a qual reconhece, no seu artº 25º, que “a religião da nação portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se contudo aos estrangeiros o exercício particular dos respectivos cultos”.

Após a guerra entre os seguidores de D. Miguel e os de D. Pedro e as perdas da população residente, os liberais entendem como necessário a reforma das instituições religiosas por forma a garantirem a pluralidade religiosa e a divulgação do seu ideário. Pelo seu interesse transcreve-se o resumo dos dados gerais da população no ano de 1821 recenseados por concelho do Bispado de Leiria contidos no Mappa Geral das 24 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal, que devem provisoriamente servir para as eleições dos Deputados em Cortes, referido a população existente no anno de 1821 (Diario das Cortes, VI, 452)⁴³.

Tabela 20 - Província da Estremadura: dados gerais da população (1821)

Dv. leit.	Comarca	Concelho	Freg.	Fogos	Indiv.
Leiria	Leiria	Alpedriz	1	152	517
		Batalha	1	426	1552
		Leiria	27	6442	23982
		Mte Real	1	132	425
		Pombal	2	1029	3115
		(...)			
Alcobaça	Alcobaça	Aljubarrota	2	423	1536
		(...)			
Ourém	Ourém	Ourem	6	2435	8234
		Porto de Moz	11	2007	6928
		Somma (Div.Eleit.)	86	21955	81276

Para meados do século XIX, a situação demográfica registada por Cabral (1993.III, 56) na área do concelho de Leiria, ilustra a situação de crise vivida pela população portuguesa provocada por estas invasões num período em que, a acreditar na descrição de Adrien Balbi (1822), “nunca Portugal fora tão

43 (1822) - Diario das Cortes Gerais, Extraordinarias, e Constituintes da Nação portuguesa – segundo anno da legislatura – Tomo VI. Lisboa, Na Imprensa Nacional, pp. 444-455

povoado como na época que precedeu a primeira invasão francesa” (Serrão, 1984.VII, 238).

A propósito da recuperação que lhe seguiu, observa Serrão (op. cit., 242), que esta ocorreu na zona costeira, onde se situa Leiria, bem como na zona próxima de Espanha “mais depressa do que as povoações do interior”. Para tanto terá contribuído o esforço para a recuperação do património imobiliário que levou à fixação dos habitantes fugidos dos seus lares, bem como o incentivo à produção agrícola, nomeadamente através da distribuição de cereais para semear e o fomento do comércio interno e externo, prestados pela monarquia. Ainda de acordo com este autor, com os seus 3.266.000 fogos arrolados no termo da primeira década de Oitocentos, as perdas provocadas pela guerra e pela crise política e económica seguinte conduziram o país à exaustão com o retrocesso das suas actividades e a emigração. No que a Leiria diz respeito, em 1845 tinha menos de trinta mil habitantes e Santarém, quase meia centena de milhar (Denis, 1845, 310).

Relativamente à situação de Leiria no seu contexto regional próximo, os dados de Silveira (2001) permitem comprovar a importância desta comarca relativamente a Ourém, ao peso da sua antiga Colegiada e das actividades humanas e económicas que frutificavam no planalto e na baixa limítrofe a este burgo medieval. No seu conjunto - por volta de 1855 - o distrito de Leiria tinha ainda uma actividade industrial pouco relevante, menos de uma centena de fábricas de vidraria, cerâmica e de olaria, das quais cerca de quatro dezenas implantadas no concelho de Leiria.

Este panorama é reconhecido por D. António da Costa Macedo (Mendes, 1991, 371): “o districto de Leiria não é um districto fabril. As fábricas são, para assim dizer, um acessório n’elle, exceptuando a da Marinha Grande. Entretanto o districto nem por isso deixa de contar algumas officinas, que sustentam uma parte da população”. Para tanto, prossegue o mesmo autor: “o commercio fabril ressenete-se (nem póde deixar de ser assim) da falta de communicações e do atrazo da viação do districto” (loc. cit.).

Tabela 21 - Censos de 1801 e 1849: total de fogos e de habitantes

Comarca	Concelho	Nº Freg.	Habit. (1801)	Hab. (1849)
Leiria	Batalha	1	2510	2445
Leiria	Leiria	27	37890 ⁴⁴	29803 ⁴⁵
Leiria	Pombal	2	6032	16828
Ourém	Porto de Mós	11	10712	5105

In: Silveira, 2001.I (186-187) e 2001.III (733 -736)

44 À data as freguesias de Marinha Grande e de Vieira, faziam parte deste concelho tendo, com 1955 e 1312 habitantes, respectivamente.

45 À data as freguesias de Marinha Grande e de Vieira, faziam parte deste concelho com 1155 e 1893 habitantes, respectivamente.

Esta situação só veio a alterar-se durante a segunda metade do século XIX, quando da construção das novas vias de circulação rodoviárias e sobretudo ferroviárias: Linha do Norte (1864), e Linha do Oeste (1887) que facilitaram o comércio de mercadorias no eixo entre Lisboa e Figueira da Foz. Não obstante a evolução económica, a situação política não era favorável à manutenção da circunscrição eclesiástica, como adianta Cristino (op. cit., 53):

“Os acontecimentos políticos, sociais e económicos que se viveram em Portugal, a partir dos anos vinte desse século, e se agravaram, quando as ideias liberais triunfaram sobre a tentativa de restauração absolutista, deram início à agonia. Aos olhos dos novos governantes, as razões que levaram à criação da Diocese de Leiria e à sua manutenção, durante trezentos anos, perdiam todo o valor. Agora, deparavam-se perspectivas mais aliantes com a redução dos bispados, incluindo o de Leiria. (...). De nada valeram as lutas, as campanhas, as representações dos Leirienses ao rei, aos governos, ao parlamento, à própria Santa Sé, durante cinquenta anos. Depois de muitas e demoradas negociações, o Papa Leão XIII aceitou finalmente as exigências da nova divisão diocesana do País, com extinção de 5 dioceses portuguesas (Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel) e dos dois isentos da prelazia de Tomar e do priorado do Crato, em 30 de Setembro de 1881.”

Tal situação foi confirmada no ano seguinte, a 4 de Setembro de 1882, e repartidas a meia centena de freguesias existentes: 1/2 para a jurisdição do Bispo de Coimbra e outro tanto para a jurisdição do Bispo de Mitilene, em nome do Patriarca de Lisboa (Cristino, 2004, 53).

Com esta desagregação o bispado de Leiria, que à data da redacção de O Couseiro (1868, 269) estendia-se por oito a nove léguas e dispunha de “quarenta pias: dous priorados: seis vigairarias: dias comendas, a de Christo, em N. Senhora dos Murtinho, a de S. Bento d’Aviz, em Alpedriz; ambas provê el-rei, como mestre das ordens: cinco conventos de frades e um de freiras: cinco villas, Ourem e Porto de Moz, ambas acasteladas, e Aljubarrota, Batalha e Alpedriz”, ficou novamente como eixo de charneira e de partilha entre o centro e a grande Lisboa.

A execução da sentença de extinção e de partilha do território da Diocese de Leiria é merecedora de uma análise profunda sobre o processo, as movimentações e os actores de tal decisão, num período difícil para a economia regional e local afectado pelas lutas internas, pelas Invasões francesas e pelo depauperamento geral da região, da sua economia e da fuga constante da sua população para o Brasil, como registado noutras partes do país. Em termos gerais o crescimento demográfico nas diversas unidades administrativas desta área, no final de Oitocentos, configura um acréscimo das actividades produtivas, nomeadamente as actividades do sector agrícola e silvícola, que nas últimas décadas têm assistido a um decréscimo significativo de explorações e da população activa. No seu conjunto, esta situação decorre

de medidas que permitiram melhorar os caminhos municipais, incentivaram a mobilidade das populações e o alargamento progressivo dos mercados.

Registamos alguns dados sobre a Diocese de Leiria e a divisão eclesiástica portuguesa em meados de Oitocentos, apresentados por Ayala (1855, 290).

Em relação às principais povoações, escreveu o referido autor (op. cit., 361):

“Leiria. pequeña ciudad episcopal de 2.300 habitantes, en donde todavia se conservan los restos del arruinado palácio del rey Denis, llamado el Grande: en sus cercanias está situada Marinha-Grande, importante por su sobrebia fábrica de cristales que cubre las necesidades de la mayor parte de Portugal y sus posesiones ultramarinas”.

Sobre as Vilas em seu redor, regista (op. cit., 359-361):

“Pombal. Villa bastante industrial com 3.700 habitantes, se halla situada en el caminho de Lisboa à Coimbra. En ella terminó sus dias el gran marqués de su nombre”;

“Porto de Mos. Antigua poblacion com 3.000 habitantes”;

“Batalha. Notable por su magnifico convento que tiene 541 pies de largo y 416 de anchura; justamente considerado como uno de los mas hermosos edificios de arquitectura normano-gótica, debe su construccion á D. Juan I. la capilla que contiene el bellissimo mausoleo del citado rey rodeado de sus hijos, coincide perfectamente com la opinion que sobre tan esclarecido monarca nos transmite la historia. Hay además varias capillas no muy bien conservadas destinadas para sepulcros de reyes; y en todo el edificio se advierte gran profusion de marmoles. Es la admiracion de los aficionados al arte y la principal joya arquitectónica que en su género cuenta Portugal y de lo mejor que hoy se conserva en Europa. Fué fundado para eternizar la meoria de la famosa batalla de Aljubarrota, en que los españoles fuimos derrotados. La poblacion tine unos 1.600 habitantes”;

“Alcobaça. Villa de 1.700 habitantes, en un estrecho valle bastante fértil; notable por la célebre abadia del órden cisterciense enriquecida por su fundador Alfonso I com ocasion de la toma de la villa á los moros. En un vasto edificio com iglesia de três naves, demasiado angostas para su altura y longitud; la capilla mayor está revestida de columnas griegas. Tenia una famosa biblioteca y un gran archivo com mas de 400 códices, cuyo catálogo publicó la comunidade poco antes de su estincion. Contiene los sepulcros de muchos reyes, entre los de D. Pedro I y su esposa Doña Ines de Castro. Hay en la villa una fabrica de tejidos de algodón y outra de paños”.

Os dados relativos à população residente em Leiria e nos concelhos vizinhos à data dos primeiros recenseamentos oficiais da população portuguesa, em 1864, 1878 e em 1890, registam um acréscimo de habitantes, facto que vai perdurar até meados do século seguinte quando a evoluções crescente da população portuguesa passou a registar perdas no seu

movimento natural e variações muito significativas ao nível dos movimentos migratórios (emigração e imigração).

À destruição e ao marasmo que assinalou a terra de Leiria e o seu termo na primeira metade de Oitocentos seguiram-se, na metade seguinte, um reacender das actividades económicas, o “triunfo da revolução industrial no tecido económico local, principalmente após 1850”, como escreveu Silva (2002, 40). Tal facto beneficiou da construção das novas vias de circulação rodoviárias e sobretudo ferroviárias: Linha do Norte (concluída em 1864), e Linha do Oeste (aberta em 1887), o que facilitou o comércio de mercadorias no eixo entre Lisboa e Figueira da Foz. Estas e outras medidas permitiram melhorar os caminhos municipais, incentivaram a mobilidade das populações e o alargamento progressivo dos mercados. A evolução da situação demográfica nos concelhos que integram a maior extensão da diocese de Leiria, a saber: Leiria, Batalha, Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós e Ourém, assim o confirmam.

Os dados relativos ao 1º Recenseamento da População, de 1864 e de 1878 – este último em data próxima à da extinção da Diocese - registam um acréscimo da sua população residente, que antecede a sua evolução próxima durante os decénios seguintes.

Tabela 22 - População residente por concelho

Concelho	1864	1878	1890	1900
Alcobaça	21217	23271	26140	28969
Batalha	5082	6134	6634	7107
Leiria	32252	35402	41606	44811
Mar. Grande ⁴⁶	6056	7469	8606	9611
Pombal	26366	28888	29369	34840
Porto de Mós	9883	10860	11834	12554
Ourém	17392	19943	22460	25726

Fonte: I.N.E.

Em termos gerais o crescimento demográfico nas diversas unidades administrativas desta área, no final de Oitocentos, configura um acréscimo das actividades produtivas, nomeadamente as actividades do sector agrícola e silvícola, que nas últimas décadas têm assistido a um decréscimo significativo de explorações e da população activa. A sequência de melhoria das actividades económicas ficou marcada por situações diversas que levaram à extinção de diversos Conventos e Mosteiros, à redução dos domínios patrimoniais da

46 “Nos censos de 1864 e de 1991 pertencia ao concelho de Leiria. Pela Lei nº 644, de 20-1-1917, foi restaurado o concelho da Marinha Grande, de que esta freguesia ficou sendo sede” (I.N.E. – X Recenseamento geral da população. 1960 – Tomo 1, p. 153)

Igreja e das Ordens religiosas e à sua incorporação em novos domínios senhoriais.

A evolução demográfica e económica registada nesta área do centro litoral não obsteu a que um conjunto de medidas, tomadas após a Revolução Liberal, conduzisse a Diocese à sua extinção. Tal tornou-se evidente depois do fim das ordens religiosas, em 1834, quando o património religioso foi reduzido, passando a sua posse para novos titulares e a acção da Igreja em domínios específicos como o ensino e a assistência, foi atingida. Estas situações foram deixando marcas na sociedade civil, no seio das comunidades religiosas e sobretudo no clero, consciente das exigências régias e constituintes sobre a reorganização eclesiástica em Portugal. Disso nos dá conta O Couseiro (2012, 387 e segs) que na Crónica da supressão do Bispado de Leiria, transcreve um conjunto de deliberações e pedidos relacionados com a reorganização do Bispado de Leiria, tais como:

No texto régio de 12 de Novembro de 1869 e subscrito pelo ministro e secretário de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça, J. Luciano de Castro, apontam-se várias razões para esta reforma (op. cit., 388):

- a divisão eclesiástica do país, então com “três províncias metropolitanas, que são Lisboa, Braga e Évora, e dezasseis bispados sufragâneos, dos quais seis pertencem a Braga, cinco a Lisboa e três a Évora (...)” e mais dois nas ilhas adjacentes;

- a desproporção e desigualdade territorial entre as dioceses e o seu número, desnecessário “não só tocante aos cómodos espirituais mas também no que diz respeito às mesmas conveniências temporais dos povos” (loc. cit.);

- as “desigualdades entre o número de paróquias, que compõem umas e outras dioceses (...)”, mostrando, assim, “a possibilidade e a conveniência de suprimir os pequenos bispados, pois que não só subsistem os grandes, mas ainda acodem pontualmente ao cumprimento dos deveres e à satisfação dos encargos que lhes exige a administração eclesiástica em tão largos tratos de terreno e no meio de tão abundantes povoações”.

Entre as razões apontados (op. cit., 389), “avultam as que naturalmente sugere a situação angustiosa da fazenda pública, que não consente larguezas na distribuição dos rendimentos do estado, obriga os poderes públicos a severas economias, assim na administração civil, como na eclesiástica”. Também, “não é menos urgente a necessidade da redução das dioceses, que continua a ser instantemente solicitada pela opinião pública em nome da escassez dos recursos do tesouro, do aumento dos meios de comunicação, das conveniências do ensino e do esplendor e decoro do episcopado” (op. cit., 391).

Na cronologia dos factos relacionados com o processo de reorganização dos bispados e da extinção da Diocese de Leiria, ressaltam diversas iniciativas e propostas que ajudam a compreender a marcha dos acontecimentos e a decisão relativa a essa dissolução. Entre elas aponta-se o escrito pela “Junta do

exame do estado actual e melhoramento temporal das ordens religiosas, em consulta de 11 de Setembro de 1833, propôs que as dioceses fossem reduzidas a oito, que tantas eram as províncias do reino” (op. cit., 390).

Em nota acrescenta O Couseiro (op. cit., 451, nota 6) o facto de “(...) Já em 1835 um ministro da coroa se mostrou algum tanto inclinado a que houvesse um só bispado em cada província (38)⁴⁷, e nas constituintes um deputado propôs que em todo o reino não houvesse mais que dois arcebispados, um em Lisboa, para as províncias do sul, e outro no Porto, para as do norte, com delegações nas capitais de distrito e sub-delegações nas das municipalidades (39)”⁴⁸.

Refere Cristino (2004, 50): “A morte precoce do bispado só foi impedida pela firme determinação dos seus diocesanos e principalmente do grande bispo, que, logo que pôde regressar, iniciou a obra de recuperação de todas as ruínas.” Refere-se à acção de D. Manuel de Aguiar (1790-1815), responsável, entre outras obras, pela construção do Hospital da Misericórdia, mais tarde conhecido pelo seu nome. Sublinha o mesmo autor (op. cit., 51), que “Depois da primeira invasão francesa, houve alguns movimentos, tendentes à aceitação da incorporação de Portugal no grande império napoleónico”, donde resultaria a extinção do Bispado de Leiria, perspectiva que depois das revoltas liberais dos anos vinte, “vai-se acentuando, cada vez mais” (loc. cit.). Fora da cidade (op. cit., 52) “a paróquia de Santa Maria de Porto de Mós foi extinta cerca do ano de 1840, unindo-se o seu território às outras duas paróquias da vila.”

Entretanto as relações entre o reino de Portugal e a Santa Sé foram interrompidas após a confiscação dos bens religiosos e a proibição de novas admissões nos conventos e a saída dos religiosos, em 1841. Permanecendo a intenção desta reorganização episcopal alguns membros da sociedade leiriense, nomeadamente a Câmara Municipal, fizeram várias diligências junto da corte e dos seus ministros no sentido de impedir essa deliberação e até a supressão do Governo Civil, como constava de boatos a circular na cidade (cf: op. cit., 394). Assim aconteceu a partir dos finais do ano seguinte à quebra das relações oficiais com a Santa Sé, por ocasião do envio da Representação entregue à Deputação nomeada em 7 de Abril de 1843 (op. cit., 396), em que foi mais uma vez reiterado o temor pela supressão do distrito administrativo e da Diocese de Leiria.

A este respeito regista Azevedo (1995, 272): “a guerra civil de 1830-1834 é marcante na fragmentação dos católicos. A oposição ao poder liberal cresce, o ultramontanismo estrutura-se. Catolicismo e liberalismo saem extremados e são poucas as pontes. A vitória liberal de 1834 leva à ruptura com a Santa Sé e

47 “(...) A lembrança não foi original, ela havia sido já consignada no projecto de constituição redigido por 3 Portugueses e apresentado a Napoleão quando dominava este Reino”.

48 “Projecto da organização política impresso na Oficina da Universidade em 1837”.

à legislação anti-congreganista. Depressa os liberais dão conta da influência da Hierarquia eclesiástica junto da população e a necessidade de apoio conduz a um entendimento (Concordata de 1841).”

Completando a descrição anterior, descreve o mesmo autor (loc. cit.): “A segunda metade do século XIX vê aparecer o catolicismo social, com novas formas de acção na sociedade. A vida paroquial é reactivada de modo tradicional. (...). Além dos liberais que criticam a intransigência ultramontana da Igreja, somam-se os socialistas e positivistas que lhe atribuem o atraso cultural do país”.

A cronologia relativa à agonia e morte do bispado, reconhece outras fases das quais importa assinalar (op. cit., 400-401):

- a Lei de 29 de Maio de 1843 (Diário do Governo, nº 28 de 2 de Junho) na qual a Rainha D. Maria II estabelece (artº 5): “É igualmente o Governo autorizado a reduzir até ao número de 12 as Sés do Continente do Reino, ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, precedendo o necessário concurso da Santa Sé Apostólica” (...);

- a proposta de Lei publicada em “Diário do Governo, nº 63 de 15 de Maio de 1850, emanada da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (28 de Fevereiro de 1850), a qual autoriza a “união, redução e circunscrição” das dioceses portuguesas.

De acordo com esta Lei as dioceses passam a estar agrupadas em duas Províncias Eclesiásticas: “A primeira será denominada Setentrional, e terá por Capital a Igreja Metropolitana e Primacial de Braga. A segunda chamar-se-á Província meridional, tendo por Capital a Igreja Metropolitana Patriarcal de Lisboa (artº 2)”.

Estabelece ainda a referida lei que subsistem as duas Igrejas Metropolitanas e as Catedrais de Bragança, Viseu, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Évora e Faro (artº 3). Quanto às demais, “Os Bispados de Lamego, Pinhel, Aveiro, Elvas, Portalegre, Beja e Leiria poderão acabar por inteira supressão, revertendo o seu respectivo território para as Dioceses limítrofes subsistentes, segundo a maior comodidade espiritual e temporal das povoações dos referidos Bispados” (artº 4).

Na sequência desta deliberação a Camara Municipal veio a pedir às Camaras vizinhas de Alcobaça, Batalha, Porto de Mós, Pombal e também a Ourém o seu apoio no pedido à Rainha e à camara dos Senhores Deputados, para a conservação da Sé Catedral do Bispado em Leiria. Este apelo foi reforçado por outros meios, nomeadamente pelo Clero, fiéis e imprensa. A ameaça sobre a cidade de Leiria, “centro dos povos da Estremadura”⁴⁹ continua a manifestar-se ficando praticamente encerrada quando da publicação do texto assinado em 20 de Abril de 1876 e publicado em “Diário do Governo” nº 89 de 22 de Abril de 1876, que estabelece:

49 Expressão usada pela Câmara Municipal de Leiria no texto aprovado na sessão de 19 de Fevereiro de 1873 (O Couseiro, 2012, 421).

“Artº 1 – É o governo autorizado a proceder, de acordo com a Santa Sé Apostólica, à anexação, redução e nova circunscrição das dioceses do reino (...);

Artº 3 – Os haveres das mitras, cabidos, fábricas das catedrais e seminários das dioceses que deixarem de subsistir, serão integral ou parcialmente adjudicados às mitras, cabidos, fábricas das catedrais e seminários das dioceses a que as suprimidas forem total ou parcialmente anexadas (...).”

Havendo lugar a uma pesquisa mais detalhada sobre diversas situações, de índole política e eleitoral, registadas no decurso da segunda metade de Oitocentos sobre este tema, transcrevemos da revista *Lusitania Sacra* (1959, 193)⁵⁰, que à data da publicação da legislação de 1882 - quando o Papa Leão XIII, a pedido do Rei, mandou reduzir o número de dioceses entre as quais a de Leiria - “a supressão de algumas dioceses era já um facto” (loc. cit.). Em 4 de Setembro de 1882, por sentença do Bispo do Porto, foi extinto o Bispado de Leiria, sendo anexadas à diocese de Coimbra 23 freguesias do Concelho e 2 do Concelho de Pombal. As restantes passaram para o Patriarcado.

A supressão das cinco Dioceses: Elvas (em 1829), Castelo Branco (em 1831), Portalegre (em 1833), Aveiro (em 1837) e Pinhel (em 1838) veio a ser formalizada juntamente com a extinção da de Leiria, a Prelazia de Tomar e o Grão Priorado do Crato, pelo Rei, em 14 de Setembro de 1882, “em harmonia com o plano adoptado pelo meu governo”. Conforme se lê no despacho Real, mereceu da parte do monarca o seu o “Real agrado pelo acerto, prudência e louvável solícitude com que haveis desempenhado tão importante encargo, que Sua Santidade Confiou da vossa competência e reconhecida ilustração”⁵¹.

Para trás havia ficado um longo período marcado pela ausência de nomeação dos respectivos prelados, o que significava, na prática, a extinção daquelas dioceses. Contudo regista a *Lusitânia Sacra* (1959, 195), que as razões aduzidas pelo governo português para extinção destas Dioceses “não eram convincentes em ‘matéria religiosa’ as únicas que para a Santa Sé pesam e contam em tais problemas”, como foi notado anos mais tarde, quando da restauração do Bispado de Leiria.

Note-se que durante parte de Oitocentos a situação económica da região estava debilitada pela crise da agricultura, em particular nos campos do Liz, onde se registou “a necessidade urgente da sua recuperação para a agricultura; a defesa contra as cheias e contra a sua invasão pelas areias que as águas e os ventos marítimos carreavam” (Bernardes, 1981, 11). A referida situação acabou por se deteriorar em resultado das Invasões francesas e da desorganização social que as mesmas provocaram em termos de abandono

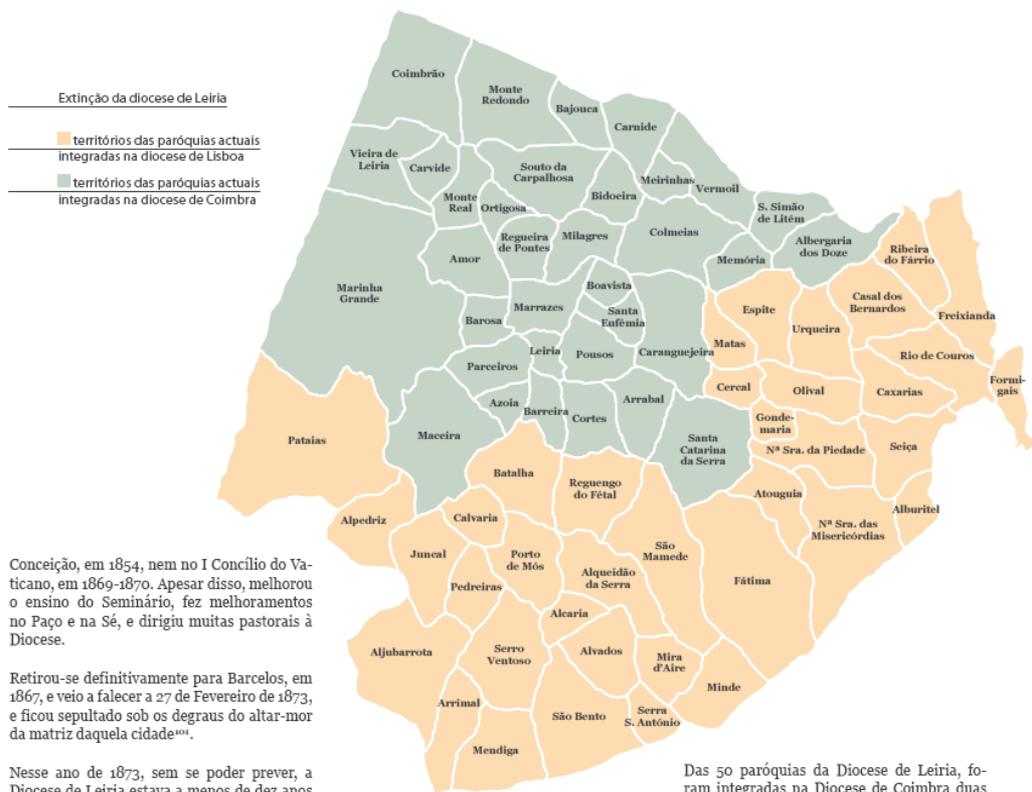
50 Brásio, Pe. António (1959) - “A Diocese de Aveiro”. In: *Lusitania Sacra*, 1ª Serie – Tomo IV. Lisboa, Centro de Estudos de História Eclesiástica, pp. 187-222

51 Cf. *Diário do Governo*, 15 de Setembro de 1882, nº 208

dos campos e da fuga das populações. Entre várias descrições, a Diocese resume tal situação nos termos seguintes:

“As invasões francesas, entre 1807 e 1811, atingiram duramente a região de Leiria. Na cidade, depois da terceira invasão, "incêndios, imundícies e desolação de toda a espécie, era o que nela se via”. A sua população ficou reduzida a umas 150 pessoas, sendo antes cerca de 3000. Em Leiria e nas terras próximas “havia uma absoluta falta de tudo”. Quando o bispo D. Manuel de Aguiar, que estivera refugiado em Lisboa, regressa a Leiria, encontra uma situação desolada: o paço episcopal, o convento de San'Ana e o recolhimento de Santo Estêvão tinham sido incendiados, o seminário estava arruinado, a Sé fora saqueada e o hospital tinha vários estragos e perdera os seus títulos de renda. Nas freguesias não era menor a desolação: havia órfãos e viúvas a cuidar, doentes e feridos a tratar, muita miséria e desgraça a remediar.“

Figura 5 - Desanexação do território da Diocese de Leiria: 1881



In: Cristino, 2005, 53

Posteriormente a estes acontecimentos, um documento enviado pela Câmara ao monarca, relacionada com a situação da Diocese de Leiria, na qual se relata o estado a que havia chegado a cidade e as suas instituições (O Couseiro, 2012, 396), dá conta:

“Esta Cidade, Senhora, outrora abundante e rica, mas depois, por efeito da sua posição topográfica, quase aniquilada pela invasão francesa, devorada em grande parte pelas chamas (...); veio a guerra civil com todos os seus estragos, e como consequência necessária de todas estas e outras mais diferentes causas principiou de novo a progressiva decadência desta Cidade pela ruína de muitas famílias e pela rápida e sensível diminuição do numerário circulante (...)”.

Também a descrição de Leiria e do seu termo em meados de Oitocentos faz uma referência à reduzida carga humana desta cidade e das vilas da sua periferia (Denis, 1845, 314): “Leiria, en medio de su fertil valle, no lejos de un pequeño que llaman el Liz, es efectivamente un obispado de poca consideracion, puesto que la poblacion no cuenta sino 2300 habitantes; pero los recuerdos del rey labrador animan y embellecer todavia aquellos bosques frondosos de pinos que él plantó para las jenereciones venideras. Marinha-Grande, que está á tres millas, de aquellos bosques, saca de ellos la leña necesaria para su fábrica de vidrio. Batalha es una villa que no tiene mil cien habitantes; pero su monasterio (...) le da una celebridad case europea. Pombal, poblada tres veces mas, posee tambien recuerdos recientes que la hacen no menos famosa. Alcobaza no merece la atencion sino por la antigua abadía, pues el número de habitantes no pasa de 1353; pero siempre será un punto de la pelerinaje artístico de la Península”.

Na sequência da revolução liberal o “alargamento das áreas das dioceses confinantes” (O Couseiro, 2012, 446) à diocese de Leiria, feria os sentimentos dos católicos residentes. Tão pouco foi capaz de resistir ao Projecto de Lei apresentado em Cortes (ano de 1882) pelo deputado do Círculo de Leiria, Adriano Xavier Lopes Vieira “para que a circunscrição diocesana fosse alterada com relação a Leiria” (op. cit., 444) e consubstanciou-se, no início da década de oitenta, a sua desanexação.

5. Restauração da Diocese

O processo de restauração da Diocese de Leiria, em 1918, corresponde a um período conturbado da vida nacional, marcado pelos primeiros anos de vida do novo regime Republicano e luta contra os adeptos do regime deposto e da Igreja, pelo fim da 1ª Guerra Mundial e ainda pelo início da mortandade causada pelo surto de gripe espanhola ou pneumónica, que assolou o país no final dessa década. Em simultâneo, “nos anos de 1916 e 1917 acontecem as aparições de Fátima. É o início de uma nova fase para esta Diocese. Fátima começa a atrair milhares de peregrinos”⁵², movimento que dá mais força à causa da restauração da nova diocese.

Independentemente do contexto nacional, a situação registada desde finais de Oitocentos com as paróquias do antigo Bispado, divididas entre as

52 <http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Historia.php&grupo=1> 24MAI13

Dioceses de Coimbra e de Lisboa, havia gerado um sentimento de indignação entre o clero, os fiéis e outros moradores no sentido de recuperarem a sua unidade religiosa e a respectiva Sé. Para tanto o jornal *O Mensageiro* – fundado em 1914 - passou a editar, desde o seu primeiro número, apelos para a restauração desta circunscrição religiosa. Como assinala Cristino, 2004, 54): “Durante pouco mais de 35 anos, os antigos diocesanos de Leiria não ficaram surdos às diversas tentativas que foram surgindo para reconstituir o seu humilde mas respeitado bispado. Pode dizer-se, portanto, que a restauração da Diocese de Leiria se deve ao inconformismo de todo o seu povo (...)” e de alguns líderes, dentro e fora da estrutura eclesiástica.⁵³

O movimento encetado no início do século passado para a restauração da Diocese veio a permitir a Bento XV, em 17 de Janeiro de 1918 restaurar a respectiva diocese de Leiria com freguesias de Coimbra e de Lisboa. Como expressou D. José Alves Correia da Silva, o 1º Bispo da Diocese restaurada, “Durante os anos que mediaram entre a extinção da Diocese de Leiria e a sua restauração, a Catedral deixou de ser Catedral, para se nivelar com qualquer outra igreja paroquial”. A restauração da Cátedra episcopal⁵⁴ por bula pontifícia de Bento XV, datada de 17 de Janeiro de 1918, foi recebida com entusiasmo pelos fregueses diocesanos. Da referida Bula transcrevemos o seguinte (Cristino, op. cit., 54):

“Com tanta veemência foi doloroso à Sé Apostólica, quando as circunstâncias induziram a suprimir no dia trinta de Setembro do ano do Senhor de mil oitocentos e oitenta e um, a Diocese de Leiria, em Portugal, a qual Paulo III erigira em vinte e dois de Maio do ano do Senhor de mil e quinhentos e quarenta e cinco, quanto agora rejubila porque a feição dos tempos lhe permite restabelecer aquela Igreja Catedral”.

Na sua história ficam as marcas da ruína causada pelo terramoto de 1755, e do incêndio causado pelas tropas de Napoleão, em 1811. A par destas situações, refere-se em documento da Diocese⁵⁵: “na segunda década do século XX, ainda a Diocese não fora restaurada, novas dificuldades surgem em Leiria. Em consequência da lei da separação da Igreja do Estado dá-se a expoliação dos bens da Igreja e a perseguição aos seus membros. Algumas igrejas e o paço episcopal são transformados em quartéis militares ou ocupadas por entidades estatais.”

Em 15 de Maio de 1920, a Diocese restaurada foi confiada a D. José Alves Correia da Silva – o Bispo de Fátima - a quem competiu enfrentar as situações descritas, reorganizar os diferentes serviços da nova Diocese,

53 Entre eles, o Pe. José Ferreira Lacerda, Director do semanário diocesano: “*O Mensageiro*”, a partir do início da sua publicação, em 1914. A par da causa da restauração da Diocese de Leiria, foi Capelão Militar na 1ª Grande Guerra e distinguiu-se como defensor destas funções no meio castrense.

54 http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Artigo.php&recordID=1877_24MAI13

55 <http://www.bensculturais.com/leiria-fatima/480-historial> 24MAI13

estruturar as Vigararias e avançar com a anexação e criação de novas paróquias. Quando da elaboração da Saudação e primeira exortação pastoral dirigida aos seus diocesanos por [...], em 1920, o Prelado junta inclui na sua provisão (Cristino, op. cit., 58), a a estruturação da Diocese em seis Vigararias, a saber: Alpedriz (que a partir de 1925, passa a designar-se da Batalha), Colmeias (criada de novo), Leiria, Monte Real, Ourém, Porto de Mós. De acordo com Cristino (2007, 289),⁵⁶ “uma das realizações de maior importância para a vida da diocese restaurada foi a organização das novas constituições (...) em que foram nomeados os diversos cargos da cúria, nomeadamente o primeiro cabido da diocese restaurada”. Tal aconteceu em Julho de 1943.

A alteração da designação da unidade diocesana é consubstanciada em 1984, ao tempo de D. Alberto Cosme. Este prelado deu seguimento à acção apostólica desenvolvida pelo seu antecessor, D. João Pereira Venâncio de projecção da Mensagem de Fátima e do acolhimento da distinção Pontifícia traduzida na concessão da Rosa de Ouro ao Santuário, em 1964. A primeira visita do Sumo Pontífice, Paulo VI, ao Santuário de Fátima teve lugar em 13 de Maio de 1967.

Ao tempo de D. Alberto Cosme do Amaral, em 1976, foi de novo alterada a divisão Vicarial – com a criação de cinco novas paróquias - passando então a Diocese a contar com uma dezena de Vigararias, a saber: Batalha, Caxarias, Colmeias, Fátima, Leiria, Marinha Grande, Milagres, Monte Real, Ourém, Porto de Mós. Por sua vez, ao tempo de D. Serafim F. Silva, foram criadas mais duas novas circunscrições paroquiais sendo que, no decurso do seu Episcopado, o Papa João Paulo II realizou a sua terceira peregrinação ao Santuário de Fátima e “beatificou os pastorinhos Francisco e Jacinta Marto” (Cristino, op. cit., 290).

Na actualidade, o Bispado ou Diocese de Leiria-Fátima (assim designada desde 1984), compreende nove Vigararias e setenta e cinco Paróquias – e o Santuário de Fátima⁵⁷ - cobrindo uma área de 1700 Km² que abarca a totalidade dos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande e Porto de Mós, algumas paróquias dos concelhos de Pombal (Bispado de Coimbra) e uma pequena parcela do concelho de Alcobaça (Patriarcado de Lisboa).

A Diocese de Leiria-Fátima pertence à Arquidiocese Metropolitana do Patriarcado de Lisboa, estando o seu governo entregue ao Bispo diocesano⁵⁸. A sua configuração hierárquica reflecte a organização territorial estabelecida no século XVIII e posteriormente renovada, particularmente no decurso de Novecentos, em:

- 1922 criação da diocese de Vila Real

56 Cristino, Luciano (2007) – “Leiria-Fátima, diocese de”: In. Azevedo e Cristino, 2007, pp. 288-290

57 <http://www.leiria-fatima.pt/>

58 Bispo diocesano: D. António Augusto dos Santos Marto; Bispo emérito: D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva

- 1938 restauração da diocese de Aveiro
- 1975 criação das dioceses de Santarém e Setúbal
- 1977 criação da diocese de Viana do Castelo

Na actualidade a Igreja em Portugal exerce o seu munus em cinco níveis distintos:

- Episcopado português, com domínio sobre todo o território nacional;
- Províncias Eclesiásticas, num total de três, com sede nas Arquidioceses de Braga, Évora e no Patriarcado de Lisboa;
- Dioceses, em numero de 20 Dioceses – 18 no Continente e uma em cada uma das Regiões Autónomas. A sede corresponde às capitais de Distrito com excepção a Lamego;
- Arciprestados ou Vigararias;
- Paróquias, num total de 4377⁵⁹

A organização hierárquica diocesana considera no topo o Bispo Diocesano e em níveis distintos: Vigário (Episcopal e o da Vara), Clero (Cónegos e Sacerdotes), Fiéis, Serviços Diocesanos, Instituições dedicadas à Vida Consagrada, à vida apostólica e à vida comunitária.

Tabela 23 - Vigararias e Municípios

Vigararia	Área concelhia abrangida (2012)
Vigararia da Batalha	Concelhos da Batalha e Porto de Mós
Vigararia das Colmeias	Concelho de Pombal
Vigararia de Fátima	Concelho de Ourém
Vigararia de Leiria	Concelho de Leiria
Vigar. Marinha Grande	Concelhos de Leiria, Mar. Grande e Alcobaça
Vigararia dos Milagres	Concelho de Leiria
Vigararia de Monte Real	Concelhos de Leiria e Marinha Grande
Vigararia de Ourém	Concelho de Ourém
Vigararia Porto de Mós	Concelhos de Porto de Mós e Alcanena

Os limites territoriais decaem os limites da respectiva unidade administrativa da Freguesia, ela própria sucedânea destas antigas unidades do poder religioso, o que faz realçar aspectos de uma evolução histórica comum ligados ao povoamento e diversas identidades comunais que estão na origem da criação das unidades administrativas concelhias. Note-se que a diversidade geográfica e a extensão do território diocesano de Leiria-Fátima,

59 In: Assim sucede no municípios de Pombal (em que parte das suas paróquias dependem do poder da Diocese de Coimbra), de Ourém e de Alcanena (integradas na Diocese de Santarém) e nas paróquias que dependentes do município de Alcobaça incluídas, na sua quase totalidade, na área do Patriarcado de Lisboa.
<http://www.paroquias.org/noticias.php?n=3724DEZ12>

maioritariamente integrada na área do Distrito de Leiria, abarca ainda uma pequena porção serrana do distrito de Santarém.

Tomando como base as Vigararias – entendidas como um “conjunto de paróquias e outras unidades pastorais equiparadas em que se divide a Diocese, para facilitar a assistência pastoral de uma actividade comum”⁶⁰ - recordamos que estas abrangem fregueses residentes em paróquias do mesmo município ou de municípios distintos, pertencentes ou não à mesma antiga unidade distrital. É o caso das freguesias da Vigararia de Ourém – outrora integradas na Comarca de Ourém - pertencentes ao antigo distrito de Santarém e que foram integradas na Diocese de Leiria Fátima.

Tal como aconteceu no passado a evolução sócio-económica desta diocese acompanhou as diferentes fases de crescimento de base regional, assente nas actividades agrícolas e na implantação, sobretudo nas áreas rurais, da instalação de indústrias ligadas à extracção dos recursos silvícolas, como a serração de madeira e a resinagem. A situação geral da indústria, no final do 1º quartel de Novecentos (em 1926), nos cinco concelhos em apreço, está descrita por Silva (2002, 74), de que transcrevemos o seguinte resumo:

Tabela 24 - Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral – 1926

Povoação	Pop1920	Pop2001	Principais actividades
Batalha	4370	2082	Cortumes, minas de carvão
Leiria	4929	42747	Moagem, serr. mad., resinagem, cimentos, serr. Mármore
M. Grande	7035	9130	Vidros, limas (Vieira)
Pombal	7336	10031	Fáb. pez e aguarrás, serração, cerâmica
P. Mós	4760	<2000	Curtumes, min. ferro e carvão, lanifícios (Mira d’Aire)

A evolução económica dos municípios, cujo território está integrado na área da Diocese de Leiria, registou na segunda metade do século passado um forte surto industrial impulsionado pela proximidade das actividades secundárias na Marinha Grande, pela acumulação de capitais oriundos da emigração, iniciativa e investimentos privados. Conjuntamente com estes, o desenvolvimento local esteve ligado quer à existência das matérias-primas e à disponibilidade de fontes de energia (fornecidas inicialmente pela matéria lenhosa predominante na cobertura vegetal e desde o início da segunda metade do século XX, da electrificação do concelho), quer ainda à existência de mão-de-obra abundante, que em muitos casos associava o trabalho fabril à agricultura praticada em regime pós-laboral.

60 (Directório para Ministério Pastoral dos Bispos – DMPB –, 217).
<http://www.paroquias.org/pesquisa.php>

Estes aspectos articularam-se com a abertura de novos mercados e o fortalecimento das redes de contactos estabelecidas nos países do ocidente europeu que foram determinantes para este surto industrial, sobretudo de PME's, sediadas nesta área do litoral. A este respeito observou Salgueiro (1992, 292-293) que a “base industrial radicava em recursos naturais (...) cimentos, cerâmica, vidro, mas nos anos 60 viu-se crescer a importância das indústrias químicas, através da expansão do ramo dos plásticos (nos concelhos de Leiria e Marinha Grande) e, mais recentemente, também a dos produtos metálicos, com a multiplicação de unidades que produzem moldes para aquela indústria”. Esta era a realidade vigente no começo dos anos noventa e que se foi adaptando às novas situações de mercado que acabaram por condicionar a evolução do emprego na região.

A imagem comum da área da diocese de Leiria, no decurso da primeira metade de Novecentos, é a de uma terra profundamente marcada pela repulsão de habitantes em quase todos os concelhos que a compõem. A excepção regista-se na Marinha Grande onde a indústria consegue fixar a população residente, como atrair novos moradores. Esta a situação que podemos conferir através da análise dos dados recolhidos por Alarcão (1964, 537 e 546) relativa aos concelhos abrangidos por esta Diocese.

Tabela 25 - Atracção e repulsão populacionais (1921-1960)

Concelho	Atracção				Repulsão			
	1921/30	31/40	41/50	51/60	1921/30	31/40	41/50	51/60
Alcob.	-	-	-	-	-870	-127	-29	-1712
Batalha	-	-	-	-	-581	-414	-778	-1428
Leiria	-	278	-	-	-1779	-	-2554	-6602
M.Grande	-	265	784	609	-321	-	-	-
Pombal	-	-	-	-	-2368	-1640	-3982	-9121
V.N.Our.	-	-	-	-	-2514	-946	-2816	-5608
Alcanena	?	217	-	-	?	-	-425	-1030

In: Alarcão, 1964

A partir da segunda metade de Novecentos, floresceram nesta área novas actividades ligadas à indústria de matérias plásticas, industria alimentar, metalurgia e máquinas, actividades que estiveram na origem da criação de novos postos de trabalho em núcleos distintos das áreas de Leiria, Marinha Grande, Pombal, Batalha e Porto de Mós e também em Ourém. Assim se diversificou e consolidou um tecido empresarial que tem vindo a evoluir, a fixar novos e velhos moradores, a gerar novos investimentos e a construção de diferentes tipos de estruturas económicas, culturais e sociais.

O desenvolvimento das actividades industriais acabou por gerar profundas alterações, não só a nível da organização do espaço, mas também na estrutura social e económica nas áreas onde se implantou. Destes efeitos os mais relevantes prendem-se com a urbanização e a terciarização crescente da

sociedade, conduzindo a um acréscimo acentuado das actividades comerciais e dos serviços com o aumento da população activa nestes sectores e a consequente redução da população nas actividades do sector primário. Estas transformações têm sido ainda responsáveis pela alteração significativa do espaço e das funções urbanas, dotando os centros de novos equipamentos, renovando a sua distribuição interna e a capacidade de organização espacial.

Tabela 26 - Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral – 2001

Povoação	Principais actividades
Batalha	Plásticos/borracha, Químicas, Extractivas
Leiria	Plásticos/borracha, Silvicultura
M. Grande	Plásticos/borracha, Vidros, Silvicult., Moldes, Equip. eléctricos
Pombal	Plásticos/borracha, Mat. Transp., Metalurgia, Têxteis/vestuário
P. Mós	Extractivas, Têxteis/vestuário, Cerâmicas

A este respeito importa recordar Fernandes (1992, 85): “cada sociedade tende a criar o seu espaço próprio. Enquanto a idade Média constrói castelos, mosteiros e catedrais, o capitalismo e o neo-capitalismo, com o mundo da mercadoria, fazem-se rodear de bancos, de centros de negócios e de toda a infra-estrutura necessária a essas actividades”. Assim acontece na área em referência. O crescimento económico actual baseou-se ainda no incremento do comércio e dos serviços, movimento que acompanhou a terciarização crescente dos centros urbanos, das vilas e lugares, acolhendo uma população, sobretudo a mais jovem, detentora de melhores e qualificações académicas e profissionais.

O conjunto destas actividades têm vindo a alimentar um intenso comércio interno e internacional, de importações e exportações, com inegável peso no panorama económico nacional. Estes aspectos acarretaram um conjunto de transformações na estrutura económica local que passou da fase dominante de economia de subsistência, ao desenvolvimento generalizado dos serviços. A sua evolução tem-se acompanhado de uma grande mobilidade geográfica da população, atraída principalmente pelas novas oportunidades de emprego, bem como por profundas transformações da paisagem urbana relacionadas com o seu crescimento. Assim o assinalou Silva (2002, 52):

“O campo urbanizou-se, importando os modelos vivenciais tipicamente citadinos como seja uma maior qualidade de vida e conforto doméstico, as mais amplas facilidades de comunicação (rádio, televisão, telefone, jornais) ou o usufruto de unidades assistenciais, recreativas, culturais e desportivas infra-estruturais. Como outrora, ainda assim, a população residente em território rural - ainda hoje sociologicamente determinante em todo e qualquer acto eleitoral - polariza as suas saídas em torno da cidade (Leiria e Caldas da Rainha, conforme a zona de influência), abastecendo-se cada vez mais nos

seus mercados e hipermercados. Nesta bipolaridade espacial, cidade / campo, o Distrito de Leiria, ancorado em estruturas seculares económico-sociais e institucionais modeladoras, parece permanecer como um território histórico e sociológico fortemente endogénico e, de um ponto de vista prospectivo, pouco permeável à assimilação de fluxos exógenos reestruturantes”.

Relativamente à posição desta região no País, regista o mesmo autor (Silva, op. cit., 80): “A Região sobressai, no contexto nacional, com um conjunto de actividades onde tem maior peso relativo que a estrutura produtiva do País, tanto em termos de tecido empresarial como de população activa. Apresentam particular visibilidade regional (...) cerca de duas dezenas de actividades, entre as quais Vidros, Cerâmicas, Cimento e produtos de cimento, Plásticos, Moldes metálicos. Os índices de divergência/complementaridade mostram que, realmente, a Indústria é o grande diferenciador da actividade regional no contexto nacional”.

A par do panorama industrial, a área da Diocese urbanizou-se, daí resultando novos habitantes e serviços, novas práticas domésticas e quotidianas, novos lugares e a densificação da rede urbana pré-existente, fortalecendo-se o “eixo urbano Leiria-Marinha Grande e o desenvolvimento de “complementaridades e funções de cooperação com os pequenos centros envolventes” (DGOTDU, 2002, 290). Foi o exemplo seguido em Pombal, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Fátima, cidades que à excepção da primeira pertencem ao território da Diocese de Leiria-Fátima.

Não obstante a evolução do emprego nesta área, dominada pelas NUTIII do Pinhal Litoral, do Oeste e do Médio Tejo, a mobilidade causada pela procura de outras oportunidades de trabalho e de vida constitui uma das marcas do território de toda a Diocese, que no último terço do século passado ficou marcada pela saída maciça de muitos dos seus residentes, emigrantes na Europa e na América. Este tem sido um processo duradouro que tendo a sua máxima expressão na transição de Setecentos e na primeira década de Oitocentos, acentua-se no final desse século para se manter ainda elevada no começo do século XX.

Depois da quebra registada no decurso da segunda metade do século anterior, o fenómeno aumentou nos concelhos que fazem parte desta Diocese que registou, a par de um elevado número de emigrantes legais, uma intensa emigração clandestina. Tal como em anos anteriores, o fenómeno da emigração mantém na actualidade uma expressão significativa decorrente da situação de emprego na região e no país, revelados pelo acréscimo da mobilidade dos cidadãos residentes nesta área.

A par dos movimentos de saída o final do século passado e começo do actual ficou também marcado pelo acolhimento local de população imigrante, em particular de Ucrrianos, Brasileiros e de outras nacionalidades, situação que tem tido resposta através da acção do Serviço de Apoio à Pastoral à Mobilidade na diocese. Registe-se que em 2001, dos 436,8 milhares de

imigrantes cadastrados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o distrito de Leiria acolhia 16720 sendo, na Diocese, a maior comunidade constituída por cidadãos ucranianos.

O decréscimo deste movimento no decurso dos últimos anos levou a que, em 2013, o total de estrangeiros recenseados nos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, no antigo distrito de Leiria, tenha decrescido para 15.076 indivíduos, ou seja - 4,23% do valor estimado no ano anterior. Não obstante esta situação é de notar a diversidade de nacionalidades aqui residentes e as iniciativas culturais e de outra natureza, nomeadamente as que decorrem da intervenção de associações ligadas às Igrejas no sentido de promover a ligação entre as diversas comunidades e entre estas e a população residente.

Assim se reforça o sentido e o xadrez populacional que constitui a sociedade residente nesta área.



III. Vigararias e Paróquias

1. Unidades vicariais: enquadramento

A construção recente da Diocese de Leiria-Fátima assenta na congregação de um mosaico diversificado de paróquias rurais e urbanas, agrupadas em unidades eclesíásticas de maiores dimensões, as Vigararias, que expressam a dimensão territorial e humana do Bispado. Tendo em conta a natureza física do território e as características do povoamento, cada uma destas unidades é constituída por antigos casais, que deram origem a lugares de maiores dimensões, afastados entre si – povoamento disperso - ou mais próximos uns dos outros – povoamento aglomerado.

Esta distinção configura condições geográficas distintas relacionadas com a natureza e a produtividade dos solos, com o regime fundiário e com as actividades dominantes da população. Se em áreas de solos de maior fertilidade, irrigados e de policultura intensiva, foi possível a dispersão dos habitantes, já nas áreas de solos pedregosos essa distribuição esteve na origem de núcleos mais coesos e tendencialmente mais afastados. A rudez do relevo e clima, a morfologia do terreno, a agrura do solo e a escassez de água justificam esse tipo de povoamento nas áreas acidentadas do maciço calcáreo estremenho.

Note-se que a distribuição destes núcleos principais, sedes de unidades paroquiais, realça a continuidade desta ocupação em áreas de topografia mais elevada, com maior dificuldade de acesso ao mar e onde as condições locais permitiam uma melhor defesa dos seus habitantes, conhecedores da topografia e abrigos naturais. A constituição dos casais junto do litoral, em áreas mais propícias à acção de povos invasores ou mesmo em terrenos ainda não arroteados para a actividade agrícola, constituiu-se uma dificuldade maior devido à presença mourisca e à acção marítima de outros povos na faixa costeira ocidental, antes ainda da Reconquista e dos trabalhos de drenagem conduzidos pelos frades bernardos nos coutos de Cister, no paúl de Ulmar do baixo Liz e noutros áreas de paul existentes nessa área.

A acção dos monges-agricultores foi ainda relevante na consolidação de novas formas de economia local baseada na actividade moageira, implantada ao longo dos cursos de água da região, favorecendo assim a constituição de novos lugares que a partir do século XVI, com a generalização da cultura cerealífera do milho americano – em contraste com o milho africano – veio permitir uma base de subsistência mais consistente e produtiva às famílias, às ordens religiosas e às Igrejas estabelecidas e beneficiárias deste território.

A apresentação, em separado, das Vigararias da Diocese de Leiria-Fátima, pretende realçar certos traços da memória destas unidades eclesíásticas e o contexto próximo da criação de cada uma das suas paróquias e freguesias. O

ideal seria a reconstituição da sua linha de vida sem omissões significativas, que pudesse descrever a acção dos fregueses na construção do seu território paroquial e unidades vicariais. Na impossibilidade de o conseguir aceitamos rebuscar, em fontes mais antigas, indicações relativas ao seu passado na sua ligação com o Bispado.

Quanto mais antigas forem as referências à sua existência e/ou criação, maiores são os entraves à reconstituição das situações sociais e religiosas que acompanham a sua evolução. Mesmo assim e tendo presente as dificuldades inerentes à reconstituição dessa narrativa - em resultado do tipo de fontes consultadas e das descrições datadas no tempo, complementares ou muitas vezes contraditórias entre si – valemo-nos da consulta de trabalhos que nalguns casos tiveram por base levantamentos e inquéritos paroquiais elaboradas pelo Pároco ou Cura. A recolha deste tipo de informação decorria das funções religiosas e administrativas concedidas pelo poder régio ao clero, separação esta que se foi progressivamente estabelecendo ao longo do Liberalismo, e consolidado com a implantação da República.

Dada a natureza deste trabalho tomamos como referência a unidade paroquial, entendida durante séculos como equivalente à unidade da freguesia. Daí procurarmos anotar, sempre que possível, a diferença estabelecida entre ambas. Contudo, o uso em várias fontes da mesma designação para a mesma unidade civil e religiosa, leva-nos a aceitar, pelo menos até à criação dos serviços centrais de recolha e tratamento estatístico do Estado, através do Instituto Nacional de Estatística, o significado comum dessas unidades. Mesmo assim trata-se de uma tarefa difícil decorrente da lacuna de informação, da diversidade das fontes e da necessidade de um aprofundamento local mais exaustivo.

Como documento base desta análise e para além dos estudos sobre a Diocese de Leiria-Fátima e da sua história, tomamos como referência O Couseiro (1868) e outros escritos, nomeadamente o Portugal: Antigo e Moderno - Dicionário Geográfico, Estatístico, Corográfico (...) das Cidades, Vilas e Freguesias de Portugal (Pinho Leal, 1873-1890). Esta consulta é completada com o recurso a outras fontes de informação, nomeadamente dicionários corográficos, relatos e descrições sobre os principais temas e assuntos. A informação estatística mais recente foi recolhida nos recenseamentos da população do INE e na consulta das páginas oficiais de diversas entidades, em particular dos Municípios, sediadas nesta área comum.

A descrição que se segue refere-se às Paróquias que integram as nove Vigararias da Diocese de Leiria-Fátima, o Município⁶¹ a que pertencem, a indicação do respectivo Orago ou Padroeiro e as notas essenciais que permitem situar cada uma delas no tempo histórico da sua criação. Sempre que possível referem-se ainda outras situações associadas à sua evolução e

61 Aln^a – Alcanena; Alc – Alcobaça; Bt – Batalha; LR- Leiria/MG -Marinha Grande; Pbl - Pombal/PM - Porto de Mós; Our - Ourém

funções religiosas responsáveis pelo reconhecimento da importância social dessas unidades. No seu conjunto pretende-se, assim:

- completar as notas relativas à construção social da Diocese e do espaço circunscrito às suas unidades vicariais;
- as circunstâncias marcantes que acompanharam a formação das suas paróquias;
- os traços demográficos essenciais da sua evolução e situação na actualidade.⁶²

Ao fazê-lo realçamos aspectos que nos parecem fundamentais para a compreensão da crosta exterior da sociedade local e das dinâmicas que assinalam, num passado recente, a construção social e paroquial do território da Diocese de Leiria-Fátima.

Como fez notar Capela et alli (2006, 13), as paróquias rurais estruturam-se “em primeiro lugar a partir de bases agrárias que criam laços de forte constrangimento social e comunitário das populações. Na base, essencialmente, está a ‘economia’ do casal (...) e também o ‘direito’ que o suporta, em especial o ‘direito enfitêutico’ mas também o costume agrário. O lugar, a aldeia, construiu-se muitas vezes na base de um só casal, outras vezes em mais casais fortemente interligados entre si por condicionalismos físicos, geográficos e jurídicos.” Assim, as relações de solidariedade estabelecidas em torno de uma actividade rural comum, de uma memória alargada e de uma convivência social alicerçada em regras fundiárias e cívicas alargadas à maior parte dos residentes, são reforçadas por práticas religiosas estabelecidas no quadro de uma vida eclesial estruturada em torno das celebrações paroquiais e das obrigações religiosas e temporais.

A actividade do Cura, Pároco, Abade ou Prior corresponde, de acordo com a Enciclopédia Católica Popular⁶³ à de “sacerdote com ‘cura de almas’, i.e., com a obrigação de assegurar a uma comunidade de fiéis os serviços da palavra, da liturgia e da caridade”. E na história desta e das demais Dioceses portuguesas, em circunstâncias diversas e antes da constituição formal de uma Paróquia, os fiéis podiam dispor de serviços religiosos assegurados em Curato, entendido como a de uma povoação com expressão territorial, humana e económica capaz de se tornar paróquia independente. Ainda não criada oficialmente, o acordo estipulado entre o Bispado e os fregueses residentes, definia a responsabilidade de apresentação do Cura e os encargos inerentes à subsistência deste e da manutenção das alfaias e do templo religioso da futura paróquia.

Na área desta Diocese há registo de vários exemplos deste tipo, num processo que contrariou alguns dos procedimentos posteriores à separação dos poderes entre o Estado e a Igreja, quando da implantação da República e que permitiram o estabelecimento de circunscrições religiosas antecedendo a

62 Dados contidos nos recenseamentos do INE

63 Enciclopédia Católica Popular. “Cura”

própria criação da freguesia civil. Nos tempos actuais a criação de novas paróquias passou a ter como referência a obtenção do estatuto civil de freguesia e só depois o estatuto de paróquia religiosa. Regista por isso, Capela et alli (2006, 15), que a “construção da paróquia é (...) uma realidade essencialmente eclesial e religiosa (...) e sua reorientação particularmente depois do Concílio de Trento para a reforma eclesial/ pastoral, com implicações paroquiais”, reforçada ao longo do tempo pela vivência comum de práticas e obrigações religiosas de culto dominical e em dias festivos, em obrigações para com o Cura, a Igreja, a Capela local, o Orago e os santos da devoção colectiva.

A sua evolução e organização ao longo do tempo, foi acompanhando o caminho prosseguido pela instituição religiosa da Igreja, a nível nacional e em cada uma das dioceses estabelecidas no território. Estas eram regidas por Constituições Diocesanas,⁶⁴ definidas como “estatutos ou ordenações que constituem o direito diocesano, podendo ser sinodais ou extra-sinodais.” Para além destas, a acção dos “Visitadores em actos de visitação” (op. cit., 16), serviam de apoio e vigia ao “exercício do poder paroquial, como elemento de suporte fundamental do exercício do poder eclesial e espiritual da Igreja, mas também as acções de formação que continuam e vigiam a formação realizada nos Seminários e instituições de formação de clero paroquial”.

Neste, como noutros Bispos, a desanexação do território para a criação de novas paróquias, com a sua afiliação e dependência, o pagamento dos dízimos ou da sua repartição, levantava frequentemente questões que eram apresentadas aos Visitadores. Muitas vezes, porém, exigiam uma intervenção directa do monarca ou do próprio Papa. Estas são marcas de forte territorialidade das circunscrições religiosas, do sentido de pertença e de acção pastoral defendida em nome do serviço de Deus e do interesse dos fregueses.

A descrição que se segue sugere uma análise individualizada e merecida da realidade identitária, religiosa, social e humana das paróquias actuais e da caracterização dos fregueses que as povoam. Mais do que a sua descrição e evolução de cada uma delas, recorreremos à identificação de aspectos que nos aparecem fundamentais, a saber:

- a numeração das paróquias que integram cada uma das diferentes Vigararias;
- a sua afiliação territorial ao Município;
- o registo do respectivo Padroeiro ou Orago.

Neste último caso deparamos com um Santoral alargado onde se cruzam evocações antigas dos primeiros séculos da História da Igreja e, sobretudo, do culto Mariano. A referência preliminar à origem de algumas dessas devoções faz parte do Anexo, que assim pretende recordar a primeira das referências paroquiais, o seu orago. Não cabendo no âmbito deste trabalho a sua

64 Enciclopédia Católica Popular.

In: <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 17MAR13

apresentação exaustiva, recolhemos junto de obras divulgadas no portal da Agência Ecclesia⁶⁵ e de outras fontes as notas relativas ao significado de Orago ou de titular de Igreja e uma referência ao culto Mariano.

A este respeito regista a Enciclopédia Católica Popular⁶⁶ - “Pode ser titular ou orago duma igreja: a SS. Trindade, J. C. sob a invocação dum seu mistério ou nome já em uso, o Espírito Santo; a Virgem Maria, sob título já em uso litúrgico; os Anjos e os Santos e, com indulto, os Beatos. O orago é um só, salvo tratando-se de Santos inscritos conjuntamente no Calendário. Quando a igreja é dedicada, não se pode alterar o orago; se for simplesmente benzida, essa alteração é possível. O titular é celebrado anualmente com a categoria de solenidade (CDC 1218; Cerimonial dos Bispos 865).”

Sobre o culto dos Santos, o Dicionário Elementar de Liturgia esclarece⁶⁷:

“O culto aos Santos começou sobretudo com a recordação dos mártires, a partir já do proto-mártir Estêvão (cf. Act 8,2). É natural que uma comunidade recorde os seus defuntos e, de modo especial, os mais distintos. Dos mártires conservou-se o túmulo, ou as suas relíquias, assim como as Actas e Paixões do seu martírio. Há documentos do século II que atestam já o culto aos mártires, sobretudo no lugar da sua morte, mas também noutras regiões, se eram muito conhecidos. A seguir, a pouco e pouco, surgiu o costume da veneração dos lugares onde viveram ou por onde passaram, e também os seus aniversários, mesmo não sendo mártires: bispos importantes, doutores da Igreja, santas virgens, monjes, etc.

E do culto local passou-se, em alguns casos, ao universal, pela importância da pessoa ou das suas obras. O apreço das relíquias, as peregrinações aos seus túmulos e a leitura crescente das ‘vidas de santos’ exprimiram e, ao mesmo tempo, alimentaram a devoção que o povo cristão sempre teve aos seus santos, como pessoas que estiveram mais próximas do Mestre e Modelo, Jesus Cristo. A muitos deles a Igreja ‘canonizou-os’, ou seja, colocou-os no cânone, na lista dos bem-aventurados, declarando com este acto oficial que estas pessoas já gozam da glória de Deus e propondo--as como modelos de vida evangélica ao povo cristão.”

O mesmo Dicionário Elementar de Liturgia⁶⁸ regista o seguinte:

“Maria

Os cristãos, e de modo particular os católicos e os ortodoxos, dedicam uma atenção muito especial à Virgem Maria, não só na sua oração ou devoção pessoal, como também na celebração litúrgica. Os últimos documentos do

65 <http://www.portal.ecclesia.pt>

66 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/dici_ver.asp?cod_dici=401

67 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/index.asp 21ABR13

68 In: http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/dici_ver.asp?cod_dici=252 21ABR13

magistério e da liturgia, purificando-a e enriquecendo-a ao mesmo tempo, renovaram a linguagem mariana: o Concílio, com os documentos sobre a liturgia, *Sacrosanctum Concilium*, e sobre a Igreja, *Lumen gentium*; mais tarde, em 1974, a *Marialis cultus*, de Paulo VI, e, em 1987, a *Redemptoris Mater*, de João Paulo II; e também os livros litúrgicos renovados, com os seus novos textos.

Celebra-se a memória da Virgem Maria, ao longo do Ano Litúrgico, porque Ela esteve sempre unida a seu Filho, na obra da Redenção, que ocupa o lugar central de toda a celebração cristã: ‘Neste ciclo anual da celebração dos mistérios de Cristo, a Santa Igreja venera com amor especial a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, indissolivelmente unida à obra de salvação do seu Filho; admira e exalta o fruto mais excelso da Redenção e contempla com alegria, como numa imagem puríssima, o que ela mesma, toda ela, deseja e espera ser’ (SC 103).

Aqui, aparecem os dois motivos fundamentais deste culto à Virgem: embora o centro da nossa fé e da nossa celebração seja Jesus Cristo, mas como sua Mãe, pelo desígnio de Deus, esteve indissolivelmente unida a Ele em todo o caminho da nossa salvação, e recordamo-la também ao lado de Jesus. Além disso, ela é a melhor imagem da própria Igreja no seu caminho de fé e destino de glória. Foi o Concílio de Éfeso (431) que deu o impulso decisivo ao culto de Maria, como ‘Theotokos, Mãe de Deus’.

O referido texto regista (loc. cit.) ainda situações relacionados com os Títulos de N^a Senhora que ajudam a compreender as referências finais aos Oragos ou Padroeiros: ‘Depressa apareceu na liturgia romana a primeira festa mariana, que agora voltamos a celebrar em 1 de Janeiro – Santa Maria, Mãe de Deus. No Oriente (Jerusalém, século V), celebrava-se a Assunção de Maria (a ‘Dormição’), que rapidamente passou também ao Ocidente. Posteriormente, foram-se introduzindo, quase sempre por iniciativa do Oriente, as festas da Anunciação, da Apresentação e da Natividade de Maria (séculos VI-VII). Segundo a actual reforma do Calendário, o tempo mariano por excelência é o Advento e o Natal, como ensina Paulo VI (cf. MC 4): ela foi a que melhor esperou, deu à luz e mostrou o Salvador do mundo, seu Filho.

Mas, além disso, celebramos quatro solenidades marianas: a Imaculada (8 de Dezembro), a Maternidade Divina (1 de Janeiro), a Anunciação do Senhor (25 de Março) e a Assunção (15 de Agosto); e três festas: a Apresentação de Jesus (2 de Fevereiro), a Natividade de Maria (8 de Setembro), a Visitação a Isabel (31 de Maio). Em cada país, além disso, e em cada localidade ou família religiosa, há festas marianas com categoria de solenidade ou festa. Existem também outras memórias, algumas delas muito recentes na história, como a do Rosário, das Dores, do Carmo, Maria Rainha, Coração Imaculado, etc. Na celebração da Eucaristia de cada dia, recorda-se a Virgem, na Oração Eucarística, e, muitas vezes, no acto penitencial (‘Confesso... E peço à Virgem Maria...’) e no Credo (‘nasceu da Virgem Maria’).

Em 1987, nas vésperas do Ano Santo Mariano, publicou-se oficialmente a colecção de quarenta e seis Missas da Virgem Maria, com o seu correspondente Leccionário, para a celebração da memória livre de ‘Santa Maria, no sábado’ ou para os santuários. Mas, sobretudo, são os novos textos do Missal e do Leccionário para as festas da Virgem que assinalam os novos caminhos do culto mariano na Igreja. Na Liturgia das Horas, também se faz memória dela em cada dia, cantando o Magnificat, em Vésperas, às vezes, invocando a sua intercessão, nas preces de Laudes e Vésperas, e, no final de todo o ofício, em Completas, cantando uma das antífonas marianas, por exemplo, a Salve-Rainha. Na celebração do Baptismo, o Ritual propõe que se faça livremente um acto de oração, canto ou oferenda diante do altar da Virgem.”

A este respeito e de acordo com Costa (1957, 7) “os cristãos começaram cedo a estabelecer paralelismo simbólico entre a Virgem-Mãe e a Igreja-Mãe (...), porque, assim como Maria, sendo mãe de Cristo, é mãe dos cristãos, também a Igreja, esposa mística de Cristo, é mãe dos mesmos cristãos, chamados, por isso, filhos da Igreja (‘filii ecclesie>filigreses>fregueses). Por esta razão, a maior parte das catedrais e grande número de igrejas paroquiais tomaram a Virgem Maria por padroeira”.

Dando como exemplo a maior parte das Catedrais portuguesas e a de ‘Notre Dame, em Paris, o autor salienta que (op. cit., 8), “sendo com efeito, norma geral do tempo da Reconquista restaurar os templos sob a invocação dos antigos oragos (...), salvas raras excepções, as sés e templos restaurados neste período sob a invocação de Santa Maria já eram dedicados à Virgem antes da invasão dos Árabes”. O mesmo sucedia com as novas Igrejas e capelas de forma que, regista este autor (op. cit., 11), na época medieval existiam em Portugal “mais de mil templos e lugares consagrados a Nossa Senhora até ao fim do século XV, muitos dos quais datam do tempo da Reconquista, sendo alguns anteriores à invasão muçulmana”.

Tomando como referência o III Recenseamento Geral da População Portuguesa, realizado pela Repartição de Estatística Geral do Ministro as Obras Publicas, Commercio e Industria, em 1890, o autor apresenta um quadro síntese do total de freguesias por Distrito, dedicadas a N^a Senhora. A relação entre a escolha do Padroeiro e a antiguidade do povoamento, está esclarecida pelo mesmo autor que regista o seguinte (op. cit., 13): “Dividindo o território português aproximadamente pelo rio Mondego, temos ao Norte 2365 freguesias com 450, ou sejam 19 por cento delas, consagradas à Virgem maria; e ao Sul 1374 freguesias, 582 das quais, ou sejam 42,35 por cento, dedicadas à mesma excelsa Senhora” ou seja, a Maria, a Mãe de Jesus.

Esclarece o autor que tal facto não deve ser entendido como um marco da maior devoção Mariana a sul do país do que a norte, mas sugerindo uma explicação reforçada por historiadores (Oliveira Marques, 1976 Serrão, 1989) e geógrafos (Ribeiro, 1970), relacionada com o processo de povoamento do

reino de Portugal e as migrações internas da sua população. De acordo com Costa (1957, 13), “ao separar-se da Monarquia leonesa, o Condado Portugalense tinha, ao norte do Mondego, uma população relativamente densa e, de longo tempo, presa à terra, cujas tradições mantinha e, por isso, conservava ou restaurava as suas igrejas sob a invocação dos oragos escolhidos pelos antepassados (...). Ao sul do Mondego, porém, se exceptuarmos Lisboa e um pequeno número de vilas e fortalezas, a população rareava ou era de fixação recente e sem tradições ligadas à história local. Os conquistadores e colonos, vindos em grande parte do Norte, podiam, portanto, escolher livremente os oragos das igrejas que iam construindo ou restaurando.

Ora a fundação e povoamento de Portugal coincidiram com um grande incremento da devoção mariana, motivada pelo ideal cavaleiresco da Idade Média de exaltação da mulher, cujo protótipo perfeito era a Virgem Maria, razão por que se deve ‘atribuir justamente ao culto de Nossa Senhora o próprio desabrochar do lirismo trovadoresco’ (...); pelas cruzadas; por influência das ordens de Cluny, de Cister e Mendicantes e pela expansão de novas devoções (...)”. Complementarmente assinala (op. cit., 14):

“O Norte, tendo necessidade de manter os oragos tradicionais das suas paróquias, mostrou a sua devoção mariana de dupla maneira transmitindo essa piedosa devoção ao centro e sul do país e levantando altares à Virgem dentro das suas igrejas paroquiais e, fora, templos marianos que ainda hoje lhe polvilham de branco os vales e as montanhas. (...). Ora, se era tão elevado o número de igrejas e de terras dedicadas à Virgem e, mais ainda, se à mesma eram consagradas as nossas sés medievais, Maria Santíssima era a padroeira de Portugal, pelo menos indirectamente, enquanto todas as freguesias dependem da respectiva catedral ou igreja-mãe.” Mais esclarece que “D. Afonso Henriques, ao tomar as rédeas do governo, elegeria Santa Maria de Braga para padroeira e rainha de Portugal nascente”, e da vida pública e particular da sua população.

A longa referência à antiguidade do culto Mariano é realçada pelo citado autor pelos feitos e milagres ocorridos sob a invocação de Nossa Senhora e da construção e diversos templos e santuários que acolhem as preces dirigidas a Santa Maria, em diferentes pontos do território. Não havendo uma designação comum, a Virgem vai acolhendo diferentes apelidos, consoante o local e as virtudes que lhe são atribuídas. Disso nos dá conta o referido autor (op. cit., 22) da “promessa feita por D. João I, quando da batalha de Aljubarrota, de ir a ‘pé a Santa Maria de Oliveira, que era na villa de Guimarães’”, ou mesmo do “Santo Condestável Nuno Alvares, como grande devoto da Virgem ia haurir forças para os combates diante da sua imagem, andando a peregrinar de igreja em igreja, às vezes, a ‘pee e descalço em romaria a Santa Maria’”.

Tabela 27 - Freguesias dedicadas a N^a Senhora (1890)

Centro do país:

Distrito	N ^o freg.	Dedicadas a N ^a Sr ^a	%
C.Branco	145	53	36,5
Coimbra	187	69	36,8
Guarda	330	136	41,2
Leiria	116	52	44,8
Viseu	362	96	26,5
Total Nac.	1140	406	27,62

Área da Diocese de Leiria:

Alcobaça	18	8
Batalha	2	1
Leiria	23	9
Pombal	11	4
P. de Mós	11	4
V.N.Ourém	9	6

As referências ao culto da Virgem Maria, consagrada em 1646 por D. João IV, Virgem Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Reino de Portugal, suportam um culto popular e oficial, anunciado e pregado por clérigos e suportado pelo Sumo Pontífice. Assim o relata Costa (1957, 35), ao anunciar que “a devoção assuncionista da dinastia de Avis foi tão grande que Frei Agostinho de Santa Maria chegou a afirmar que, em memória da batalha de Aljubarrota, todas as catedrais portuguesas foram dedicadas, em 1394, ao mistério da Assunção por bula de Bonifácio IX”.

Das invocações registadas nas paróquias portuguesas, contidas no portal da Agencia Ecclesia⁶⁹ - Anuário Católico – registam-se 435 oragos cabendo o maior número de invocações das freguesias a Santa Maria, N^a Sr^a da Assunção, N^a Sr^a da Conceição, N^a Sr^a da Graça, N^a Sr^a da Purificação e a mais de cento e trinta outras invocações. Em complemento do que foi já assinalado, a diversidade de títulos evoca as diferentes “prerrogativas de Maria” assinaladas pela Enciclopédia Católica Popular (op. cit.), da forma seguinte:

“Prerrogativas de Maria. A primeira e fonte de todas as outras é a sua Maternidade Divina. Sendo Mãe de Jesus, e Jesus sendo verdadeiro Deus, Maria pode e deve ser chamada com todo o rigor ‘Mãe de Deus’, como definiu o Conc. de Éfeso (431), com o aplauso do povo, que a proclamou Theotokos. Deus, por graça singular e na previsão dos méritos de J. C., preparou

69 http://www.portal.ecclesia.pt/anuario/lista_oragos.asp 22 ABR13

Maria para esta maternidade, isentando-a do pecado original e cumulando-a da sua graça.

É a prerrogativa da Imaculada Conceição que, embora há muito objecto da fé do povo de Deus, só foi definida como dogma por Pio IX (Bula *Ineffabilis Deus*, 8.12.1854).

Intimamente relacionadas com esta prerrogativa estão a da Virgindade de Maria, como sinal da sua inteira consagração a Deus, e a da sua Assunção ao Céu em corpo e alma, sem sofrer a corrupção da morte, verdade esta definida por Pio XII (Const. ap. *Munificentissimus Deus*, 1.11.1950).

Pela ligação maternal a Jesus, Maria está intimamente associada à sua obra redentora, merecendo o título de Co-redentora, que inclui outros que a piedade cristã lhe atribui: Advogada, Auxiliadora, Medianeira... Mãe de Jesus, Maria é também Mãe do seu Corpo Místico, pelo que lhe cabe o título de Mãe da Igreja, usado por Paulo VI (21.11.1964), título que não chegou a ser objecto de definição dogmática pelo Conc. Vat. II, que o julgou pressuposto na sua Maternidade Espiritual, função que perdura na sua vida celeste como Mediação Universal a favor de todos os homens. A coroar todas as outras prerrogativas, temos finalmente a sua glorificação como Rainha do Céu e da Terra. (Cf. Cat. 484-507; 721-726; 963-975).”

No seu conjunto estas titulações expressam uma forte religiosidade popular e um culto de que há notícia desde os primórdios da Igreja, particularmente desde o Concílio de Éfeso (431), no qual se “definiu o dogma da sua Maternidade divina.” (loc. cit.). Prossegue a mesma fonte, referindo que “ao longo dos séculos têm-se multiplicado os títulos invocativos de Maria, as suas festas litúrgicas e as expressões da piedade popular a seu respeito” tornando Portugal como um dos países “que maior devoção tem demonstrado a Nossa Senhora, a começar pelo nome por que foi conhecido nos seus primórdios, de Terra de Santa Maria.

Os grandes acontecimentos da sua história ficaram assinalados por factos e monumentos ligados à SS. Virgem: Santa Maria de Alcobaça, da Batalha, de Belém (Jerónimos), de Mafra... Em 1640, o País foi consagrado a Nossa Senhora da Conceição e, em 1646, ela foi proclamada padroeira e rainha do Reino, no santuário nacional de Vila Viçosa, o que foi confirmado pelo papa Clemente X, em 1671”, como foi já assinalado.

Os gestos de devoção a Nossa Senhora acompanharam a evolução do regime monárquico e mesmo em períodos mais difíceis para as comunidades religiosas, há exemplos da sua evocação. Recorda-se a construção da Igreja de Nossa Senhora do Livramento e de S. José, na capital do Reino, por iniciativa do monarca D. José I, iniciada em 1760 após a tentativa de Regicídio cometida contra o monarca. Recorda-se o relato do Suplemento às Notícias de Lisboa, de 16 de Setembro de 1760), em que se dá conta desta afeição: “O zelo e protecção com que a mão de Deos guardou sempre a Monarchia Portugueza, nunca se mostrou tão vesivel, como na fatal noyte de 3 de

Setembro de 1758, quando milagrosamente salvou a Sagrada Pessoa de Sua Mag., (...). Este constitui mais um exemplo régio como “As invocações marianas dos Portugueses contam-se pelas necessidades pessoais, familiares ou nacionais que nos cruciaram, nos oito séculos de existência nacional.” (Costa, 1957, 49).

A leitura do Sermão do Nascimento da Mãe de Deus – Pe António Vieira⁷⁰ - ajuda-nos a compreender o significado de diferentes devoções:

“Quereis saber quão feliz, quão alto é e quão digno de ser festejado o Nascimento de Maria? Vede o para que nasceu. Nasceu para que dEla nascesse Deus. (...)

Perguntai aos enfermos para que nasce esta celestial Menina, dir-vos-ão que nasce para Senhora da Saúde; perguntai aos pobres, dirão que nasce para Senhora dos Remédios; perguntai aos desamparados, dirão que nasce para Senhora do Amparo; perguntai aos desconsolados, dirão que nasce para Senhora da Consolação; perguntai aos tristes, dirão que nasce para Senhora dos Prazeres; perguntai aos desesperados, dirão que nasce para Senhora da Esperança.

Os cegos dirão que nasce para Senhora da Luz; os discordes, para Senhora da Paz; os desencaminhados, para Senhora da Guia; os cativos, para Senhora do Livramento; os cercados, para Senhora da Vitória.

Dirão os pleiteantes que nasce para Senhora do Bom Despacho; os navegantes, para Senhora da Boa Viagem; os temerosos da sua fortuna, para Senhora do Bom Sucesso; os desconfiados da vida, para Senhora da Boa Morte; os pecadores todos, para Senhora da Graça; e todos os seus devotos, para Senhora da Glória.

E se todas estas vozes se unirem em uma só voz, dirão que nasce para ser Maria e Mãe de Jesus: ‘Maria, de qua natus est Iesus’”.

Tendo presente a situação de portuguesa, Nossa Senhora da Conceição é a padroeira principal da nação e Santo António o seu padroeiro secundário. Note-se que a relevância do culto mariano em Portugal desde o tempo de D. Afonso Henriques e a invocação régia da protecção de Santa Maria de Guimarães, também conhecida por Santa Maria da Oliveira – cabeça da Colegiada de N^a Senhora da Oliveira – acompanha a evolução histórica da nação portuguesa.

Depois das aparições Fátima, a mensagem revelada aos videntes constituiu-se, no entender de Neves (2007, 349)⁷¹, “na sua verdade singela, complexa e desafiadora”, acolhida pela Igreja “como um dom de Deus à Igreja e ao mundo” (op. cit., 351). Neste sentido e para os crentes, “Fátima é um sinal de grandeza maior que ultrapassa o simples olhar humano ou a mera racionalidade do milagre de se ser homem ou mulher”, expresso na devoção e

70 <http://www.deuslovult.org/2011/09/08/sermao-do-nascimento-da-mae-de-deus-pe-antonio-vieira/> 7MAI13

71 Neves, Joaquim C. (2007) – “Mensagem” – In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 349-354

religiosidade do povo de Deus. Aqui radica a escolha da diocese de Leiria-Fátima, em Nossa Senhora de Fátima, como padroeira principal e Santo Agostinho, como padroeiro secundário.

Pelo seu significado transcrevemos dois excertos de apresentação dos Padroeiros. Ambos extraídos do portal Ecclesia: o primeiro resume o significado a festa de 13 de Maio; o segundo, é um excerto da Nota Pastoral sobre este Doutor da Igreja, de D. Serafim Ferreira e Silva, Bispo Emérito da Diocese.

o Nossa Senhora de Fátima:⁷² - “No ano 1917, quando o mundo se debatia ainda nas violências e atrocidades da guerra, a Virgem Maria apareceu seis vezes em Fátima a três pastorinhos, Lúcia, Jacinta e Francisco. Por meio deles, a Santa Mãe de Deus recomendou insistentemente aos homens a firmeza da fé e o espírito de oração, penitência e reparação. O culto de Nossa Senhora de Fátima, depois de ter sido aprovado pelo Bispo da diocese e mais tarde confirmado pela Autoridade Apostólica, foi especialmente honrado com a peregrinação do papa Paulo VI ao local das aparições no ano 1967 e João Paulo II nos anos 1982 e 1991.”

o Santo Agostinho⁷³ - “3. O magistério, ou missão profética, de Santo Agostinho, Bispo de Hipona, é muitas vezes classificado, na Patrística e nos textos pontifícios, de ‘luminoso’, ainda que com vocábulos sinónimos ou equiparados, como preclaro, exímio ou lúcido. João Paulo II, em 8-5-1982, à semelhança do seu predecessor S. Celestino que em Maio de 431 colocava Agostinho de Hipona entre ‘os melhores mestres da Igreja’, proclamava (no Instituto ‘Augustinianum’) que a doutrina deste Mestre deve ser ‘estudada e difundida’, de tal modo que continue na Igreja o seu ‘magistério luminoso. Santo Agostinho, pensador e mestre para todos os tempos e lugares, permanece luz perante ocasionais núvens de passagem, ou diante de trevas mais densas e persistentes (...).”

A este padroeiro é dedicado o templo do mesmo nome, situada na margem esquerda do rio Liz, junto do sopé do Santuário de N^a Sr^a da Encarnação, um dos santuários oficiais desta Diocese. Sobre este Santuário regista de um dos sites oficiais⁷⁴:

“Diz a lenda que, em 11 de Julho de 1588, uma inválida de nome Susana Dias, foi levada àquela capela, onde iam à missa os Marqueses de Vila Real e muito povo no altar de N.S. da Encarnação. No momento da Elevação a jovem sentiu-se pressionada por algo indefinível e levantou-se e começou a andar. Este acontecimento veio renovar a fé em N.^a Sr.^a da Encarnação, o que

72 In: Portal Ecclesia - Secretariado Nacional de Liturgia:
http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=72

73 <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=4490> 23ABR13

74 <http://www.rt-leiriafatima.pt/site/frontoffice/default.aspx?module=Article/Article&ID=228>

levaria à construção de uma nova igreja. É um santuário pequeno, com um corpo revestido a azulejos policromos de padrão seiscentista e pinturas votivas à Virgem e a S. Gabriel, feitos em pedra e colocados sobre a porta principal. No exterior a igreja foi dotada de um alpendre simples. O bispo D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa mandou construir uma monumental escadaria, de 162 degraus, que lhe dá um aspecto imponente. A beleza deste santuário é completada pelo diverso arvoredo que existe à sua volta e a vista sobre a cidade que se pode apreciar a partir daqui é uma experiência única”.

Sobre as demais Paróquias e Capelanias, a consulta do portal da Agencia Ecclesia⁷⁵ e o recurso a outras fontes permite a sua enumeração e registo, em Anexo, da data da criação das respectivas unidades religiosas. Como se justifica são referências baseadas em descrições de origem diversificada e, por isso, difíceis de uniformizar no que respeita ao significado e profundidade da informação divulgada.



2. Vigararia de Batalha

A Vigararia da Batalha constitui uma das unidades eclesíásticas que abarca paróquias deste município e dependentes dos municípios vizinhos de Alcobaça e de Porto de Mós. Tal facto justifica-se tendo em conta a localização desta unidade vicarial nos terrenos do Maciço Calcário Estremenho e da faixa costeira litoral. Daqui resulta uma diferenciação entre a intensidade de ocupação, crescimento e acessibilidades entre as circunscrições paroquiais e a paróquia-mãe de Santa Cruz da Batalha.

A invocação da Exaltação da Santa Cruz, celebrada a 14 de Setembro, regista (Ecclesiae, Secretariado Nacional de Liturgia)⁷⁶ ter sido “na Cruz que Jesus Cristo ofereceu ao Pai o Seu Sacrifício, em expiação dos pecados de todos os homens. Por isso, é justo que veneremos o sinal e o instrumento da nossa libertação. Objecto de desprezo, patíbulo de infâmia, até ao momento em que Jesus ‘obediente até à morte’ nela foi suspenso, a Cruz tornou-se, desde então, motivo de glória, pólo de atracção para todos os homens. Ao celebrarmos esta festa, nós queremos proclamar que é da cruz, ‘sinal do amor universal de Deus, fonte de toda a graça’ (N.A., 4) que deriva toda a vida de Igreja. Queremos também manifestar o nosso desejo de colaborar com Cristo

75 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=144, 7ABR13

76 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=152 6MAI13

na salvação dos homens, aceitando a Cruz, que a carne e o mundo fizeram pesar sobre nós (G.S. 38)”.

Pelo seu interesse transcrevemos outro excerto sobre a Exaltação da Santa Cruz⁷⁷: “A Igreja Católica ocidental conhece a festa da Invenção da Santa Cruz, celebrada no quinto e sexto século, em memória da célebre aparição do sinal da Cruz, na batalha da ponte Mílvia, que deu a vitória ao imperador Constantino sobre seu competidor Maxêncio, e a festa da Invenção do Santo Lenho, pela Imperatriz, Santa Helena. A liturgia dos nossos dias, porém, reserva o dia 03 de maio à celebração da Invenção da Santa Cruz e à Aparição maravilhosa na batalha acima referida, dando-lhe o título: Festa da Invenção da Santa Cruz. O dia 14 de setembro, dia da Festa da Exaltação da Santa Cruz, comemora o glorioso fato de reconquista da Santa Cruz das mãos dos persas.”

▪ Tendo como orago a Santa Cruz, a paróquia da Batalha foi erecta no mesmo ano do Reguengo, em 1512, pelo Prior-Mor de Santa Cruz, sendo a primeira a consegui-lo com a invocação da Santíssima Trindade (O Couseiro, 1868, 89). Sobre a vila da Batalha, diz Leal (1873.I, 350) que esta vila “teve principio com as várias casas e oficinas que se construíram para habitação e mestéres dos operários, mestres, directores, fiscais e mais empregados da fabrica do magestoso convento”, em terra próximo do rio Lena e da antiga estrada real de Lisboa ao Porto. A terra onde foi implantado o convento de frades dominicanos pertencia desde o século XII ao Mosteiro de Alcobaça, a quem foi doado o território que ia do cimo da serra envolvente e “toda a terra que d’alli se descobrisse” até ao mar (Leal, op. cit., 136).

No convento da Batalha funcionaram, entre 1538 e 1552, os Estudos Gerais da Ordem de S. Domingos, tendo como mestre D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. A importância da povoação, em terra de fácil circulação entre o norte e o sul e de uma situação geográfica protegida pela linha de cumeadas que segue até ao campo de S. Jorge, está gravada na luta travada pelo exército português de D. João I, de Portugal, contra as tropas de D. João I, de Castela, em 1385, e na batalha travada nos campos de São Jorge com a derrota do exército castelhano.

A renovação do foral da povoação, confirmado por D. Manuel I no início de Quinhentos, foi seguida da concessão do estatuto de Vila deixando então de prestar vassalagem aos monges de Cister. Até então beneficiara o Convento do privilégio, concedido por D. João I, de “herdar todos os bens que lhe deixassem e comprar todos os que lhe quisessem vender; e outro pelo qual privilegiou seus caseiros de certos casaes de que se paga foro ao convento” (O Couseiro, 1868, 100). Regista ainda esta fonte (op. cit., 93) que “No anno de 1567 tinha esta parochia 425 fogos, e n’eles pessoas de sacramento 1062”.

77 <http://www.paginaoriental.com/santos/exaltacaoscruz1409.htm> 7MAI13

Dos lugares e capelas pertencentes a esta paróquia destacam-se: a existente na sede da futura freguesia de Golpilheira, no qual existia “uma ermida, da invocação de Jeus, na qual estão situadas duas capellas de missas” e a Ermida de N^a. Senhora da Vitória, levantada por D. João I junto ao Convento “porque, como os officiaes que trabalhavam n’ella, pedreiros, cabouqueiros e servidores, eram muitos em numero, por não irem á missa a Porto de Moz, que ficava sendo para eles trabalho excessivo, porque dista da batalha légua e meia, mandou fazer esta ermida” (O Couseiro, 1868, 107).

Uma descrição breve da freguesia da Batalha em meados do século XVII, contida no Portugal Sacro-Profano (1767), dá conta que a referida paróquia do Bispado de Leiria, tendo por orago a Santa Cruz e Pároco, “Vigário colado da apresentação da Mitra, rende cincoenta mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria huma e meia, tem cento e vinte fogos”. A concluir transcreve-se, do IAN/TT (2006), o seguinte: “Foi vigararia da apresentação da Mitra de Leiria. Foi concelho extinto por Decreto de 7 de Setembro de 1895 e anexado ao de Leiria, sendo restaurado por Decreto de 13 de Janeiro de 1898”.

▪ Por sua vez a paróquia de Reguengo do Fetal, da invocação de N^a Sr^a dos Remédios, situado em terra de difícil acesso na parte interior do município, “é uma povoação antiquíssima segundo se colige de uma inscrição que está na capella da torre d’esta freguesia, já era povoada no tempo dos romanos” (Leal, 1878.VIII, 109). Mais adiante, escreve (op. cit., 110): “Mesmo como parochia catholica, esta freguesia é mais antiga do que o bispado de Leiria, pois foi creada por D. Pedro, bispo da Guarda e prior-mór do real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a requerimento dos povos do Reguengo, em 1512”. Até então pertencia à paróquia de São Martinho (Leiria), aonde os fregueses tinham obrigação de se deslocar nas datas festivas de Corpo de Deus e de São João Baptista (loc. cit.). A evocação da Senhora dos Remédios, “relembra a Virgem Maria como único remédio para todos os nossos trabalhos, angústias, necessidades e doenças”⁷⁸.

Afirma o mesmo autor (loc. cit.) que esta ligação a S. Martinho manteve-se depois da criação do Bispado de Leiria, quando “os parochianos do Reguengo obtiveram um breve apostólico para que dos dízimos se pagasse a ‘ordinaria’ ao capelão, obrigando-se eles a darem anualmente, um círio, de uma libra de peso, á igreja de S. Martinho, d’onde haviam sido desmembrados. O cirio era dado no domingo de Paschoa”.

De acordo com a Enciclopédia Católica Popular⁷⁹, “Círio”, consiste em: “1. Nome que se dá às *velas usadas na liturgia e em especial ao ‘círio pascal’, símbolo de Cristo ressuscitado, que se benze e acende na Vigília Pascal e permanece aceso nas celebrações até à Ascensão. 2. Também se dá este nome

78 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

79 <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 23MAR13

às romagens a santuários marianos que se fazem com grande afluência de romeiros no Oeste do Patriarcado de Lisboa (Senhora do Cabo e Nazaré)”.
A designação desta paróquia traduz a sua relação com sítios religiosos da freguesia: Fetal, como invocação de Nossas Senhora da Fé, sendo que “o nome de Fé se mudou a Fetal, a respeito da feteira em que apareceu a Senhora à menina” no lugar da Feteira, onde pediu para que ali “lhe fizessem uma ermida e n’ella pozessem a imagem de N. Senhora, e chamassem N. Senhora da Fé” (O Couseiro, 1868, 90). A ermida então construída passou a local de peregrinação de muitos romeiros da região (Leal, 1878.VIII, 111).

O acréscimo de, Magueixa deve-se à invocação da ermida de Santa Iria – “Santa de mais de ser portuguesa, se tem por tradição constante n’este bispado que é natural do lugar da Torre” (O Couseiro, 1868, 92) - no lugar da Torre de Magueixa, mantendo-se tal designação de Reguengo da Magueixa até 1910. Nesta data passou a designar-se por Reguengo do Fetal e o seu território desmembrado para a formação de outras unidades civis e religiosas. Anteriormente, já na década de 1610-1620, foi-lhe desanexada uma parcela para a criação da freguesia de S. José, do Alqueidão da Serra (hoje do Concelho de Porto de Mós). E em 1916 operou-se nova desanexação desta vez para criar a freguesia civil de S. Mamede, que foi constituída em Paróquia em 1920.

De acesso difícil à sede do concelho e futura Vigararia, a antiga paróquia contava à data da sua criação com 80 vizinhos (Leal, 1878.VIII, 111) e dominava o território circundante da Serra de São Mamede onde se situavam pequenos lugares e “casais de pastoreio e lavoura, habitados quer sazonalmente, alguns, quer permanentemente, outros, pelos vizinhos do Reguengo de Magueixa” (op. cit. 18). Acrescenta o referido autor (loc. cit.) que, “desde meados de Quinhentos e, mais em particular, depois dos acontecimentos miraculosos que deram origem ao culto e Santuário de Nossa Senhora da Fé, logo depois do Fetal, situáveis à volta de 1585, que a povoação começou a ser comumente designada Reguengo ou Reguengo do Fetal. O pequeno santuário foi bastante concorrido pelos fiéis da região.

Na actualidade o site oficial da Diocese⁸⁰ refere o seguinte:
“A Leste da airosa e pitoresca povoação do Reguengo do Fetal, a dois passos de Leiria, Batalha e Fátima, sobre um gracioso outeiro, donde se pode disfrutar surpreendente panorama, com a concha do Reguengo aos pés e flanqueado pela estrada coleante que das bandas do ocaso conduz a Fátima, encontra-se situado um dos mais devotos e vetustos santuários marianos do centro do País: - Nossa Senhora da Fé ou do Fetal. A encantadora e ingénua história da origem deste templo corre ainda hoje viva, de boca em boca, entre os moradores e vizinhos desta terra, cheia de gloriosas tradições cristãs. E reza assim: - Era uma vez uma pastorinha, que apascentava o seu rebanho pelas encostas áridas e ermas do Reguengo. Em ano de grande e apertada estiagem,

Na actualidade o site oficial da Diocese⁸⁰ refere o seguinte:

“A Leste da airosa e pitoresca povoação do Reguengo do Fetal, a dois passos de Leiria, Batalha e Fátima, sobre um gracioso outeiro, donde se pode disfrutar surpreendente panorama, com a concha do Reguengo aos pés e flanqueado pela estrada coleante que das bandas do ocaso conduz a Fátima, encontra-se situado um dos mais devotos e vetustos santuários marianos do centro do País: - Nossa Senhora da Fé ou do Fetal. A encantadora e ingénua história da origem deste templo corre ainda hoje viva, de boca em boca, entre os moradores e vizinhos desta terra, cheia de gloriosas tradições cristãs. E reza assim: - Era uma vez uma pastorinha, que apascentava o seu rebanho pelas encostas áridas e ermas do Reguengo. Em ano de grande e apertada estiagem,

80 <http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Artigo.php&recordID=583>

andava ela, um dia ali no cabeço, onde agora se encontra o santuário de Nossa Senhora, e, vendo-se ela cheinha de fome, as suas ovelhinhas tísicas de todo, só com pele e osso, sem febra de verdura para retouçar, encheu-se de tristeza e largou-se a chorar. Erguendo do regaço o rosto magoado e com os olhos inundados de lágrimas, viu com surpresa, no meio dum tufo de fetos, uma estranha Senhora, que lhe falou assim:

- Porque choras tu, minha menina?

- Tenho fome ...

- Vai pedir pão à tua mãe.

- Já lho pedi, mas ela não o tem.

- Vai a tua casa, - insistiu a Senhora -, e torna a dizer-lhe que te dê pão.

Dize-lhe que uma Mulher te mandou dizer-lhe que está pão na arca. Efectivamente, verificou-se que a arca estava inexplicavelmente cheia de fresco e saboroso pão, que mais parecia ter sido amanhado por mãos de anjos do que por mãos de hábil padeiro. Voltando de novo, já satisfeita e alegre ao sítio onde a Senhora lhe aparecera, eis que a pastorinha mais uma vez a pôde ver e com Ela dialogar, recebendo então dos Seus lábios a seguinte mensagem:

Dize à gente do teu lugar que Eu sou a Mãe de Deus e quero que, no sítio deste fetal, me edifiquem uma ermida, na qual Eu seja louvada e venerada. A fama do caso espalhou-se com a rapidez do relâmpago e logo ali acorreu, em justificado alvoroço grande e esperançada multidão, achando naquele mesmo sítio uma pequenina e misteriosa imagem de Nossa Senhora e, junto dela, uma fonte miraculosa, com cujas águas se começaram a alcançar assinaladas graças do Céu. Com o produto das promessas e outras esmolas, fácil e rapidamente se construiu uma pequenina ermida, onde se expôs à veneração dos fiéis a miraculosa imagem ali encontrada. Ignora-se em que época se deu a aparição, bem como a data da construção da primitiva ermida de Nossa Senhora do Fetal.

Mais tarde, em 1585, edificou-se um templo mais amplo e mais sumptuoso, aonde acorriam, em tempos idos e durante todo o ano, grandes e numerosas levas de peregrinos, alguns vindos de muitas léguas de distância; e aonde ainda hoje afluem numerosos devotos, principalmente na Quaresma, a cantar o terço do Rosário; no mês de Maio, a ofertar flores; e dos fins de Setembro, até ao primeiro Domingo de Outubro, a preparar com solene novena a tradicional festa de Nossa Senhora do Fetal, que se celebra nessa data. O maior atractivo, deveras espectacular, desta festividade, reside nas deslumbrantes iluminações dos caracóis. O Rei D. Duarte confirmou uma provisão antiga da Confraria que autorizava a colheita de esmolas, para manter o culto.

Teve o Santuário de Nossa Senhora do Fetal dois Capelães para atender os peregrinos e celebrar todos os dias duas missas e, por provisão de D. João III, era distribuído um Bodo aos Confrades e Mordomos. D. Maria I, por

provisão de 1791, autorizou uma Feira Franca no 1º Domingo de Outubro. O Bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar, aplicou no Hospital, que dele tomou o nome, boa parte das ofertas feitas pelos fideis, ao Santuário de Nossa Senhora do Fetal, e, por isso, mandou da Sé de Leiria para ali, a título de compensação, dois artísticos altares com retábulos de talha e colunas salomónicas. No mês de Maio de 1896, D. José III, Cardeal Patriarca de Lisboa, ordenou ali preces públicas ad petendam pluviam, a que se associaram as freguesias circunvizinhas, nomeadamente a da Fátima, alcançando do Céu chuva abundante para os campos. Em memória deste acontecimento, concedeu o venerando Antístite 200 dias de indulgências a quem rezasse uma ‘Salvé Rainha’ diante da imagem de Nossa Senhora do Fetal. A Senhora do Fetal tornou-se, assim, um dos santuários mais conhecidos e mais visitados em todas estas redondezas.”

O Portugal Sacro-Profano (1768) faz uma síntese da paróquia do Reguengo, freguesia do Bispado de Leiria, que tem por orago Nossa Senhora dos Remédios sendo o Pároco, “Cura da apresentação do povo, e rende cento e dez mil réis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria duas, tem quatrocentos e setenta e sete fogos”. A evocação a N^a Sr^a dos Remédios, prende-se com os dotes atribuídos a Maria como “grande remediadora dos males de que os crentes se lhe queixavam”, como sucede noutros locais, como em Lamego⁸¹, onde foi construído um Santuário evcando a mesma dignidade”.

Em suma, a paróquia de Reguengo da Magueixa, “Foi curato da apresentação dos fregueses. Pertenceu ao concelho de Leiria e por Decreto de 24 de Outubro de 1855 passou para o de Alcobaça. Em 1862 já fazia parte do concelho da Batalha.” Depois de 1910 esta paróquia passou a ser designada por Reguengo do Fetal. Citando a wikipédia⁸², “Reguengo significa Terra do Rei”. Até 1820, o rei, os conventos, as obras religiosas e as famílias nobres tinham certos direitos sobre as povoações, no que diz respeito a impostos e ao aproveitamento de infra-estruturas, naquele ano (1820), com a Revolução Liberal, tudo mudou. Quanto ao nome Fetal, é muito mais recente, datando apenas do séc. XX. Anteriormente esta terra chamou-se Reguengo da Magueixa e mais tarde apenas Reguengo. Fetal foi a forma de distinguir esta freguesia de centenas de outras com o mesmo nome, e também para homenagear N^a Sr^a do Fetal, que desde o séc. XVIII tem em Reguengo uma ermida da sua invocação”.

▪ Como freguesias mais antigas da mesma vigararia, contam-se as paróquias de S. Vicente de Aljubarrota, com referências à sua existência em 1429 (O Couseiro, 1868, 260), a paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres de Aljubarrota, anexada ao Bispado Novo de Leiria em 1614 e a paróquia do Juncal, já existente em meados de Quinhentos, em 1554 (op. cit., 251). O

81 <http://student.dei.uc.pt/~bmelo/remedios.html> 8MAI13

82 http://pt.wikipedia.org/wiki/Reguengo_do_Fetal 1MAI13

padroeiro adoptado por aquela paróquia de Aljubarrota – São Vicente – igualmente presente noutras paróquias desta diocese – celebrado a 22 de janeiro, evoca⁸³ o “diácono de Zaragoza y mártir, que durante la persecución bajo el emperador Diocleciano hubo de sufrir cárcel, hambre, potro, láminas candentes, hasta que, en Valencia, en la Hispania Cartaginense (hoy España), voló al cielo a recoger el premio del martirio (304).”

Regista a mesma fonte Seiscentista: “Antes de se entrar na villa d’Aljubarrota, aonde está uma ermida, da invocação de S. Vicente, que se chama S. Vicente o Velho, estava a freguesia antiga, da mesma invocação; que inclui o que de presente tem a que se chama S. Vicente o Novo; era anexa, como é, das de N. Senhora de S. Pedro de Porto de Moz, cujos beneficiados receiando que lh’a desanexassem, interpozeram uma apelação sobre isso para Roma, no anno de 1429 com o que ficaram seguros”. A antiguidade e extensão desta unidade paroquial é comprovada pela existência de diversas ermidas com as suas obrigações, confrarias e romagens, custeadas pelos fregueses.

Sobre a mesma paróquia, refere Leal (1873.I, 136) ser “povoação antiquíssima, provavelmente fundada pelos celtas. No tempo dos romanos era uma grande cidade, com o nome de ‘Arruncia’”. Por sua vez O Couseiro (1868, 263), anota: “Na mesma villa d’Aljubarrota há mais uma igreja parochial, da invocação de N. Senhora dos Prazeres; na qual por estar dentro na villa, somente há sacrário e n’elle o SS. Sacramento; e d’esta igreja se administra a todos os enfermos, assim d’esta como da freguesia de S. Vicente, por seus parochos: por quanto na de S. Vicente, por estar fóra da villa não há sacrário. Tem esta igreja um vigário perpetuo, que é do provimento do geral d’Alcobaça (...)”. A padroeira desta freguesia religiosa, de invocação mariana, foi espalhada pelos navegadores portugueses de Quinhentos, evoca a Senhora das Sete Alegrias⁸⁴, evocada pelos Franciscanos no Rosário da sua Irmandade.

A influência árabe na designação deste lugar, comum a outras localidades do Oeste, confirma a presença mourisca antes da Reconquista e a preferência deste povos pelas terras do litoral, mais fáceis de atravessar e de dominar do que as serranias estremenhas. Contudo a importância crescente da vila deve-se à batalha aí travada em 14 de Agosto de 1385 entre as forças leais a D. João I de Portugal e as de D. João I de Castela e aos acontecimentos daí decorrentes com a afirmação da nova dinastia Joanina.

Evocando esse passado, regista O Couseiro (1868, 265) que à data da preparação das Memórias do Bispado de Leiria, a pá da forneira de Aljubarrota estava guardada no paço do concelho e “em uma rua d’esta praça se fez uma calçada d’ossos de castelhanos que morreram n’aquella celebre batalha; a qual, pelo tempo adiante, se foi reformando com ossos de animaes (...)”.

83 <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=702> 6MAI13

84 <http://ofs-luz.blogspot.pt/p/coroa-das-sete-alegrias-de-nossa.html> 9MAI13

As duas freguesias da vila, pertencentes desde 1835 ao concelho de Alcobaça, eram da “vigarraria que o abbade de Alcobaça apresentava, por ser um dos seus coutos (...)”. Tal facto é realçado por Leal (1873.I, 138) que indica ter obtido foral em 1316 e ter sido paróquia “reitoria ou vigarraria com grandes rendas, que o cardeal rei dividiu por as freguezias de Cella, Évora, Turquel, etc.”. Esta descrição está suportada na descrição de O Couseiro (1868, 263) que regista: “segundo a tradição dos velhos d’esta villa, esta igreja foi priorado, muito antigo e grande, que enchia esta villa e as de Évora e Turquel (...) que se extinguiu e se fez vigairaria (...)”.

O resumo das paróquias de Aljubarrota contido no Portugal Sacro-Profano (1767), refere o seguinte:

“Aljubarrota no Bispado de Leiria, tem duas Freguezias. N. Senhora dos Prazeres, o Paroco he Vigaria da apresentação do D. Abbade de Alcobaça, rende duzentos mil reis; dista de Lisboa dezoito léguas, e de Leiria quatro, tem sessenta e cinco fogos. S. Vicente Martyr, o Paroco he Cura, que apresentão com alternativa as duas Collegiadas de S. pedro, e Santa Maria de Porto de Móz, rende setenta mil reis, tem setenta e três vizinhos”. Em “1833, com a extinção da Ordem de Cister, Aljubarrota perde importância administrativa em relação a Alcobaça, acabando por perder o estatuto de sede de concelho em 1855, hoje faz parte do concelho de Alcobaça”.⁸⁵

Apesar das mudanças operadas na administração religiosa e civil desta povoação, a sua centralidade em relação às vias de comunicação ficou atestada pela existência da Irmandade da Misericórdia e hospital do Espírito Santo o qual, à data da redacção de O Couseiro (1868, 267), estava obrigado a dar aos passageiros “lenha, agua, sal, azeite, e aos eclesiásticos cama e mais agasalho; n’elle se curam os pobres enfermos da terra, e o convento d’Alcobaça lhe dá por esmola, médico e botica”.

A prosperidade da povoação de Aljubarrota deve-se à conjugação de diversos factores, indicados no site oficial da C. M. Alcobaça sobre as duas paróquias de Aljubarrota:⁸⁶ “terra repleta de riquezas agrícolas, com abundância de vinho, azeite, legumes e árvores de fruto de toda a variedade. A terra está a desenvolver-se no aspecto comercial e turístico. Não só dentro da povoação como principalmente nos lugares, a indústria está em franco progresso. Quanto à exploração de pedreiras, estas situam-se nos lugares dos Casais de Santa Teresa, Moleanos e Ataíja de Cima, onde existe a indústria de pedra e vidro branco e azul. Encontramos ainda diversas oficinas de serralharia, bate-chapas e mecânica.”

▪ Por sua vez a paróquia do Juncal regista vestígios de ocupação romana, assim descritos por Leal (1876.VII, 573): “Perto do Juncal, nos sítios das ‘Barreiras-Caientas’ e ‘Ribeira de Andão’ (...), há também manifestos vestígios de uma antiquíssima povoação. Tem aqui aparecido fragmentos de telha,

85 <http://www.jf-aljubarrota.pt/SaoVicente/svicente.htm> 12MAR13

86 <http://www.cm-alcobaca.pt/index.php?ID=1895> 1MAI13

tijolo, potes e outros vasos, tudo feito de barro vermelho; e instrumentos de ferro, completamente oxidados”. A expressão da indústria do barro e caulino em tempos anteriores e na actualidade, tem subjacente a tradição de trabalhar o barro e a disponibilidade de depósitos argilosos para a laboração industrial e fabrico de louças e de materiais para a construção.

Nesta paróquia do Juncal, termo da vila de Porto de Mós, “estava uma ermida, da invocação de S. Miguel, que também era anexa da de N. Senhora dos Murtinhos, cujos beneficiados iam, por turno, a ella dizer missa, nos domingos e dias de guarda, aos moradores do dicto lugar (...)” (O Couseiro, 1868, 250). Por sua vez, o resumo desta paróquia contida no Portugal Sacro-Profano⁸⁷ (1767), regista que esta “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Miguel, o Pároco he Cura da apresentação do povo, rende trezentos e oitenta alqueires de trigo: dista de Lisboa dezoito léguas, e de Leiria quatro, tem trezentos e oitenta fogos”.

A evocação de S. Miguel (Arcanjo)⁸⁸, assenta no seguinte: “S. Miguel (= ‘Quem como Deus’?) é o príncipe dos Anjos, identificado, por vezes, como o Anjo do turíbulo de ouro de que fala o Apocalipse. É o Anjo dos supremos combates. É o melhor guia do cristão, na hora da viagem para a eternidade. É o protector da Igreja de Deus (Apoc. 12-19).”

O crescimento desta paróquia anda ligada à exploração agrícola e à actividade da indústria cerâmica, presentes no brasão da freguesia o qual, além de “Escudo de verde e Coroa mural de prata de quatro torres”, conta ainda com⁸⁹ “Duas bilhas de ouro, com tampa e asa do mesmo, a da dextra volvida representando a fábrica de cerâmica fundada em 1770, pelo ceramista José Rodrigues da Silva e Sousa, que para além de proporcionar uma maior oferta de emprego, contribuiu também para o desenvolvimento sócio-ecómico do Juncal. Em chefe voo de prata, realçado de negro, representando o orago de Juncal, S. Miguel, assim como a religiosidade da população. Em ponto, junco de ouro, arrancado de quatro hastes postas em orla, floridas e frutadas do mesmo, representando o topónimo Juncal, que designa ‘um terreno onde abundam os juncos”.

▪ A freguesia de Alpedriz anexada ao Bispado Novo de Leiria em 1614, conjuntamente com a paróquia de N^a Sr^a dos Prazeres de Aljubarrota, tem como sede a vila de Alpedriz, povoação antiga de origem árabe não integrada nos Coutos de Alcobaça. Refere o citado autor (Leal, 1873.I, 159), ser “fundação dos árabes, no séc IX, os quês lhe deram o nome de ‘Abidriz’ (...), ‘Driz’ é nome próprio de home, ‘Abi’ significa ‘pae’. Vem pois a ser ‘Povoação do pae de Driz”’. Tomada aos mouros em 1147 por D. Afonso Henriques, e com foral datado de 1150, foi esta vila sede da Ordem de Aviz

87 Obs: Niza, Paulo Dias - Este autor é tido como sendo o pseudónimo do Peº L. Cardoso

88 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=164 6MAI13

89 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=73> 1MAI13

para aqui transferida antes da sua fixação nas terras do sul, então merecedoras de povoamento e defesa. Esta posse valeu-lhe o privilégio de ter caseiros da Ordem de S. Bento de Aviz, dependentes desta ordem e não dos Coutos de Alcobaça.

Por sua vez regista O Couseiro (1868, 267), que a respectiva igreja paroquial, da invocação de N. Senhora da Esperança, “é priorado, e o foi muito antigo com beneficiados; e era da invocação de Santa Maria Magdalena (...). Tem a paróquia 150 fogos, mais ou menos”. A função administrativa da villa era assegurada pelos ‘juizes e vereadores’, havendo ainda “procurador do concelho, cadeia e açougue” (op. cit., 268). Sobre a mesma, lê-se no Portugal Sacro-Profano (1767): “Alpedriz, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Esperança, o Paroco he Prior da apresentação do padroado Real, rende duzentos mil reis: dista de Lisboa vinte léguas, e de Leiria três, tem cento e vinte e cinco vizinhos”.

A paróquia de Alpedriz, tal como a paróquia de Pataias, têm como orago Nossa Senhora da Esperança, sobre a qual recolhemos a nota seguinte⁹⁰: “O culto a Nossa Senhora da Esperança data de muitos séculos; tornou-se mais intenso na época dos descobrimentos pela fé dos navegadores que, sob a protecção da Virgem Maria, aventuravam-se ‘por mares nunca d’antes navegados’. Em Belmonte, terra natal de Pedro Álvares Cabral, venerava-se Nossa Senhora da Esperança.

A imagem, pesando 90Kg, é esculpida em pedra, tem o Menino Jesus no colo, olhando para uma pomba pousada no braço direito de Maria. Conta a história que o rei Dom Manuel, no dia 8 de Março de 1500, domingo, após a missa celebrada pelo Bispo Dom Diogo Ortiz, vendo as caravelas prontas para zarparem entregou a Pedro Álvares Cabral o estandarte régio e a imagem de Nossa Senhora da Esperança. No dia 22 de Abril, após a travessia do Oceano Atlântico, Cabral ancorava com sua frota em Porto Seguro. No dia seguinte, Domingo, todos participavam da Santa Missa celebrada por Frei Henrique de Coimbra e no altar improvisado, erguido à sombra da cruz, pousava a imagem de Nossa Senhora da Esperança.”

A expressão desta antiga vila e concelho – extinto em 1836 – evoca a relevância histórica de um passado ligado ao crescimento e consolidação da Monarquia⁹¹ e mesmo depois da República, mas que não conseguiu afirmar-se como centro de povoamento atractivo face ao crescimento de outros centros próximos, nomeadamente de Pataias, e das possibilidades de emprego disponíveis nas indústrias e serviços. Assim, o mapa da distribuição das freguesias nesta área realça a importância de um povoamento antigo e a acção dos Monges Bernardos, proprietários da maior parte dos bens fundiários que alimentavam a sua actividade monástica, religiosa e de ensino na região. Para

90 <http://blog.cancaonova.com/nossasenhora/2011/04/14/nossa-senhora-da-esperanca/7MAI13>

91 Cf: Alpedriz: <http://www.alpedriz.com/home.htm> 1MAI13

além das actividades agrícolas tradicionais centradas na agricultura - vinho e frutas - e silvicultura, a indústria cerâmica tem raízes antigas nesta área, em particular no Juncal, onde existe desde os tempos do Marquês de Pombal. Pela sua situação geográfica esta povoação dispunha de depósitos cerâmicos de qualidade e de uma situação privilegiada próxima da Estrada Real, de Lisboa ao Porto

As paróquias mais recentes desta vigararia são Calvaria e Golpilheira.

▪ Calvaria de Cima⁹², é uma freguesia desmembrada de terras de Porto de Mós e da Batalha, foi criada em 1925 sob invocação de Santa Marta⁹³, “irmã de Maria e de Lázaro. Quando recebia o Senhor em sua casa de Betânia, servia-O com grande diligência, e com suas orações obteve a ressurreição de seu irmão.” Refere o site oficial da autarquia que⁹⁴ “De invocação a Santa Marta, a Igreja Matriz da Calvaria de Cima foi erigida em 1957 no local onde antes se encontrava uma ermida em honra de Santa Catarina, de 1612. A antiga ermida de Santa Catarina foi demolida e ampliada em 1722 e passou a ser dedicada a Santa Marta. No entanto, apenas em 1957 foi construído o templo atual, no mesmo local.”

A evocação de Santa Marta, celebrada a 29 de Julho, é apresentada⁹⁵ nos seguintes termos: “Santa Marta, que tem seu testemunho gravado nas Sagradas Escrituras. Padres e teólogos encontram em Marta e sua irmã Maria, a figura da vida ativa (Marta) e contemplativa (Maria). O nome Marta vem do hebraico e significa ‘senhora’. No Evangelho, Santa Marta apresenta-se como modelo ativo de quem acolhe: ‘... Jesus entrou em uma aldeia e uma mulher chamada Marta o recebeu em sua casa (Lc 10,38). Esta não foi a única vez, já que é comprovada a grande amizade do Senhor para com Marta e seus irmãos, a ponto de Jesus chorar e reviver o irmão Lázaro. A tradição nos diz que diante da perseguição dos judeus, Santa Marta, Maria e Lázaro, saíram de Bethânia e tiveram de ir para França, onde se dedicaram à evangelização. Santa Marta é considerada em particular como patrona das cozinheiras e sua devoção teve início na época das Cruzadas.”

Regista a nota sobre a freguesia que o seu brasão oficial, constando de um “Escudo de prata, pinheiro de verde, frutado de vermelho, sangrando resina de ouro para um vaso de vermelho; o pinheiro entre uma bilha à dextra e uma roda dentada à sinistra, ambas de vermelho; em chefe, espada de vermelho, guarnecida do mesmo e posta em faixa. Coroa mural de prata de três torres. (...)”, contém ainda como elementos identificativos, a saber: “Espada: representa um dos mais importantes factos históricos ocorridos na área do

92 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=72> 1MAI13

93 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=116 6MAI13

94 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=270> 6MAI13

95 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=29&mes=7> 7MAI13

território desta freguesia: Batalha de Aljubarrota. Pinheiro: Representa a vasta zona natural, suporte de algumas atividades económicas da freguesia, como a indústria de serração, do mobiliário e da exploração de resina. Bilha e roda dentada: representam respectivamente, o artesanato e a cerâmica artística, assim como as características industriais desta freguesia”.

▪ Golpilheira, criada em 1984, servida religiosamente pela Paróquia de Santa Cruz – Batalha. Apesar da proximidade ao centro administrativo do município esta nova freguesia tem vindo a acolher um conjunto de empresas e serviços que em muito beneficia a dinâmica económica deste antigo concelho. No conjunto das actividades humanas, realça-se a importância da agricultura, sobretudo na área litoral e no vale do Lena e a exploração dos recursos naturais relacionados com a pedra e o caulino, tendo esta dado origem à indústria cerâmica e de porcelanas.

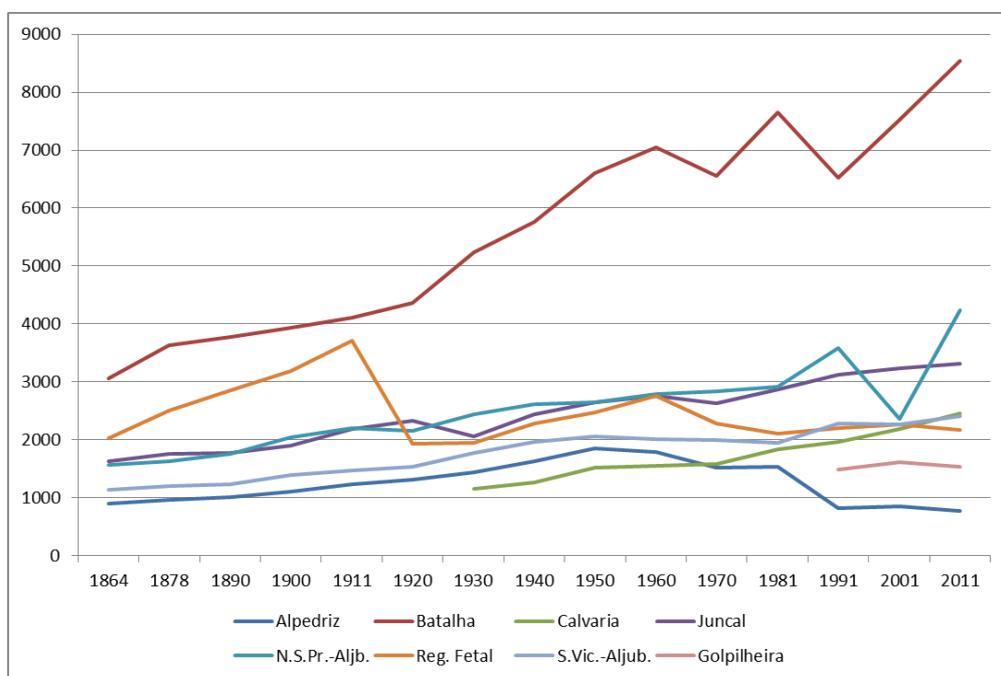
Para além das mesmas, o fabrico de mobiliário e de manufacturas metálicas, são actividades que se foram acentuando com a evolução do tráfego no eixo rodoviário de Lisboa-Porto. Este levou à intensificação da actividade industrial dos municípios de Batalha e Porto de Mós, bem como ao crescimento do comércio, sobretudo nas áreas dotadas de maior acessibilidade a este eixo de circulação rodoviária. Estes aspectos são reforçados pela evolução da população e sua distribuição por actividade.

Fazendo fé nos dados dos censos da população, podemos notar a sua evolução, ao tempo do Bispado Novo e da Diocese restaurada. Nas primeiras datas, 1864 e 1878, a população torna-se mais numerosa na sede do concelho da Batalha e em Aljubarrota. Das demais, apenas a paróquia de Alpedriz surge com uma população mais esparsa e reduzida, num período em que as actividades rurais, as trocas comerciais e a pequena indústria cerâmica asseguravam a subsistência dos habitantes desta área. Depois de 1920, verifica-se um acréscimo quase global da população da Vigararia, movimento este que acompanha a evolução da própria sociedade portuguesa e a tendência geral para a concentração dos habitantes e serviços nas sedes administrativas dominantes.

Disso é exemplo o crescimento efectivo da população na Batalha, sede de concelho, dotada de melhores acessibilidades físicas e administrativas. Já a paróquia de N^a Sr^a dos Prazeres de Aljubarrota, bem como a sede do concelho, viram a sua população triplicar durante este largo período intercensitário. Nas demais, esse movimento identifica-se com o dos núcleos rurais mais antigos – caso de Reguengo do Fetal e Alpedriz – que registam, a partir de meados do século passado, uma perda de habitantes.

No seu conjunto a evolução demográfica nesta Vigararia, registada no século passado e na actualidade, acompanha o movimento de industrialização, urbanização e terciarização crescentes, geradoras de novas dinâmicas sócio-económicas e demográficas que acentuaram o peso da Vila da Batalha sobre as demais freguesias e povoações que fazem parte desta unidade vicarial.

Figura 6 - População: Vigararia da Batalha



3. Vigararia de Colmeias

Um traço físico comum à Vigararia das Colmeias decorre da sua localização em área acidentada, que antecede os patamares mais elevados da linha de cumeadas das Serras de Sicó e dos Candeeiros. Daí o traçado de linhas de água com vales mais vigorosas que na área do litoral e a presença de solos de cultivo melhorados pela prática antiga do regadio e de uma policultura e recollecção que garantiram a subsistência da população.

Estas circunstâncias, bem como a localização dos núcleos mais antigos de povoamento em área mais afastada do litoral e das ameaças de povos invasores e ocupantes chegados por via marítima, foi determinante para a construção de casais que se constituíram como sedes das paróquias mais antigas de Colmeias, Vermoil, S. Simão de Litém e Espite (O Couseiro, 1868, 138). Entre si estes núcleos de povoamento partilhavam uma localização próxima das vias de circulação mais antigas do reino, que acompanhavam a depressão marginal da orla atlântica. Esta situação permitia-lhes ainda, dada a sua localização de charneira entre o campo e a serra, entre economias diferenciadas de base agrícola ou de natureza recolectora, garantir uma certa

função comercial. São estas paróquias das mais antigas da Diocese de Leiria, datadas do século XIII ou mesmo de épocas anteriores.

▪ Refere O Couseiro (1868, 139) que o núcleo primitivo da sede desta vigararia de Colmeias estaria situada em Alcovim e o seu castelo “entrava na linha de castelos que corria de Soure a Thomar”. Inicialmente pertença dos Templários foi este território “um rico e vasto priorado, de que posteriormente se formaram quatro freguesias” (Leal, 1874.II, 362). A extinção daquela ordem religiosa permitiu a transferência dos seus bens para o domínio de Santa Cruz de Coimbra e depois para o prelado de Leiria. Regista ainda o referido texto (op. cit., 141-142) que “no anno de 1567 tinha esta parochia cento e oitenta fogos, e n’elles pessoas de sacramentos quinhentos e quarenta e seis”.

Sobre esta freguesia, escreve o Portugal Sacro-Profano (1767): “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Miguel, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cento e cincoenta mil reis: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Leiria três, tem cento e quatorze fogos”. S. Miguel Arcanjo, conjuntamente com S. Gabriel e S. Rafael, é considerado como um dos “puros espíritos que também são denominados Anjos” (Credo do Povo de Deus)⁹⁶. A designação de Arcanjo “é o nome dado ao anjo que ocupa a segunda classe em sua hierarquia celestial religiosa (...) o Príncipe da Milícia Celeste, ao qual travou no Céu um combate com o Demônio.”⁹⁷

Situada em “terra muito fértil e povoação muito antiga” (Leal, 1874.II, 362), Colmeias conseguiu atrair novos moradores, responsáveis pela criação de novos lugares, como Memória, onde os fregueses, em ermo, “fizeram no anno de 1625” (O Couseiro, 1868, 144), uma capela em honra de N. Senhora da Memória. Sobre a edificação desta ermida relata a referida fonte (op. cit., 224) as romagens dos povos de Colmeias e de Espite à igreja de N^a Senhora da Purificação (Seiça – Ourém) e ao que se passou neste local:

“Indo um anno a procissão, andava n’aquelle sítio em que está de presente a ermida de N. Senhora da Memoria, um homem lavrando e tinha consigo um menino, filho seu, e lhe disseram os que iam na procissão que a acompanhasse, ao que respondeu que não podia, porque estava a veiga semiada e tinha alli os bois; e passada a procissão logo veio a mesma ave⁹⁸ e lhe matou o menino: e vendo-o elle morto, largou bois e tudo mais, e foi á egreja da Senhora, e quando tornou achou o menino vivo, e bois de modo que os deixara; e em memoria d’este milagre, dizem, se fez a dicta ermida da

96 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=164 6MAI13

97 http://obravidanovasantododia.blogspot.pt/2011_09_01_archive.html 7MAI13

98 Tratava-se de uma águia, que “matava todas as crianças a que podia chegar, com a qual perseguição se encomendaram os moradores d’ellas a esta Senhora, e fizeram voto de todos os anos irem em procissão á sua casa (...) se a Senhora os livrasse de tão grande mal” (O Couseiro, 1868, 224)

invocação de N. Senhora dos Milagres”. Esta evocação tem a ver com “os grandes prodígios operados pela mãe de Deus, Onipotência suplicante e canal de toda as graças”⁹⁹ também reconhecida pelo título de Senhora da Boa memória.

Apesar do seu passado mais produtivo, Colmeias acabou por sofrer os mesmos efeitos da fuga de gentes, quando da decadência das actividades agrícolas de subsistência e aumento dos postos de trabalho nas vilas e cidades do litoral. Daí a perda da prosperidade de outrora, situação que veio a melhorar em Novecentos apesar da mobilidade da população portuguesa por via do êxodo rural, da atracção urbana e da emigração, fenómenos contrabalançados pela industrialização e terciarização da sociedade local e da sociedade portuguesa, registados no decurso da última metade do século passado.

Do site oficial desta autarquia transcrevemos o relato da evolução económica da freguesia na sua ligação à vida do concelho de Leiria¹⁰⁰: ”E é a partir desse ano de 1888 que o concelho vai iniciar o processo que o levará a dar o grande salto em frente, atingindo o final da primeira metade do século XX com uma indústria de certo modo florescente, para vinte anos depois, registar índices de crescimento acelerado. Actualmente zonas industriais como as de Alto Vieiro, Parceiros, Boavista, Pousos, Maceira, Marrazes e Colmeias, apresentam valores elevados de ocupação de mão-de-obra, dando expressão económica e dimensão demográfica de vulto ao município, cabendo à cidade o papel de motor da região centro.”

Na referência às paróquias outrora pertencentes aos domínios de Colmeias, identificam-se Vermoil, Espite e a S. Simão de Litém, que conferem a estes núcleos de povoamento uma memória histórica relevante e domínios territoriais alargados que estiveram na origem da criação de novas freguesias e unidades paroquiais.

▪ Vermoil, “terra fértil em cereaes, vinho, legumes, fructas, linho e outros géneros agrícolas” (Leal, 1882.X, 308), banhada pela ribeira de Litém assim designada até Pombal e a partir daí com o nome de rio Arunca. Sobre a mesma paróquia regista O Couseiro (1868, 145), ter à data da sua preparação “setecentas pessoas de sacramento, pouco mais ou menos: há n’ella uma formosa ribeira, que se rega com um rio que corre por ella” e algumas capelas das quais realçamos: na futura freguesia de Carnide, uma da invocação de S. Elias e em Meirinhas, outra da invocação de S. Francisco.

Do Portugal Sacro-Profano (1767-1768), retiramos o seguinte: “Vermoil, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Conceição, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende duzentos mil reis: dista de Lisboa vinte e seis léguas, e de Leiria três, tem quatrocentos e noventa e hum

99 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

100 http://freguesiadecolmeias.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=14&Itemid=1 3MAI13

vizinhos”. A escolha da padroeira, N^a Sr^a da Conceição - padroeira de Portugal - celebrada a 8 de Dezembro, corresponde a um título litúrgico¹⁰¹ pelo qual “os católicos professam a prerrogativa concedida unicamente a Nossa Senhora: Maria foi concebida sem a mancha do pecado original, e nasceu, portanto, sem o pecado original. Vale dizer: ela é toda santa, a cheia de graça, desde o momento de sua concepção.”

Na actualidade, o site oficial do município de Pombal descreve o seguinte: “De origem Medieval, foi aqui fundado um hospício que mais tarde foi transformado em Hospital. Este foi entregue aos cuidados dos monges beneditinos pertencentes ao Mosteiro de Agradas de Portela, termo de Vermoim. A acção dos monges beneditinos na região contribuiu de forma importante para o desenvolvimento da localidade, o que levou a população, reconhecida, a escolher para nome da terra a designação de ‘Alcagem de Vermoim’. Este nome foi evoluindo até à designação actual da freguesia: Vermoim”.

▪ Sobre a freguesia de S. Simão da Ribeira de Litem, anota O Couseiro (1868, 146-147), existirem nela uns “passaes, que são umas terras e matas; tem a freguesia quatrocentas e cinquenta pessoas de sacramento, pouco mais ou menos”. Já o Portugal Sacro-Profano (1767) dá conta, não desta paróquia, mas sim da “Freguezia no Bispado de Coimbra, tem por orago Sant-Iago, o Paroco he Vigario collado da apresentação de ElRei pelo Tribunal da Meza da Consciencia, rende quarenta mil reis: dista de Lisboa vinte e oito léguas, e de Coimbra oito, tem quatrocentos e trinta e dous moradores”. Esta a descrição da paróquia-mãe de S. Simão de Litem a qual, segundo Leal (1874.IV, 431), “não vem no ‘Portugal Sacro e Profano’ porque foi desmembrada da seguinte”, ou seja, de Sant-Iago, apontando-lhe a existência de 400 fogos.

A adopção do padroeiro S. Simão evoca a acção deste apóstolo - conjuntamente com S. Judas -, celebrados a 28 de Outubro. São Simão¹⁰² “tinha o cognome de Cananeu, palavra hebraica que significa ‘zeloso’. Nicéforo Calisto diz que Simão pregou na África e na Grã-Bretanha. São Fortunato, Bispo de Poitiers no fim do século VI, indica estarem Simão e Judas enterrados na Pérsia. (...). Outros dizem que Simão foi sepultado perto do Mar Negro; na Caucásia foi elevada em sua honra uma igreja entre o VI e o VIII séculos. Beda, pelo ano de 735, colocou os dois santos no martirológio a 28 de outubro; assim ainda hoje os celebramos. Na antiga basílica de São Pedro do Vaticano havia uma capela dos dois santos, Simão e Judas, e nela se conservava o Santíssimo Sacramento.”

101 http://www.nossasenhoraocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_daconceicao.asp
8MAI13

102 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?mes=10&dia=28>
7MAI13

Por sua vez, Judas¹⁰³ “nasceu em Caná e que tinha o denominativo de ‘Zelotes’. Judas, de sobrenome Tadeu, é o Apóstolo que na Última Ceia perguntou ao Senhor por que razão Se manifestava aos seus discípulos e não ao mundo (Jo 14, 22).” No site oficial do município de Pombal¹⁰⁴ retiramos o seguinte excerto: “Situada na margem direita da ribeira de Litém, foi desanexada da freguesia de Santiago de Litém. Conhecida pelas batalhas populares de que são famosos os cajados de Litém e onde se destacaram os habitantes de Vila Gaiteira, Vila Galega, Vila Pouca e Vila Verde.”

▪ Da freguesia de Espite – “cujo orago é S. João Baptista, tem cura da apresentação do prelado” (O Couseiro, 1868, 148), regista o mesmo texto ter a mesma “mais de quinhentas pessoas de sacramento”. Por sua vez o Portugal Sacro-Profano (1767) refere sobre a mesma: - “Espite, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. João Baptista, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cem mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria três, tem duzentos e setenta e seis vizinhos”. O padroeiro escolhido, S. João Baptista, filho de Zacarias – sacerdote judaico e de Isabel, prima de Maria - é reconhecido pelo baptismo de Jesus no rio Jordão e como pregador.

A evocação de S. João Baptista, também escolhido como orago da paróquia de Monte Real, evoca¹⁰⁵ o “único santo, com a Virgem Maria, de quem a Liturgia celebra o nascimento para a terra. Isso deve-se certamente, à missão única, que, na História da Salvação, foi confiada a este homem, santificado, no seio de sua mãe, pela presença do Salvador, que mais tarde, dele fará um belo elogio (Lc. 7, 28). Anel de ligação entre a Antiga e a Nova Aliança, João foi acima de tudo, o enviado de Deus, uma testemunha fiel da Luz, aquele que anunciou Cristo e o apresentou ao mundo. Profeta por excelência, a ponto de não ser senão uma ‘Voz’ de Deus, ele é o Precursor imediato de Cristo: vai à Sua frente, apontando, com a sua palavra e com o exemplo da sua vida, as condições necessários para se conseguir a Salvação. A Solenidade do Precursor é um convite para que conheçamos a Cristo, Sol que nos vem visitar na Eucaristia, e dêmos testemunho d’Ele, com o ardor, o desinteresse e a generosidade de João Baptista.”

Do site da autarquia local, transcrevemos o seguinte:¹⁰⁶ “A ocupação local remonta pelo menos ao Calcolítico. Mas a etapa mais emblemática é a romana com a vila de Arrochela face à magnitude dos materiais (alicerces, cerâmicas, pesos de tear, restos de forjas, colunas...). À extinção da povoação associa-se a

103 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=184 6MAI13

104 http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/freguesias/freg_ssimaio.php 3MAI13

105 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=96

106 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/espite/66-espite.html> 3MAI13

lenda de que por castigo da antropofagia ali praticada, a vila afundara-se de um sopro na terra”. Mais adiante, conclui (loc. cit.):

“Os declives e a natureza argilosa dos solos promovem o cultivo da vinha, geralmente da qualidade Fernão Pires, sendo o vinho produzido muito aromático. Recomenda-se inclusive, a visita a uma das maiores vinhas do concelho, que se estende ao longo das encostas da Arrochela. Espite é hoje uma freguesia marcada pela emigração e menos extensa que outrora (dela nasceram as freguesias de Caranguejeira, Cercal e Matas), mas não é destituída de vida própria, pelo que reúne postos de trabalho, bem como equipamentos sociais e desportivos dinamizadores da população.”

A fragmentação do território destes antigos núcleos de povoamento ficou marcada pela evolução da sociedade portuguesa e local, em Novecentos, com marcas da industrialização, melhoria das vias de circulação, acréscimo do comércio e serviços e consolidação do poder local. A cada um destes momentos corresponde a criação de novas unidades administrativas, abaixo descritas.

- Albergaria dos Doze, desmembrada da freguesia de São Simão de Litém, tendo como padroeira a Senhora da Apresentação. Esta celebração evoca a “apresentação de Maria, no Templo de Jerusalém”¹⁰⁷ e a “dedicação que Maria fez de Si mesma a Deus, já desde a infância, movida pelo Espírito Santo que a encheu de graça desde a sua Imaculada Conceição.” A data de 21 de Novembro recorda, também¹⁰⁸, a “dedicação (ano 543) da igreja de Santa Maria a Nova, construída perto do templo de Jerusalém”, festividade celebrada conjuntamente com os cristãos da Igreja Oriental.

A emancipação desta freguesia ficou marcada pelo incremento das actividades agrícolas em torno do vale do rio Arunca; a exploração da actividade silvícola e sua laboração, bem como a industrialização consequente à construção da linha de caminho-de-ferro do norte. Do site oficial desta freguesia¹⁰⁹ transcrevemos o seguinte: “O seu povoamento surgiu na sequência dos fluxos migratórios de Norte para o Sul e de Este para Oeste, adquirindo mais tarde características mercantilistas. No século XIX com a chegada da linha ferroviária do Norte desenvolveu-se consideravelmente a nível comercial. Terra de passagem e repouso de viajantes o seu nome está associado a um albergue que terá existido na localidade.”

- Carnide foi desanexada de Vermoil em 1953. Do seu passado, relata-se o seguinte¹¹⁰: “O nome Carnide deriva de ‘Carn’, tanque de purificação

107 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

108 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=199 6MAI13

109 http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/freguesias/freg_alberg.php 3MAI13

110 http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/freguesias/freg_carnide.php

pertencente a um santuário druídico que se localiza junto ao lugar de Carnide de Cima, nas margens da Ribeira. Mais tarde aparece referenciado na carta testamentária de D. Afonso Henriques, em 1167.”

Esta paróquia tem como orago Santo Elias (Profeta), celebrado a 16 de Fevereiro¹¹¹ cuja memória evoca o “profeta Elias, cuja pregação e vida deram-se no Monte Carmelo, no tempo dos reis Achab e Ochozias. Foi ele o grande defensor da fé em Israel e com sua atuação profética fez com que os israelitas deixassem os falsos deuses e voltassem o coração para o Deus de Israel, o Pai de Jesus Cristo, o único e verdadeiro Deus. Na ocasião da sua fuga do rei Achab e de sua mulher Jesabel, um corvo trazia-lhe sua ração diária de carne e pão. Sua indumentária era composta de peles de carneiro e um cinto de couro. Quando houve grande seca no país, foi a Serepta, multiplicou milagrosamente a farinha e o azeite na casa de uma viúva, cujo filho morto ressuscitou.

No monte Carmelo confundiu os sacerdotes de Baal, chamando fogo do céu sobre o altar do altíssimo. Perseguido pelas iras de Jezabel, se retirou para o monte Horeb e ungiu seu sucessor Eliseu. Conseguiu a conversão de Achab e predisse a Ochozias a próxima morte. Eliseu viu-o subir ao céu num carro de fogo, daí a tradição confirmada por Nosso Senhor (Mt 17, 11) que, como Henoc, não morreu, e que há de voltar para a terra. (...). É igualmente venerado pelos judeus e pelos maometanos. O Ano de seu nascimento é 912 a. c. e é considerado o padroeiro fundador da Ordem Carmelitana.”

▪ Meirinhas foi desanexada da freguesia de Vermoil em 1984. De acordo com a fonte municipal¹¹², “A freguesia das Meirinhas fazia parte da paróquia de Santa Maria de Vermoil. No reinado de D. João III surge mencionada por causa do recenseamento populacional. Ainda como referência, sabe-se que mais tarde e com o intuito de desenvolvimento, um grupo de meirinhenses dirige-se à rainha D. Maria I, para pedir uma feira franca para o dia 24 de cada mês. A feira passou mais tarde a realizar-se a cada dia 14.” Esta paróquia tem como orago São Francisco de Assis, celebrado a 4 de Setembro.

Este Legislador e fundador da Ordem Franciscana¹¹³, “chamado Seráfico, nasceu em 1182, em Assis, na Itália. Pela vontade do Pai, Francisco devia dedicar-se à carreira comercial. (...) Pouco a pouco se formou em Francisco o desejo de desfazer-se de tudo o que é do mundo, procurar a solidão e entregar-se à oração. (...)”. Consta ainda da sua biografia que “Por diversas vezes ainda Deus mostrou a Francisco sua vontade relativamente à vocação, até que um dia, assistindo Francisco à Santa Missa, ouviu estas palavras: “Não deveis possuir nem ouro, nem prata e não ter nas vossas cintas dinheiro como propriedade vossa, nem tampouco bolsa para o

111 <http://www.paginaoriental.com/santos/crpe2007.htm> 7MAI13

112 http://www.cm-pombal.pt/conhecer_pombal/about_pombal/freguesias/freg_mesirinha.php

113 <http://www.paginaoriental.com/santos/crsfa0410.htm> 7MAI13

caminho, nem calçado, nem bordão” (Mt. 10, 9-10). Conheceu claramente que esta era a regra que Deus lhe dera para observar. Acabada a missa, deu aos pobres o dinheiro que ainda possuía, tirou os sapatos, vestiu-se de grosso hábito, cingiu-se de áspero cordão e tomou a resolução de viver em pobreza apostólica. Transformado assim em penitente público, procurou os centros da cidade, pregando por toda a parte a necessidade da penitência. Tão eloqüente era o seu apelo, que pecadores se converteram e outros se ofereceram para acompanhá-lo neste novo estado de vida. O número destes companheiros cresceu inesperadamente.“

Posteriormente deu origem à regra que “obteve aprovação verbal do Papa, em 1209. As regras, porém, seriam promulgadas definitivamente, através de bula papal firmada em 1221 pelo Papa Honório III. Francisco e seus companheiros fizeram votos solenes diante do Sumo Pontífice, o qual o nomeou superior da nova Ordem.“

Na área da Diocese de Leiria e desta vigararia, contam-se outras freguesias, a saber:

- Memória, desanexada da freguesia das Colmeias em 1985. Neste caso e nas seguintes, a construção destas unidades administrativas e religiosas decorre do processo de democratização e de construção do poder local, decorrente da mudança de regime política e da aprovação da Constituição de República Portuguesa, de 1976. Quanto à nova autarquia da Memória, existência de diversas actividades ligadas às actividades produtivas, ao comércio e aos serviços, justifica a criação desta nova freguesia no concelho de Leiria: Decreto nº 237-III 28AGO1985. Escolheu como Padroeira a Senhora da Boa Memória cuja evocação anda associada às peregrinações dirigidas ao termo de Ourém e ao milagre ocorrido numa dessas deslocações de fé.

- Matas, é freguesia criada por Decreto-Lei nº 62 de 31 de Dezembro de 1984 e desanexada da de Espite. Tem como padroeira a Senhora do Patrocínio - celebrada a 15 de Agosto – que “relembra a intercessão da Virgem Maria junto a seu Filho, em favor dos homens, como nas Bodas de Caná”¹¹⁴. Trata-se de uma celebração concedida pelo Papa ao Rei Filipe II de Espanha (I de Portugal), adoptada em solo português em agradecimento à Virgem.¹¹⁵

Do site da autarquia local¹¹⁶, transcrevemos o seguinte: “O fitotopónimo Matas já por si é revelador da pronunciada mancha florestal que se abate sobre este território fértil. Banhada por várias linhas de água e com posição a poente do concelho, esta freguesia é uma das mais jovens do concelho, pelo que alcançou autonomia em 1984, por desanexação de Espite. Das encostas

114 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

115 http://www.cademeusanto.com.br/NS_do_Patrocinio.htm 8MAI13

116 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/matas/77-matas.html> 3MAI13

vinhateiras, passando pelos pinheirais e até pelos extensos campos de milho, íntegra desde há muito uma verdadeira economia sustentada pelos proventos da terra.

Disso são exemplo as azenhas e os moinhos de rodízio movidos pela força das águas que convidam à visita e, porque não, à compra de um saco de farinha transformada segundo preceitos artesanais? Mais se recomenda uma visita ao local em Setembro, por altura das desfolhadas. Existiu em tempos uma capela em honra de N.^a Sr.^a do Patrocínio à qual se associa a lenda de que tendo a imagem da santa sido transferida para Espite, viria a aparecer nas Matas, repetindo-se tal aparição tantas vezes quantas a imagem fora levada para a então sede da freguesia.“

▪ Cercal é freguesia criada por Decreto de 31 de Dezembro de 1984, desanexada das de Espite, Olival e Gondemaria. Paróquia eclesiástica desde 3 de Janeiro de 1993, tem como padroeira a Senhora do Rosário, festa celebrada a 7 de Outubro. Da antiguidade desta celebração transcrevemos o seguinte¹¹⁷: “A origem do Rosário é muito antiga, pois conta-se que os monges anacoretas usavam pedrinhas para contar o número das orações vocais. Desta forma, nos conventos medievais, os irmãos leigos dispensados da recitação do Saltério (pela pouca familiaridade com o latim), completavam suas práticas de piedade com a recitação de Pai-Nossos e, para a contagem, o Doutor da Igreja São Beda, o Venerável (séc. VII-VIII), havia sugerido a adoção de vários grãos enfiados em um barbante.”

A devoção do rosário foi propagada principalmente pelos frades de São Domingos, constando que “em território português há vestígios de se praticar o piedoso exercício do rosário já antes de 1484, na Igreja de S. Domingos de Lisboa” (Marques, 2007, 493)¹¹⁸. Prossegue o mesmo autor, assinalando: “Há quem se incline a reconhecer, no facto, a razão de o dito mês se ter transformado naquele que, por excelência, é consagrado a honrar a Virgem Maria (...)”.

Regista o site oficial da autarquia do Cercal¹¹⁹: “A presença humana por essas terras remonta pelo menos a tempos romanos, a avaliar pela descoberta de uma estação romana no lugar da Abelheira, uma ocupação facilmente justificada pela assiduidade de encostas soalheiras, vales protegidos e terrenos irrigados.” Quanto às suas actividades, acrescenta (loc cit.): “A economia local faz-se representar pela pluralidade de actividades ligadas ao sector primário e à indústria. Note-se que a silvicultura ocupa elevadas extensões da área da freguesia, ao ponto de actuar simultaneamente como um dos principais ‘pulmões’ do município.”

¹¹⁷ <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=7&mes=10>
7MAI13

¹¹⁸ Marques, J. Francisco (2007) – “Rosário”. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 491-500.

¹¹⁹ <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/cercal/65-cercal.html>
3MAI 13

A evolução das actividades humanas e a proximidade do principal eixo rodoviário e ferroviário Norte-Sul estimulou o crescimento económico desta área, com a criação de diversas actividades ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços. Tal facto foi reforçado pela sua proximidade à cidade de Leiria e à Vila de Pombal, tal como fica assinalado nos dados da evolução demográfica, a partir de 1864. A análise desta curva demográfica nas paróquias desta Vigararia é elucidativa do processo de transferência e de mobilidade de habitantes e de mão-de-obra dos sectores tradicionais da economia portuguesa, em particular do sector primário, para outros sectores de actividade, como o comércio e serviços, noutras regiões do país e no estrangeiro. Disso nos dá conta o acréscimo registado até meados de Novecentos, em que esse acréscimo é quase uniforme – salvo em S. Simão de Litém – e a quebra que se acentua no último terço da centúria anterior.

Este movimento demográfico traduz não só as perdas da população decorrentes à baixa dos valores de natalidade, mas acima de tudo à intensificação do fenómeno da emigração para o estrangeiro, como sucedeu em meados do século XX, com o grande número de saídas para os países da Europa ocidental, como em data posterior para os centros urbanos próximos do território nacional.

Não sendo um fenómeno exclusivo nesta vigararia, as migrações internacionais relacionadas com a emigração foram um facto muito relevante na zona centro-litoral do país, sendo que os concelhos de Leiria, Pombal e Ourém foram os que, no período de maior emigração intra-europeia (em particular para França), registaram um volume elevado de saídas de emigrantes legais e clandestinos para países europeus. Tal sucedeu no decurso do terceiro quartel de Novecentos, beneficiando das condições de transporte ferroviário e da acção de rede de engajadores conhecidos na região. Também em data recente, focos de trabalho temporário atraíram imigrantes europeus e de outras proveniências para Leiria e sua cintura urbana.

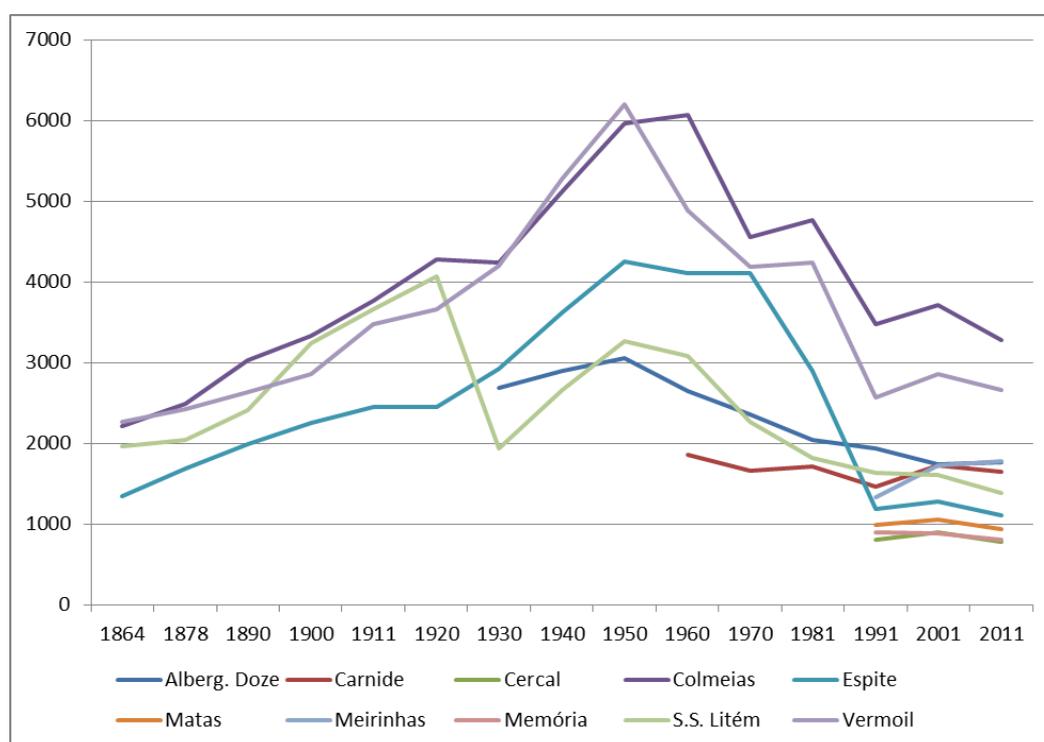
O traçado em pirâmide do conjunto de curvas da população residente, quer na sede de Colmeias – que atingiu um máximo de seis milhares de habitantes em 1960 – quer nas outras paróquias de criação mais recente, como Cercal, Matas e Memória, reforça o significado actual das migrações. Tal situação acompanha o crescimento dos centros urbanos próximos de Leiria e de Pombal e a evolução que se tem feito sentir com a alteração do tecido empresarial, comércio e serviços, beneficiando da proximidade e das acessibilidades conferidas pela confluência de diversas vias rodo e ferroviárias. Estas têm vindo a constituir-se como um factor de animação e de investimento da população emigrada e de novos investidores.

Muitas destas actividades, sobretudo as que se desenvolveram depois da década de setenta, devem-se à mudança de regime e às alterações registadas no Ultramar e na Europa. Estes acontecimentos levaram ao regresso de muitos portugueses já redicados em África e em países europeus. A iniciativa desta

população e a de empresários locais, deu origem à instalação de actividades ligadas à indústria alimentar, nomeadamente a produção de alimentos para animais e a agro-pecuária, à metalurgia e ao fabrico de maquinaria diversificada para a construção civil, para os transportes e aos electrodomésticos, etc. As referidas unidades garantem a diversidade do parque industrial existente identificado pela sua estrutura empresarial de pequenas e médias empresas, com laboração diversificada, e que têm vindo a fomentar novos investimentos e criação de emprego.

Como áreas tradicionalmente afectadas pela emigração, a evolução e as características recentes da população reflectem por isso as mudanças operadas num tecido social de matriz rural tradicional e a sua evolução próxima induzida pelos fenómenos de mobilidade humana, de acumulação de capitais e de diversificação de investimentos e das actividades humanas.

Figura 7 – População: Vigararia de Colmeias



4. Vigararia de Fátima

Os traços físicos dominantes nas paróquias desta Vigararia identificam-na com a natureza dos terrenos do maciço calcário estremenho e a topografia dominante, onde a par de pequenos acidentes de maior expressão, domina a morfologia uniforme do Planalto de São Mamede. Daqui decorre a natureza do povoamento em lugares de maior concentração humana e alguns casais alimentados por uma actividade agro-pastoril que esteve na origem da constituição das paróquias mais antigas de N^a Sr^a dos Prazeres de Fátima e de St^a Catarina da Serra. A primeira, outrora designada por “freguesia da Serra” (O Couseiro, 1873, 229), “é da invocação de N^a Sr^a dos Prazeres; foi desmembrada da colegiada no anno de 1568”.

Em seu redor a existência de um conjunto de ermidas e capelas, atesta a existência de diversos casais alimentados por uma agricultura de subsistência, em terra onde “não há fonte nenhuma, mas pessoas particulares tem poços, em casa, ou em propriedades suas, fechados, de que dão água, e ás vezes com cautela, por lhe não secarem”. A aparente falta de água superficial decorre do facto desta circular em caudais e em galerias subterrâneas, como sucede noutros maciços cársicos fora da região.

Das ermidas desta paróquia destaca-se “juncto ao logar das Maltas, uma, da invocação de N. Senhora da Ortiga (...); é de muita romagem; a invocação foi de N. Senhora da Graça, e porque o logar em que está se chama da Ortiga, por isso commumente se chama a Senhora da Ortiga (...): dizem os moradores d’aquella freguesia que a Senhora faz muitos milagres”. Descreve Leal (1874.IV, 152), “tomou esta freguesia o nome da ‘Fatima’ por ser o de uma nobre e formosa moura, assim chamada, que era senhora d’Ourem e d’esta freguesia”. A memória mourisca desta paróquia está associada ao processo da Reconquista e às lutas travadas entre cavaleiros de cristo e hostes e guarnições mouriscas então senhoras do território serrano por onde circulavam algumas das vias de comunicação que ligavam o reino do Norte ao sul do território.”

Sobre Fátima, escreveu o autor do Portugal Sacro-Profano (1767): “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora dos Prazeres, o Paroco he Cura da apresentação do Cabido da Collegiada de Ourem, rende oitenta mil reis: dista de Lisboa vinte e huma léguas; e de Leiria três, tem duzentos e cincoenta e cinco fogos”. A padroeira desta paróquia é a Senhora dos Prazeres, evocando “As maiores alegrias ou os maiores prazeres de Maria Santíssima, que foram enumerados por um noviço franciscano, são os seguintes: a anunciação do anjo, a saudação de Isabel, o nascimento de Jesus, a visita dos Reis Magos, o encontro com o Menino no templo, a primeira aparição do Ressuscitado e a sua coroação no céu.”¹²⁰.

120 <http://www.nossasenhordosprazeres.com.br/santuario/nossa-senhora-dos-prazeres/8MAI13>

Na época contemporânea a evolução desta paróquia está relacionada com as aparições da Cova da Iria e com a importância que este recinto assumiu desde 1917 e, sobretudo, desde a entronização da imagem de N^a Sr^a de Fátima – em 13 de Junho de 1920 – na pequena Capela mandada edificar no local das aparições e da celebração da primeira missa campal, a 13 de Outubro de 1921 (Cristino, 2007, 82).¹²¹ Por acção do primeiro Bispo da Diocese restaurada, D. José A. Correia da Silva, em 1927 foi criada a Capelania de Fátima e atribuídas diversas funções ao já então designado Reitor do Santuário de Fátima (op. cit., 83). Acrescenta o mesmo autor (loc. cit.) que em 18 de Agosto de 1941, “o santuário foi isento da jurisdição da paróquia de Fátima e, a 10 de Agosto de 1946, desmembrado da mesma paróquia”. Com esta separação, a Vigararia de Fátima fica confirmada às quatro paróquias que hoje integram a sua jurisdição. Destas, tomámos as notas seguintes:

▪ A aldeia de Santa Catarina da Serra foi criada em 1549. De acordo com O Couseiro (1868, 180), nessa data tinha apenas trinta moradores – mais de duzentos fogos nos finais do século seguinte – ficando a Igreja “longe do povoado” (loc. cit.). Esta paróquia agregou um conjunto de Capelas e de lugares mais distantes, tais como Pedrome, Valle de Summo e Loureira, estas últimas construídas no início de Seiscentos. As dificuldades de acesso entre os vários lugares permitiam à ermida de S. Guilherme (Pedrome) e à de Loureira (Santa Marta), que aí fossem administrados os Sacramentos.

Regista-se a descrição contida no Portugal Sacro-Profano (1767): “Santa Catharina, Freguezia no Patriarcado, tem por orago a mesma santa, o Paroco he cura da apresentação do povo, rende duzentos e cincoenta mil reis: dista de Lisboa dezasseis léguas, tem cento e quarenta e tes vizinhos”. A escolha de Santa Catarina evoca a Santa e Doutora da Igreja¹²², nascida “em Sena no ano 1347. Movida pelo desejo de perfeição, entrou na Ordem Terceira de S. Domingos quando era ainda adolescente. Inflammada no amor de Deus e do próximo, trabalhou incansavelmente pela paz e concórdia entre as cidades, defendeu com ardor os direitos e a liberdade do Romano Pontífice e promoveu a renovação da vida religiosa. Escreveu importantes obras de espiritualidade, cheias de boa doutrina e de inspiração celeste. Morreu no ano 1380.”

Em Novecentos, beneficiando já de outras acessibilidades resultantes do traçado de novas vias de comunicação, o mosaico de unidades paroquiais e administrativas foi reforçada com a criação das paróquias de S. Mamede e de S. Bartolomeu - Atouguia da Serra.

▪ A propósito de S. Mamede, regista Gomes (2005, 18): “Do termo do Reguengo do Fetal foi desmembrada a Freguesia de S. Mamede, estabelecida

121 Cristino, Luciano (2007) – “Capelania (1927-1941)”. In. Azevedo e Cristino, 2007, pp. 82-84

122 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=64 6MAI13

por Lei promulgada a 15 de Junho de 1916, sendo erigida em paroquial por decreto do Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, datado de 17 de Agosto de 1920”. Por sua vez Leal (1878.VIII, 112), havia referido que o lugar de São Mamede, edificado em torno da ermida dedicada ao mesmo santo era palco de uma festa “no domingo anterior ao dia de S. João Baptista, havendo então, feira e bodo”.

Anteriormente, O Couseiro (1868, 91), havia já assinalado ser este santo “de muita devoção, e pela roda do anno se mandam por devotos dizer muitas missas na dicta ermida, e os lavradores d’esta freguesia tem grande fé que o Santo lher guarda o seu gado de todo o género de bichos, que não faltam n’aquella serra”.

Da biografia do santo e mártir, S. Mamede, destaca-se o seguinte¹²³: “Según cuenta la leyenda, Mamés ("el que fue amamantado") nació en el seno de una familia modesta. Algunos historiadores datan la fecha de su nacimiento en el 259 y la de su martirio en el 275. Hijo de Teodoto y Rufina, San Mamés nació en prisión al estar encarcelados sus padres por ser cristianos. (...). A partir de entonces, Mamés fue criado por una viuda rica llamada Ammia, también santa, que murió cuando Mamés tenía quince años dejando al joven heredero de su hacienda. El gobernador de Cesarea de Capadocia (Asia Menor, actual Turquía) sometió a tormentos a San Mamés, sin conseguir que abjurara de su fe. (...). Cuenta la leyenda que un ángel lo liberó y le mandó refugiarse en un monte cercano a Cesarea. Al parecer, San Mamés consiguió amansar a los leones a los que había sido entregado en el circo y, ante este portento, decidieron acabar con su vida clavándole un tridente en el abdomen. Aunque sangrando, el joven Mamés consiguió llegar hasta la cueva cerca del teatro, donde murió invitado al cielo por los ángeles.”

Do brasão desta freguesia, destaca-se a evocação de duas árvores de porte e de uma vela de moinho, a recordarem a importância da cobertura e da exploração florestal na vida da população, bem como a presença da indústria moageira alimentada pelos ventos da serra.¹²⁴

▪ Quanto a Atouguia da Serra, é freguesia criada por Decreto nº 22843 de 19 de Julho 1933, tendo sido desanexada de Ourém (Nossa Senhora das Misericórdias). Tem como orago São Bartolomeu¹²⁵ - que na Bíblia é citado com o nome de Natanael (que significa dom de Deus) - “Nasceu em Caná. O apóstolo Filipe conduziu-o a Jesus. Diz a tradição que depois da ascensão do Senhor pregou o Evangelho na Índia e aí recebeu a coroa do martírio” - já escolhido pela população quando a Igreja matriz era ainda Capela, dependente da Colegiada de N^a Senhora das Misericórdias de Ourém.

123 <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=432007MAI13>

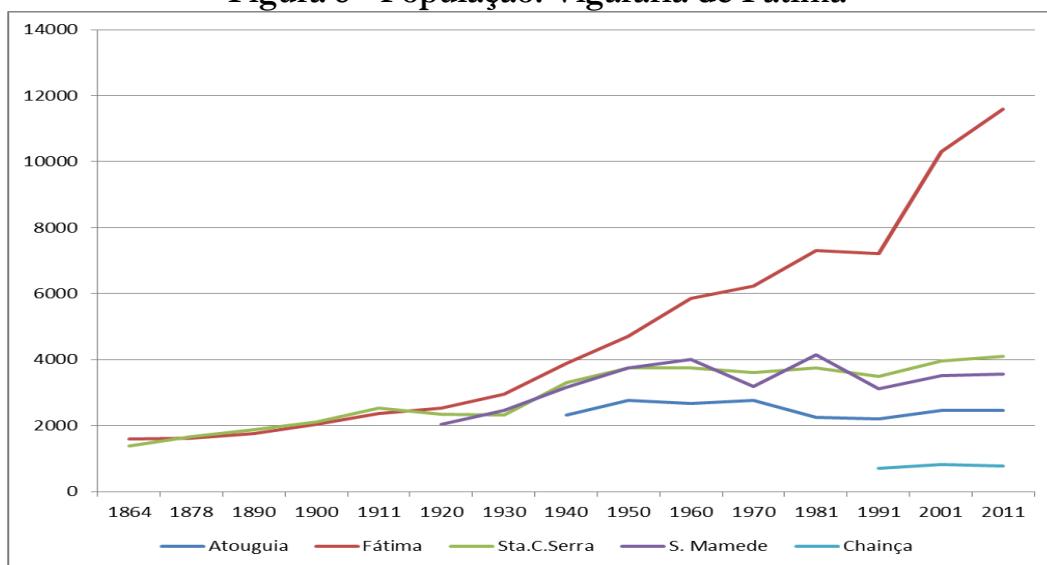
124 <http://www.cm-batalha.pt/municipio/juntas-de-freguesia/junta-de-freguesia-de-sao-mamede3MAI13>

125 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=1406MAI13

A evocação de S. Bartolomeu, apóstolo, é celebrada a 24 de Agosto. Refere-se ainda ser¹²⁶ “tradição que o apóstolo Bartolomeu teria evangelizado na Índia, passado para a Armênia e, neste local conseguido a conversão do rei Polímio, da esposa e de muitas outras pessoas, isto até deparar-se com invejosos sacerdotes pagãos, os quais martirizaram o santo apóstolo, após o arrancarem a pele, mas não o Céu, pois perseverou até o fim.” Regista o site do município de Ourém¹²⁷: “economicamente Atougua rege-se pela aposta numa indústria modernizada e diversa (transformação de madeiras, construção e obras públicas...), conciliando-a com a tradição da vinha que reveste as encostas mais soalheiras, e do azeite cuja ancestralidade é materializada por oliveiras e engenhos seculares.”

O incremento do comércio e transportes rodoviários e ferroviários, a partir da estação ferroviária de Chão de Maças, ligados às peregrinações responsáveis pelo acréscimo de serviços e ordens religiosas, que tornaram o lugar da Cova da Iria pólo de atração para cidadãos católicos e de outras religiões, que alimentam o comércio, os serviços e algumas empresas sediadas nesta área.

Figura 8 - População: Vigararia de Fátima



126 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=24 &mes=8 7MAI13>

127 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/atougua/63- atougua.html 3MAI 13>

5. Vigararia de Leiria

Um dos traços dominantes da unidade física da Vigararia de Leiria decorre da natureza sedimentar dos terrenos onde assenta o território das suas freguesias e da tectónica local, relacionada com a formação dos domos de natureza calcária e vulcânica que a atravessam. No seu conjunto esta unidade territorial está contida na parte média e superior da bacia do Liz, identificada pelo predomínio de áreas planas e de solos de boa fertilidade, reforçados pela acção das chuvas e da irrigação.

Do ponto de vista humano e social realça-se a organização deste território em torno da cidade do Liz, sede de serviços administrativos e também religiosos, do comércio e de serviços distintos que continuam a animar a povoação, célebre pela actividade dos seus moinhos de papel e tipografia (século XV). Contudo foi a sua elevação a cidade (1545), acolhendo a sede episcopal (1545),¹²⁸ que acentuaram a sua supremacia sobre as vilas vizinhas, especialmente as que haviam sido desanexadas dos antigos domínios senhoriais do Castelo de Leiria.

Refere-se Leal (1874.IV, 69) a esta povoação, como estando “situada em ameno, fértil e formoso valle, sobre as ruínas (ou próximo dellas) da antiga ‘Callipo’ ou ‘Collipo’, e banhada pelos rios Liz e Lena”. Indica ainda (op. cit., 70), ser “uma povoação antiquíssima, mencionada por Plínio”, não muito distante da costa e dos ancoradouros abertos à circulação costeira da foz do Liz e das arribas terciárias situadas na linha de costa mais meridionais, onde posteriormente veio a situar-se o porto de Paredes. Devemos atender que a evolução da linha costeira a norte a sul do rio Mondego e o assoreamento registado ao longo de séculos, anteriormente e depois da fundação do Reino de Portugal, alterou significativamente a posição desta povoação em relação à linha costeira, às condições de circulação e às actividades produtivas dos seus habitantes.

Ocupada pelos serracenos que dominaram o povoamento da área centro-litoral, a construção medieva da sede desta vigararia e do episcopado, tem como referência a tomada do Castelo aos Mouros, em 1135, e o papel que esta fortificação passou a desempenhar, conjuntamente com as demais praças militares da linha de castelos do interior - Soure, Pombal, Porto de Mós, Ourém e outros - e do litoral, como Alcobaça, no apoio à contenção das razias mouriscas e na conquista da Extremadura. Dos castelos não incluídos na área da diocese, regista-se a importância de Soure como posto avançado na defesa contra as razias produzidas pelos mouros nos campos de Coimbra e de Pombal, praça militar e defensiva de origem Templária e agregador de diversos centros de povoamento da serra e do vale do rio Arunca.

128 Em 22 de Maio de 1545, pelo Papa Paulo III, através da Bula “Pro excellenti”

Os estudos de história local registam as sucessivas investidas mouriscas, a tomada definitiva do Castelo de Leiria e a concessão de foral pelo primeiro monarca. De acordo com O Couseiro (1868, 3), a segunda doação que o primeiro monarca fez ao prior e convento de Santa Cruz de Coimbra, em 1142, confirmada pelo papa Celestino 3º em 1195 (op. cit., 7), foi acompanhada da desistência do direito que o Bispo de Lisboa, D. Gilberto “tinha ou podia ter, na jurisdição ecclesiastica d’este districto de Leiria, de consentimento do seu cabido” (loc. cit.), facto que permite a constituição do Priorado Crúzio, dependente do convento de Santa Cruz de Coimbra.

Por sua vez refere Leal (1874.IV, 71), que “D. Sancho I, para promover o desenvolvimento da população de Leiria, attrahindo para aqui moradores, lhe deu foral a 13 de abril d’esse anno de 1195, com grandes privilegios”. Mais ainda, “Foi Leiria por algum tempo côrte dos reis portuguezes, particularmente de D. Diniz e sua mulher, a rainha Santa Isabel”, que procederam a melhoramentos no Castelo a incentivaram o arroteamento do paul de Ulmar e a sementeira do Pinhal do Rei. No decurso deste lapso de tempo, entre os primeiros monarcas e a dinastia Dionisina, foi a povoação crescendo para fora das muralhas, alargando-se pelo vale do rio Liz, com as suas almoinhas, hortas, pomares, casa, moinhos, igrejas e conventos, confirmando-se como sede religiosa e administrativa de um território alargado ocupado por casais e campos arroteados para a actividade agrícola.

O crescimento da urbe foi acompanhado pela evolução das suas Paróquias, a mais antiga das quais – Sta Maria da Pena (ou Penha) – foi sediada na Igreja do Castelo. Refere O Couseiro (1868, 11) que esta “era a freguesia emquanto não houve outra egreja, e depois de a haver, por ser longe do povoado e n’aquelle alto, raramente se baptizavam n’ella, e quando sucedia alguma vez, era em uma bacia grande, e também lhe retiraram por esse respeito o sacrário e Santos Oleos, e que por estar em ermo fôra roubada”.

Por sua vez assinala Leal (op. cit., 72), “Santa Maria da pena, era também egreja parochial, mas crescendo a população, não podiam os cônegos ministrar os sacramentos a todos, pelo que (...) se edificou a egreja parochial de S. Pedro, em 1200”. Indica o mesmo autor (loc. cit.), a construção das novas Igrejas de São Pedro (sede de paróquia) e a de Santo Estevão (sede paróquia), que nos finais de Trezentos (em 1370), “Sendo prior D. Estevão Esteves, cônego de Santa Cruz (...) pondo em cada uma, uma colegiada, e clérigos ‘raçoeiros’, que traziam murças por cima das sobrepelizes e rezavam o officio divino em coro”.

A situação de dependência do priorado Crúzio de Leiria, dependente de Santa Cruz de Coimbra, perdurou até à criação do Bispado de Leiria quando “foi dissolvida a colegiada de Santa maria da pena, e as suas rendas desmembradas de Santa Cruz de Coimbra, para sustento do bispo e conegos de Leiria” (Leal, op. cit., 73). Regista O Couseiro (1868, 14-16), que o prior-mor de Santa Cruz de Coimbra manteve a sua jurisdição sobre este território,

enviando os seus Visitadores às igrejas da cidade – onde residia o Vigário geral, cónego de Santa Cruz - e às paróquias dele dependentes: Colmeias, S. Simão, Espite, Vermoil e Souto, Batalha e ainda a vila e termo da Batalha e Paredes (op. cit., 17).

A evolução deste Bispado foi acompanhada do crescimento da sua população, facto assinalado por O Couseiro (1868, 183), mas quando a Igreja de N. Sr^a da Pena foi erecta em Sé é acolhida como padroeira de Leiria Nossa Senhora da Assunção, celebrada a 15 de Agosto. Embora a proclamação do dogma da Assunção seja bastante antigo, factores históricos de âmbito local terão favorecido esta escolha. Assim¹²⁹, “Na véspera da festa da Assunção de 1385, os castelhanos, dispostos a tomar o poder, invadiram Portugal para não permitir que o Mestre de Avis, o futuro D. João I, sucedesse ao rei Dom Fernando, que morrera prematuramente sem deixar herdeiro masculino direto.

O poderoso reino de Castela, disposto a arrebatara a coroa lusa, já havia atravessado a fronteira, quando Dom João I, com o apoio de todos os portugueses, recorreu à protecção da Virgem Maria, prometendo construir um grande templo se os lusitanos fossem vitoriosos. Os rogos foram atendidos. Portugal foi salva. Dom João I, num gesto de gratidão, ordenou que todas as catedrais do reino fossem consagradas à Senhora da Assunção, mandando também construir o famoso convento da Batalha.”

À data a povoação tinha apenas trezentos fogos e quando da abertura ao culto do novo templo diocesano, em 1574, a povoação tinha “mais de setecentos fogos, e pessoas de sacramento mais de duas mil”. (loc. cit.). Esta carga humana permitiu a instalação de diversas ordens religiosas e conventos na área citadina e seus arredores, garantindo a evolução das actividades humanas, o reforço de serviços religiosos e de assistência à população em geral e aos confrades de diversas irmandades sediadas nas Paróquias da cidade.

A área de acção da cidade alargava-se a vários núcleos de povoamento do arrabalde próximo e aos lugares e casais mais afastados. Alguns destes lugares eram servidos por ermidas e capelas, muitas delas instituídas por particulares e clérigos, com autorização para acolher o ofício divino ou só a prestação dos sacramentos, sede de confrarias e lugares de romagem dos fregueses mais próximos. Outras, situadas em lugares mais distantes, haviam igualmente sido desanexadas pelo Prior-Mor de Santa Cruz, das da Vila, antes ainda da constituição do Bispado. Ao tempo da sua elaboração (finais do século XVII), O Couseiro (1868, 35-36), dá conta de diversas ermidas que vieram a ser sede de paróquias independentes, tais como a de S. Mateus, na Barosa e a de N. Sr^a do Desterro, em Pousadoros (Pousos).

Do Portugal Sacro-Profano (1767), retiramos a síntese seguinte:

129 http://www.nossasenhoraocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_daassuncao.asp 8MAI13

“Leiria, Cidade, a Catedral dedicada a N. Senhora da Assunção, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cento e vinte mil réis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, tem seiscentos e cincoenta e dous vizinhos”. A escolha desta padroeira, uma das mais antigas da Igreja, uma vez que “No ano de 600 já a Igreja Católica festejava este dia de glória de Maria Santíssima. A festividade de hoje lembra como a Mãe de Jesus Cristo recebeu a recompensa de suas obras, dos seus sofrimentos, penitências e virtudes.”¹³⁰ A redução da área de influência das paróquias da cidade foi então acompanhada da criação de novas comunidades religiosas de fregueses, que em momentos distintos vieram a aumentar as unidades paroquiais do Bispado.

▪ Das paróquias vizinhas do núcleo antigo destaca-se a criação, no decurso da segunda metade de Quinhentos (1582), da paróquia das Cortes – orago: N^a Sr^a da Gaiola – em terreno e encosta do vale do rio Liz. De acordo com a tradição oral, a evocação à Senhora da Gaiola recorda a forma do nicho onde os pastores da serra colocaram uma imagem encontrada no local, e a devoção popular em torno da Santa, “encastoadada num tronco de árvore”¹³¹.

Refere O Couseiro (1868, 1819), que “No anno de 1607 se mudou da dicta ermida para a egreja, que já estava feita, e para ella se levaram as imagens, em procissão”. Mais ainda, “mandou derribar a dicta ermida, sobre o que teve demanda com o cabido, mas derribou-se”. Regista a mesma fonte (op. cit., 182) “este logar das Córtes é muito fresco de verão, com muitas vinhas; pomares de varias fructas, e arvores d’espinho e cerejas excelelentes, passa o rio por ell; tem uma varzea que dá muito pão”. Sobre a mesma freguesia o Portugal Sacro-Profano, assinala: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Gaiola, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria huma, tem sessenta e três vizinhos”.

Pelo seu interess transcrevemos do site da Junta de freguesia das Cortes, a seguinte nota histórica:¹³² “A povoação das Cortes é uma das povoações mais antigas do termo de Leiria, a ela se referindo numerosa documentação medieval. As primeiras referências documentais, até hoje conhecidas, surgem por volta de 1250 num pergaminho em que os Templários (de Tomar) registaram as suas propriedades existentes no termo de Leiria. (...). Pela interpretação ponderada e sistemática dos documentos até agora encontrados, os especialistas inclinam-se para a significação de Cortes como sendo terras de cultura ou herdades, estrutura agrícola típica do vale fértil de um rio que desde sempre atraíu gente de importantes cabedais. A elite social da região, próxima da corte régia, não hesitava mesmo em adoptar Cortes como apelido, como se pode constatar em documentos de meados do século XV.

130 <http://www.paginaoriental.com/titulos/nsassun1508.htm> 6MAI13

131 <http://www.lendarium.org/narrative/a-senhora-da-gaiola/> 5MAI13

132 <http://jfcortesleiria.no.sapo.pt/historia.html> 3MAI13

A festa da padroeira, Nossa Senhora da Gaiola, realiza-se anualmente no 1º Domingo de Maio, sendo tradição imemorial. A Carta Régia de D. João III, de 31 de Maio de 1542, concedendo licença aos moradores das Cortes para realizarem e pedirem para o Bodo, estabelecendo os critérios de distribuição das esmolos, fala deste costume como sendo de ‘antigamente’. O terramoto de 1755 abalou a igreja e algumas capelas da freguesia, mas não causou prejuízos de monta, a não ser na capela de Santa Bárbara da Amoreira, e não havendo notícias de outros factos danosos, a não ser o de as águas do rio terem voltado para trás, tal a força do abalo. O rio Liz, que nasce nas Fontes, é a alma viva desta terra, irrigando as suas terras e inspirando várias gerações de poetas. Como ex-libris das Cortes ficou a nora de tirar água, com os seus alcatruzes e andamento amodorrado, figurando como motivo central do brasão local. A paisagem é revestida essencialmente de vinhedos, pomares e mata de pinhais. (...)”.

De acordo com a mesma fonte (loc. cit.), “As principais actividades económicas assentam essencialmente na agricultura e na pecuária, no comércio, nos serviços e na indústria. Em termos agro-pecuários, os maiores rendimentos provêm da vinha e do vinho, dos pomares e da fruta, do azeite, da pecuária (especialmente aves e porcos) e das culturas hortícolas, estas particularmente para autoconsumo. A nível da indústria salientem-se as unidades de transformação e conservação de produtos agrícolas, como as adegas e os lagares de azeite, destilarias de aguardente, frigoríficos para fruta, moagem de cereais e panificação. Entre outras mais recentes contam-se ainda: carnes (matadouro e enchidos), metalomecânicas, fábricas de moldes, de plásticos e de cerâmica, carpintaria de madeira e alumínio, construção civil, mobiliário e confecções.

No campo dos serviços, surgiram várias empresas a comercializar equipamento diverso, das máquinas agrícolas e industriais às de movimentação de terras e obras públicas, electrodomésticos, automóveis, serviço de restaurante, vinho engarrafado, informática, seguros, mercearias, oficinas auto e torneiros mecânicos. Acabaram definitivamente as indústrias de curtumes, de vimes, de tanoaria e de latoaria. “ No decurso do século XVI tem lugar o reforço das paróquias situadas em torno da cidade: Pousos, Azoia, Barosa, Barreira e Parceiros.

▪ Pousos, constitui a “aldeia principal” da freguesia, na qual foi edificada a igreja matriz. De acordo com Leal (1876.VII, 603), “a igreja matriz, era uma ermida, da invocação de N^a Sr^a do Desterro, mandada construir pelo padre António Vieira, beneficiado da Sé de Leiria, e a dotou com rendas para a sua fábrica, em 1636 (...). Esta ermida, foi elevada a categoria de igreja matriz, da freguesia de Pousos”. Escreve ainda, o referido autor (loc. cit.), que esta antiga freguesia pertencente a Santo Estevão, “sendo esta suprimida, passou para a de S. Pedro”, situando-se no antigo lugar de Pousadores.

Nos Pousos, a evocação é de N^a Senhora do Desterro¹³³ - “muito venerada na Itália como a ‘Madonna degli Emigrati’, sendo a padroeira daqueles que foram obrigados a deixar a sua pátria para se refugiarem ou a fim de procurar trabalho no estrangeiro”. Evoca a figura da “Mãe Amorosa para todos os que, saudosos de sua terra natal, imploram cheios de fé e de amor o auxílio da Virgem do Desterro a fim de encontrarem compreensão e simpatia na terra adoptiva” (loc. cit.).

A evolução das actividades agrícolas nos campos do Liz e arredores asseguraram a função de mercado regional e a atracção exercida sobre as povoações vizinhas. Os serviços administrativos, militares e religiosos foram acompanhando a evolução da própria urbe, promovendo o crescimento da sua população e actividades ao longo das várzeas do Liz e do Lena onde dominavam os campos de cultivo e a indústria moageira implementada pelos Cistercienses nos cursos de água das suas propriedades. Do site oficial desta freguesia retiramos a seguinte descrição:¹³⁴ “Pousos é actualmente local de grande expansão urbanística e industrial e uma região rica em história e tradição.”

Do seu passado, recorda-se o seguinte (loc. cit.): “Os mouros ocupavam boa parte desta área deixando vestígios dos seus arcaísmos agrícolas de poços, picotas, cegonhas e pequenos diques que ainda se vão encontrando nos campos, contrastando vivamente com o desenvolvimento económico. Desde tempos remotos que é terra de cultivo, de tal forma marcante que nos deparamos constantemente com vestígios de uma policultura que a pouco e pouco vai sendo aqui abandonada, ali substituída por plantações de pinheiro ou eucalipto. Solo vermelho, solo preto, cultura seca ou regada; dos solos de diversas naturezas, resulta uma paisagem de variadas manchas multicolores. É pois o contraste urbano/rural que marca este local.

Há perto de 300 anos, Pousos não era freguesia, era apenas uma localidade que fazia parte da freguesia de S. Pedro – Leiria. Em 1713, a Paróquia de S. Pedro, estava dividida em duas repartições, localizadas à volta de Leiria: Barosa e Sirol. Em Dezembro do mesmo ano, foram definitivamente transferidos alguns lugares da sede da Paróquia de S. Pedro para os Pousos. Em 12 de Janeiro do mesmo ano, por despacho do referido Bispo de Leiria, foi criada a freguesia de Pousos, suprimida à freguesia de S. Pedro.”

Do se brasão, dominado por um corvo sobre uma ponte e o traçado azul de um curso de água, transcrevemos a sua descrição (loc. cit.): “A ponte, peça principal do escudo, por ser considerada o elemento de maior valor histórico e arquitectónico da sede de freguesia. Representa a ponte romana sobre a Ribeira do Sirol, que atravessa a população e que faz parte da estrada nacional n^o 113. O corvo, peça que também consta das armas da cidade de Leiria,

133 <http://www.comamor.com.br/desterro.htm> 8MAI13

134 <http://jf-pousos.pt/site/artigo.asp?idCanal=3&idRegisto=2905> 3MAI13

representa o elo de ligação entre a freguesia dos Pousos e a antiga freguesia de S. Pedro (Leiria), da qual foi desagregada por D. Álvaro de Abranches, por provisão de 12 de Janeiro de 1714; é negro, a significar firmeza e honestidade. O ondeado representa a Ribeira do Sirol, imã das principais fontes de riqueza da freguesia, pela fertilidade que transmite aos seus campos. (...)” À semelhança de outros sítios do país com a mesma e antiga designação, “mais antiga do que a monarchia portuguesa” (Leal, loc. cit.) “é o lugar que fica no termo de qualquer subida, onde naturalmente descança, ‘pousando’ o carrêto, o que vai carregado”.

▪ Por sua vez, Azoia fica “situada sobre um ‘têso’ ou cabeço, dominando uma veiga que o rio Lena rega e fertilisa” (Leal, 1873.I, 298). Trata-se de um núcleo de povoamento próximo do local onde foram encontradas as ruínas romanas de S. Sebastião do Freixo, cuja designação deriva “do árabe ‘azzauia’, significa canto ou anguloso” (loc. cit.). Até 1713 fez parte da freguesia de S. Pedro de Leiria existindo em seu redor duas capelas principais: Alcugulhe e Valle d’Horto. Próximo deste lugar situa-se a Várzea, outrora pertença do convento da Batalha “na qual tem moinhos de pão, terras e um lagar d’azeite. Aqui vão ter as ferias e aliviações, às semanas ou dias ordenados pelo prelado; para isso tem cellas e outras casas (...)” (O Couseiro, 1968, 107).

Sobre esta terra, registou o Portugal Sacro-Profano: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago Santa Catharina Virgem, e Martyr, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende sessenta mil reis: dista de Lisboa vinte e huma léguas, e de Leiria huma, tem cento e cincoenta e nove vizinhos”.

A padroeira, Santa Catarina de Alexandria, celebrada a 25 de Novembro¹³⁵, “Nascida em Alexandria, recebeu uma ótima formação cristã. É uma das mais célebres mártires dos primeiros séculos, um dos Santos Auxiliadores. (...). Conta-se que ela apresentou-se em nome de Deus, diante do perseguidor, imperador Maxêncio, a fim de repreendê-lo por perseguir aos cristãos e demonstrar a irracionalidade e inutilidade da religião pagã. Santa Catarina, conduzida pelo Espírito Santo e com sabedoria, conseguiu demonstrar a beleza do seguimento de Jesus na sua Igreja(...). Após a morte destes, Santa Catarina foi provada na dor e aprovada por Deus no martírio, tendo sido sacrificada numa máquina com quatro rodas, armadas de pontas e de serras. Isto aconteceu por volta do ano 305. O seu culto parece ter irradiado do Monte Sinai; a festa foi incluída no calendário pelo Papa João XXII (1316-1334).”

Regista o site oficial desta freguesia, o seguinte:¹³⁶ “A freguesia está situada a 3 km a sul de Leiria e a 5 km a norte da Batalha. A freguesia assenta numa região fértil onde o Rio Lena e a Ribeira da Várzea passam e permitem a

135 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=25&mes=11> 7MAI13

136 <http://www.patrimonio-turismo.com/juntas/zoom.php?identifx=41> 3MAI13

irrigação dos campos. Com a invasão francesa de 1810, a população fugiu e a Igreja foi transformada em cavalariça. Após a fuga dos franceses, os ofícios religiosos passaram a fazer-se na Capela de Alcolgulhe até à reconstrução da Igreja Matriz. Têm vestígios arqueológicos que poderão, estar ligados à desaparecida e grande cidade romana de Colipo.”

▪ Já a Barosa “situada na encosta de um monte, inclinado para O” (Leal, op. cit., 335), foi considerada pelo referido autor como “terra fértil em cereais, fructas, hortaliças e azeite” (op. cit., 336). De acordo com o Portugal Sacro-Profano (1767): “Baroza, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Matheus, o Paroco he Cura apresentado pelo povo, rende setenta mil reis: dista de Lisboa vinte e três léguas, e de Leiria hum quarto de légua, tem cento e vinte vizinhos”.

A escolha de S. Mateus, evoca o apóstolo e evangelista¹³⁷ que “Nasceu em Cafarnaum, e exercia a profissão de cobrador de impostos quando Jesus o chamou. Escreveu o Evangelho em língua hebraica e, segundo uma tradição, pregou no Oriente.” A paróquia da Barosa tem como orago o apóstolo e evangelista Mateus¹³⁸, “Rendeiro de Cafarnaum era Levi, filho de Alfeu, que mais tarde mudou o nome em Mateus, dom de Deus. Cafarnaum era a cidade pela qual Jesus Cristo mostrava grande simpatia, tanto que os santos Evangelhos a chamam sua cidade. Na sinagoga ou na praia do lago, doutrinou freqüentemente e curou muitos doentes. Foi numa dessas ocasiões que Jesus, tendo pregado na praia, passou perto do telônio de Levi, parou e disse a este: ‘Segue-me’. Levi levantou-se imediatamente, abandonou o rendoso negócio, mudou de nome e de vida. (...) Quando os Apóstolos se espalharam pelo mundo, São Mateus dirigiu-se para a Arábia e Pérsia, onde sofreu cruéis perseguições pelos sacerdotes indígenas. São Clemente de Alexandria diz que São Mateus era homem de mortificações e penitência, e alimentava-se só de ervas, raízes e frutas. Sofreu maus tratos na cidade de Mirmene.” Depois de assassinado, “o corpo do Santo Mártir foi por muito tempo objecto de grata veneração do povo cristão da capital. No ano de 930, foi transportado para Salerno, na Itália, onde São Mateus até hoje é festejado como padroeiro da cidade e do bispado”.

▪ Na cintura da cidade de Leiria, a Barreira, é assim referida por O Couseiro (1868, 11): “no lugar da Barreira, que está na freguesia de S. Pedro, uma ermida, da invocação do Salvador; a qual foi feita no anno de 1535, pelos moradores do dicto lugar, que são obrigados á fabrica d’ella”. Regista o mesmo texto (op. cit., 118), que a mesma “foi erigida em freguesia no anno de 1738. Os seus freguezes foram desanexados da de N. Senhora da Gaiola das Córtes, para que haviam passado, com a extinção da de S. Pedro”. O padroeiro da freguesia religiosa, o Santíssimo Salvador (do Mundo), é

137 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=158 6MAI13

138 <http://www.paginaoriental.com/santosdaigreja/set/matheus2109.htm> 7MAI13

representado pela imagem de Cristo segurando na mão esquerda o globo universal, encimado por uma cruz. A festa religiosa celebra-se a 6 de Agosto, data da festa da Transfiguração do Senhor.¹³⁹

O site oficial da freguesia da Barreira escreve a este respeito:¹⁴⁰ “Esta Freguesia foi criada em 28-12-1713 na sequência da remodelação da freguesia de S. Pedro, efectuada por D. Álvaro de Abranches. Essa imensa paróquia até 1713 estava repartida em duas, uma delas a da Barosa, e a outra a do Sirol. Pelos finais deste ano, com o intuito de permitir o maior número de lugares, receberam a administração dos sacramentos e D. Álvaro ordenou ao pároco da repartição de Barosa que fixasse residência em Parceiros. Deu-se então o desmembramento das duas freguesias e a erecção de várias outras, entre as quais a de Barosa.” Sobre a vida económica, escreve (op. cit.): “A análise da vida económica revela que o sector primário continua a desempenhar um papel importante. (...) de pequenos cultivos de batata, cereais e produtos hortícolas.” Apesar destas propriedades, o atravessamento desta freguesia pela Estrada Real da Mala-Posta foi determinante para o crescimento dos lugares de Mourã e Casal da Cortiça.

▪ Assinala Leal 1876.VII, 476) que o ano de 1718 foi igualmente desanexada de S. Pedro o território para a constituição da paróquia da Senhora das Neves dos Parceiros. A invocação à Senhora das Neves leva-nos a Roma¹⁴¹ e evoca o “milagre com o qual, a 5 de Agosto de 358, se acredita que Nossa Senhora indicou ao Papa de então, Libério, o local onde deveria ser construída uma basílica em sua memória. Tudo nasce de uma antiga lenda segundo a qual um casal romano, que pedia à Virgem conselhos para saber como empregar a sua fortuna, recebeu em sonhos a mensagem de que Maria desejava que lhe fosse erigido um templo precisamente num lugar do monte Esquilino que aparecesse coberto de neve, o que se teria verificado na noite de 4 para 5 de Agosto. Até hoje, Santa Maria Maior é invocada também como Nossa Senhora das Neves. (...)”

Terra fértil e de muito bom vinho (loc. cit.), regista o referido autor (loc. cit.), “Também se dá a esta freguesia a denominação de ‘Parceiros da Igreja’”. Na actualidade, a paróquia tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário¹⁴² – celebrada a 7 de Outubro – comemoração “instituída pelo Papa S. Pio V no aniversário da vitória obtida pelos cristãos na batalha naval de Lepanto e atribuída ao auxílio da Santa Mãe de Deus, invocada com a oração do Rosário (1571). A celebração deste dia é um convite a todos os fiéis para que meditem os mistérios de Cristo, em companhia da Virgem Maria, que foi associada de

139 <http://www.vercalendario.info/pt/evento/liturgia-catolica-ano- calendario-2013.html>

140 <http://www.patrimonio-turismo.com/juntas/zoom.php?identifx=42 3MAI13>

141 <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80962 6MAI13>

142 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=170 6MAI13

modo muito especial à encarnação, à paixão e à ressurreição do Filho de Deus.”

▪ Quanto à paróquia dos Marrazes, “foi curato da apresentação do Bispado de Leiria”. No início dos anos vinte de Novecentos, o lugar dos Marrazes acolheu a sede da paróquia de Pinheiros, que em 1811 havia sido transferida do Arrabalde da Ponte para este lugar e em 1829 transferida novamente para o lugar dos Marrazes. O seu padroeiro¹⁴³, São Tiago, Maior, “Nasceu em Betsaida; era filho de Zebedeu e irmão do apóstolo João. Esteve presente nos principais milagres do Senhor. Foi morto por Herodes cerca do ano 42. É venerado com culto especial em Compostela (Espanha), onde se ergue a célebre basílica a ele dedicada, que atrai desde o século IX inumeráveis peregrinos de toda a cristandade.”

Da sua biografia, consta ainda que¹⁴⁴: “En los Hechos de los Apóstoles descubrimos fue el primer apóstol martirizado. Murió asesinado por el rey Herodes Agripa I, el 25 de marzo de 41 AD (día en que la liturgia actual celebra La Anunciación). Según una leyenda, su acusador se arrepintió antes que mataran a Santiago por lo que también fue decapitado. Santiago es conocido como ‘el Mayor’, distinguiéndolo del otro Apóstol, Santiago el Menor. La tradición también relata que los discípulos de Santiago recogieron su cuerpo y lo trasladaron a Galicia (extremo norte-oeste de España). Su restos mortales están en la basílica edificada en su honor en Santiago de Compostela. En España, Santiago es el mas conocido y querido de todos los santos. En América hay numerosas ciudades dedicadas al Apóstol en Chile, República Dominicana, Ecuador, Cuba y otros países”.

Sobre a antiga freguesia de Arrebalde da Ponte, lê-se a seguinte descrição (do: Portugal Sacro-Profano, 1767): “Freguezia no Bispado de Leiria, subúrbio da mesma Cidade, tem por Orago Sant-Iago, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cincoenta mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, tem quatrocentos vizinhos”.

Além de outras razões, o movimento de transferência da Igreja e da sede paroquial decorreu da extinção da antiga paróquia de S. Tiago do Arrabalde da Ponte (já desmembrada para a formação das paróquias de Monte Real, Amor e Marinha Grande) e pode ser encarado como resultado das cheias que periodicamente afectavam esta parte da bacia do Liz. Mesmo depois das obras de encanamento do seu leito na povoação urbana e na foz, a corrente nascida nas Fontes era aqui lançada no campo, local plano onde se registavam sérias dificuldades de escoamento das águas devido à sedimentação abundante, ao leito mal definido e ao seu escoamento dificultado pela vegetação e culturas nas margens baixas deste curso de água.

143 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=114 6MAI13

144 <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=561> 7MAI13

As condições de insalubridade registadas noutros casais a jusante deste lugar, terão incentivado a população a ocupar sítios próximos, mais altos e secos, reduzindo-se a participação na vida da paróquia. Além do mais, parte dos habitantes residia na margem esquerda do Liz, estando mais próximos da Igreja da Sé e dos serviços de culto, aqui prestados, sobretudo na época das cheias em que eram obrigados a atravessar o leito do Liz. De facto, a ocorrência de cheias periódicas registadas neste curso de água eram uma verdadeira história negra que afectava a cidade e os campos limítrofes, levando à realização das obras de encanamento regularização do seu leito. Apesar destas condições, o desenvolvimento do sector primário nas terras próximas da sede do concelho denota uma intensa actividade agrícola representada pelos muitos moinhos de água construídos ao longo dos cursos de água, afluentes do Liz, dos celeiros e lagares existentes na sua periferia, bem como da extensão dos campos agrícolas dominantes nesta bacia.

Não obstante a perda de várias paróquias, a cidade de Leiria soube manter o seu domínio e influência sobre os mercados mais próximos, como o relata Cabral (1993 III, 75) que dá conta do grande movimento comercial registado no final de Oitocentos, decorrente da utilização do caminho de ferro. Refere a exportação de “vinhos e seus derivados; azeite de oliveira; cereais, milho principalmente e feijão; batata; arroz; legumes; hortaliças; frutas; madeira, principalmente de pinho; penisco; cortiça e bolota’. (...). Para o Norte do País, principalmente Coimbra e Porto, vinho e aguardente simples 4.000 pipas. E exporta por intermédio de casas de Lisboa e Porto vinho e aguardente simples para Brasil, África e Inglaterra; e directamente madeira em toros para Inglaterra, França e Espanha”.

Esta situação confirma a importância da actividade agrícola sedeada nas margens do Liz e do Lena e a vantagem da implantação da cidade a meio caminho, entre os principais mercadores, do sul e do norte do país. Indica o mesmo autor (loc. cit.), que Leiria “Abastece os concelhos de Ourém, Batalha, Porto de Mós, Alcobaça e Pombal de artigos de comércio na importância não inferior a 700 contos de réis; e estes mesmos concelhos e ainda os de Tomar e Torres Novas em artigos de olaria e peixe fresco; e todo o país de artigos de vidraça, cristal e resina e seus derivados. Exporta directamente para Espanha galináceos, ovos, peixe, barro refractário e madeiras de construção”.

Sobre a importância das actividades económicas na região prossegue o referido documento (loc. cit.): “Por sua vez o concelho: ‘além de gado bovino e suíno para consumo neste concelho, importa mercearias, pano, ferragens, ferro, carvão de pedra, carbonato e sulfato de soda, farinhas de trigo, artigos de ourivesaria, areia estrangeira para vidro quebrado, para consumo directo neste concelho e nos concelhos de Ourém, Batalha, porto de Mós, Pombal e grande parte do de Alcobaça, cujo centro de abastecimento é Leiria”’. A relevância destas actividades está espelhada na dimensão da freguesia urbana e

das povoações mais próximas quando da realização dos primeiros censos da população.

Para além da actividade agrícola e dos serviços, as mudanças operadas pela industrialização registada em torno de Leiria e das principais vilas do litoral, no decurso da segunda metade de Oitocentos, permitiu alterar a situação económica da população deste município e dos municípios vizinhos. Entre estas indústrias contava-se a serração de madeiras, que utilizando desde o início do século XX a máquina a vapor no corte e preparação do material lenhoso deu origem, como refere Filipe (2000, 187), ao “maior investimento tecnológico” da sua época.

Leiria, para além da sua importância como sede de Distrito, e do contributo da indústria transformadora, bastante diversificada, destaca-se o seu papel de relevo como centro comercial e de serviços, de apoio à actividade empresarial, de ensino e formação, de saúde e administração que lhe asseguram a sua função como pólo atractivo em diferentes domínios. Como sede administrativa, distrital e concelhia, Leiria alberga um conjunto de bens e de serviços que determinavam a sua animação diária e a deslocação da população da sua área directa de influência. Como sede da diocese as festividades religiosas provocam, em datas precisas, a peregrinação das paróquias ou a participação em algumas festividades: padroeira, Corpo de Deus e outras, que reforçam a dimensão espiritual da cidade do Liz.

Para lá da povoação urbana, as freguesias próximas vieram a concorrer para o alargamento progressivo deste perímetro, quando novos moradores foram atraídos pela terciarização e urbanização da segunda metade do século passado. Daí resultou o crescimento de vários lugares, nomeadamente das áreas sub-urbanas o que levou à constituição da “quase-paróquia” de Cruz de Areia com o objectivo de assegurar o acompanhamento dos fiéis e a celebração de actos de culto a parte da cidade que pela sua concentração humana e características da população exigia esses cuidados.

Não gozando do estatuto civil de freguesia, esta parte da cidade de Leiria tem Igreja dedicada a St^a Isabel de Portugal – celebrada a 4 de Julho – sobre a qual regista a Agencia Ecclesia¹⁴⁵: “S. Isabel, filha dos reis de Aragão, nasceu no ano 1271. Era ainda muito jovem quando foi dada em casamento ao rei de Portugal; teve dois filhos. Dedicou-se de modo singular à oração e às obras de misericórdia, e suportou infortúnios e dificuldades com grande fortaleza de ânimo. Depois da morte de seu marido, distribuiu os seus bens pelos pobres e tomou o hábito da Ordem Terceira de S. Francisco. Morreu no ano 1336, quando mediava o acordo de paz entre seu filho e seu genro.”

Estas notas ajudam a compreender a evolução demográfica e os traços dominantes da população residente nas diversas paróquias suburbanas que preenchem a coroa urbana de Leiria e da sua Vigararia. A evolução da

145 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=102 6MAI13

população de 1864 aos nossos dias, mostra um crescimento linear dos seus habitantes, que em Leiria, Marrazes e Pousos, evidencia um acréscimo muito vigoroso. Este comportamento torna-se mais evidente a partir de meados do século passado e está relacionado com a quebra da letargia registada em Leiria com a intensificação do fenómeno de atracção urbana, de industrialização do seu perímetro, de terciarização dos serviços e de urbanização interna e da sua coroa próxima.

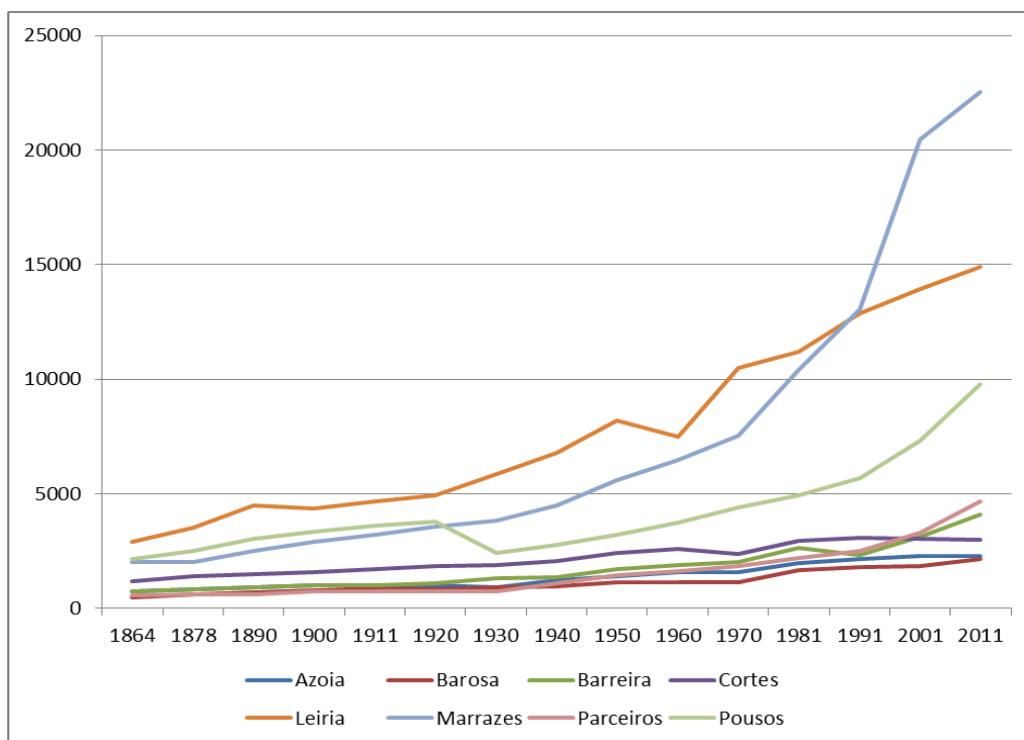
A paróquia de Leiria demorou quase um século para duplicar a sua população – 2913 habitantes em 1864 e 8185 habitantes em 1950 - e desde 1960 à actualidade, passou de 7,4 milhares de residentes para 14,9 milhares em 2011. Já na paróquia dos Marrazes esse crescimento foi mais rápido: entre 1864 e 1981 a sua população residente quintuplicou, passando de 2020 habitantes na primeira data para 10384 na segunda e de então para cá duplicou novamente registando em 2011, 22528 residentes. Conjuntamente com a paróquia de Leiria, forma o núcleo populacional mais denso da actual cintura urbana. Mais moderadamente, porque menos sujeita à urbanização galopante do perímetro urbano, a paróquia dos Pousos triplicou a sua população no decurso da centúria anterior. Neste caso, dos 2,1 milhares de residentes em 1864, passou para 4,3 milhares em 1970, duplicando desde então para ultrapassar em 2011, os 9,7 milhares.

No seu conjunto este território foi animado pelo desenvolvimento industrial ligado à expansão do parque industrial: cerâmica, madeira, plásticos, moldes, mecânica e outras e à criação de um complexo parque de serviços administrativos, financeiros e comerciais gerados pelo crescimento das actividades económicas, melhoria das acessibilidades e empreendedorismo local. Esta tem sido a evolução recente do panorama sócio-económico da área territorial e urbana de Leiria e dos eixos que daí emergem em direcção a Pombal, a Marinha Grande e a Porto de Mós, aproveitando o traçado das vias de circulação existentes e construídas.

São estas condições que justificam a evolução demográfica recente, servindo de apoio a novas propostas e iniciativas empresariais que acabam por induzir a mobilidade de vizinhos residentes nas freguesias mais periféricas para o centro urbano ou para a sua periferia imediata. Os novos habitantes, que integram as paróquias já criadas, enriquecem com a sua presença a carga humana da Diocese exigindo, em contrapartida, outras necessidades de actividade pastoral nas periferias sociais e urbanas que se foram construindo no território.

Trata-se de uma questão transversal à própria sociedade leiriense e que se traduz na avaliação contínua das necessidades e cobertura dos equipamentos sociais e culturais disponibilizados pelas autarquias com o fim de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e de contribuírem para o seu desenvolvimento humano.

Figura 9 – População:. Vigararia de Leiria



6. Vigararia de Marinha Grande

As terras da vigararia da Marinha Grande, situadas na faixa oceânica, têm como traço físico comum a extensão da cobertura de areias e outros depósitos sedimentares, que estão na origem das actividades económicas mais antigas ligadas à exploração do pinhal, bem como à actividade agrícola dos campos das margens do rio Liz. Estas referências não escondem o crescimento progressivo da sede desta paróquia e dos lugares vizinhos, em resultado da exploração silvícola do Pinhal do Rei e das actividades de natureza extractiva relacionadas com o aproveitamento de sub-produtos florestais como o pez, a resina e seus derivados, o mato e a lenha, antes da implantação da indústria vidreira nesta povoação e sede paroquial. A oferta de combustível e de areia de boa qualidade deram origem a esta indústria, levando a que a antiga fábrica de Coima, conhecida pelo fabrico de vidraça e outros artefactos de vidro (Leal, 1875.V, 75), fosse transferida para este lugar.

Com o desenvolvimento que teve esta indústria e a concentração dos serviços florestais nesta localidade, a facilidade de escoamento dos produtos

por via marítima – através do ancoradouro de São Martinho do Porto, para onde seguiam através do caminho-de-ferro americano - a povoação foi acolhendo novos habitantes atraídos pelas melhores condições de trabalho na indústria ou mesmo nas actividades do sector primário. No dizer de Leal (1875.V, 80) “o território d’esta freguesia, posto ser de areia, é bastante productivo”.

▪ Como sede da unidade vicarial, a Marinha Grande, que à data do bispado de D. Pedro Castilho, “No anno de 1600 a erigiu em freguesia, debaixo da mesma invocação do Rozario, desmembrando-os da freguesia de S. Thiago do Arrabalde da Ponte, d’onde eram freguezes”. Esta autorização veio na sequência do pedido apresentado ao Bispo de Leiria, em 1590, “pelos moradores da Marinha e Gracia (...) dizendo que tinham feito uma ermida, da invocação de Nossa Senhora do Rosário, no logar da Marinha, e pediam licença para n’ella se dizer missa, e lh’a concedeu para que os moradores, impedidos, fossem a ella, com licença do cura”.

A síntese contida no Portugal Sacro-Profano (1768) sobre a freguesia da Marinha, no Bispado de Leiria, acrescenta: “tem por Orago N. Senhora do Rosario, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de leiria duas, tem duzentos e sessenta e oito fogos”. A evocação da Senhora do Rosário¹⁴⁶ remete-nos para a batalha de Lepanto e à evocação de N^a Sr^a do Rosário pelos vencedores. Como noutras localidades desta área, a invasão das tropas francesas, no início de Oitocentos, causou mortes e transtornos diversos à população, à Igreja e às actividades produtivas que aqui laboravam. Contudo o período seguinte de consolidação da produção e das redes de transportes, facilitou o crescimento industrial desta paróquia e das suas terras vizinhas.

Fazem parte da Vigararia de Marinha Grande - freguesia elevada a concelho em 1836 - as paróquias de Maceira e de Pataias, ambas conhecidas pelas suas actividades produtivas relacionadas com a indústria de cal e cimenteira. As duas paróquias são de vocação mariana.

▪ A paróquia da Maceira tem como padroeira N^a Senhora da Luz, celebrada a 2 de Fevereiro, data que evoca, também, a ‘apresentação do Senhor’. Sobre esta celebração a Agencia Ecclesia¹⁴⁷ regista o seguinte: “Quarenta dias após o nascimento de Jesus, em obediência à lei de Moisés (Ex. 13, 11-13), Maria leva o Menino ao templo, a fim de ser oferecido ao Senhor”. Trata-se de uma devoção bastante divulgada em Portugal sobretudo no tempo das grandes viagens marítimas e conquistas em África.

Sobre a paróquia de Nossa Senhora da Luz de Maceira – outrora Nossa Senhora da Maceira – registou O Couseiro (1868, 113), “foi creada no anno

146 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=170 6MAI13

147 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=24 6MAI13

de 1517 pelo infante D. Affonso, filho d’el-rei D. Manoel, administrador ou commendatário do dicto convento de Santa Cruz, a petição dos moradores do dicto logar e dos vizinhos; e os desmembrou da freguesia de Santo Estevão, pondo-lhes somente a obrigação de virem a ella no dia do dicto Santo, a qual se acabou com a extinção da dicta freguesia de Santo Estevão”. Refere a mesma fonte (op. cit., 114), “começou esta freguesia com oitenta freguezes e de presente passa de oitocentos”¹⁴⁸.

Quanto à Maceira, registou também o autor do Portugal Sacro-Profano: “Freguesia no Bispado de leiria, tem por Orago N. Senhora da Luz, o Paroco he Cura da apresentação de Jose galvão lacerda, da Cidade de Lisboa, rende cento e setenta mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria huma e meia, tem quatrocentos e vinte e nove vizinhos”. A parte sul desta vigaria ligase já aos ‘coutos de Alcobaça’ dominados pelo Mosteiro de Santa Maria e à actividade agrícola orientada pelos monges brancos.

▪ O território de Pataias, incorporado no Bispado novo estabelece a ligação com os domínios do Patriarcado e os demais lugares do município de Alcobaça. Pataias, “Foi priorado ou curato da apresentação do Convento de Alcobaça. Até 1536 pertenceu à freguesia de Paredes. A partir de 1542, decidido por visitação passa a freguesia sendo-lhe anexada a freguesia de Paredes” (IAN/TT, 2006). Esta apresentação dá-nos conta da existência da antiga paróquia de Paredes – orago de N. Senhora da Victoria - conhecida pela importância do seu ancoradouro e local de exportação de madeiras, cereais e outros produtos da região. Esta povoação acolhia os fregueses dos lugares vizinhos que iam “aquella villa cumprir todos os preceitos religiosos” (Leal,1875.VI, 506).

Regista O Couseiro (1868, 131-132): “Tinha porto e bahia, que também andava na carta de mariar”. Mais ainda, “Esta villa se despovoou porque se descobria grande penedia na bahia, com o que não podiam vir a ella embarcações nem sair d’ella; e por isto e pelas muitas arêas que choviam nas casas e as entulhavam, se despovoou (...); tinha muitas vinhas e pomares, no valle que corre ao pé da villa, que era muito fresco e alegre; e sempre, depois de despovoada a villa, foi sitio muito continuado, por ser muito acomodado para pescaria, e de muita caça; e ainda tem uns moinhos (...)”.

Com a decadência da povoação, de 1536 a 1542, “o capelão de Paredes, dizia um domingo ahi missa e outro em Pataias”. Depois, “porque a villa estava já despovoada e n’ella não havia mais do que dous velhos e um moleiro, mandou o visitador, que fosse a freguesia em Pataias; e porque este logar era termo da villa de Paredes e a villa se extinguiu, a deram por termo a Alcobaça”.

Por sua vez, regista o Portugal Sacro-Profano (1768): “Pataias, Freguesia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Esperança, o Paroco he

¹⁴⁸ Finais do século XVII, quando foi redigido “O Couseiro”

Cura da apresentação da Mitra, rende noventa mil reis: dista de Lisboa vinte léguas; e de Leiria três, tem noventa e hum vizinhos”. A divulgação do culto à Senhora da Esperança remonta á época das grandes nevegações e à chegada dos portugueses a Porto Seguro, no Brasil,¹⁴⁹ sendo uma das muitas evocações marianas neste país.

A propósito desta freguesia lê-se no site oficial do município de Alcobaça¹⁵⁰: “Pataias sempre teve uma tradição industrial, perde-se na memória dos tempos a sua mais antiga actividade, a dos fornos de cal, nesta data já inactivos. Indústria do vidro e subsidiária, como era o caso das empalhações que também existiram. Cimentos, moldes para plásticos, serralharia civil, mobiliário em todos os estilos, metalurgia, transportes rodoviários, material áudio, cerâmica, pecuária, estufas agrícolas, soldas, produtos alimentares, são indústrias que fazem parte do quotidiano da freguesia. O comércio é também muito diversificado e importante, podendo mesmo dizer-se que há um pouco de tudo, sendo ainda de considerar a agricultura.” Estas foram algumas das razões que justificaram a criação de diversos serviços e infra-estruturas que favoreceram a sua elevação a Vila, em 1984.

O crescimento destas povoações, assente essencialmente na actividade agrícola, na exploração do subsolo de margas calcárias para o fabrico de cal, beneficiou ainda dos avanços tecnológicos que caracterizaram a Revolução Industrial e da abundância de fontes de energia naturais, como o carvão vegetal e a lenha do Pinhal de Leiria. Temos referência à sua plantação em Duzentos (ou mesmo antes), com o intuito de fixar as areias das dunas litorais, arrastadas pelos ventos marítimos de oeste que arrasavam os campos de cultivo situadas mais para o interior. Esta plantação veio permitir a exploração florestal, destinada inicialmente à construção naval, à sua exportação como combustível para produção de energia, bem como à produção de pez ou alcatrão vegetal utilizado essencialmente na calafetagem das embarcações e à produção de resina para produção de pez, alcatrão e aguarrás, com “o seu princípio em 1858” (Bernardes, 1981, 66), e reconhecidos no mercado externo.

Regista Filipe (2000, 230), que “entre 1815 e 1825, o concelho de Leiria apresentava, para um total de 25 estabelecimentos fabris, 564 operários, dos quais 515 pertenciam à Real Fábrica de Vidros”. Mais ainda, “para além da vidraria, os sectores produtivos dividiam-se pela cerâmica, a mais numerosa, com os seus 12 estabelecimentos, pela chapelaria, pelos cortumes e pela estamperia” (loc. cit.). Para além destas, contavam-se ainda “unidades de produção de cal, cimento, cerâmica e vidro” (Mendes, 1993, 4), actividades que beneficiaram da fonte de combustível fornecida pelo Pinhal do Rei.

149 Cf: <http://blog.cancaonova.com/nossasenhora/2011/04/14/nossa-senhora-da-esperanca/> 7MAI13

150 <http://www.cm-alcobaca.pt/index.php?ID=2023> 1MAI13

Os dados dos primeiros censos da população, de 1864 e de 1878, registam a importância relativa de cada um destas freguesias. Mais tarde, no primeiro quartel do século XX, dá-se a constituição da Empresa de Cimentos de Leiria (criada em 1919), cuja actividade laboral arrancou em 1923 com a instalação do primeiro forno rotativo para produção de cimento Portland destinado ao mercado nacional. De acordo com J. Osório da Rocha e Melo (Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria, 1943, 301), esta indústria dava assim seguimento a uma tradição, iniciada ainda no século XIX por João Guedes, com a “exploração de margas com que fabricava um cimento natural, com uma certa aceitação”, cuja produção se elevava em 1900 a 1000 toneladas /ano. Esta a indústria que animou a freguesia vizinha da Maceira e outras povoações, cuja mão-de-obra local beneficiou do emprego concedido pelas unidades fabris então criadas, garantindo uma base de sustento fixa aos seus moradores.

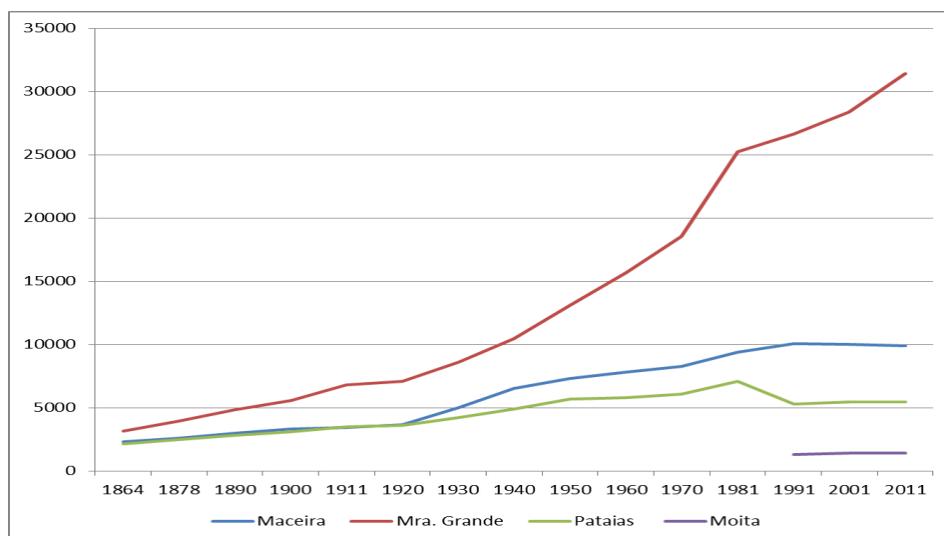
Já durante o século passado assistiu-se à diversificação industrial em torno da Marinha Grande e do centro urbano de Leiria, com a construção de um eixo industrial relevante após o termo da 1ª guerra mundial. A propósito, regista Mendes (1993, 78-100) o seguinte: “A partir dos anos de 1920 começa-se a verificar a instalação de uma indústria de moldes na área do concelho da Marinha Grande. Primeiro, moldes para vidro, depois, moldes para plástico. (...). Por seu turno, na década de 1950 multiplicaram-se as fábricas de plástico, estabelecidas no eixo de Leiria-Marinha Grande, assumindo, ainda por toda a década de 1970, importante relevância económica. Posteriormente, contudo, a indústria de moldes afirmar-se-ia como a ‘indústria de ponta’ de todo o sector, posicionando-se, no volume de negócios que propicia, acima de outras áreas industriais relevantes na economia do Distrito, como seja as cerâmicas, as de extracção de inertes e as de construção civil”.

O incremento destas actividades está patente na evolução da população residente no conjunto das três paróquias que integram esta vigararia, em particular na sede do concelho cuja evolução, entre 1864 e 1940, permitiu triplicar a população residente, passando esta de 3,125 milhares habitantes na primeira data, para 10, 430 milhares na segunda. Em 2011 esse valor ultrapassou os 31,413 milhares de habitantes, valor que realça a dimensão residencial, industrial e de serviços localizados no seu território. Quanto às demais paróquias, a variação registada na Maceira e, sobretudo em Pataias, acompanha a marcha do parque industrial e das actividades ligadas aos serviços que as animam. Assim o faz entender a população recenseada desde 1864:

- Maceira: 2331 habit. em 1864, 10087 em 1991 e 9114 em 2011;
- Pataias: 2120 habit. em 1864, 7082 em 1981 e 5451 em 2011.

A freguesia de Moita beneficia da proximidade do centro urbano de Marinha Grande e dos serviços religiosos da sua paróquia.

Figura 10 – População: Vigararia de Marinha Grande



7. Vigararia de Milagres

Os traços físicos da Vigararia dos Milagres exprimem a sua localização em zona intermédia, entre as baixas do Liz e os terraços marítimos que estabelecem a ligação da zona litorânea com as plataformas intermédias mais interiores, erodidas pelo traçado da rede hidrográfica que drena a bacia do Liz. Tal como este curso de água, que tem a sua nascente em terrenos do maciço calcário estremenho - fontes do Liz, junto das Cortes – outros cursos de água há que têm origem semelhante, em exurgências naturais decorrentes de cursos de água subterrâneos existentes no interior do maciço cársico.

▪ Assim acontece na Caranguejeira, povoação “situada em uma ribeira, que tem 6 kilometros de comprido e um de largo, entre montes muito altos” (Leal, 1874.II. 102), desmembrada de Espite. O rio que deu o nome à povoação tem a sua origem no “Olho da Fonte, do manancial d’este nome, e de outro chamado Olho do Seixo; sendo a agua d’aquelle quente e a d’este fria, apesar de estarem ambos próximos” (loc. cit.).

Sobre a produção local, regista-se ser este lugar “muito fresco com hortas, pomares, vinhas, olivae, fontes, rio e uma ribeira, e varzea, que dá muito bom pão, posto que o rio faz muitas perdas nas terras, e há excelentes serejas trigaes”. No brasão desta freguesia estão representados os símbolos da flor do Liz, dois pinheiros, evocando a floresta que cobre a terra e um cacho de uvas, representando a importância da cultura vinícola nas terras da paróquia. Sobre

esta terra, lê-se no Portugal Sacro-Profano (1767): “Caranguejeira, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Christóvão, o Pároco he Cura da apresentação da Mitra, rende cicoenta mil reis: dista da cidade de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria huma e meia, tem setenta e nove fogos”. Quando da redacção de O Couseiro (1868, 155), tinha “quinhentas pessoas, e mais, de sacramento”.

A escolha de São Cristóvão como orago, evoca a imagem do “cananeu rude, alto de estatura. Inculto, mas inteligente, desejava conhecer e servir ao rei mais poderoso da terra”, chamado de Réprobo¹⁵¹ que, certo dia encontrou na margem “uma criança que com caridade pôs em travessia. Pesava muito; peso descomunal. Correu risco de não suportar e se afogar nas águas caudalosas. Ao chegar ao outro lado, reclamou: ‘você me causou perigo e quase me levou à morte. Porque pesa tanto? Parecia-me ter o mundo inteiro sobre os ombros’. O menino então esclarece: ‘tranqüiliza-te; sou o Cristo a quem serves. Transportastes o rei da terra, o criador do mundo’. Por isso, terminada a catequese, o santo eremita o batizou com o nome de Cristóvão, que significa Transportador de Cristo.”

Conjuntamente com as demais paróquias desta área, Caranguejeira é um dos núcleos de povoamento mais antigo situada em terras pouco acidentadas, dominadas pela actividade agrícola, pela abundância de caça e muita fruta (loc. cit.) produzida na veiga deste curso de água, afluente do Liz, ao qual se junta próximo da cidade de Leiria.

▪ Já a povoação de Arrabal, desanexada da freguesia de S. Pedro em 1592, é exemplo de mais um lugar de origem árabe. Regista Leal (1873.I, 238) que “deriva-se da palavra arabe ‘arrabad’, instrumento musico, espécie de rebeca (...). Significa povoação da rebeca”. Por sua vez O Couseiro (1868, 199) indica que esta freguesia, de Santa Margarida, tem “170 fogos, pouco mais ou menos”, havendo nela “por baixo das casas que estão acima da igreja, juncto ao caminho que vai para Caldellas, está uma fonte, que no inverno secca ou tem muito pouca água e no verão está cheia”.

Sobre a mesma descreve o Catálogo Alfabético de todas as freguesias dos Reinos de Portugal, e Algarve (...) (1767): “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago Santa maria, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria huma e meia, tem trezentos e três vizinhos”.

▪ Por sua vez a paróquia de São Paulo, em Amor, “fundada pelo Bispo de Leiria D. Dinis de Melo e Castro em 1630, ano em que foi desanexada da freguesia de São Tiago do Arrabalde” (IAN/IT, 2006). Conforme Escreveu Leal (1873, 200): “É situada em uma baixa, entre pinhaes. Produz milho e feijão, e do mais pouco”. Esta a descrição deste território ancorado na

151 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/formacao/internas.php?id=&e=40927MAI13>

margem esquerda do Liz e partilhando os terrenos férteis do seu vale, a par das areias de duna que o ligam à faixa atlântica e litoral.

Sobre esta povoação, regista O Couseiro (1868, 207): “No anno de 1630 levantou na freguesia d’Amor, desmembrando da de S. Thiago os moradores do dicto logar e os mais que lhe anexou, por quanto no inverno, com as cheias não podiam vir á freguesia”. À data da redacção deste documento tinha duzentos e quarenta fogos (op. cit., 209). Já o citado Portugal Sacro-Profano (1767), regista: Amor, “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Paulo Apostolo, o Paroco he Cura apresentado pela Mitra, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria huma e meia, tem trezentos e três vizinhos”. Sobre a figura histórica do orago, uma das fontes consultadas destaca da biografia de São Paulo, o seguinte¹⁵²:

”O apóstolo dos gentios e das nações nasceu em Tarso. Da tribo de Benjamim, era judeu de nação. Tarso era mais do que uma colônia de Roma, era um município. Logo, ele recebeu também o título de cidadão romano. O seu pai pertencia à seita dos fariseus. Foi neste ambiente, em meio a tantos títulos e adversidades, que ele foi crescendo e buscando a Palavra de Deus. Combatente dos vícios, foi um homem fiel a Deus. Paulo de Tarso foi estudar na escola de Gamaliel, em Jerusalém, para aprofundar-se no conhecimento da lei, buscando colocá-la em prática. Nessa época, conheceu o Cristianismo, que era tido como uma seita (...). Tornou-se, então, um grande inimigo dessa religião e dos seguidores desta. Tanto que a Palavra de Deus testemunha que, na morte de Santo Estevão, primeiro mártir da Igreja, ele fez questão de segurar as capas daqueles que o [Santo Estevão] apedrejam, como uma atitude de aprovação. Autorizado, buscava identificar cristãos, prendê-los, enfim, acabar com o Cristianismo.” Convertido ao Cristianismo, Saulo foi batizado por Ananias.

A relação desta paróquia e dos lugares vizinhos com a bacia do Liz, justifica que evoquemos as crises que durante o século XIX assolaram a agricultura nos campos deste rio. Descreveu Bernardes (op. cit., 18-19) a ruína dos campos de Liz, bem como a outras ocorrências relacionadas com a falta de apoios à principal indústria nacional, que era a actividade agrícola. Para além das crises sociais geradas pela escassez de alimentos dos habitantes de menores rendimentos, esta situação foi ainda responsável pela exportação periódica da mão-de-obra local para outras regiões do continente especialmente para a região da Borda d’água, para os trabalhos da monda, da ceifa de trigo e arroz, das vindimas e para a apanha da azeitona.

Este foi um movimento intenso que se fez sentir nas áreas litorais e no interior deste território, alimentando um tipo de migrações internas que identificaram o Portugal rural até ao arranque da industrialização de Oitocentos e sobretudo de Novecentos, quando das alterações sociais profundas ligadas à emigração, à urbanização e à terciarização desta área.

152 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=25 &mes=1>

▪ Em data mais recente foi criada a paróquia próxima de Regueira de Pontes, a do Senhor Jesus dos Milagres. Regueira de Pontes na sua evoção a S. Sebastião, recorda o mártir¹⁵³ – celebrado a 20 de Janeiro – que “Foi martirizado em Roma no começo da perseguição de Diocleciano. O seu sepulcro, na Via Ápia ‘ad Catacumbas’, foi venerado pelos fiéis desde a mais remota antiguidade”.

O território de São Sebastião de Regueira de Pontes está situado “sobre a estrada de Leiria a Ortigosa” (Leal, 1878.VIII, 108), recebeu a Pia baptismal da igreja de N^a Sr^a dos Anjos de Leiria, foi tornada paróquia em 1713. De então para cá a freguesia situada nas margens e campos férteis do Liz, marcada pela riqueza agrícola e criação de gado, evoca no seu brasão o azul da água deste rio e as pontes utilizadas na sua travessia, as setas evocativas do seu orago, mártir São Sebastião e a o sino da igreja, regulador das tarefas agrícolas.

▪ Por sua vez a criação da Paróquia do Senhor Jesus dos Milagres, situada em lugar deserto “cujos matos davam pastagem aos gados do povo d’esta ribeira visinha, sempre denominada as ‘Quintas’ da Ribeira de Godim, que n’este tempo pertencia à freguesia de S. Sebastião de Regueira de Pontes (...)” (O Couseiro, 1828, 128), tem a sua origem na cura de um paralítico, Manuel Francisco Maio, que no decurso de uma aflição terá invocado a protecção do Senhor Jesus de Aveiro - invocado na Capela do Senhor Jesus dos Milagres das Barrocas (1722), na paróquia de Vera Cruz, em Aveiro - e na devoção estabelecida após a cura daquele paciente junto do local onde este mandou colocar um retábulo, com a imagem do Senhor Jesus (op. cit., 221).

Colocada, juntamente com uma cruz de madeira, no local do acontecimento, regista Leal (op. cit., 221) que: “os gados que actualmente vinha pastar a estas charnecas vizinhas, fugiam, obrigados da mosca, e vinham juntar-se ao pé da cruz. Alli paravam e se deitavam, virados para o Senhor, formando um circulo em torno da cruz. Causou isto tanta admiração a estes povos visinhos, que todos os ranchos, vinham visitar o Senhor, a quem n’este tempo chamavam o Senhor do Maio”. Prossegue o mesmo autor referindo que, “como o Senhor foi servido logo fazer inumeráveis mercês a quem o invocava com viva fé, todos exclamavam: ‘Senhor dos Milagres!’ e os mesmos que receberam os prodígios, lhe pozeram este soberano título”.

Com as ofertas recolhidas neste lugar, o bispo de Leiria mandou edificar um templo condigno e em meados de Oitocentos criou a respectiva paróquia desanexando-a de Regueira de Pontes. Aí acorriam peregrinações de diversos pontos de país, com romagens de Círios, de andores e pagamento de

153

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=156MAI13

promessas de forma distinta, devoções que se esbateram ao longo do século anterior acompanhando a ascensão dos santuários Marianos.¹⁵⁴

Do brasão da freguesia retira-se a simbologia do acidentado do relevo local, o azul das águas dos campos que a cercam, a espiga de milho elucidativa da produtividade dos campos agrícolas e duas árvores em forma de pinheiro, evocando a cobertura florestal do seu termo. O coração, a vermelho, a fé dos romeiros ao seu santuário.

De um dos sites oficiais do turismo regional¹⁵⁵, transcrevemos a seguinte descrição:

“Reza a história que, na localidade hoje conhecida por Milagres, existia um paralítico que se deslocava arrastando uma cortiça. Um dia, quando Manuel Francisco Mayo saiu para mendigar, a sua cortiça partiu-se e ele ficou sem ter com que se deslocar. Como naquela época se contavam muitas histórias sobre os milagres protagonizados pelo Senhor Jesus de Aveiro, o mendigo resolveu invocá-lo em sua ajuda, prometendo-lhe a oferta de um quadro. Surpreendentemente, Manuel Francisco Mayo adormeceu e quando acordou já podia andar. O Milagre espantou as gentes daquela localidade, quando passaram a visitar o local. Os anos passaram e o milagrado não conseguia cumprir a sua promessa e levar o seu quadro à Igreja do Senhor de Jesus, em Aveiro, por não ter posses para a deslocação. Um padre aconselhou-o então a colocar o quadro no sítio onde tinha acontecido o milagre, e ele assim o fez, pondo o quadro numa cruz. As gentes continuaram a visitar este local, e diz-se que outros milagres aconteceram.

Com o dinheiro das esmolas a população começou a erguer a igreja, pela mão dos mestres José e Joaquim da Silva, do Juncal. Inspirados nos traços do barroco erudito, os dois mestres começaram a construir a igreja em 1732. Em 1750, o interior do edifício estava concluído, faltando no exterior as torres e o gradeamento da galilé superior, terminados já no final do século XIX, por intervenção do arquitecto Korrodi. Contam as gentes que Manuel Francisco Mayo também participou da construção do santuário e, um dia, por descuido caiu do alto do escadote, levando todos a acreditar que ele estava morto. Mas este de imediato se levantou, levando o povo a acreditar que teria sido mais um milagre. Esta história pode ser lida nos azulejos que se encontram na capela-mor do Santuário.

Durante muitos anos, os peregrinos acorriam aos milhares, tornando os Milagres num local de peregrinação muito requisitado. As aparições de Fátima viriam a encaminhar os peregrinos para aquela localidade, diminuindo um pouco a procura ao Santuário dos Milagres. Hoje, a celebração do Senhor Jesus dos Milagres ocorre no segundo fim-de-semana de Setembro e é muito

154 <http://www.rt-leiriafatima.pt/site/frontoffice/default.aspx?module=Article/Article&ID=230> 8MAI13

155 <http://www.rt-leiriafatima.pt/site/frontoffice/default.aspx?module=Article/Article&ID=230>

famosa pela sua procissão de andores, que atrai ali dezenas de pessoas, vindas de todo o país.”

▪ Por sua vez, a mais jovem paróquia, de Santa Eufémia tem como orago N^a Senhora da Conceição, cujo culto em Portugal foi oficializado¹⁵⁶ “por Dom João IV, primeiro rei da dinastia de Bragança, que fora aclamado a 1^o de dezembro de 1640, quando se iniciava a oitava da festa da Imaculada Conceição. Seis anos depois, com a aprovação das Cortes de Lisboa, o rei dedicou à Virgem Imaculada o reino português.” Em data posterior, o dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora foi proclamado pelo papa Pio IX, em 1854.

Os dados referentes à população residente nas unidades paroquiais existentes em final de Oitocentos, dão conta do seu crescimento em data próxima ao termo do Bispado novo de Leiria e a sua evolução depois da sua restauração. No seu conjunto, ao crescimento favorável registado em todas as paróquias desde 1864 até ao início dos anos sessenta sucedeu, em 1970, uma quebra quase generalizada de habitantes, seguida de novo acréscimo a partir de então. A este respeito importa salientar que estas perdas de então assinalam um período de forte emigração da região de Leiria para França e Alemanha, o que pode justificar as perdas registadas no censo de 1970. Na simbologia do seu brasão, a freguesia de Santa Eufémia faz referência às espigas da fertilidade e ao ramo de oliveira, produtos da terra, bem como ao azul da água das suas ribeiras. A espada parece evocar o martírio da Mártir escolhido para evocar o nome da santa que deu o nome à povoação, morta no terceiro século D.C. no tempo do Imperador romano, Diocleciano.

Tal como sucede nas paróquias suburbanas é de notar como a proximidade à cidade justifica um maior volume de população nas paróquias de Amor e de Caranguejeira – 4747 habitantes e 4691 habitantes em 2011, respectivamente. Estes valores traduzem uma evolução progressiva dos seus habitantes desde 1864 – triplicando os valores de então – movimento este acompanhado pela sede da vigararia, a paróquia dos Milagres cuja evolução, semelhante às anteriores até 1960, foi interrompida nas duas décadas seguintes e recuperada desde então. Entre as causas apontadas cita-se o desmembramento desta paróquia e a criação da freguesia de Bidoeira.

▪ A paróquia de Bidoeira de Cima, desmembrada de Sta Eufémia, Aqui¹⁵⁷ “estão instaladas na área da Freguesia cerca de 50 empresas, dos sectores de madeiras, carpintarias, construção civil, mármore, serralharias civis, mecânicas e alumínio, transformação de cimentos e argilas (com extracção), produtos alimentares, e comércio diverso. Na área agrícola, são relevantes a produção hortícola e floricultura em estufa, bem como aviários, vacarias e suiniculturas”.

156 http://www.nossasenhoadocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_daconceicao.asp 8MAI13

157 <http://www.bidoeira.pt/a-freguesia/caracterizacao/> 3MAI13

Esta paróquia escolheu como padroeira o Imaculado Coração de Maria. De acordo com a Agencia Ecclesiae¹⁵⁸ esta celebração, a 8 de Dezembro, está ligada ao tempo do Advento e remonta ao século XI, “Enaltecendo a Virgem Maria, esta Solenidade, em vez de nos desviar do Mistério de Cristo, leva-nos, pelo contrário, a exaltar a obra da Redenção, ao apresentar-nos Aquela que foi a primeira a beneficiar dos seus frutos, tornando-se a imagem e o modelo (...)”. O culto ao Sagrado Coração de Maria, celebrado também a 12 de Junho, entrou na liturgia comum em 1648¹⁵⁹.

Foi “a partir das aparições da Virgem Maria, em Fátima, que a devoção tomou um novo impulso conforme escreveu o Cardeal Cerejeira: ‘A missão especial de Fátima é a divulgação no mundo do culto ao Imaculado Coração de Maria.’ De acordo com esta fonte (loc. cit.), ‘Foi no dia 13 de Junho, em Fátima que a Santa Virgem apresentou o coração circundado de espinhos pedindo reparação e pronunciando estas palavras: ‘Jesus quer estabelecer no mundo a devoção ao meu Imaculado Coração’ (...). A devoção ao Imaculado Coração de Maria foi intensificada ao tempo do Papa Pio XII que a 4 de Maio de 1944, ordenou que a festa fosse observada em toda a Igreja para que Maria intercedesse, pela paz entre as nações, a liberdade para a Igreja, a conversão dos pecadores. Foi no dia 25 de Março de 1984 que o Papa João Paulo II, consagrou solenemente o mundo ao Coração Imaculado de Maria”.

Das paróquias identificadas com um crescimento constante da sua população referem-se ainda os casos de Arrabal e de Regueira de Pontes, cuja proximidade ao centro parece equilibrar os efeitos da desruralização da periferia urbana e as facilidades de comunicação ao centro. Note-se que o processo de crescimento industrial e a melhoria das condições de transporte, abastecimento de energia eléctrica e emprego, estendendo-se à coroa próxima da cidade de Leiria, beneficiou a população residente que foi aumentando no decurso do século passado. Correspondendo a este acréscimo foram criadas novas freguesias e paróquias, Boavista, Santa Eufémia e depois de 1974, a Bidoeira.

A evolução crescente de habitantes traduz as condições a marcha das actividades económicas sediadas no centro urbano e na cintura industrial de Leiria. São disso exemplo as empresas instaladas em Bidoeira de Cima e na Boavista.

▪ A paróquia da Boavista, cuja localização próxima a Leiria e acessibilidade às vias de comunicação tem beneficiado a implantação de diversas actividades humanas ligadas à exploração primária e secundária dos recursos naturais, como ao comércio e serviço. É de destacar o misto de actividades económicas evocadas na simbologia do seu brasão, a saber: “escudo verde (símbolo da floresta circundante); porco de ouro malhado

158 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=210 6MAI13

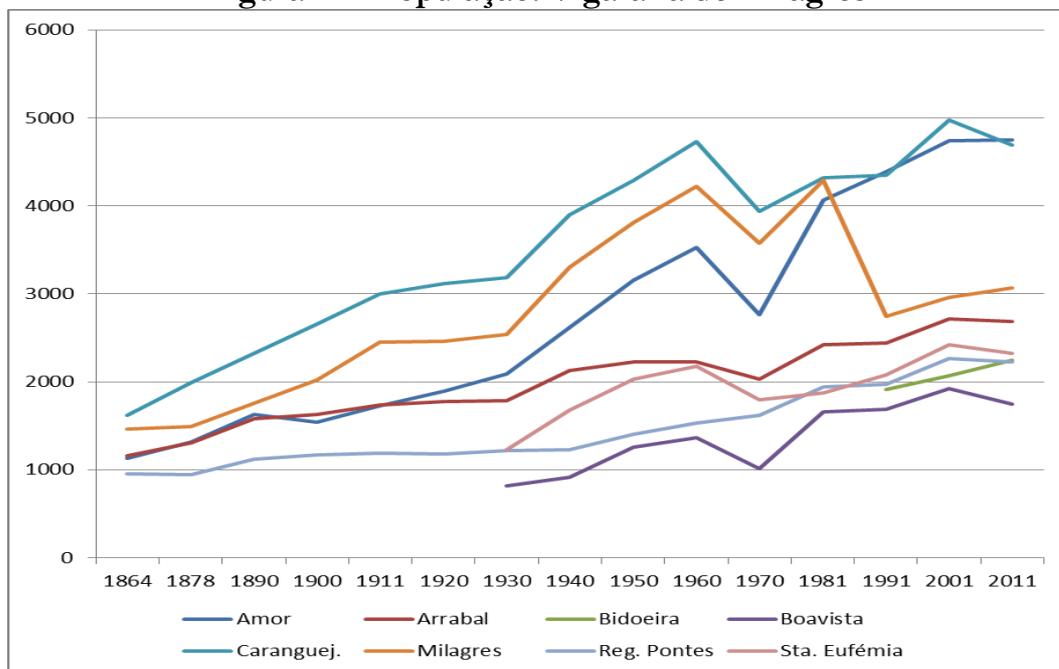
159 <http://marcioreiser.blogspot.pt/2010/05/imaculado-coracao-de-maria.html> 7MAI13

negro (símbolo da pecuária); flor-de-lis de prata (símbolo do conselho de Leiria); duas espigas de trigo de ouro (símbolo da principal actividade económica).”

A padroeira desta paróquia – N^a Senhora das Dores¹⁶⁰ – “Refere-se às sete dores da Virgem Maria: a profecia de Simeão, a fuga para o Egipto, a perda do menino Jesus, o encontro no caminho do Calvário, a morte de Jesus, o golpe da lança e a descida da cruz, e o sepultamento de Cristo”. É celebrada a 15 de Setembro, evocando-se nesta celebração a antiguidade das¹⁶¹ “muitas fervorosas devoções se dirigiram as dores de Maria, criando-se imagens históricas de seus sofrimentos. ‘A Piedade’, representa a Senhora tendo seu Filho morto nos braços. Da Soledade, é Maria isolada, levantando os olhos ao Céu ou então para a Cruz tendo nos braços o Santo Sudário.”

Apesar da emigração registada na segunda metade de Novecentos, há a salientar o movimento de urbanização e terciarização e acréscimo de emprego desta periferia leiriense.

Figura 11 – População: Vigararia de Milagres



160 <http://www.jf-boavista.pt/> 3MAI13

161 http://www.nossasenhoradocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_dasdores.asp 8MAI13

8. Vigararia de Monte Real

O território da Vigararia de Monte Real, situado na área de transição das colinas gresosas que ladeiam pelo interior a bacia do Liz e as dunas do litoral, identifica-se no seu conjunto pela sua planura e integração das suas paróquias na área da bacia hidrográfica do rio Liz. Do ponto de vista humano realça um processo de povoamento antigo fortalecido em torno da antiga paróquia do Santíssimo Salvador, do Souto e a colonização das áreas litorâneas decorrentes do processo de Reconquista, da drenagem dos campos do Liz e do arroteamento das charnecas e baldios que acolheram diversos casais no decurso da consolidação do antigo reino de Portugal, na sua extensão para sul do Mondego.

▪ Sobre a mais antiga destas paróquias, Souto da Carpalhosa, refere O Couseiro (1868, 134): quando da criação do Bispado de Leiria, foi esta anexada quando pertencia ao “bispado de Coimbra e não da jurisdição do prior-mór”. Não se sabendo a data da sua criação observa este mesmo texto (loc. cit.) que, “no anno de 1218, sendo já freguesia, com cura, chamando Estevão, cónego de Santa Cruz, fizeram doação d’uma propriedade, que tinham no logar do Souto, um Pedro Mendes, e Pedro Vieira, e outros moradores ao prior e religiosos da Santa Cruz, para n’ella fazerem egreja e cemitério”. À data deste escrito, a freguesia contava com “mais de mil pessoas de sacramento” (op.cit., 135).

A evocação ao Santíssimo Salvador do Mundo presta homenagem a Jesus Cristo, conhecido igualmente noutras paróquias por São Salvador do Mundo, uma das designações que Lhe são atribuídas na data da sua transfiguração. Na sua figuração surge com o globo na mão com uma cruz fincada, que representa o mundo cristão - simbolizando também que Ele é Deus do universo¹⁶² - evocando um dos mais antigos títulos dados a Jesus Cristo quando da sua transfiguração em aparição luminosa aos apóstolos Pedro, Tiago e João.

Trata-se da festa católica da Transfiguração que, de acordo com a Enciclopédia Católica Popular, é a “festa litúrgica do Senhor (6 de Agosto) evocativa do episódio narrado nos três Sinópticos (Mt 17, 1-9; Mc 9, 2-10; Lc 9, 28-36) e recordado em 2Pe 1, 16-18 como esteio do anúncio de J. C. como glorioso Filho de Deus. Celebrada no Oriente desde o séc. V, foi introduzida no calendário geral da Igreja latina pelo Papa Calisto III, em 6.8.1457, a assinalar uma vitória sobre os turcos otomanos. No monte Tabor (segundo a tradição), três dos discípulos predilectos de J. C. (Pedro, Tiago, João) viram por momentos a glória do Senhor, ouviram a voz do Pai, compreenderam a ligação íntima entre o AT (figurado por Moisés e Elias) e o NT (polarizado

162 Assim é representado na Catedral de Olinda (BR)

<http://apostoluschristi.blogspot.pt/2012/08/padroeiro-de-olinda-sao-salvador-do.html>

10MAI13

pelo ‘Filho do Homem e Salvador da Humanidade), e experimentaram uma amostra fugaz da glória futura. João Paulo II incluiu a T. entre os “mistérios luminosos” do *Rosário.”

Com a construção do templo reforça-se o domínio Igreja matriz sobre os casais vizinhos, em cuja área subsistem diversos templos que dão continuidade a um povoamento antigo distribuído ao longo de pequenas elevações sobranceiras aos terrenos da bacia hidrográfica do Liz ou já em locais de cotas inferiores, junto dos campos de alguns dos seus afluentes. No primeiro caso, refere O Couseiro (1868, 135-137) as capelas de Santo António, acima do lugar do Souto – anteriormente designada Nossa Senhora da Portela - e Santo António, em Chã das Laranjeiras; N^a Senhora da Victória, em Riba d’Aves; St^o Ildefonso, nos Conqueiros e a capela de S. Bento, no Casal – ‘Porto de St^o Ildefonso’ (loc. cit.). Quanto às segundas, servem de referência a ermida de Santo Amaro, na Ortigosa – conhecida pela importância da sua festa – ou mesmo a capela de São Martinho, das Várzeas. Neste caso o templo terá sido transferido do cimo do Outeiro de S. Martinho, sendo pertença de uma Gafaria, “que existiu um pouco mais abaixo, no sítio ainda hoje chamado ‘Gafaria’ (Leal, 1880.IX, 449).

Dos símbolos representados no seu brasão destaca-se, sobre o escudo de ouro,¹⁶³ “dois castanheiros de vermelho, arrancados e frutados do mesmo e folhados de verde, alinhados em faixa; em chefe, flor-de-lis de azul.”

No decurso dos séculos seguintes à Reconquista foi parte deste território litoral desanexado da diocese de Coimbra para a formação do bispado de Leiria. Com o processo de arroteamento e intensificação da criação de paróquias Joaninas, foram desanexadas do território de Leiria e desta freguesia as paróquias de São João Baptista de Monte Real e a paróquia de N^a Sr^a da Piedade de Monte Redondo.

▪ A paróquia de Monte Real situa-se na sede do concelho Dionisino de Monte Real, elevado a paróquia em 1512 por desmembramento de S. Tiago de Leiria. À data da sua criação possuía apenas “quarenta moradores” (O Couseiro, 1868, 108). A reduzida dimensão da antiga vila – com “juiz ordinário, camara, com trez vereadores”, que tinha por termo o lugar de ‘Segodim’ gozava deste privilégio concedido pelo foral de D. Dinis em 1310, aos “povoadores da minha ‘póbra’ (póvoa) que se chama ‘Mon-Real’ e a todos os seus sucessores, por tal preito e sob tal condição, que eles ‘pobrem’ povoem), lavrem e ‘afruitem’ todo o dito reguengo, e o ‘rompam’ (arroteem)”. Referia-se o monarca do reguengo de Camarreu, conhecido depois, por Campo, anexo ao monte da ‘Bóca’, sede da respectiva Póvoa.

O referido Campo “realengo, é porque todo foi d’el-rei” (O Couseiro, 1868, 111). De acordo com este documento (op. cit., 112), “Começa o dicto campo no logar da Barroza, defronte d’elle, e vae correndo até ao mar e pelo

163 <http://www.soutocarpalhosa.freguesias.pt/> 3MAI13

meio o rio; e d'uma parte e outra estão muitos logares, povoações e freguesias; como é, da parte do mar, Barroza, Barreiros, Amôr, Coucinheira, Monte Real, Granja, Cravide, Passagem e Vieira, e da outra parte, Gandara dos Olivaes, Regueira de Pontes, Riba d'Aves, Ruivaqueira, Lagoa, Varzeas, Arroiteia, e outros muito logares, d'uma e outra parte”.

Por sua vez o Portugal Sacro-Profano (1767) refere que esta freguesia, “no Bispado de Leiria, tem por Orago S. João Baptista, o Paroco he Cura da apresentação do povo, rende noventa mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria duas, tem cento e trinta e oito vizinhos”. Do site da freguesia transcrevemos o seguinte: “Monte Real é uma Vila de características urbanas com alguns espaços de cariz rural, onde se pratica uma policultura tradicional de subsistência a par de uma monocultura moderna com base no cultivo do milho que se desenvolvem também pelos restantes lugares que formam a Freguesia (Serra de Porto de Urso, onde se encontra instalada a Base Aérea n.º 5, Segodim, Granja e Brejo)”.¹⁶⁴

Tem como orago São João Baptista - celebrado a 24 de Junho, filho de Zacarias e de Isabel – o qual,¹⁶⁵ “Tendo trinta anos de idade, recebeu São João ordem divina para sair do deserto e encetar sua missão, que era de pregar os caminhos ao Messias. João Batista percorreu toda a região do Jordão pregando o batismo de penitência, para a remissão dos pecados. Vieram, então, de Jerusalém e de toda a parte da Judéia, grandes turbas. Todos se faziam batizar por ele no Jordão, confessando os seus pecados. (...). Os santos Evangelhos contam minuciosamente o que ele pregou, que conselho deu às pessoas que o procuravam, entre estas aos soldados; falam da grande graça que teve, de receber a visita de Nosso Senhor, que quis por ele ser batizado e naquela ocasião o Espírito Santo desceu visivelmente, pairou sobre Jesus Cristo e ao mesmo tempo se ouviu do céu uma voz: ‘Este é meu Filho muito amado, em quem pus minha complacência’. A celebração da sua degolação celebra-se a 29 de Agosto.”

▪ A paróquia de N^a Senhora da Piedade de Monte Redondo, criada em torno da igreja de N. Senhora da Piedade onde existia anteriormente uma capela da mesma dedicação, “foi feita em terra que era prazo da comenda d’Alcobaça” (O Couseiro, 1868, 194). Foi desanexada do território de Santíssimo Salvador do Souto, em 1589, a pedido de habitantes dos lugares de Monte Redondo, Coimbrão, Ervideira “e uns casaes e uns moinhos, do mesmo districto” (loc. cit.). Quando da redacção de O Couseiro, a população passava de Duzentos fogos.

Com esta desanexação ficaram estabelecidos os limites setentrionais da diocese de Leiria fixando-se os fregueses às novas Igrejas e capelas, em locais próximos da sua residência para o cumprimento dos actos de culto estabelecidos no calendário litúrgico. Note-se que a diversidade de pequenos

164 <http://www.jf-montereal.pt/freguesia.php> 3MAI13

165 <http://www.paginaoriental.com/santosdaigreja/jun/joobatista2406.htm> 7MAI13

curtos de água, mesmo que intermitentes, eram cenário de inundações periódicas, que no Inverno impediam a livre circulação de pessoas e animais nos campos e caminhos vizinhos dos campos do Liz e dos seus afluentes.

O Portugal Sacro-Profano (1767) regista o seguinte: “Monte Redondo, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Piedade, o Paroco he cura da apresentação da Mitra, rende cento e trinta mil reis: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Leiria três, tem duzentos e setenta e seis vizinhos”. A evocação da Senhora da Piedade “relembra que Jesus, após o descimento da Cruz, foi entregue aos braços de sua Mãe Mãe Santíssima”¹⁶⁶, Que assume diferentes designações¹⁶⁷: “Nossa Senhora das Dores (também chamada Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora da Soledade, Nossa Senhora das Angústias, Nossa Senhora das Lágrimas, Nossa Senhora das Sete Dores, Nossa Senhora do Calvário ou ainda Nossa Senhora do Pranto, e invocada em latim como Beata Maria Virgo Perdolens, ou Mater Dolorosa) é um dos plúrices títulos pelos quais a Igreja Católica venera a Virgem Maria, sendo sob essa designação particularmente cultuada em Portugal.”

Do site da Junta de freguesia, transcreve-se a seguinte nota:¹⁶⁸ “Este lugar foi baptizado com o nome de Monte Redondo porque no meio de zonas de características planas, com bastante vegetação da qual se realça o Pinheiro Bravo, se avistava um monte, onde, segundo a lenda, há muitos anos viveram os mouros. Pouco se sabe da sua existência na nossa região. Esse monte de forma redonda que tem no seu cume uma guarita e na sua base uma enorme pedra em forma de cadeira onde, dizem, se sentava a moura – servia para vigiar e proteger os animais dos intrusos, por isso ficou conhecida por Cadeira da Moura.”

A simbologia do brasão local realça, no verde da elevação, o monte acima referido e o pináculo, o marco geodésico que assinala a integração deste lugar no sistema nacional de referência geográfica, com o seu marco geodésico de 1ª ordem. A estes elementos junta-se o azul da água, dos campos em redor. No século seguinte à criação desta unidade paroquial, seguiu-se a criação das paróquias de S. Lourenço de Carvide e de S. Miguel Arcanjo, do Coimbrão.

▪ A paróquia de Carvide foi “curato da apresentação do Bispado de Leiria. Até 1512, esteve incorporada na freguesia de São Tiago do Arrabalde de Leiria, ano a partir do qual passa a pertencer à freguesia de Monte Real.” (IAN/TT, 2006).

A escolha de S. Lourenço - mártir da Igreja, celebrado a 10 de Agosto – evoca¹⁶⁹ o “diácono da Igreja Romana e morreu mártir na perseguição de

166 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

167 <http://blog.cancaonova.com/fatimahoje/2009/08/17/nossa-senhora-da-piedade/> 7MAI13

168 http://www.jfmonteredondo.pt/jfmtreedondo.php?elo=freguesia_historia 3MAI13

169 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=129 6MAI13

Valeriano, quatro dias depois do papa Sisto II e seus companheiros, os quatro diáconos romanos. O seu sepulcro encontra-se junto à Via Tiburtina, no Campo Verano. Constantino Magno erigiu uma basílica naquele lugar. O seu culto já se tinha difundido na Igreja no século IV.” Da sua biografia refere-se ainda o seguinte¹⁷⁰: “Roma cristã venera o santo espanhol com a mesma veneração e respeito com que honra seus primeiros Apóstolos. Depois de São Pedro e São Paulo, a festa de São Lourenço foi a maior da antiga liturgia romana. O que foi Santo Estevão em Jerusalém, isso mesmo o foi São Lourenço em Roma.”

Regista O Couseiro (1868, 208), que “No anno de 1632 o mesmo bispo D. Diniz dividiu a freguesia de Monte Real em duas, uma das quaes ficou em Carvide, orago de S. Lourenço, por ahi estar uma ermida da invocação do mesmo Santo, feita no anno de 1592”. Mais ainda, “A apresentação do cura é do prelado; porque os freguezes para evitarem as inquietações que tiveram em Monte Real, lh’as largaram (...)”. Quando da sua criação tinha duzentos e quarenta fogos (op. cit., 209) e à data desta fonte, fogos, “tem de presente trezentos e cincoenta, pouco mais ou menos”.

Sobre esta terra, “situada em campina, com larga vista (...) corre próximo o rio Real” (Leal, 1878.V, 138), lê-se no Portugal Sacro-Profano (1767), o seguinte: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Lourenço, o Paroco he cura da apresentação da Mitra, rende cento e quarenta mil reis: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Leiria duas e meia, tem duzentos e oitenta e dous moradores”. Note-se que do território desta freguesia foi desanexada a paróquia da Vieira.

A carga simbólica da memória desta paróquia está representada no seu brasão, o qual inclui os seguintes elementos:¹⁷¹ “Um sertão de verde, encabado de negro, a simbolizar uma ser serra característica da Freguesia, a célebre ‘serra de Leiria’. Uma roda de azenha, de púrpura, a simbolizar as azenhas nos dois rios que correm na região. A grelha de vermelho, atributo do orago. Duas folhas de vide, em alusão a lenda de um burro que comeu as folhas de uma vide e o seu dono, o almocreve, que teve de pagar a vide, pelo que se diz: ‘Ficou cara a vide’, de onde a tradição diz ter originado o nome Carvide”.

■ Por sua vez o Coimbrão, “situada em campina (...)” (Leal, 1874.II, foi curato da apresentação do Bispado de Leiria e no “anno de 1636 o mesmo Bispo¹⁷² desmembrou da freguesia de Monte Redondo, os Coimbrões, e levantou freguesia, da invocação de S. Miguel, por ahi estar uma ermida da mesma invocação”. Sobre esta terra regista-se no Portugal Sacro-Profano: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Miguel, o Paroco he Cura

170 <http://www.cancaonova.com/portal/canais/liturgia/santo/index.php?dia=10&mes=87MAI13>

171 <http://www.freguesiadecarvide.pt/home.php?t=ct&c=51> 3MAI13

172 D. Diniz de Mello

da apresentação da Mitra, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Leiria três, tem duzentos e trinta e dous moradores”.

A paróquia do Coimbrão tem como orago S. Miguel, um dos Arcanjos – tal como S. Gabriel e S. Rafael – que “Além das funções próprias de todos os Anjos, eles aparecem-nos, na Escritura Sagrada, incumbidos de missão especial.”¹⁷³A festa em sua honra ocorre em 29 de Setembro e sua imagem representa S. Miguel com “espírito guerreiro, arauto de Deus, e Príncipe dos exércitos celestiais. A arte cristã o apresenta como tal, em armadura brilhante, com lança e espada, em vôo como de mergulho se precipitando sobre o dragão infernal, e, fortemente o investindo, fazendo-o sentir o vigor irresistível do pé vitorioso, arremessa-o às profundezas do inferno”¹⁷⁴.

Tal como as paróquias anteriores e a seguinte, estas freguesias situam-se próximas do Pinhal de Leiria, considerado como uma das mais antigas e permanentes fontes de receita para o Estado. Disso nos dá conta o brasão da freguesia do Coimbrão, assim descrito no portal da freguesia¹⁷⁵: “Escudo de azul, uma folha de serra, de prata, posta em barra, acompanhada em chefe de uma pinha com suas agulhas, de ouro e, em ponta, de um barco do Pedrogão, de prata, realçado de vermelho, voltado e vogado sobre um mar ondedado de prata e verde. “

▪ Do núcleo mais antigo desta vigararia faz ainda parte Vieira de Leiria que “Foi curato da apresentação do Bispado de Leiria” (IAN/TT, 2006), até ser desmembrada da paróquia de S. Lourenço de Carvide, em 1740. Neste lugar existia uma ermida, que serviu de igreja paroquial, dedicada a N. Senhora dos Milagres (O Couseiro, 1868, 209). Uma evocação à Virgem que intercedeu junto de Jesus nas Bodas de Canã, à qual os habitantes e sobretudo os pescadores locais têm invocado sobretudo em datas de maiores tempestades e provações.¹⁷⁶Quando da sua criação era uma paróquia pobre – rendia apenas 90\$000 réis ao “pobre cura” (Leal, 1882.X, 660), apesar de integrar no seu termo cinco aldeias ou casais, a saber: casal dos Lobos, Casal das Raposas, Casal da Anja, Passagem e Bóco.

A industrialização da terra com fábricas de vidro, de limas e serração de madeiras serviu de fonte de riqueza local e de sustento para as populações dos casais vizinhos; o veraneio, permitiu o crescimento da sua praia e a população em redor alimentou o comércio da Vila até ao encerramento do parque industrial. Estas actividades servem de mote à simbologia do brasão local, constituído por¹⁷⁷ “Escudo de prata, uma vieira de ouro cosida de negro,

173 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=164 6MAI13

174 <http://www.paginaoriental.com/santos/miguel2909.htm> 7MAI13

175 <http://www.jfcoimbrao.pt/> 3MAI13

176 <http://asminhasoracoes.blogspot.pt/2011/10/oracao-de-nossa-senhora-dos-milagres.html> 8MAI13

177 <http://www.jf-vieiradeleiria.pt/ver.php?cod=0E0B> 3MAI13

acompanhada em chefe à dextra, de uma roda dentada de negro, atravessada em contrabanda por uma lima de negro e à sinistra de uma flor-de-lis de negro. Em ponta, quatro faixetas onçadas de verde e prata, a primeira carregada de três peixes de prata.”

A fúria das águas do Liz nos anos de cheia destruía e inundava os campos da Vieira e os campos vizinhos, nomeadamente os de Amor e do Bóco. Refere-se Leal às cheias de 1876, quando chuvas torrenciais “causaram enormes prejuízos no districto de Leiria (...), arrebatando muitas casas de madeira em que viviam os pescadores e outras destinadas para os banhistas”. De notar que esta freguesia regista na simbologia do seu brasão, o “pinheiro - simboliza a floresta, a flor - simboliza a agricultura, as ondas - simbolizam o Rio Liz e o coração - simboliza o Amor.”¹⁷⁸ As demais freguesias, Ortigosa e Bajouca, foram criadas na segunda metade do século passado em função do crescimento das actividades agrícolas em solos férteis e de maior quantidade de água das baixas do Liz e dos seus afluentes.

▪ Ortigosa, constitui hoje em dia um arrabalde mais distante de Leiria, bem próxima do vale deste rio. Disso nos dá conta a simbologia usada no seu brasão com o azul das águas do Campo de Ulmar que alimentaram as suas gentes, o verde da cobertura florestal dominante, a vegetação e as flores que enchem os seus campos.

Esta paróquia adoptou como padroeiro Santo Amaro – o padroeiro dos ferroviários e dos galegos em Portugal¹⁷⁹ – sobre o qual transcrevemos as notas seguintes: “Nasceu em Roma e entrou muito cedo para a vida religiosa. Filho espiritual e grande amigo de São Bento, tornou-se um beneditino com apenas 12 anos de idade. Realidades daquele tempo, mas que apontam para uma necessidade dos tempos atuais. Ele foi apontado, desde muito cedo, como um exemplo de silêncio e também de correspondência às exigências da vida monacal. Vida de austeridade, de ação, de oração; ‘ora et labora’ de fato.

Grande amigo de São Bento, viveu momentos que ficaram registrados. São Gregório foi quem deixou o testemunho de que, certa vez, São Bento, por revelação, soube que um jovem estava para se afogar em um açude. Disse ao então discípulo Amaro que fosse ao encontro daquele jovem. Ele foi. Sem perceber, com tanta obediência, ele caminhou sobre as águas e salvou aquele jovem; depois que ele percebeu que havia acontecido aquele milagre. Retribuíram a ele, mas, claro, ele atribuiu a São Bento, pois só obedeceu.”

▪ A paróquia da Bajouca, desmembrada da de N^a Senhora da Piedade de Monte Redondo, acolheu como orago Santo Aleixo, o mendigo, cuja imagem inicial terá viajado entre o lugar vizinho do mesmo nome e o local onde hoje está radicada.

178 http://www.freguesias.pt/portal/heraldica_freguesia.php?cod=100901 3MAIO 13

179 <http://mundolusitano.weebly.com/1/post/2013/01/santo-amaro-padroeiro-dos-ferroviarios-e-dos-galegos-em-portugal.html> 6MAI13

Da sua biografia, transcreve-se o seguinte¹⁸⁰: “A finales del siglo IV, vivía en Edesa, Siria, un mendigo a quien el pueblo veneraba como un santo. Después de su muerte, un anónimo escribió su biografía. Como ignoraba el nombre del mendigo, le llamó simplemente ‘el hombre de Dios’. Según ese documento, el hombre de Dios vivió en la época del obispo Rábula, quien murió el año 436. El mendigo compartía con otros pobres la limosna que recogía a las puertas de las iglesias”. Da origem deste ‘homem de Deus, filho de um senador romano mas tendo escolhido a vida de penitencia, regista a mesma fonte (loc. cit.): “Cuando el obispo se enteró del caso, mandó exhumar el cadáver, pero no se encontraron más que los andrajos del hombre de Dios y ningún cadáver. La fama del suceso se extendió rápidamente.”

Esta nova paróquia, conhecida pelo espírito laborioso do seu povo e intensa vida comunitária, rural e assente na pequena indústria de olaria, tem no seu brasão três pinheiros desenhados sobre o escudo verde, cobertura dominante do Pinhal Litoral e um pote de barro usado como símbolo da indústria cerâmica local e também dos muitos usos em que foi utilizado nas fainas agrícolas dominantes em toda a área da bacia do Liz.

Note-se que o assoreamento progressivo que tem afectado os cursos de água do continente português condicionou a agricultura dos Campos do Liz, até à realização das obras de beneficiação, em meados de cinquenta do século passado, em resultado da “necessidade urgente da sua recuperação para a agricultura (...) defesa contra as cheias e contra a sua invasão pelas areias que as águas e os ventos marítimos carreavam” (Bernardes, 1981, 11), como vinha a acontecer anteriormente. Contudo, apesar do investimento realizado, o modelo de gestão das obras não foi suficiente para incrementar a produtividade agrícola nem tão pouco para sustentar o êxodo da sua população para outras actividades.

Tal facto assenta na deterioração das condições locais relacionadas com o estado antigo dos ancoradouros das Pedras de Pedrógão e da foz do rio Liz que conduziram, dada a frequência e impetuosidade das cheias, a um empobrecimento geral das populações rurais e ribeirinhas. Neste caso, apesar das obras de enxugo realizadas inicialmente com a colaboração dos Monges Bernardos ou de Cister no paul de Ulmar, os campos mantiveram algumas das suas características produtivas e de insalubridade, vindo a pôr em causa o crescimento da população e das actividades económicas de toda a área.

Os dados relativos aos censos de 1864 e 1878 ilustram a carga humana das paróquias já criadas, com particular destaque para Vieira de Leiria e Souto da Carpalhosa. A primeira, beneficiando das actividades industriais e silvícolas relacionadas com a exploração do Pinhal de Leiria, registava em 1864, 2,9 milhares de habitantes; a segunda, dada a extensão do seu termo e o peso das actividades rurais entre a população residente, atingia os 3,2 milhares de habitantes.

180 <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=4827MAI13>

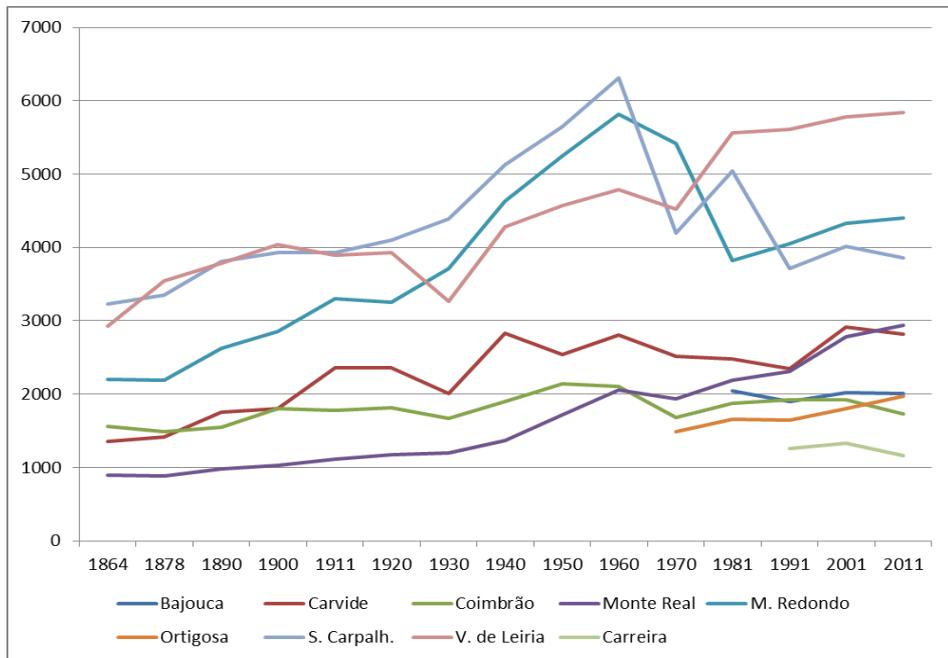
Nos decénios seguintes estas duas paróquias registam uma evolução própria e independente: em Vieira de Leiria, apesar da falência da indústria local, regista-se um aumento significativo de habitantes que atingem os 5,8 milhares em 2011; no Souto da Carpalhosa, que viu duplicar os seus moradores até 1960, com a desanexação da nova freguesia de Ortigosa, passa a apresentar uma perda de habitantes: 4,2 milhares em 1970 e 3,8 milhares em 2011.

O registo desta variação expressa a evolução das actividades humanas em toda a sua vigararia, que não sendo das áreas repulsivas da Diocese, acusa variações significativas dos seus moradores. Tal facto acompanha as alterações decorrentes do incremento do processo de evolução económica do país, da das mudanças de natureza sócio-económica e da criação de novas unidades administrativas. Para além do exemplo do Souto da Carpalhosa, devido à criação da freguesia da Ortigosa e mais tarde da freguesia da Carreira, também em Monte Redondo, devido à desanexação do território da Bajouca que veio a ocupar os terrenos mais acidentados do seu interior para lá da ribeira da Marinha do Engenho, acusa o mesmo efeito: 2,2 milhares de habitantes em 1864, 5,8 milhares em 1960 e quase 4,4 milhares em 2011.

No conjunto desta vigararia, estas paróquias constituem uma mancha populacional mais densa, em contraste com Monte Real, Carvide e Coimbra. Nestes caso Monte Real, com nove centenas de habitantes em 1864, tem vindo a assistir a um crescimento dos seus efectivos populacionais, com quase três milhares em 2001. Tal facto decorre, quer da capacidade de atracção e fixação de novos moradores em função da presença da unidade militar aérea na Serra de Porto do Urso, quer das actividades termais e de lazer que concorrem para o alargamento de estabelecimentos comerciais e de serviços.

Beneficiando da sua proximidade e acessibilidades ao centro urbano, Carvide e Ortigosa registam igualmente uma evolução tendencialmente favorável no crescimento demográfico. No Coimbra e mesmo na Carreira, apesar da sua população actual: 1,7 milhares de habitantes e 1,1 milhares, respectivamente, são paróquias com menor expressão populacional. Esta distribuição corresponde à mancha de solos arenosos que ligam a gandara de Monte Redondo às dunas primárias do litoral Atlântico e que, embora acolhendo bacias de alguma fertilidade, não conseguem atrair, na actualidade, o interesse pela fixação de novas actividades humanas e industriais. Daqui decorre a pendularidade da população residente em direcção ao centro urbano de Leiria facilitada pelo traçado das vias de comunicação.

Figura 12 – População: Vigararia de Monte Real



9. Vigararia de Ourém

O território da Vigararia de Ourem estende-se ao longo do planalto e da bacia que coroam o maciço calcário estremenho, na sua relação com as serras de Aire e dos Candeeiros. O cerro onde se ergue a antiga Vila “está assente sobre o dorso de um monte pyramidal, no centro de um extenso e profundo valle, sem outra alguma elevação próxima; o que faz esta povoação sobremaneira saudável” (Leal, 1875.VI, 315). Trata-se da bacia de Ourém, a qual corresponde a um aquífero significativo, designado por aquífero de Ourém, que permite a irrigação e o abastecimento de água aos moradores da região. Assim o descreve Leal (op. cit., 318), salientando que no sopé do monte onde está implantado o castelo, “se estende um extenso e fértil vale, correndo por elle, de N. para E., a ribeira de Ourem, que nasce em trez pequenos valles, e em uma grande fonte, que está no logar de Azambujal (a 2 kilometros ao O. da villa”.

Como foi já notado o castelo de Ourem fazia parte da linha de edificações militares e de núcleos de povoamento situados paralelamente à costa, mas suficientemente distantes do mar, onde se incluíam Rabaçal, Leiria, Ourem,

Ega Redinha, Soure, Pombal, Zêzere, Cardiga, Almourol, Cera e Penela, fortificações que serviam de anteparo e defesa aos campos de Coimbra e de Leiria na luta contra os serracenos. A proximidade de Santarém servia de apoio ao baluarte scalabitano. A nova designação da sede desta vigararia e município, está associada ao processo de Reconquista e às razias a que inicialmente procediam as tropas agarenas e as dos templários nos campos do inimigo. Assim é que a designação actual parece estar associada ao nome de Ouroana (ou Oriana) Hermigues, fidalga mourisca aprisionada por um fidalgo daqui natural – o Traga-Mouros - que a terá arrebatado da vila de Alcácer para aqui.

Regista este autor (Leal, op. cit., 315) que, quando da morte prematura da jovem “foi tão profundo e tão sincero o pesar do cavaleiro, que, renunciando ao mundo, se meteu frade, no mosteiro de Alcobaça, ao qual legou a maior parte da sua avultada riqueza”. Com a ajuda do D. Abade de Alcobaça, fundou um mosteiro da ordem de Cister na Ribeira da Conceição, onde foi sepultado. Contrária a esta versão o mesmo autor, baseado na Chorografia Portuguesa, do Pe. Carvalho da Costa (1706, 316-317) adianta o seguinte: “Ouriana, vindo a ficar viúva, se fez freira bernarda, fundando um mosteiro de monjas da sua ordem, no ermo de Ourem, e no sítio dos “Tamarães””.

Como paróquia mais antiga da vila de Ourem – com foral datado de 1180 - conta-se a de S. Tiago – “que foi matriz de uma freguesia” (loc. cit.) situada na antiga vila muralhada. Do núcleo de povoamento mais antigo – século XII - faz parte a paróquia de St.^a Maria da Misericórdia.

A importância do centro histórico de Ourém veio a afirmar-se após a vitória de D. João I, Mestre de Aviz e a doação do senhorio de Ourem a D. Nuno Alvares Pereira, “continuando este título em seus sucessores (a casa de Bragança)” (Leal, op. cit., 320). Data de 1445 a criação da Colegiada de Ourém, por D. Pedro, arcebispo de Lisboa, dotando-a de um prior, um chantre, um tesoureiro e dez cónegos. Regista O Couseiro (1868, 214) que à data da criação da Colegiada, “havia na dita villa de Ourem quatro egrejas parochiaes, com vigaros perpétuos e beneficiados, a saber: Uma do titulo de Santa Maria, e foi a que se levantou em colegiada, outra de S. Pedro, outra de S. Thiago, outra de S. João”.

Quando do pedido da criação da Colegiada, o marquez de Valença, conde de Ourem, pediu ao prelado de Lisboa, D. Pedro, que “para os offícios divinos se celebrarem com mais autoridade, perfeição, devoção e solemnidade, e com maior numero de ministros, lhe levantasse em colegiada a dicta igreja de Santa Maria, extinguindo-se as mais vigairarias, priorados e benefícios, quando vagassem, para se crearem as dictas dignidades e cónegos; e assim se fez, excepto nas egrejas de Porto de Moz (...)”. Nota a referida fonte (loc. cit.), a existência de dois priorados em Porto de Mós, em S. Pedro e S. João e outro Priorado em Freixiandas, “com boa renda e beneficiados”

(loc. cit.) e com a sua criação, “A apresentação das dignidades e conezias d’esta colegiada é ‘in solidum’ do duque de Bragança”.

A anexação do priorado de Freixiandas e das paróquias de S. Pedro, S. Tiago e S. João veio reforçar o domínio territorial e espiritual da Colegiada sobre as Igrejas e ermidas da paróquia sendo que uma delas, a de invocação de N. Senhora da Cruz, “feita pelos moradores, e fabricada pela confraria que tem” (op. cit., 219), na Aldeia da Cruz, foi elevada em paróquia em 1830, por D. João Ignacio da Fonseca Manso, tornando o seu Orago: Nossa Senhora da Purificação – actualmente, N. Sr^a da Piedade. Uma evocação à Senhora que acolheu Jesus na sua descida da Cruz.

▪ Sobre a paróquia sede de Ourém regista o site oficial da autarquia:¹⁸¹ “Nossa Senhora da Piedade é o ‘coração do concelho’! Esta freguesia integra a cidade-sede onde residem os serviços públicos fundamentais à dinâmica do município. O topónimo primitivo da actual sede de concelho seria Pedela, depois Castela e posteriormente Aldeia da Cruz, segundo a tradição oral, fruto de uma cruz erguida a mando de D. Nuno Álvares Pereira em memória de seu irmão. Em 1831 era elevada a freguesia com a unificação das Aldeias da Cruz, dos Álamos e Castela, passando a sede de concelho em 1841 por Alvará de D. Maria II, com a alteração do topónimo para Vila Nova de Ourém.

Tamanha elevação ficaria a dever-se ao célere expansionismo do povoado para o qual contribuiu a deslocação das gentes para o sopé do monte por ocasião do terramoto de 1755, que tanto atingira a velha Ourém, ou mesmo o mercado semanal já existente em 1734. Ainda assim a freguesia não escaparia ileso às aterradoras invasões francesas, marcadas pelas tropas do General Morganou (em 1808), do Marechal Beresford (em 1809) e de Macena (na 3^a invasão). Superados os obstáculos, o progresso ganhava novo fôlego e em 1875 a vila passaria de Julgado, a Comarca, motivando o seu preenchimento por edifícios públicos. O título de cidade, em 1991, conferia-lhe um título mais cosmopolita e hoje esta sede é regida pelo comércio e serviços cujos postos de trabalho acolhem gentes de todo o concelho. Mas também proporciona equipamentos socioculturais e muito deleite (...).”

Apesar da relação antiga com a Casa de Bragança, as vicissitudes do tempo foram responsáveis pela deterioração de alguns dos seus traços mais antigos. Referimo-nos a agentes naturais, como o terramoto de 1755, e ao enfraquecimento da acção humana que acompanhou a perda de influência da antiga Colegiada quando da estruturação dos territórios vizinhos incorporados na Diocese de Leiria. Sobre Ourém, regista o Portugal Sacro-Profano: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Misericórdia, o Paroco he Prior da apresentação da Casa de Bragança, rende seiscentos e setenta e cinco mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria quatro, tem mil duzentos e quarenta e seis moradores”.

181 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/nossa-senhora-da-piedade.html> 3MAI13

Do site oficial desta freguesia, retiramos a seguinte informação:¹⁸² “De Abdegas o topónimo passaria Ourém, e em 1989 a freguesia começou a designar-se Nossa Senhora das Misericórdias. Esta freguesia partilha a sede do concelho com a de N.^a Sr.^a da Piedade e representa a génese histórica do concelho, afinal, ali repousa o Castelo de Ourém. Tomada aos mouros em 1136, por D. Afonso Henrique, Ourém passa a fazer parte do domínio cristão e em 1180 recebe de D. Teresa a primeira carta de foral. D. Afonso foi o grande obreiro da actual sede de freguesia - fundou o Paço Senhorial, os Torreões Sul, a Fonte Gótica, a Igreja Colegiada e Cripta e recuperou o castelo medieval. Sucodem-lhe tempos menos áureos com o terramoto de 1755, responsável pela destruição do burgo.

A pouco e pouco a área envolvente ao castelo refez-se e hoje assume uma dinâmica invejável. Da economia ressalta o sector do mobiliário, o segundo maior do País, bem como a confecção de têxteis, de artigos religiosos e outros produtos mais. A freguesia é feita também da insigne paisagem cársica de corpo calcário e floresta mediterrânica, de muros de pedra solta, moinhos de vento, cisternas, fornos de cal e muitas casas em pedra que rematam a simbiose entre o homem e o meio. Os saberes-fazeres da tecelagem e até da gastronomia popular podem ali ser saboreados. Imponentes e dignas de reparo são ainda as quintas e os templos religiosos, como a ermida de N.^a Sr.^a da Conceição (século XVII), a capela de Santo Amaro (século XVII), a capela de Vilar dos Prazeres (século XVI) e a capela da Melroeira, erguida em 1627. (...). Ao denso espólio natural, histórico e etnográfico alia-se uma forte dinâmica social e um pleno conjunto de infra-estruturas que proporciona o bem-estar dos habitantes.”

A escolha de N.^a Senhora das Misericórdias como padroeira deve constituir-se como homenagem à Virgem após a criação das Misericórdias em Portugal (1498), constituídas na capital do reino, na Capela de N.^a Senhora da Piedade. Em alguns locais a Senhora das Misericórdias ou da Visitação, recoda que “Após a anunciação do anjo, Maria sai apressadamente, diz São Lucas, para visitar sua prima Isabel. Vai prestar-lhe serviços, ajuntando-se provavelmente a alguma caravana de peregrinos que vão à Jerusalém, passa a Samaria e atinge Ain-Karem, na Judéia, onde mora a família de Zacarias.”¹⁸³

▪ Ainda no decurso da baixa Idade Média há referências às paróquias de Freixianda e do Olival (séc. XIII). Freixianda, situada em terra fértil (Leal, 1874.III, 232), foi o seu priorado e benefícios integrados na Colegiada de Ourém “e ficou a igreja, que é da invocação de N. Senhora da Purificação, servindo-se por um cura anual e removível até ao anno de 1567, no qual, sendo arcebispo de Lisboa o infante D. Henrique, que veio a sr rei d’este reino (...); considerando haver sido esta igreja priorado, e que sendo vigairaria

182 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/nossa-senhora-das-misericordias/79-nossa-senhora-das-misericordias.html> 3MAI13

183 http://www.nossasenhoradocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_davisitacao.asp 8MAI13

seria melhor servida, a erigiu e creou vigairaria perpetua, reservando para si e seus sucessores o provimento d'ella (...).”

A escolha como padroeira, N^a Senhora da Purificação, corresponde a uma das muitas das designações atribuídas à Virgem e à divulgação que lhe foi dada pelas ordens religiosas, sobretudo pelos Beneditinos. Sobre a mesma refere o Portugal Sacro-Profano (1767): “Freixiandas: Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Purificação, o Paroco he Cura da apresentação do Cabido da Collegiada de Orem, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Leiria cinco, tem quinhentos e sessenta fogos”.¹⁸⁴ A evocação da Senhora a Purificação evoca os dias da purificação, segundo a lei de Moisés, e a ida de José, Maria e Jesus a Jerusalém, a fim de O apresentarem ao Senhor.¹⁸⁵

Do site oficial da autarquia, transcrevemos o seguinte:¹⁸⁶

“A historicidade da Freixianda é reforçada por um documento de 1179 que faz referência à então Freixineta, um topónimo de origem latina que já havia resultado da evolução de Fraixinum, quiçá por ali pulularem freixos. Histórica é também a vertente religiosa, que desde cedo marcou os destinos da freguesia; em 1304 nascia a igreja das Freixedas com o Clérigo Domingos Pires, sendo incorporada na Colegiada de Ourém em 1445; na data de 1567 a freguesia recebia o título de Vigararia perpétua por carta do Cardeal D. Henrique e é sabido que no princípio do século XVII já integrava cerca de uma dúzia de capelas.

Hoje os templos de culto continuam dignos de visita, nomeadamente a secular capela de Santa Marta, a capela da Perucha, ou a igreja matriz em honra de N.^a Sr.^a da Purificação, dotada de três naves de capela-mor abobada. A dimensão histórica e a dinâmica socioeconómica registada nos últimos anos, viriam a argumentar a elevação da Freixianda à condição de Vila em 1995. (...). É uma freguesia rejuvenescida em população e em equipamentos sociais, onde não falta uma biblioteca, uma extensão do centro e saúde, um campo desportivo, Bombeiros Voluntários, e até uma Escola C+S.”

▪ A freguesia de Olival era igualmente colegiada, filial da de Ourem e “pertencia a esta egreja, todos os freguezes que viviam ‘intra muros’ da villa (...) e á de Santa Maria, os que habitavam nos suburbios da povoação, e os que viviam espalhados pelos ‘montes’ (granjas ou casaes)” (Leal, 1874.III, 232). O Couseiro (1868, 226) aponta a existência de perto de 500 fogos.

Note-se que esta Igreja do Olival, da invocação de N^a Sr^a da Purificação, “foi cabeça da ordem dos templários, primeiro, e desde 1319, da ordem de

184 N^a Sr^a da Purificação, “vulgo, ‘das Candeias’” (Leal, 1874.III, 232)

185 <http://mae-de-jesus.blogspot.pt/2013/02/hoje-e-dia-de-nossa-senhora-da.html>
5MAI13

186 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/freixianda/69-freixianda.html>

Christo” (op. cit., 250). Refere O Couseiro (1868, 226) ser “filial da colegiada (...); tem cura e coadjutor, que apresenta o cabido da dicta colegiada e lhes paga a fabrica e egreja” esta freguesia que, de acordo com o referido texto, “tem uma ribeira muito fresca e de muita utilidade, com muitas vinhas, pomares, quintas, olivae, fontes e um rio, que corre ao longo d’ella, povoado de muitos moinhos de pão” (loc. cit.). Por sua vez, o Portugal Sacro-Profano (1767) refere, a propósito de Ribeira do Olival, ser esta “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Purificação, o Paroco he Cura da apresentação do cabido da Collegiada de Ourem, rende cento e cincoenta mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria três, tem seiscentos e cincoenta e seis moradores”.

A celebração da festividade de N^a Senhora da Apresentação, também identificada como N^a Senhora das Candeias, da Luz ou Candelária – celebrada a 2 de Fevereiro – evoca Apresentação de Jesus Cristo no templo, sendo o dia¹⁸⁷ “da bênção das velas (candeias) e em muitas igrejas, antes da celebração da santa Missa, se organiza solene procissão, em que são levadas as velas acesas, símbolo de Jesus Cristo que, apresentado a Deus no templo de Jerusalém, pelo santo velho Simeão foi saudado, como a luz que veio para iluminar os povos. Tem também o nome de Purificação de Nossa Senhora, por ser o dia em que Maria Santíssima, em obediência à lei mosaica, se apresentou no templo do Senhor, quarenta dias depois do nascimento do divino Filho.”

Na actualidade a autarquia local apresenta assim a sua freguesia:¹⁸⁸ “O topónimo Olival de origem latino-visigótica sugere fecundidade! De facto os vales férteis, os cursos de água e os montes soalheiros de Olival convidaram desde cedo à ocupação humana. Das mais antigas às mais recentes, passaram por aqui gentes dos diversos períodos da arqueologia; um dos sítios mais notáveis é a vila romana inscrita na sede de freguesia, mas outros há mais antigos como as estações pré-históricas de Paiveira, Cabeço de Óbidos e Casais dos Montes.

A história é antiga (denuncia-o o foral de 1178 que já fazia referência a Olival) e preenchida por episódios e monumentos emblemáticos – são eles a antiga igreja matriz fundada entre 1210 e 1211, associando-se-lhe um auto de inquirição de 1233 guardado no arquivo da catedral de Zamora; uma Albergaria fundada em 1323 por Martim Anes Bocifal; e a Capela da Conceição, que se julga erguida por Diogo da Praça no séc. XV. Terra de gente com fé, em 1586 a paróquia de Olival já era formada e hoje concilia o culto com o usufruto cultural. Aconselha-se a visita à Capela da Conceição alpendurada (terá albergado pobres e viajantes) e cujo interior é revestido com frescos de St Ambrósio e St Agostinho, classificados de interesse público. As

187 <http://www.paginaoriental.com/titulos/nspurif0202.htm> 6MAI13

188 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/olival/80-olival.html>
3MAI13

margens ribeirinhas são local de moinhos elucidativos da cultura cerealífera local, uns desactivados, outros persistem acesos na memória. Se há décadas atrás a agricultura impediu os movimentos migratórios, actualmente Olival é uma freguesia refeita pela indústria, prevalecendo os sectores da cerâmica e das madeiras. (...)” O processo de desanexação das antigas unidades paroquiais da Colegiada de Ourém está presente na criação da paróquia de Seiça (antiga, Ceissa), em 1517 e de Rio de Couros, em 1728.

▪ A paróquia de Seiça, pertença da casa de Bragança, “banhada pelas ribeiras Barreira, Ceiça e Pisões, que a tornam muito fértil”, é “povoação antiquíssima e os romanos lhe chamavam ‘Celium’” (Leal, 1874.II, 226). A padroeira da paróquia é a Senhora da Natividade, que “relembra o nascimento da virgem Maria, que, segundo a tradição, foi num sábado, 8 de Setembro, do ano 20 a.c., na cidade de Jerusalém”¹⁸⁹. Trata-se de uma festa religiosa introduzida no calendário da Igreja Católica depois do Concílio de Trento que voca o nascimento de Maria, Míriam em hebraico, que significa Senhora da Luz.

Sobre esta freguesia e paróquia, regista O Couseiro (1868, 2239: “Seiça é filial da colegiada; teve princípio no anno de 1517, porque sendo d’antes os moradores d’este logar e dos mais d’ella, freguezes da dicta colegiada, parecendo-lhes longe e que tendo ahi cura seria mais serviço de Deus e bem de suas almas, impetraram breve apostólico para o cabido no dicto logar lhes mandar administrar os sacramentos e dizer missa, na ermida que estava onde está a parochial (...)”. Prossegue a referida fonte assinalando: “grandes duvidas e demandas com o cabido. Ate que, no mesmo anno, por quietação, se comprometeram no duque de Bragança (...) e ordenou que os dictos moradores de Seiça e mais logares d’esta freguesia elegessem o capelão (...); e os dictos moradores pagariam ao capelão, e o prior da colegiada lhe daria confessor para a quaresma, pago á sua custa, e que os baptismos se fizessem na colegiada, pois que a ella iam dos das Freixiandas e Olival. Aceitada a determinação do duque, logo no dicto anno a confirmaram pelo arcebispo de Lisboa, D. Martinho”.

De acordo com a referida fonte (op. cit., 224), o orago da igreja paroquial é N^a. Senhora da Purificação, que acolheu muitas romagens e devoção destacando-se destas “os freguezes das Colmêas vão sempre no terceiro domingo d’outubro; e os de Espite no quarto, por se desencontrarem” (loc. cit.). A estas romagens ficou associada a Capela de N^a Senhora da Memória, da futura paróquia da Vigaria das Colmeias.

Sobre a mesma, regista o Portugal Sacro-profano /1767): “Ceissa, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Purificação, o Paroco he Cura da apresentação do povo, rende cento e dez mil reis: dista de

189 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15 5MAI13>

Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria cinco, tem quinhentos e quatorze fogos”.

A apresentação elaborada pela autarquia local, descreve assim esta terra:¹⁹⁰ “Plantada ao longo da lezíria, Seiça comunga de uma natureza e história simbióticas! Ressalte-se-lhe a magnífica ribeira de Seiça, onde habita a rara lampreia de riacho (*Lampreta planeri*), a abonatória agricultura de regadio e a vigorosa vegetação ribeirinha. Alguns autores sugerem mesmo que o topónimo derive de *salix*, palavra latina que se associa à existência de salgueiros. Os solos férteis manifestaram-se ainda propensos à exploração de ferrarias, conforme o denuncia um dos mais extensos escoriais do concelho. Seiça é uma das freguesias mais antigas do concelho, com data de fundação em 1517 por decreto de D. João III, obtendo também nessa altura um clérigo tendo em vista o exercício de diferentes actos religiosos.

As referências documentais mais antigas remontam a 1225, onde se fala da Ermida de Santa Maria de Seiça. Por lá terá passado Dom Nuno Álvares Pereira, em 1385, apelando à vitória da Batalha de Aljubarrota, regressando ao templo em gesto de agradecimento pelos resultados alcançados. Hoje a Igreja matriz concentra um importante espólio carregado de história e simbolismo, que para além de um púlpito oriundo a antiga Capela de S. Sebastião (Atouguia) e de uma imagem seiscentista em pedra, integra uma imagem de Cristo, em retábulo, provavelmente do século XV. (...).”

▪ Por sua vez, a freguesia de Rio de Couros, assim designada “porque antigamente havia aqui muitos cortumes. Foi anexa á freguesia de Freixianda; mas as ofertas e oblações eram do extinto cabido (colegiada) d’Ourém” (Leal, 1874.III, 191). Segue uma antiga povoação que teve como padroeira N^a Sr^a de Rio de Couros, até ser substituída por N^a Sr^a da Natividade.

O site oficial da autarquia local, descreve assim a sua terra:¹⁹¹ “Rio de Couros de nome porque segundo tradição oral, ali terão funcionado oficinas de curtumes! ... Será utilíssimo que esta freguesia se divida, para que assim os fregueses dela sejam melhor servidos no essencial...” foi o argumento usado por D. Álvaro de Alanches, Bispo de Leiria, para a criação da freguesia de Rio de Couros em 1728 ou 1729, por divisão da Freixianda. Pousada no vale superior do Nabão e percorrida por vários afluentes, a freguesia goza de um historial louvável. Façamos uma retrospectiva: A fertilidade dos campos ‘conquistou’ os Romanos que ali ergueram uma povoação (...). D. Dinis ordenou ali a criação de uma feira franca, antes de 1325, sendo esta confirmada em 1367 por D. Fernando.

Rio de Couros fora ainda nomeado para Curato de apresentação da Colegiada de Ourém. Já no séc. XX, durante os anos 40 e 50 o lugar da Fonte

190 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/seica/83-seica.html>
3MAI13

191 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/rio-de-couros/82-rio-de-couros.html>
3MAI13

da Moura foi palco da exploração de minas de carvão, acolhendo mais de cem trabalhadores. Durante gerações as várias cerâmicas de tradição familiar também garantiram o sustento de muitos. As estas práticas sucederam as fábricas de móveis, as oficinas de automóveis e a construção civil, que se têm prestado a criar postos de trabalho e a promover o aumento demográfico.”

A dimensão humana de cada uma das freguesias está plasmada na carga humana em diversos anos. Em 1864 e no fim da década seguinte, destacam-se os núcleos povoados integrados na Vila e na vizinha freguesia de Seiça. Merece particular destaque a antiga freguesia e paróquia de Formigais.

▪ A paróquia de Formigais foi anexada a Ourém em 1957. De acordo com o Portugal Sacro-Profano (1767), “Formigais, Freguezia na Prelazia de Thomar, tem por Orago S. Vicente Martyr, o Paroco he Vigario da apresentação de ElRei pelo Tribunal da Meza da Consciencia, rende dous moios de trigo, trinta alqueires de cevada, huma pipa de vinho, e vinte e quatro mil reis em dinheiro: dista de Lisboa vinte e cinco léguas, e de Thomar três, tem cento e trinta e sete vizinhos”. Trata-se de uma paróquia antiga, como se depreende da designação do Orago, o mártir S. Vicente, e da sua afiliação à antiga Prelazia de Tomar. Registam as fontes¹⁹² que o diácono e mártir S. Vicente, de Zaragoza, foi vítima das perseguições de Diocleciano por se ter recusado a aceitar o “primer edicto imperial: Todos los pobladores del imperio tenían que adorar al ‘genio’ divino de Roma, impersonado en el Cesar”, aplicado a todo o império romano.

A informação oficial da autarquia, assinala um retalho da vida deste orago:¹⁹³ “Nasceu na Espanha, em Huesca, no século terceiro. De uma família muito distinta e conhecida por todos, (...). Vicente viveu num período muito difícil da Igreja. Um tempo em que Diocleciano e Maximiano – imperadores -, começaram a perseguir os cristãos e forçar muitos a se declararem a favor dos deuses; caso contrário, seriam martirizados. O santo de hoje foi um dos que fez a opção por Jesus. Ele era um grande pregador da Palavra (...). Diante das ameaças do governador Darciano, ele não recusou a se dizer cristão e fiel ao Senhor. Os tormentos o perseguiram. Foi um martírio lento, sempre com o objetivo de vencê-lo para que Darciano se desse como herói diante do Cristianismo, mas também com o objetivo de levar São Vicente a renunciar a própria fé, a sacrificar aos deuses.

Fiel a Deus e sustentado pela oração, diante de si ele tinha o seu grande amor: Deus. Sendo assim, ele foi martirizado aos poucos, até mesmo levado à grelha, tendo seu corpo dilacerado, jogado numa prisão e, por fim, Darciano deixou-o num leito pedindo que cuidassem dele. (...). São Vicente tornou-se modelo para todos os cristãos e também padroeiro principal do patriarcado de Lisboa e também da diocese de Faro.“ No território desta paróquia, e

192 <http://www.es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=27393> 6MAI13

193 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/formigais> /68-formigais.html 3MAI13

manifestando a origem calcárea de toda a área, regista Leal (1874.III, 215) a existência, no lugar de Quebrada, de “uns ‘olhos d’água’ abundantes no inverno. Em mais de 8 quilómetros de distancia não há castanheiros, o que faz crer que veem do rio Zezere”.

Com a sua fundação, no séc. XVII, a freguesia de Formigais seria integrada em 1712 na Comenda da Sabacheira, e somente no séc. XIX deixaria o concelho de Tomar e de pertencer a esta paróquia para se unir ao município de Ourém. Também nesse século, mais especificamente a partir de 1864, registar-se-ia por essas terras um considerável aumento demográfico, que só viria a conhecer um abrandamento e até mesmo decréscimo a partir de 1960, em virtude do pesado movimento migratório. Viria então a firmar-se um modelo de vida que não era possível atingir nessa freguesia rural, cujos solos acolhiam sobretudo o milho, a vinha e a oliveira. Até lá muitas gerações souberam viver em harmonia com um local isolado entre abruptas escarpas calcárias e banhado pelo rio Nabão.

A ocupação humana remonta a tempos pré-históricos, conforme testemunham as estações arqueológicas do Agroal, do Porto Velho, ou mesmo da Palmaria. E da história religiosa ressalta a ermida de S. Vicente, edificada em 1755.” A concluir, assinala: “Formigais não se confina à natureza, à ancestralidade e à emigração. Exprime sobretudo uma dinâmica movida por ideais apegados ao progresso e à identidade. Mesmo em número escasso, os habitantes investem em diversos sectores económicos e a freguesia compõe-se à medida dos meios e prioridades“. Estas propriedades estão referenciadas no brasão da freguesia que além da representação de dois corvos “em cortesia”, apresenta ainda “uma fonte de sua cor realçada de vermelho e repuxando água de azul”.¹⁹⁴

O movimento demográfico registado em finais de Setecentos, teve sequência no decurso do século seguinte, evolução que animou a criação de várias paróquias. No centro da Vila, a paróquia de N^a Sr^a da Piedade, criada em 1823 e a mais antiga, de N^a Sr^a das Misericórdias, mantém a designação da padroeira da antiga colegiada. Esta evocação prende-se com os benefícios concedidos por Deus aos homens, através de Maria, chamada Mãe de Misericórdia; “o título também lembra a protecção da Virgem às Santas Casas de Misericórdia, cuja primeira do género foi fundada em Lisboa, em 1498”.¹⁹⁵

Das demais freguesias, retemos o seguinte:

- Gondemaria - Freguesia criada por Decreto n^o 15226 de 28 de Março de 1928 e desanexada da de Olival. Tem como padroeira, a Senhora da Graça, associada às bênçãos ou graças aos devotos depois do achado da sua imagem ou aparição. Pode ser celebrada conjuntamente com outras festas marianas, particularmente com N^a Sr^a da Assunção. Do site oficial da autarquia,

194 <http://www.districtosdeportugal.com/santarem/formigais/index.htm> 28MAI13

195 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 28MAI13

transcrevemos o seguinte:¹⁹⁶ “Elevada a freguesia em 1928 e a paróquia em 1940, Gondemaria exprime no entanto antiguidade no seu povoamento, confirmada por estações arqueológicas datadas nomeadamente do período romano. Da toponímia supõe-se que o topónimo Gondemaria seja de origem visigótica – ‘Gunth-mar-ia’. No campo religioso a primeira capela foi erigida em 1603, ao que passaria a desempenhar o papel de igreja paroquial até à inauguração da recente igreja matriz, em devoção a N.^a Sr.^a da Graça.

Freguesia dedicada aos trabalhos agrícolas, não se lhe pode negar o entusiasmo ancestral com o cultivo da vinha nas favoráveis encostas de que goza e a sequente produção do afamado vinho mediante preceitos tradicionais. (...). Nas últimas décadas, após um surto de emigração, os filhos da terra redobram esforços para promoverem o desenvolvimento local. De ano para ano multiplicam-se as empresas e naturalmente os postos de trabalho, e hoje a freguesia prima pela diversidade sectorial distribuída por vários pólos económicos, embora pese a construção civil, a serralharia, ou mesmo a restauração.“

▪ Alburitel - Freguesia criada a 23 de Março de 1928, e desanexada da de Seica. Como padroeira tem a Senhora do Rosário, recitação que¹⁹⁷ “nasceu do amor dos cristãos por Maria na época medieval, talvez no tempo das cruzadas da Terra Santa. O objeto da recitação desta oração, o terço, é de origem muito antiga.” Do site da autarquia,¹⁹⁸ transcreve-se o seguinte: “A sua história é primitiva. O topónimo ‘Alburitel,’ que sugere presença árabe, esse goza do estatuto de ser ímpar no País. Mais se pressupõe a passagem de uma via medieval pelo Vale do Azurrague, que faria a ligação entre Santarém e Coimbra. E hoje a posição geográfica da freguesia permanece favorável, pelo que medeia a ligação viária entre as cidades de Ourém e Tomar. (...). Cenário misto de serra, com as suas ‘lapas’ e vales ribeirinhos é aprazível ao olhar contemplativo do visitante e propicia a combinação da vinha com os olivais firmados sobre escarpas calcárias.

Além de beneficiar de equipamentos sociais e desportivos que concorrerem para uma qualidade de vida desejável da população, a freguesia concentra alguns serviços e postos de comércio (...)”. Estas propriedades são evocadas no seu brasão, no qual se destaca o “escudo de ouro, cacho de uvas de púrpura folhada de verde, três ramos de oliveira de verde frutados de negro e três espigas de milho de vermelho, folhadas de verde e atadas de azul”.

▪ A paróquia de Urqueira coincide com a Freguesia criada a 30 de Março de 1928, desanexada da do Olival. Paróquia desde 1 de Agosto de 1940. O site

196 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/gondemaria.html> 3MAI13

197 http://www.nossasenhoradocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_dorosario.asp 8MAI13

198 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/alburitel/62-alburitel.html> 3MAI13

oficial da autarquia, regista alguns aspectos da vida desta freguesia:¹⁹⁹ “Urqueira é reconhecida pela sua dotação arqueológica, acusada por uma importante oficina de talhe pré-histórica, e a um tempo mais recente, por povoados romanos. Pronunciados são também os fitotopónimos Casal da Relva, Amieira, Mata... que remarcam a qualidade fértil e regada das terras. Perante tamanhos atributos, no reinado de D. Afonso Henriques dá-se a primeira tentativa de povoamento em Urqueira, outorgando-se em 1180 uma carta de povoação. Esta iniciativa é reforçada em 1299 por D. Dinis, que entrega um lugar para povoar a Martim Lourenço da Cerveira, o principal fundador deste lugar.

A freguesia porém viria a nascer apenas em 1928, por desanexação de Olival e a paróquia surgiria em 1940. (...). Após várias décadas sujeita um êxodo impelido pelos movimentos migratórios, a freguesia reconquistou a dinâmica tornando-se palco de empresas de construção civil, fábricas de materiais de construção e de aviários.” Tal como na sede da Vigararia, a devoção a N^a Senhora da Piedade e a sua escolha como padroeira desta paróquia, realça a antiguidade deste culto mariano. A imagem da Virgem com Cristo morto nos seus braços foi a inicialmente escolhida pelas Irmandades da Misericórdia.

- Casal dos Bernardos é freguesia criada por Decreto-Lei n^o 45669 de 18 de Abril de 1964, e desanexada da de Freixianda. Paróquia eclesiástica desde 13 de Dezembro de 1966, tem como orago Santo António, o presbítero e doutor da Igreja²⁰⁰ que “Nasceu em Lisboa (Portugal) no final do século XII. Foi recebido entre os Cónegos Regulares de S. Agostinho e pouco depois da sua ordenação sacerdotal ingressou na Ordem dos Frades Menores com a intenção de se dedicar à propagação da fé entre os povos da África. Mas foi na França e na Itália que ele exerceu com grande fruto o ministério da pregação e converteu muitos hereges. Foi o primeiro professor de teologia na sua Ordem. Escreveu vários sermões, cheios de doutrina e de unção espiritual. Morreu em Pádua no ano 1231”.

Do site da autarquia local, retiramos o seguinte excerto:²⁰¹ “Plantada numa colina a noroeste da Freixianda, da qual se desmembrou em 1964, Casal dos Bernardos a avaliar pelo topónimo Bernardos (nome do Santo que fundou a Ordem de Cister), complementado pelo imaginário colectivo, sugere ocupação cisterciense. É uma freguesia muito regada, sendo que em tempos mais remotos, por altura da ocupação Romana (...), as ribeiras e os córregos foram durante gerações o alento da economia local, responsabilizando-se pela

199 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/urqueira/84-urqueira.html> 3MAI13

200 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=90 6MAI13

201 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/casal-dos-bernardos/64-casal-dos-bernardos.html> 3MAI13

dominância de uma agricultura de regadio e pelo alimento dos muitos moinhos de rodízio que hoje anseiam por serviço e visitas – o topónimo Casal dos Moleiros só vem a reforçar a consistência da cultura cerealífera. Sendo magro o sustento destas gentes, a emigração viria a tomar conta do destino de muitas famílias, sobretudo da década de 60 em diante.

Se este movimento despontou o êxodo temporário, os regressos trouxeram ambiciosos projectos e investimentos económicos que viabilizaram o incremento da economia local, na qual se destacaria o sector construção civil. Mas as terras continuam a dar frutos, como provam as extensas várzeas cultivadas, ou a silvicultura que ocupa cerca de 60% da área da freguesia. “Estes traços servem de mote à simbologia do brasão (loc. cit.) do qual se destaca o “escudo verde, banda enxaquetada de duas tiras de prata e vermelho, acompanhada em chefe de três espigas de milho e em ponta de um ramo de pinheiro com três pinhas, tudo de ouro.”

▪ Caxarias é freguesia criada por Decreto-Lei nº 36336 de 9 de Junho de 1947, e desanexada da de Seiça. Tem como padroeira, N^a Senhora de Fátima, celebrada a 13 de Maio. De acordo com a Agencia Ecclesiae²⁰², “No ano 1917, quando o mundo se debatia ainda nas violências e atrocidades da guerra, a Virgem Maria apareceu seis vezes em Fátima a três pastorinhos, Lúcia, Jacinta e Francisco. Por meio deles, a Santa Mãe de Deus recomendou insistentemente aos homens a firmeza da fé e o espírito de oração, penitência e reparação. O culto de Nossa Senhora de Fátima, depois de ter sido aprovado pelo Bispo da diocese e mais tarde confirmado pela Autoridade Apostólica, foi especialmente honrado com a peregrinação do papa Paulo VI ao local das aparições no ano 1967 e João Paulo II nos anos 1982 e 1991”.

Do site oficial da autarquia, transcrevemos o seguinte:²⁰³ “Durante séculos Caxarias regeu-se pela ligação do povo ao trabalho da terra, ou não fosse banhada por 3 rios e salpicada por prodigiosas nascentes. A fertilidade dos solos há muito atraiu gentes e vigor. Foi palco de migrações de rebanhos oriundos da Serra da Estrela que no Inverno se refugiavam nestas pastagens; e dos muitos engenhos, sendo que já em 1758 laboravam nas ribeiras 12 moinhos e 8 pisões. Antigo é também o cenário comercial. Ali se cumpre a 24 de Agosto uma das mais antigas feiras do concelho, a Feira de S. Bartolomeu, ou ‘Feira das Panelas’ inaugurada entre 1293 e 1325.

A introdução da linha férrea do Norte promoveu o incremento de um novo ritmo económico, centrado sobretudo na indústria e no comércio. Com ascensão a vila em 1995, Caxarias exhibe hoje uma sede constituída por prédios, espaços comerciais, restauração, estabelecimentos de ensino (C+S) e muito dinamismo”.

202 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=72 6MAI13

203 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/caxarias/85-caxarias.html> 3MAI13

▪ Ribeira do Fárrio, criada em 1989, por desanexação da freguesia de Freixianda. Tem como padroeira, N^a Senhora de Fátima. O site da autarquia local²⁰⁴ assinala o seguinte: “Esta é a freguesia mais jovem do concelho! Criada em 1989 por desanexação da Freixianda, a freguesia da Ribeira do Fárrio fica situada no extremo norte do concelho de Ourém, confinando com o concelho de Pombal. A sua elevação foi merecida e derivada de uma conjugação de recursos naturais, económicos e socioculturais apostada no progresso. A essência fecunda de Ribeira do Fárrio é atestada por este e mais topónimos como Vale da Meda, Mata do Fárrio, Ruge-Água, Figueirinhas que pronunciam uma povoação irrigada e favorecida pelos terrenos férteis.

Tamanhos atributos constituiriam há muito, factores decisivos para a prática de uma agricultura de regadio, com particular destaque para o milho, cuja representatividade seria materializada pelos moinhos de ribeira e mais recentemente pelo brasão da freguesia. (...). Mudaram os tempos e as aspirações também (...) e eis que surgiram alternativas como a migração, a indústria e o comércio. Hoje os campos permanecem cultivados, salvaguardando a feição rural da freguesia, complementada por iniciativas industriais a exemplo da construção civil e da transformação de madeira”.

A análise global do crescimento populacional no município de Ourém, designação que veio substituir a de Vila Nova de Ourém e que foi atribuída pela Lei 17/91 de 8 e Junho, regista os efeitos das anteriores desanexações realçando um facto comum ao país e região, com a tendência para a concentração humana nos centros de maior densidade humana e de serviços. Com efeito, a evolução crescente desde 1864 até 1930, foi interrompido nesta década pela criação de novas paróquias e freguesias, o que indiciava uma certa dinâmica sócio-económica e populacional capaz de suportar a vida autónoma destas novas circunscrições civis e religiosas. Estas circunstâncias persistiram até aos anos sessenta, registando-se a partir de então os mesmos efeitos do acréscimo da mobilidade da população em Portugal, com a atracção urbana exercida pelos centros urbanos e do litoral sobre as populações rurais.

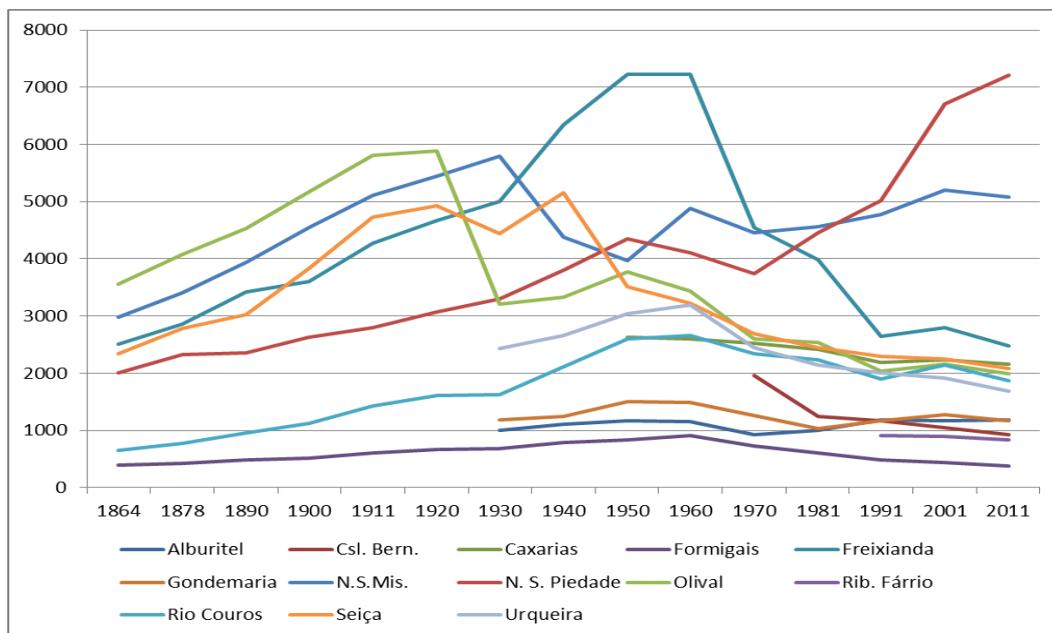
Neste contexto importa assinalar o crescimento efectivo registado nas paróquias de N^a Sr^a da Piedade e de N^a S^a da Misericórdia da vila de Ourém. A primeira, viu a sua população triplicar entre 1864 e 2011, pasando esta de 2,0 milhares na primeira data, para para mais de 7,2 milhares no último censo; na segunda, embora quase duplicando o número de moradores, 2,9 milhares na primeira data e 5,0 milhares na segunda, as perdas devem-se essencialmente à sua desanexação territorial para a criação de novas freguesias independentes. Igual sorte teve a paróquia de Freixianda que sendo a mais populosa em 1960 – 7,2 milhres de fregueses – e com máximos de mais de 7,2 milhares de moradores em 1950 e 1960, viu a sua população reduzir-se para cerca de 2,4 milhares em 2011.

204 <http://www.cm-ourem.pt/index.php/municipio/freguesias/ribeira-do-farrio/81-ribeira-do-farrio.html> 3MAI13

No grupo das paróquias mais populosas cita-se ainda o caso de Seiça que atingindo o máximo da sua população em 1940 – 5156 habitantes –, registou um decréscimo significativa desde então, acolhendo em 2011 apenas 2076 moradores. Tal decréscimo parece corresponder ao alargamento das paróquias do centro concelhio e municipal e à quebra da actividades agrícolas e rurais que animavam as baixas da sua ribeira. As demais paróquias desta vigararia – Formigais e Rio de Couros, mais antigas e as mais recentes de Alburitel, Casal dos Bernardos, Caxarias, Ribeira do Fárrio e Urqueira – acusam os efeitos de repulsão desta área interior da Diocese, a flutuação das suas actividades produtivas e os efeitos da urbanização e terciarização da sede municipal.

A dualidade evidenciada pelo crescimento demográfico nesta vigararia não esconde o fenómeno comum de despovoamento das áreas rurais, como sugere o traçado, em quebra, das curvas demográficas destas unidades autárquicas no decurso deste século. No seu conjunto, a tendência global de decréscimo dos residentes, configura a situação registada noutras partes do país, particularmente nas áreas mais acidentadas em que os efeitos da industrialização e urbanização, embora fazendo-se sentir pontualmente, não permitiram um crescimento mais harmonizado deste território, estrategicamente situado e construído em torno da antiga Colegiada de Santa Maria das Misericórdias, iniciativa eclesiástica da Casa de Bragança.

Figura 13 – População: Vigararia de Ourém





10. Vigararia de Porto de Mós

A vigararia de Porto de Mós, identificada globalmente pela sua localização nas serras dos Candeeiros e de Aire, é marcada pelo acidentado do relevo que decorre da sua localização em pleno maciço calcário estremenho. Dada a diversidade de depósitos que fazem parte deste maciço, há restos de depósitos e da exploração de carvão fóssil – antracite, exportada para fora da região - de ferro e de cobre. Da morfologia e relevo, bem como da sua localização litoral, decorre a importância económica, estratégica e histórica da antiga guarnição militar, que teve como responsabilidade apoiar o processo de Reconquista e o seu contributo à defesa das terras do litoral, dominadas pelo Castelo de Leiria e Coutos de Alcobaça.

As propriedades dos solos agrícolas, fertilizados pela veiga do rio Lena que segue a caminho da Batalha, permitiram sustentar uma população abundante e as rendas pagas a diversos senhorios e donatários. Por outro lado a proximidade do núcleo defensivo das antigas vias de comunicação entre as terras setentrionais e a cidade de Ulisses, ajudam-nos a compreender a sua evolução e importância no tempo, particularmente depois da construção da estrada real e do caminho-de-ferro de Lisboa ao Porto.

Regista Leal (1876.VII, 571), que a vila “está situada na encosta ocidental da serra de Minde; correndo-lhe ao O., os rios ‘Lerena’ (ou ‘Lêna’) e do ‘Alcaide’, muito abundantes de peixe, de várias qualidades. Suas margens são povoadas de frescas hortas, e férteis pomares, que as fazem deliciosas”. Tomando por base o texto de O Couseiro (1868, 232), “Esta villa e sua fortaleza é muito antiga, porque já era em tempo d’el-rei D. Afonso Henriques, e tinha castello, e ahi venceu D. Fuas Roupinho os mouros e captivou um rei seu: está situada em uma costa arriba, e o castello no alto; tem uma ribeira, fresca com o rio que por ella passa”, conhecida pelo nome de Varzea. Por sua vez, a Chorographia Portuguesa, do Pe. Carvalho da Costa, indica o seguinte: “teve esta povoação principio, em uma fortaleza construída pelos árabes, no século IX; porem há motivo para supor que já aqui existia uma povoação muito antiga, e, pelo menos, dos romanos (...)”. Vestígios diversos encontrados perto da vila e noutros casais mais próximos, assim o fazem supor.

Sobre a presença dos árabes na região, refere o citado autor (op. cit., 574) que, estando D. Afonso Henriques em Coimbra ”resolveu tomar por surpresa o castello de Porto de Mós, que n’esse tempo era importantíssimo, e seguro valhacoito dos mouros, que d’elle sahiam com frequêcia a roubar e devastar

as povoações christans”. Após a sua tomada foi a mesma entrega a D. Fuas Roupinho, cavaleiro que “d’aqui movia crua guerra aos mouros das vizinhanças, derrotando-os em contínuos combates e cruentas batalhas” e que está na origem da construção do templo e do culto de N^a Sr^a da Nazaré.

Diversos factos históricos enobrecem a memória desta vila – priorado da ordem de Cristo até à sua anexação pelo Bispado de Leiria, em 1586²⁰⁵ - que dispunha desde a época da Reconquista, da Paróquia de Santa Maria ou de Nossa Senhora dos Murtinhos, “vigaria da apresentação da Mitra e Comenda da Ordem de Cristo.” (IAN/TT, 2006). Priorado ate 1520, data em que faleceu o seu ultimo prior, “extinguindo-se então o priorado, que ficou reduzido a comenda de Christo, e a um vigário perpétuo” (Leal, op. cit., 577).

Nos finais do século XVII, O Couseiro (1868, 240), regista a existência de 100 fogos, “pouco mais ou menos”. Das ermidas ligadas à paróquia regista-se ainda a de invocação de S. Jorge (op. cit., 245), “mandou-a fazer o condestável Nuno Alvares pereira (...), em graças e memoria da victoria que n’aquelle sitio tiveram os portuguezes dos castelhanos (...)”. Prossegue, afirmando: “e porque se tem certo que n’esta batalha assistiu aos portuguezes o Santo em seu favor, a mandou fazer da sua invocação. E é este Santo padroeiro dos portuguezes contra os castelhanos, como o é S. Thiago dos christãos contra os mouros”.

Para além desta paróquia existiam “duas reitorias perpétuas, a de S. Pedro, e a de S. João, que tinham sido dois priorados com quasi 300 anos de existência (...)”. Prossegue o referido autor (loc. cit.) registando que o senhor desta vila, “quando instituiu a collegiada de Ourem, extinguiu estes priorados, applicando a renda do de S. Pedro, à cadeira de chantre, e a de S. João, á de tesoureiro; e, no anno de 1457 (...) creou vigários perpétuos, colados pelo bispo da diocese”. Destas duas paróquias a de S. João - priorado da apresentação da Casa de Bragança e depois do Padroado Real - anexou em 1840 a freguesia de Santa Maria ou Nossa Senhora dos Murtinhos (IAN/TT, 2006).

De acordo com o portal do Secretariado Nacional de Liturgia²⁰⁶ a escolha de João Baptista evoca o “único santo, com a Virgem Maria, de quem a Liturgia celebra o nascimento para a terra. Isso deve-se certamente, à missão única, que, na História da Salvação, foi confiada a este homem, santificado, no seio de sua mãe, pela presença do Salvador, que mais tarde, dele fará um belo elogio (Lc. 7, 28). Anel de ligação entre a Antiga e a Nova Aliança, João foi acima de tudo, o enviado de Deus, uma testemunha fiel da Luz, aquele que anunciou Cristo e o apresentou ao mundo. Profeta por excelência, a ponto de

205 Refere Leal (1876.VII, 575) que, D. Pedro Castilho, “no mesmo dia, tomou o referido bispo, posse das villas de Ourem, e da de Aljubarrota (mas só a freguesia de S. Vicente”.

206

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=96 6MAI13

não ser senão uma ‘Voz’ de Deus, ele é o Precursor imediato de Cristo: vai à Sua frente, apontando, com a sua palavra e com o exemplo da sua vida, as condições necessários para se conseguir a Salvação. A Solenidade do Precursor é um convite para que conheçamos a Cristo, Sol que nos vem visitar na Eucaristia, e dêmos testemunho d’Ele, com o ardor, o desinteresse e a generosidade de João Baptista.”

Sobre a mesma unidade paroquial registou o Portugal Sacro-Profano (1768): “Porto de Moz, Villa no Bispado de Leiria, tem três freguesias: a saber, Santa Maria, vulgo N. Senhora dos Mortinhos, o Paroco he Vigario da apresentação da Mitra, rende cincoenta mil reis: dista de Lisboa vinte e duas léguas, e de Leiria três, tem cento e quarenta e nove fogos.

o - S. João Baptista, o Paroco he Prior da apresentação do padroado Real, rende cento e oitenta mil reis, tem duzentos e trinta e cinco vizinhos.

o - S. Pedro, o Paroco he Prior da apresentação da Casa de Bragança, rende trezentos mil reis, tem oitenta e hum vizinhos”.

A paróquia de São João Baptista tendo como orago este parente de Jesus, distinto de São João Evangelista, “Filho de Zebedeu, rico pescador de Bethsaida (Mc. 1, 20; Mt. 4, 18--22; Jo. 1, 44), e de Salomé, que mais tarde se viria a consagrar ao serviço de Jesus e dos Apóstolos, foi educado, com o seu irmão Tiago, na seita dos zelotes. Tornado discípulo de João Baptista, por ele seria encaminhado para Jesus, vindo a ser bem depressa, um dos membros mais activos do grupo.”²⁰⁷

De acordo com a Agencia Ecclesia,²⁰⁸ a evocação dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo, celebrados a 29 de Junho, recorda que, “Desde o século III que a Igreja une na mesma solenidade os Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, as duas grandes colunas da Igreja. Pedro, pescador da Galileia, irmão de André, foi escolhido por Jesus Cristo como chefe dos Doze Apóstolos, constituído por Ele como pedra fundamental da Sua Igreja e Cabeça do Corpo Místico. Foi o primeiro representante de Jesus sobre a terra. S. Paulo, nascido em Tarso, na Cilícia, duma família judaica, não pertenceu ao número daqueles que, desde o princípio, conviveram com Jesus. Perseguidor dos cristãos, converte-se, pelo ano 36, a caminho de Damasco, tornando-se, desde então, Apóstolo apaixonado de Cristo. Ao longo de 30 anos, anunciará o Senhor Jesus, fundando numerosas Igrejas e consolidando na fé, com as suas Cartas, as jovens cristandades. Foi o promotor da expansão missionária, abrindo a Igreja às dimensões do mundo (...).”

Pelo seu interesse e sobre a evolução desta vila, transcrevemos de Leal (op. cit., 583), o seguinte:

207 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=218 28MAI13

208 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=99 6MAI13

“Porto de Mós, desde o reinado de D. Sancho I (...) foi aumentando a sua população, e progredindo, porque os seus habitantes se empregavam assiduamente em cultivar os seus férteis campos; porém, desde o princípio do século XVI, preferiram dedicar-se às armas e ao comércio (...) a cultivarem terras sobrecarregadas de pesadas rendas, para diferentes comendas e fidalgos. Por esta razão, a villa foi decaindo do seu antigo esplendor, e eram mais as casas em ruínas e desertas, do que as habitadas”. Tal situação ter-se-á alterado no decurso da segunda metade de Oitocentos quando o referido autor (op. cit., 583) registou a melhoria dessa situação em resultado da melhoria das suas vias de comunicação e da possibilidade de exportação para outros mercados dos “géneros agrícolas excedentes ao consumo dos povos, mas, e sobretudo, o produto das suas numerosas e abundantes minas de ferro e anthracite – mesmo que as de prata, pela sua pobreza, não mereçam os trabalhos e despesas da exploração e lavra”.

As paróquias urbanas evocam no respectivo brasão as actividades do lugar e concelho: São João²⁰⁹ tem desenhado “duas mós de moinho, de prata, tudo alinhado em roquete; em campanha, dois ramos de oliveira de ouro, frutados de negro” e São Pedro²¹⁰, “A batateira arrancada de verde, com tubérculos de vermelho representa a fertilidade dos terrenos e a agricultura, atividade de grande importância na economia local. Em campanha, três lisonjas de negro dispostas em faixa representam as minas de carvão existentes na freguesia.”

Na área da antiga paróquia, descreve O Couseiro (1868, 239) a existência de ermidas, tais como: Alqueidão da Serra, da invocação de Santo Estevão e uma outra no lugar de Alcaria, da invocação de N. Senhora dos Prazeres, também identificada por Nossa Senhora das Sete Alegrias. Trata-se de uma devoção de origem franciscana²¹¹ que evoca os setes prazeres da Virgem Maria: a Anunciação, a saudação de Santa Isabel, o nascimento de seu Filho, a visita dos Reis Magos, o encontro de Jesus no Templo, a primeira aparição de Jesus ressuscitado, a sua coroação no céu.²¹² Para além das paróquias existentes na sede da Vigararia, importa considerar as demais povoações que fazem parte da mesma unidade vicarial.

▪ Pela proximidade e partilha de história comum com a sede do concelho, destaca-se a povoação de Alcaria, que foi desanexada da freguesia de S. João Baptista e criada paróquia em 1730 (Leal, op. cit., 577). Tal como a paróquia de Fátima, é da invocação da Senhora dos Prazeres.

209 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=78> 1MAI13

210 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=79> 1MAI13

211 <http://www.nossasenhordosprazeres.com.br/santuario/nossa-senhora-dos-prazeres/> 8MAI13

212 http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:T%C3%ADtulos_de_Maria,_m%C3%A3e_de_Jesus 8MAI13

Esta paróquia está situada “em um valle, e finda próximo da serra do Patêllo. Nos confins da freguesia há uma grande ‘alcarva’, a que se chamam a ‘Fornea’, onde nascem dois ‘olhos d’água’, que se conserva todo o ano”. (Leal, 1873.I, 70). Sobre a mesma, regista o Portugal Sacro-Profano: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora dos Prazeres, o Paroco he Cura da apresentação do prior de S. João de Porto de Moz, rende sessenta mil reis: dista de Lisboa vinte e huma léguas, e de Leiria três, tem cento e quinze fogos”.

Já o IAN/TT (2006) sintetiza o seguinte: “Foi curato anual da apresentação do priorado da Colegiada de São João de Porto de Mós. Pertenceu ao concelho de Porto de Mós, extinto. Por Decreto de 7 de Setembro de 1895 passou para o de Alcobaça. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele” (IAN/TT, 2006). O brasão desta freguesia evoca as suas tradições rurais contendo: “ Escudo de verde, armação de moinho de ouro, cordado do mesmo e vestida de prata, entre duas espigas de trigo de ouro em chefe e um ramo de oliveira do mesmo, frutado de negro”.

As citações anteriores, nomeadamente as que se referem ao nome da localidade sugerem a origem árabe da pequena povoação, próxima da praça fortificada de Porto de Mós. Já a sua localização nas terras do maciço estremenho, justifica a ocorrência de ‘exssurgências’ ou nascentes de água, resultantes das correntes de água subterrânea comuns nas regiões de natureza calcária e que testemunham a morfologia cársica da região. Para além das nascentes, as grutas interiores são igualmente um fenómeno comum a toda a área do Maciço Calcário Estremenho onde se situam as terras desta Vigararia.

▪ A paróquia de Alvados “também é filial de N. Senhora dos Murtinhos; á qual era anexa uma ermida que havia no logar de Alvardos, da invocação de N. Senhora da Consolação (...) mas iam receber os sacramentos á de Porto de Moz e n’ella sepultar-se. E sendo Summo Pontifice Paulo IV, se impetrou breve para ser freguesia a dicta ermida, como foi, e é, da mesma invocação de N. Senhora da Consolação. A apresentação do cura é da colegiada d’Ourem (...)”. Criada em meados de Quinhentos, “este logar d’Alvardos está entre umas penedias da serra, e lhe fica defronte o Patello, com a serra que vae correndo, que é muito grande e áspera; na qual, nem a freguesia, não há fonte alguma d’água mais que um poço, no campo que fica por baixo do logar, d’onde todos bebem”.

A relação com o modelado cársico anteriormente assinalado, nomeadamente com o polje de Alvados, é referida pela mesma fonte que relata sobre o mesmo lugar: “e juncto d’elle está uma lagoa, que não secca, d’onde bebem os gados; e na serra da Pia Carneira há algumas pias, que levam pipas d’água, feitas da mesma pedra, que ficam do inverno cheias d’água para o verão, mas gastam-se: este campo é muito fértil e dá muito pão, mas não é grande”. Sobre a mesma terra, que “Produz muito azeite, trigo, cevada, e do

mais pouco” (Leal, 1873.I, 170). “Em quasi todos os livros se vê escripto ‘Albardos’; mas os d’aqui é que querem por força que seja ‘Alvados’. Faça-se-lhes a vontade.”

Por sua vez o Portugal Sacro-Profano (1767), indica o seguinte: “Albardos (a que os moradores costumão mudar este feio nome em o de Alvados) Freguezia na Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Consolação, o Paroco he Cura da apresentação da Collegiada de Ourem, rende noventa mil reis: dista de Lisboa dezanove léguas, e de Leiria quatro, tem cento e trinta e sete vizinhos”. Da sua evolução, destaca-se ainda ter sido “curato da apresentação do Cabido da Colegiada de Ourém. Por Decreto de 7 de Setembro de 1895 passou para o de Alcobaça. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele”. (IAN/TT, 2006).

A escolha, como padroeira de N^a Senhora da Consolação, está ligada à difusão deste título da Virgem ²¹³ ”no mundo inteiro pela Ordem dos Agostinianos, posto que, segundo uma lenda, a ele deve-se a conversão de Santo Agostinho. Santa Mônica, angustiada pela morte de seu esposo e pelos desvarios de seu filho Agostinho, recorreu à Mãe da Consolação (...).” A importância das actividades tradicionais está reflectida no brasão da freguesia que inclui: “Os ramos de Oliveira representam a olivicultura, actividade na economia local. A Mó de Moinho representa os vários moinhos que em tempos existiram nesta freguesia.”²¹⁴

▪ Próxima ainda da sede, a paróquia de Serro Ventoso, foi “annexa á igreja de S. Pedro de Porto de Moz. Por seu muito antiga, se mandou reformar e derribar, e fazer a nova que agora é” (O Couseiro, 1868, 258). Teve nome antigo de ‘Serra Ventosa’, “por estar em um alto, ao pé da serra, com subida trabalhosa, de pedra; e fica para a parte do mar um cabeço de serra muito alto, no cume do qual está uma fonte e tem outras na mesma serra, na qual, ainda mais alta, sentem menos as sementeiras a falta de agua que nos campos e varzeas, porque com a humidade das muitas nevoas que n’ellas há, se vão conservando” (op. cit., 259).

Tem como orago o mártir Sebastião – celebrado a 20 de Janeiro – que é na Península um culto muito antigo, sendo invocado²¹⁵ “contra la peste y contra los enemigos de la religión, y además es llamado además el Apolo cristiano ya que es uno de los santos más reproducidos por el arte en general.”

No seu brasão actual a freguesia de Serro Ventoso evoca as antigas actividades da população com o desenho de²¹⁶ “duas armações de moinho de negro, coroadas do mesmo e vestidas de azul. (...). As lisonjas representam a

213 http://www.nossasenhoradocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_daconsolacao.asp 8MAI13

214 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=70> 1MAI13

215 <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=14917> 6MAI13

216 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=80> 1 MAI13

indústria de mármore e exploração de pedreiras. O monte representa a situação geográfica em que se encontra a Freguesia e o topónimo ‘Serro Ventoso’. As armações de Moinho representam o topónimo ‘Serro Ventoso’ e a produção e moagem de cereais.”

A relação desta antiga descrição com o entendimento actual dos fenómenos cárscicos que identificam o maciço calcário estremenho, está contida na seguinte descrição (loc. cit.): “No cume da mais alta serra d’este monte, está um poço, d’agua muito boa, a que chamam o poço das Covas, e adiante estão mais dous, e nunca secam antes se entende que d’elles vem agua á fonte que está ao pé d’esta serra”.

Sobre a mesma povoação lê-se no Portugal Sacro-Profano (1768): “Serro Ventoso, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Sebastião, o Paroco he Cura da apresentação do cabido da Collegiada de Ourem, rende cento e vinte alqueires de trigo, vinte e cinco almudes de mosto, e vinte e quatro mil reis em dinheiro: dista de Lisboa vinte e huma léguas, e de Leiria quatro, tem trinta e nove vizinhos”. Por sua vez, o IAN/TT (2006), acrescenta: “Foi curato da apresentação da Colegiada de Ourém. Por Decreto de 7 de Setembro de 1895 foi anexada ao concelho de Alçobaça. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele”.

A presença dos árabes nesta área reconhece-se pela origem arábica de alguns lugares, como Alvados e Alqueidão – alquidam, que significa “passos ou passados” (loc. cit.), traduz a influência destes povos na área e em toda a zona da Estremadura onde existem muitas outras povoações com legado toponímico muçulmano -, foi igualmente conhecida dos monges de Alcobaça que aí tiveram propriedades suas.

▪ De acordo com Leal (op. cit., 163), Alqueidão está “situada em um pequeno monte junto á serra de Ayre ou Minde (mas a maior parte da freguesia é n’esta serra). Produz muito e bom vinho, algum pão, e azeite, e grande abundancia de alhos”. Esta paróquia tem como sede o lugar do mesmo nome “na parte que e termo de Leiria, com outros lugares” (O Couseiro, 1868, 202-203) foi desmembrada da do Reguengo, em 1620, pelo prelado leiriense que “levantou ahi freguesia, da invocação de S. José, na ermida que estava no mermo logar” (loc. cit.). Regista ainda a citada fonte (loc. cit.), “D’este logar, o que é termo da villa de Porto de Moz, é da freguesia de S. João, da mesma villa, por sentença que teve o estado de Bragança contra o bispo D. Diniz de Mello, que os quis unir a ella, por ser mais serviço de Deus”.

Sobre a mesma terra de Alqueidão da Serra, lê-se no Portugal Sacro-Profano: “Freguezia no Patriarcado tem por Orago N. Senhora da Conceição, o Paroco he Prior do concurso Synodal, rende quinhentos mil reis: dista de Lisboa vinte léguas, tem duzentos e sessenta e quatro fogos”. Já o IAN/TT (2006), refere: “Foi curato anual da apresentação do Bispo de Leiria. Por

decreto de 7 de Setembro de 1895, foi anexada ao concelho de Leiria e por Decreto de 13 de Janeiro de 1898 que restaurou o de Porto de Mós, voltou a fazer parte dele.”

Como se assinala na História breve da freguesia²¹⁷ a sua designação pode ter igualmente origem, segundo David Lopes, “em alqueddane - tufo calcário, espécie de pedra calcária empregue nas edificações” e vias de comunicação. Regista a mesma fonte de informação que, “A população de Alqueidão da Serra dedica-se, actualmente, à criação e comercialização de gado, promovendo, ainda, uma agricultura de subsistência, a construção civil e a exploração de pedra, especialmente preta, exportada para todo o País e estrangeiro. Este último sector de actividade é o mais importante e dele depende cerca de 80% dos agregados familiares da Freguesia”.

A escolha de São José como orago da Paróquia evoca esta antiga devoção celebrada na Igreja oriental desde o século IX²¹⁸, “tendo os Carmelitas introduzido tal festa na Igreja ocidental. Os Franciscanos em 1399 já festejavam a comemoração do santo Patriarca. Xisto IV inseriu-a no breviário e no missal; Gregório XV generalizou-a em toda a Igreja. Clemente XI compôs o ofício com os hinos para o dia 19 de março e colocou as missões da China sob a proteção de São José. Pio IX introduziu, em 1847, a festa do Patrocínio de São José e, em 1871 declarou-o Padroeiro da Igreja Católica; Leão XIII e Benedito XV recomendaram aos fiéis a devoção a São José, de um modo particular, chegando este último Papa a inserir no missal um prefácio próprio.”

▪ A natureza rochosa da terra de Arrimal, está contida na descrição de Leal (1873, 238), que a propósito assinalou: “É braço da grande serra de Ayre ou Minde. É sêcca. Produz muito esparto (...). Quasi todo o matto é carrasco, alecrim, aroeira e medronheiros. Tem também bastantes carvalhos. Tem muita caça miúda e do ar, que se caça ás cargas e muitos lobos e raposas. Cria muito gado grosso e miúdo (...)”. Dada a natureza rochosa do terreno, “Tem muito boas pedreiras de mármore e para mós; tem muito azeviche, ferro e prata” (Leal, op. cit, 238). Além disso, “Alguns sítios d’esta serra são cultivados e muito férteis”.

Os traços acima descritos estão parcialmente assinalados no brasão oficial da freguesia o qual, sobre um escudo vermelho, tem representado “arco arquitetónico de prata lavrado de negro representando o Arco da Memória, entre quatro ramos de oliveira de ouro frutados de negro representando a Agricultura. Quatro tiras onduladas de prata e azul representando as Lagoas (...)”.²¹⁹

Tal como na paróquia de Mendiga, a relação de Arrimal com as paróquias de S. Pedro e de S. João de Porto de Mós era assegurada pela obrigação dos

217 <http://alqueidaodaserra.org/Page.aspx?id=62> 1MAI13

218 <http://www.paginaoriental.com/santosdaigreja/mar/jose1903.htm> 7MAI13

219 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=71> 1MAI13

“vigários de S. pedro, e S. João ir dizer missa e administrar os sacramentos aos freguezes d’elles, que eram 40, um domingo, a uma e outro a outra, e ahi se juntavam todos” (O Couseiro, 1868, 255). Prossegue, afirmando: “e no anno de 1525, sendo arcebispo de Lisboa o infante D. Affonso (...) mandaram os seus visitadores que os dictos vigários e beneficiados lhes dessem capelão, que lhes administrasse, os santos sacramentos e dissesse missa; o que no anno seguinte, de 1526, confirmou o dicto arcebispo, e mandou que o capelão assistisse sempre em um dos dictos logares (...); ao que se oppozeram os dictos vigários e beneficiados, e correu pleito, que se sentenciou contra eles (...); depois cresceram os moradores dos dictos logares e se dividiram em duas parochias, como estão de presente.

Os moradores d’Arrimal tem por orago sa sua freguesia Santo Antonio, e é enexa da igreja de S. Pedro, de cujo vigário e beneficiados, residentes, é a apresentação do cura (...). De acordo com a mesma fonte (op. cit., 256) a paróquia tinha, nessa data cerca de 90 fogos havendo ainda a registar a existência da ermida de S. Silvestre, no lugar de Alqueidão – sede de futura paróquia – da invocação de S. Silvestre. A apresentação desta terra feita no Portugal Sacro-Profano (1767), diz o seguinte: “Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago Santa Margarida, o Paroco he Cura da apresentação da Mitra, rende cento e vinte mil reis: dista de Lisboa vinte e quatro léguas, e de Leiria huma e meia, tem trezentos e tres vizinhos”.

Da vida de Santa Margarida da Escocia, transcrevemos o seguinte²²⁰: “Nasceu na Hungria cerca do ano 1046, quando seu pai aí vivia exilado. Foi dada em matrimónio a Malcom III, rei da Escócia, e teve oito filhos. Foi exemplo admirável de mãe e de rainha. Morreu em Edimburgo no ano 1093.”

A ligação desta terra aos coutos de Alcobaça ficou assinalada pela presença de um “arco de cantaria lavrada, que se fez para demarcar as fazendas dos frades de Alcobaça”, situado no cima da serra e a partir do qual se descobre a região litoral ate ao mar, limite poente dos referidos coutos (loc. cit.). Regista o INN/TT (2006): “Foi curato da apresentação do Cabido da Colegiada de Porto de Mós. Por Decreto de 7 de Setembro de 1895 passou para o de Alcobaça. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele.” A perenidade do povoamento desta vigararia é realçada pela idade de outras paróquias, como a de Mendiga.

▪ A paróquia de Mendiga pertenceu à colegiada de Porto de Mós, até 1834. A este respeito regista O Couseiro (1868, 258), que “El-Rei D. Afonso

220

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=19527MAI13

Henriques, por carta sua, passada no ano de 1293²²¹, concedeu privilegio a quinze homens que vissem d'este logar, ou do Serro ventoso, até Minde, porque estas terras que começavam da Memoria além da Bemdita até ao Furadouro, que passa da villa d'Ourem, eram ásperas e despovoadas". Em contrapartida ficavam os 'privilegiados' com a obrigação de darem "pousada, camas, candeia, fogo, agua, estrebaria de graça á custa d'elles privilegiados aos caminhantes que por alli passassem; a qual carta de privilegio foi confirmada por quasi todos os reis, e está em sua observância, e n'estes dictos logares de Minde, Mendiga e Serro Ventoso os dictos privilegiados cumprem as dictas obrigações".

Quanto à memória desta paróquia regista a mesma fonte (1868, 257) que a "egreja parochial da Mendiga é da invocação de S. Julião" e partilhou com a freguesia vizinha de Arrimal, os mesmos problemas relacionados com a sua criação. De acordo com a mesma fonte (loc. cit.) "é anexa á igreja de S. João de Porto de Moz, de cujo vigário e beneficiados, residentes, é a apresentação do cura", registando nos finais de Seiscentos, "80 fogos, pouco mais ou menos". Por sua vez, refere o Portugal Sacro-Profano:

"Mindiga, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago S. Julião, o Paroca he Cura da apresentação da Collegiada da vila de Porto de Móz, rende quarenta mil reis: dista de Lisboa vinte léguas, e de Leiria quatro, tem oitenta moradores". Já o IAN/TT (2006) resume o seguinte: "Foi curato da apresentação do Cabido da Colegiada de São João de Porto de Mós. Por Decreto de 7 de Setembro de 1895 passou para o de Alcobaça. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele."

Sobre o orago desta paróquia, S. Julião, importa asinalar²²² "Nació San Julián en la ciudad de Antioquía (en Siria), de una familia que se preocupó por darle una muy buena formación religiosa. (...) Muchos hombres deseosos de conseguir la santidad se fueron a acompañar a Julián en su vida de religioso y lo nombraron superior. El los dirigió con especial cariño y con gran prudencia. Era el que más duro trabajaba, el que mayores favores hacía a todos y el más fervoroso en la oración. Y dedicaba muchas horas a la lectura de libros religiosos y a la meditación. (...).

A los súbditos nunca los reprendía con altanería ni con malos modos o delante de los demás, sino en privado, con frases amables, comprensivas y animadoras, que les demostraban el gran aprecio y amor que les tenía, y que llegaban al fondo del alma y obtenían verdaderas conversiones. Los religiosos decían que Julián era muy exigente y duro para sí mismo, pero admirablemente comprensivo y amable para con los demás, y que gobernaba

221 Transcreve-se do "Couseiro" (1868, 258) a nota seguinte: "Attribue-se a D. Affonso Henriques uma carta passada em 1293, o que é manifesto erro. El rei D. Affonso Henriques tinha falecido mais de 100 annos antes. Em 1293 reinava D. Diniz".

222 http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=52841_7MAI13

con tal prudencia y caridad a los monjes que éstos se sentían en aquél desierto más felices que si estuvieran en el más cómodo convento de la ciudad. La persecución. Y sucedió que estalló en Antioquía la persecución contra los cristianos, y el gobernador Marciano ordenó apresar a Julián y a todos sus monjes.

Centenares de cristianos fueron siendo quemados por proclamar su amor a Jesus Cristo, (...). Los verdugos le cortan la cabeza al santo, pero en ese momento el joven Celso, hijo del perseguidor Marciano, al ver con qué gran valentía y alegría ha ido a la muerte este amigo de Cristo, se declara él también seguidor de Jesús y se hace cristiano. Esta conversión fue considerada como un verdadero milagro espiritual obtenido por el martirio de Julián.”

A importância das actividades ligadas à extração e ao trabalho em pedra, está referida no brasão oficial da freguesia o qual, sobre um escudo de vermelho, apresenta²²³ “um cinzel de prata e um maço do mesmo, encabado a ouro, passados em aspa, entre seis besantes alinhados em faixa, três de ouro, dois de prata e um de ouro, em chefe e um monte pedregoso de três cômoros, de prata, em campanha. Coroa mural de prata de três torres. (...). O Cinzel e Maço representam a extração de pedra, uma das principais atividades económicas da freguesia. Os Besantes representam a ‘Lenda’ do topónimo e a generosidade da população. O Rochedô representa a Serra dos Candeeiros, assim como a exploração de pedras, uma das mais importantes atividades económicas de Mendiga.”

▪ A paróquia de Minde constitui uma antiga filial da igreja paroquial de N. Senhora de Porto de Mos, no termo desta freguesia e “que d’ella se desmembraram, que se principiou em ermida, da invocação de Nossa Senhora do Cerejal, aonde iam dizer missa aos moradores do dicto lugar os beneficiados d’esta egreja de N. Senhora, por turno, mas iam receber os santos sacramentos e enterrar-se na dicta parochial de N. Senhora. (O Couseiro, 1868, 246). Prossegue a referida fonte afirmando: “depois foi erigida em curato com a mesma invocação, que depois se mudou em Assumpção”, evocando a ‘elevação de Maria’ aos céus. Trata-se de um dogma católico, proclamado pelo Papa Pio XII, no dia 1 de Novembro de 1950 na Basílica de S. Pedro em Roma²²⁴. Como celebração religiosa constitui uma das celebrações mais antigas da Igreja Católica outrora assinalada pelas festas à Virgem e pela reza das ‘Mil Avé-Marias’.²²⁵

Conhecida por ser o lugar de fabrico de “buréis e saragoças”, acrescenta Leal (1875.V, 233) ser “terra dos cardadores, que vão exercer o seu officio por várias povoações”. Por sua vez regista o Portugal Sacro-Profano: “Minde, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora da Assumpção, o Paroco he Cura, aspresentado hum anno pelo Prior de S. João da Villa de

223 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=74> 1MAI13

224 <http://www.paginaoriental.com/titulos/dogmaass1508.htm> 6MAI13

225 <http://www.paginaoriental.com/titulos/titulos.htm> 6MAI13

Porto de Móz, outro pelo Vigario da Santa Maria da mesma Villa, rende cem mil reis: dista de Lisboa dezenove léguas, e de Leiria cinco, tem cento e noventa fogos”.

A ligação com a paróquia vizinha de Mira é estabelecida pela veiga de Minde, vulgarmente conhecida por lagoa de Minde. Esta constitui um exemplo de um poldje, depressão associada ao modelado cársico – embora relacionada com a existência de uma fossa tectónica - das regiões calcárias, entre as povoações de Monte Coelho e Serra de Santo António. Estes traços estão de acordo com a natureza da bacia de recepção natural próxima para onde as reservas de água do interior podem ser aproveitada para fins industriais, como sucedeu com o Olho de Mira ou mesmo para abastecimento público. A presença próxima de outra bacia com as mesmas características, em Alvados, leva a considerar-se este sistema com a designação comum de “poljes” de Mira-Minde e de Alvados.

Sobre este assunto diz O Couseiro (1868, 248): “tem este lugar um pedaço de campo, que terá de comprimento um quarto de légua, pouco mais ou menos, que commumente se chama a Lagoa de Minde, no qual há muitas vinhas e algumas terras. N’ella arrebenta, no inverno, um cano d’agua, por uma boca, que tem juncto ao logar de Mira; d’onde vem saindo (e fervendo a agua e sae junctamente, por algares no mesmo campo, debaixo do chão aonde está (...))”.

▪ A freguesia e paróquia de Mira de Aire - no termo da freguesia de Minde onde existia uma ermida da invocação de N. Senhora do Amparo (O Couseiro, 1868, 247) - foi igualmente “curato amovível da apresentação dos beneficiados da Colegiada de Santa Maria de Porto de Mós.” (IAN/TT, 2006). Por sua vez, regista Leal (1875.V, 242), “esta aldeia pertencia á freguesia de Minde, da qual foi desmembrada para formar freguesia independente (...). O que se sabe com certeza, é que, em 1720 já era freguesia”.

De acordo com o Portugal Sacro-Profano (1768), “Mira, Freguezia no Bispado de Leiria, tem por Orago N. Senhora do Amparo, o Paroco he Cura da apresentação do povo, rende setenta mil reis: dista de Lisboa dezeseite léguas, e de leiria cinco, tem cento e noventa fogos”. Administrativamente, “Por decreto de 1895 foi anexada ao concelho de Torres Novas. Restaurado o concelho de Porto de Mós por Decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltou a fazer parte dele.” (IAN/TT, 2006).

A invocação à Senhora do Amparo, “relembra Jesus crucificado, entregando Maria como Mãe de todos os homens”²²⁶ e a devoção popular²²⁷ que “não demorou em perpetuar a grande bondade de Cristo em dar Maria como protetora. Referindo-se aos seus cuidados maternos, todos queriam colocar-se sob seu "amparo". Assim é que pessoas, vilas, cidades foram postas

226 <http://www.srcoronado.com/smf/index.php?topic=6305.15> 5MAI13

227 http://www.nossasenhoradocarmo.com.br/Site/ns_titulos/ns_doamparo.asp 8MAI13

sob o manto de Maria, representando a proteção celestial da mãe do Salvador e nossa (...)”

Das paróquias mais recentes destacam-se ainda: Serra de Stº António – presbítero de doutor da Igreja, de origem portuguesa - “criada em 1918, desanexada da freguesia de Minde. Freguesia eclesiástica a partir de 28 de Agosto de 1922” (IAN/TT, 2006) e São Bento.

▪ A paróquia de Santo António – tal como a paróquia de Arrimal - escolheu como orago António de Pádua (ou de Lisboa), celebrado a 13 de Junho, cujos traços de vida evocamos²²⁸: “Santo Antônio pertence ao século treze. Antes da entrada para a Ordem Franciscana, tinha o nome de Fernando. Acredita-se que era descendente de família nobre, oriunda da França, que no tempo das cruzadas teria prestado grandes serviços a Afonso VI de Castilha contra os Mouros, ou tomado parte ativa na reconquista de Lisboa, do poder dos Maometanos. Nascido em Lisboa, em 1195, recebeu a primeira instrução na escola da Catedral. Na idade de apenas 15 anos, entrou para o convento dos Cônegos de Santo Agostinho.

Posteriormente foi enviado para Itália como Pregador e “Desde o ano de 1230, o campo exclusivo de sua ação era a cidade de Pádua, importante pela riqueza, poder e universalidade.” Conhecido como o “taumaturgo do seu século (loc. cit.), “Antônio morreu no ano de 1231, sendo-lhe o corpo sepultado em Pádua, na Igreja de Nossa Senhora”. Ficou reconhecido pelo culto popular e sabedoria.

A terra que acolhe a memória deste Santo, canonizado na primeira metade do século XIII, é geograficamente identificada pela paisagem calcária que a cerca, estando²²⁹ “Situada num planalto, que o homem compartimentou com muros de pedra solta, consequência da actividade de despedrega, sendo estes muros marcas evidentes da humanização desta paisagem, e que se tornaram na imagem desta região calcária e que lhe dão actualmente, um aspecto tão característico.

Aqui e ali é possível ainda encontrar restos de uma arquitectura tradicional assente na utilização da pedra: casas de habitação, anexos, abrigos de pastor (casinas), lapiaz, etc.“. Por isso ”a economia da freguesia baseia-se na criação de gado bovino, na olivicultura, na produção de figos e forragens e na indústria têxtil. Das actividades artesanais tradicionais da freguesia destaca-se o fabrico do queijo, de mantas de retalhos e tapetes, que merecem cada vez maior interesse por parte da população local”.

▪ A paróquia de São Bento, escolheu como orago o santo do mesmo nome, S. Bento²³⁰, o Abade e Patriarca que “Nasceu em Núrsia (Úmbria)

228 <http://www.paginaoriental.com/santosdaigreja/jun/antonio1306.htm> 7MAI13

229 <http://www.e-viver.alcanena.pt/serrastantonio/freguesia.asp> 1MAI13

230

http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=105 6MAI13

cerca do ano 480; estudou em Roma; começou a praticar vida eremítica em Subiaco, onde reuniu um grupo de discípulos, e passou mais tarde para Montecassino. Aí fundou um célebre mosteiro e escreveu a regra, cuja difusão lhe valeu o título de patriarca do monaquismo ocidental. Morreu no dia 21 de Março de 547; mas já desde os fins do séc. VIII, em muitas regiões começou a celebrar-se a sua memória neste dia.” Foi o instituidor da Regra dos Beneditinos ²³¹, “adaptada por todos os monges do Ocidente e conservou-se por muito tempo como base da vida monástica. Eis o que prescreve a dita regra: o silêncio, a ração, o trabalho, o recolhimento, a caridade fraterna e a obediência”.

A respectiva freguesia de São Bento, foi criada em 1946, tem no seu brasão oficial o registo das actividades tradicionais da população através de diferentes figuras: “o ramo de oliveira que representa a árvore que foi plantada nesta freguesia para retirar o máximo partido do seu fruto e desta terra; a fita vermelha está associada à crença da utilidade desta para proteger a saúde das pessoas e dos animais; as montanhas representam o Planalto de St. António, onde a freguesia está inserida, que divide a Serra D’Aire da Serra dos Candeeiros. Ao centro está a vaca de leite, protagonista da principal fonte de rendimento da população nas décadas de 80 e 90.”²³²

Os dados contidos nos censos da população, desde 1864, dão conta do crescimento da carga humana de cada uma das paróquias desta vigararia. A este respeito importa assinalar dois períodos distintos desta evolução demográfica:

- o primeiro, vai desde os finais de Oitocentos até ao início dos anos trinta do século passado, corresponde à sequência das décadas que ficaram marcadas pela interrupção da emigração transoceânica e evolução crescente da população portuguesa no seu conjunto;

- o segundo, corresponde já ao período de intensificação da emigração intra-europeia e das migrações internas e a uma série de mudanças estruturais e políticas na sociedade portuguesa.

Neste novo ciclo individualizam-se dois núcleos distintos deste crescimento: o pólo industrial de Mira-Minde e as freguesias urbanas de São Pedro e de São João de Porto de Mós. No primeiro caso, tal facto assinala o passado industrial da vila de Minde e a oferta de bens e serviços que servem os habitantes desta bacia interior; o segundo núcleo evoca o movimento de concentração humana, comum ao país e à região mais litoral, onde as sedes administrativas e de serviços, como são as capitais municipais, com a sua concentração de investimentos públicos e de capitais privados permitiram o aumento de postos de trabalho, de bens e equipamentos públicos que favoreceram essa concentração.

231 <http://www.paginaoriental.com/santos/bento1107.htm> 7MAI13

232 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=77> 1MAI13

No cenário agreste do maciço calcário, o passado industrial de Minde expressa, de acordo com a autarquia local, uma evolução significativa assim descrita²³³: “Em meados do século passado, a tradição têxtil da localidade evoluiu para a indústria de malhas exteriores, que ocupa hoje a maior parte da força activa da localidade. Após a fase inicial, caracterizada por uma certa euforia e espírito de incentivo, as indústrias esforçam-se hoje por evoluir tecnicamente e se manterem na vanguarda das novas tecnologias, havendo algumas apetrechadas com os mais modernos equipamentos, pese embora a crise que afecta o sector têxtil. O ramo de negócios mais expressivo da localidade situa-se na área dos transportes de mercadorias. Para além disso, tem ainda expressão a indústria da transformação e comercialização da pedra.”

Embora não sendo excessivo, as duas freguesias da sede municipal viram a sua população duplicar desde 1864, facto que não tendo adquirido uma dimensão tão relevante como noutras capitais municipais próximas, traduz bem o efeito da atracção exercida por este centro sobre as populações do município. O mesmo foi verificado na paróquia de Minde – 1695 habitantes em 1864 e 3773 em 2011 – e, de forma mais intensa na paróquia vizinha de Mira de Aire que, no mesmo período, logrou quintuplicar os efectivos populacionais, passando de 675 habitantes, apenas, na data daquele primeiro censo, para mais de 3,7 milhares em 2011.

As demais freguesias e paróquias registam uma variação pouco significativa, que traduz os efeitos de um movimento natural empobrecido pelas migrações e envelhecimento dos seus habitantes, bem como pela decadência das actividades económicas tradicionais. Nestes casos, para além de Alqueidão da Serra que logrou atingir os 2,2 milhares de habitantes em 1960 e da paróquia de Pedreiras que não enfraqueceu a dinâmica responsável pela sua criação, as demais acusam o determinismo geográfico que prevalece na área do maciço calcário.

▪ Esta última freguesia, Pedreiras, escolheu como orago o mártir S. Sebastião²³⁴, “oriundo de Milán, que, como narra san Ambrosio, se dirigió a Roma en tiempo de crueles persecuciones, sufriendo allí el martirio. En la ciudad a la que había llegado como huésped, obtuvo el domicilio de la eterna inmortalidad. Fue enterrado en este día en las catacumbas de Roma (s. IV in.)”. Toma no seu brasão oficial “O carvalho simboliza as árvores centenárias e de grande porte, existentes no adro da freguesia, e que deram origem à Feira dos Carvalhos. A telha lembra as importantes fábricas de cerâmica de barro vermelho, em laboração na freguesia e que tanto contribuem para o seu bom nome.”²³⁵

O acidentado do relevo, os solos pedregosos – embora com manchas residuais de terra-rossa, favoráveis ao cultivo – a falta de água e mesmo as

233 <http://www.cm-alcanena.pt/pt/conteudos/concelho/Freguesias/Minde/> 1MAI13

234 [p://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=14917](http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=14917) 6MAI13

235 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=76> 1MAI13

condições climáticas mais extremas que identificam as áreas de maior altitude, reforçam a fragilidade das actividades humanas aqui sediadas e a escassez de oportunidades que concorram para a fixação de novos habitantes.

Neste cenário há no entanto a salientar as actividades de alguns lugares próximos do eixo de circulação rodoviária norte-sul que bordeja o município de Porto de Mós, com um acréscimo das actividades rurais, industriais e de serviços que prestam apoio aos cidadãos residentes. Salienta-se o contributo da indústria extractiva - que na área deste município, como no concelho vizinho da Batalha (e de Ourém) - dá à animação de algumas empresas.

A estas juntam-se as potencialidades para o turismo de natureza e cultural, decorrentes da integração de parte do território municipal na área do Parque Natural da Serra de Aire e dos Candeeiros²³⁶ do qual retirámos a referência às actividades económicas essenciais:

“O concelho de Porto de Mós é essencialmente industrial, tendo predominância a indústria transformadora. Contudo, é a indústria da calçada portuguesa que tem levado o seu nome a percorrer mercados internacionais. O sector secundário emprega cerca de 55% dos habitantes do concelho. Destaca-se a indústria transformadora, com 457 empresas sedeadas no Município (segundo o último levantamento do INE, em 2001). Dentro deste sector, predominam as indústrias de fabrico de produtos minerais não metálicos (146, em 2001). Calvaria de Cima, Juncal, Pedreiras e Mira de Aire são as freguesias do concelho que mais cidadãos empregam na atividade industrial. A construção civil tem vindo a apresentar um aumento considerável, causado pelo crescimento populacional e pelo aumento das obras públicas.

O sector primário é pouco significativo no concelho, empregando 5% a 8% da população em actividades ligadas à agricultura, pecuária, suinicultura e às indústrias extrativas. As freguesias mais rurais do concelho - Alcaria, Arrimal, S. Bento e Serro Ventoso - são aquelas em que este tipo de actividades predomina. Ao longo dos últimos dez anos, o sector terciário tem apresentado um desenvolvimento considerável, particularmente nas freguesias da sede do concelho - S. João Baptista e S. Pedro. Actualmente, cerca de 28% a 30% da população integra-se neste sector, distribuída entre a atividade comercial e a função pública.(...)”.

▪ Pelo seu interesse transcreve-se da página oficial da autarquia de Serro Ventoso (concelho de Alcanena), o resumo das suas principais actividades²³⁷: “Indústria de lacticínios e de malhas, pequeno comércio, agricultura e pecuária. Actualmente, a economia da freguesia baseia-se na criação de gado bovino, na olivicultura, na produção de figos e forragens e na indústria têxtil (confecção de malhas). Das actividades artesanais tradicionais na freguesia,

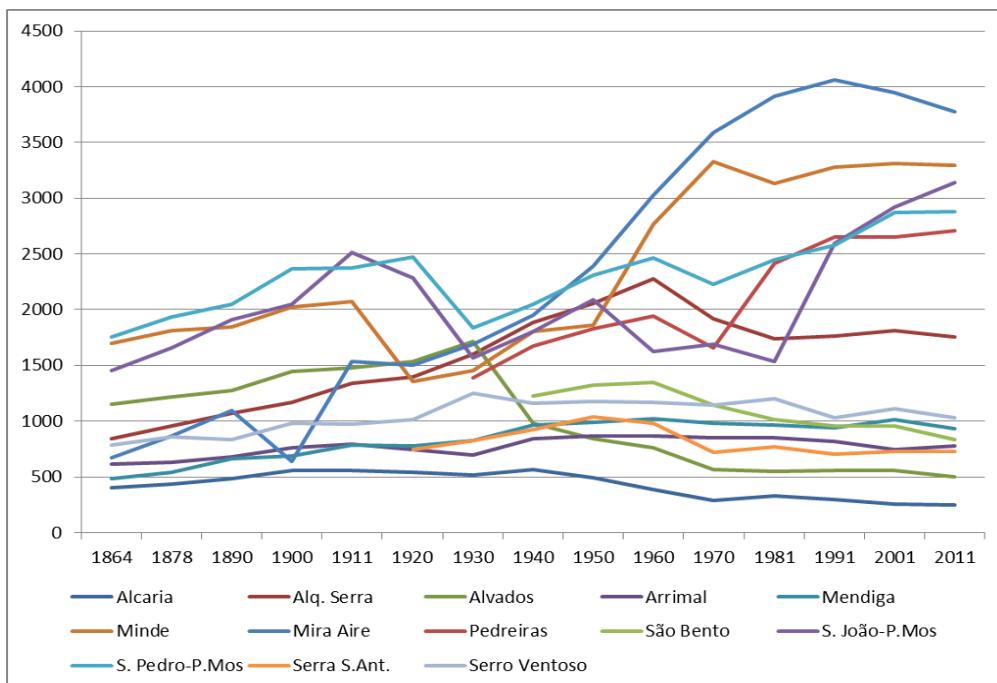
236 <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=105> 1MAI13

237 <http://www.cm-alcanena.pt/pt/conteudos/concelho/Freguesias/Serra+de+Santo+Antonio/> 1MAI13

destaca-se o fabrico de queijo, de mantas de retalhos e tapetes, que merecem cada vez mais interesse por parte da população.”

O alargamento da circunscrição vicarial a freguesias deste município, integrado já na NUT III da Bacia do Tejo, justifica-se pelos laços históricos e memória destas povoações ao antigo município de Porto de Mós e ao domínio deste sobre as terras do maciço calcário estremenho e do seu Planalto de Santo António. Este constitui a fronteira natural entre o maciço calcário estremenho e os terrenos da bacia sedimentar do rio Tejo.

Figura 14 – População: Vigararia de Porto de Mós



11. Santuário de Fátima

A referência aos traços fundamentais das Paróquias, reunidas nas suas Vigararias, deve ser completada com a indicação de alguns dos traços essenciais apresentados pelas outras unidades eclesíásticas que fazem parte da

Diocese de Leiria-Fátima. Nesta caso, para além das Vigararias, Paróquias e Capelarias, individualiza-se o Santuário de Fátima, com a sua missão e organização própria.

De acordo com Gomes (2007, 199)²³⁸, “pelo nome de santuário entende-se a igreja ou outro lugar sagrado aonde os fiéis, por motivo de piedade, em grande número acorrem em peregrinação, com a aprovação do ordinário do lugar’ (cânone 1230). O motivo pode ser a veneração de uma relíquia ou imagem, ou ser aquele lugar palco de um milagre ou aparição sobrenatural, ou ainda por outro motivo digno em relação à fé”.

A importância das aparições de Fátima e a dimensão de devotos que aí acorriam determinou que em 1958, a Sagrada Congregação do Concílio emanasse “um decreto com algumas orientações para o Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, instituindo um Conselho Nacional, composto pelos arcebispos metropolitanos de Portugal e pelo bispo de Leiria-Fátima, e presidido pelo Patriarca de Lisboa” (op. cit., 200). Foram-lhe atribuídas funções de “supervisão pastoral do santuário e emissão de parecer sobre os assuntos principais das suas estruturas e vida pastoral”. De acordo com a mesma fonte (loc. cit.) os novos estatutos datam de 2006, sendo o Santuário considerado como “santuário nacional, de acordo com a legislação canónica”.

Nesta perspectiva o texto dos Estatutos do Santuário de Fátima, reafirmam que este “rege-se pelo Código de Direito Canónico e demais legislação universal aplicável; pelos presentes Estatutos aprovados pela CEP e pela legislação diocesana da Diocese de Leiria-Fátima”²³⁹, que a partir de 1984 adoptou a designação de Leiria-Fátima e passou a integrar N^a Sr^a de Fátima como padroeira principal juntamente com o Doutor da Igreja, Santo Agostinho, como padroeiro secundário da Diocese.

O texto oficial²⁴⁰ – anexo I dos Estatutos do Santuário de Fátima²⁴¹ – regista ainda: “1. Os Santuários são o prolongamento, no tempo, de um “acontecimento fundante”, uma manifestação sobrenatural, cuja autenticidade seja reconhecida pela Igreja, que assim a situa no conjunto do desígnio salvífico de Deus. É esta manifestação sobrenatural que atrai os peregrinos e define a especificidade da missão de um Santuário, no contexto da missão salvífica da Igreja. Em Fátima, o acontecimento sobrenatural que dá origem ao Santuário, é constituído pelas aparições de Nossa Senhora a três crianças, Lúcia de Jesus Santos e seus primos, Francisco Marto e Jacinta Marto, entre 13 de Maio e 13 de Outubro de 1917.”

238 Gomes, Manuel Saturnino C. (2007) – Estatuto jurídico do Santuário de Fátima!. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 199-203

239 <http://www.santuاريو-fatima.pt/portal/index.php?id=42310> 13MAI13

240 <http://www.fatima.pt/portal/index.php?id=15360> 30DEZ12

241 http://www.fatima.pt/files/_anexo1_49b141648e5ef.pdf 29DEZ12

Prossegue o referido documento, com base na Carta Pastoral de 13 de Outubro de 1930 do Bispo de Leiria: “Havemos por bem declarar, como dignas de crédito, as visões das crianças na Cova da Iria, freguesia de Fátima, desta diocese, nos dias 13 de Maio a Outubro de 1917 e permitir oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima”. Esta a postura oficial do primeiro bispo de Leiria-Fátima da diocese restaurada, D. José Alves Correia da Silva, figura de vulto na evolução histórica e religiosa deste Santuário.

À data das aparições o território da paróquia de Fátima pertencia ao Patriarcado de Lisboa, mas quando da restauração da diocese foi integrado na antiga circunscrição diocesana, ficando sob a alçada do Bispo de Leiria, promotor da construção do Santuário da Cova da Iria. As aparições de 13 de Maio de 1917 na Cova da Iria, e experienciadas inicialmente pelos pequenos pastores Lúcia, Jacinta e Francisco, “foram apresentados e entendidos como uma experiência vivenciada por três crianças, através das quais se realizava uma comunicação entre o Céu e a Terra, com a transmissão de uma mensagem espiritual que, desencadeando progressivamente a presença de uma multidão de peregrinos e curiosos, culminou na afirmação de uma manifestação celestial atestada pelo ‘milagre do sol’” (Ferreira, 2007, 89)²⁴².

O desenvolvimento posterior deste centro de peregrinação ficou marcado por diversos factos e acontecimentos religiosos e civis de que destacamos, ainda em Novecentos, a construção da Capelinha, em 1919; a construção da Basílica de N^a Senhora do Rosário, iniciada em 1928 e inaugurada em 1953 pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira; as duas primeiras visitas papais, de 1967 e 1982, antecedidas pela concessão pelo Papa Pio XII, em 1954, do título de basílica menor. No que concerne ainda às aparições e anteriormente a estas datas regista-se o início da construção da Basílica, de traça renascentista, iniciada em 1928 e a visita oficial do Presidente da República, General Carmona, no ano seguinte.

O conjunto de obras que estruturam o recinto do Santuário, as instalações e os serviços anexos, que culminaram com a inauguração da Igreja da Santíssima Trindade, por ocasião do 90^o aniversário das aparições, em 2007, dão sequência a um processo de afirmação de Fátima que desde a primeira aparição tem vindo a constituir-se como um dos lugares sagrados, que atrai maior número de visitantes e um dos pólos de atracção de numerosas peregrinações para a comunidade católica portuguesa e mundial.

No que respeita à organização eclesial do Santuário de Fátima, uma vez localizado na área da antiga Paróquia de Fátima ficou o mesmo dependente desta até à criação, em 1927 de uma Capelania permanente. Esta foi antecessora da Reitoria de Fátima, em 1941 “coincidindo com a criação da jurisdição autónoma da paróquia de Fátima, concedida ao Santuário, para que a vida sacramental dos peregrinos, incluindo casamentos e baptizados, se

242 Ferreira, António M. (2007) – “Catolicismo (movimento católico e Fátima)”. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 87-98.

tornasse mais simples e acessível”.²⁴³ A criação daquela Capelania antecede a autorização oficial concedida pelo Bispo de Leiria ao culto de N^a S^a de Fátima, em 1930.

Por sua vez, a “consagração solene da Igreja e do género humano” ao Coração Imaculado de Maria, proclamado pelo Papa Pio XII em 31 de Outubro de 1942, suscita o desenvolvimento das peregrinações internacionais e a consolidação da dimensão universal do Santuário.

A confirmação da Reitoria é realizada em 1946 passando, a partir de então, a competir ao Reitor do Santuário o desenvolvimento de iniciativas referentes à construção física do Santuário, como das acções inerentes à consolidação da vida e das actividades religiosas deste centro de peregrinação e Santuário Nacional. De acordo com os Estatutos do Santuário (2006) – artº 3º - “A principal missão do Santuário de Fátima é acolher os peregrinos e propor-lhes a vivência da Mensagem de Fátima (...)”.

Do site oficial deste Santuário, transcrevemos o seguinte²⁴⁴:

Figura 15 - Cova da Iria



Santuário de Fátima - “A Cova da Iria nasceu num descampado onde em 1917 se deram as aparições de Nossa Senhora. Desenvolveu-se devido ao contínuo afluxo de pessoas cujas funções embora continuem em lugar de destaque as que se ligam ao fenómeno religioso, que começou quando três crianças naturais de Aljustrel (pequeno lugar da freguesia de Fátima) apascentavam um rebanho numa localidade chamada Cova da Iria. Chamavam-se Lúcia de Jesus, Francisco e Jacinta Marto, de 10, 9 e 7 anos.

Sobre uma azinheira avistaram uma luz envolvendo uma Senhora que lhes falou pedindo-lhes para rezarem e convidando-os a voltar nos meses seguintes. Para assinalar o local das Aparições construiu-se um arco de

243 “Breve história do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima” – In: Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Fátima, Edição do Santuário de Fátima, 2006 – Anexo I

244 Site Oficial do Santuário de Fátima: www.santuاريو-fatima.pt

madeira com uma cruz. A pequena árvore a pouco e pouco foi desaparecendo levada por peregrinos. Em 6 de Agosto de 1918, com as esmolas dos fiéis iniciou-se a construção de uma pequena capela em homenagem a Nossa Senhora, feita de pedra e cal coberta de telha com 3,30 metros de comprimento, 2,80 metros de largura e 2,85 metros de altura. Foi a primeira construção do actual recinto de oração.

Hoje o Santuário de Fátima acolhe em peregrinação e oração muitos milhares de crentes vindos de todo o mundo, sobretudo na Peregrinação anual de 13 de Maio e nos restantes dias 13 de cada mês, de Maio a Outubro. O Santuário possui hoje não só um vasto conjunto de edifícios como também um amplo recinto ao ar livre com a área de 86400 m² que comporta cerca de 300 000 pessoas. O centro da actividade é para além da Capelinha das Aparições, a Basílica cuja primeira pedra foi benzida a 13 de Maio de 1928 pelo Arcebispo de Évora, D. Manuel da Conceição Santos, o projecto é da autoria do arquitecto holandês Gerard Van Krieken.

A Basílica do Santuário de Nossa Senhora de Fátima foi totalmente construída com pedra da região e os altares são de mármore de Estremoz. Mede 70,50 metros de comprimento e 37 de largura. Tem 15 altares comemorativos dos 15 Mistérios do Rosário. Na capela lateral esquerda repousam os restos mortais de Jacinta, e na capela lateral direita repousam os restos mortais de Francisco. (Movimento Pró – Concelho de Fátima, Processo de Fátima a Concelho). Ainda no recinto do Santuário podemos ver a azinheira grande, debaixo da qual os Pastorinhos e os primeiros peregrinos esperavam e rezavam o terço antes de chegar Nossa Senhora, o monumento ao Sagrado Coração de Jesus, que se ergue no centro da praça, a cruz alta no topo sul do recinto, o monumento ao Papa Pio XII, monumento a D. José Alves Correia da Silva primeiro Bispo da Diocese de Leiria, Centro Pastoral Paulo VI. (...).”

Diversos estudos académicos realçam a importância geográfica deste local de peregrinação e culto. Assim o reconheceu Rodrigues (1974, 234): “A Cova da Iria constitui uma realidade geográfica, profundamente marcada pela sua função religiosa”. Por sua vez escreveu M. G. P. Santos (2000, 104), “Tendo nascido como centro de peregrinação, Fátima foi-se tornando a pouco e pouco e sem perder aquela vocação inicial, um pólo de atracção de turismo religioso, aí afluindo, a par de numerosos peregrinos, muitos grupos de turistas religiosos de um grande número de nacionalidades de todo o mundo católico”. Tal facto tem vindo a aumentar a partir das visitas ao Santuário (e, mais especificamente, à Capelinha), “sítio inicial a partir do qual se estruturou o aglomerado urbano”, e o seu vasto equipamento de apoio ao turismo religiosos que aí ocorre.

De acordo com a referida autora (op. cit., 206), à motivação religiosa juntam-se outras, numa triangulação em que entram, igualmente, os fenómenos de turismo (deslocação) e os de lazer (ocupação). Conclui a autora

(loc. cit.) afirmando que, “Fátima é um exemplo interessante desta realidade triangular, prova de modernidade e complexidade do fenómeno em estudo, com o impressionante número de visitantes e o seu objectivo de ser o ‘altar do mundo’”. O movimento de peregrinos de diversas nacionalidades a este Santuário é um facto reconhecido dada a afluência diária de peregrinos ao Santuário, as celebrações que preenchem o seu Calendário religioso, as peregrinações Marianas e a vida que confere às actividades económicas radicadas nesta cidade.

Para além destes aspectos, Ferreira (2007, 97)²⁴⁵ observa: “pode considerar-se que se tem realizado uma longa e complexa elaboração teológica em torno das aparições de Fátima como centro religioso. Este processo pode ser apreciado pelos inúmeros congressos realizados sobre a mensagem de Fátima, pela publicação crítica das fontes históricas e, mesmo em termos de ordenação do território, pelo esforço de delimitar a pressão urbanística sobre o lugar (...)”. Estas questões realçam o interesse geográfico do centro urbano e da sua área envolvente, como cenário de intervenção directa do ordenamento e do planeamento urbano e regional no contexto alargado de redes, núcleos, vias, infraestruturas e equipamentos sociais indispensáveis à enorme concentração de população atraída pelo fenómeno da mobilidade religiosa.

Com faz notar Lima (2007, 403), “a peregrinação tipifica-a sempre num caminho cheio de sinais, o único capaz de suportar e referir memória. Se o caminho é a rota, a peregrinação é a substância. A acção do peregrino (peregrinatio), que qualquer ser humano é, é sempre viagem ou percurso (...)”. Por isso Fátima afirma-se pela natureza do homem e por si: “Fátima é porque a humanidade é peregrina e Fátima é ‘altar do mundo’ porque o mundo dos homens precisa sempre de um ‘altar’, de um santuário, de um lugar outro, onde os lugares renovam o seu sentido” (op. cit, 409).

Importa assinalar as múltiplas incidências das peregrinações marianas sobre o recinto, na sua área envolvente e na vida local e regional. O sítio das aparições próximo ao lugar de Fátima, fez crescer em redor um aglomerado com características urbanas especializadas que caem fora deste tipo de análise. Por si só constitui um tema aprofundado por outros autores²⁴⁶ e sujeito a uma atenção diária por parte das autoridades do Santuário. Contudo interessa salientar a múltipla proveniência das peregrinações e dos peregrinos que aqui afluem, expressa na figura que transcreve o total de peregrinações organizadas e nº de peregrinos, entre 2004 e 2008.

Tomando como referência os dados relativos aos anos finais da primeira década deste século – mais de 1,2 milhares de peregrinações nacionais em

245 Ferreira, António M. (2007) – “Catolicismo (movimento católico e Fátima)”. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 87-98.

246 Cf: Santos, M. Graça M. P. (2007) – “Fátima (população e alojamento)”. In. Azevedo e Cristino, 2007, pp. 213- 224.

média e de quatro centenas de milhares de peregrinos nacionais na sua média anual – regista-se o forte número de peregrinações e de visitantes estrangeiros. Neste caso, as peregrinações ascenderam a uma média anual da ordem dos 2,4 milhares, com um total de peregrinos representando cerca de um terço dos valores relativos aos nacionais. Para além da quebra registada no movimento de estrangeiros, importa destacar a diversidade de nacionalidades presentes nos actos religiosos do Santuário.

De acordo com os dados oficiais do Santuário, a geografia destas peregrinações realça a diversidade de origens dos peregrinos (270,0 milhares em 2006; 156,7 milhares em 2007 e 133,9 milhares em 2008) e uma maior representatividade dos de origem europeia no conjunto das celebrações integradas em peregrinações oficiais. No que respeita à origem dos peregrinos nacionais (428,2 milhares em 2006; 400,2 milhares em 2007 e 410,0 milhares em 2008), acompanha a litoralização da população e das suas actividades económicas – dioceses de Porto, Leiria-Fátima, Lisboa e Braga. As diferentes motivações expressas no movimento das peregrinações ao Santuário de Fátima podem ser analisadas na sua vertente religiosa, como manifestações de fé, de origem nacional e internacional, e ainda na sua componente de mobilidade humana ligada a uma causa específica ligada ao turismo de natureza realigiosa.

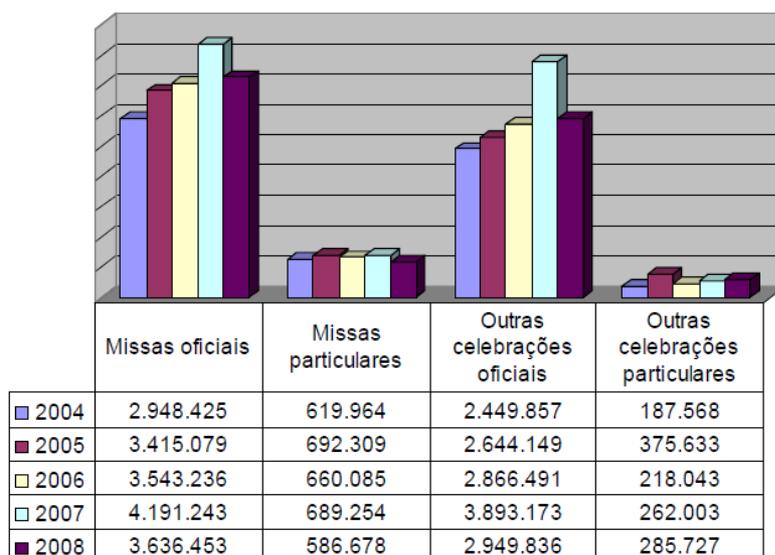
Não cabendo no âmbito deste texto apreciá-las, importa contudo assinalar a diversidade e as motivações dos peregrinos, justificando por isso que se assinale o seu grande contributo para o incremento da mobilidade humana em períodos festivos e datas consagradas pelo calendário religioso. Disso é exemplo o calendário de celebrações Marianas celebradas no Santuário, diárias, mensais ou anuais, que justificam um volume de peregrinos ou tão só de visitantes aos locais religiosos de Fátima.

Para além do complexo físico do Santuário, a expressão do culto Mariano, a divulgação da Mensagem de Fátima, as relações entre o Santuário e a Santa Sé, além das muitas realizações e obras que identificam este lugar de culto, reforçam o que o anexo dos Estatutos descreve: “A já longa história do Santuário de Fátima mostra-nos uma linha contínua de fidelidade à Mensagem de Nossa Senhora, acolhendo os peregrinos e tornando-se foco de irradiação do anúncio da salvação. ‘Altar do Mundo’, Fátima tornou-se, misteriosamente, uma fonte de esperança para o mundo contemporâneo.”

O site oficial do Santuário²⁴⁷ enumera, ainda, os diferentes lugares que fazem parte do complexo deste Santuário, a saber: Recinto de Oração; Capelinha das Aparições; Basílica; Colunatas; Casas de Retiros de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora das Dores; Igreja da Santíssima Trindade.

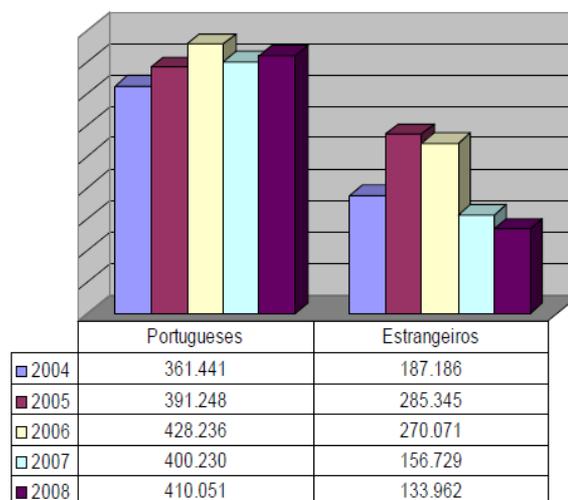
247 <http://www.santuario-fatima.pt/portal/index.php?id=42324> 13MAI13

Figura 16 - Celebrações / número de participantes



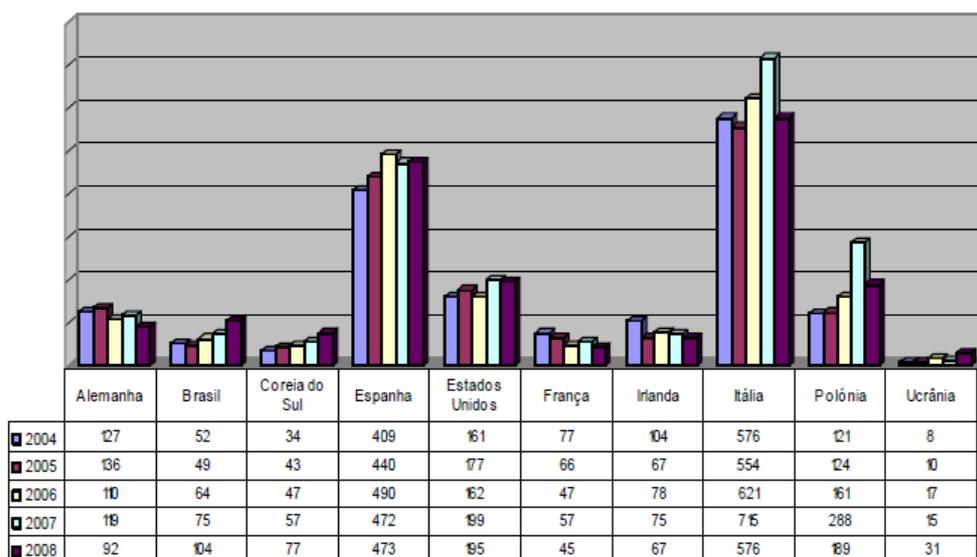
O recinto de oração desenvolve-se sobre o solo calcário, numa larga bacia de drenagem identificado com uma dolina natural – ‘cova’, segundo a designação popular - coberta de vegetação mediterrânica, nomeadamente de azinheiras, sob as quais ocorreram as aparições. Desta cobertura espontânea, constituída ainda por carrasqueiras e mato, abatida em resultado do acréscimo de peregrinos e das obras do Santuário, mas presente ainda junto da Capela das aparições, restam na área circundante do maciço calcário diversos exemplares ameaçados pelos incêndios e pela mão-humana.

Figura 17 - Peregrinações organizadas - número de peregrinos



A configuração natural da topografia da Cova da Iria, facilitou o traçado geral do recinto e o modelo de implantação dos equipamentos religiosos, da Basílica de N^a Senhora do Rosário e das Colunatas. A sagração do templo, ocorrida em Outubro de 1953, constitui um marco religioso importante na vida do Santuário. O seu espaço físico foi entretanto sujeito a um conjunto de obras de arranjo urbanístico local, motivadas pela afluência de peregrinos que desde o início dos anos cinquenta e, particularmente com o encerramento do Ano Santo (1951), em Fátima, engrossaram o número de visitas aos lugares de Fátima.

Figura 18 - Peregrinações organizadas, Países com maior número de grupos



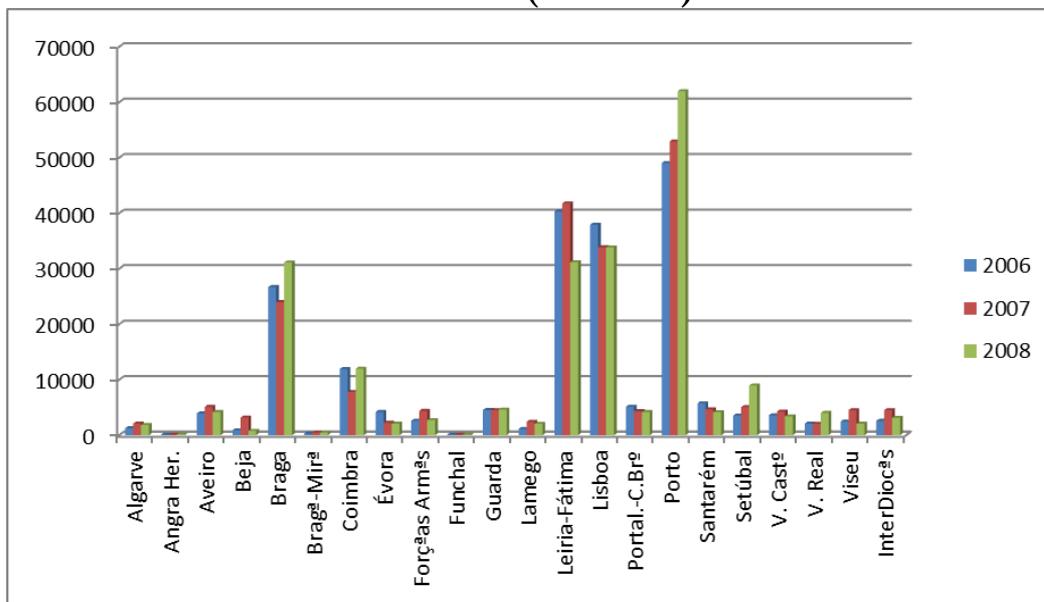
As melhorias sucessivas operadas no recinto com a instalação de novas construções, nomeadamente da nova Igreja da Santíssima Trindade – destinada a superar a necessidade crescente de acolhimento às celebrações litúrgicas em condições de maior conforto – foi dedicada em 2007 pelo delegado da Papa, na data do encerramento do nonagésimo aniversário das Aparições de N^a Sr^a de Fátima.

A caminho do centenário, as aparições de Fátima evocam muitos outros fenómenos, nomeadamente os da mobilidade humana – relacionada não só com a peregrinação mas, também, com as migrações - o que nos leva a referir Lopes (2007, 189)²⁴⁸: a “realidade de Fátima mostra-nos como o migrante se reapropria deste percurso simbólico do seu imaginário radical, por um lado, para resolver as contradições e incoerências da sua historicidade e, por outro lado, para modelar o processo de recomposição da sua identidade”.

248 Lopes, Policarpo (2007) – “Emigração e Fátima”. In: Azevedo e Cristino, 2007, pp. 185-190

Identidade, que no dizer deste autor (loc. cit.), adquire aqui o valor e o “símbolo central de um dos pólos estruturantes da identidade do migrante, o país onde se encontram as suas raízes” e o papel de “turista peregrino”, quando a visita.

Figura 19 - Origem diocesana dos peregrinos de peregrinações nacionais (2006-2008)



Tão significativa como as relações de identidade, na afiliação e pertença, o “homo mobilis” procura ainda, neste local, o sagrado – também o maravilhoso e a festa (loc. cit.) – perspectivas que enriquecem e fomentam as muitas abordagens sobre o tema em referência.

As notas sobre a vida deste Santuário estão bem expressas num texto de Barbosa (2007, 588)²⁴⁹ que registamos: “é possível que em nenhuma outra parte do mundo católico se concentre num espaço tão pequeno quanto Fátima uma densidade tão numerosa de comunidades religiosas. São muitas as famílias religiosas que de forma canónica prosseguem ali o seu ideal de vida de entrega ao Senhor (...)”, numa “tríplice vertente da vivência da primazia de Deus, no tempo e no espaço” (op. cit., 597). Daí a presença de uma centena de comunidades religiosas em Fátima (op. cit., 598) que diversificam, na sua vida religiosa, os traços fundamentais da “história da vida espiritual mariana” (loc. cit.) seguida neste Santuário.

Note-se, contudo, que para lá das questões de sentido religioso como centro de peregrinação, Fátima tornou-se num lugar central com características geográficas, antropológicas, sócio-económicas, urbanísticas e

249 Barbosa, David S. D. (2007) – “Vida religiosa”. In. Azevedo e Cristino, 2007, pp. 588-598

outras, que exigem análises detalhadas de cada um dos fenómenos e movimentos aí registados e que devem ser inseridos, no todo ou em parte, na constante de vida da Diocese de Leiria-Fátima, do seu território, fregueses e, sobretudo, da devoção mariana em Portugal.



12. Capelánias

A organização territorial da Diocese de Leiria-Fátima, com 9 Vigararias e 75 Paróquias, compreende ainda 6 Capelánias e o Santuário de Fátima. De acordo com a Enciclopédia Católica Popular²⁵⁰ a Capelánia corresponde a uma unidade religiosa, confiada ao Capelão, “o sacerdote a quem é confiada o cuidado pastoral, ao menos parcial, de uma comunidade ou grupo peculiar de fiéis (cf. CDC 564-572): c. de casa religiosa, de hospital, de estabelecimento prisional, militar, de embarcação... Nalguns casos goza de especiais faculdades, nomeadamente em matéria de jurisdição para absolvição de censuras. A nomeação ou confirmação do c. é da competência do Ordinário do lugar, com as exceções previstas no CDC (p.ex., capelães militares).”

A organização das capelánias militares e prisionais foi estabelecida ao abrigo da anterior Concordata de 1940 – firmada entre a Santa Sé e a República Portuguesa - que no seu artº 17º estabelece o seguinte: “Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões e outros estabelecimentos similares do Estado, das Autarquias locais e institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente Autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em caso de urgência.” Por sua vez, o artº 18º, acrescenta: “A República Portuguesa garante a assistência religiosa em campanha, às forças de terra, mar e ar e, para este efeito, organizará um corpo de capelães militares que serão considerados oficiais graduados.”

Neste domínio, a versão de 2004 - artº 17º - estabelece o seguinte:

“1. A República Portuguesa garante o livre exercício da liberdade religiosa através da assistência religiosa católica aos membros das forças armadas e de segurança que a solicitarem, e bem assim através da prática dos respectivos actos de culto.

A Igreja Católica assegura, nos termos do direito canónico e através da jurisdição eclesiástica de um ordinário castrense, a assistência religiosa aos

250 Ver: Paulinas, <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/> 20DEZ12

membros das forças armadas e de segurança que a solicitarem.” (...). Por sua vez, o artº 18º regista que “A República Portuguesa garante à Igreja Católica o livre exercício da assistência religiosa católica às pessoas que, por motivo de internamento em estabelecimento de saúde, de assistência, de educação ou similar, ou detenção em estabelecimento prisional ou similar, estejam impedidas de exercer, em condições normais, o direito de liberdade religiosa e assim o solicitem.”

Como foi referido, o Vicariato Castrense - criado em Portugal durante os anos sessenta na época das Guerra Colonial e elevado em 1986 a Ordinariato Castrense e em 2001 a Diocese Castrense – corresponde a uma “Circunscrição eclesiástica que assegura os serviços pastorais aos membros das forças armadas.” (Enciclopédia Católica Popular). Neste caso a sua relação com a hierarquia militar, “adaptada em permanência às estruturas de comando, erguida no seio das unidades, permite aos militares em todas as ocasiões, viver a sua fé e praticar o seu culto” (Diocese das Forças Armadas e Segurança-2013).

Na Diocese de Leiria-Fátima as Capelarias religiosas agrupam instituições diversas ligadas à defesa do território, quer no domínio da aeronáutica - Base Aérea nº 5²⁵¹ - quer no domínio militar - Regimento de Artilharia nº 4²⁵² – e à acção da Brigada Aerotransportada Independente. Contemplam ainda os serviços prisionais – Estabelecimento Prisional de Leiria, Estabelecimento Prisional Regional de Leiria e os serviços de saúde – Hospital de Santo André.

Tabela 28 - Capelarias e Oragos

Capelania	Orago
Base Aérea Nº 5	Nossa Senhora do Ar
Capelania dos Imigrantes Ucranianos de Rito Greco-Católico	
Estabelecimento Prisional de Leiria	
Estab. Pris. Regional de Leiria	Nossa Senhora do Rosário
Hospital de Santo André	Santo André
Reg. de Artilharia de Leiria	Santa Bárbara



251 Inaugurada em 1959.

252 Instalado nesta cidade em 1926, actualmente no Quartel da Cruz de Areia

A Base aérea nº 5 tem como antecedente o Aero Clube de Leiria – clube privado - que ocupou uma pequena parcela dos terrenos que a partir de 1948 vieram a ser ocupados por esta base militar. A sua inauguração oficial, em Outubro de 1959, marca o início de uma actividade militar base aérea, de defesa nacional e de apoio logístico e administrativo aos serviços aí sediados. Reconhecida oficialmente como aeroporto da NATO, em Junho de 1984, este aeródromo militar tem vindo a desempenhar um conjunto de funções de defesa aérea do espaço nacional e de combate para tanto dotada dos meios operacionais e logísticos garantidos pelo Estado português e pelos organismos internacionais de defesa de que Portugal faz parte.

Tal como sucede com outras unidades militares da mesma natureza, a Capelania da Base Aérea nº 5 – Monte Real é da invocação de N^a Senhora do Ar. Tendo presente um texto da Irmandade de N^a Senhora do Carmo da Penha” (Guimarães)²⁵⁴ é a “Santa Padroeira da aviação militar lusitana, apesar da Padroeira Universal dos Aviadores ser Nossa Senhora do Loreto. A origem da devoção remonta a 1924, quando um grupo de aviadores militares fomentou no meio aeronáutico português uma devoção particular a Nossa Senhora do Ar - Santa que zela pela segurança dos aviadores portugueses, inspirada na imagem da Nossa Senhora da Conceição.

Dois anos mais tarde, o Cardeal Patriarca de Lisboa da época, D. António Mendes Belo, encomendou, em Paris, uma imagem da Nossa Senhora do Ar, a qual foi oferecida à capela da Base Aérea nº1, em Sintra, local onde se encontra até à presente data. Mas a devoção pela Senhora tinha que ser ‘institucionalizada’ e enquadrada, pelo que as autoridades eclesiásticas portuguesas apresentaram no Vaticano um pedido para que Sua Santidade o Papa reconhecesse Nossa Senhora do Ar como Padroeira dos aviadores militares portugueses.

A resposta só chegou passadas mais de 3 décadas, quando o Papa João XXIII, ratificou um documento oficial (breve Pontifício – Aligera Cymba), formalizando a entronização de Nossa Senhora do Ar como Padroeira dos Aviadores Militares Lusitanos e, desta forma, da Força Aérea Portuguesa. A 15 de Janeiro de 1960 foi então formalizada a relação particular entre o mundo espiritual e o aeronáutico português.

A crença e carinho especial que os militares da força aérea devotam à Santa faz com que haja um ditado, evocado em casos de dificuldade extrema no desempenho das tarefas, que é revelador do sentimento que os une: “Vamos sair desta, porque a Nossa Senhora do Ar é Portuguesa!”

253 Cf: <http://www.emfa.pt/www/unidade-18-base-aerea-n-5> 21ABR13

254 Irmandade de N^a Sr^a do Carmo da Penha (2007) - “Alto da Penha”, Fev-Abril, pp. 2-3
http://www.penhaguimaraes.com/admin/media/downloads/alto_7.pdf 23ABR13



Regimento de Artilharia nº 4

A localização, antiga, de dois quartéis militares na área urbana de Leiria – Regimento de Artilharia nº 4 e Regimento de Infantaria nº 7 – contribuiu, tal como noutras cidades do país igualmente dotadas deste tipo de equipamentos militares, para fomentar um conjunto de actividades económicas locais associadas ao comércio da restauração, aos transportes e outras. Ao mesmo tempo que, no domínio eclesiástico, veio a implementar a criação de serviços religiosos especialmente vocacionados para o apoio espiritual dos mancebos e militares aí colocados.

O Regimento de Artilharia nº 4 teve a sua origem, em 1916, no Batalhão de Obuses de Campanha do RA 6 - Porto e no 2º Batalhão de Obuses de Campanha do RA 5 de Viana do Castelo. No ano seguinte este foi transferido para Castelo Branco com a designação de Regimento de Obuses de Campanha (ROC). A sua transferência para a cidade de Leiria operou-se em 1926, onde recebeu a designação de Regimento de Artilharia Nº 4.

Do seu historial destaca-se o seguinte:²⁵⁵

“O Regimento recebe a designação de Regimento de Artilharia Ligeira nº4 (RAL4) com sede em Leiria no aquartelamento de S. Pedro (antigo Paço Episcopal), junto do castelo (Dec. Lei 13.851 de 29JUN1927). Naquele tempo o RAL4 foi equipado com o obus 7,5 cm TR m/904, realizando anualmente uma escola de recrutas (ER) (mais tarde duas). O pessoal era, de modo geral pouco letrado, pelo que tinha bastante relevo as Escolas Regimentais. Pretendia-se, com estas, que o pessoal acabasse o Serviço Militar com, pelo menos, o exame da 3ª classe do Ensino Primário. Em 1943, chega ao Regimento o primeiro material de tracção auto (...) que, com as modificações realizadas em 1952 (nomeadamente no tubo) permanecem na Unidade até 1978.” (...)

“No ano de 1961, com o início das operações no Norte de Angola, o RAL4 teve que mobilizar 3 Baterias de Artilharia, com organização tipo infantaria. Foram as Companhias de Artilharia (CArt) 101, comandada pelo Cap Albuquerque Nogueira, a CArt 119, comandada pelo Cap Fernandes Basto, ambas par Angola, e a CArt 178, comandada pelo Cap Franco Charais, para Moçambique. A maior parte do material que possuía teve de ser entregue nos diversos depósitos para ser redistribuído pelas unidades mobilizadas.

Em 1963, o RAL4 passou a Centro de Instrução Nacional de Amanuenses e escriturários, os quais, na sua quase totalidade, integravam,

255 Regimento de Artilharia nº 4 -
<http://www.exercito.pt/sites/RA4/Historial/Paginas/default.aspx> 21ABR13

depois da instrução, as várias Unidades com destino a Ultramar. Por ser uma Unidade essencialmente de Instrução, o RAL4 não foi envolvido nos acontecimentos do 25 de Abril de 1974 (...). O despacho 31/REO de 3Abr75 do General CEME, extingue o RAL4 e o RI7, criando nas instalações da Cruz d'Areia, o Regimento de Artilharia de Leiria (RAL).”

Estas instalações foram construídas para albergar o Regimento de Infantaria nº 7, o qual fazia parte de uma rede alargada de Regimentos de Infantaria - 35 unidades de Infantaria existente no país em 1911 – existentes em diversas cidades do país. A esta Arma do exército português competia a defesa alargada das populações do reino, desde as invasões Napoleónicas e das lutas liberais do início do século XIX, tarefas que foram reforçadas com a participação do exército português no 1º Grande Guerra e, mais tarde, com a sua participação na Guerra Colonial em África.

Com o termo destas lutas armadas e o processo de independência dos países africanos sob domínio português, as necessidades de recrutamento em Infantaria foram reduzidas, sendo os seus contingentes reestruturados no âmbito da reorganização geral do Exército português, da sua participação na NATO e das missões internacionais que nesta âmbito passou a desempenhar. Tal facto justifica que as novas instalações do antigo Regimento de Infantaria nº 7, sito na Cruz de Areia, tenham sido ocupadas pelo Regimento de Artilharia nº 4.

A Capelania do Regimento de Artilharia de Leiria, tem como Padroeira, Santa Bárbara²⁵⁶ - nascida no século III em território junto ao Mar de Mármara – protectora dos artilheiros e padroeira dos marinheiros e dos que trabalham com armas de fogo. Foi reabilitada pelo Papa João Paulo II. Da sua biografia, destaca-se o seguinte: “Santa Bárbara, uma bela jovem, foi decapitada pelo pai por se tornar cristã. A santa emprestou seu nome ao depósito de pólvoras dos antigos navios de guerra e a um famoso colégio parisiense fundado em 1460. Ela desapareceu do calendário universal depois de um grande expurgo realizado em 1969 pelo Vaticano contra santos que supostamente nunca existiram ou com história impossível de ser verificada.”

Entre estes santos duvidosos figuravam também São Cristóvão, protetor dos motoristas e dos viajantes, e Santa Cecília, padroeira dos músicos. Para alguns deles, no entanto, como São Jorge, padroeiro da Inglaterra, São Januário, padroeiro de Nápoles, e Santa Bárbara, a congregação vaticana para os ritos autorizou por um decreto do dia 14 de fevereiro de 1969 um culto local ou limitado, para evitar problemas populares.”



Estabelecimento Prisional de Leiria e Estabelecimento Prisional Regional de Leiria

Os Serviços Prisionais radicados na cidade de Leiria, representados por estes dois estabelecimentos, nasceram da antiga cadeia da Comarcã.

O Estabelecimento Prisional de Leiria é um “estabelecimento para menores delinquentes do sexo masculino de mais de dezasseis anos, que será denominado Prisão-Escola e terá por fim a readaptação social dos internados”, criado pelo Dec. Lei nº 24.476, de 8 de Setembro de 1934. Por sua vez o Decreto-Lei nº 35660, de 25 de Maio de 1946, “manda estabelecer em Leiria, nas instalações para esse efeito construídas, a prisão-escola destinada ao internamento de delinquentes do sexo masculino, com mais de 16 anos de idade, que tivessem de cumprir penas ou medidas de segurança privativas de liberdade”.

A admissão dos primeiros 50 reclusos teve lugar no ano seguinte, compreendendo a sua formação a componente escolar e diversas actividades relacionadas com a formação profissional, nomeadamente as relacionadas com o sector agrícola. Recorde-se que as referidas instalações prisionais foram construídas na Quinta do Lagar d’El Rei e além dos edifícios construídos para o efeito, beneficiaram de uma vasta área dotada de solos para cultivo e explorada pelo novo estabelecimento. Em 1981, a Portaria nº 98/81, de 22 de Janeiro, a anterior Prisão-Escola de Leiria – passou a designar-se Estabelecimento Prisional de Leiria.

A padroeira deste estabelecimento prisional, conjuntamente com a do Estabelecimento Prisional Regional de Leiria é N^a Senhora do Rosário, evocação mariana semelhante a paróquias da Diocese.



Hospital de Santo André

A unidade hospitalar de Santo André é herdeira do antigo Hospital da Misericórdia – fundado em 1544 – e do Hospital D. Manuel de Aguiar, em memória do referido Bispo, que mandou edificar o vasto edifício que deu lugar ao Hospital Distrital. Do seu historial registamos da página oficial, o seguinte:²⁵⁷

“Desde a Idade Média que existiram em Leiria várias Instituições que teriam como funções prestar assistência a doentes. Leiria teve ao longo dessa época, pelo menos nove Hospitais, que se foram fundindo ou mesmo desaparecendo para dar lugar ao actual Hospital de Santo André. Nessa altura

257 Hosp. de St^o André. In: <http://www.chlp.pt/o-hospital/-/hsa-5/> 21ABR13

os hospitais acumulavam diversas funções, tais como dar apoio a peregrinos, recolher os pobres para além de tratar doentes. Estes hospitais estavam sempre ligados à Igreja e eram geridos por religiosos.

O primeiro hospital de que há conhecimento chamava-se Albergaria de Nossa Senhora de Todos os Santos (1222) e tinha como funções agasalhar peregrinos e mantinha três camas para homens e duas para mulheres. Em 1544 surge o primeiro Hospital da Misericórdia sediado junto à Igreja da Misericórdia. Em 1800 é inaugurado um novo Hospital da Misericórdia que foi mandado construir pelo Bispo D. Manuel de Aguiar e que viria a dar origem ao hospital Distrital de Leiria, cujo edifício ainda existe. Após a implantação da República e por determinação governativa passou a designar-se por Hospital Dom Manuel de Aguiar. Esta designação manteve-se até 1974 quando o Decreto-Lei 704 lhe conferiu a denominação de Hospital Distrital de Leiria.”

Na actualidade este Hospital, conjuntamente com o Hospital Distrital de Pombal, integra o Centro Hospitalar de Leira-Pombal (CHLP)²⁵⁸ o qual entrou em funcionamento no dia 1 de Abril de 2011. Tem uma área de influência que abrange uma população na ordem dos 400.000 habitantes - residentes nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós, Nazaré, Pombal, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere e parte dos concelhos de Alcobaça, Ourém e Soure.

O Orago desta Capelania é Santo André²⁵⁹, “natural de Betsaida, foi primeiramente discípulo de João Baptista e depois seguiu a Cristo, a quem apresentou também seu irmão Pedro. Juntamente com Filipe introduziu à presença de Jesus uns gentios que O queriam ver, e foi ele também que indicou o rapaz que tinha os peixes e o pão. Segundo uma tradição, depois do Pentecostes pregou em diversas regiões e foi crucificado na Acaia.”



Capelania dos Imigrantes Ucranianos de Rito Greco-Católico

A Capelania dos Imigrantes Ucranianos de Rito Greco-Católico, sediada em Fátima, presta serviço religioso à comunidade imigrante ucraniana e serve os católicos de rito greco-católico. De acordo com a agência Ecclesia²⁶⁰, a “Igreja Greco-Católica Ucraniana reúne atualmente cerca de 6 a 10 milhões de

258 <http://www.chlp.pt/o-hospital/conheca-nos-1/apresentacao-e-historia-4/>

259 http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/santos/santos_ver.asp?cod_santo=204_6MAI13

260 <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=86838> e http://www.portal.ecclesia.pt/ocpm/noticia.asp?noticiaid=5459_29DEZ12

fiéis, sendo a maior Igreja particular ‘sui juris’ do rito oriental em plena comunhão com a Santa Sé.”

A criação desta Capelania, por solicitação da Igreja da Ucrânia, teve em conta a dimensão da comunidade Ucraniana residente em Portugal²⁶¹ – 48022 nacionais em 2011 – bem como (op. cit) as orientações da Carta apostólica de Paulo VI, *Pastoralis Migratorum Cura* (1969) e outros documentos da Igreja Católica consagrados às migrações e à mobilidade Humana.

A acção pastoral junto das demais comunidades imigrantes, tal como a Capelania dos Imigrantes Africanos e a Capelania dos Imigrantes Brasileiros, bem como a acção pastoral junto das comunidades portuguesas está sob alçada da OCPM – Obra Católica Portuguesa das Migrações -, dependente da Comissão Episcopal da Pastoral Social e Mobilidade Humana. De acordo com a Agência Ecclesia, esta Comissão “resulta da reestruturação das Comissões da CEP, em Novembro de 2011, onde os nossos bispos determinaram que os Secretariados Nacionais da Pastoral Social e da Mobilidade Humana passam a estar dependentes da mesma Comissão. Os bispos que a compõem dividiram entre si as tarefas inerentes a estes dois grandes sectores da Igreja Portuguesa.”

Dada a evolução recente da sociedade portuguesa e o volume de cidadãos afectados pelas migrações, a assistência espiritual a esta população desenvolve-se no seio do território nacional e nos países onde as nossas comunidades emigrantes são mais antigas e em maior número. Nestes casos, a presença religiosa organiza-se em torno da Missão Católica. Já em relação à população imigrante, o conjunto destas Capelánias expressa diversas formas de apoio religioso e pastoral a fregueses, em situação distinta e de origem diversificada, acolhidos no território desta Diocese.

Embora de expressão territorial reduzida, as Capelánias, conjuntamente com as iniciativas da OCPM, nomeadamente as direccionadas para os portugueses residentes no estrangeiro, exemplificam uma ampla rede de acção pastoral e litúrgica que conferem à Diocese de Leiria-Fátima e aos seus fregueses, um sentido de acolhimento e de esperança expressa nas acções, iniciativas e mensagens de D. António Marto, actual Bispo diocesano, como a seguinte²⁶²:

“O lugar onde o homem nasce (natio-nação), cresce e vive, oferece-lhe ambiente e respiração, abrigo e horizonte. Dele a vida tira alento e imaginação; dele lhe advêm as memórias (raízes) e brotam também as esperanças. A nossa vida inscreve-se numa pátria, numa língua, numa cultura,

261 Representavam em 2011, a 2ª maior comunidade de imigrantes estrangeiros residentes em Portugal – 11% no seu conjunto – logo a seguir aos Brasileiros, com mais de 119, 0 milhares – 25,5% em relação ao todo de cidadãos imigrantes (Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

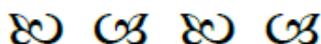
262 <http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=Noticias.php&codTipo=15&grupo=1&codTipo1=7> 28MAI13

num povo com uma história que nos forma, conforma (configura) e reforma (renova). (...). Tal como nos sentimos herdeiros de uma família, também nos sentimos herdeiros responsáveis de um povo-nação a que pertencemos, com as suas gestas, as suas virtudes e os seus defeitos. (...).

O ‘são orgulho nacional’ não pode fechar-nos num ‘chauvinismo nacionalista’ do orgulhosamente sós.

O ‘são orgulho nacional’ não é incompatível com a necessária abertura à universalidade – uma alma cosmopolita – no apreço, na estima, na colaboração e na solidariedade recíprocas à escala mundial, entre as nações e os povos que constituem uma única família humana.”

A respeito dos portugueses e das suas viagens, Miguel Torga (Diário XV 138) escreveu: “Despido de pruridos raciais, uma vez em terra alheia, miscigena-se, adapta-se, integra-se, mas sem perder nunca os traços nativos” Mais ainda: “Aonde chegue um emigrante lusíada, chega uma criatura convincente, prestante, diligente e influente que concilia, congrega, desbrava, cria riqueza, funda instituições benemerentes, semeia humanidade” (Diário XV, 38)”.



IV. Nota final

A análise da evolução da construção social da Diocese de Leiria, herdeira dos domínios territoriais do Castelo de Leiria, da Colegiada de Ourém e de outras entidades régias e religiosas, acompanha momentos distintos da evolução política, económica e cultural da sociedade portuguesa e dos seus oito séculos de história. No seu início prossegue um movimento de afirmação do Reino e do Estado português, decorrente do movimento de Reconquista, da sua independência em relação a Castela e das responsabilidades da expansão marítima portuguesa e necessidades da sua evangelização. Acompanha, ainda, os movimentos religiosos que a partir de Quinhentos se expandiram pelo velho Continente, a divulgação do pensamento político iluminista e das acções liberais de Oitocentos, que culminaram com a implantação da República no começo do século seguinte.

Neste decurso a evolução da divisão eclesiástica da Diocese e a constituição das novas paróquias e freguesias, traduz a construção de um todo social que segue as mudanças sociais e globais da sociedade de antanho. A unidade do Bispado mantém-se coesa sob a acção do Prelado, que em momentos distintos soube incorporar, na área directa da sua influência, territórios e fregueses sujeitos ao poder espiritual e temporal que dispunha.

A evolução das actividades humanas e das condições sócio-económicas locais estão assim relacionadas com o processo de crescimento e de consolidação da Diocese de Leiria. Reflectem, igualmente, as marcas de uma mudança social, rural e urbana, particularmente evidenciada após a restauração da antiga Diocese. Disso nos dão conta diversos indicadores relativos à população e às suas características – aqui referidos por paróquia e unidade vicarial – e também os levantamentos da própria Diocese relativos à prática e à frequência religiosa.

Não cabendo no âmbito destas notas aprofundar tais relações, entendemos que recolha de dados complementares relacionados com os aspectos da vida, as práticas e os movimentos religiosos na área da Diocese e nas suas unidades vicarias e paroquiais, poderá facilitar um melhor entendimento da acção humana e pastoral a desenvolver pelos ministros religiosos e suas equipas. Outras informações complementares dos recenseamentos da população, podem ser utilizados para cruzar com os dados estatísticos das diferentes paróquias, lugares e comunidades de vizinhos que formam o mosaico humano e eclesiástico da Diocese de Leiria-Fátima.

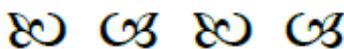
Do trabalho realizado notamos que a evolução dos fregueses aqui residentes é um exemplo da lenta construção do sistema geográfico e do complexo histórico-geográfico (V. M. Godinho, 1976) que acompanhou a evolução das actividades de subsistência e as diferentes inovações técnicas, rurais, artesanais e industriais registadas ao longo do tempo. Desde o aparecimento da 1ª tipografia ligada ao Moinho de Papel, nas margens da

cidade do Liz, à industrialização contemporânea, vai um período de grandes mudanças sociais e religiosas que se repercutem na história das mentalidades e na evolução sócio-económica recente.

Como o reconheceu Martins (1949, 8), esta área centro-litoral reveste identidades próprias que ainda hoje persistem: “complexa na sua uniformidade, que apresenta no interior e no litoral, zonas planas e pequenas elevações, a actividade dos homens, condicionada e animada pelas condições do meio, reparte-se assim: pescadores ao longo da costa, cultivadores e vinhateiros nas planícies e nas colinas, criadores de gado bovino nos campos marginais dos rios mais importantes, pequenos agricultores e pastores onde o relevo calcáreo domina, cultivando aqui e além a oliveira, explorando o pinhal, ou entregando-se com sucesso às culturas de regadio; toda esta diversidade na economia não é suficiente para esconder a uniformidade do conjunto”.

A descrição anterior testemunha uma evolução e estrutura compósita e diferenciada dos agrupamentos sociais, da sua utilização e apropriação do espaço físico, cultural e de relação, construído ao longo do tempo e dinamizado por diferentes forças e actores. Ignorar a função da Igreja neste domínio é esquecer que “A vida humana desenrola-se no quadro de coordenadas espaço-temporais. Se não existe sociedade sem história, também não há espaço sem marcas do tempo” (T. Fernandes, 1992).²⁶³ Estas marcas estão inscritas na paisagem rural e urbana dos campanários, das torres sineiras e das edificações religiosas; na mobilidade dos fregueses aos centros da fé e do poder religioso das Igrejas Matrizas, Santuários e Sé Diocesana; nas relações entre os vizinhos e o seu Pastor; na consciência colectiva e pertença a um domínio territorial e religioso e identidade em relação ao seu próximo.

Havendo muitos aspectos de conjunto e específicos que haveria possibilidade de aprofundar, fica-nos o respeito pelos cidadãos com a sua original maneira de ser, de sentir e de pensar com vocação planetária, e “inquietação dispersiva que faz do português um peregrino das sete partidas, um cidadão do mundo” (Miguel Torga, Diário, XV, 138).



263 A. Teixeira Fernandes – Espaço social e suas representações (1992)

Adenda

A prática dominical na diocese de Leiria-Fátima²⁶⁴

Já é possível uma primeira apreciação dos dados do Recenseamento da prática dominical de 2001, em termos de variação relativamente aos dados de 1977 e 1991. Uma leitura mais completa terá que aguardar informações demográficas de carácter local, por idades e sexos, que o recente senso nacional disponibilizará por certo. De forma preliminar, podemos já destacar alguns aspectos.

1 - Em números absolutos, frequentaram a missa dominical 72.048 pessoas com sete e mais anos, aquando do recenseamento de 2001. Reportado aos recenseamentos anteriores, este dado traduz uma variação negativa de -9,1%, relativamente a 1991, que sucede a outra igualmente negativa, -7,7%, referente ao período anterior 1977-1991. Pode então falar-se de confirmação de uma tendência descendente, com certo agravamento: em apenas dez anos, ultimamente decorridos, a baixa foi maior que nos catorze anteriores. Mesmo assim, os dados diocesanos de 2001 indicam uma quebra inferior à média nacional, contrariamente ao que aconteceu em 1991.

2 - Em sentido oposto, o número de celebrações, todas eucarísticas, e de locais onde tiveram lugar, não cessaram de aumentar: descontando os dados referentes ao Santuário de Fátima, caso sempre peculiar, para menos participantes, houve um aumento de 5,3% nas missas, e de 3,3% nos locais. Também aqui se confirmou a tendência, neste caso positiva: em 1991, relativamente a 1977, as celebrações haviam subido 5% e os locais 10,6%.

3 - Embora aguardando correlações com elementos populacionais actualizados, podem caracterizar-se os “praticantes”, por idades e sexos.

A média de idades das assembleias tem aumentado progressivamente. Referenciando os grupos etários mais volumosos, em 1977, em 100 presentes, 24 situavam-se nos 7-14 anos, e 20 nos 40-54 anos. Em 1991, 23 estavam nos 55-69 anos, e 20 nos 40-45 anos. Em 2001, as posições relativas dos grupos mantêm-se mas o grupo etário 55-69 avoluma-se com 26%, embora o dos 40-54 desça ligeiramente para 19%. Significativa é também a evolução dos setenta e mais anos: de sextos e últimos, em 1977 e 1991, com 7% e 11%, respectivamente, passaram a terceiros, em 2001, com 17%. Abaixo dos 40 anos e para 100 presenças, contávamos 57 no primeiro recenseamento, 46 no seguinte, e tão sómente 37 no último. A deslocação para idades mais avançadas nota-se igualmente quando se olha ao que se tem passado no interior de cada grupo etário. Dos 7 aos 14 anos e, sobretudo, dos 15 aos 24, verifica-se uma rarefacção que só começa a inverter-se entre os 55 e os 69 anos e se confirma notoriamente com os mais idosos.

Numa leitura por sexos, as mulheres são mais numerosas (63,8%). Entretanto, o aumento deste ascendente foi de 3,1% em 1991 e apenas 0,4% em 2001. Ao mesmo tempo, as variações, masculina e feminina, em 1991 e em 2001, denotam alguma discrepância de tendência: os homens desaceleram a descida de -12,4% para -10,4%, as mulheres aumentam-na de -6,3% para -8,5%. Isto é especialmente visível nos grupos mais jovens. Entre os 7-14 anos, para 100 presenças femininas em 1977, contam-se 68 em 1991 e 46 em 2001, enquanto para 100 homens em 1977, há 70 em 1991 e 49 em 2001. No grupo dos 15-25 anos, a “desfeminização” é ainda mais clara: de 100 mulheres em 1977, passa-se a 66 e depois a 42, enquanto de 100 homens se desce sucessivamente para 69 e 48. Tudo indica que a baixa da frequência da prática dominical que se tem acentuado nas idades baixas e

264 In: <http://www.ecclesia.pt/rpd/leiria-fatima.htm> 10 ABR13

médias, e tem sido preponderantemente masculina, se generaliza agora de forma idêntica ao mundo feminino.

4 – Outro elemento importante diz respeito às comunhões que, em absoluto, tiveram, em 2001, um aumento de 1,7%, efectivamente pequeno se comparado aos 55,5% de 1991. Contudo, há outro conspecto: em termos relativos, para 100 presentes, contaram-se 53 comungantes em 2001, 48 em 1991, e apenas 28 em 1977, índices que confirmam a grande evolução operada entre 1977 e 1991, traduzida em aumento tendencial da participação dos presentes na comunhão.

A leitura por sexos e a idade, só é possível em 1991 e 2001, dado que o recenseamento de 1977 não discriminou essas variáveis. Tanto em 1991 como em 2001, os homens comungam menos que as mulheres, em qualquer idade. Por outro lado, nos dois recenseamentos, os índices de comungantes no interior dos grupos etários de praticantes desenham uma curva côncava com os pontos mais altos nas extremidades, 7-14 anos e 70 e mais, e os mais baixos no grupo 25-39 anos, para o qual converge em descida de ambos os lados.

5- Os dados estatísticos interessam obviamente à actividade pastoral. Neste caso, parecem apontar para a necessidade de uma descoberta das verdadeiras motivações de uma prática que se vai desligando cada vez mais de normas e hábitos. A desproporção evidente entre os que se afirmam cristãos e católicos e os que se afeiçoam efectivamente à Eucaristia e à celebração do dia do Ressuscitado, coloca interrogações. Muito haverá a reflectir sobre a comunicação e absorção do núcleo fundamental da fé, sobre o modo de celebrar e fazer participar na celebração, de restabelecer pontes entre o momento celebrativo e a vida pessoal, eclesial e social.

A rarefacção da prática generalizada entre os adolescentes é talvez o fenómeno mais saliente. Tem que ser encarado em múltiplas vertentes e nunca isolado. Em primeiro lugar, parece indissociável da tendência para a ausência, que vem sendo notória e se vem prolongando no grupo etário 25-39 anos, onde se situam os pais? De seguida, não pode deixar de questionar-se o outro lado complementar da parceria educacional, a catequese antes de mais, pois que de formação cristã se trata, e a própria escola, no que toca a conteúdos e pedagogias, mas também a ligações e cooperação com a família e com a comunidade, e à inserção e confronto com a cultura envolvente.

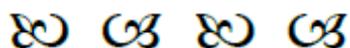
A correlação negativa entre o movimento descendente da prática dominical o crescendo da participação na comunhão eucarística dos praticantes, necessita também de um olhar atento. Mesmo ao nível sociológico, há que fazer entrar mais variáveis que ajudem a perceber as motivações e os níveis de percepção dos gestos celebrativos, de modo a procurar esclarecer a dúvida subsistente entre uma participação de maior qualidade de e a banalização da comunhão. Critérios como o da coincidência entre fé e comportamento, moral dos cristãos e moral cristã, participação e empenhamento, poderão ser decisivos para uma maior clareza.

A direcção oposta em que seguem a diminuição das presenças e o aumento do número de missas, associada à crescente falta de presbíteros e à não substituição das celebrações eucarísticas por celebrações sem padre, deve também, no entender de muitos, fazer reflectir. Colocando de permeio, o retardamento da instituição do Diaconado permanente, há, pelo menos um adiar de soluções que não apenas influirá na capacidade de poucos terem que preparar bem muitas celebrações, mas também poderá, de um momento para o outro, vir a forçar uma resposta in extremis, sem se dispor dos meios necessários.

A leitura da realidade terá que continuar, lúcida e decididamente. Os recenseamentos regulares são meios que, devidamente aproveitados, podem ser úteis, sobretudo se associados e completados por outros tanto ou mais necessários.

Luís Inácio João

Diocese de Leiria-Fátima



Bibliografia

- Alarcão, Alberto (1964) – “Êxodo rural e atracção urbana no Continente”. In: *Análise Social*, pp. 511-573.
- Albuquerque, J. Pina Manique (1961) - “Divisão regional do Continente português”. Separata da Revista “Agricultura”, nº 9 – Jan./Março. 11.
- Albernaz, Pedro Teixeira (1575-1660) - Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera... [Material cartográfico] / Delineada por D. Pedro Teixeira; P. Stark-man sculpsit; A. Coquart. - Escala [ca. <http://purl.pt/16992/1/>]
- Almeida, C. et alli (2000) – Sistema de aquíferos de Portugal continental – Maciço Calcário Estremenho. Lisboa, Instituto da Água.
- Almeida, Fortunato (1967) – História da Igreja em Portugal. Porto, Portucalense Editora
- Amado, José de Sousa (1870) – Historia da Egreja Catholica em Portugal no Brasil e nas Possessões Portuguezas. Lisboa, Typographia de G. M. Martins (Tomo I)
- Arroteia (2014), Jorge Carvalho Arroteia – Dicionário geográfico de Monte Redondo: subsídios. Monte Redondo, Edição de Autor
- Arroteia, Jorge Carvalho (2000) – Território, Povoamento e Sociedade: estudo monográfico – Monte Redondo. Aveiro, Universidade de Aveiro
- Arroteia, Jorge C. (2008) – Leiria e o Pinhal Litoral: sistema geográfico e contextos de desenvolvimento. Aveiro, Universidade de Aveiro
- Arroteia, Jorge Carvalho (2011) – Subsídios para um Dicionário Corográfico de Monte Redondo. Monte Redondo, Museu do Casal de Monte Redondo dondo. (Ediç. Policopiada)
- Ayala, Don Jose de Aldama (1855) – Compendio Geográfico-Estatístico de Portugal (...). Madrid, Imprenta de la Viuva de D. Antonio Yenes.
- Azevedo, C. M. (1995). Historia religiosa portuguesa contemporânea (séc. XIX-XX). Apuntamentos para un guiño da bibliografía posterior a 1980. Anuario de historia de la Iglesia, (4), 271-306.
- Azevedo, Carlos M. e Cristino, Luciano (2007) – Enciclopédia de Fátima (Coord.). Parede, Principia Editora
- Balbi, Adrien (1822) - Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve: comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les Portugais des deux hémisphères. Chez Rey et Gravier, Libraires (II Tomos)
- Edição de 2000 - Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- BarbosaA, Pedro Gomes (1991) – Documentos, lugares e homens: estudos de História Medieval. Lisboa, Edições Cosmos
- Baptista, João Maria (1876) - Chorografia moderna do Reino de Portugal. Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências.
- Bernardes, Joaquim de Oliveira da Silva (1981) – Leiria no século XIX. Aspectos económicos. Leiria, Edição da Assembleia Distrital de Leiria
- Birot, Pierre (s/d) – Portugal. Lisboa, Livros Horizonte

- C.C.D.R.C. (2008) – Procentro: Património Cultural na Região Centro. Coimbra, CCRC (Autor: Ana Santiago Faria)
- CCDRC (2010) – ProtCentro – Plano Regional de Ordenamento da Região Centro - Proposta. Coimbra, CCDRC
- Cabral, João (1993) – Anais do Município de Leiria. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria (III Vols.)
- Caldas, Eugenio C. e Loureiro, Manuel S. (1966) – Regiões homogéneas no continente português: primeiro ensaio de delimitação. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro de Estudos de Economia Agrária.
- Campar, A.; Gama, A.; Cunha, L.; Jacinto, R.; Boura, et. alli (1989) – A bacia hidrográfica do rio Lis – contributo para o estudo da organização do espaço e dos problemas de ambiente. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro – Câmara Municipal de Leiria
- Capela, José Viriato (2005) - “Administração local e municipal portuguesa do século XVIII às reformas Liberais (Alguns tópicos da sua Historiografia e nova História)”, in: Os Municípios no Portugal Moderno: Dos forais manuelinos às reformas liberais. Lisboa, Ed. Colibri-CIDEHUS-EU, pp39-58.
- Capela, J. Viriato, Borralheiro, R. e Matos, H. (2006) – As freguesias do Distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património. Braga (Projecto POCTI/FCT - A Descrição do Território Português do Século XVIII).
- Cardoso, Jorge (2002) – Agiologio Lusitano. Porto, Faculdade de Letras do Porto (V Vols) - Versão fac-similada de: Cardoso, George (1562-1744) – Agiologio Lusitano. Lisboa, Officina Craesbeekiana
- Cardoso, Luís (1747-1751) — Dicionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas. Lisboa: Regia Officina Silviana. 2 vol.
- Cardoso, Luís (1767-1768) — Portugal sacro-profano, ou, Catalogo alfabetico de todas as freguezias dos reinos de Portugal, e Algarve: das igrejas com seus oragos, do titulo dos parocos, e annual rendimento de cada huma, dos padroeiros, que apresentam, juntamente com as leguas de distancia da metropoli do reino, e da cidade principal, e cabeça do bispado, com o numero dos sogos... Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa. 3 vol.
- Castro, Armando (1991) – “Leiria e a sua região no processo histórico português”. In: Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, pp. 295-339
- Castro, João Bautista de (1762) – Mappa de Portugal antigo e Moderno. Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno
- Claval, Paul (1987) - Geografia do homem: cultura-economia-sociedade. Coimbra, Livraria Almedina
- Costa, Pe. Antonio Carvalho da (1706) ou 1712 – Corografia Portugueza e descriçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...). Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes (III Vols)
- Costa, Américo (1943) – Dicionário Chorographico de Portugal Continental e Insular. Lisboa, Dicionário Chorográfico (XII volumes).
- Costa, Avelino Jesus (1957) – “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média.” In: Lusitania Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2 (1957), pp. 7-49
- http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/4967_22ABR13

- Costa, M. S., Neves (1993) - J. P., As autarquias locais e desenvolvimento. Porto, Edições Afrontamento
- Cristino, Luciano C. (2005) – “A Diocese de Leiria-Fátima”. In: Catedral de Leiria. História e Arte (Coord. de Virgolino Jorge), Leiria, Diocese de Leiria-Fátima pp. 37-66.
- <http://www.leiria-fatima.pt/sim/biblioteca/grupos/1/DioceseCristino2.pdf>, 14ABRI13
- D.G.O.T.D.U. (2002) - Sistema urbano nacional – rede complementar. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Denis, M. Fernando (1845) – Historia de Portugal. Barcelona, Imprensa del Fomento
- Dias, João José A. (1996) - Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (II Vol.).
- Durkheim, Émile (1980) – Éducation et Sociologie. Paris, P. U.F Fortunato de Almeida (1967) – História da Igreja em Portugal. Porto, Portucalense Editora
- Elyseu, Jose N. (1868) – Esboço histórico do concelho de Vila Nova de Ourém. Lisboa, Typ. Universal.
- Fernandes, António Teixeira (1983) - O social em construção. Porto, Figueirinhas
- Fernandes. A. Teixeira (1992) – Fernandes, A. T. (1992). Espaço social e suas representações. Sociologia, 2, 61-99.
- Ferraz, Luis Miguel (2011) – “Reflexos dos conflitos político-religiosos na imprensa local: o caso de Leiria”. In: Lusitania Sacra, 24 (Julho-Dezembro), pp. 91-110
- Filipe, Alda Maria M. Mourão (2000) – A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria (1836-1914). Coimbra; Universidade de Coimbra/FLUC (Dissertação de Doutoramento – Policopiada)
- Freire, António de Oliveira (1755) – Descrição corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relação de suas provincias... / composta por Antonio de Oliveira Freire. - Lisboa Occidental : na Off. de Miguel Rodrigues, 1739. - [12], 168 p. ; 21 cm
Página de título <http://purl.pt/13347>
- Galego, Júlia e Daveau, Susanne (1986) – O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Gaspar, Jorge (1993) – As regiões portuguesas. Lisboa; Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional – M.P.A.T.
- George, Pierre (1972) - Sociologie et géographie. Paris, Presses Universitaires de France
- George, Pierre, et al. (1966) - A Geografia ativa. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo
- Girão, A. de Amorim (1941) - Geografia de Portugal. Porto: Portucalense Editora
- Giumbelli, Emerson (2001) – “A religião que a modernidade produz: sobre a história da política religiosa na França”. In: DADOS, 44, 4, pp. 807-840 (Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
- Godinho, V. M. (1976) - “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”. Ministério da Educação e Investigação Científica/ S.E.O.P.
- Gomes, Saul António (1992) – “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no Priorado de Leiria nos séculos XII a XV.” In: Lusitania Sacra. Lisboa. ISSN 0076-1508. 2ª S. 4 (1992) 163-309

- Gomes, Saul (1994) – “Corregedores da Comarca da Estremadura e suas intervenções no concelho de Leiria na Idade Média”. In: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coimbra, Universidade de Coimbra, 42, pp. 253-280.
- Gomes, Saul António (1995) - Introdução à história do Castelo de Leiria. Leiria, Câmara Municipal de Leiria (Col. Cidade de Leiria)
- Gomes, Saul António (2001) – “Diocese de Leiria-Fátima”. In: Dicionário de História Religiosa de Portugal. Lisboa, Círculo de Leitores, 3, pp. 74-81
- Gomes, Saul (2004) – “Elementos para a história do Bispado de Leiria nos séculos XVII e XVIII”. In: Leiria-Fátima-Órgão Oficial da Diocese. Leiria, 36, pp. 333-360
- Gomes, Saul António (2005) – “O Priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria do Século XII à criação da Diocese”. In: Catedral de Leiria. História e Arte (Coord. de Virgolino Jorge), Leiria, Diocese de Leiria-Fátima pp. 15-33. <http://www.leiria-fatima.pt/sim/biblioteca/grupos/1/Origens.pdf> 14ABR13
- Gomes, Saul António (2007) - A região de Leiria: património, identidade e história. Leiria, Centro da Património da Estremadura.
- Graça, Luis M. P. (1992) – Mandato e civilidade. Setúbal, Governo Civil de Setúbal
- GUurvitch, Georges (1979) - A vocação actual da sociologia. Lisboa, Edições Cosmos
- IAN/TT (2006) – Codificação do nome dos municípios e freguesias. Lisboa. IAN/Torre do Tombo (3ª versão).
- Jorge, Virgolino Ferreira, coord. (2005) – Catedral de Leiria: história e arte. Leiria, Diocese de Leiria – Fátima.
- Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho (1873-1890) – Portugal antigo e moderno. Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeológico, histórico, biographico e etymológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal. Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia. (XII Vols.)
- Leão, Duarte Nunez (1610) – Descrição do Reino de Portugal. Lisboa, Impresso com Licença, por Jorge Rodriguez.
- Lima, Fernando de C. P. (1967) – A Virgem e Portugal. Porto, Edições Ouro (II Vols.)
- Lima, Luís Caetano de, C.R. (1671-1757) - Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa... / composta por D. Luiz Caetano de Lima.... - Lisboa Occidental : na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. : il. ; 29 cm <http://purl.pt/403>
- Lobo, A, de Sousa S. Costa (1903) – História da sociedade em Portugal no século XV. Lisboa, Imprensa Nacional (Secção I).
- Marques, A. H. de Oliveira (1976) - História de Portugal. Lisboa, Palas Editores (II Vols.)
- Martins, Alfredo Fernandes (1949) – Le Centre littoral et le massif calcaire d’Estremadura. Lisboa, Union Géographique Internationale – Congrès International de Géographie (Livre Guide)
- Matos, Luis S. (1994) – « Os bispos portugueses : da Concordata ao 25 de Abril : alguns aspectos ». In: Análise Social, XXIX, 125-126, (º e 2º), pp. 319-383
- Mendes, José Amado (1991) – “O património industrial como componente da história local”. In: Colóquio sobre a História de Leiria e da sua região. Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, pp.365-375
- Mendes, José M. Amado (1993) – História da Marinha Grande: introdução e perspectivas. Marinha Grande, Câmara Municipal da Marinha Grande

- Nemésio, V. (1978) - Portugal, a terra eo homem: antologia de textos de escritores (Vol. 1). Fundação Gulbenkian. Niza, Paulo Dias (1767-1768) – Portugal Sacro-Profano ou Catálogo alfabético de todas as freguesias (...). Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa (3 Vols)
- Oliveira, Manuel de (1940). História eclesiástica de Portugal. Lisboa, União Gráfica.
- Oliveira, Miguel de. "Os territórios diocesanos." (1956).
- Pauleta, Carlos M. (1997) – “As freguesias – história e actualidade”. In. Finisterra, XXXII, 64, pp. 145-148.
- Peres, Damião (1928-1939) – História de Portugal. Barcelos, Portucalense Editora (VIII Vols.)
- Pericão, M. G. e Faria, M. I. (1991) – “As primeiras Constituições do Bispado de Leiria: esboço de um percurso”. In: Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região. Leiria. Câmara Municipal de Leiria, pp. 419-428
- Perroux, F. (1987) – Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Picoito, Pedro (2002) – “Centro e periferia: a percepção das regiões no Estado medieval português (1245-1416)”. In: PENÉLOPE, 26, pp. 7-29.
- Pinto, A. Arala (1938) – O Pinhal do Rei - subsídios. Marinha Grande; Ed. do Autor (II Vols.)
- Ramos, Luciano Justo (1970) - Leiria, estudo toponímico. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1970.
- Rau, Virgínia (1965). Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI: Resultados e problemas de métodos. In: Do Tempo e da História, Vol. I, pp. 7-46
- Ribeiro, Darcy (1983) – O processo civilizatório. Petrópolis, Edit. Vozes
- Ribeiro, Orlando (1960) - Atitude e explicação em geografia humana. Porto, Galaica, 1960.
- Ribeiro, Orlando (1967) – Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Lisboa, Liv. Sá da Costa
- Ribeiro, Orlando (1970) - Ensaios de Geografia Humana e Regional. Lisboa, Livraria Sá da Costa
- Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (1989-1995) – Geografia de Portugal. Lisboa, Edições João Sá da Costa (IV Volumes)
- Rodrigues, Ana Maria S. (2006) – “A formação da rede paroquial no Portugal medievo”. In: La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico siglos XIII-XV:[Jornadas celebradas en] Cádiz, 1-4 de abril de 2003, pp. 71-84
- Rodrigues, A. M. S. (2006). A Formação da rede paroquial no Portugal medievo. In La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico siglos XIII-XV:[Jornadas celebradas en] Cádiz, 1-4 de abril de 2003 (p. 685).
- Rodrigues, Maria de Fátima, Fátima : problemas geográficos de um centro de peregrinação. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1974.
- Salgueiro, Teresa Barata (1992) – A cidade em Portugal - uma Geografia Urbana Porto, Edições Afrontamento
- Santa-Rita, Gonçalo (1982) – Portugal: a expressão da paisagem. Lisboa, Direcção Geral da Divulgação
- Santos, Maria Graça Poças (2006) - Espiritualidade. Turismo e território. Estoril, Principia Editores

- Santuário de Fátima (2006) - Estatutos do Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Fátima, Edição do Santuário de Fátima
- Sequeira, Gustavo de Matos (1955) – Inventário artístico de Portugal: distrito de Leiria. Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes
- Serrão, Joel (1989) – Dicionário de História de Portugal. Porto; Livraria Figueirinhas (VI Vols.)
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1970) - A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português («Fontes Documentais Portuguesas, I»), 1970.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1975) – “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”. In: Memórias da Academia das Ciências. Vol XVI, pp. 213-303
- Silva, L. A. Rebello da (1868). Memoria sobre a população e a agricultura em Portugal. Lisboa, Imprensa Nacional
- Silva, Amélia Maria Polónio (1990) – “Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553”. In: Revista da Faculdade de Letras - História, 7, pp. 133-144
- Silva, José Amado – Coord. (2002) - Caracterização económica e social da região do distrito de Leiria. Leiria, NERLEI-Associação Empresarial da Região de Leiria
- Silveira, Luís Espinha (1980) – “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”. In: Análise Social, vol. XVI (61-62), 1980-1.º-2.º, 87-110
- Silveira, L. N. Espinha da (1999) - "Censos portugueses da primeira metade do século XIX" (Projecto Praxis). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (Policopiado).
- Sousa, Fernando Alberto P. (1979) - A população portuguesa nos inícios do século XIX. Porto, Faculdade de Letras do Porto (Dissertação de Doutoramento – Policopiada).
- Sousa, Joaquim José Caetano Pereira (1825) – Dicionario Juridico, Theoretico, e Practico (...). Lisboa, Na Typographia Rollandiana.
- Sousa, Fernando, e Gonçalves, Silva 82002) - Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real. Vila Real, Governo Civil de Vila Real
- Torga, Miguel (1986) – Portugal. Coimbra, Ed. Autor (5ª Edição revista)
- Valério, Nuno (2001) - Estatísticas históricas portuguesas: Portuguese historical statistics. Instituto Nacional de Estatística, 2001.
- Vasconcelos, J. Leite de (1942) – Etnografia portuguesa (Vol. III). Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa
- Vasconcelos, J. Leite de (1980) - Etnografia portuguesa: tentame de sistematização. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980 (II Vol).
- Vieira, Ricardo (2007) – “Região de Leiria: das condições objectivas unificadoras à dinâmica das Identidades”. Comunicação apresentada no IV Congresso “Região de Leiria – inovação e oportunidades”. Leiria, ALEI/IPL
- Zúquete, Afonso (1943) – Leiria: subsídios para a história da sua Diocese. Leiria, Gráfica de Leiria
- Outros:
- O Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria. (1868) - Braga, Typographia Lusitana, 1868 (edição de 2012: Leiria, Textiverso)
- Diário das Cortes Gerais, Extraordinarias, e Constituintes da Nação portuguesa – segundo anno da legislatura – Tomo VI. Lisboa, Na Imprensa Nacional, pp. 444-455 (1822)

- Carta de Portugal – Instituto Geográfico e Cadastral (Escala: 1/100.000) – Folha n.º 23 - Leiria.
- Fontes Web: As referidas em notas de rodapé e o Directório para Ministério Pastoral dos Bispos – DMPB.
- <http://www.paroquias.org/pesquisa.php>
- Ecclesia – Dicionário elementar de Liturgia
- http://www.portal.ecclesia.pt/ecclesiaout/liturgia/liturgia_site/dicionario/index.asp
- Ecclesia – Enciclopédia Católica Popular
- <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>
- Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria. Leiria, 1943 (Obra subsidiada pelo Instituto de Alta Cultura)
- Martirologio Romano (1748) – Lisboa, Off. Sylviana e da Academica Real, 1748. - 1 Vol.; 22 cm. – Biblioteca Nacional Digital- http://purl.pt/17321/4/r-26422-p_PDF/r-26422-p_PDF_24-C-R0150/r-26422-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf 22DEZ14



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Vilas na área e próximas da Diocese de Leiria (1610)	47
Tabela 2 - Vilas na área da Comarca de Leiria (1755)	49
Tabela 3 - Vilas na área da Comarca de Ourém (1755)	49
Tabela 4 - Igrejas da apresentação da Mitra de Leiria	50
Tabela 5 - Igrejas da apresentação Cabido da Colegiada de Ourém	51
Tabela 6 - Diocese de Leiria (1801)	53
Tabela 7 - Diocese de Leiria-Fátima: repartição territorial por unidades administrativas.....	55
Tabela 8 - Divisão eclesiástica.....	59
Tabela 9 - Criação de novas Dioceses, em Quinhentos.....	60
Tabela 10 - Reorganização eclesiástica, em Setecentos	61
Tabela 11 - Comarca de Leiria (1527).....	75
Tabela 12 - Numeramento de 1527: vilas e moradores	77
Tabela 13 - Vilas do Reino (1640).....	87
Tabela 14 - Recenseamento do Marquez de Abrantes – 1732.....	90
Tabela 15 - Extinção de Dioceses.....	93
Tabela 16 - Censo de Pina Manique (1798).....	94
Tabela 17 - População na Estremadura (1801)	94
Tabela 18 - Aglomerados populacionais	95
Tabela 19 - Bispado de Leiria: efeitos da invasão dos franceses.....	97
Tabela 20 - Província da Estremadura: dados gerais da população (1821)	98
Tabela 21 - Censos de 1801 e 1849: total de fogos e de habitantes	99

Tabela 22 - População residente por concelho	102
Tabela 23 - Vigararias e Municípios.....	111
Tabela 24 - Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral – 1926.....	112
Tabela 25 - Atracção e repulsão populacionais (1921-1960).....	113
Tabela 26 - Actividade económica em concelhos do Pinhal Litoral – 2001.....	114
Tabela 27 - Freguesias dedicadas a N ^a Senhora (1890).....	125
Tabela 28 - Capelarias e Oragos	233



Índice de figuras

Figura 1 - Mapa hipsométrico	17
Figura 2 - Estremadura (fragmento).....	36
Figura 3 - Mapa da Diocese de Leiria - 1545.....	83
Figura 4 - Mapa do Bispado novo de Leiria (1585-1614).....	84
Figura 5 - Desanexação do território da Diocese de Leiria: 1881	107
Figura 6 -População: Vigararia da Batalha.....	141
Figura 7 – População: Vigararia de Colmeias.....	151
Figura 8 - População: Vigararia de Fátima.....	155
Figura 9 – População: Vigararia de Leiria	169
Figura 10 – População: Vigararia de Marinha Grande.....	174
Figura 11 – População: Vigararia de Milagres	181
Figura 12 – População: Vigararia de Monte Real	191
Figura 13 – População: Vigararia de Ourém	205
Figura 14 – População: Vigararia de Porto de Mós	222
Figura 15 - Cova da Iria.....	225
Figura 16 - Celebrações / número de participantes	229
Figura 17 - Peregrinações organizadas - número de peregrinos.....	229
Figura 18 - Peregrinações organizadas, Países com maior número de grupos. 230	
Figura 19 - Origem diocesana dos peregrinos de peregrinações nacionais (2006-2008).....	231



Jorge Carvalho Arroiteia



Território e fregueses da Diocese de Leiria-Fátima

II – Anexos

2015



Ficha técnica:

Editor: Jorge Carvalho Arroiteia
Lista de ISBNs: 978-989-20-5679-1
Título: Território e fregueses da Diocese de Leiria-Fátima
Autor: Jorge Carvalho Arroiteia ¹
Suporte: Electrónico
Formato: PDF
Volume: II
Depósito Legal:

ISBN 978-989-20-5679-1



¹ Jorge Carvalho Arroiteia; Monte Redondo – Leiria (1947); Licenciado em Geografia; Doutor e Agregado em Ciências Sociais; Professor Catedrático da Universidade de Aveiro (Aposentado)

ANEXOS

Os dados referidos em Anexo permitem aprofundar as notas sócio-demográficas relativas às diferentes Paróquias e Vigararias que fazem parte desta Diocese. A inclusão de dados mais detalhados, de origem recente, deve-se ao facto dos mesmos terem sido disponibilizados pelo I.N.E. para consulta pública, o que nos últimos censos só era possível mediante pedido singular e oneroso. Ainda que parcelares e deixando de fora outros aspectos das comunidades paroquiais, a sua consulta pode ser útil para completar o conhecimento do mosaico paroquial desta unidade diocesana, em contexto separado da narrativa anterior.

Anexos

0. Oragos das Paróquias
- I. Resumo cronológico da criação das Paróquias
- II. População residente: 1864-2011 (Vigararias e Freguesias)
- III. População presente, Famílias, Alojamentos e Edifícios: 1970 e 1981, por Freguesia e Município
- IV. População residente e presente, Famílias, Nucleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991, por Freguesia e Município (área da Diocese de Leiria-Fátima)
- V. Vigararia da Batalha – dados demográficos: 1991-2001-2011
- VI. Vigararia de Colmeias – dados demográficos: 1991-2001-2011
- VII. Vigararia de Fátima – dados demográficos: 1991-2001-2011
- VIII. Vigararia de Leiria – dados demográficos: 1991-2001-2011
- IX. Vigararia de Marinha Grande – dados demográficos: 1991-2001-2011
- X. Vigararia de Milagres – dados demográficos: 1991-2001-2011
- XI. Vigararia de Monte Real – dados demográficos: 1991-2001-2011
- XII. Vigararia de Ourém – dados demográficos: 1991-2001-2011
- XIII. Vigararia de Porto de Mós – dados demográficos: 1991-2001-2011
- XIV. Cronologia das Freguesias, Vilas e Cidades em concelhos da área da Diocese de Leiria-Fátima (sec. XX)
- XV. Reorganização administrativa do território em Municípios abrangidos pela área da Diocese de Leiria-Fátima (2013)
- XVI. Santoral – Oragos das Paróquias da Diocese e Capelanias

Anexo 0
Oragos das Paróquias

<i>Vigarrar./Paróq.</i>	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Batalha									
Alpedriz						N ^a S ^a Esperança			
Batalha					Santa Cruz				
Calvaria									St ^a Marta
Juncal					S.Mig.Arcanjo				
N.S.Prazeres						N ^a S ^a Prazeres			
Reguengo Fetal					N ^a S ^a Remédios				
S. Vicente-Aljub.				S.Vicente					
Colmeias	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Alberg. Doze									N ^a S ^a Apresentaç ^{ao}
Carnide									St ^o Elias
Cercal									N ^a S ^a Rosário
Colmeias		S.Miguel							
Espite		S.J ^o Baptista							
Matas									N ^a S ^a Patrocínio
Meirinhas									S.F ^o Assis
Memória									N.S ^a Boa Memória
S.Simão Litém		S. Simão							
Vermoil		N ^a S ^a Conc ^{ao}							

Fátima	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec. XX</i>
Atouguia									S. Bartolomeu
Fátima					N ^a S ^a Prazeres				
Sta. Cat. Serra					St ^a Catarina				
S. Mamede									S. Mamede
Leiria	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec. XX</i>
Azoia							St ^a Catarina		
Barosa							S. Mateus		
Barreira							St ^o Salvador		
Cortes					N ^a S ^a Gaiola				
Cruz da Areia									St ^a Isabel
Leiria	Sta. M ^a Pena - N ^a Sr ^a Assunção								
	S. Pedro								
	S. Tiago								
	S. Estevão								
	S. Martinho								
Marrazes								S. Tg ^o Maior	
Parceiros							N ^a Sr ^a Rosário		
Pousos							N ^a Sr ^a Desterro		
M. Grande	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec. XX</i>
Maceira					N ^a Sr ^a Luz				
Mra. Grande						N ^a Sr ^a Rosário			
Pataias / Paredes					N ^a S ^a Esper ^a				

Milagres	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Amor						S.Paulo			
Arrabal					StªMargarida				
Bidoeira									ImcºCorºMaria
Boavista									NªSªDores
Caranguejeira					S.Cristóvão				
Milagres							Sr.Jesus Milagres		
Reg. Pontes							S.Sebastião		
Sta. Eufémia									NªSªConceição
Monte Real	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Bajouca									StºAleixo
Carvide						S.Lourenço			
Coimbrão						S.Mig.Arcanjo			
Monte Real					S.JºBaptista				
Monte Redondo					NªSªPiedade				
Ortigosa									StºAmaro
Souto Carpalh.		SntºSalvador							
Vieira Leiria							NªSªMilagres		

Ourém	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Alburitel									N ^a S ^a Rosário
Csl. Bernardos									St ^o António
Caxarias									N ^a S ^a Fátima
Formigais						S.Vicente			
Freixianda		N ^a S ^a Purificação							
Gondemaria									N ^a S ^a Graça
N.S.Misericórd.				N ^a S ^a Misericórdias					
N. S. Piedade								N ^a S ^a Piedade	
Ourém-Sta. Maria	sec. XII ?								
" - S. Tiago	sec. XII ?								
" - S. Pedro	sec. XII ?								
" - S. João	sec. XII ?								
Olival		N ^a S ^a Purificação							
Ribeira Fárrio									N ^a S ^a Fátima
Rio Couros							N ^a S ^a Natividade		
Seiça					N ^a S ^a Purificação				
Urqueira									N ^a S ^a Piedade

	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Porto de Mós									
Alcaria						N ^a S ^a Prazeres			
Alqueid. Serra						S.José			
Alvados					N ^a S ^a Consol ^{ao}				
Arrimal					S ^o António				
Mendiga					S.Juliano				
Minde					N ^a S ^a Assunç ^{ao}				
Mira Aire							N ^a S ^a Amparo		
Pedreiras									S.Sebastião
São Bento									S.Bento
São João-P.Mos	S.João								
São Pedro-P.Mos	S.Pedro								
P. M - St ^a Maria	S ^a Maria							Ext. 1840	
Serra S.António									S ^o António
Serro Ventoso					S.Sebastião				

Os anexos 0 e I indicam as referências cronológicas e as datas aproximadas de criação das paróquias da Diocese e dos respectivos Oragos. Esta informação permite conhecer a antiguidade de algumas delas e os seus Padroeiros, numa relação directa com o crescimento da população e das actividades humanas responsáveis pela subsistência e evolução dos fregueses e intensificação da ocupação do território nas diferentes paróquias e vigararias.

Anexo I
Resumo cronológico da criação das Paróquias

<i>Vigarrar./Paróq.</i>	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Batalha									
Alpedriz						1614-Ane			
Batalha					1512				
Calvaria									1925
Juncal					1554 ?				
N.S.Prazeres						1614-Ane.			
Reguengo Fetal					1512				
S. Vicente-Aljub.				< 1429					
Colmeias	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Alberg. Doze									1923
Carnide									1953
Cercal									1993
Colmeias		1212 ?							
Espite		1212 ?							
Matas									1993
Meirinhas									1986
Memória									1993
S.Simão Litém		1212 ?							
Vermoil		1212 ?							

Fátima	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Atouguia									1953
Fátima					1568				
Sta.Cat.Serra					1549				
S. Mamede									1920
Leiria	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Azoia							1717		
Barosa							1717		
Barreira							1738		
Cortes					1550/1592				
Cruz da Areia									2000-Q.Pr.
Leiria	Sta.Mª Pena								
	S. Pedro								
	S. Tiago								
	S. Estevão								
	S. Martinho								
Marrazes								1829 (?)	
Parceiros							1717		
Pousos							1713		
M. Grande	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Maceira					1512				
Mra. Grande						1600			
Pataias /Paredes					1536				

Milagres	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Amor						1630			
Arrabal					1592				
Bidoeira									1993
Boavista									1946
Caranguejeira					1545 ?				
Milagres							1750		
Reg. Pontes							1713		
Sta. Eufémia									1946
Monte Real	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Bajouca									1971
Carvide						1632			
Coimbrão						1636			
Monte Real					1512				
Monte Redondo					1589				
Ortigosa									1962
Souto Carpalh.		1212 ?							
Vieira Leiria							1740		

Ourém	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Alburitel									1946
Csl. Bernardos									1964
Caxarias									1949
Formigais						séc. XVII?			1957(Anex)
Freixianda		sec. XIII ?							
Gondemaria									1940
N.S.Misericórd.				1445 ?					
N. S. Piedade								1823	
Ourém-Sta. Maria	sec. XII ?								
" - S. Tiago	sec. XII ?								
" - S. Pedro	sec. XII ?								
" - S. João	sec. XII ?								
Olival		sec. XIII ?							
Ribeira Fárrio									1998
Rio Couros							1728		
Seiça					1517				
Urqueira									1940

	<i>Sec. XII</i>	<i>Sec.XIII</i>	<i>Sec. XIV</i>	<i>Sec. XV</i>	<i>Sec. XVI</i>	<i>Sec. XVII</i>	<i>Sec. XVIII</i>	<i>Sec. XIX</i>	<i>Sec XX</i>
Porto de Mós									
Alcaria							1714		
Alqueid. Serra						1615			
Alvados					1555-1559				
Arrimal					> 1526				
Mendiga					1525				
Minde					1555				
Mira Aire							1708		
Pedreiras									1924
São Bento									1946
São João-P.Mos	sec. XII ?								
São Pedro-P.Mos	sec. XII ?								
P. M - Stª Maria	sec. XII ?							Ext. 1840	
Serra S.António									1922
Serro Ventoso					1554 ?				

O Anexo II regista os dados relativos à população em cada uma das freguesias da Diocese, integradas nas respectivas vigararias. Esta informação permite situar a data da criação das paróquias mais recentes e perspectivar a evolução demográfica registada desde o estabelecimento obrigatório dos recenseamentos decenais da população portuguesa à actualidade. Baseia-se nos dados dos Recenseamentos da População, a cargo do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.)

Anexo II

População residente: 1864-2011 (Vigarias e Freguesias)

	População resid. recenseam. da população										1864-2011		Vigarar. Paróquia		
	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Batalha	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alpedriz	898	965	1011	1103	1227	1317	1447	1633	1852	1786	1515	1528	814	849	777
Batalha	3054	3632	3776	3927	4111	4370	5239	5765	6608	7053	6552	7651	6520	7 522	8548
Calvaria							1155	1266	1515	1556	1587	1830	1969	2 179	2462
Juncal	1635	1764	1778	1908	2191	2324	2055	2434	2469	2766	2632	2873	3122	3 241	3316
N.S.Pr.-Aljb.	1561	1637	1754	2049	2198	2160	2448	2617	2648	2792	2425	2101	3882	2 358	4235
Reg. Fetal	2028	2502	2858	3180	3706	1932	1945	2284	2467	2757	2286	2101	2210	2 267	2169
S. Vic.-Aljb.	1146	1194	1241	1400	1477	1534	1766	1963	2064	2014	2001	1953	2283	2267	2404
Golpilheira													1482	1609	1528
Colmeias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alberg. Doze							2690	2901	3053	2652	2356	2048	1936	1 745	1765
Carnide										1859	1661	1716	1470	1 722	1647
Cercal													809	896	784
Colmeias	2214	2491	3027	3338	3766	4277	4244	5117	5958	6062	4551	4759	3481	3 717	3278
Espite	1347	1684	1985	2249	2456	2455	2920	3615	4249	4104	4107	2893	1194	1 275	1104
Matas													986	1 052	944
Meirinhas													1338	1 732	1775
Memória													903	885	807
S.S. Litém	1968	2043	2406	3240	3655	4071	1939	2665	3260	3080	2263	1816	1638	1 605	1382
Vermoil	2261	2422	2629	2863	3473	3667	4197	5282	6195	4890	4185	4234	2571	2 855	2656

Fátima	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Atouguia								2322	2760	2677	2767	2256	2196	2 460	2454
Fátima	1601	1615	1760	2044	2371	2536	2949	3890	4719	5852	6237	7301	7213	10 302	11596
Sta.C.Serra	1384	1653	1870	2113	2527	2339	2322	3311	3748	3745	3613	3755	3497	3 962	4098
S. Mamede						2048	2450	3171	3742	4001	3187	4144	3117	3 513	3560
													693	815	772
Leiria	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Azoia	748	840	905	991	999	1012	920	1238	1393	1579	1592	1979	2165	2 269	2276
Barosa	474	603	701	775	864	827	928	973	1137	1142	1041	1652	1787	1 846	2156
Barreira	723	823	922	978	1012	1073	1299	1355	1694	1897	2083	2623	2306	3 123	4102
Cortes	1177	1402	1495	1555	1710	1834	1870	2059	2426	2593	2358	2942	3090	3 032	3001
Leiria	2913	3531	4472	4346	4650	4907	5852	6781	8185	7477	10500	11189	12852	13 946	14909
Marrazes	2020	2015	2504	2881	3225	3544	3815	4487	5595	6451	7526	10384	13026	20 442	22528
Parceiros	572	587	614	733	717	748	756	1073	1426	1610	1818	2192	2482	3 304	4664
Pousos	2126	2521	3008	3350	3604	3784	2414	2777	3226	3738	4390	4947	5661	7 326	9763
M. Grande	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Maceira	2331	2566	2961	3316	3446	3633	4983	6532	7313	7814	8289	9409	10087	9 981	9914
Mra. Grande	3125	3920	4825	5574	6781	7059	8617	10430	13092	15699	18540	25248	26628	28 372	31413
Pataias	2120	2468	2800	3085	3501	3602	4232	4882	5666	5809	6093	7082	5277	5 453	5451
													1309	1 418	1423

Milagres	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Amor	1131	1314	1626	1536	1730	1894	2092	2616	3150	3529	2765	4061	4389	4 738	4747
Arrabal	1164	1307	1576	1633	1732	1771	1785	2123	2222	2224	2034	2422	2445	2 719	2684
Bidoeira													1916	2 073	2250
Boavista							820	916	1258	1369	1017	1654	1690	1 926	1745
Caranguej.	1619	1994	2325	2659	2996	3116	3182	3897	4285	4732	3942	4319	4350	4 972	4691
Milagres	1459	1494	1753	2021	2451	2463	2540	3304	3813	4221	3574	4293	2744	2 961	3071
Reg. Pontes	956	941	1119	1173	1188	1179	1218	1232	1407	1530	1618	1938	1972	2 263	2221
Sta. Eufémia							1224	1673	2034	2177	1796	1874	2076	2 420	2327

Monte Real	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Bajouca												2046	1897	2 015	2004
Carvide	1352	1415	1756	1798	2354	2354	2006	2831	2542	2808	2511	2481	2352	2 913	2820
Coimbrão	1556	1483	1550	1800	1775	1818	1670	1900	2137	2110	1618	1879	1923	1 930	1735
Monte Real	899	880	987	1035	1113	1170	1196	1363	1713	2054	1936	2189	2315	2 777	2936
M. Redondo	2203	2194	2620	2850	3302	3259	3710	4627	5253	5811	5421	3823	4051	4 335	4398
Ortigosa											1486	1663	1641	1 802	1971
S. Carpalh.	3231	3348	3815	3930	3932	4099	4388	5128	5652	6315	4199	5048	3717	4 018	3863
V. de Leiria	2930	3549	3781	4037	3896	3936	3271	4278	4571	4784	4521	5560	5606	5 781	5845
Carreira													1254	1337	1166

Ourém	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alburitel							996	1103	1163	1160	931	1006	1181	1 163	1179
Csl. Bern.											1965	1251	1175	1 041	921
Caxarias									2625	2598	2522	2420	2182	2 234	2166
Formigais	398	426	486	522	599	668	677	783	841	909	787	604	490	444	375
Freixianda	2505	2854	3415	3599	4275	4677	5000	6337	7225	7219	4550	3981	2638	2 792	2474
Gondemaria							1184	1249	1508	1484	1262	1034	1166	1 280	1175
N.S.Mis.	2976	3409	3946	4545	5113	5439	5802	4376	3962	4880	4455	4561	4777	5 207	5077
N. S. Piedade	2013	2321	2353	2625	2805	3069	3302	3804	4357	4106	3742	4454	5027	6 712	7217
Olival	3558	4075	4532	5179	5816	5892	3216	3329	3772	3442	2599	2546	2031	2 159	1995
Rib. Fárrio													915	900	836
Rio Couros	652	774	954	1126	1428	1608	1624	2118	2601	2666	2341	2241	1901	2 136	1877
Seiça	2342	2785	3029	3837	4723	4925	4438	5156	3508	3218	2694	2454	2291	2 253	2076
Urqueira							2426	2668	3036	3196	2448	2150	2013	1 910	1682

Porto de Mós	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alcaria	404	438	481	554	556	543	520	569	492	389	288	331	298	256	244
Alq. Serra	842	958	1072	1169	1339	1400	1597	1885	2060	2278	1916	1741	1767	1 813	1755
Alvados	1154	1214	1276	1443	1476	1539	1712	984	843	761	567	546	554	558	497
Arrimal	611	631	678	761	791	744	699	841	866	869	852	847	815	747	774
Mendiga	481	541	660	686	782	776	825	961	987	1019	980	961	938	1 016	930
Minde	1695	1815	1841	2028	2076	1356	1450	1808	1861	2762	3329	3129	3275	3 311	3293
Mira Aire	675	864	1097	642	1537	1506	1689	1948	2388	3029	3589	3916	4060	3 951	3775
Pedreiras							1388	1670	1829	1943	1658	2415	2652	2 655	2705
São Bento								1223	1320	1350	1143	1016	957	953	835
S. João-P.Mos	1453	1661	1907	2047	2509	2286	1566	1808	2089	1628	1670	1538	2597	2 919	3144
S. Pedro-P.Mos	1754	1933	2051	2365	2376	2474	1836	2046	2313	2462	2231	2444	2582	2 869	2879
Serra S.Ant.						744	826	924	1037	985	724	767	706	726	725
Serro Ventoso	784	856	834	979	976	1012	1254	1161	1173	1170	1142	1203	1032	1 114	1026

Os dados relativos ao Anexo III apresentam os valores da população presente, famílias, alojamentos e edifícios por freguesia e concelho. Os cálculos relacionados com as diferentes vigararias devem ter em consideração a pertença de cada uma das paróquias às respectivas circunscrições administrativas a que pertençam.

Anexo III

População presente: 1970 e 1981, por Freguesia e Município abrangidos pela área da Diocese de Leiria-Fátima

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Alcobaça

SRPPH190 - 02 POPULAÇÃO PRESENTE, FAMILIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS POR DISTRITOS, CONCELHOS E FREGUESIAS

DT/CC/FR*	DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		EDIFÍCIOS	
		1981		1970		*VARIAC. 70/81*		1981	1970	1981	1970	1981
		MM	H	MM	H	*RELAT. %	%					
10	LEIRIA	418218	203518	378848	+39370	+10,4	132127	107224	161964	132124	145373	
01	ALCOBACA	52128	25854	47950	+4178	+8,7	16122	13799	19965	15873	17746	
01	ALCOBACA	5214	2690	4785	+429	+9,0	1557	1196	1725	1340	839	
02	ALFEIZERÃO	3942	1929	3325	+617	+18,6	1336	1030	1564	1175	1502	
03	ALPEDRIZ	1528	736	1516	+12	+0,8	515	434	554	444	554	
04	BARRIO	1497	736	1303	+194	+14,9	501	393	520	513	507	
05	BENEDITA	6858	3386	5858	+1000	+17,1	1787	1359	1872	1433	1779	
06	CELA	3300	1652	3208	+92	+2,9	1038	1002	1258	1051	1240	
07	COZ	1958	941	1869	+89	+4,8	577	590	779	650	767	
08	EVORA DE ALCOBACA	4391	2162	4377	+14	+0,3	1408	1275	1584	1452	1535	
09	MAIORGA	2013	966	2208	-195	-8,8	668	680	846	750	814	
10	PATAIAS	7082	3532	6093	+989	+16,2	2191	1823	2828	1921	2716	
11	PRAZERES	2924	1463	2831	+93	+3,3	949	887	1189	1034	1027	
12	SÃO MARTINHO DO PORTO	2296	1108	1559	+737	+47,3	781	535	1901	1253	1174	
13	SÃO VICENTE	1953	982	2001	-48	-2,4	600	594	769	683	764	
14	TURQUEL	3819	1914	3638	+181	+5,0	1168	1034	1358	1084	1329	
15	VESTIARIA	1212	578	1129	+83	+7,4	413	392	472	402	457	
16	VIMEIRO	2141	1079	2250	-109	-4,8	633	575	746	688	742	

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Batalha

SRPPH190 - 02 POPULAÇÃO PRESENTE, FAMILIAS, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS POR DISTRITOS, CONCELHOS E FREGUESIAS

DT/CC/FR*	DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		EDIFÍCIOS	
		1981		1970		*VARIAC. 70/81*		1981	1970	1981	1970	1981
		MM	H	MM	H	*RELAT. %	%					
04	BATALHA	13896	6891	12025	+1871	+15,6	4079	3224	4718	3870	4608	
01	BATALHA	7651	3757	6552	+1099	+16,6	2145	1669	2492	1905	2399	
02	REGUENGO DO FETAL	2101	1033	2286	-185	-8,1	668	649	964	788	948	
03	SÃO NAMEDE	4144	2101	3187	+957	+30,0	1266	906	1262	1177	1261	

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Leiria

SRPPH190 - 02 POPULACAO PRESENTE, FAMILIAS, ALOJAMENTOS E EDIFICIOS POR DISTRITOS, CONCELHOS E FREGUESIAS

PDT/CC/FR*	DESIGNACAO	POPULACAO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		EDIFIC.*
		1981		1970		VARIAC. 70/81		1981	1970	1981	
		MM	H	MM	RELAT. %	%					
09	LEIRIA	95521	46346	81781	+13740	+16,8	27807	20317	32358	24062	28986
	01 AMOR	4061	2018	2765	+1296	+46,9	1123	714	1211	804	1201
	02 ARPAPAL	2422	1194	2034	+388	+19,1	738	573	872	730	860
	03 AZOIA	1979	945	1592	+387	+24,3	576	403	621	449	572
	04 BAROSA	1652	828	1141	+511	+44,8	501	327	546	329	542
	05 BARREIPA	2623	1295	2023	+600	+29,7	706	496	757	525	741
	06 BOA VISTA	1654	790	1017	+637	+62,6	488	257	555	307	531
	07 CAPANGUEJEIRA	4319	2158	3942	+377	+9,6	1271	1052	1644	1479	1639
	08 CARVIDE	2481	1228	2511	-30	-1,2	737	643	886	819	881
	09 COIMBRAO	1879	926	1681	+198	+11,8	578	470	1164	637	995
	10 COLMEIAS	4759	2254	4551	+208	+4,6	1576	1236	2142	1599	2114
	11 CORTES	2942	1426	2358	+584	+24,8	839	586	1001	744	981
	12 LEIRIA	11189	5090	10500	+689	+6,6	3642	2130	3679	2384	1615
	13 MACEIRA	9409	4626	8289	+1120	+13,5	2697	2173	2996	2441	2951
	14 MARRAZES	10384	4910	7526	+2858	+38,0	2995	1989	3251	2079	2590
	15 MILAGRES	4293	2101	3574	+719	+20,1	1208	925	1530	1156	1519
	16 MONTE REAL	2189	1094	1936	+253	+13,1	657	486	731	606	720
	17 MONTE REDONDO	3823	1876	5421	*	*	1046	1204	1234	1406	1226
	18 ORTIGOSA	1663	794	1486	+177	+11,9	444	383	496	432	487
	19 PARCEIROS	2192	1082	1818	+374	+20,6	610	455	643	530	609
	20 POUSOS	4947	2490	4390	+557	+12,7	1407	1048	1587	1224	1418
	21 REGUEIPA DE PONTES	1938	943	1618	+320	+19,8	548	397	566	456	563
	22 SANTA CATARINA DA SERRA	3755	1824	3613	+142	+3,9	1084	913	1407	1163	1399
	23 SANTA EUFEMIA	1874	932	1796	+76	+4,3	550	441	792	593	790
	24 SOUTO DE CARPALHOSA	5048	2504	4199	+849	+20,2	1271	1026	1492	1170	1492
	25 BAJOUCA	2046	1018		***	***	513		555		550

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Marinha Grande

DT/CC/FR*	DESIGNAÇÃO	POPULACAO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		EDIFIC.*
		1 9 8 1	1970	VARIAC. 70/81	1981	1970	1981	1970	1981	1981	
* * * *		MM	H	MM	RELAT. %						
10	MARINHA GRANDE	30808	15051	23061	+7747	+33,6	9699	6792	12073	8301	10941
	01 MARINHA GRANDE	25248	12374	18540	+6708	+36,2	7967	5454	9293	6088	8444
	02 VIEIRA DE LEIRIA	5560	2677	4521	+1039	+23,0	1732	1338	2780	2213	2497

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Pombal

DT/CC/FR*	DESIGNAÇÃO	POPULACAO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		EDIFIC.*
		1 9 8 1	1970	VARIAC. 70/81	1981	1970	1981	1970	1981	1981	
* * * *		MM	H	MM	RELAT. %						
15	POMBAL	53405	25614	56634	-3229	-5,7	16744	15332	22224	17900	21356
	01 ABIUL	3790	1792	4663	-873	-18,7	1379	1430	1842	1618	1841
	02 ALBEPGARIA DOS DOZE	2048	959	2356	-308	-13,1	707	722	1211	901	1197
	03 ALMAGREIRA	3451	1671	4154	-703	-16,9	1045	1087	1435	1092	1432
	04 CARNIDE	1716	814	1661	+56	+3,3	505	425	633	520	633
	05 CARRICO	3716	1834	2807	+909	+32,4	1082	756	1280	791	1269
	06 LOURICAL	4945	2421	6080	-1135	-18,7	1453	1339	1782	1357	1770
	07 MATA MOURISCA	6033	2974	6486	-453	-7,0	1723	1523	2189	1574	2172
	08 PELARIGA	2191	1063	2224	-33	-1,5	711	701	975	817	975
	09 POMBAL	12473	5985	12338	+135	+1,1	3805	3419	5030	3813	4256
	10 REDINHA	2541	1227	2074	+467	+22,5	895	619	1072	741	1060
	11 SANTIAGO DE LITEM	2542	1170	2975	-433	-14,6	871	885	1081	1171	1079
	12 SAO SIMAO DE LITEM	1816	805	2263	-447	-19,8	633	604	1066	1000	1066
	13 VERMOIL	4234	2012	4404	-170	-3,9	1249	1103	1662	1606	1649
	14 VILA CHA	1909	987	2149	-240	-11,2	686	719	966	899	957

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Porto de Mós

SRPPH190 - 02 POPULACAO PRESENTE, FAMILIAS, ALOJAMENTOS E EDIFICIOS POR DISTRITOS, CONCELHOS E FREGUESIAS

DT/CC/FR	DESIGNACAO	POPULACAO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		*EDIFIC.*
		1 9 8 1		1970		*VARIAC. 70/81	1981	1970	1981	1970	1981
		HM	H	HM	HM	*RELAT. %					
16	PORTO DE MOS	21661	10575	20275	+1386	+6,8	6680	5916	7829	7045	7523
01	ALCARIA	331	173	288	+43	+14,9	139	119	201	189	201
02	ALQUEIDAO DA SERRA	1741	853	1916	-175	-9,1	526	496	782	615	780
03	ALVADOS	546	256	567	-21	-3,7	202	182	224	209	222
04	ARRIMAL	847	428	852	-5	-0,6	239	227	270	258	269
05	CALVARIA DE CIMA	1830	878	1587	+243	+15,3	556	461	666	560	663
06	JUNCAL	2873	1389	2632	+241	+9,2	883	737	950	851	947
07	MENDIGA	961	472	980	-19	-1,9	308	301	368	367	368
08	MIRA DE AIRE	3916	1844	3589	+327	+9,1	1256	1068	1296	1303	1159
09	PEDREIRAS	2415	1228	1658	+757	+45,7	708	507	842	620	834
10	SÃO RENTO	1016	496	1143	-127	-11,1	352	374	417	423	417
11	SÃO JOÃO BAPTISTA	1538	774	1690	-152	-9,0	477	501	566	560	550
12	SÃO PEDRO	2444	1202	2231	+213	+9,5	700	612	868	726	734
13	SERRO VENTOSO	1203	582	1142	+61	+5,3	334	331	379	364	379

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Alcanena

DT/CC/FR	DESIGNACAO	POPULACAO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		*EDIFIC.*
		1 9 8 1		1970		*VARIAC. 70/81	1981	1970	1981	1970	1981
		HM	H	HM	HM	*RELAT. %					
02	ALCANENA	14191	6871	13236	+955	+7,2	4873	4345	5743	5215	5379
01	ALCANENA	3728	1808	3181	+547	+17,2	1265	981	1360	1214	1195
02	BUGALHOS	1068	521	990	+78	+7,9	373	319	448	398	444
03	ESPINHEIRO	680	326	643	+37	+5,8	294	251	369	389	357
04	LOURICEIRA	529	244	552	-23	-4,2	206	202	265	271	263
05	MALHOU	834	431	754	+80	+10,6	314	284	436	362	436
06	MINDE	3129	1503	3328	-199	-6,0	964	1077	1104	1074	1037
07	MOITAS VENDA	1133	544	1089	+44	+4,0	365	344	441	400	429
08	MONSANTO	1125	563	1017	+108	+10,6	404	352	496	434	476
09	SERRA DE SANTO ANTONIO	767	363	724	+43	+5,9	265	236	353	308	329
10	VILA MOREIRA	1198	568	958	+240	+25,1	423	299	471	365	413

População Presente: 1970 e 1981 - Município de Vila Nova de Ourém

* *DT/CC/FR* * * * *	DESIGNAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE					FAMILIAS		ALOJAMENTOS		*EDIFIC.*	
		1 9 8 1	1970	*VARIAC. 70/81			1981	1970	1981	1970	1981	
		HM	H	HM	*RELAT. %							
21	VILA NOVA DE OUREM	41152	19409	43337	-2185	-5,0	12466	11463	17157	14319	16654	
01	ALBURITEL	1006	487	931	+75	+8,1	338	292	442	322	434	
02	ATOUGUIA	2256	1117	2767	-511	-18,5	686	685	904	685	900	
03	CASAL DOS BERNARDOS	1251	584	1965	-714	-36,3	405	535	667	546	667	
04	CAXARIAS	2420	1172	2522	-102	-4,0	773	722	1033	920	1005	
05	ESPITE	2893	1369	4107	-1214	-29,6	920	1033	1531	1405	1529	
06	FATIMA	7301	3375	6227	+1074	+17,2	1729	1229	2179	1446	1967	
07	FORMIGAIS	604	283	727	-123	-16,9	190	197	263	233	261	
08	FREIXIANDA	3981	1799	4550	-569	-12,5	1331	1307	2000	1659	1999	
09	GONDEMARIA	1034	524	1262	-228	-18,1	354	335	467	444	467	
10	OLIVAL	2546	1233	2599	-53	-2,0	826	753	1189	1049	1183	
11	OUREM	4561	2218	4455	+106	+2,4	1296	1118	1699	1417	1688	
12	RIO DE COUROS	2241	1001	2341	-100	-4,3	711	664	916	842	916	
13	SEICA	2454	1172	2694	-240	-8,9	875	873	1090	1174	1083	
14	URQUEIRA	2150	977	2448	-298	-12,2	680	699	1067	902	1063	
15	VILA NOVA DE OUREM	4454	2098	3742	+712	+19,0	1352	1021	1710	1275	1492	

Fonte: INE (1982) - XII Recenseamento Geral da População: Distrito de Leiria e Distrito de Santarém (Resultados provisórios).
Lisboa, INE

Os dados relativos ao Anexo IV apresentam os valores da população residente e presente, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios por freguesia e concelho. Os cálculos relacionados com cada uma das vigararias devem ter em consideração a pertença das paróquias às respectivas circunscrições administrativas que integram.

Anexo IV
População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -
Município de Alcobaça

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11		
Alcobaça	54382	26849	27633	53677	26398	27279	17852	8	15678	23417	23338	79	38	20349
Alcobaça	5121	2582	2539	5057	2560	2497	1647	7	1339	2084	2080	4	12	974
Aifeizerão	3983	1957	2026	3913	1883	2030	1382	-	1193	2004	1994	10	1	1895
Aljubarrota (Prazeres)	3582	1748	1834	3566	1738	1828	1206	-	1068	1447	1446	1	-	1254
Aljubarrota (S.Vicente)	2283	1143	1140	2233	1104	1129	735	-	652	906	899	7	1	898
Alpedriz	814	396	418	805	390	415	283	-	251	369	368	1	-	365
Bárrio	1680	838	842	1649	820	829	572	-	515	675	674	1	-	651
Benedita	7397	3645	3752	7260	3569	3691	2189	1	1977	2503	2498	5	4	2206
Cela	3155	1580	1575	3145	1571	1574	1046	-	932	1260	1257	3	2	1254
Coz	2141	1048	1093	2093	1022	1071	751	-	640	881	879	2	-	861
Évora de Alcobaça	4480	2220	2260	4479	2212	2267	1494	-	1312	1771	1746	25	4	1702
Maiorga	2224	1061	1163	2179	1031	1148	769	-	660	941	937	4	-	868
Martingança	972	475	497	949	461	488	310	-	289	347	347	-	2	339
Moita	1309	666	643	1308	665	643	410	-	392	447	446	1	-	424
Montes	745	358	387	730	349	381	256	-	229	329	329	-	-	322
Pataias	5277	2612	2665	5204	2578	2626	1765	-	1590	2260	2254	6	3	2160
São Martinho do Porto	2236	1056	1180	2211	1033	1178	804	-	658	2302	2298	4	6	1361
Turquel	4075	2034	2041	4020	1999	2021	1292	-	1139	1577	1572	5	-	1537
Vestiaría	1233	581	652	1220	574	646	431	-	381	581	581	-	2	549
Vimeiro	1675	849	826	1656	839	817	510	-	461	733	733	-	1	729

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -
Município da Batalha

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11		
Batalha	13329	6558	6771	13099	6392	6707	4313	3	3830	5413	5396	17	10	5267
Batalha	6520	3218	3302	6433	3148	3285	2046	2	1846	2435	2429	6	6	2316
Golpiheirs	1482	722	760	1461	714	747	459	-	412	519	513	6	-	503
Reguengo do Fetal	2210	1088	1122	2198	1084	1114	741	1	643	964	959	5	1	959
São Mamede	3117	1530	1587	3007	1446	1561	1067	-	929	1495	1495	-	3	1489

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -

Município de Leiria

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Leiria	102762	50023	52739	101921	49309	52612	32256	31	28916	43583	43514	69	99	35034
Amor	4389	2181	2205	4305	2122	2183	1261	-	1200	1479	1476	3	-	1456
Arrabal	2445	1219	1225	2429	1209	1220	774	1	693	987	987	-	1	987
Azola	2165	1050	1115	2152	1028	1124	673	-	625	806	798	8	-	760
Bajouca	1897	976	922	1817	937	880	523	-	481	700	697	3	-	691
Barosa	1787	890	897	1746	867	879	597	-	518	722	720	2	-	699
Barreira	2306	1127	1179	2255	1093	1163	698	-	642	782	780	2	-	701
Bidoeira de Cima	1916	969	947	1843	920	923	574	-	543	818	818	-	-	818
Boa Vista	1690	805	885	1680	791	889	554	-	487	632	632	-	-	603
Caranquejeira	4350	2146	2204	4299	2114	2185	1409	-	1271	2045	2045	-	-	2023
Carreira	1254	624	630	1258	623	635	391	-	356	521	520	1	-	510
Canide	2352	1172	1180	2344	1159	1185	756	-	685	1002	1001	1	-	990
Chaiça	693	341	352	689	338	351	207	-	189	299	299	-	-	294
Coimbrão	1923	947	976	1909	936	973	648	-	556	2061	2050	1	8	1234
Colmeias	3481	1653	1828	3437	1623	1814	1157	-	1011	1699	1698	1	-	1681
Cortes	3090	1533	1657	3069	1518	1551	959	-	867	1216	1215	1	-	1190
Leiria	12852	5838	7014	13145	5929	7216	4311	16	3581	6029	6028	1	40	1934
Maceira	10087	4996	5091	9955	4888	5058	3146	1	2891	3631	3617	14	3	3539
Marrazes	13026	6296	6730	12836	6156	6680	4015	6	3688	5459	5455	4	10	3072
Memória	903	436	467	895	431	464	358	-	290	665	665	-	-	655
Milagres	2744	1327	1417	2720	1311	1409	855	2	758	1165	1181	4	2	1160
Monte Real	2315	1105	1210	2359	1116	1243	741	1	666	1109	1107	2	20	958
Monte Redondo	4051	1993	2058	3933	1911	2022	1187	-	1076	1547	1543	4	-	1531
Ortigosa	1641	814	827	1616	800	816	490	-	446	555	554	1	-	552
Parcelos	2482	1223	1259	2439	1196	1243	766	-	721	978	977	1	-	843
Pousos	5661	2834	2827	5575	2779	2796	1778	1	1593	2204	2190	14	1	1739
Regueira de Rontes	1972	944	1028	1959	942	1027	677	1	530	732	732	-	1	715
Santa Catarina da Serra	3497	1734	1763	3454	1699	1755	1078	1	943	1372	1372	-	2	1354
Santa Eufémia	2076	1007	1069	2117	1065	1052	664	-	581	942	941	1	8	940
Souto de Carpalhosa	3717	1844	1873	3674	1808	1866	1109	1	1028	1416	1416	-	1	1405

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -

Município da Marinha Grande

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11		
Marinha Grande	32234	15711	16523	31872	15486	16386	10618	1	9632	15137	15060	77	40	12024
Marinha Grande	26628	13000	13628	26334	12817	13517	8728	1	7969	11708	11645	63	33	9252
Vieira de Leiria	5606	2711	2895	5538	2669	2869	1890	-	1663	3429	3415	14	7	2772

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -

Município de Pombal

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11		
Pombal	51357	24844	26513	50030	23880	26150	17599	7	15083	25609	25491	18	18	23977
Abidi	3217	1490	1727	3124	1424	1700	1260	-	994	2082	2079	3	1	2081
Albergaria dos Doze	1936	916	1020	1896	884	1012	701	-	572	1207	1205	2	-	1197
Almagreira	2911	1387	1524	2866	1365	1521	1056	-	916	1541	1541	-	-	1541
Carnide	1470	736	734	1435	706	729	493	-	451	758	757	1	-	756
Carrico	3814	1886	1928	3790	1867	1923	1192	-	1101	1566	1562	4	-	1546
Guia	2705	1316	1389	2622	1255	1367	870	-	766	1180	1179	1	-	1125
Ilha	1612	789	823	1569	755	814	605	-	449	666	666	-	-	666
Louriçal	5071	2534	2537	4858	2378	2480	1548	1	1429	1881	1880	1	1	1858
Mata Mourisca	1913	970	943	1782	877	905	610	-	562	869	868	1	-	868
Meirinhães	1338	617	721	1278	571	707	439	-	387	591	591	-	-	582
Pelagica	2096	1020	1076	2046	982	1064	722	-	644	1032	1032	-	1	1032
Pombal	12805	6183	6622	12584	6101	6583	4373	5	3660	6127	6125	2	13	4790
Redinha	2211	1076	1135	2180	1055	1125	814	-	688	1005	1003	2	-	991
Santiago de Litém	2322	1097	1225	2204	1006	1198	866	-	700	1476	1476	-	1	1465
São Simão de Litém	1638	764	874	1532	686	846	593	1	483	1236	1236	-	1	1222
Vermoil	2571	1229	1342	2482	1179	1303	876	-	751	1407	1406	1	-	1385
Vila Verde	1757	834	803	1442	780	879	481	-	620	884	884	-	-	880

**População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -
Município de Ourém**

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institu- cionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Vila Nova de Ourém	40185	19077	21108	39797	18745	21052	12997	74	11038	20335	20269	66	156	18706
Alburel	1181	580	601	1157	565	592	411	-	359	511	511	-	-	503
Atouguia	2196	1079	1117	2127	1029	1098	712	-	615	1059	1055	4	-	1049
Casal dos Bernardos	1175	569	606	1093	511	582	388	-	340	725	725	-	-	723
Caxarias	2182	1062	1120	2114	1026	1088	753	-	645	1113	1111	2	-	1057
Cercal	809	409	400	769	381	388	238	-	212	337	336	1	-	331
Espite	1194	551	643	1170	536	634	464	1	347	998	994	4	2	991
Fátima	7213	3151	4062	7708	3426	4282	1998	70	1702	3001	2995	6	136	2455
Formigais	490	233	257	485	229	256	180	-	154	288	288	-	6	294
Freixianda	2638	1221	1417	2532	1137	1395	918	-	752	1442	1440	2	-	1440
Gondemaria	1166	586	580	1126	559	567	377	-	324	573	571	2	-	571
Matas	986	476	510	943	443	500	309	-	277	516	516	-	-	516
N. Sra. das Misericórdias	4777	2345	2432	4691	2278	2413	1482	-	1304	2066	2058	8	2	2037
N. Sra. da Piedade	5027	2411	2616	4929	2347	2582	1578	2	1370	2676	2651	25	6	1744
Olival	2031	1015	1016	1999	992	1007	700	1	569	1138	1134	4	2	1129
Ribeira do Fátio	916	416	499	886	401	485	303	-	235	437	436	1	-	436
Rio de Couros	1901	923	978	1827	871	956	646	-	552	1056	1055	1	-	1052
Seiça	2291	1094	1197	2251	1071	1180	827	-	684	1169	1166	3	2	1157
Urqueira	2013	956	1057	1990	943	1047	713	-	597	1230	1227	3	-	1221

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -

Município de Porto de Mós

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Porto de Mós	23343	11364	11979	22879	11106	11774	7589	6	6628	9665	9644	21	15	8829
Alcaria	298	146	152	301	146	155	124	-	89	215	215	-	-	210
Alqueidão da Serra	1767	878	889	1721	863	858	591	-	497	812	811	1	-	808
Alvados	554	259	295	535	248	287	204	-	162	267	267	-	1	264
Arimal	815	410	405	798	403	395	245	-	215	285	285	-	-	284
Calvaria de Cima	1959	963	1006	1942	946	996	622	-	576	758	748	10	1	748
Juncal	3122	1505	1617	3057	1468	1589	983	-	884	1134	1133	1	-	1121
Mendiga	938	464	474	923	455	468	322	-	271	417	417	-	1	403
Mira de Aire	4060	1913	2147	3949	1849	2100	1349	4	1174	1732	1729	3	4	1325
Pedreiras	2652	1289	1363	2602	1259	1343	817	1	726	993	991	2	2	973
São Bento	957	478	479	947	474	473	339	-	288	474	474	-	-	474
São João	2597	1270	1327	2574	1252	1322	827	1	725	1108	1105	3	2	811
São Pedro	2582	1282	1300	2520	1248	1272	825	-	725	1050	1050	-	3	991
Serro Ventoso	1032	507	525	1010	494	516	340	-	296	420	419	1	1	417

População residente e presente, Famílias, Núcleos familiares, Alojamentos e Edifícios: 1991 -

Município de Alcanena

Zona Geográfica	População Residente			População Presente			Famílias		Núcleos Familiares Residentes	Alojamentos Familiares			Alojamentos Colectivos	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clássicas Residentes	Institucionais		Total	Clássicos	Outros		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Alcanena	14373	6964	7409	14225	6873	7352	4950	4	4210	6375	6350	25	43	5726
Alcanena	4146	2002	2144	4109	1979	2130	1365	3	1191	1684	1670	14	7	1338
Bugalhos	985	481	504	968	473	495	343	-	295	442	438	4	-	436
Espinho	688	341	347	664	325	339	261	-	209	344	343	1	-	343
Louriceira	627	309	318	625	309	316	244	-	196	304	302	2	-	301
Malhou	801	390	411	793	385	408	290	1	240	407	407	-	1	402
Minde	3275	1603	1672	3222	1571	1651	1075	-	933	1321	1321	-	26	1104
Moitas Venda	1027	491	536	1031	493	538	364	-	303	530	528	2	1	519
Monsanto	1023	498	525	1015	493	522	365	-	301	467	467	-	1	452
Serra de Santo António	706	332	374	720	338	382	256	-	216	420	420	-	7	403
Vila Moreira	1095	517	578	1078	507	571	387	-	326	456	454	2	-	428

Os dados relativos ao Anexo V e seguintes apresentam os valores da população residente, os dados da variação entre e os traços fundamentais dos moradores em cada uma das freguesias que fazem parte das vigararias diocesanas. Os dados relativos ao último recenseamento da população - 2011 - permitem aprofundar alguma desta informação uma vez que os mesmos foram recolhidos e divulgados com informações complementares relacionados com o nível de instrução e situação perante o emprego, que se reproduzem.

No final de cada uma das vigararias insere-se o registo de cada uma das paróquias, município a que pertencem e Padroeiros. Reproduz-se ainda o gráfico correspondente à população presente em 1864 e 1878, antes da extinção da Diocese e nas datas dos primeiros censos da população.

Anexo V

Vigaria da Batalha - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)					
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários				
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais						
<i>Vig. Batalha</i>																		
Alpedriz	814	396	137	127	411	139	849	417	116	102	443	188	4,3	-15,3	-19,7	7,8	35,3	
Batalha	6520	3218	1304	1118	3266	832	7522	3718	1306	1052	4089	1075	15,4	0,2	-5,9	25,2	29,2	
Calv. Cima	1969	963	411	310	992	256	2179	1050	327	336	1201	315	10,7	-20,4	8,4	21,1	23	
Juncal	3122	1505	663	487	1564	408	3241	1596	541	513	1707	480	3,8	-18,4	5,3	9,1	17,6	
N.S.Praz.-Alj.	3582	1748	649	583	1881	469	3711	1800	565	495	2034	617	3,6	-12,9	-15,1	8,1	31,6	
Reg. Fetal	2210	1088	391	307	1106	406	2358	1157	341	307	1204	506	6,7	-12,8	-	8,9	24,6	
S. Vicente	2283	1143	454	393	1148	288	2267	1144	423	320	1175	349	-0,7	-6,8	-18,6	2,4	21,2	
Golpilheira	1482	722	334	244	757	147	1609	788	287	240	832	250	8,6	-14,1	-1,6	9,9	70,1	

Vigararia da Batalha

2001

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Res.	Instit.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alpedriz	849	417	432	831	406	425	331	-	270	433	431	2	-	424
Batalha	7 522	3 718	3 804	7 333	3 643	3 690	2 617	1	2 241	3 321	3 308	13	7	2 803
Calv. Cima	2 179	1 050	1 129	2 128	1 019	1 109	762	-	668	921	913	8	-	819
Juncal	3 241	1 596	1 645	3 185	1 577	1 608	1 068	-	982	1 363	1 360	3	-	1 325
Aljub-Praz	3 711	1 800	1 911	3 693	1 795	1 898	1 375	1	1 159	1 783	1 777	6	1	1 553
Reg. Fetal	2 358	1 157	1 201	2 272	1 108	1 164	804	1	690	1 066	1 065	1	1	1 061
Alj.(S.Vic.)	2 267	1 144	1 123	2 247	1 130	1 117	796	-	671	977	973	4	1	965
Golpilheira	1 609	788	821	1 565	771	794	535	1	462	607	605	2	1	577

Vigarraria da Batalha

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojam. colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássi.	Instituc.		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alpedriz	777	389	388	737	362	375	314	0	241	440	436	4	0	412
Batalha	8548	4202	4346	8248	4037	4211	3241	2	2643	4260	4259	1	15	3477
Calvaria	2462	1203	1259	2342	1131	1211	940	1	787	1237	1236	1	1	1083
Juncal	3316	1622	1694	3195	1553	1642	1191	3	1025	1640	1640	0	4	1575
Aljub.-Praz.	4235	2055	2180	4013	1932	2081	1651	1	1341	2286	2268	18	1	1882
Reg. do Fetal	2169	1018	1151	2062	961	1101	803	1	667	1257	1257	0	2	1241
Aljub.- Vic.	2404	1180	1224	2321	1124	1197	917	0	728	1286	1286	0	1	1247
Golpilheira	1528	733	795	1467	710	757	568	0	466	732	732	0	0	711

Vigarraria da Batalha

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais						
Alpedriz	849	417	116	102	443	188	777	389	101	73	400	203	-8,48	-12,93	-28,43	-9,71	7,98
Batalha	7522	3718	1306	1052	4089	1075	8548	4202	1455	915	4794	1384	13,64	11,41	-13,02	17,24	28,74
Calvaria de Cima	2179	1050	327	336	1201	315	2462	1203	423	207	1408	424	12,99	29,36	-38,39	17,24	34,60
Juncal	3241	1596	541	513	1707	480	3316	1622	523	348	1808	637	2,31	-3,33	-32,16	5,92	32,71
Aljub.-Praz.	3711	1800	565	495	2034	617	4235	2055	675	418	2340	802	14,12	19,47	-15,56	15,04	29,98
Reg. do Fetal	2358	1157	341	307	1204	506	2169	1018	266	238	1138	527	-8,02	-21,99	-22,48	-5,48	4,15
Aljub.- (S. Vic.)	2267	1144	423	320	1175	349	2404	1180	392	282	1283	447	6,04	-7,33	-11,88	9,19	28,08
Golpilheira	1609	788	287	240	832	250	1528	733	223	186	829	290	-5,03	-22,30	-22,50	-0,36	16,00

Vigarraria da Batalha

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de analfabetismo	
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
					HM	H	HM	H	HM	H									HM
Alpedriz	777	389	82	26	281	149	86	48	135	81	110	46	11	8	53	23	82	33	9,13
Batalha	8548	4202	662	269	2487	1217	873	477	1453	807	1495	759	102	59	1202	470	72	14	4,16
Calvaria de Cima	2462	1203	204	80	829	397	253	154	414	211	440	220	27	11	215	78	56	15	4,44
Juncal	3316	1622	246	95	1199	578	406	229	572	307	476	237	33	12	296	113	406	126	5,08
Aljub.-Praz.	4235	2055	380	124	1413	709	428	260	697	369	706	329	40	19	467	183	170	68	5,62
Reg. do Fetal	2169	1018	182	64	831	382	175	92	312	174	336	164	23	14	260	105	89	16	6,59
Aljub.- S. Vic.	2404	1180	245	89	883	453	275	168	402	204	343	162	29	13	161	58	55	21	7,24
Golpilheira	1528	733	127	52	510	236	164	91	271	155	236	110	16	9	168	59	100	33	5,65

Vigararia da Batalha

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada						Em 2011			
			Total		Primário	Secundário	Terciário			HM	H	M
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/a activ. Econ.			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alpedriz	322	174	273	151	7	132	134	50	84	41,44	44,73	38,14
Batalha	4328	2288	3979	2142	90	1545	2344	745	1599	50,63	54,45	46,94
Calvaria de Cima	1224	646	1109	600	24	508	577	169	408	49,72	53,7	45,91
Juncal	1616	845	1470	781	59	691	720	249	471	48,73	52,1	45,51
Aljubarrota (Prazeres)	2000	1043	1781	948	46	620	1115	396	719	47,23	50,75	43,9
Reguengo do Fetal	990	509	909	476	15	329	565	197	368	45,64	50	41,79
Aljubarrota (S. Vicente)	1115	582	1002	539	23	472	507	177	330	46,38	49,32	43,55
Golpilheira	736	373	689	347	22	261	406	131	275	48,17	50,89	45,66

Vigararia da Batalha

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO
E
SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geogr.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alpedriz	49	23	26	4	1	3	45	22	23	15,22	13,22	17,57
Batalha	349	146	203	55	21	34	294	125	169	8,06	6,38	9,95
Calvaria de Cima	115	46	69	14	4	10	101	42	59	9,4	7,12	11,94
Juncal	146	64	82	31	16	15	115	48	67	9,03	7,57	10,64
Aljubarrota (Prazeres)	219	95	124	51	19	32	168	76	92	10,95	9,11	12,96
Reguengo do Fetal	81	33	48	7	0	7	74	33	41	8,18	6,48	9,98
Aljubarrota (S. Vicente)	113	43	70	15	6	9	98	37	61	10,13	7,39	13,13
Golpilheira	47	26	21	7	4	3	40	22	18	6,39	6,97	5,79

Vigarraria de Batalha

Paróquia

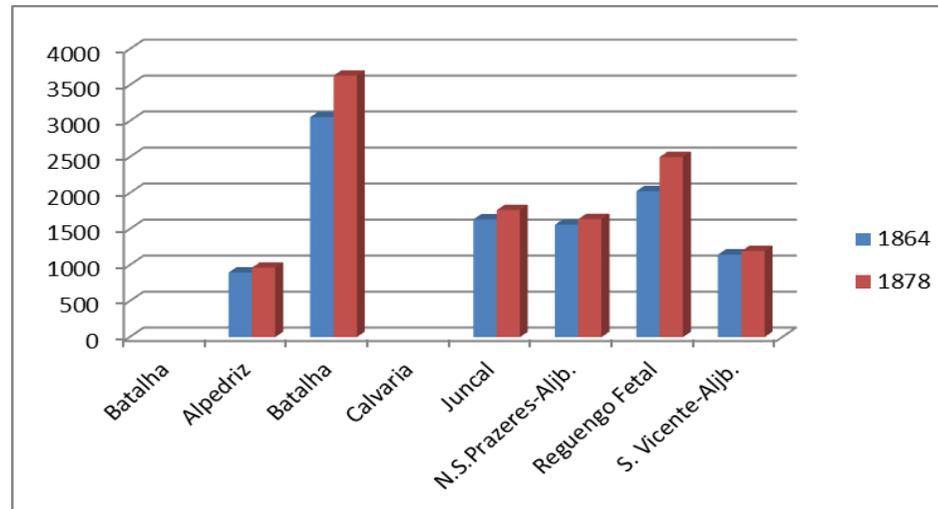
- Alpedriz,
- Batalha,
- Calvaria,
- Juncal,
- N^a S^a dos Prazeres (Aljubarrota)
- Reguengo do Fetal,
- S. Vicente (Aljubarrota).

Concelho

- Alcobaça
- Batalha
- P. Mós
- P. Mós
- Alcobaça
- Batalha
- Alcobaça

Padroeiro

- Nossa Senhora da Esperança
- Santa Cruz
- Santa Marta
- São Miguel Arcanjo
- Nossa Senhora dos Prazeres
- Nossa Senhora dos Remédios
- São Vicente



Anexo VI
Vigarraria Colmeias - estado da população

1991

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários			
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
<i>Vig. Colmeias</i>																	
Alb. Doze	1936	916	258	297	948	433	1745	839	242	188	858	457	-9,9	-6,2	-36,7	-9,5	5,5
Carnide	1470	736	307	221	729	213	1722	855	314	271	877	260	17,1	2,3	22,6	20,3	22,1
Cercal	809	409	187	138	373	111	896	458	163	153	447	133	10,8	-12,8	10,9	19,8	19,8
Colmeias	3481	1653	662	538	1699	582	3717	1797	570	504	1924	719	6,8	-13,9	-6,3	13,2	23,5
Espite	1194	551	188	147	549	310	1275	609	166	143	581	385	6,8	-11,7	-2,7	5,8	24,2
Matas	986	476	181	179	469	157	1052	502	177	160	507	208	6,7	-2,2	-10,6	8,1	32,5
Meirinhas	1338	617	261	233	678	166	1732	846	312	225	941	254	29,4	19,5	-3,4	38,8	53
Memória	903	436	130	127	430	216	885	413	110	91	393	291	-2	-15,4	-28,3	-8,6	34,7
S. S. Litém	1638	764	218	253	790	377	1605	768	216	170	721	498	-2	-0,9	-32,8	-8,7	32,1
Vermoil	2571	1229	496	394	1274	407	2855	1418	416	390	1427	622	11	-16,1	-1	12	52,8

Vigararia Colmeias

2001

1.01- POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			Pop. Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instit.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alb. Doze	1 745	839	906	1 686	805	881	819	-	514	1 202	1 197	5	1	1 125
Carnide	1 722	855	867	1 685	818	867	579	-	516	851	850	1	-	832
Cercal	896	458	438	856	438	418	300	-	255	388	387	1	-	382
Colmeias	3 717	1 797	1 920	3 609	1 733	1 876	1 294	2	1 095	1 870	1 869	1	3	1 837
Espite	1 275	609	666	1 251	591	660	497	1	391	961	961	-	1	961
Matas	1 052	502	550	1 027	485	542	388	-	304	589	587	2	-	581
Meirinhas	1 732	846	886	1 685	830	855	687	-	512	934	933	1	-	774
Memória	885	413	472	861	406	455	354	1	271	642	640	2	1	639
S. S. Litém	1 605	768	837	1 617	785	832	706	1	480	1 181	1 181	-	1	1 162
Vermoil	2 855	1 418	1 437	2 772	1 373	1 399	1 113	1	869	1 620	1 617	3	1	1 601

Vigararia Colmeias

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifíc. Clássic.
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alberg. dos Doze	1765	846	919	1717	815	902	703	3	525	1318	1318	0	4	1222
Carnide	1647	795	852	1571	742	829	578	1	496	862	862	0	1	849
Cercal	784	390	394	742	365	377	284	0	233	410	409	1	0	409
Colmeias	3278	1556	1722	3118	1458	1660	1245	2	1000	2010	2008	2	2	1979
Espite	1104	501	603	1070	487	583	457	3	352	1059	1059	0	3	1060
Matas	944	446	498	897	428	469	355	2	287	634	634	0	2	628
Meirinhas	1775	870	905	1687	820	867	662	0	538	955	955	0	0	821
Memória	807	367	440	770	344	426	325	1	235	658	658	0	1	658
S. S. Litém	1382	656	726	1344	639	705	575	1	423	1261	1260	1	1	1247
Vermoil	2656	1273	1383	2517	1200	1317	1014	2	804	1794	1793	1	3	1751

Vigararia Colmeias

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011										
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários				Var. Total	Grupos etários			
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Alberg. dos Doze	1745	839	242	188	858	457	1765	846	224	173	819	549	1,15	-7,44	-7,98	-4,55	20,13
Carnide	1722	855	314	271	877	260	1647	795	248	201	820	378	-4,36	-21,02	-25,83	-6,50	45,38
Cercal	896	458	163	153	447	133	784	390	95	113	442	134	-12,50	-41,72	-26,14	-1,12	0,75
Colmeias	3717	1797	570	504	1924	719	3278	1556	414	377	1667	820	-11,81	-27,37	-25,20	-13,36	14,05
Espite	1275	609	166	143	581	385	1104	501	112	114	483	395	-13,41	-32,53	-20,28	-16,87	2,60
Matas	1052	502	177	160	507	208	944	446	123	109	497	215	-10,27	-30,51	-31,88	-1,97	3,37
Meirinhas	1732	846	312	225	941	254	1775	870	283	213	927	352	2,48	-9,29	-5,33	-1,49	38,58
Memória S.	885	413	110	91	393	291	807	367	85	83	340	299	-8,81	-22,73	-8,79	-13,49	2,75
Simão de Litem	1605	768	216	170	721	498	1382	656	152	139	595	496	-13,89	-29,63	-18,24	-17,48	-0,40
Vermoil	2855	1418	416	390	1427	622	2656	1273	395	274	1311	676	-6,97	-5,05	-29,74	-8,13	8,68

Vigaria Colmeias

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Z. Geográf.	Pop. Resid.		População residente segundo o nível de escolaridade- 2011														Analf. c/> 10 ou anos		T. analf.
			Nenh. nível escol.		Ensino básico						Ens. secund.		Ens. pós-sec.		Ens. Sup.				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Alberg. dos Doze	1765	846	175	63	709	336	133	71	249	146	268	131	18	7	166	67	375	70	6,93
Carnide	1647	795	290	117	575	303	179	113	237	100	196	97	18	8	103	35	294	84	13,33
Cercal	784	390	58	19	265	140	112	58	138	82	116	55	14	6	69	25	99	24	5,14
Colmeias	3278	1556	349	112	1268	611	341	187	523	296	393	189	30	18	302	104	67	18	7,45
Espite	1104	501	161	39	488	232	97	52	136	84	120	50	7	4	77	29	60	20	12,72
Matas	944	446	116	35	366	194	125	60	130	73	110	50	10	6	70	20	93	33	11,07
Meirinhas	1775	870	197	69	520	269	199	107	266	153	296	149	18	11	220	84	84	16	8,04
Memória	807	367	158	48	359	180	66	37	74	37	81	37	6	4	53	22	221	53	16,89
S. Simão de Litem	1382	656	146	45	635	295	130	79	156	85	168	82	12	5	101	43	119	33	8,78
Vermoil	2656	1273	352	131	996	473	230	148	396	210	373	195	28	17	222	74	244	53	9,49

Vigararia Colmeias

2011

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO
E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Z. Geog.	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Albergaria dos Doze	672	362	617	335	12	221	384	158	226	38,07	42,79	33,73
Carnide	659	381	600	362	22	313	265	93	172	40,01	47,92	32,63
Cercal	409	226	378	212	3	186	189	73	116	52,17	57,95	46,45
Colmeias	1346	730	1255	681	48	527	680	200	480	41,06	46,92	35,77
Espite	370	197	342	185	3	138	201	78	123	33,51	39,32	28,69
Matas	400	217	384	210	8	192	184	64	120	42,37	48,65	36,75
Meirinhas	854	462	794	436	16	302	476	128	348	48,11	53,1	43,31
Memória	266	139	248	132	7	109	132	54	78	32,96	37,87	28,86
S. Simão de Litém	464	247	418	224	5	175	238	82	156	33,57	37,65	29,89
Vermoil	1073	604	963	554	33	423	507	152	355	40,4	47,45	33,91

Vigararia Colmeias

2011

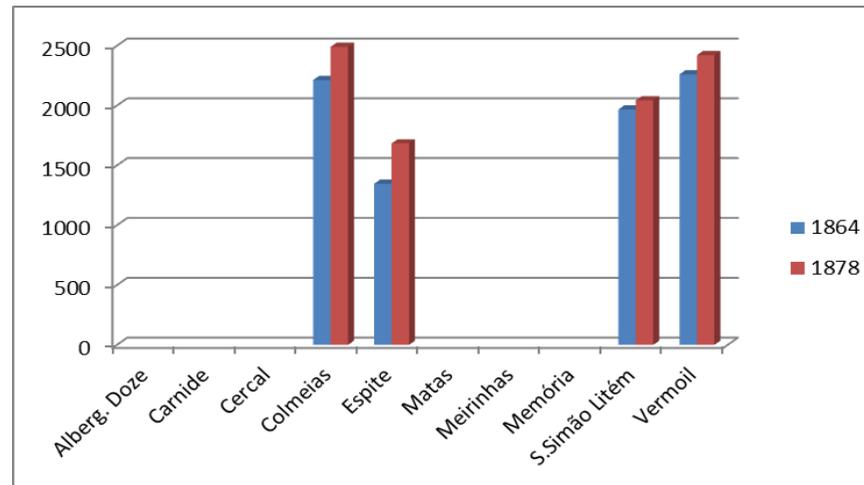
POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13

Alberg. dos												
Doze	55	27	28	13	5	8	42	22	20	8,18	7,46	9,03
Carnide	59	19	40	13	4	9	46	15	31	8,95	4,99	14,39
Cercal	31	14	17	4	1	3	27	13	14	7,58	6,19	9,29
Colmeias	91	49	42	15	3	12	76	46	30	6,76	6,71	6,82
Espite	28	12	16	2	1	1	26	11	15	7,57	6,09	9,25
Matas	16	7	9	3	1	2	13	6	7	4	3,23	4,92
Meirinhas	60	26	34	18	8	10	42	18	24	7,03	5,63	8,67
Memória	18	7	11	10	3	7	8	4	4	6,77	5,04	8,66
S. S. de Litém	46	23	23	9	5	4	37	18	19	9,91	9,31	10,6
Vermoil	110	50	60	21	10	11	89	40	49	10,25	8,28	12,79

Vigarraria de Colmeias

Paróquia	Concelho	Padroeiro
- Albergaria dos Doze,	Pombal	Nossa Senhora da Apresentação
- Carnide,	Pombal	Santo Elias
- Cercal,	Ourém	Nossa Senhora do Rosário
- Colmeias,	Leiria	São Miguel
- Espite,	Ourém	São João Baptista
- Matas,	Ourém	Nossa Senhora do Patrocínio
- Meirinhas,	Pombal	São Francisco de Assis
- Memória,	Leiria	Nossa Senhora da Boa Memória
- S. Simão de Litém,	Pombal	São Simão
- Vermoil.	Pombal	Nossa Senhora da Conceição



Anexo VII

Vigarraria de Fátima - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários			
Total	Grupos Etários					Total	Grupos Etários										
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais

Vig. Fátima

Atouguia	2196	1079	424	378	1054	340	2460	1191	448	335	1260	417	12	5,7	-11,4	19,5	22,6
Fátima	7213	3151	1430	1201	3509	1073	10302	4590	1884	1421	5329	1668	42,8	31,7	18,3	51,9	55,5
S ^a C ^a Serra	3497	1734	821	547	1721	408	3962	1967	770	608	2014	570	13,3	-6,2	11,2	17	39,7
S. Mamede	3117	1530	634	439	1557	487	3513	1674	569	503	1756	685	12,7	-10,3	14,6	12,8	40,7
Chainça	693	341	135	144	331	83	815	425	153	112	432	118	17,6	13,3	-22,2	30,5	42,2

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifíc.
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Atouguia	2 460	1 191	1 269	2 429	1 168	1 261	884	-	727	1 310	1 308	2	-	1 299
Fátima	10 302	4 590	5 712	10 432	4 563	5 869	3 140	90	2 528	5 114	5 100	14	118	3 079
S ^a Cat ^a														
Serra	3 962	1 967	1 995	3 904	1 962	1 942	1 282	2	1 109	1 573	1 573	-	4	1 548
S.														
Mamede	3 513	1 674	1 839	3 475	1 650	1 825	1 286	1	1 071	1 821	1 819	2	2	1 774
Chainça	815	425	390	808	422	386	275	-	230	338	337	1	-	330

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS
E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núc. Fam. il.	Alojamentos familiares			Aloj. Colect.	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Insti. tuc.		Total	Cláss.	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Atouguia	2454	1187	1267	2374	1130	1244	888	1	722	1354	1354	0	1	1329
Fátima	11596	5238	6358	11434	5073	6361	3900	97	2997	6575	6566	9	197	3704
Cat. da Serra	4098	2006	2092	3854	1863	1991	1411	3	1203	1878	1876	2	7	1838
São Mamede	3560	1695	1865	3432	1621	1811	1413	0	1128	2087	2084	3	1	2009
Chainça	772	403	369	748	382	366	283	0	229	383	383	0	0	370

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Atouguia	2460	1191	448	335	1260	417	2454	1187	379	309	1280	486	-0,24	-15,40	-7,76	1,59	16,55
Fátima	10302	4590	1884	1421	5329	1668	11596	5238	1801	1401	6104	2290	12,56	-4,41	-1,41	14,54	37,29
Santa Cat. da Serra	3962	1967	770	608	2014	570	4098	2006	605	583	2180	730	3,43	-21,43	-4,11	8,24	28,07
São Mamede	3513	1674	569	503	1756	685	3560	1695	526	366	1908	760	1,34	-7,56	-27,24	8,66	10,95
Chainça	815	425	153	112	432	118	772	403	107	111	420	134	-5,28	-30,07	-0,89	-2,78	13,56

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Atouguia	2454	1187	221	75	869	443	291	151	378	202	386	190	17	9	237	90	422	167	6,59
Fátima	11596	5238	1146	425	2851	1256	1263	610	1798	920	2146	1034	173	88	1890	733	117	57	6,18
Stª Cat. da Serra	4098	2006	386	161	1352	667	503	263	644	352	599	304	52	33	452	173	117	29	5,25
São Mamede	3560	1695	406	148	1259	650	422	209	523	276	488	217	47	29	318	118	43	16	7,62
Chainça	772	403	51	19	278	140	101	63	123	65	113	59	11	8	76	36	93	24	3,92

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE 2011

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.	HM	H	M
Atouguia	1087	583	1013	553	10	384	619	234	385	44,3	49,12	39,78
Fátima	5611	2747	5158	2542	26	1388	3744	1353	2391	48,39	52,44	45,05
Stª Catarina da Serra	2030	1105	1914	1057	23	845	1046	334	712	49,54	55,08	44,22
São Mamede	1708	883	1574	812	18	767	789	222	567	47,98	52,09	44,24
Chainça	375	209	344	190	4	154	186	52	134	48,58	51,86	44,99

Vigarraria de Fátima

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO
E
SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Atouguia	74	30	44	8	2	6	66	28	38	6,81	5,15	8,73
Fátima	453	205	248	88	37	51	365	168	197	8,07	7,46	8,66
Stª Catarina da Serra	116	48	68	34	13	21	82	35	47	5,71	4,34	7,35
São Mamede	134	71	63	24	16	8	110	55	55	7,85	8,04	7,64
Chainça	31	19	12	7	4	3	24	15	9	8,27	9,09	7,23

Vigarraria de Fátima

Paróquia

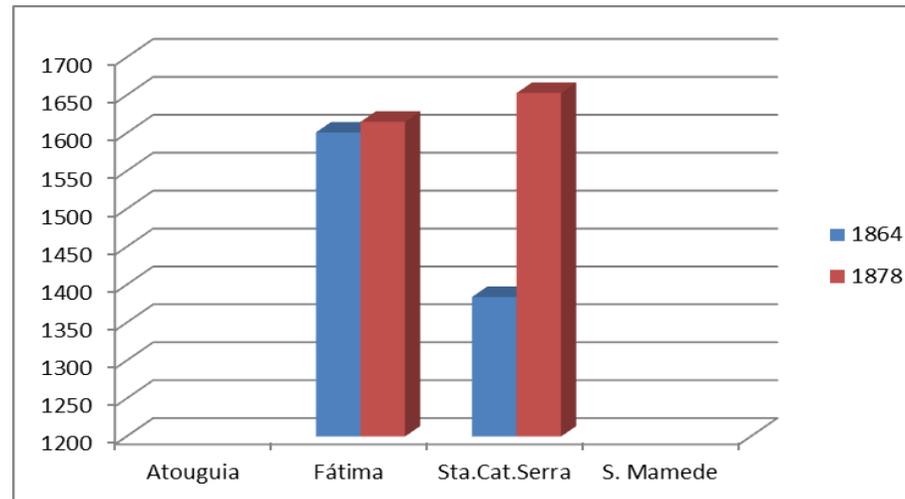
- Atouguia,
- Fátima,
- Santa Catarina da Serra,
- São Mamede.

Concelho

- Ourém
- Ourém
- Leiria
- Batalha

Padroeiro

- São Bartolomeu
- Nossa Senhora dos Prazeres
- Santa Catarina
- São Mamede



Anexo VIII

Vigaria de Leiria - estado da população

(1.02) POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)					
	Em 1991						Em 2001											
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
<i>Vig. Leiria</i>																		
Azoia	2165	1050	471	357	1124	213	2269	1101	414	333	1209	313	4,8	-12,1	-6,7	7,6	46,9	
Barosa	1787	890	350	308	938	191	1846	926	279	229	1058	280	3,3	-20,3	-25,6	12,8	46,6	
Barreira	2306	1127	496	423	1160	227	3123	1556	553	458	1736	376	35,4	11,5	8,3	49,7	65,6	
Cortes	3090	1533	695	511	1538	346	3032	1488	490	471	1614	457	-1,9	-29,5	-7,8	4,9	32,1	
Leiria	12852	5838	2488	1987	6898	1479	13946	6441	2153	2003	7715	2075	8,5	-13,5	0,8	11,8	40,3	
Marrazes	13026	6296	2758	2191	6849	1228	20442	9907	3764	2916	11726	2036	56,9	36,5	33,1	71,2	65,8	
Parceiros	2482	1223	551	409	1317	205	3304	1615	575	519	1815	395	33,1	4,4	26,9	37,8	92,7	
Pousos	5661	2834	1184	962	2939	576	7326	3585	1359	953	4191	823	29,4	14,8	-0,9	42,6	42,9	

Vigararia de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS -
2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Azoia	2 269	1 101	1 168	2 205	1 063	1 142	766	-	691	919	913	6	-	757
Barosa	1 846	926	920	1 741	859	882	686	-	578	808	802	6	-	745
Barreira	3 123	1 556	1 567	3 014	1 508	1 506	1 069	-	943	1 330	1 329	1	1	1 085
Cortes	3 032	1 488	1 544	2 909	1 424	1 485	996	1	890	1 251	1 250	1	1	1 205
Leiria	13 946	6 441	7 505	15 660	7 331	8 329	5 424	21	3 939	7 855	7 846	9	39	2 075
Marrazes	20 442	9 907	10 535	19 614	9 441	10 173	7 404	13	6 114	9 557	9 544	13	19	3 936
Parceiros	3 304	1 615	1 689	3 206	1 547	1 659	1 111	-	996	1 367	1 363	4	-	1 086
Pousos	7 326	3 585	3 741	7 483	3 637	3 846	2 587	3	2 179	3 418	3 411	7	4	2 311

Vigarraria de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Azoia	2276	1094	1182	2192	1051	1141	870	0	717	1082	1082	0	0	906
Barosa	2156	1066	1090	2071	1018	1053	801	1	694	1020	1018	2	1	955
Barreira	4102	1996	2106	3857	1866	1991	1623	0	1283	2066	2064	2	1	1330
Cortes	3001	1492	1509	2833	1392	1441	1090	1	936	1492	1491	1	2	1424
Leiria	14909	6828	8081	15854	7231	8623	6619	16	4267	9436	9426	10	37	2190
Marrazes	22528	10746	11782	21164	9972	11192	8881	6	6883	11856	11849	7	8	4597
Parceiros	4664	2271	2393	4550	2196	2354	1790	1	1456	2367	2365	2	1	1482
Pousos	9763	4724	5039	9535	4565	4970	3719	5	2983	4821	4817	4	7	2960

Vigarraria de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Azoia	2269	1101	414	333	1209	313	2276	1094	303	312	1248	413	0,31	-26,81	-6,31	3,23	31,95
Barosa	1846	926	279	229	1058	280	2156	1066	334	208	1217	397	16,79	19,71	-9,17	15,03	41,79
Barreira	3123	1556	553	458	1736	376	4102	1996	660	440	2432	570	31,35	19,35	-3,93	40,09	51,60
Cortes	3032	1488	490	471	1614	457	3001	1492	398	366	1682	555	-1,02	-18,78	-22,29	4,21	21,44
Leiria	13946	6441	2153	2003	7715	2075	14909	6828	1996	1780	8415	2718	6,91	-7,29	-11,13	9,07	30,99
Marrazes	20442	9907	3764	2916	11726	2036	22528	10746	3887	2559	13164	2918	10,20	3,27	-12,24	12,26	43,32
Parceiros	3304	1615	575	519	1815	395	4664	2271	788	466	2804	606	41,16	37,04	-10,21	54,49	53,42
Pousos	7326	3585	1359	953	4191	823	9763	4724	1751	1039	5784	1189	33,27	28,84	9,02	38,01	44,47

Vigarraria de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográf.	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo	
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior					
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo											
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	%
Azoia	2276	1094	165	51	754	384	209	103	368	192	386	198	31	20	298	116	156	48	5,38	
Barosa	2156	1066	163	69	621	291	174	85	325	181	387	212	24	13	400	176	142	33	4,05	
Barreira	4102	1996	308	119	958	464	320	176	629	370	724	363	67	40	946	392	204	42	4,26	
Cortes	3001	1492	240	84	953	467	285	163	472	268	465	232	28	18	491	224	530	133	5,75	
Leiria	14909	6828	770	305	2338	913	1008	531	2283	1180	2878	1454	189	102	5041	2125	183	39	1,65	
Marrazes	22528	10746	1518	657	4694	2081	2080	1132	4186	2288	4774	2360	297	151	4292	1726	103	30	2,23	
Parceiros	4664	2271	350	149	1046	496	306	157	662	369	846	458	49	31	1249	535	158	31	3,15	
Pousos	9763	4724	710	302	2089	1017	826	429	1437	800	1850	944	138	73	2364	981	42	10	3,18	

Vigararia de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA,
SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.	HM	H	M
Azoia	1145	603	1034	550	30	400	604	184	420	50,31	55,12	45,85
Barosa	1065	557	976	509	5	306	665	264	401	49,4	52,25	46,61
Barreira	2239	1125	2081	1057	28	577	1476	598	878	54,58	56,36	52,9
Cortes	1459	792	1344	735	24	434	886	387	499	48,62	53,08	44,2
Leiria	7816	3790	6946	3351	41	1338	5567	2545	3022	52,42	55,51	49,82
Marrazes	12117	5961	10759	5362	84	2878	7797	2982	4815	53,79	55,47	52,25
Parceiros	2567	1289	2382	1213	14	675	1693	691	1002	55,04	56,76	53,41
Pousos	5309	2663	4863	2454	18	1256	3589	1491	2098	54,38	56,37	52,51

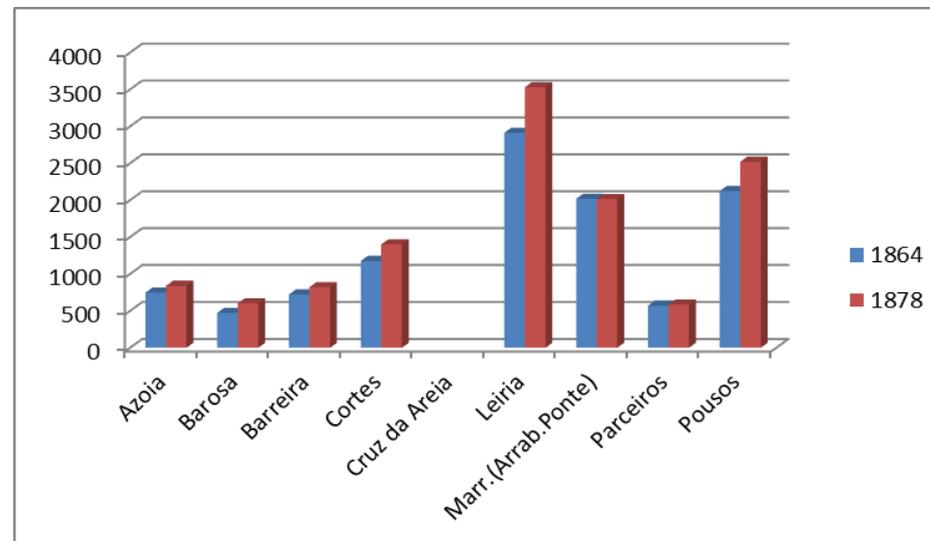
Vigarraria de Leiria

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Azoia	111	53	58	23	10	13	88	43	45	9,69	8,79	10,7
Barosa	89	48	41	16	5	11	73	43	30	8,36	8,62	8,07
Barreira	158	68	90	22	10	12	136	58	78	7,06	6,04	8,08
Cortes	115	57	58	30	13	17	85	44	41	7,88	7,2	8,7
Leiria	870	439	431	182	90	92	688	349	339	11,13	11,58	10,71
Marrazes	1358	599	759	242	101	141	1116	498	618	11,21	10,05	12,33
Parceiros	185	76	109	41	16	25	144	60	84	7,21	5,9	8,53
Pousos	446	209	237	98	47	51	348	162	186	8,4	7,85	8,96

Vigarraria de Leiria

Paróquia	Concelho	Padroeiro
- Azoia,	Leiria	Santa Catarina
- Barosa,	Leiria	São Mateus
- Barreira,	Leiria	Santíssimo Salvador
- Cortes,	Leiria	Nossa Senhora da Gaiola
- Cruz da Areia,	Leiria	Santa Isabel de Portugal
- Leiria,	Leiria	Nossa Senhora da Assunção
- Marrazes,	Leiria	São Tiago Maior
- Parceiros,	Leiria	Nossa Senhora do Rosário
- Pousos.	Leiria	Nossa Senhora do Desterro



Anexo IX

Vigarraria de Marinha Grande - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários			
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					

Vig. M. Grande

Maceira	10087	4996	2042	1745	5295	1005	9981	4936	1548	1414	5513	1506	-1,1	-24,2	-19	4,1	49,9
Mar. Grande	26628	13000	4889	4478	14357	2904	28372	13834	4189	3811	16143	4229	6,5	-14,3	-14,9	12,4	45,6
Pataias	5277	2612	961	859	2886	571	5453	2708	780	720	3082	871	3,3	-18,8	-16,2	6,8	52,5
Moita	1309	666	263	197	697	152	1418	735	236	202	790	190	8,3	-10,3	2,5	13,3	25

Vigarraria de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Maceira	9 981	4 936	5 045	9 569	4 714	4 855	3 427	1	3 065	3 896	3 888	8	2	3 775
M. Gr.	28 372	13 834	14 538	27 421	13 315	14 106	10 389	1	8 974	13 969	13 914	55	12	9 752
Pataias	5 453	2 708	2 745	5 311	2 617	2 694	1 997	2	1 710	3 105	3 098	7	6	2 512
Moita	1 418	735	683	1 390	719	671	469	-	438	472	469	3	-	459

Vigarraria de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos coletivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Maceira	9914	4840	5074	9400	4549	4851	3708	3	3145	4395	4390	5	4	4273
Marinha Grande	31413	15147	16266	30007	14359	15648	12639	9	10020	16940	16927	13	24	10835
Pataias	5451	2692	2759	5214	2554	2660	2199	2	1768	3865	3857	8	6	3039
Moita	1423	702	721	1368	667	701	506	0	454	605	605	0	0	573

Vigarraria de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Maceira	9981	4936	1548	1414	5513	1506	9914	4840	1339	1056	5482	2037	-0,67	13,50	25,32	-0,56	35,26
Marinha Grande	28372	13834	4189	3811	16143	4229	31413	15147	4761	2997	18045	5610	10,72	13,65	21,36	11,78	32,66
Pataias	5453	2708	780	720	3082	871	5451	2692	691	508	3107	1145	-0,04	11,41	29,44	0,81	31,46
Moita	1418	735	236	202	790	190	1423	702	220	168	786	249	0,35	-6,78	16,83	-0,51	31,05

Vigarraria de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Maceira	9914	4840	825	272	3299	1548	1089	614	1610	941	1676	847	108	59	1082	448	157	49	5,70
Marinha Grande	31413	15147	2496	925	8724	4057	2839	1585	5540	3021	6259	3181	348	182	4364	1776	38	8	4,54
Pataias	5451	2692	495	179	1823	894	653	366	879	523	859	438	55	26	578	216	65	30	6,74
Moita	1423	702	138	44	449	213	145	91	265	153	242	128	16	7	133	51	300	69	6,58

Vigararia de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada						Em 2011			
			Total		Primário	Secundário	Terciário			HM	H	M
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.			
Maceira	4608	2485	4228	2314	37	2271	1920	689	1231	46,48	51,34	41,84
Marinha Grande	15269	7838	13585	7119	48	6683	6854	2571	4283	48,61	51,75	45,68
Pataias	2510	1356	2170	1213	22	1067	1081	410	671	46,05	50,37	41,83
Moita	654	329	575	304	6	332	237	96	141	45,96	46,87	45,08

Vigarraria de Marinha Grande

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Maceira	380	171	209	61	28	33	319	143	176	8,25	6,88	9,84
Marinha Grande	1684	719	965	260	120	140	1424	599	825	11,03	9,17	12,99
Pataias	340	143	197	37	19	18	303	124	179	13,55	10,55	17,07
Moita	79	25	54	14	4	10	65	21	44	12,08	7,6	16,62

Vigarraria de Marinha Grande

Paróquia

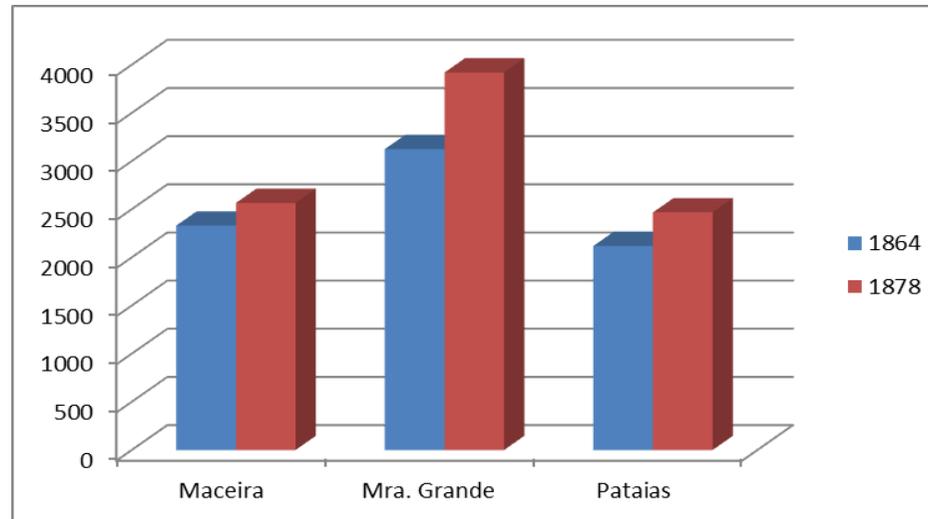
- Maceira,
- Marinha Grande,
- Pataias.

Concelho

- Leiria
- M. Grande
- Alcobaça

Padroeiro

- Nossa Senhora da Luz
- Nossa Senhora do Rosário
- Nossa Senhora da Esperança



Anexo X

Vigarraria de Milagres - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)					
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários				
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais	
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais						
<i>Vig. Milagres</i>																		
Amor	4389	2181	993	850	2159	387	4738	2358	814	722	2581	621	8	-18	-15,1	19,5	60,5	
Arrabal	2445	1219	484	381	1277	303	2719	1347	442	374	1432	471	11,2	-8,7	-1,8	12,1	55,4	
Bid. Cima	1916	969	399	382	913	222	2073	1054	356	298	1112	307	8,2	-10,8	-22	21,8	38,3	
Boa Vista	1690	805	367	260	873	190	1926	926	318	297	1015	296	14	-13,4	14,2	16,3	55,8	
Caranguejeira	4350	2146	957	716	2164	513	4972	2472	893	741	2609	729	14,3	-6,7	3,5	20,6	42,1	
Milagres	2744	1327	619	421	1309	395	2961	1444	510	485	1554	412	7,9	-17,6	15,2	18,7	4,3	
Reg. Pontes	1972	944	449	362	955	206	2263	1119	372	353	1234	304	14,8	-17,1	-2,5	29,2	47,6	
Stª Eufémia	2076	1007	438	342	1033	263	2420	1191	451	357	1229	383	16,6	3	4,4	19	45,6	

Vigarraria de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS -
2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Amor	4 738	2 358	2 380	4 537	2 229	2 308	1 551	2	1 401	1 819	1 814	5	2	1 721
Arrabal	2 719	1 347	1 372	2 644	1 301	1 343	948	1	796	1 193	1 190	3	2	1 155
Bid. de														
Cima	2 073	1 054	1 019	2 039	1 026	1 013	710	-	630	933	932	1	-	914
Boa Vista	1 926	926	1 000	1 892	910	982	660	1	577	839	837	2	1	752
Caranguej.	4 972	2 472	2 500	4 903	2 443	2 460	1 702	-	1 500	2 315	2 312	3	-	2 263
Milagres	2 961	1 444	1 517	2 875	1 388	1 487	987	-	871	1 308	1 303	5	1	1 280
Reg.														
Pontes	2 263	1 119	1 144	2 159	1 052	1 107	720	1	664	809	804	5	1	798
Sª Eufémia	2 420	1 191	1 229	2 363	1 162	1 201	835	-	713	1 098	1 096	2	-	1 076

Vigararia de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Amor	4747	2384	2363	4545	2261	2284	1681	4	1451	2119	2115	4	4	2055
Arrabal	2684	1328	1356	2541	1253	1288	966	1	804	1318	1317	1	2	1277
Bidoeira de Cima	2250	1113	1137	2139	1042	1097	814	1	700	1096	1094	2	1	1076
Boa Vista	1745	838	907	1645	779	866	662	1	538	934	933	1	1	845
Caranguejei ra	4691	2282	2409	4477	2165	2312	1706	1	1460	2482	2480	2	1	2440
Milagres	3071	1522	1549	2915	1437	1478	1123	0	934	1486	1480	6	0	1448
Regueira de Pontes	2221	1097	1124	2160	1051	1109	787	1	692	956	951	5	1	927
Santa Eufémia	2327	1148	1179	2191	1081	1110	841	0	708	1187	1186	1	1	1155

Vigarraria de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários								
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais		0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Amor	4738	2358	814	722	2581	621	4747	2384	739	498	2622	888	0,19	-9,21	-31,02	1,59	43,00
Arrabal	2719	1347	442	374	1432	471	2684	1328	388	296	1422	578	-1,29	-12,22	-20,86	-0,70	22,72
Bidoeira de Cima	2073	1054	356	298	1112	307	2250	1113	360	226	1177	487	8,54	1,12	-24,16	5,85	58,63
Boa Vista	1926	926	318	297	1015	296	1745	838	258	193	941	353	-9,40	-18,87	-35,02	-7,29	19,26
Caranguejeira	4972	2472	893	741	2609	729	4691	2282	704	558	2490	939	-5,65	-21,16	-24,70	-4,56	28,81
Milagres	2961	1444	510	485	1554	412	3071	1522	463	376	1702	530	3,71	-9,22	-22,47	9,52	28,64
Regueira de Pontes	2263	1119	372	353	1234	304	2221	1097	322	256	1233	410	-1,86	-13,44	-27,48	-0,08	34,87
Santa Eufémia	2420	1191	451	357	1229	383	2327	1148	345	304	1259	419	-3,84	-23,50	-14,85	2,44	9,40

Vigarraria de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Amor	4747	2384	499	176	1557	767	538	326	792	453	757	395	46	27	436	177	183	45	7,61
Arrabal	2684	1328	184	68	864	417	279	162	470	260	435	233	23	15	349	140	275	68	4,64
Bidoeira de Cima	2250	1113	228	93	839	405	245	156	338	198	348	154	21	15	176	63	115	27	6,76
Boa Vista	1745	838	120	43	578	267	184	102	262	145	286	138	16	10	249	106	206	28	4,67
Caranguejeira	4691	2282	443	165	1663	830	608	330	708	386	650	320	52	34	447	156	547	112	7,28
Milagres	3071	1522	268	101	1058	524	310	180	480	285	495	258	37	14	339	121	156	41	5,92
Regueira de Pontes	2221	1097	168	62	737	365	232	126	383	221	381	192	15	10	241	85	1009	200	4,82
Santa Eufémia	2327	1148	219	92	796	393	283	155	313	172	381	182	20	15	269	110	18	5	5,52

Vigarraria de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.	HM	H	M
Amor	2240	1211	2052	1119	48	921	1083	370	713	47,19	50,8	43,55
Arrabal	1301	691	1214	651	15	428	771	313	458	48,47	52,03	44,99
Bidoeira de Cima	1027	555	954	518	80	384	490	147	343	45,64	49,87	41,51
Boa Vista	850	452	791	428	33	262	496	163	333	48,71	53,94	43,88
Caranguejeira	2250	1221	2110	1148	55	1031	1024	348	676	47,96	53,51	42,71
Milagres	1512	831	1390	778	52	506	832	268	564	49,23	54,6	43,96
Regueira de Pontes	1091	582	1000	541	53	333	614	191	423	49,12	53,05	45,28
Santa Eufémia	1154	615	1076	584	11	409	656	249	407	49,59	53,57	45,72

Vigararia de Milagres

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Amor	188	92	96	38	13	25	150	79	71	8,39	7,6	9,33
Arrabal Bidoeira de Cima Boa Vista	87	40	47	16	10	6	71	30	41	6,69	5,79	7,7
Caranguejeira	140	73	67	38	17	21	102	56	46	6,22	5,98	6,51
Milagres Regueira de Pontes Santa Eufémia	122	53	69	20	10	10	102	43	59	8,07	6,38	10,13
	91	41	50	11	4	7	80	37	43	8,34	7,04	
	78	31	47	25	12	13	53	19	34	6,76	5,04	8,72

Vigararia de Milagres

Paróquia

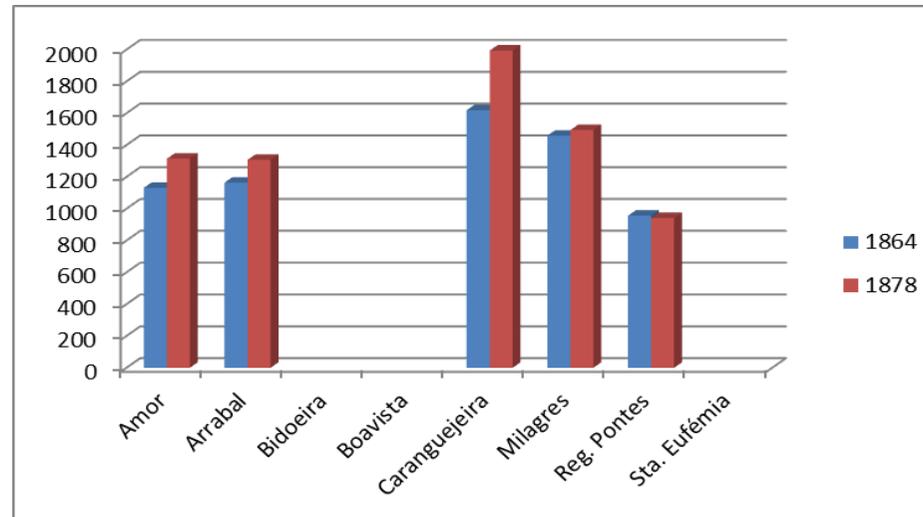
- Amor,
- Arrabal,
- Bidoeira,
- Boavista,
- Caranguejeira,
- Milagres,
- Regueira de Pontes,
- Santa Eufémia.

Concelho

- Leiria

Padroeiro

- São Paulo
- Santa Margarida
- Imaculado Coração de Maria
- Nossa Senhora das Dores
- São Cristóvão
- Senhor Jesus dos Milagres
- São Sebastião
- Nossa Senhora da Conceição



Anexo XI

Vigarraria de Monte Real - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários			
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					

Vig. M. Real

Bajouca	1897	975	486	355	854	202	2015	1032	401	330	1050	234	6,2	-17,5	-7	23	15,8
Carvide	2352	1172	473	391	1122	366	2913	1414	425	433	1558	497	23,9	-10,1	10,7	38,9	35,8
Coimbrão	1923	947	410	268	927	318	1930	955	322	279	954	375	0,4	-21,5	4,1	2,9	17,9
Monte Real	2315	1105	482	384	1194	255	2777	1327	445	400	1523	409	20	-7,7	4,2	27,6	60,4
M. Redondo	4051	1993	1038	671	1919	423	4335	2162	784	720	2306	525	7	-24,5	7,3	20,2	24,1
Ortigosa	1641	814	379	306	802	154	1802	878	309	279	945	269	9,8	-18,5	-8,8	17,8	74,7
Souto Carp.	3717	1844	834	659	1753	471	4018	1992	754	582	2084	598	8,1	-9,6	-11,7	18,9	27
V. de Leiria	5606	2711	995	914	2956	741	5781	2781	828	766	3139	1048	3,1	-16,8	-16,2	6,2	41,4
Carreira	1254	624	306	209	589	150	1337	679	224	219	669	225	6,6	-26,8	4,8	13,6	50

Vigarraria de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Bajouca	2 015	1 032	983	2 010	1 029	981	628	-	557	821	821	-	-	813
Carvide	2 913	1 414	1 499	2 868	1 397	1 471	1 039	-	891	1 325	1 324	1	-	1 287
Coimbrão	1 930	955	975	1 866	919	947	683	-	570	2 530	2 528	2	-	1 235
Monte Real	2 777	1 327	1 450	2 583	1 215	1 368	970	2	819	1 377	1 366	11	2	1 050
M. Redondo	4 335	2 162	2 173	4 121	2 029	2 092	1 416	-	1 256	1 792	1 775	17	1	1 698
Ortigosa	1 802	878	924	1 764	855	909	600	-	525	705	701	4	-	690
Souto Carp.	4 018	1 992	2 026	3 904	1 917	1 987	1 303	1	1 171	1 646	1 646	-	1	1 614
V. Leiria	5 781	2 781	3 000	5 657	2 701	2 956	2 187	3	1 817	4 192	4 189	3	10	3 196
Carreira	1 337	679	658	1 328	680	648	429	2	385	575	571	4	2	549

Vigarraria de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Bajouca	2004	1021	983	1898	952	946	697	0	593	924	924	0	0	920
Carvide	2820	1357	1463	2726	1320	1406	1066	2	890	1441	1441	0	2	1410
Coimbrão	1735	853	882	1643	806	837	670	2	525	2794	2794	0	7	1396
Monte Real	2936	1397	1539	3014	1432	1582	1084	3	888	1613	1612	1	11	1243
Monte Redondo	4398	2178	2220	4210	2065	2145	1584	1	1347	2172	2172	0	3	2048
Ortigosa	1971	944	1027	1855	874	981	704	0	620	905	905	0	1	891
Souto da Carpalhosa	3863	1905	1958	3670	1801	1869	1362	2	1172	1835	1832	3	2	1801
Vieira de Leiria	5845	2774	3071	5568	2624	2944	2310	5	1831	4399	4397	2	11	3204
Carreira	1166	563	603	1098	521	577	411	2	359	575	573	2	2	557

Vigarraria de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Bajouca	2015	1032	401	330	1050	234	2004	1021	318	265	1051	370	-0,55	-20,70	-19,70	0,10	58,12
Carvide	2913	1414	425	433	1558	497	2820	1357	397	267	1524	632	-3,19	-6,59	-38,34	-2,18	27,16
Coimbrão	1930	955	322	279	954	375	1735	853	196	199	895	445	-10,10	-39,13	-28,67	-6,18	18,67
Monte Real	2777	1327	445	400	1523	409	2936	1397	430	322	1638	546	5,73	-3,37	-19,50	7,55	33,50
M. Red.	4335	2162	784	720	2306	525	4398	2178	664	557	2443	734	1,45	-15,31	-22,64	5,94	39,81
Ortigosa	1802	878	309	279	945	269	1971	944	331	229	1100	311	9,38	7,12	-17,92	16,40	15,61
S. Carp.	4018	1992	754	582	2084	598	3863	1905	573	504	2036	750	-3,86	-24,01	-13,40	-2,30	25,42
V. Leiria	5781	2781	828	766	3139	1048	5845	2774	821	582	3141	1301	1,11	-0,85	-24,02	0,06	24,14
Carreira	1337	679	224	219	669	225	1166	563	162	128	618	258	-12,79	-27,68	-41,55	-7,62	14,67

Vigarraria de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
					1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo										
HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H		
Bajouca	2004	1021	198	79	692	358	236	134	348	198	315	159	14	9	151	61	328	38	7,39
Carvide	2820	1357	259	83	1057	524	313	174	428	227	433	221	20	13	245	85	63	9	6,42
Coimbrão	1735	853	143	59	724	330	161	93	252	143	248	125	9	9	154	67	145	36	7,35
Monte Real	2936	1397	257	85	864	412	301	147	439	234	576	311	23	13	386	151	99	23	5,44
M. Redondo	4398	2178	431	173	1525	780	561	313	738	384	663	334	49	25	329	122	42	6	7,15
Ortigosa	1971	944	175	67	650	322	222	116	331	178	305	148	19	11	207	73	197	38	5,43
Souto Carpalhosa	3863	1905	426	154	1305	660	501	270	600	319	558	294	36	16	333	131	2	1	7,76
Vieira de Leiria	5845	2774	528	159	1996	960	545	309	924	511	1043	498	48	25	608	232	3413	835	6,05
Carreira	1166	563	127	35	441	221	137	84	178	100	162	71	8	7	87	34	34	7	8,61

Vigarraria de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/a activ. Econ.	HM	H	M
Bajouca	956	542	882	514	41	406	435	137	298	47,7	53,09	42,12
Carvide	1226	637	1092	576	22	481	589	242	347	43,48	46,94	40,26
Coimbrão	767	423	693	382	35	294	364	159	205	44,21	49,59	39
Monte Real	1436	748	1298	689	23	369	906	394	512	48,91	53,54	44,7
Monte Redondo	2109	1163	1906	1076	100	849	957	325	632	47,95	53,4	42,61
Ortigosa	964	514	894	485	24	317	553	195	358	48,91	54,45	43,82
Souto da												
Carpalhosa	1751	985	1602	912	76	688	838	299	539	45,33	51,71	39,12
Vieira de Leiria	2496	1231	2215	1093	21	713	1481	577	904	42,7	44,38	41,19
Carreira	494	272	449	246	15	202	232	80	152	42,37	48,31	36,82

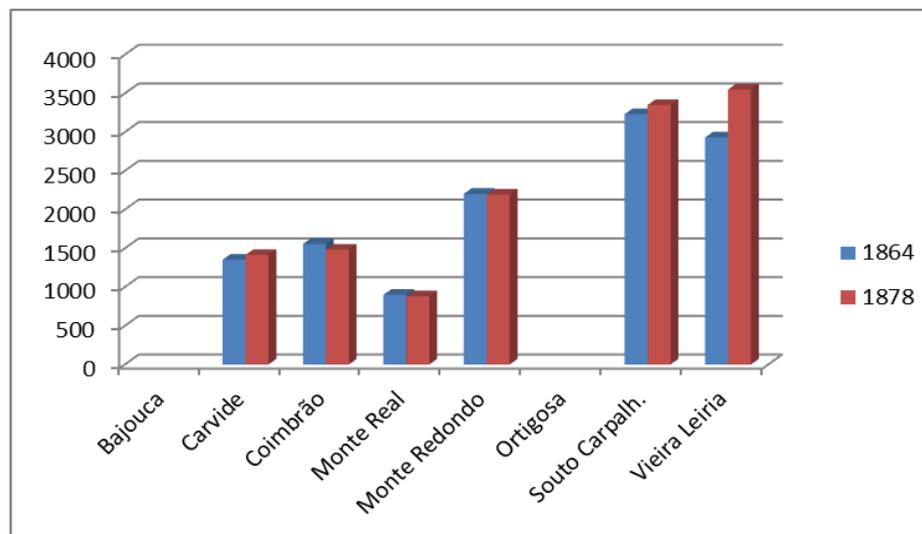
Vigararia de Monte Real

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO
E
SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Bajouca	74	28	46	19	5	14	55	23	32	7,74	5,17	11,11
Carvide	134	61	73	33	12	21	101	49	52	10,93	9,58	12,39
Coimbrão	74	41	33	11	9	2	63	32	31	9,65	9,69	9,59
Monte Real	138	59	79	30	14	16	108	45	63	9,61	7,89	11,48
Monte Redondo	203	87	116	54	21	33	149	66	83	9,63	7,48	12,26
Ortigosa	70	29	41	11	7	4	59	22	37	7,26	5,64	9,11
Souto da Carpalhosa	149	73	76	26	12	14	123	61	62	8,51	7,41	9,92
Vieira de Leiria	281	138	143	55	22	33	226	116	110	11,26	11,21	11,3
Carreira	45	26	19	11	6	5	34	20	14	9,11	9,56	8,56

Vigarraria de Monte Real

Paróquia	Concelho	Padroeiro
- Bajouca,	Leiria	Santo Aleixo
- Carvide,	Leiria	São Lourenço
- Coimbraão,	Leiria	São Miguel Arcanjo
- Monte Real,	Leiria	São João Baptista
- Monte Redondo,	Leiria	Nossa Senhora da Piedade
- Ortigosa,	Leiria	Santo Amaro
- Souto da Carpalhosa,	Leiria	Santíssimo Salvador
- Vieira de Leiria.	M. Grande	Nossa Senhora dos Milagres



Anexo XII

Vigaria de Ourém - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001						Var. Total	Grupos Etários			
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
<i>Vig. Ourém</i>																	
Alburitel	1181	580	233	155	609	184	1163	568	170	157	617	219	-1,5	-27	1,3	1,3	19
C. Bernardos	1175	569	241	153	576	205	1041	508	141	162	496	242	-11,4	-41,5	5,9	-13,9	18
Caxarias	2182	1062	408	368	1046	360	2234	1100	327	305	1160	442	2,4	-19,9	-17,1	10,9	22,8
Formigais	490	233	103	52	224	111	444	209	43	77	198	126	-9,4	-58,3	48,1	-11,6	13,5
Freixianda	2638	1221	524	390	1199	525	2792	1312	453	359	1299	681	5,8	-13,5	-7,9	8,3	29,7
Gondemaria	1166	586	248	183	557	178	1280	645	203	214	635	228	9,8	-18,1	16,9	14	28,1
N.S.M.-Our.	4777	2345	1038	862	2242	635	5207	2588	936	796	2689	786	9	-9,8	-7,7	19,9	23,8
N.S. P.-Our.	5027	2411	1098	797	2488	644	6712	3222	1332	941	3563	876	33,5	21,3	18,1	43,2	36
Olival	2031	1015	378	332	936	385	2159	1067	313	286	1039	521	6,3	-17,2	-13,9	11	35,3
Rib. Fárrio	915	416	188	147	425	155	900	426	152	131	434	183	-1,6	-19,1	-10,9	2,1	18,1
Rio Couros	1901	923	417	288	927	269	2136	1049	375	313	1056	392	12,4	-10,1	8,7	13,9	45,7
Seiça	2291	1094	371	305	1156	459	2253	1074	253	303	1082	615	-1,7	-31,8	-0,7	-6,4	34
Urqueira	2013	956	419	254	955	385	1910	924	279	264	889	478	-5,1	-33,4	3,9	-6,9	24,2

Vigarraria de Ourém
POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Col.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Inst..		Total	Cláss.	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alburitel	1 163	568	595	1 118	545	573	441	-	349	542	542	-	-	535
C. Bernard.	1 041	508	533	1 015	490	525	373	-	308	782	782	-	-	778
Caxarias	2 234	1 100	1 134	2 200	1 087	1 113	846	-	684	1 240	1 234	6	2	1 153
Formigais	444	209	235	439	206	233	175	-	136	296	296	-	-	296
Freixianda	2 792	1 312	1 480	2 660	1 238	1 422	1 029	2	806	1 760	1 758	2	3	1 735
Gondemaria	1 280	645	635	1 228	613	615	454	-	373	711	710	1	-	701
Nª Sª Miser.	5 207	2 588	2 619	5 166	2 580	2 586	1 767	1	1 487	2 513	2 506	7	2	2 440
NªSªPiedade	6 712	3 222	3 490	6 439	3 089	3 350	2 429	2	1 932	3 695	3 669	26	3	2 019
Olival	2 159	1 067	1 092	2 126	1 053	1 073	835	2	644	1 430	1 429	1	2	1 424
Rib.Fárrio	900	426	474	898	428	470	329	2	246	534	534	-	2	536
R. Couros	2 136	1 049	1 087	2 091	1 025	1 066	774	-	640	1 302	1 302	-	-	1 299
Seiça	2 253	1 074	1 179	2 182	1 040	1 142	888	1	700	1 416	1 412	4	1	1 398
Urqueira	1 910	924	986	1 886	907	979	716	-	576	1 344	1 343	1	-	1 326

Vigarraria de Ourém
POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E
EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núc. fam.	Alojamentos familiares			Aloj. cole ct.	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Tot.	H	M	Cláss	Instit.		Tot.	Cláss.	Não cláss.		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alburitel Casal	1179	570	609	1124	533	591	434	3	366	609	609	0	4	605
dos Bernardos	921	430	491	887	413	474	374	0	290	818	818	0	0	816
Caxarias	2166	1029	1137	2115	992	1123	850	1	676	1477	1474	3	3	1307
Formigais	375	177	198	360	170	190	164	0	120	325	323	2	2	326
Freixianda	2474	1168	1306	2429	1135	1294	939	3	719	1806	1805	1	4	1760
Gondemaria N ^a S ^a	1175	570	605	1118	536	582	450	0	355	754	752	2	0	744
Miseric. N ^a S ^a	5077	2481	2596	4788	2303	2485	1799	3	1474	2729	2728	1	4	2584
Piedade	7217	3464	3753	6745	3175	3570	2712	8	2111	4167	4162	5	14	2151
Olival Rib.	1995	953	1042	1931	920	1011	811	2	611	1462	1461	1	3	1450
Fárrio	836	383	453	800	362	438	307	2	233	576	575	1	2	573
Couros	1877	895	982	1788	845	943	717	0	588	1404	1404	0	0	1395
Seiça	2076	968	1108	2001	920	1081	855	1	633	1531	1530	1	2	1519
Urqueira	1682	807	875	1583	756	827	694	0	514	1356	1355	1	0	1349

Vigarraria de Ourém

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												Pop. residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Alburitel	1163	568	170	157	617	219	1179	570	124	128	605	322	1,38	-27,06	-18,47	-1,94	47,03
Casal Bernardos	1041	508	141	162	496	242	921	430	102	91	459	269	11,53	-27,66	-43,83	-7,46	11,16
Caxarias	2234	1100	327	305	1160	442	2166	1029	297	224	1118	527	-3,04	-9,17	-26,56	-3,62	19,23
Formigais	444	209	43	77	198	126	375	177	41	32	184	118	15,54	-4,65	-58,44	-7,07	-6,35
Freixianda	2792	1312	453	359	1299	681	2474	1168	323	310	1167	674	11,39	-28,70	-13,65	10,16	-1,03
Gondemaria	1280	645	203	214	635	228	1175	570	173	138	619	245	-8,20	-14,78	-35,51	-2,52	7,46
Nª Sª das Misericórdias	5207	2588	936	796	2689	786	5077	2481	794	611	2672	1000	-2,50	-15,17	-23,24	-0,63	27,23
Nª Sª da Piedade	6712	3222	1332	941	3563	876	7217	3464	1257	873	3933	1154	7,52	-5,63	-7,23	10,38	31,74
Olival	2159	1067	313	286	1039	521	1995	953	261	187	980	567	-7,60	-16,61	-34,62	-5,68	8,83
Ribeira do Fárrio	900	426	152	131	434	183	836	383	109	90	382	255	-7,11	-28,29	-31,30	11,98	39,34
Rio de Couros	2136	1049	375	313	1056	392	1877	895	248	218	948	463	12,13	-33,87	-30,35	10,23	18,11
Seiça	2253	1074	253	303	1082	615	2076	968	260	193	1049	574	-7,86	2,77	-36,30	-3,05	-6,67
Urqueira	1910	924	279	264	889	478	1682	807	168	189	856	469	11,94	-39,78	-28,41	-3,71	-1,88

Vigarraria de Ourém

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011														Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade		Ensino básico						Ensino secundário		Ensino pós-secundário		Ensino superior				
	1º Ciclo	2º Ciclo			3º Ciclo	HM	H	HM	H	HM							H	HM	H
Alburitel Casal	1179	570	77	34	411	195	144	75	175	96	187	90	13	7	154	60	518	163	4,65
Bernardos	921	430	131	37	401	198	83	43	107	73	123	54	7	2	47	15	152	71	11,18
Caxarias	2166	1029	217	72	761	354	246	141	294	166	367	184	12	8	227	86	369	163	7,01
Formigais	375	177	66	15	161	85	47	26	43	27	38	17	0	0	16	3	11711	3303	14,08
Freixianda	2474	1168	321	79	982	480	277	168	347	184	300	145	15	12	169	60	2260	628	11,36
Gondemaria N ^a S ^a	1175	570	107	44	491	253	119	64	194	100	156	66	8	3	66	25	58	12	6,60
das Misericórdias N ^a S ^a	5077	2481	475	186	1739	869	649	352	760	374	746	385	63	36	506	207	157	49	6,60
da Piedade	7217	3464	558	240	1934	916	649	325	1248	672	1408	710	95	47	1114	434	158	34	3,79
Olival	1995	953	190	69	860	410	226	133	287	159	243	112	16	8	134	48	200	43	7,55
Ribeira do Fárrio Rio de Couros	836	383	112	27	345	170	89	50	134	69	86	41	6	2	39	10	70	25	12,53
Seiça	1877	895	227	64	717	356	223	113	258	142	254	138	12	7	138	49	210	84	10,24
Urqueira	2076	968	191	54	828	370	193	105	296	174	272	132	23	14	211	89	48	14	7,57
	1682	807	181	45	676	335	202	112	214	133	218	108	12	6	156	60	120	29	9,58

Vigarraria de Ourém

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa									Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada							Em 2011		
			Total		Prim.	Secund.	Terciário					
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/ a activ. Econ.	HM	H	M
Alburitel	519	264	472	247	7	130	335	163	172	44,02	46,32	41,87
Casal dos Bernardos	325	187	299	176	7	162	130	47	83	35,29	43,49	28,11
Caxarias	968	533	891	503	16	360	515	202	313	44,69	51,8	38,26
Formigais	137	82	126	80	5	66	55	20	35	36,53	46,33	27,78
Freixianda	964	553	860	512	24	392	444	165	279	38,97	47,35	31,47
Gondemaria	518	299	483	292	8	250	225	73	152	44,09	52,46	36,2
N ^a S ^a das Misericórdias	2390	1287	2112	1156	34	823	1255	497	758	47,08	51,87	42,49
N ^a S ^a da Piedade	3649	1853	3333	1703	32	953	2348	980	1368	50,56	53,49	47,86
Olival	802	437	734	414	18	318	398	156	242	40,2	45,86	35,03
Ribeira do Fárrio	308	188	291	179	5	140	146	59	87	36,84	49,09	26,49
Rio de Couros	781	419	711	392	23	331	357	123	234	41,61	46,82	36,86
Seiça	860	469	792	443	10	247	535	221	314	41,43	48,45	35,29
Urqueira	732	415	687	401	27	312	348	114	234	43,52	51,43	36,23

Vigarraria de Ourém

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alburitel	47	17	30	10	1	9	37	16	21	9,06	6,44	11,76
Casal dos Bernardos	26	11	15	4	0	4	22	11	11	8	5,88	10,87
Caxarias	77	30	47	17	7	10	60	23	37	7,95	5,63	10,8
Formigais	11	2	9	2	0	2	9	2	7	8,03	2,44	16,36
Freixianda	104	41	63	26	11	15	78	30	48	10,79	7,41	15,33
Gondemaria	35	7	28	4	0	4	31	7	24	6,76	2,34	12,79
Nª Sª das Misericórdias	278	131	147	46	18	28	232	113	119	11,63	10,18	13,33
Nª Sª da Piedade	316	150	166	55	31	24	261	119	142	8,66	8,09	9,24
Olival	68	23	45	13	4	9	55	19	36	8,48	5,26	12,33
Ribeira do Fárrio	17	9	8	6	3	3	11	6	5	5,52	4,79	6,67
Rio de Couros	70	27	43	18	8	10	52	19	33	8,96	6,44	11,88
Seiça	68	26	42	14	5	9	54	21	33	7,91	5,54	10,74
Urqueira	45	14	31	9	1	8	36	13	23	6,15	3,37	9,78

Vigarraria de Ourém

Paróquia

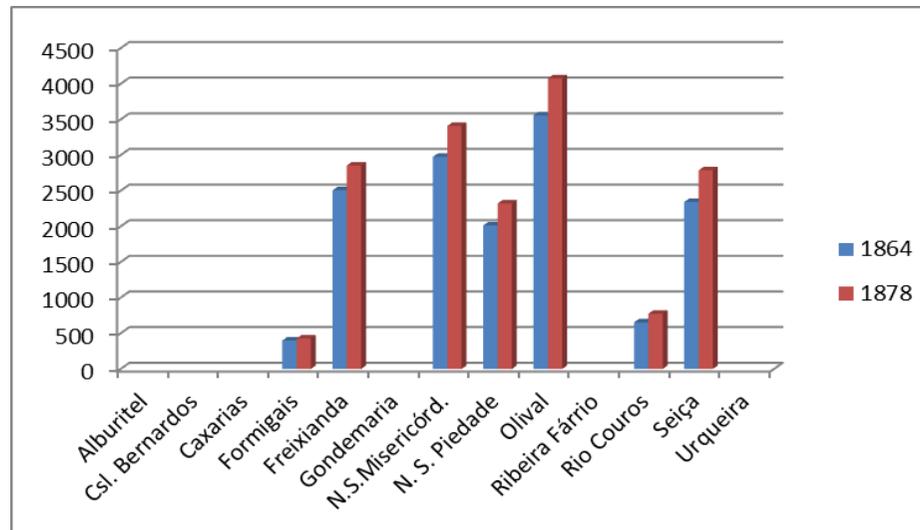
- Alburitel,
 - Casal dos Bernardos,
 - Caxarias,
 - Formigais,
 - Freixianda,
 - Gondemaria,
 - N^a S^a da Piedade (Our.),
 - N^a S^a das Misericórd. (Our.),
 - Olival,
 - Ribeira do Fárrio,
 - Rio de Couros,
 - Seiça,
 - Urqueira.

Concelho

Ourém
 Ourém

Padroeiro

Nossa Senhora do Rosário
 Santo António
 Nossa Senhora de Fátima
 São Vicente
 Nossa Senhora da Purificação
 Nossa Senhora da Graça
 Nossa Senhora da Piedade
 Nossa Senhora das Misericórdias
 Nossa Senhora da Purificação
 Nossa Senhora de Fátima
 Nossa Senhora da Natividade
 Nossa Senhora da Purificação
 Nossa Senhora da Piedade



Anexo XIII

Vigaria de Porto de Mós - estado da população

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1991 E 2001, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 1991 E 2001

Zona Geográfica	População Residente												Variação entre 1991 e 2001 (%)				
	Em 1991						Em 2001										
	Total		Grupos Etários				Total		Grupos Etários				Var. Total	Grup. Etár			
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais			0-14	15-24	25-64

Vig. P. de Mós

Alcaria	298	146	35	41	122	100	256	117	21	28	116	91	-14,1	-40	-31,7	-4,9	-9
Alq. Serra	1767	878	325	249	915	278	1813	917	292	243	883	395	2,6	-10,2	-2,4	-3,5	42,1
Alvados	554	259	92	71	262	129	558	268	75	72	272	139	0,7	-18,5	1,4	3,8	7,8
Arrimal	815	410	169	158	385	103	747	382	131	114	386	116	-8,3	-22,5	-27,8	0,3	12,6
Mendiga	938	464	161	156	459	162	1016	510	156	138	519	203	8,3	-3,1	-11,5	13,1	25,3
Minde	3275	1603	679	504	1678	414	3311	1589	528	478	1720	585	1,1	-22,2	-5,2	2,5	41,3
M. de Aire	4060	1913	777	654	2093	536	3951	1897	596	538	2145	672	-2,7	-23,3	-17,7	2,5	25,4
Pedreiras	2652	1289	533	437	1298	384	2655	1303	467	356	1365	467	0,1	-12,4	-18,5	5,2	21,6
S. Bento	957	478	182	129	453	193	953	464	131	142	439	241	-0,4	-28	10,1	-3,1	24,9
S.J. B.-P.Mós	2597	1270	575	396	1347	279	2919	1419	484	428	1535	472	12,4	-15,8	8,1	14	69,2
São P.-PMós	2582	1282	549	432	1286	315	2869	1395	510	428	1517	414	11,1	-7,1	-0,9	18	31,4
Ser. S. Ant.	706	332	131	79	335	161	726	349	97	89	333	207	2,8	-26	12,7	-0,6	28,6
Serro Vent.	1032	507	214	153	509	156	1114	549	178	155	550	231	7,9	-16,8	1,3	8,1	48,1

Vigararia de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES, ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2001

Z. GEOG.	Pop. Resid.			População Presente			Famílias		Núc. F. Res.	Aloj. Famil.			Aloj. Colect.	Edifícios
	HM	H	M	HM	H	M	Clás. Resid.	Instituc.		Total	Clássicos	Outros		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alcaria	256	117	139	270	126	144	114	-	74	183	183	-	-	183
Alq.Serra	1 813	917	896	1 789	902	887	639	1	526	898	897	1	1	888
Alvados	558	268	290	547	264	283	215	-	167	336	335	1	-	331
Arrimal	747	382	365	740	377	363	253	-	219	328	328	-	-	324
Mendiga	1 016	510	506	989	498	491	371	-	297	474	473	1	-	453
Minde	3 311	1 589	1 722	3 130	1 491	1 639	1 167	1	997	1 654	1 653	1	2	1 313
M. Aire	3 951	1 897	2 054	3 784	1 793	1 991	1 453	1	1 203	2 113	2 110	3	2	1 429
Pedreiras	2 655	1 303	1 352	2 659	1 336	1 323	887	1	775	1 110	1 105	5	1	1 076
S. Bento	953	464	489	978	496	482	348	-	290	562	561	1	-	551
P.M.S.J.B.	2 919	1 419	1 500	2 849	1 390	1 459	979	1	846	1 289	1 289	-	2	1 019
P.M.S.P.	2 869	1 395	1 474	2 834	1 404	1 430	1 013	-	864	1 436	1 435	1	2	989
S. S. Ant.	726	349	377	724	353	371	272	1	216	447	447	-	1	430
S. Vent.	1 114	549	565	1 109	554	555	385	-	335	500	500	-	-	489

Vigarraria de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE, POPULAÇÃO PRESENTE, FAMÍLIAS, NÚCLEOS FAMILIARES,
ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS - 2011

Zona Geográfica	População residente			População presente			Famílias		Núcleos familiares	Alojamentos familiares			Alojamentos colectivos	Edifícios clássicos
	Total	H	M	Total	H	M	Clássicas	Institucionais		Total	Clássicos	Não clássicos		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Alcaria	244	110	134	247	111	136	106	0	74	226	226	0	1	227
Alqueidão da Serra	1755	873	882	1676	827	849	669	2	526	973	973	0	2	965
Alvados	497	235	262	491	227	264	210	0	150	301	301	0	3	302
Arrimal	774	396	378	751	384	367	262	0	224	377	377	0	0	376
Mendiga	930	464	466	904	452	452	351	0	282	498	498	0	2	480
Minde	3293	1551	1742	3139	1463	1676	1272	1	1009	1833	1833	0	1	1422
Mira de Aire	3775	1802	1973	3564	1671	1893	1568	1	1186	2179	2179	0	3	1469
Pedreiras	2705	1322	1383	2568	1237	1331	983	1	810	1278	1274	4	1	1250
São Bento P. de	835	393	442	805	384	421	340	0	263	540	540	0	1	539
Mós (S. João Bapt ^a) P. de	3144	1536	1608	2979	1435	1544	1251	1	934	1598	1598	0	2	1311
Mós (São Pedro) Serra	2879	1400	1479	2704	1306	1398	1112	0	878	1660	1660	0	3	1129
de St ^o António Serro	725	341	384	765	359	406	289	1	212	454	454	0	2	441
Ventoso	1026	508	518	930	457	473	368	1	318	516	516	0	1	514

Vigarraria de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2001 E 2011, SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS E SUA EVOLUÇÃO ENTRE 2001 E 2011

Zona Geográfica	População residente												População residente -Variação entre 2001 e 2011 (%)				
	Em 2001						Em 2011						Var. Total	Grupos etários			
	Total		Grupos etários				Total		Grupos etários					0-14	15-24	25-64	65 ou mais
	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais					
Alcaria	256	117	21	28	116	91	244	110	31	14	111	88	-4,69	47,62	-50,00	-4,31	-3,30
Alqueidão da Serra	1813	917	292	243	883	395	1755	873	213	195	914	433	-3,20	-27,05	-19,75	3,51	9,62
Alvados	558	268	75	72	272	139	497	235	62	47	253	135	-10,93	-17,33	-34,72	-6,99	-2,88
Arrimal	747	382	131	114	386	116	774	396	147	78	393	156	3,61	12,21	-31,58	1,81	34,48
Mendiga	1016	510	156	138	519	203	930	464	143	106	467	214	-8,46	-8,33	-23,19	-10,02	5,42
Minde	3311	1589	528	478	1720	585	3293	1551	474	338	1734	747	-0,54	-10,23	-29,29	0,81	27,69
Mira de Aire	3951	1897	596	538	2145	672	3775	1802	520	367	2043	845	-4,45	-12,75	-31,78	-4,76	25,74
Pedreiras	2655	1303	467	356	1365	467	2705	1322	394	317	1431	563	1,88	-15,63	-10,96	4,84	20,56
São Bento P.	953	464	131	142	439	241	835	393	105	79	419	232	-12,38	-19,85	-44,37	-4,56	-3,73
Mós (S. J. Bapt ^o) P.	2919	1419	484	428	1535	472	3144	1536	464	367	1713	600	7,71	-4,13	-14,25	11,60	27,12
Mós (São Pedro) Serra	2869	1395	510	428	1517	414	2879	1400	481	312	1577	509	0,35	-5,69	-27,10	3,96	22,95
St ^o António Serro	726	349	97	89	333	207	725	341	91	59	360	215	-0,14	-6,19	-33,71	8,11	3,86
Ventoso	1114	549	178	155	550	231	1026	508	152	110	540	224	-7,90	-14,61	-29,03	-1,82	-3,03

Vigarraria de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E SEXO E TAXA DE ANALFABETISMO - 2011

Zona Geográfica	População Residente		População residente segundo o nível de escolaridade 2011																Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de analfabetismo
			Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico						Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior								
	1º Ciclo			2º Ciclo		3º Ciclo														
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H		
Alcaria	244	110	16	5	109	50	18	10	29	16	41	21	5	1	22	6	118	36	5,26	
Alqueid. da Serra	1755	873	197	76	613	311	167	88	243	137	255	144	21	12	227	86	58	26	7,80	
Alvados	497	235	40	21	201	90	49	31	74	34	74	40	1	1	45	14	195	52	6,54	
Arrimal	774	396	95	25	303	160	104	63	123	79	84	40	4	2	41	19	1782	502	9,48	
Mendiga	930	464	84	34	346	168	115	65	160	91	133	66	7	4	53	18	178	55	7,96	
Minde	3293	1551	231	89	1093	489	356	182	533	300	580	279	17	8	395	158	514	216	4,36	
Mira de Aire	3775	1802	257	112	1329	619	376	188	610	328	696	348	38	17	372	141	49	15	4,15	
Pedreiras S.	2705	1322	250	102	877	439	319	175	441	253	451	209	33	15	280	102	121	36	5,77	
Bento P.	835	393	88	27	403	202	82	47	116	57	99	44	2	1	26	8	163	45	9,33	
M. (S. João Bapt ^a) P.	3144	1536	240	95	995	491	307	169	478	265	541	276	54	22	448	176	190	60	4,82	
M. (São Pedro)	2879	1400	244	110	819	384	288	156	495	268	520	274	31	13	397	149	152	23	4,90	
Serra St ^o António	725	341	70	28	293	132	78	42	92	54	99	41	7	5	67	26	97	38	6,59	
Serro Ventoso	1026	508	111	37	387	193	115	68	182	102	118	56	16	5	69	29	71	14	9,65	

Vigarraria de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE ECONOMICAMENTE ACTIVA (SENTIDO RESTRITO) E EMPREGADA, SEGUNDO O SEXO E O RAMO DE ACTIVIDADE E TAXAS DE ACTIVIDADE

Zona Geográfica	População economicamente activa										Taxa de actividade (%)		
	Total		Empregada								Em 2011		
			Total		Primário	Secundário	Terciário						
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relac. c/a activ. Econ.	HM	H	M	
Alcaria	91	50	87	48	2	25	60	25	35	37,3	45,45	30,6	
Alqueidão da Serra	795	438	728	407	8	338	382	165	217	45,3	50,17	40,48	
Alvados	211	105	189	96	1	76	112	33	79	42,45	44,68	40,46	
Arrimal	314	201	293	190	20	140	133	35	98	40,57	50,76	29,89	
Mendiga	436	245	408	234	8	175	225	33	192	46,88	52,8	40,99	
Minde	1583	814	1388	721	3	539	846	284	562	48,07	52,48	44,14	
Mira de Aire	1780	901	1584	816	5	696	883	318	565	47,15	50	44,55	
Pedreiras	1314	719	1195	670	21	586	588	201	387	48,58	54,39	43,02	
São Bento	347	198	328	189	45	182	101	34	67	41,56	50,38	33,71	
P. de Mós (S. João Baptista)	1505	768	1365	710	39	443	883	373	510	47,87	50	45,83	
P. de Mós (S. Pedro)	1450	754	1277	678	17	420	840	305	535	50,36	53,86	47,06	
Serra de Stº António	323	180	308	173	34	129	145	50	95	44,55	52,79	37,24	
Serro Ventoso	470	258	438	249	23	192	223	74	149	45,81	50,79	40,93	

Vigarraria de Porto de Mós

POPULAÇÃO RESIDENTE E DESEMPREGADA (SENTIDO RESTRITO), SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROCURA DE EMPREGO E SEXO, TAXAS DE DESEMPREGO (SENTIDO RESTRITO)

Z. Geog.	População desempregada									Taxa de desemprego (%)		
	Total			Procura do 1º emprego			Procura de novo emprego			Em 2011		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Alcaria	4	2	2	1	0	1	3	2	1	4,4	4	4,88
Alqueidão da Serra	67	31	36	15	7	8	52	24	28	8,43	7,08	10,08
Alvados	22	9	13	0	0	0	22	9	13	10,43	8,57	12,26
Arrimal	21	11	10	7	4	3	14	7	7	6,69	5,47	8,85
Mendiga	28	11	17	6	1	5	22	10	12	6,42	4,49	8,9
Minde	195	93	102	34	14	20	161	79	82	12,32	11,43	13,26
Mira de Aire	196	85	111	18	7	11	178	78	100	11,01	9,43	12,63
Pedreiras	119	49	70	17	9	8	102	40	62	9,06	6,82	11,76
São Bento	19	9	10	4	1	3	15	8	7	5,48	4,55	6,71
P. de Mós (S. João Baptista)	140	58	82	24	11	13	116	47	69	9,3	7,55	11,13
P. de Mós (S. Pedro)	173	76	97	24	5	19	149	71	78	11,93	10,08	13,94
Serra de Stº António	15	7	8	0	0	0	15	7	8	4,64	3,89	5,59
Serro Ventoso	32	9	23	2	0	2	30	9	21	6,81	3,49	10,85

Vigaria de Porto de Mós

Paróquia

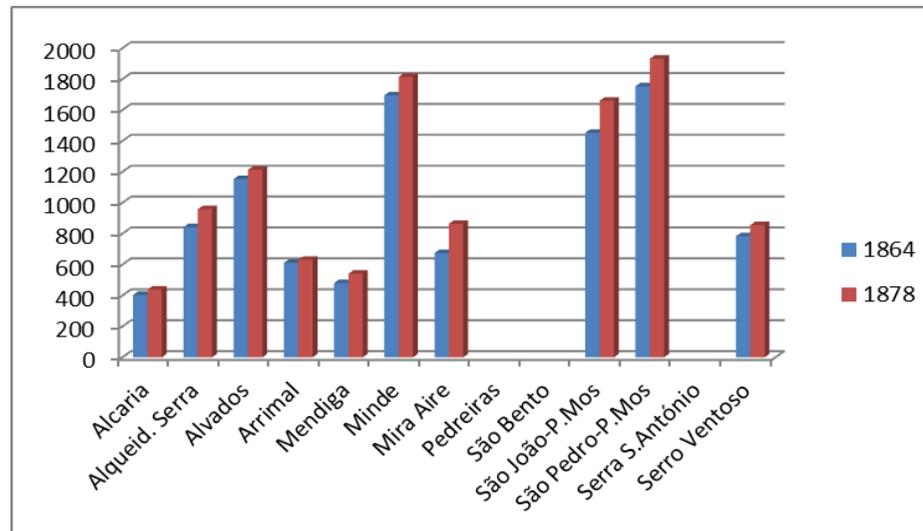
- Alcaria,
 - Alqueidão da Serra,
 - Alvados,
 - Arrimal,
 - Mendiga,
 - Minde,
 - Mira de Aire,
 - Pedreiras,
 - São Bento,
 - São João (Porto de Mós),
 - São Pedro (Porto de Mós),
 - Serra de Santo António,
 - Serro Ventoso.

Concelho

P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 Alcanena
 P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 P. Mós
 Alcanena
 P. Mós

Padroeiro

Nossa Senhora dos Prazeres
 São José
 Nossa Senhora da Consolação
 Santo António
 São Julião
 Nossa Senhora da Assunção
 Nossa Senhora do Amparo
 São Sebastião
 São Bento
 São João
 São Pedro
 Santo António
 São Sebastião



Anexo XIV

Cronologia das Freguesias, Vilas e Cidades em concelhos da área da Diocese de Leiria-Fátima (século XX)

Alcobaça

100110	PATAIAS	EM 1985 DEU ORIGEM ÀS FREG. DE MOITA (L. 114/85, DE 4 OUT.) E DE MARTINGANÇA (L. 117/85, DE 4 OUT.)
100111	ALJUBARROTA (PRAZERES)	VILA (L. 30/93, DE 02 JUL.), COM A DESIGNAÇÃO DE ALJUBARROTA
100113	ALJUBARROTA (SÃO VICENTE)	VILA (L. 30/93, DE 02 JUL.), COM A DESIGNAÇÃO DE ALJUBARROTA

Batalha

100401	BATALHA	VILA (ORIGEM INCERTA); EM 1984 DEU ORIGEM À FREG. DE GOLPILHEIRA (L. 37/84, DE 31 DEZ.)
100402	REGUENGO DO FETAL	
100403	SÃO MAMEDE	FREG. (L. 603, DE 15 JUN. 1916)
100404	GOLPILHEIRA	FREG. (L. 37/84, DE 31 DEZ.); SAÍDA DA FREG. DE BATALHA

Leiria

100901	AMOR	
100902	ARRABAL	
100903	AZOIA	
100904	BAROSA	
100905	BARREIRA	
100906	BOA VISTA	FREG. (DEC. L. 15009, DE 07 FEV. 1928, CORRIGIDO VD P. 2575 DO DG)
100907	CARANGUEJEIRA	
100908	CARVIDE	
100909	COIMBRÃO	
100910	COLMEIAS	EM 1985 DEU ORIGEM À FREG. DE MEMÓRIA (L. 116/85, DE 4 OUT.)
100911	CORTES	
100912	LEIRIA	SÉ CIDADE (CARTA RÉGIA DE 13 JUN. 1545)
100913	MACEIRA	VILA (L. 81/91, DE 16 AGO.)
100914	MARRAZES	CIDADE (CARTA RÉGIA DE 13 JUN. 1545)

100915	MILAGRES	EM 1985 DEU ORIGEM À FREG. DE BIDOEIRA DE CIMA (L. 108/85, DE 4 OUT.)
100916	MONTE REAL	VILA (L. 65/95, DE 30 AGO.)
100917	MONTE REDONDO	EM 1971 DEU ORIGEM À FREG. DE BAJOUCA
100918	ORTIGOSA	FREG. (DEC. L. 44610, DE 02 OUT. 1962); SAÍDA DA FREG. DE SOUTO DA CARPALHOSA
100919	PARCEIROS	
100920	POUSOS	
100921	REGUEIRA DE PONTES	
100922	SANTA CATARINA DA SERRA	O DEC. L. 46486, DE 13 AGO. 1965, DEFINE OS LIMITES COM A FREG. DE FÁTIMA
100923	SANTA EUFÉMIA	(CONC. DE OURÉM, DIST. DE SANTARÉM); EM 1989 DEU ORIGEM À FREG. DE CHAINÇA FREG. (DEC. L. 15009, DE 07 FEV. 1928, CORRIGIDO VD P. 2575 DO DG) EM 1962 DEU ORIGEM À FREG. DE ORTIGOSA (DEC. L. 44610, DE 2 OUT.); EM 1989 DEU ORIGEM À FREG. DE CARREIRA
100924	SOUTO DE CARPALHOSA	FREG. (DEC. L. 559/71, DE 17 DEZ.); SAÍDA DA FREG. DE MONTE REDONDO
100925	BAJOUCA	FREG. (L. 108/85, DE 04 OUT.); SAÍDA DA FREG. DE MILAGRES
100926	BIDOEIRA DE CIMA	FREG. (L. 116/85, DE 04 OUT.); SAÍDA DA FREG. DE COLMEIAS
100927	MEMÓRIA	NOVA FREG. (L. 74/89, DE 28 AGO.); SAÍDA DA FREG. DE SOUTO DA CARPALHOSA
100930	CARREIRA	NOVA FREG. (L. 76/89, DE 28 AGO.); SAÍDA DA FREG. DE STA. CATARINA DA SERRA
100931	CHAINÇA	
Marinha Grande		
101001	MARINHA GRANDE	CIDADE (L. 38/88, DE 19 ABR.)
101002	VIEIRA DE LEIRIA	FREG. (L. 114/85, DE 04 OUT.); SAÍDA DA FREG. DE PATAIAS; EM 2001 FOI DESANEXADA DO CONCELHO DE ALCOBAÇA E FOI ANEXADA AO CONCELHO DA MARINHA GRANDE (L. 28/2001, DE 12 JULHO)
101003	MOITA	
Pombal		
101502	ALBERGARIA DOS DOZE	FREG. (L. 1413, DE 10 ABR. 1923); SAÍDA DA FREG. DE SÃO SIMÃO DE LITÉM
101504	CARNIDE	FREG. (DEC. L. 38808, DE 01 JUL. 1952); SAÍDA DA FREG. DE VERMOIL
101510	REDINHA	
101511	SANTIAGO DE LITÉM	
101512	SÃO SIMÃO DE LITÉM	EM 1923 DEU ORIGEM À FREG. DE ALBERGARIA DOS DOZE

101513	VERMOIL		EM 1952 DEU ORIGEM À FREG. DE CARNIDE (DEC. L. 38808, DE 1 JUL.); EM 1984 DEU
101515	MEIRINHAS		ORIGEM À FREG. DE MEIRINHAS (L. 60/84, DE 31 DEZ.)
101601	ALCARIA		FREG. (L. 60/84, DE 31 DEZ.); SAÍDA DA FREG. DE VERMOIL
101602	ALQUEIDÃO DA SERRA		
P. Mós			
101603	ALVADOS		
101604	ARRIMAL		
101605	CALVARIA DE CIMA		FREG. (L. 1689, DE 10 DEZ. 1924)
101606	JUNCAL		VILA (L. 30/90, DE 09 AGO.)
101607	MENDIGA		
101608	MIRA DE AIRE	MIRA	NOME (DEC. 22432, DE 10 ABR. 1933)
101609	PEDREIRAS		FREG. (L. 1702, DE 19 DEZ. 1924)
101610	SÃO BENTO		FREG. (DEC. L. 22602, DE 31 MAI. 1933)
101611	PORTO DE MÓS (SÃO JOÃO BAPTISTA)		
101612	PORTO DE MÓS (SÃO PEDRO)		
101613	SERRO VENTOSO		
Ourém			
142101	ALBURITEL		FREG. (DEC. L. 15225, DE 21 MAR. 1928)
142102	ATOUGUIA		FREG. (DEC. L. 22843, DE 19 JUL. 1933); FREG. ALTERADA (DEC. L. 41796, DE 08 AGO. 1958)
142103	CASAL DOS BERNARDOS		FREG. (DEC. L. 45669, DE 18 ABRIL 1964); SAÍDA DA FREG. DE FREIXIANDA
142104	CAXARIAS		VILA (L. 51/95, DE 30 AGO.); FREG. (DEC. L. 36336, DE 09 JUN. 1947)
142105	ESPITE		EM 1984 DEU ORIGEM ÀS FREG. DE MATAS E CERCAL (L. 62/84, DE 31 DEZ.) O DEC. L. 46486, DE 13 AGO. 1965, DEFINE OS LIMITES COM A FREG. DE STA. CATARINA DA SERRA
142106	FÁTIMA		(CONC. E DIST. DE L.RIA); CIDADE (L. 42/97, DE 12 JUL.)
142107	FORMIGAIS		
142108	FREIXIANDA		VILA (L. 55/95, DE 30 AGO.); EM 1964 DEU ORIGEM À FREG. DE CASAL DOS BERNARDOS (DEC. L. 45669, DE 18 ABR.); EM 1989 DEU ORIGEM À FREG. DE RIBEIRA DO FARRIO

142109	GONDEMARIA		FREG. (DEC. L. 15226, DE 21 MAR. 1928, CORRIGIDO)
142110	OLIVAL		VILA (L.50/2009, DE 05 AGO.)
142111	NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS	OURÉM	FREG. ALTERADA (DEC. L. 36485, DE 28 AGO. 1947 E DEC. L. 41796, DE 08 AGO. 1958); ALT. NOME (L.S 35/89, DE 23 AGO. E 17/91, DE 08 JUN.); CIDADE (L. 72/91, DE 16 AGO.)
142112	RIO DE COUROS		
142113	SEIÇA	CEISSA	FREG. ALTERADA (DEC. L. 36485, DE 28 AGO. 1947)
142114	URQUEIRA		FREG. (DEC. L. 15286, DE 27 MAR. 1928, CORRIGIDO)
142115	NOSSA SENHORA DA PIEDADE	VILA NOVA DE OURÉM	CIDADE (L. 72/91, DE 16 AGO.); ALT. NOME (L.S 35/89, DE 23 AGO. E 17/91 DE 08 JUN.)
142116	MATAS		FREG. (L. 62/84, DE 31 DEZ.); SAÍDA DA FREG. DE ESPITE
142117	CERCAL		FREG. (L. 62/84, DE 31 DEZ.); SAÍDA DA FREG. DE ESPITE
142118	RIBEIRA DO FARRIO		NOVA FREG. (L. 41/89, DE 24 AGO.); SAÍDA DA FREG. DE FREIXIANDA

Alcanena

140206	MINDE		
140209	SERRA DE SANTO ANTÓNIO		FREG. (DEC. L. 4149, DE 26 ABR. 1918)

Anexo XV

Reorganização Administrativa do Território em Municípios abrangidos pela área da Diocese de Leiria-Fátima

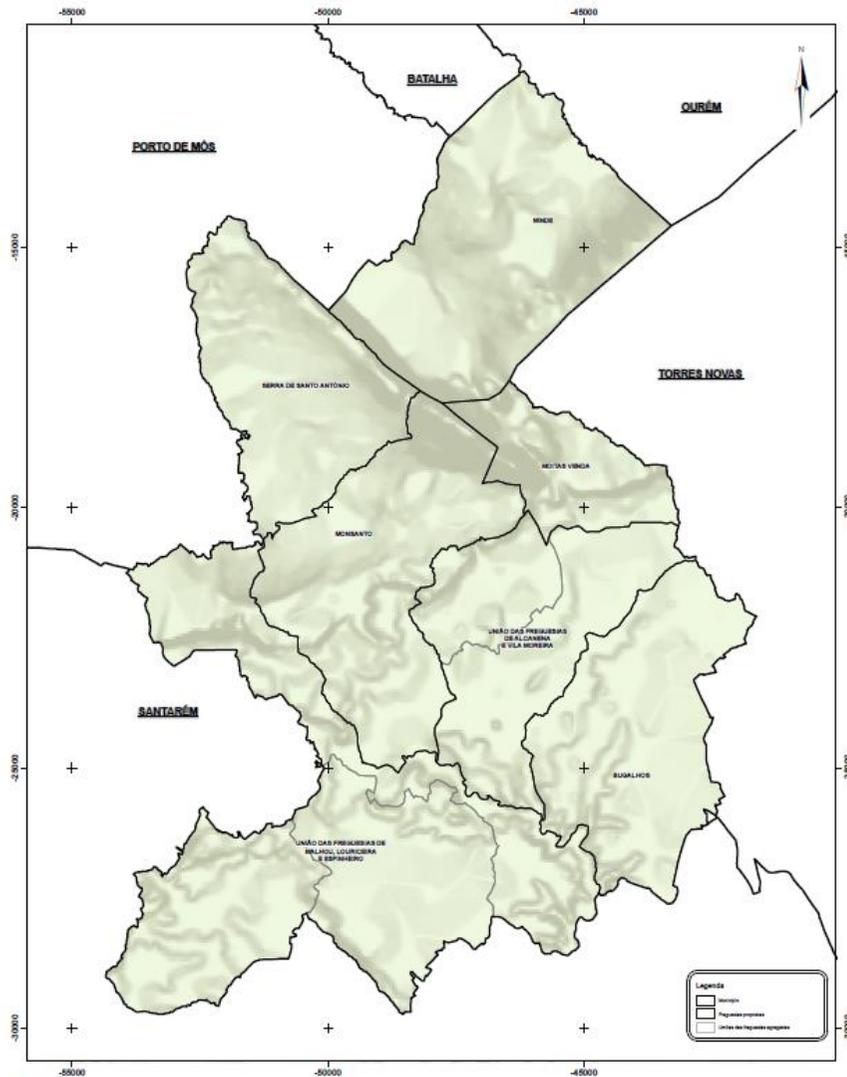
([artigo 14.º, n.º 3, da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio](#))

Fonte: UTRAT

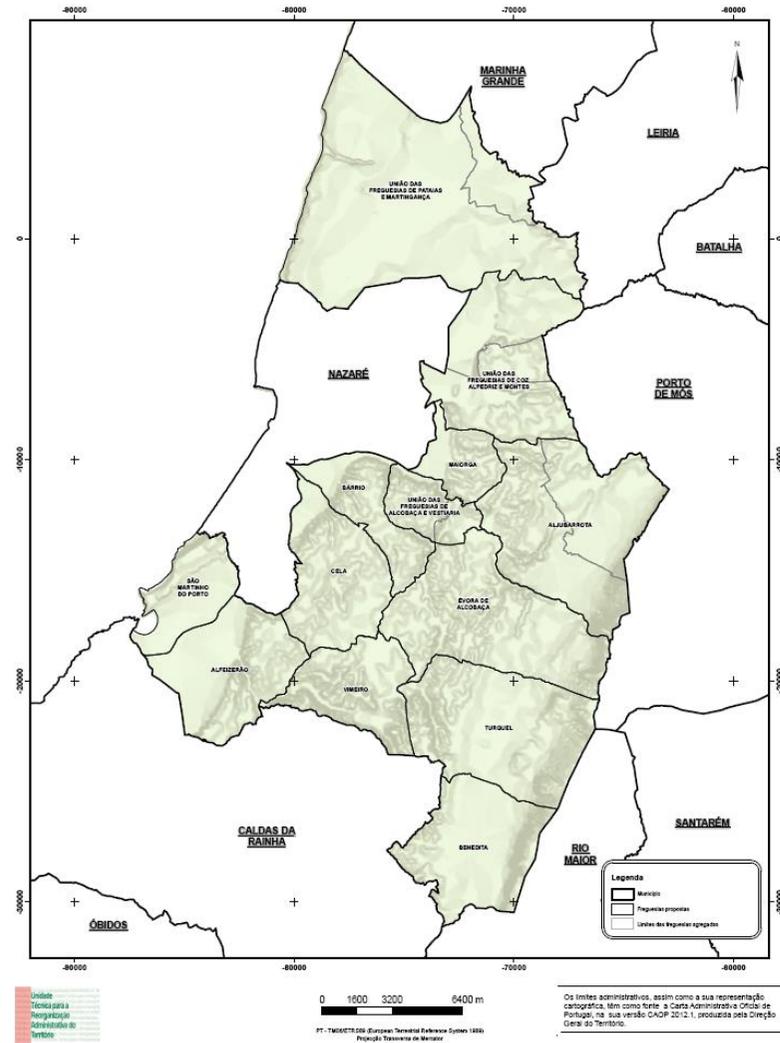
<http://app.parlamento.pt/utrat/index.html>

12MAR13

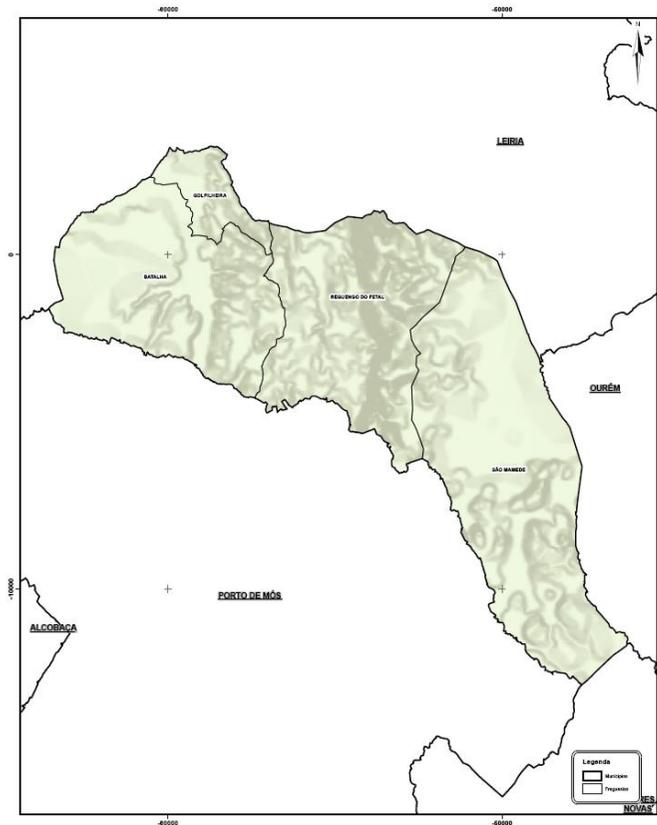
PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ALCANENA



PROJETO DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ALCOBACA



FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BATALHA

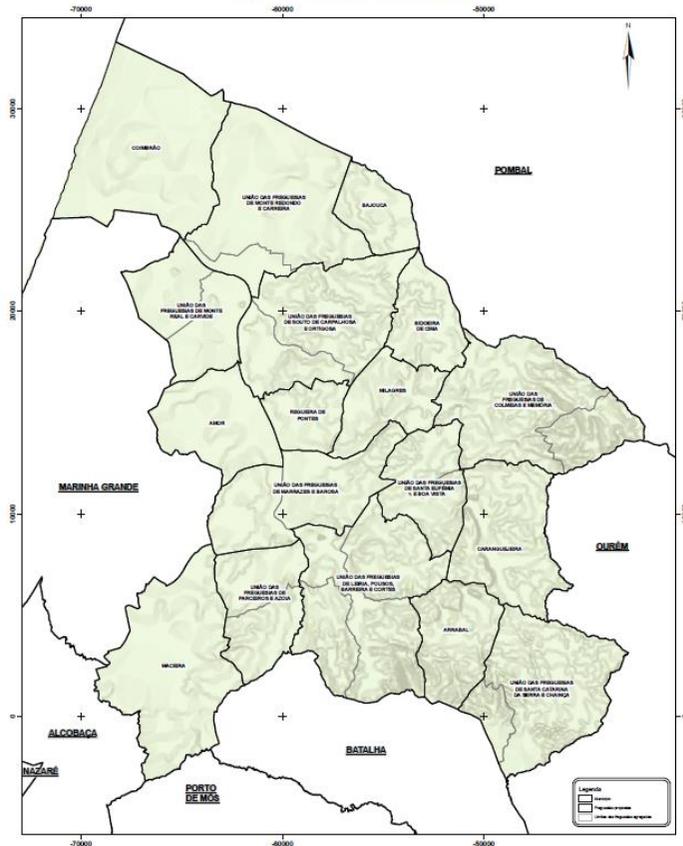


Legenda:
 Município
 Freguesia
 Propriedade

Os limites administrativos, assim como a sua representação cartográfica, são como fonte a Carta Administrativa Oficial de Portugal, na sua versão CADOP 2012.1, produzida pela Direção Geral do Território.

PT - TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BATALHA
 Projeto: Território de Referência
 Escala: 1:50 000

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA

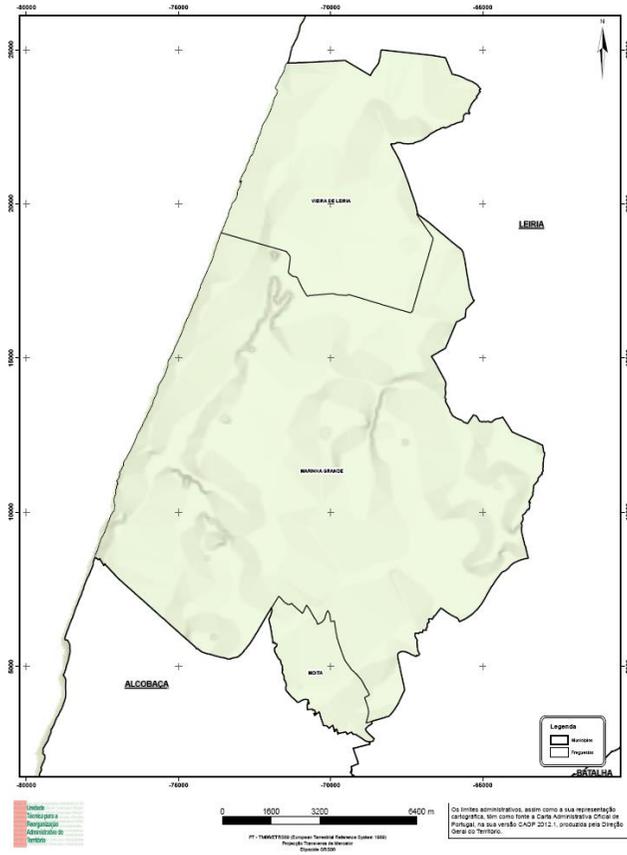


Legenda:
 União das Freguesias
 Município
 Propriedade

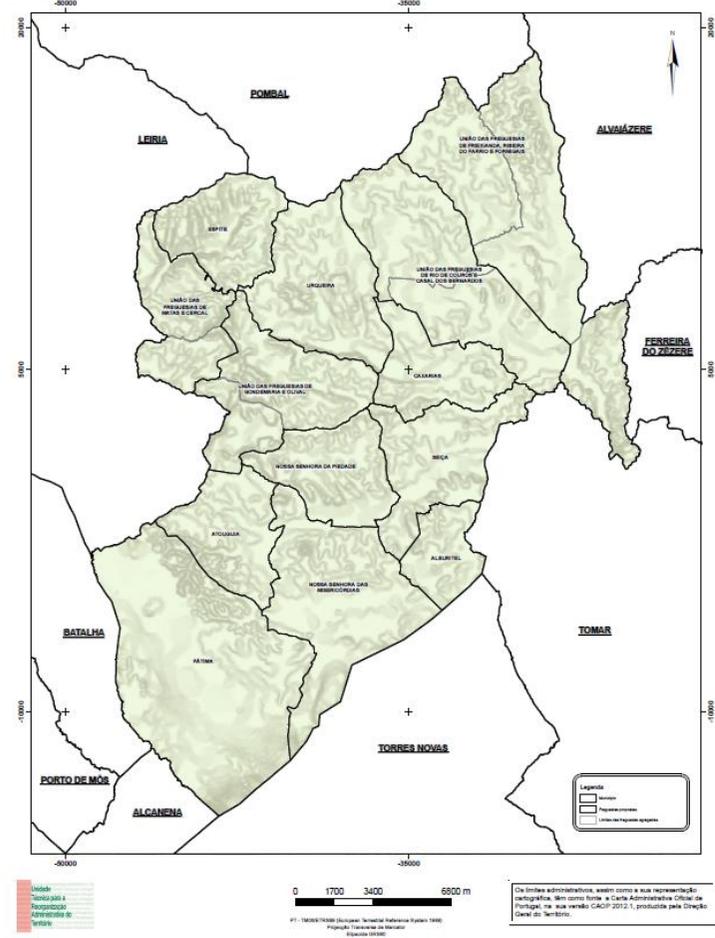
Os limites administrativos, assim como a sua representação cartográfica, são como fonte a Carta Administrativa Oficial de Portugal, na sua versão CADOP 2012.1, produzida pela Direção Geral do Território.

PT - TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA
 Projeto: Território de Referência
 Escala: 1:50 000

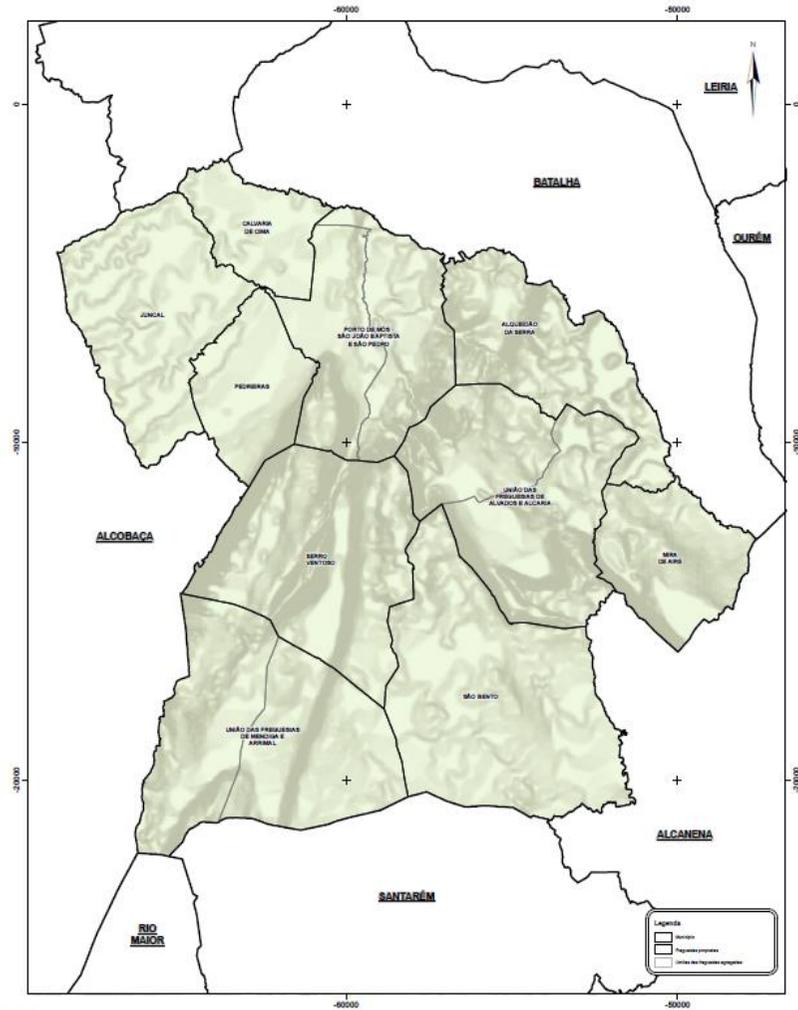
FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MARINHA GRANDE



PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE OUREM



PROJETO DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS

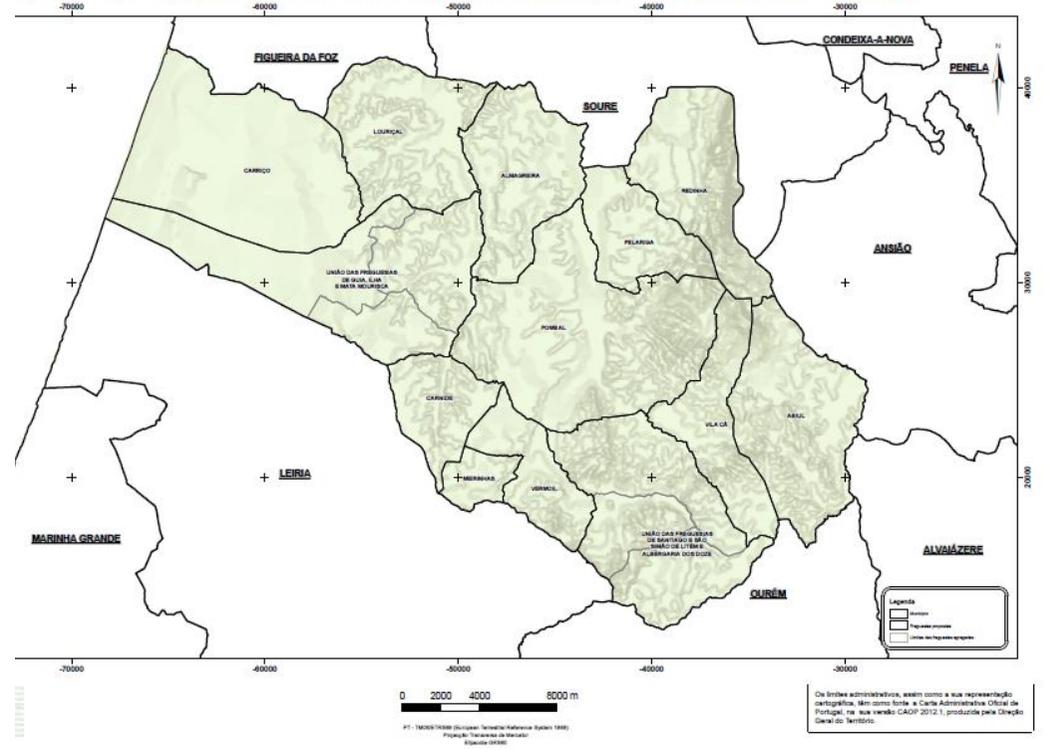


Unidade
 Cartográfica e
 Representação
 Administrativa do
 Território

PT - 100000000 (Escala: Nacional) Datum: System 1989
 Proj4: Transverse de Mercator
 Datum: 1989

Os limites administrativos, assim como a sua representação cartográfica, são como fonte a Cartão Administrativo Oficial de Portugal, na sua versão CAOP 2012.1, produzida pela Comissão Geral do Território.

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS SITUADAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE POMBAL



Os limites administrativos, assim como a sua representação cartográfica, são como fonte a Cartão Administrativo Oficial de Portugal, na sua versão CAOP 2012.1, produzida pela Comissão Geral do Território.

Anexo XVI

Santoral - Oragos das Paróquias da Diocese e Capelânias

Imaculado Coração de Maria	8 DEZ
Nossa Senhora do Amparo	
Nossa Senhora da Apresentação	
Nossa Senhora do Ar	
Nossa Senhora da Assunção	15 AGO
Nossa Senhora da Boa Memória	
Nossa Senhora da Conceição	
Nossa Senhora da Consolação	21JAN
Nossa Senhora do Desterro	
Nossa Senhora das Dores	
Nossa Senhora da Esperança	
Nossa Senhora de Fátima	13 MAI
Nossa Senhora da Gaiola	
Nossa Senhora da Graça	
Nossa Senhora da Luz (ou Candeias)	
Nossa Senhora dos Milagres	
Nossa Senhora das Misericórdias	
Nossa Senhora da Natividade	8 DEZ
Nossa Senhora do Patrocinio	
Nossa Senhora da Piedade	
Nossa Senhora dos Prazeres	
Nossa Senhora da Purificação	
Nossa Senhora dos Remédios	
Nossa Senhora do Rosário	7 OUT

Anexos

Santa Bárbara	2 DEZ
Santa Catarina V. M.	25 NOV
Santa Cruz (Exaltação)	14 SET
Santa Isabel de Portugal	4 JUL
Santa Margarida da Escócia	16 NOV
Santa Marta	29 JUL
Santíssimo Salvador (do Mundo)	
Santo Agostinho	28 AGO
Santo Aleixo	17 JUL
Santo Amaro	
Santo André	30 NOV
Santo António	13 JUN
São Bartolomeu	24 AGO
São Bento	11 JUL
São Cristóvão	25 JUL
Santo Elias	10 NOV
São Francisco de Assis	4 OUT
São João Baptista	24 JUN
São João (Evangelista)	27 DEZ
São José	
São Julião	9 JAN
São Lourenço	10 AGO
São Mamede	
São Mateus	21 SET
São Miguel, Arcanjo	29 SET
São Paulo	29 JAN
São Pedro	29 JUN
São Sebastião	20 JAN
São Simão	28 OUT
São Tiago, Maior	25 JUL
São Vicente	22 JAN
Senhor Jesus dos Milagres	

Imaculado Coração de Maria²



Festa litúrgica do Imaculado Coração de Maria, celebração que sempre acontece um dia depois da Solenidade do Sagrado Coração de Jesus. Segundo a história a primeira festa litúrgica do Coração de Maria aconteceu no dia 08 de fevereiro de 1648 na Diocese de Autun na França. O primeiro ofício litúrgico para a festa foi dado pelo Papa Pio IX em 1855. Com a devoção mariana criou-se a prática dos cinco primeiros sábados. Segundo a Irmã Elida Debastiani, da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, de Porto Alegre (RS), a devoção deve estender-se para além de uma

espiritualidade devocional, deve nos conduzir a uma relação íntima com o próprio Deus e nos colocar ao serviço dos irmãos. “Olhando para Maria, ela que se fez mãe e discípula de Jesus, percebemos que Deus quer contar com as pessoas, como ele contou com Maria. Vemos em Maria uma mulher fiel, uma mulher feliz, que se coloca a serviço de Isabel e se coloca ao serviço do Reino de Deus”, enfatiza. Segundo o Dicionário de Mariologia, da Editora Paulus: “A *devoção ao Coração de Maria sempre foi, durante toda a sua história, fonte inesgotável de vida interior para as almas marianas. (...) Convém insistir na sacramentalidade do ‘coração’: é um órgão escondido, que não obstante se manifesta: não o vemos, mas percebemos as suas ‘ações’ é uma realidade vital, mas que remete à realidade mais elevadas, humanas e sobrenaturais. A devoção ao Coração de Maria não pode reduzir-se à contemplação do ‘sinal do coração’, como às vezes aconteceu em épocas de gosto decadente. Ela deve abranger toda a realidade de Maria, considerada como mistério de graça, o amor e o dom total que ela fez de si a Deus e aos homens*”.

Festa: 7 de Junho

2

http://www.a12.com/noticias/noticia.asp?ntc=imaculado_coracao_de_maria_uma_espiritualidade_missionaria_.html

Nossa Senhora do Amparo³



Constantino I, denominado de o Grande, nasceu em 274. Na véspera de uma batalha, na luta de sucessão, ele teve um sonho, no qual lhe pareceu ver um escudo com uma cruz, e ouviu uma voz que dizia “com este sinal, vencerás”. Ele Mandou então pintar nos escudos dos seus soldados o símbolo da salvação. Realmente venceu, tornando-se imperador em 306. Em 313, decidiu que o Cristianismo seria a religião oficial do Império. Essa liberdade trouxe a grande vantagem de poderem meditar mais sobre o conteúdo das palavras de Cristo. Entre elas foi a doação de sua Mãe Maria, como nossa mãe espiritual. A devoção do povo não demorou em perpetuar a grande bondade de Cristo em dar Maria como protetora. Referindo-se aos seus cuidados maternos, todos queriam colocar-se debaixo de seu amparo. Desde então nasceu o título de Nossa Senhora do Amparo.

Festa: 16 de Agosto

³ In: <http://www.igreja-catolica.com/nossa-senhora/nossa-senhora-do-amparo.php> 20MAI13

Nossa Senhora da Apresentação⁴



A memória da apresentação da Virgem Maria é celebrada no dia 21 de Novembro, quando se comemora um dos momentos sagrados da vida da Mãe de Deus, sua apresentação no Templo por seus pais Joaquim e Ana. (...) O Imperador Justiniano acreditava que A Virgem Maria esteve algum tempo no Templo, visto que ele permitiu que se construísse uma Basílica na plataforma onde ficava o Templo em memória ao tempo da estadia de Nossa Senhora no Templo. Esta igreja era chamada de Nova Santa Maria para distingui-la da igreja da

⁴ In http://www.cademeusanto.com.br/NS_da_Apresentacao.htm 20MAI13

Natividade. Hoje existe em seu local uma moderna mesquita chamada el-Aksa. Por outro lado, pelas descrições de algum valor científico que se tem do Templo, não se encontra nenhum lugar para se colocar ou educar jovens. Talvez por isto a Igreja é silenciosa com relação a estadia de Maria no Templo. Outros historiadores acham que como a casa de Joaquim e Ana não era longe do Templo, é mais provável que ela vivesse na casa de seus pais e fosse ao Templo sagrado para suas orações e cumprir suas devoções. (...). Foi através deste serviço ao Senhor no Templo, que Maria preparou o seu corpo, mas sobretudo a sua alma, para receber o Filho de Deus, realizando em si mesma a palavra de Cristo (...).Na Igreja Oriental, a festa da Apresentação é celebrada desde o século VII, no dia 21 de novembro, aniversário da Dedicção da Igreja de Santa Maria Nova, em Jerusalém. Só foi estabelecida na Igreja Ocidental no século XIV pelo Papa Gregório XI, a pedido do embaixador de Chipre junto à Santa Sé. (...).Desde então este episódio da vida de Maria Santíssima começou a despertar o interesse dos cristãos e dos artistas, surgindo belíssimas pinturas sobre o tema da Apresentação.⁵ Festa: 21 de Novembro.

⁵ <http://blog.cancaonova.com/natal/tag/nossa-senhora-da-apresentacao/> 24MAI13

Nossa Senhora do Ar⁶



A evocação de N^a Senhora do Ar, tem como raiz a de Maria, Rainha do Universo, festividade semelhante à do Cristo Rei, celebrada a 22 de Agosto, Por

⁶ <http://especialistasdaba12.blogspot.pt/2011/08/voo-2457- hoje-e-o-dia-da-nossa.html> e <http://www.zamundas.com/SenhoraDoLoreto.html> 22MAI13

tradição, a padroeira dos Aviadores é Nossa Senhora do Loreto⁷, venerada em Itália, no Santuário que lhe é consagrado. Esta evocação assenta na existência, local, da casa onde habitaram Jesus, Maria e José, em Nazaré, local de peregrinação ate ser destruída por um Emir muçulmano do Egipto (final do séc. XIII). Surge então o milagre por esta ter sido transportada pelos anjos, em 1291, e assim ter sido salva da destruição. Com o tempo assistiu-se a quatro transladações da edificação, agora evocada na igreja com forma uma cruz latina, cujo centro é coroado por uma esplêndida cúpula ornada de uma lanterna. Nossa Senhora de Loreto é desde 24 de Março de 1920 - consagrada pelo Papa Bento XV - Padroeira Universal da Aviação.

Em Portugal temo seu santuário localizado em Alcafozes, Idanha-a-Nova

No que respeita à Força Aérea Portuguesa, é a única Força Aérea no mundo que tem uma santa padroeira atribuída por despacho Papal – a Nossa Senhora do Ar. Contudo, essa característica única, não deixa o Ramo aeronáutico das Forças Armadas Portuguesas insensível às celebrações daquela que é internacionalmente considerada como a Santa Padroeira da Aviação Universal – a Nossa Senhora do Loreto.

⁷

[http://www.mariamadaigreja.net/textos/Nossa%20Senhora%20de%20Loreto%20\(XXX\)%20Loreto%20It%C3%A1lia.pdf](http://www.mariamadaigreja.net/textos/Nossa%20Senhora%20de%20Loreto%20(XXX)%20Loreto%20It%C3%A1lia.pdf) 22MAI13

Nossa Senhora da Assunção⁸



Proclamado como dogma de fé, ou seja, uma verdade doutrinal, pelo Papa Pio XII no ano de 1950, declarando que Maria não precisou aguardar, como as outras criaturas, o fim dos tempos para obter também a ressurreição corpórea, quis por em evidência o

8

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=15/08&id=129 20MAI13

caráter único da sua santificação pessoal, pois o pecado nunca ofuscou, nem por um instante, o brilho de sua alma. A Imaculada Mãe de Deus, a sempre Virgem Maria, foi assunta em corpo e alma à glória celestial.

Esta celebração foi decretada no Oriente no século VII, com decreto do imperador bizantino Maurício. Neste mesmo século a festa da Dormitio (passagem para a outra vida), também foi introduzida em Roma pelo Papa oriental, Sérgio I. Passou-se então um século antes que o termo dormitio cedesse o lugar ao nome Assunção de Nossa Senhora aos Céus. Sendo assim, os santos que já têm a visão beatífica, estão de certo modo aguardando a plenitude final da redenção, que em Maria já se dera com singular graça da preservação do pecado. No dia 15 de agosto a Igreja celebra a solenidade da Assunção de Nossa Senhora. (...) Assunção de Nossa Senhora, ou Nossa Senhora assunta ao céu, ou ainda Nossa Senhora da Glória, está entre as festas de Nossa Senhora muito caras ao nosso povo. Faz parte da piedade popular do Catolicismo tradicional. Esta é também a vitória de Maria, celebrada nesta festa da Assunção que evoca a Assunção da Virgem Maria cerca de 20 anos depois da morte de Jesus.⁹

Festa: 15 de Agosto

⁹ <http://passosemflor.blogspot.pt/2010/07/assuncao-de-nossa-senhora-com-cancao.html> 24MAI13

Nossa Senhora da Boa Memória¹⁰



Designação mariana identificada com obras de arte (Sé de Braga) e em Confrarias da Roma Portuguesa que acompanhavam os mortos nas suas obrigações e súplicas. Na Sé de Braga está representada na Capela de N^a Sr^a da Piedade¹¹ (século XVI). A evocação a esta Senhora, cuja imagem de Jesus tem um livro aos pés e o globo na mão esquerda era solicitada pelas mães e pais que recorriam à graça desta invocação de Nossa Senhora no sentido de que os seus filhos conseguissem estudar melhor (tivessem boa memória) e/ou passassem para

o ano escolar seguinte. A imagem da Virgem, coroada com o menino ao colo e coroada por dois anjos, merece devoções particulares como é o caso de Padrões (Pampilhosa da Serra) se Nossa Senhora da Memória atendesse as preces do devoto, este reunia mais nove pessoas e, todos juntos, partiam em direcção à velha capela da Quinta. O caminho era feito a pé e em ambiente de recolhimento e de sossego. Uma vez ali chegados, rezavam o Terço e ofereciam-no à Santa. Findo o cumprimento da promessa, o devoto tinha ainda de “pagar” ao grupo que o acompanhava. Tal era feito com a oferta de uma merenda de queijo, chouriças, carne cozida e broa. O regresso era feito em tom de festa e de baile pela graça alcançada e pelo convívio em si. E isto, contam-nos, estava de tal modo enraizado nos naturais desta freguesia que não havia dificuldade em reunir nove pessoas. O normal era partirem mais de nove pessoas, o que acontecia só depois do regresso dos jovens das campanhas na Borda d’ Água, pois quase durante todo o ano as aldeias ficavam semi-desertas.¹²d’ Água, pois quase durante todo o ano as aldeias ficavam semi-desertas.¹³

¹⁰

<http://www.pampilhosaemimagens.com/displayimage.php?pid=9877&fullsize=1> 22MAI13

¹¹ http://www.se-braga.pt/catedral_inicio.php 22MAI13

¹²

http://www.memoriaspampilhosenses.org/wiki/tiki-index_raw.php?page=Padr%C3%B5es+Etnografia

¹³

http://www.memoriaspampilhosenses.org/wiki/tiki-index_raw.php?page=Padr%C3%B5es+Etnografia

Nossa Senhora da Conceição¹⁴



A Conceção de Maria é celebrada no dia 8 de dezembro e como a gravidez oficial de Santa Ana foi de exatos nove meses, Maria nasceu no dia 8 de setembro (Natividade de Nossa Senhora). Trata-se de um título litúrgico, pelo qual os católicos professam a prerrogativa concedida unicamente a Nossa Senhora: Maria foi concebida sem a mancha do pecado original, e nasceu, portanto, sem o pecado original. Vale dizer: ela é toda santa, a cheia de graça, desde o momento de sua concepção. O dogma da Imaculada Conceição de Nossa Senhora foi

proclamado pelo papa Pio IX, em 1854, com a Bula *Ineffabilis Deus*. Esta solene definição pontificia f22MAI13oi resultado de um desenvolvimento da devoção popular aliada a intervenções papais e infindáveis debates teológicos. O calendário romano já incluía a festa em 1476. Contudo, no sétimo século esta celebração já existia no Oriente. Em 1570, Pio V publicou o Novo Ofício e em 1708 Clemente XI estendeu a festa, tornando-a obrigatória a toda cristandade. Quatro anos após a proclamação do dogma por Pio IX, Maria Santíssima apareceu a Bernadette Soubirous. Em Portugal, o culto foi oficializado por Dom João IV, primeiro rei da dinastia de Bragança, que fora aclamado a 1º de dezembro de 1640, quando se iniciava a oitava da festa da Imaculada Conceição. Seis anos depois, com a aprovação das Cortes de Lisboa, o rei dedicou à Virgem Imaculada o reino português. O solar da padroeira é Vila Viçosa, que deu seu nome a uma ordem honorífica instituída por Dom João VI em 1818, com a denominação de Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Festa: 16 de Julho

¹⁴ http://www.cademeusanto.com.br/NS_da_Conceicao.htm
22MAI13

Nossa Senhora da Consolação¹⁵



Esta devoção mariana vem dos tempos dos Santos Apóstolos. Maria é a própria consoladora do espírito, a fortaleza que reconforta os sofredores, o porto seguro dos aflitos. A antiga tradição narra que em suas aflições Santa Mônica sempre recorreu à Nossa Senhora. Primeiro com as desolações provocadas por seu marido. (...). Em uma aparição especial à santa Mônica, Maria se apresentou com a roupa solicitada: coberta por uma ampla túnica de tecido rústico, de corte simples e cor muito escura. Uma roupa despojada e penitencial, tendo apenas na cintura uma grosseira correia ou cinta de couro que descia quase até o chão. Em seguida, soltou esta cinta e colocou-a em Mônica, recomendando-lhe o uso diário. Também lhe pediu para

transmitir a todos aqueles que fizessem seu uso, teriam sua particular proteção. Santa Mônica teve a alegria de ver a conversão do filho, hoje um dos maiores santos da Igreja. Santo Agostinho foi um dos primeiros a colocar a cinta e se entregar à proteção de Nossa Senhora da Consolação, como o fez com a comunidade religiosa que logo fundou. Assim, a cinta se tornou o distintivo das ordens agostinianas, responsável pela difusão do culto de sua padroeira, em todo o mundo. A devoção é festejada no dia 28 de agosto, nas ordens agostinianas. A celebração deste dia se refere a uma milagrosa imagem da Virgem Maria com o Menino Jesus que após alguns milagres deu origem ao culto e à igreja de Santa Maria da Consolação, em Roma quando os confrades da Irmandade de N^a Sr^a das Graças reuniram recursos para a construção de uma igreja para veneração daquela milagrosa imagem, então intitulada "Nossa Senhora da Consolação".

Festa: 21 de Janeiro

¹⁵ <http://www.paginaoriental.com/titulos/nsconsolacao2101.htm>

Nossa Senhora do Desterro¹⁶



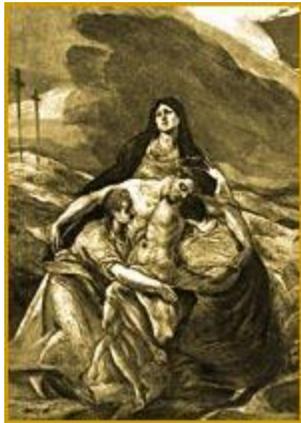
Nossa Senhora do Desterro é muito venerada na Itália como a "Madonna degli Emigrati", sendo padroeira daqueles que foram obrigados a deixar sua pátria para se refugiarem ou a fim de procurar trabalho no estrangeiro. Ela tem sido a Mãe Amorosa para todos os que, saudosos de sua terra natal, imploram cheios de fé e de amor o auxílio da Virgem do Desterro a fim de encontrarem compreensão e simpatia na terra adotiva. Todos os fiéis cristãos que rezarem diariamente e divulgarem esta oração à Nossa Senhora do Desterro, verão a extinção de todos os castigos que houverem contra eles; nem fome, nem peste, nem guerra, nem doenças contagiosas lhes afligirão. Os seus inimigos não terão mãos nem poder de

ofendê-los, nem roubá-los. Resistirão às tentações de satanás e dos demônios. Pragas, ratos e formigas lhes serão desterrados das lavouras. Todos os que tiverem confiança nas misericórdias da grande Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, serão felizes nos seus negócios e nas viagens. Não morrerão sem confissão e estarão livres da morte repentina. Aprovada pelo Arcebispo de Braga, Dom José e pelo Arcebispo do Porto (MG), Dom Américo, em 08-05-1972.

Este título de Nossa Senhora tem fundamento bíblico. Afirma o evangelista Mateus que, após a partida dos Reis Magos, um anjo do Senhor apareceu em sonhos a São José e disse: "Levanta, toma o menino, a sua Mãe e foge para o Egito; permanece lá até que eu te avise, porque Herodes procura o menino para o matar. Levantando-se de noite, ele tomou o menino e a mãe, e partiu para o Egito". (Mt 2,13-14).

¹⁶ <http://www.comamor.com.br/desterro.htm> 20MAI13

Nossa Senhora das Dores¹⁷



A sensibilidade de piedosa compaixão do povo cristão está eloqüentemente expressa no quadro da Pietá. Nossa Senhora das Dores recebe no colo o filho morto apenas tirado da cruz. É o momento que se reveste da incomensurável dor uma paixão humana e espiritual única: a conclusão do sacrifício de Cristo, cuja morte na cruz é o ponto culminante da Redenção. Em 1667 a Ordem dos Servitas, inteiramente dedicada à devoção de Nossa Senhora (os sete santos Fundadores no século XIII instituíram a "Companhia de

Maria Dolorosa") obteve a aprovação da celebração litúrgica das sete Dores da Virgem, esta festa foi celebrada também com o título de Nossa Senhora da Piedade e A compaixão de Nossa Senhora, tendo sido promulgada por Bento XIII (1724-1730) a festa com o título de Nossa Senhora das Dores, e que durante o pontificado de Pio VII foi acolhida no calendário romano e lembrada no terceiro domingo de setembro. Foi o Papa Pio X que fixou a data definitiva de 15 de Setembro, conservada no novo calendário litúrgico, que mudou o título da festa, reduzida a simples memória (...): Virgem Maria Dolorosa. Com este título nós honramos a dor de Maria aceita na redenção mediante a cruz. É junto à Cruz que a Mãe de Jesus crucificado torna-se a Mãe do corpo místico nascido da Cruz, isto é, nós somos nascidos, enquanto cristãos, do mútuo amor sacrificial e sofredor de Jesus e Maria. Eis porque hoje se oferece à nossa devota e afetuosa meditação a dor de Maria. Mãe de Deus e nossa. (...)

Festa: 15 de Setembro

17

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=15/09&id=158 20MAi13

Nossa Senhora da Esperança¹⁸



A devoção à Nossa Senhora da Esperança é muito antiga na Igreja. Ela remonta aos primeiros séculos do Cristianismo. Foi oficialmente reconhecida em 656, no Concílio de Toledo. Desde então sua festa é celebrada no dia 18 de dezembro, conforme escreve D. Prosper Gueranger em “O Ano Litúrgico”, editado em Tour, em 1920. Na Espanha a mesma devoção é conhecida sob o título de “Nossa Senhora do Ó”. Este nome está intimamente ligado ao Advento, tempo litúrgico em que a Igreja comemora o período de espera do Salvador prometido. (...). Da Espanha essa devoção se espalhou pela Europa, sendo conhecida em Portugal com o

nome de Nossa Senhora da Esperança. Em certos países da Europa, costuma-se dizer, ainda hoje, que uma senhora “está na esperança” quando ela aguarda um bebê. Por isso, “N. Sra. do Ó” se chama também “N. Sra. da Esperança”. De Portugal a devoção à N. Sra. da Esperança foi trazida para o Brasil pelos primeiros colonizadores portugueses que aqui chegaram, porque seu culto havia se afervorado no ciclo dos descobrimentos pela intensa fé dos navegadores que, sob a sua proteção, se aventuravam “por mares nunca d’antes navegados”. No dia 26 de abril de 1500, na primeira missa em terras brasileiras, sobre o altar improvisado, encontrava-se a imagem de N. Sra. da Esperança, que acompanhara a expedição de Cabral, desde Portugal.

¹⁸ <http://www.casademanolete.com/2009/03/nossa-senhora-da-esperanca.html> 19MAI13

Nossa Senhora de Fátima¹⁹



Segundo as memórias da Irmã Lúcia, podemos dividir a mensagem de Fátima em três ciclos: Angélico, Mariano e Cordimariano. O Ciclo Angélico se deu em três momentos: quando o anjo se apresentou como o Anjo da Paz, depois como o Anjo de Portugal e, por fim, o Anjo da Eucaristia. Depois das aparições do anjo, no dia 13 de maio

de 1917, começa o ciclo Mariano, quando a Santíssima Virgem Maria se apresentou mais brilhante do que o sol a três crianças: Lúcia, 10 anos, modelo de obediência e seus primos Francisco, 9, modelo de adoração e Jacinta, 7, modelo de acolhimento. Na Cova da Iria aconteceram seis aparições de Nossa Senhora do Rosário. A sexta, sendo somente para a Irmã Lúcia, assim como aquelas que ocorreram na Espanha, compondo o Ciclo Cordimariano. Em agosto, devido às perseguições que os Pastorinhos estavam sofrendo por causa da mensagem de Fátima, a Virgem do Rosário não pôde mais aparecer para eles na Cova da Iria. No dia 19 de agosto ela aparece a eles então no Valinhos. Algumas características em todos os ciclos: o mistério da Santíssima Trindade, a reparação, a oração, a oração do Santo Rosário, a conversão, a consagração da Rússia ao Imaculado Coração de Maria. Enfim, por intermédio dos Pastorinhos, a Virgem de Fátima nos convoca à vivência do Evangelho, centralizado no mistério da Eucaristia. A mensagem de Fátima está a serviço da Boa Nova de Nosso Senhor Jesus Cristo. A Virgem Maria nos convida para vivermos a graça e a misericórdia. Festa: 13 de Maio

¹⁹ In: <http://santo.cancaonova.com/santo/nossa-senhora-de-fatima/> 20MAI13 e <http://www.santuاريو-fatima.pt/portal/index.php?id=2814> 21MAI13

Nossa Senhora da Gaiola²⁰



A entrada de exércitos invasores num país traz consigo a depredação, o latrocinar mais violento. No caso da invasão dos mouros na Lusitânia terá sido muito pior, não só pelo roubo à mão armada como pela incompatibilidade religiosa.

Daí que em algumas terras de cristãos os habitantes se vissem forçados a esconderem nos lugares mais recônditos da sanha dos infiéis as imagens que lhes eram mais queridas. Foi o que sucedeu, segundo reza a lenda ou a tradição, com uma imagem de Nossa Senhora, ali nas Cortes, a uma curta légua a sul de Leiria. Um dia, em mui recuados tempos, uns pastores internaram-se, com seus rebanhos, mato a dentro, na direcção do sul, sempre mais e mais

dentro de densas brenhas. E eis senão quando topam com uma linda imagem da Virgem Mãe de Jesus, iriante, encastoadada num tronco de árvore. Os pastores ajoelharam reverentemente e logo construíram uma cabana de ramos de árvores e mato para a entronizarem, cabana essa que mais parecia uma gaiola. A notícia correu célere e trouxe à pequena choça as gentes das vizinhanças e, depois, a de lugares mais distantes, que à Santa Imagem começaram a chamar a Senhora da Gaiola, como ainda hoje é conhecida, venerada e festejada e já considerada Padroeira da freguesia das Cortes.

²⁰ Fonte: CABRAL, João *Anais do Município de Leiria, Vol. III* Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1993, p.225
20MAI13 e <http://www.leiria-fatima.pt/index.php?url=indexParoquia.php&grupo=21> 21MAI13

Nossa Senhora da Graça (N^a Sr^a Altigracia)²¹



Entre as muitas imagens milagrosas da Mãe de Deus, por meio do qual ela se digna a conceder seus favores, há uma na igreja do mosteiro das Carmelitas, em Viena, o direito a Mãe da Graça, ou Nossa Senhora da Graça, também conhecida também como Nossa Senhora de cabeça baixa.

Em 1610, um carmelita, Domingos de Jesus-Maria, encontrada entre os devotos de um altar antigo na igreja do mosteiro de Maria della Scala, em Roma, e pintura a óleo da Mãe de Deus, coberta de poeira e um pouco rasgada, o que

pesou-lhe. Levá-la em suas mãos, ele balançou a poeira, e ajoelhando-se venerada com grande devoção. Ele tinha o quadro renovado e colocado na prateleira em sua cela, onde ele fez o objeto de seu amor e súplicas em favor daqueles que vieram com ele em suas necessidades e aflições.

Uma noite, enquanto ele estava orando fervorosamente diante do quadro, ele percebeu que alguma poeira baixou sobre ele. Nada tendo, mas seu curso lenço de lã, ele espanou com isso e pediu desculpas, "O puro e santo Virgin, nada no mundo inteiro é digno de tocar o seu rosto santo, mas desde que eu não tenho nada, mas este lenço grosseiro, se dignou a aceitar a minha boa vontade." Para sua grande surpresa, o rosto da Mãe de Deus apareceu para assumir a vida e sorrindo docemente para ele, ela baixou a cabeça, que depois ficou inclinado.

Festa: N^a Sr^a da Graça 7 de Fevereiro

²¹ <http://translate.google.pt/translate?hl=pt-PT&langpair=en%7Cpt-PT&u=http://www.roman-catholic-saints.com/our-lady-of-grace.html> 20MAI13

**Nossa Senhora da Luz, das
Candeias ou Candelária²²**



A festa que a Igreja hoje celebra, tem os nomes de Nossa Senhora das Candeias e Apresentação de Jesus Cristo no templo. É hoje o dia da bênção das velas (candeias) e em muitas igrejas, antes da celebração da santa Missa, se organiza solene procissão, em que são levadas as velas acesas, símbolo de Jesus Cristo que, apresentado a Deus no templo de Jerusalém, pelo santo velho Simeão foi saudado, como a luz que veio para iluminar os povos. Tem também o nome de Purificação de Nossa Senhora, por ser o dia em que Maria Santíssima, em obediência à lei mosaica, se apresentou no templo do Senhor, quarenta dias depois do nascimento do divino Filho.

Para melhor compreensão deste ato de Maria Santíssima, sejam lembradas neste lugar duas leis que Deus deu, no antigo testamento. A mulher que tinha dado à luz uma criança do sexo masculino, ficava privada de entrar no templo por quarenta dias depois do parto; se a criança era menina, o tempo da purificação era de oitenta dias. Passado este tempo, devia apresentar-se no templo, oferecer um cordeirinho, duas rolas ou dois pombinhos, entregar a oferta ao sacerdote, para que este rezasse sobre ela. A Segunda lei impunha aos pais da tribo de Levi a obrigação de dedicar o filho primogênito ao serviço de Deus. (...). A maternidade da Virgem, em tudo diferente das outras mulheres, isentava-a mui legalmente das obrigações de uma lei, como foi a da purificação. Davi enche-se de vergonha, quando se lembra da sua origem: (...). São José recebeu do céu a comunicação consoladora: “O que dela (de Maria) nascerá, é do Espírito Santo”. (...). A Igreja Católica reserva uma bênção especial às parturientes, que logo que seu estado o permitia, se apresentavam a Deus, como fruto de suas entranhas. É provável que este uso se tenha introduzido na Igreja em memória e veneração à Mãe de Deus que, obediente à Lei do seu povo, fez sua apresentação no templo. (...). Festa: 2 de Fevereiro e 15 de Agosto.

²²In: <http://www.paginaoriental.com/titulos/nspurif0202.htm>
20MAI13

Nossa Senhora dos Milagres²³



En el cuadro de la Inmaculada Concepción que reproduce esta imagen, se produjo un hecho maravilloso y sumamente consolador el 9 de mayo de 1636 en el Colegio de la Compañía de Jesús de Santa Fe, Argentina.

²³

<http://elsantorosario.freervers.com/HnoFiguroa/Milagros.htm>
[20MAI13](#)

del lienzo del cuadro brotaba agua en abundancia, a la que se aplicaron algodones para enjuagarla.

Este hecho fue presenciado por los Padres del Colegio y el pueblo que acudió a ver el prodigio. Se levantaron actas cuyos originales se conservan en el Colegio.

Fueron tantas las curaciones las conversiones y otras maravillas obradas con el uso de esos algodones y por mediación de María, que desde entonces se troco en "Pura y Limpia Concepción" que tenía por el actual de Virgen de los Milagros. El cuadro se sigue venerando en la Iglesia de los Padres Jesuitas en Santa Fe.

Festa: 9 de Maio

Nossa Senhora das Misericórdias²⁴



A criação da imagem da Virgem da Misericórdia remonta ao começo do século XV, quando, em consequência da peste, o terror da doença impeliu os cristãos para a necessidade de protecção sobrenatural, que se consubstanciou no recurso à protecção de Nossa Senhora. As primeiras pinturas, representam a imagem da Virgem Maria, resguardando os fiéis de todas as condições sociais: Papa, Imperador e os humildes. Esta

representação da Virgem, sob a denominação da Virgem do Manto Protector ou Virgem da Misericórdia, estava largamente difundida na Europa, quando foi fundada a Misericórdia de Lisboa. Esta invocação e a respectiva imagem para Padroeira da nova instituição, tinha como protectora: "a Madre de Deus, Virgem Maria da Misericórdia". A representação de Nossa Senhora da Piedade, no outro lado da bandeira, teria tido em vista assinalar que a fundação da Misericórdia de Lisboa se formalizou na Capela de Nossa Senhora, sob a mesma invocação. Tal como aconteceu com o seu Compromisso, todas as Santas Casas de Misericórdia assumiram, nas suas bandeiras, os símbolos da Misericórdia de Lisboa. Deste modo, as figuras que tradicionalmente aparecem representadas, sob o manto protector da Virgem da Misericórdia, encontramos, em primeiro plano: um Papa (...); um Rei, (...); uma Rainha, em homenagem a D. Leonor. Em segundo plano encontram-se figuras de príncipes, nobres, clérigos e frades, cavaleiros, vassallos e pessoas de aspecto humilde e sofredor. (...). Filipe III de Espanha (1627) determinou que todas as Santas Casas seguissem o exemplo da Misericórdia de Lisboa(...), assinalando que a Virgem Mãe protegia as várias condições sociais, fraternalmente unidas na Irmandade da Misericórdia, característica do verdadeiro espírito cristão que esteve na sua origem e expressa na conjugação dos símbolos marianos: sofrimento da Virgem da Piedade e a protecção da Virgem do Manto. Festa: N^a Sr^a Misericórdia: 15 de Agosto

²⁴ <http://www.scms.pt/index.php/a-bandeira.html>21MAI13

Nossa Senhora da Natividade²⁵



El documento más antiguo en conmemoración de esta fiesta data del siglo sexto. San Romano, el gran lírico eclesiástico de la Iglesia Griega, compuso en honor de la fiesta un himno (Card. Pitra, "*Hymnogr. Graeca*", Paris, 1876, 199) el cual es un bosquejo poético del evangelio apócrifo de Santiago. (...). El origen de la fiesta puede haber tenido lugar en Siria o Palestina a principios del siglo sexto, momento en que, terminado el Concilio de Éfeso y bajo la influencia de la "Apócrifa", el culto a la Madre de Dios se intensificó notablemente,

²⁵ <http://ec.aciprensa.com/n/natividadmaria.htm> 20MAI13 e <http://www.catolicoscomjesus.com/2012/09/nossa-senhora-da-natividade-oracao.html>

especialmente en Siria. En los comienzos del siglo octavo, San Andrés de Creta predicó numerosos sermones respecto de esta fiesta (Lucius-Anrich, "*Anfänge des Heiligenkultus*", Tubinga, 1906, 468). Las evidencias intentan mostrar porqué fue elegido el ocho de septiembre para esta fecha. La Iglesia de Roma la adoptó del Este en el siglo siete; se le encuentra en los Sacramentarios Gelasiano (siglo siete) y Gregoriano (del octavo al noveno siglo). (...). La iglesia de Angers en Francia sostiene que San Maurilio instituyó esta fiesta en Angers como consecuencia de una revelación alrededor del año 430. En la noche del 8 de septiembre, un hombre escuchó a los ángeles cantando en el cielo, y al preguntarles la razón, le respondieron que estaban llenos de júbilo porque la Virgen había nacido ese día ((*La fête angevine* N.D. de France, IV, Paris, 1864, 188); pero esta tradición no está corroborada por pruebas históricas. La fiesta aparece en el calendario de Sonato, Obispo de Reims, 614-31 (Kellner, *Heortología*, 21). Aún así no puede decirse que haya sido una fiesta ampliamente celebrada en los siglos octavo y noveno. San Fulberto, Obispo de Chartres (1028), se refiere a esta fiesta como a una reciente institución (P.L., cxli, 320, sqq.); los tres sermones que él escribió son los sermones latinos genuinos más antiguos sobre esta fiesta (Kellner, "*Heortología*", Londres, 1908, 230). La octava fue instituida por Inocencio IV (1243) conforme con un voto hecho por los cardenales en el cónclave del otoño de 1241, cuando fueron hechos prisioneros por Federico II durante tres meses. (...). Festa: 8 de Setembro

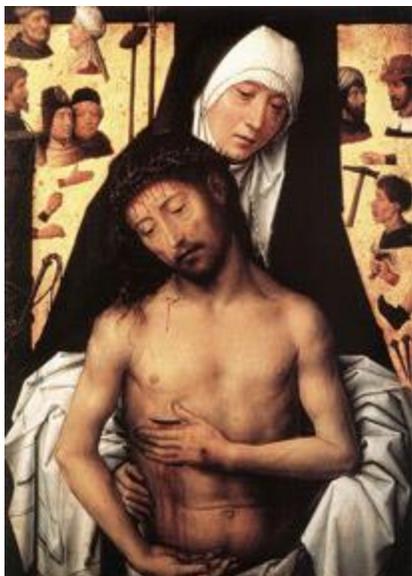
Nossa Senhora do Patrocínio²⁶



O Papa Alexandre VII concedeu ao Rei Felipe II a celebração da Festa a N. Sra. do Patrocínio aos 28 de julho de 1656. A finalidade era dar graças a Deus pelos inúmeros benefícios. A festa era celebrada inicialmente no 3º domingo de novembro em todo o extenso domínio da Espanha e, posteriormente também no 4º domingo de outubro. O Papa concedia àqueles, que participando da missa solene, após confessar, comungar e rezar nas intenções de costume, uma indulgência plenária. Esta devoção chegou ao Brasil através dos colonizadores portugueses. Várias igrejas no Brasil são erguidas a Deus em honra de N. Sra. do Patrocínio, sendo uma das mais famosas e históricas a de Itu, São Paulo. Festa: 15 de Agosto

²⁶ http://www.cademeusanto.com.br/NS_do_Patrocínio.htm
[20MAI13](#)

Nossa Senhora da Piedade²⁷



Nossa Senhora da Piedade é aquela que recebendo o Divino Filho em seus braços, depois de sua morte trágica na Cruz, levou-o com os fiéis discípulos e piedosas mulheres até o sepulcro. Foi sempre um tema muito procurado pela arte cristã que encontra nos episódios da vida de Jesus e de sua Santíssima os motivos para edificação, mais ainda, porque nos sofrimentos, encontram

os cristãos, um grande consolo, verificando que eles são próprios ao caminho da perfeição, e se Deus os teve, com sua Mãe, não é demais que os mortais os suportem. A mais remota representação da Senhora da Piedade em Portugal, foi pintada em madeira, que se encontrava numa das capelas do claustro da Sé em Lisboa. Pertencia a urna antiquíssima Irmandade, que tinha por função principal enterrar os mortos, visitar e confortar os encarcerados e acompanhar os criminosos que iam padecer a pena ultima. Essa pintura representando Nossa Senhora assentada ao pé da Cruz, tendo nos braços Jesus Morto, foi o emblema das Casas de Misericórdia, que por iniciativa de frei Miguel de Contreiras, se fundaram em Portugal, começando pela de Lisboa. Tinha essa Nossa Senhora da Sé de Lisboa, uma Irmandade que se supõe já existia desde antes do ano de 1230, pois foi nesse ano que ela figura no acompanhamento do pai de Santo Antônio, que acusado falsamente de um crime, ia ser levado à forca, quando seu filho, o grande taumaturgo português chegou a tempo de salvá-lo, por uma milagrosa demonstração de sua inocência.

Festa: 15 de Setembro

²⁷ <http://www.igreja-catolica.com/nossa-senhora/nossa-senhora-da-piedade.php> 20MAI13

Nossa Senhora dos Prazeres²⁸



Bem antes da última peste que houve em Lisboa, em 1599, uma imagem da Mãe de Deus apareceu sobre uma fonte em Alcântara, na quinta dos Condes da Ilha. Essa fonte começou a ser chamada de

"santa" porque sua água passou a curar várias enfermidades. Os condes levaram a imagem para sua casa, colocando-a em seu oratório. No entanto, certo dia a mesma imagem desapareceu do seu lugar para ser encontrada sobre um poço. Nossa Senhora manifesta-se, então, a uma menina, dando-lhe a missão de pedir aos vizinhos e familiares para ali construir uma capela onde ela fosse venerada sob o título de Senhora dos Prazeres. As pessoas não duvidaram da criança e em pouco tempo a ermida foi erguida. A imagem foi ali depositada e os prodígios começaram a ocorrer. Nossa Senhora dos Prazeres é a mesma Nossa Senhora das Sete Alegrias, devoção de origem franciscana. As maiores alegrias ou os maiores prazeres de Maria Santíssima, que foram enumerados por um noviço franciscano, são os seguintes: a anunciação do anjo, a saudação de Isabel, o nascimento de Jesus, a visita dos Reis Magos, o encontro com o Menino no templo, a primeira aparição do Ressuscitado e a sua coroação no céu.

Festa: 15 de Agosto

²⁸ <http://www.nossasenhordosprazeres.com.br/santuاريو/nossa-senhora-dos-prazeres/> 21MAI13

Nossa Senhora da Purificação²⁹



Ao chegarem os dias da purificação, segundo a Lei de Moisés, Maria e José levaram Jesus a Jerusalém para O apresentarem ao Senhor, conforme está escrito na Lei do Senhor: «Todo o primogénito varão será consagrado ao Senhor» e para oferecerem em sacrifício, como se diz na Lei do Senhor, duas rolas ou duas pombas. Ora, vivia em Jerusalém um homem chamado Simeão; era justo e piedoso e esperava a consolação de Israel. O Espírito Santo estava nele. Tinha-lhe sido revelado pelo Espírito Santo que

não morreria antes de ter visto o Messias do Senhor. Impelido pelo Espírito, veio ao templo, quando os pais trouxeram o menino Jesus, a fim de cumprirem o que ordenava a Lei a seu respeito. Simeão tomou-o nos braços e bendisse a Deus, dizendo:

«Agora, Senhor, segundo a tua palavra, deixarás ir em paz o teu servo, porque meus olhos viram a Salvação que ofereceste a todos os povos, Luz para se revelar às nações e glória de Israel, teu povo.» Seu pai e sua mãe estavam admirados com o que se dizia dele. Simeão abençoou-os e disse a Maria, sua mãe: «Este menino está aqui para queda e ressurgimento de muitos em Israel e para ser sinal de contradição; uma espada trespassará a tua alma. Assim hão-de revelar-se os pensamentos de muitos corações.» Havia também uma profetisa, Ana, filha de Fanuel, da tribo de Aser, a qual era de idade muito avançada. Depois de ter vivido casada sete anos, após o seu tempo de donzela, ficou viúva até aos oitenta e quatro anos. (...). Depois de terem cumprido tudo o que a Lei do Senhor determinava, regressaram à Galileia, à sua cidade de Nazaré. Entretanto, o menino crescia e robustecia-se, enchendo-se de sabedoria, e a graça de Deus estava com Ele. Lucas 2,22-40 Festa: 2 de Fevereiro

²⁹ <http://mae-de-jesus.blogspot.pt/2013/02/hoje-e-dia-de-nossa-senhora-da.html> 20MAI13

Nossa Senhora dos Remédios³⁰



A devoção a Nossa Senhora, sob o título dos Remédios (ou Bom Remédio, do Remédio), começou com São João de Matha, fundador na Ordem da Santíssima Trindade, e morto em Roma em 17 de dezembro de 1213. Com o objetivo de resgatar os cristãos escravizados na África e no Oriente Médio, São João da Mata e São Felix de Valois fundaram em 1198 a Ordem Hospitalar da Santíssima Trindade. Precisavam, para isso, de vultosas somas em dinheiro. Recorreram, então, ao auxílio de Maria

Santíssima, o remédio para todas as necessidades que encontramos na vida. Foram abundantemente atendidos e conseguiram libertar da escravidão milhares de irmãos na Fé. Na linguagem medieval, os verbos “redimere” e “remediare” e os substantivos “redemptio” e “remédium”, tinham um significado similar: redimir, resgatar, resgate, remédio (com o sentido de salvação, libertação). Isto explica porque, nos escritos dos séculos XVI-XVII, se dão a padroeira os três títulos: “do Remédio”, “do Resgate”, “da Libertação”.

A representação mais antiga hoje conservada é uma imagem românica, que pertenceu à primeira casa dos trinitários em Marselha: a Virgem está sentada, com o Menino no braço esquerdo e com a bolsa de dinheiro no direito. A bolsa alude, como relatam muitos biógrafos, à aparição e ao socorro dado por Nossa Senhora a São João de Matha, em Tûnis e em Valência (Espanha). São João de Matha estava sendo atormentado pelos muçulmanos que exigiam o preço duplicado por escravos já resgatados, sob ameaça de reconduzi-los em prisão. Tendo-lhe suplicado fervorosamente como Mãe do Bom Remédio, foi por Ela miraculosamente provido.

Festa: 8 de Setembro

³⁰

http://www.sementesdoreino.com.br/oracao_n_sra_dos_remedios.html

Nossa Senhora do Rosário³¹



Esta festa foi instituída pelo Papa Pio V em 1571, quando celebrou-se a vitória dos cristãos na batalha naval de Lepanto. Nesta batalha os cristãos católicos, em meio a recitação do Rosário, resistiram aos ataques dos turcos otomanos vencendo-os em combate. A celebração de hoje convida-nos à meditação dos Mistérios de Cristo, os quais nos guiam à Encarnação, Paixão, Morte e Ressurreição do Filho de Deus. A origem do Rosário é muito antiga, pois conta-se que os monges anacoretas usavam pedrinhas para contar o número das orações vocais. Desta forma, nos conventos medievais, os irmãos leigos dispensados da recitação do Saltério (pela pouca familiaridade com o latim), completavam suas práticas de piedade com a recitação de

Pai-Nossos e, para a contagem, o Doutor da Igreja São Beda, o Venerável (séc. VII-VIII), havia sugerido a adoção de vários grãos enfiados em um barbante.

Na história também encontramos Maria que apareceu a São Domingos e indicou-lhe o Rosário como potente arma para a conversão: *“Quero que saiba que, a principal peça de combate, tem sido sempre o Saltério Angélico (Rosário) que é a pedra fundamental do Novo Testamento. Assim quero que alcances estas almas endurecidas e as conquiste para Deus, com a oração do meu Saltério”*. Essa devoção, propagada principalmente pelos filhos de São Domingos, recebe da Igreja a melhor aprovação e foi enriquecida por muitas indulgências. Essa grinalda de 200 rosas – por isso Rosário – é rezado praticamente em todas as línguas, e o saudoso Papa João Paulo II e tantos outros Papas que o precederam recomendaram esta singela e poderosa oração, com a qual, por intercessão da Virgem Maria, alcançamos muitas graças de Jesus, como nos ensina a própria Virgem Santíssima em todas as suas aparições.

Festa: 7 de Outubro

³¹ <http://santo.cancaonova.com/santo/nossa-senhora-do-rosario/>
20MAI13

Santa Bárbara³²



A sua devoção começou logo após a sua morte porque o carrasco que cortou a sua cabeça foi morto, na hora, por um raio. Ela é, por isto invocada contra raios e tempestades. Viveu no IV século, e é uma martir legendária e muito popular. A tradição diz que ela era filha de Diocorus , um oficial do Imperador Maximiano (que reinou de 286 a 305). Quando ele descobriu que ela havia se convertido para o cristianismo ele a prendeu na torre. Diocorus então a

denunciou para as autoridades romanas que a torturaram para que ela renunciasse a sua fé. Quando ela permaneceu leal a sua fé, o seu próprio pai a levou para o topo de uma montanha para ser executada. Na hora que ela foi decapitada o carrasco foi instantaneamente morto e carbonizado por um raio. Barbara é padroeira dos arquitetos e construtores. Ela é invocada contra raios tempestades e fogo. Ela é mostrada na arte litúrgica segurando uma torre ou a palma do martírio.

Festa: 2 de Dezembro

³² In: http://www.cademeusanto.com.br/santa_barbara.htm
[20MAI13](#)

Santa Catarina de Alexandria ³³



Santa Catarina de Alexandria (festa em 25 de novembro), nasceu e viveu na Alexandria no início do século IV. Sua vida era bastante simples e piedosa já que tinha muitas riquezas, visto que o seu pai era rico e ela era muito bonita. A sua conversão e sua paixão por Jesus teve lugar em uma Ermida na qual ela descobriu sua fé. Se batizou e declarou publicamente a sua fé e que não queria homenagear ninguém nem o imperador, mas somente Jesus. Através de uma visão denunciou Maxentius por perseguir os cristãos. Metade dos seus convertidos foram queimados vivos

por Maxentius. Maxentius ofereceu a Catarina um casamento real se ela renunciasse a sua fé. A sua recusa fez com que eles a levassem para a prisão. Na prisão, enquanto Maxentius estava fora, ela converteu a sua esposa e 200 de seus soldados. Na volta ele sentenciou todos a morte, e Catarina ao martírio. Os atos do martírio eram descritos por escribas romanos que tinham ordens de relatar o martírio e dar pouca ênfase ao santo sendo martirizado de modo assustar os cristãos, pois a os atos eram expostos no local do martírio e na biblioteca em Roma. O martírio foi feito amarrando-a a um poste e girava-se um roda de madeira com pás de ferro junto ao seu corpo e as pás iam dilacerando a carne num suplicio infernal. Os estudiosos dizem que as pás eram feitas, na época, de ferro, pelos mesmo ferreiros que faziam as ferraduras dos cavalos, de uma maneira grosseira, sem afiar a lamina, e desta forma, a carne era dilacerada por impacto e não por corte, provocando dores lancinantes, em especial na região dos seios. Mas com Santa Catarina a roda quebrou milagrosamente. Maxentius enfurecido mandou que fosse decapitada. Diz a lenda que de suas veias jorraram leite em vez de sangue. Na arte litúrgica da Igreja ela é mostrada segurando a roda com as pás de ferro.

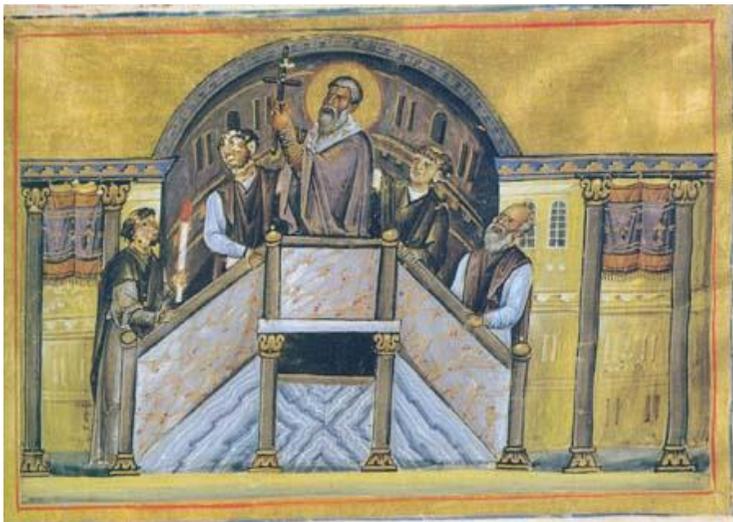
Festa: Santa Catarina V. M.

33

In:

http://www.cademeusanto.com.br/santa_catarina_de_alexandria.htm
21MAI13

Santa Cruz³⁴ - Exaltação



A Igreja Católica ocidental conhece a festa da Invenção da Santa Cruz, celebrada no quinto e sexto século, em memória da célebre aparição do sinal da Cruz, na batalha da ponte Mílvia, que deu a vitória ao imperador Constantino sobre seu competidor Maxêncio e a festa da Invenção do Santo Lenho, pela Imperatriz, Santa Helena. A liturgia reserva o dia 03 de maio à celebração da Invenção da Santa Cruz e à Aparição maravilhosa na batalha acima referida, dando-lhe o título:

³⁴ <http://www.salvemaliturgia.com/2012/09/exaltacao-da-santa-cruz-em-codice.html>

Festa da Invenção da Santa Cruz. O dia 14 de setembro, dia da Festa da Exaltação da Santa Cruz, comemora o glorioso fato de reconquista da Santa Cruz das mãos dos persas – ano de 622 (...). Livre do jugo dos persas, Heráclio resolveu a solene transladação do Santo Lenho para Jerusalém. Na primavera do ano 629, foi a Cidade Santa, levando consigo a preciosa relíquia. Em procissão soleníssima foi levada a Santa Cruz, para ser depositada na Igreja do Santo Sepulcro, no Monte Calvário. O imperador tinha reservado para si a honra de a carregar. Chegada a procissão à porta da cidade que conduz o Gólgota, Heráclio, como que retido por forças invisíveis, não pôde dar mais um passo adiante. O patriarca Zacarias, levantou os olhos ao céu e como por inspiração divina, disse-lhe: "Senhor! Lembrai-vos de que Jesus Cristo era pobre, quando vós andais vestido de púrpura; Jesus Cristo levava uma coroa de espinhos, quando na vossa cabeça vejo brilhar uma coroa preciosíssima; Jesus Cristo andava descalço, quando vós usais calçado finíssimo". Heráclio, com humildade, aceitou o aviso do patriarca. Sem demora tirou a coroa, trocou o manto imperial por uma túnica pobre, substituindo o rico calçado por sandálias e, tomando de novo o Santo Lenho, sem dificuldade alguma o levou até a última estação. Lá chegado, todo o povo se acercou da grande relíquia, venerando-a com muita fé. Muitos doentes recuperaram a saúde.

Santa Isabel de Portugal³⁵



Filha de Dom Pedro III de Aragão, Isabel (1270-1336), com a idade de doze anos casou com Dom Dines, rei de Portugal, essa menina loura, de aspecto frágil e "doce fala", casada em terra estranha com um marido que lhe era continuamente infiel, demonstrou uma profundidade cristã e elevação de alma que a colocam entre as grandes mulheres da idade média. Tinha vinte anos quando nasceu

35

In: http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=04/07&id=90# 20MAI13 e
http://www.paideamor.com.br/santos/isabel_port.jpg 21MAI13

Dom Afonso IV, sua cruz e o grande amor da sua vida. Talvez por presenciar os sofrimento da mãe, quase abandonada pelo marido (ela, apesar de ferida no seu íntimo, chegou a criar os filhos ilegítimo do rei), o infante creceu com ódio do pai, a quem tratava como "um estranho". Isabel desenvolveu, durante longos anos, o papel de mediadora. Viajava de um lado ao outro, intercedia, admoestava. O rei chegou a desterrá-la por sua franqueza em explicar "o direito e a verdade". Não se conserva senão uma parte muito pequena de sua correspondência. Numa carta ao rei escrevia: "não permitais que se derrame sangue de vossa geração que esteve nas minhas entranhas. Fazei que vossas armas parem, caso contrário vereis como morro logo. Se não o fizeris irei prostrar-me mediante de vós e do infante, como loba no parto se alguém se aproxima dos filhotes recém-nascido. É os besteiros hão de ferir o corpo antes que vos toquem a vós e ao infante. Por toda santa Maria e pelo abençoado São Dionísio vos peço que me respondas logo, para que Deus vos guie". Morto o rei, dedicou-se totalmente a fazer caridade. Tomou o hábito de Santa Clara, mas não emitiu votos para poder fazer de sua riqueza uma fonte de ação social caritativa: "não havia desamparados nem presos que de sua esmola não recebessem parte"; criava órfão e filhos de pais humildes, casava noivas sem dotes; lavava os pés dos mendigos e beijava o dos leprosos, tal como a representou Murilo. Festa: 4 de Julho

Santa Margarida de Escócia³⁶



Santa Margarida nasceu na Hungria no ano de 1046, isto quando seu pai Eduardo III (de nobre família inglesa) aí vivia exilado, devido aos conflitos pelo trono da Inglaterra (o rei da Dinamarca ocupara o trono inglês). Em 1054, seu pai retornou à Inglaterra, Margarida tinha portanto oito ou nove anos quando conheceu a pátria inglesa. No entanto, após a morte de seu tio-avô, Santo Eduardo, em 1066, recomeçaram os conflitos: a luta entre Haroldo e Guilherme da Normandia obrigou Edgardo, irmão de Margarida, a refugiar-se novamente na Escócia com a mãe e as irmãs, tendo-lhes o pai morrido alguns anos antes.

Vivendo na Escócia, Margarida casou-se com o rei Malcom III e buscou com os oito filhos (seis príncipes e duas princesas,

uma delas chamada Edite, que veio posteriormente a ser rainha da Inglaterra e conhecida com o nome de Santa Matilde) a graça de constituir uma verdadeira Igreja doméstica. Santa Margarida, como rainha da Escócia, procurou cooperar com o rei, tanto no seu aperfeiçoamento humano (pois de rude passou a doce) quanto na administração do reino (porque baniu todas futilidades e aproximou os bens reais das necessidades dos pobres).

Conta-se que a própria Santa Margarida alimentava e servia diariamente mais de cem pobres, ao ponto de lavar os pés e beijar as chagas daqueles que eram vistos e tratados por ela como irmãos e presença de Cristo. Quando infelizmente seu esposo e filho morreram num assalto ao castelo, Margarida que tanto os amava não se desesperou, mas sim aceitou e entregou tudo a Deus rezando: *“Agradeço, ó Deus, porque me dás a paciência para suportar tantas desgraças!”* Santa Margarida entrou no Céu a 16 de novembro de 1093. Foi sepultada na igreja da Santíssima Trindade, em Dunfermline, para onde também o corpo do rei Malcom III foi levado mais tarde.

Festa: 16 de Novembro

³⁶ In: <http://santo.cancaonova.com/santo/santa-margarida-da-escocia/> e <http://www.paideamor.com.br/santos/marta.jpg>
20MAI13

Santa Marta³⁷



Santa Marta: era a irmã de Lázaro e Maria. Ficou famosa pelo trecho dos evangelhos em que Jesus censura seu excessivo apego ao trabalho doméstico. Segundo a lenda, os três irmãos teriam morrido na França. Santa Marta é

³⁷

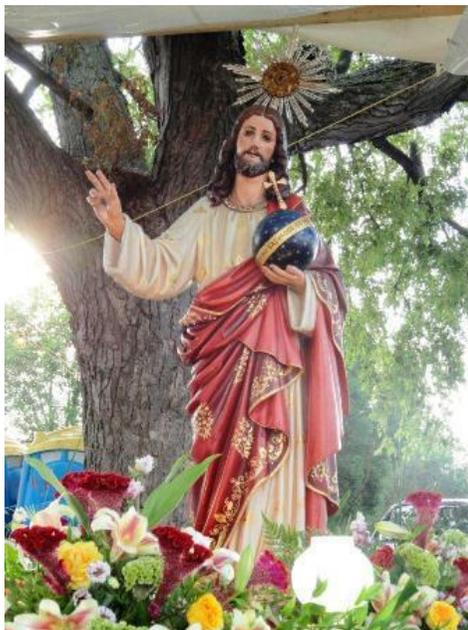
In: [http://pt.wikibooks.org/wiki/Santos_cat%C3%B3licos/Biografias_\(2%C2%AA_parte\)21MAI13](http://pt.wikibooks.org/wiki/Santos_cat%C3%B3licos/Biografias_(2%C2%AA_parte)21MAI13)

especialmente venerada na cidade francesa de Tarascon, onde a santa teria matado o dragão Tarasca que matava crianças e animais domésticos.

Santa Marta, que tem seu testemunho gravado nas Sagradas Escrituras. Padres e teólogos encontram em Marta e sua irmã Maria, a figura da vida ativa (Marta) e contemplativa (Maria). O nome Marta vem do hebraico e significa "senhora". No Evangelho, Santa Marta apresenta-se como modelo ativo de quem acolhe: "... *Jesus entrou em uma aldeia e uma mulher chamada Marta o recebeu em sua casa*" (Lc 10,38). Esta não foi a única vez, já que é comprovada a grande amizade do Senhor para com Marta e seus irmãos, a ponto de Jesus chorar e reviver o irmão Lázaro. A tradição nos diz que diante da perseguição dos judeus, Santa Marta, Maria e Lázaro, saíram de Bethânia e tiveram de ir para França, onde se dedicaram à evangelização. Santa Marta é considerada em particular como patrona das cozinheiras e sua devoção teve início na época das Cruzadas. ³⁸ 29JUL

³⁸ <http://www.paroquialourdes.org.br/santo/santo/680--santa-marta-29julho.html> 21MAI13

Santíssimo Salvador (do Mundo)³⁹ - São Salvador do Mundo⁴⁰



Santíssimo Salvador (do Mundo), identificado também por, São Salvador do Mundo – é um dos títulos dado a Jesus Cristo na festa Católica da [Transfiguração](#) do Senhor celebrada no dia [6 de agosto](#).

³⁹ <http://www.adiaspora.com/eventos/santissimo.html>

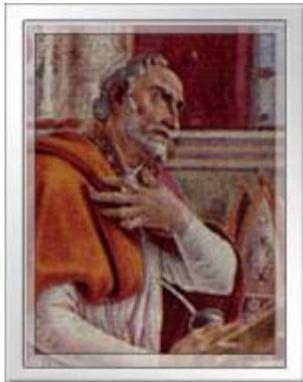
⁴⁰ http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Salvador_do_Mundo_e_http://www.dasolindas.com/2009/08/sao-salvador-do-mundo-padroeiro-de.html 21MAI13

Jesus manifestou este mistério aos discípulos no monte Tabor. Com efeito, depois de lhes ter falado, quando andava com eles, acerca do reino e da sua segunda vinda em glória, para que se convencessem firmemente no íntimo do seu coração, já que talvez não estivessem ainda bastante convencidos do que Ele anunciava acerca do reino, e também para que, observando o presente, acreditassem no futuro, realizou aquela admirável manifestação divina no monte Tabor, como uma imagem prefigurativa do reino dos Céus. (...)E querendo o Evangelista mostrar que o poder de Cristo estava de harmonia com a sua vontade, acrescenta: *Seis dias depois, Jesus tomou Pedro, Tiago e João e levou-os à parte, para um alto monte. E transfigurou-se diante deles: o seu rosto resplandecia como o sol e a sua roupa brilhava como a neve; e apareceram Moisés e Elias a falar com Ele (cf. Mt 17, 1-3).* (...).

Note-se que A Basílica de São João de Latrão (it.: San Giovanni in Laterano), localizada na praça de mesmo nome em Roma [1], é a Catedral do Bispo de Roma: o Papa. Seu nome oficial é Archibasílica Sanctissimi Salvatoris (Arquibasílica do Santíssimo Salvador) e é considerada a "mãe" de todas as igrejas do mundo.⁴¹

⁴¹ <http://wikimapia.org/11030/pt/Arquibas%C3%ADlica-do-Sant%C3%ADssimo-Salvador-Bas%C3%ADlica-de-S%C3%A3o-Jo%C3%A3o-de-Latr%C3%A3o> 23MAI13

Santo Agostinho ⁴²



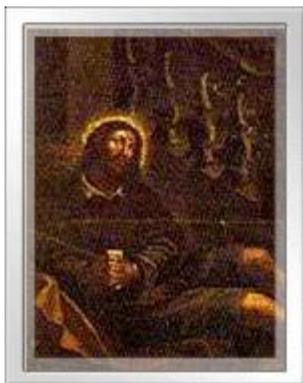
Aurélio Agostinho nasceu, no dia 13 de novembro de 354, na cidade de Tagaste, hoje região da Argélia, na África. Era o primogênito de Patrício, um pequeno proprietário de terras, pagão. Sua mãe, ao contrário, era uma devota cristã, que agora celebramos, como santa Mônica, no dia 27 de agosto. (...). Possuidor de uma inteligência rara, depois da fase de desmandos da juventude centrou-se nos estudos e formou-se, brilhantemente, em retórica. Excelente escritor, dedicava-se à poesia e à filosofia. Procurando maior sucesso, Agostinho foi para Roma, onde abriu uma escola de retórica. Foi convidado para ser professor dessa matéria e

gramática em Milão. (...). Aos poucos, a pregação de Ambrósio tocou seu coração e ele se converteu (...). Foi batizado, junto com o filho Adeodato, pelo próprio bispo Ambrósio, na Páscoa do ano de 387. Nessa época, Agostinho passou por uma grande provação: seu filho morreu. (...). Decidiu, pois, voltar com a mãe para sua terra natal, a África, mas Mônica também veio a falecer, no porto de Óstia, não muito distante de Roma. Depois do sepultamento da mãe, Agostinho prosseguiu a viagem, chegando a Tagaste em 388. Lá, decidiu-se pela vida religiosa e fundou uma comunidade monástica, cujas regras escritas por ele deram, depois, origem a várias ordens, femininas e masculinas. Porém o então bispo de Hipona decidiu que "a luz não devia ficar oculta" e convidou Agostinho para acompanhá-lo em suas pregações, pois já estava velho e doente. Para tanto ele consagrou Agostinho sacerdote e, logo após a sua morte, em 397, Agostinho foi aclamado pelo povo como bispo de Hipona. Por trinta e quatro anos Agostinho foi bispo, pai dos pobres, homem de alta espiritualidade e defensor da doutrina de Cristo. Escreveu livros importantíssimos, entre eles sua autobiografia, "Confissões", e "Cidade de Deus". Depois de uma grave enfermidade, morreu amargurado, aos setenta e seis anos de idade, em 28 de agosto de 430, pois os bárbaros haviam invadido sua cidade episcopal. (...). Santo Agostinho recebeu o honroso título de doutor da Igreja e é celebrado no dia de sua morte, a 28 de Agosto.

42

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=28/08&id=142 20MAI13

Santo Aleixo⁴³



Aleixo, filho único do senador Eufemiano, era italiano, nasceu em Roma, no ano de 350. Herdeiro de uma considerável fortuna, cresceu dentro da religião cristã. Desde a infância era famoso por sua natural caridade, possuindo todas as graças e virtudes. (...). Vivia como um piedoso mendigo ao lado da Basílica do Apóstolo Tomé, repartindo com os pobres as esmolas que recebia. Diversos prodígios aconteciam com a sua presença, passou a ser chamado de "o homem de Deus" e venerado por sua

santidade. (...). Saiu de Roma e quando regressou foi para a casa do pai e disse: "Tende compaixão deste pobre de Jesus Cristo e permita-me ficar em algum canto do palácio". Não tendo reconhecido o próprio filho, ele o acolheu e mandou que o levasse para cuidar da cocheira dos animais. Viveu assim durante dezessete anos, na cocheira do seu próprio palácio, sendo maltratado pelos seus próprios criados e sem ser identificado pelos pais. Morreu em 17 de julho e foi colocado num cemitério comum para criados. Porém, antes de morrer, entregou um pergaminho ao criado que o socorreu, na qual revelava sua identidade. Os pais quando souberam, levaram o caso ao conhecimento do Bispo, que autorizou sua exumação e foi levado para um túmulo construído na propriedade do senador. A fama de sua história e de "homem de Deus" se espalhou entre os cristãos romanos e orientais, difundindo rapidamente o seu culto. Segundo uma antiga tradição romana, a casa do senador ficava no Monte Aventino. Em 1217, durante a construção da igreja dedicada à Santo Bonifácio, neste local as relíquias de Santo Aleixo foram encontradas. Por este motivo, o Papa Honório III decidiu que ela seria dedicada à Santo Aleixo. (...). No século XV, os Irmãos de Santo Aleixo o elegeram como patrono. Em 1817, a Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria o nomeou seu segundo patrono, como exemplo de paciência, humildade e de caridade a ser seguido. A Igreja manteve o dia de sua festa no dia 17 de julho, como sempre foi celebrada pela antiga tradição cristã.

⁴³

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=17/07&id=537 20MAI13

Santo Amaro⁴⁴



Santo Amaro é o nome conhecido no Brasil por São Mauro, um monge do século VI que desde

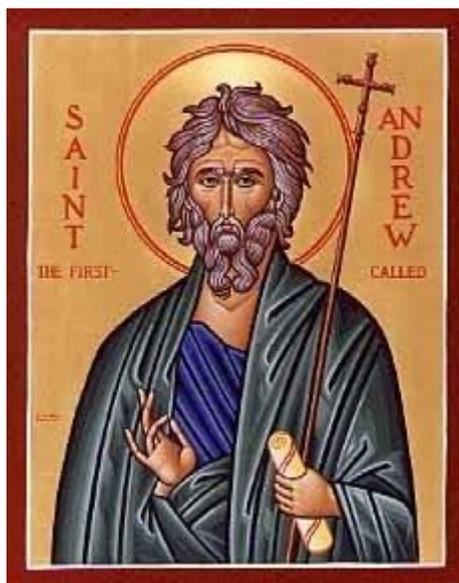
garoto serviu à ordem dos Beneditinos. Foi confiado a São Bento, ainda menino, juntamente com seu amigo Plácido, que também foi canonizado. Os meninos entraram para o mosteiro de Subiaco para estudarem e aprofundarem sua fé em Deus. Certo dia, São Bento estava rezando enquanto São Mauro se ocupava com as tarefas do mosteiro, e São Bento teve uma visão do menino Plácido, que havia ido buscar água no riacho, estava se afogando. São Bento então chamou São Mauro e avisou que seu amigo estava se afogando e pediu a ele que corresse até lá e tentasse salvá-lo de qualquer forma. São Amaro apressou-se para salvar Plácido, e chegando ao riacho pronto para cumprir a tarefa que lhe havia pedido São Bento, caminhou sobre as águas e retirou o amigo. Este foi seu primeiro milagre.

Por sua prova de humildade e paciência, São Bento pediu que fosse à França e abrisse um mosteiro beneditino. Seu nome foi dado à Congregação Beneditina Francesa de Saint Maur, uma das mais importantes instituições católicas pela formação de seus monges. Santo Amaro faleceu no mosteiro francês aos setenta e dois anos, a 15 de janeiro de 567, depois de uma peste que também levou à morte muitos de seus monges. É invocado contra várias doenças e especialmente enxaquecas, artrose e artrite.

44

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=15/01&id=648# 20MAI13

Santo André⁴⁵



André era filho de um pescador da Galiléia de nome Jonas e era irmão de Simão Pedro. André vivia em Capharnaum e era um seguidor de São João Batista antes de ser apresentado a Jesus. Foi André que apresentou Jesus a seu irmão São Pedro. Com Pedro, João e Tiago, André formava o núcleo dos apóstolos de Jesus. Ele é mencionado no novo testamento como estando presente nos mais importantes evento da vida e missão de Jesus. Após a

ressurreição de Cristo e Sua Ascensão André recebeu o Dom de Pentecostes com os outros apóstolos .Historiadores do inicio da era cristã mencionam que ele conduziu missões na Capadócia, Galatia, Bithynia Scythia (do Mar Negro até áreas de parte da Turquia e Ásia) Ele pregou também em Thrace, Macedonia e em Têssala na Grécia. Foi crucificado numa cruz em forma de X em Patrae, na Achaea. Seu martirio ocorreu no reinado o do Imperador Nero em 30 de novembro de 60 DC. (...). Quando ele foi a julgamento em Achaea, André brigou porque não merecia ser crucificado como seu mestre Jesus e ainda na cruz ele continuou a pregar por dois dias. Perto de vir a morrer, uma luz divina envolveu o seu corpo e aqueles que tentavam atormenta-lo ficavam paralisados. O governador romano, Aegeas ficou louco e sua esposa Maximila, que tinha sido batizada por André, foi quem o sepultou. Santo André é o patrono da Escócia, Rússia, Grécia, Burgundy, Espanha, Sicília, Baixa Áustria, Nápoles, Ravenna, Brescia, Amalfi , Mantua , Manila, Bruges, Bordeaux e Patras. Ele é ainda o padroeiro dos açougueiros, pescadores, mineiros, fazedores de cordas e dos casamentos. Ele é invocado na proteção contra a gota, contra dores de garganta e tosse e pelos casais com problemas de infertilidade.

Festa: 30 de Novembro

⁴⁵ http://www.cademeusanto.com.br/santo_andre.htm 22MAI13

Santo Antônio⁴⁶



Santo Antônio nasceu em Lisboa, Portugal, com o nome de Fernando de Bulhões y Taveira de Azevedo em 15 de agosto de 1195. Foi batizado na Sé de Lisboa (...). Estudou na Catedral e aos quinze anos entrou, em S. Vicente de Fora, no Mosteiro de Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, onde fez o noviciado, mudou o nome para Antônio e de onde transitou (...) para Coimbra, aos vinte anos. (...). Após a passagem por Coimbra das relíquias dos

cinco mártires franciscanos mortos em Marrocos em tarefa missionária, transita dos Cônegos Crúzios para os Olivais, onde ingressou na Ordem Franciscana e obteve permissão para pregar em Marrocos. (...). Seguiu depois para Pádua, onde ensina Teologia, retoma o trabalho da escrita e reestrutura os seus Sermões material auxiliar a pregadores da Ordem. (...). A saúde sempre precária levou-o a recolher-se ao convento de Arcella, perto de Pádua, onde escreveu uma série de sermões para domingos e dias santificados (...). Após as pregações da Quaresma de 1231 sentiu-se cansado e esgotado. (...). Decidiram então leva-lo a Pádua. Agasalharam o frei e colocaram em uma carro puxado por bois. A viagem era longa. Antônio foi piorando. Pararam em um povoado que havia um convento franciscano. Aí Recebeu os sacramentos e se despediu de todos e ainda cantou o bendito: "Ó Virgem gloriosa que estais acima das estrelas..." Depois ergueu os olhos para o céu e morreu. Foi elevado aos altares em 13 de maio de 1232 pelo papa Gregório IX. Em 1946 é oficialmente proclamado Doutor da Igreja pelo papa Pio XII, sendo-lhe atribuído o epíteto de Evangélico (...). De Lisboa ou de Pádua, é por excelência o Santo "milagreiro", "casamenteiro", do "responso" e do Menino Jesus. Padroeiro dos pobres é invocado também para o encontro de objetos perdidos. Sobre seu túmulo, em Pádua, foi construída a basílica a ele dedicada.

⁴⁶

In: http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=13/06&id=382

In:
20MAI13

São Bartolomeu⁴⁷



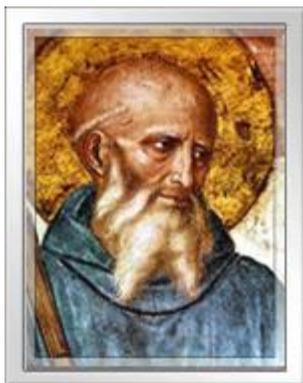
Bartolomeu, também chamado Natanael, foi um dos doze primeiros apóstolos de Jesus. É assim descrito nos evangelhos de João, Mateus, Marcos e Lucas, e também nos Atos dos Apóstolos. Nasceu em Caná, na Galiléia. Era filho do agricultor Tholmai. No Evangelho, ele também é chamado de Natanael. (...). Seu melhor amigo era Filipe e ambos eram viajantes. Foi o apóstolo Filipe que o apresentou ao Messias. Até esse seu primeiro encontro com

⁴⁷

http://www.catolicanet.com/?action=ver_santos&data=24/08&id=138&system=santododia 20MAI13

Jesus, Bartolomeu era cético e, às vezes, irônico com relação às coisas de Deus. Porém, depois de convertido, tornou-se um dos apóstolos mais ativos e presentes na vida pública de Jesus. Mas a melhor descrição que temos de Bartolomeu foi feita pelo próprio Mestre: "Aqui está um verdadeiro israelita, no qual não há fingimento". Ele teve o privilégio de estar ao lado de Jesus durante quase toda a missão do Mestre na terra. Compartilhou seu cotidiano, presenciou seus milagres, ouviu seus ensinamentos, viu Cristo ressuscitado nas margens do lago de Tiberíades e, finalmente, assistiu sua ascensão ao céu. Depois de Pentecostes, Bartolomeu foi pregar a Boa-Nova. Encerradas essas narrativas dos evangelhos históricos, entram as narrativas dos apócrifos, isto é, das antigas tradições. A mais conhecida é da Armênia, que conta que Bartolomeu foi evangelizar as regiões da Índia, Armênia Menor e Mesopotâmia. Superou dificuldades incríveis, de idioma e cultura, e converteu muitas pessoas e várias cidades à fé do Cristo, pregando segundo o evangelho de São Mateus. Foi na Armênia, depois de converter o rei Polímio, a esposa e mais doze cidades, que ele teria sofrido o martírio, motivado pela inveja dos sacerdotes pagãos, os quais insuflaram Astiages, irmão do rei, e conseguiram uma ordem para matar o apóstolo. Bartolomeu foi esfolado vivo e, como não morreu, foi decapitado. Era o dia 24 de agosto de 51. A Igreja comemora São Bartolomeu Apóstolo no dia de sua morte. Festa: 24 de Agosto

São Bento⁴⁸



Hoje comemoramos São Bento, nascido em Nórzia, na Úmbria, por volta do ano 480. Homem amante das coisas concretas e claras, Bento resumia sua Regra num lema eficaz: Ora e trabalha, restituindo à ascese cristã o caráter de contemplação e ação, conforme o espírito e a letra do Evangelho. Após concluir seus estudos em Roma, retirou-se para o monte Subiaco e se entregou à oração e à penitência. Ele é o fundador do importantíssimo mosteiro do Monte Cassino, onde escreveu ali sua famosa Regra como o verdadeiro monge devia ser - assim se lê no segundo capítulo da Regra: "Não soberbo, não violento, não comilão, não

dorminhoco, não preguiçoso, não murmurador, não detrator... mas casto, manso, zeloso, humilde, obediente".

Depois de meditações e penitências, teve breve estada entre os monges de Vicovaro, que o elegeram prior e depois tentaram desfazer-se dele, envenenando-lhe a bebida, pois estavam descontentes com a disciplina que lhes havia imposto. Com um grupo de jovens, emigrou para Nápoles, escolhendo sua morada no sopé da Montanha de Cassino, onde edificou o primeiro mosteiro, fechado dos quatro lados, como uma fortaleza e aberto à luz do alto como uma grande vasilha que recebe do céu a benéfica seiva para depois despejá-la no mundo. O emblema monástico, a cruz e o arado tornou-se a expressão deste novo modo de conceber a ascese cristã - oração e trabalho - para edificar espiritual e materialmente a nova sociedade, sobre as ruínas do mundo romano. São Bento morreu no dia 21 de março do ano 547. Duzentos anos após a sua morte, a Regra beneditina havia espalhado pela Europa inteira, tornando-se forma de vida monástica durante toda a Idade Média. Em 1964, o Papa Paulo VI, declarava São Bento padroeiro principal da Europa, tributando desse modo justo reconhecimento ao santo a quem a civilização européia deve muito.

Festa: 11 de Julho

⁴⁸ In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=11/07&id=95# 20MAI13

São Cristóvão⁴⁹



Cristóvão, antes do batismo, chamava-se Réprobo, porém, depois, se chamou Cristóvão, que é o mesmo que dizer aquele que carrega Cristo, pois ele carregou Cristo em seus ombros, transportando-o e guiando-o; em seu corpo, tornando-o esquelético; em sua mente, pela devoção; e em sua boca, confessando-o e pregando a sua mensagem. (...). Cristóvão era de linhagem Cananéia. Ao serviço de reis encontrou o demônio e ao saber que este fugia da cruz

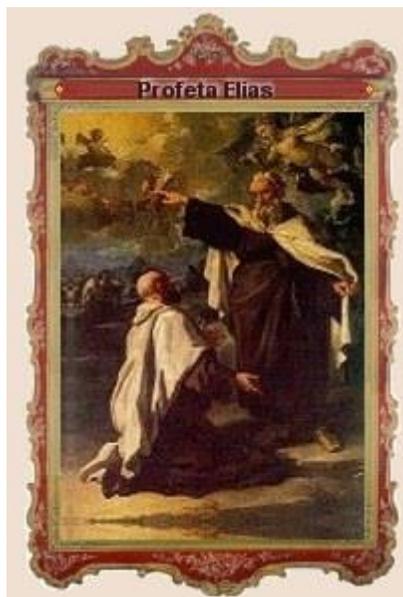
decidiu ir procura-lo. Ao encontrar um eremita e dizendo-lhe que procurava Cristo, este disse-lhe para morar perto do rio, e transportar pelo mesmo todos quantos por ele precisarem passar. E certa vez, quando dormia em sua choupana, ouviu uma voz de criança que o chamava e dizia: 'Cristóvão, sai de dentro e vem carregar-me até a outra margem'. Cristóvão pôs aquela criança aos ombros, apanhou o bastão e entrou no rio para atravessá-lo, mas a água do rio subiu e aumentava cada vez mais; e a criança pesava como chumbo, e a cada passo que dava rumo ao centro do rio, a água aumentava e crescia cada vez mais, e a criança tornava-se mais pesada ainda, a tal ponto que Cristóvão ficou muito angustiado e temia vir a afogar-se. Fez a travessia e colocou a criança no chão, e disse a ela: 'Menino, puseste-me num grande perigo; pesas tanto como se tivesse o mundo sobre os meus ombros: não poderia carregar um peso maior'. E o menino respondeu: 'Cristóvão, não te espantes, pois não só carregaste o mundo inteiro em teus ombros, como também carregaste Aquele que criou e fez o mundo inteiro. E desapareceu. É o santo padroeiro dos viajantes, sendo invocado contra os perigos representados pelas águas, tempestades e pragas. E, em épocas mais recentes, encontrou uma popularidade renovada como padroeiro dos motoristas. O Martirologio Romano diz que ele sofreu o martírio na Lícia, sob o Imperador Décio, morto por flechas e decapitado, após sair ileso das chamas.

Festa: 25 de Julho

⁴⁹

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=25/07&id=10820MAI13 e <http://www.paideamor.com.br/santos/cristovao.gif> 21MAI13

Santo Elias⁵⁰



A memória do profeta Elias, cuja pregação e vida deram-se no Monte Carmelo, no tempo dos reis Achab e Ochozias. Foi ele o grande defensor da fé em Israel e com sua atuação profética fez com que os israelitas deixassem os falsos deuses e voltassem o coração para o Deus de Israel, o Pai de Jesus Cristo, o único e verdadeiro Deus. Depois de vários milagres foi no monte

Carmelo que confundiu os sacerdotes de Baal, chamando fogo do céu sobre o altar do altíssimo. Perseguido pelas iras de Jezabel, se retirou para o monte Horeb e ungiu seu sucessor Eliseu. Conseguiu a conversão de Achab e predisse a Ochozias a próxima morte. Elizeu viu-o subir ao céu num carro de fogo, daí a tradição confirmada por Nosso Senhor (Mt 17, 11) que, como Henoc, não morreu, e que há de voltar para a terra. O profeta Elias, na transfiguração de Nosso Senhor no monte Tabor, apareceu junto com Moisés, conta o evangelista. É igualmente venerado pelos judeus e pelos maometanos. O Ano de seu nascimento é 912 a. c. e é considerado o padroeiro fundador da Ordem Carmelitana cuja origem remonta tempos muito antigos. O culto especial e a devoção à Santa Mãe de Deus, remonta a origem da congregação carmelitana aos tempos do profeta Elias. Segundo uma piedosa tradição, autorizada pela liturgia para o dia de Pentecostes, um grupo de homens devotos dos Profetas Elias e Eliseu, foram preparados por São João Batista para o advento do Salvador, abraçaram o cristianismo e erigiram no monte Carmelo um santuário à SS. Virgem. Adotaram eles o nome de “Irmãos da Bem-aventurada Maria do Monte Carmelo”, Ordem do culto mariano de uso do escapulário que tem tido larga aceitação no mundo católico, tal como o rosário. Festa: 10 de Novembro

⁵⁰ <http://www.paginaoriental.com/santos/crpe2007.htm> 20MAI13

São Francisco de Assis⁵¹



Francisco nasceu em Assis, na Úmbria (Itália) em 1182. Jovem orgulhoso, vaidoso e rico, que se tornou o mais italiano dos santos e o mais santo dos italianos. Com 24 anos, renunciou a toda riqueza para desposar a “Senhora Pobreza”. Aconteceu que Francisco foi para a guerra como cavaleiro, mas doente ouviu e obedeceu a voz do Patrão que lhe dizia: *“Francisco, a quem é melhor servir, ao amo ou ao criado?”*. Ele respondeu que ao amo. *“Porque, então, transformas o amo em criado?”*, replicou a voz. No início de sua conversão, foi como peregrino a Roma, vivendo como eremita e na solidão, quando recebeu a ordem do Santo Cristo na igreja de São Damião: *“Vai restaurar minha igreja, que está em ruínas”*. Partindo em missão de paz

⁵¹ In: <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-francisco-de-assis/>
20MAI13

e bem, seguiu com perfeita alegria o Cristo pobre, casto e obediente. No campo de Assis havia uma ermida de Nossa Senhora chamada Porciúncula. Este foi o lugar predileto de Francisco e dos seus companheiros, pois na Primavera do ano de 1200 já não estava só; tinham-se unido a ele alguns valentes que pediam também esmola, trabalhavam no campo, pregavam, visitavam e consolavam os doentes. A partir daí, Francisco dedica-se a viagens missionárias: Roma, Chipre, Egito, Síria... Peregrinando até aos Lugares Santos. Quando voltou à Itália, em 1220, encontrou a Fraternidade dividida. Parte dos Frades não compreendia a simplicidade do Evangelho. Em 1223, foi a Roma e obteve a aprovação mais solene da Regra, como ato culminante da sua vida. Na última etapa de sua vida, recebeu no Monte Alverne os estigmas de Cristo, em 1224. Já enfraquecido por tanta penitência e cego por chorar pelo amor que não é amado, São Francisco de Assis, na igreja de São Damião, encontra-se rodeado pelos seus filhos espirituais e assim, recita ao mundo o cântico das criaturas. O seráfico pai, São Francisco de Assis, retira-se então para a Porciúncula, onde morre deitado nas humildes cinzas a 3 de outubro de 1226. Passados dois anos incompletos, a 16 de julho de 1228, o Pobrezinho de Assis era canonizado por Gregório IX. Festa: 4 de Outubro

São João Baptista⁵²

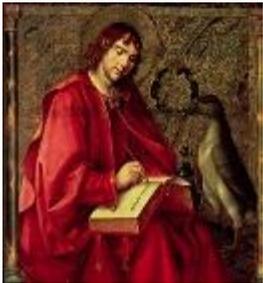


As festas dos Santos são geralmente o aniversário da morte, isto é, da despedida do mundo e do nascimento para a vida eterna. Em Hebron, nas montanhas da Judéia, vivia um casal - Zacarias e Isabel. Ambos justos e idosos. Zacarias, sacerdote, um dia em que estava desempenhando seu ministério no templo de Jerusalém, entrou no santuário para queimar o incenso. Apareceu-lhe então um Anjo que lhe disse: "Não temas Zacarias, porque Deus ouviu a tua oração. Tua mulher dar-te-á um filho, a quem darás o nome de João. Grande será a tua alegria e muitos se regozijarão pelo nascimento do menino, porque será grande diante do Senhor. Reconduzirá os filhos de Israel, em grande número, a Deus. Ele próprio o precederá em espírito e com o poder de Elias, a fim de preparar ao

Senhor um povo perfeito". Seis meses depois, o mesmo Anjo Gabriel foi mandado por Deus à cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a Maria Santíssima, para comunicar-lhe que tinha sido escolhida para ser Mãe do Salvador. Disse-lhe também que sua prima Isabel, apesar de idosa e estéril, tinha concebido um filho, porque a Deus nada era impossível. Maria pôs-se a caminho e, pressurosa, foi à casa da prima. Esta, ouvindo a voz de Maria, ficou cheia do Espírito Santo e exclamou: "*Bendita sois entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre! De onde me vem a felicidade de ser visitada pela Mãe do meu Senhor?*" Os Santos dos Evangelhos dizem-nos alguma coisa sobre a vida de São João no deserto. Trajava vestes de pele de camelo, cingidos os rins com cintura de couro, e alimentava-se de gafanhotos e mel silvestre. Tendo trinta anos de idade, recebeu São João ordem divina para sair do deserto e encetar sua missão, que era de pregar os caminhos ao Messias. Todos se faziam batizar por ele no Jordão, confessando os seus pecados.

⁵² 20MAI13 e <http://www.paideamor.com.br/santos/joao.jpg>
21MAI13

São João (Evangelista)⁵³



O nome deste evangelista significa: “*Deus é misericordioso*”: uma profecia que foi se cumprindo na vida do mais jovem dos apóstolos. Filho de Zebedeu e de Salomé, irmão de Tiago Maior, ele também era pescador, como Pedro e André; nasceu em Betsaida e ocupou um lugar de primeiro plano entre os apóstolos. Jesus teve tal predileção por João que este assinalava-se como “o discípulo que Jesus amava”. O apóstolo São João foi quem, na Santa Ceia, reclinou a cabeça sobre o peito do Mestre e, foi também a João, que se encontrava ao pé da Cruz ao lado da Virgem Santíssima, que Jesus disse: “*Filho, eis aí a tua mãe*” e, olhando para Maria disse: “*Mulher, eis aí o teu filho*”. (Jo 19,26s). Quando Jesus se transfigurou, foi João, juntamente com Pedro e Tiago, que estava lá. João é sempre o homem da elevação espiritual,

⁵³ <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-joao-evangelista/20MAI13>

mas não era fantasioso e delicado, tanto que Jesus chamou a ele e a seu irmão Tiago de *Boanerges*, que significa “filho do trovão”.

João esteve desterrado em Patmos, por ter dado testemunho de Jesus. Deve ter isto acontecido durante a perseguição de Domiciano (81-96 dC). O sucessor deste, o benigno e já quase ancião Nerva (96-98), concedeu anistia geral; em virtude dela pôde João voltar a Éfeso (centro de sua atividade apostólica durante muito tempo, conhecida atualmente como Turquia). O Apocalipse e as três cartas de João testemunham igualmente que o autor vivia na Ásia e lá gozava de extraordinária autoridade. E é de imaginar a veneração que tinham os cristãos dos fins do século I por aquele ancião, que tinha ouvido falar o Senhor Jesus, e O tinha visto com os próprios olhos, e Lhe tinha tocado com as próprias mãos, e O tinha contemplado na sua vida terrena e depois de ressuscitado, e presenciara a sua Ascensão aos céus. Por isso, o valor dos seus ensinamentos e o peso de das suas afirmações não podiam deixar de ser excepcionais e mesmo únicos. Completada a sua obra, o santo evangelista morreu quase centenário, sem que nós saibamos a data exata. Foi no fim do primeiro século ou, quando muito, nos princípios do segundo, em tempo de Trajano (98-117 dC).

Festa: 27 de Dezembro

São José⁵⁴



José é o elo de ligação entre o Antigo e o Novo Testamento. É o último dos patriarcas. Para destacar este caráter especial de José, o evangelho de S. Mateus se apraz em atribuir-lhe "sonhos", à exemplo dos grandes patriarcas, fundadores do povo judeu (Mt 1,20-24; 2,13-19). A fuga de José com sua família para o Egito repete, de certa forma, a viagem do patriarca José, para que nele e em seu filho Jesus se cumprisse o novo Êxodo (Mt 2,13-23; Os 11,1; Gn 37; 50,22-26). A missão de José na história da salvação consistiu em dar a Jesus um nome, fazê-lo descendente da

linhagem de Davi, como era necessário para cumprir as promessas. Sua pessoa fica na penumbra, mas o Evangelho nos indica concisamente as fontes de sua grandeza interior: era um "justo" (Abraão tinha buscado seis justos na cidade e não os tinha achado); de uma fé profunda, inteiramente disponível à vontade de Deus, alguém que "esperou contra toda esperança". Sua figura quase desapareceu nos primeiros séculos do cristianismo, para que se firmasse melhor a origem divina de Jesus. Mas já na Idade Média, S. Bernardo, Sto. Alberto Magno e S. Tomás de Aquino lhe dedicaram tratados cheios de devoção e entusiasmo. Desde então, seu culto não tem feito senão crescer continuamente. Pio IX declarou-o padroeiro da Igreja universal com o decreto Quemadmodum Deus; Leão XIII, na encíclica Quamquam pluries, propunha-o como advogado dos lares cristão. Em nossos dias foi declarado modelo dos operários.

54

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=19/03&id=300# 20MAI13

São Julião⁵⁵



Nació San Julián en la ciudad de Antioquía (en Siria), de una familia que se preocupó por darle una muy buena formación religiosa. Los papás querían que se casara con una joven muy virtuosa y de familia muy rica, pero Julián tuvo una visión en la cual vio algunos de los premios que Dios reserva para quienes conservan su virginidad y narró su visión a la novia. Y entonces los dos, de común acuerdo, hicieron voto de castidad o sea un juramento de conservarse siempre puros. Los papás creían que ellos formarían un hogar, pero los novios se habían

comprometido a conservar para siempre su virginidad. Y poco tiempo después murieron los padres de los dos jóvenes, y entonces Julián y su prometida se fueron cada uno a un desierto a orar, y a hacer penitencia y cada cual fundó un monasterio. Julián un monasterio para hombres y ella uno para mujeres. Muchos hombres deseosos de conseguir la santidad se fueron a acompañar a Julián en su vida de religioso y lo nombraron superior. El los dirigió con especial cariño y con gran prudencia. Era el que más duro trabajaba, el que mayores favores hacía a todos y el más fervoroso en la oración. Y dedicaba muchas horas a la lectura de libros religiosos y a la meditación.(...).

Empiezan a darle a Julián terribles latigazos, con fuetes que tienen pedacitos de hierro en los extremos, pero uno de los verdugos al retirar rápidamente el fuate, es herido gravemente en un ojo por la punta de hierro del látigo. Julián oye el grito de dolor y llamando al verdugo le coloca sus manos sobre el ojo destrozado y se obtiene inmediatamente la curación. Los verdugos le cortan la cabeza al santo, pero en ese momento el joven Celso, hijo del perseguidor Marciano, al ver con qué gran valentía y alegría ha ido a la muerte este amigo de Cristo, se declara él también seguidor de Jesús y se hace cristiano. Esta conversión fue considerada como un verdadero milagro espiritual obtenido por el martirio de Julián.

⁵⁵ <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=52841> 20MAI13

São Lourenço⁵⁶



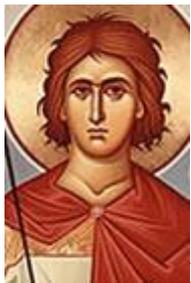
Santo espanhol diácono e ajudante do Papa Paulo Sixto II e responsável por um centro em Roma dedicado aos mais pobres, uma espécie de Cáritas. O prefeito de Roma o prendeu, e o condenou a um martírio sobre brasas. Diz a tradição que após algum tempo, que havia sido colocado na grelha em brasas, São Lourenço disse aos seus algozes que já estava na hora vira-lo para o outro lado porque de um lado já estava bem tostado. Parece que milagrosamente, não sentia nenhuma dor. Os soldados encarregados do martírio se converteram ao cristianismo e o soltaram. O prefeito ficou furioso e mandou prender e decapitar a todos os envolvidos. São Prudentius conta que o exemplo de São Lourenço levou a conversão de vários

romanos. Ele foi sepultado no Campus Veranus na Via Tiburtina, em Roma, onde mais tarde, foi erigida uma basílica em sua honra. Ele é mencionado na primeira Prece Eucarística e na arte litúrgica da Igreja ele é mostrado como um diácono com um gelha. Sua paixão foi escrita um século após sua morte. É padroeiro da cidade de Huesca, Espanha e dos diáconos.

Festa: 10 de Agosto

⁵⁶ http://www.cademeusanto.com.br/sao_lourenco.htm 22MAI13

São Mamede⁵⁷



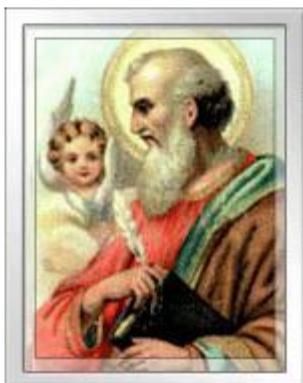
Martirologio Romano: *En Cesarea de Capadocia, san Mamés o Mamante o Mameto, mártir, que, siendo pastor de condición muy humilde, vivió solitario en los bosques con la máxima frugalidad y, proclamando su fe en Cristo, consumó el martirio durante el imperio de Aureliano (273/274).*

Según cuenta la leyenda, Mamés ("el que fue amamantado") nació en el seno de una familia modesta. Algunos historiadores datan la fecha de su nacimiento en el 259 y la de su martirio en el 275. Hijo de Teodoto y Rufina, San Mamés nació en prisión al estar encarcelados sus padres por ser cristianos. Poco después de su nacimiento murieron el padre y la madre, estando ambos elevados a los altares. A partir de entonces, Mamés fue criado por una viuda rica llamada Ammia,

también santa, que murió cuando Mamés tenía quince años dejando al joven heredero de su hacienda. El gobernador de Cesarea de Capadocia (Asia Menor, actual Turquía) sometió a tormentos a San Mamés, sin conseguir que abjurara de su fe. Después, lo envió al emperador Aureliano que ordenó someterle a nuevas torturas. Cuenta la leyenda que un ángel lo liberó y le mandó refugiarse en un monte cercano a Cesarea. Al parecer, San Mamés consiguió amansar a los leones a los que había sido entregado en el circo y, ante este portento, decidieron acabar con su vida clavándole un tridente en el abdomen. Aunque sangrando, el joven Mamés consiguió llegar hasta la cueva cerca del teatro, donde murió invitado al cielo por los ángeles. El primer centro de culto a San Mamés se construyó en Cesarea de Capadocia. El principal centro de culto en Europa es la catedral de Langres (Haute-Marne, Francia), cuyo titular es Saint-Mammès, siendo los peregrinos del camino de Santiago quienes trajeron su devoción a España.

⁵⁷ <http://es.catholic.net/santoral/articulo.php?id=43200> 20MAI13

São Mateus⁵⁸



São Mateus foi coletor de impostos, Apóstolo e Evangelista. Mateus deixa o dinheiro para seguir Jesus. O Evangelho a ele atribuído nos fala mais amplamente que os outros três do uso certo do dinheiro: "Não ajunteis para vós tesouros na terra, onde a traça e o caruncho os destroem, e onde os ladrões arrombam e roubam, mas ajuntai para vós tesouros nos céus." Não podeis servir a Deus e ao dinheiro. Mateus o rico coletor, respondeu ao chamado de Jesus com entusiasmo. No seu Evangelho ele

esconde humildemente este particular, mas a informação foi divulgada por Lucas: Levi preparou ao Mestre uma grande festa na própria casa; numerosa multidão de publicanos e outra gente sentavam-se a mesa com eles. "Depois, no silêncio e com discrição, livrou-se do dinheiro, fazendo o bem. É dele de fato que nos refere a admoestação do Mestre: "Quando deres esmola, não saiba a tua esquerda o que faz a tua direita, para que a tua esmola fique em segredo; e teu Pai, que vê o que está oculto, te recompensará." Quando os outros Evangelistas, Marcos e Lucas falam do episódio do coletor de impostos chamado a seguir Jesus, falam de Levi. Mateus ao contrário prefere denominar-se com o nome mais conhecido de Mateus e usa o apelido de publicano, que sua como usuário ou avarento, "para demonstrar aos leitores - observa São Jerônimo - que ninguém deve desesperar da salvação, se houver conversão para vida melhor." Da atividade de Mateus após o Pentecostes, conhecemos somente seu admirável Evangelho, dirigido particularmente aos judeus e que é caracterizado por cinco grandes discursos de Jesus sobre o reino de Deus. São Mateus foi martirizado na Etiópia, e suas relíquias permanecem e são honradas até hoje em Salerno.

Festa: 21 de Setembro

58

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=21/09&id=164

São Miguel, o Arcanjo⁵⁹

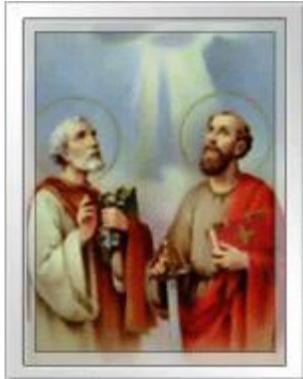


O arcanjo Miguel é um dos três anjos venerados por nomes pela igreja (com Gabriel e Rafael). Miguel significa "aquele que se parece com Deus". Na tradição da igreja ele é o chefe dos anjos no céu. A igreja honra Miguel com quatro títulos: Primeiro, ele é o anjo da morte. Assim assiste cada alma na sua jornada final após a morte, até o céu para julgamento. A tradição diz que Miguel dá uma última chance para todas as pessoas, a se redimirem antes da morte e assim provoca consternação ao demônio e seus seguidores. Segundo, ele é um padroeiro especial, e

protetor do povo escolhido no Velho Testamento. Terceiro, ele é o supremo inimigo de Satã e segundo o Livro das Revelações ele lutará contra Satã e virá, no final dos tempos, comandando tropas de anjos do Senhor para a luta final. Quarto, ele é o guardião da Igreja. (...). Sua proeminência nas lendas e tradições judias fazem dele um poderoso líder angélico, o príncipe dos arcanjos e tem como certa o seu significado na tradição cristã dos anjos. A veneração a Miguel data dos tempos mais antigos da história cristã acompanhado de uma extensa tradição e lendas. Ele supostamente teria visitado o Imperador Constantino da Grécia (em 337) (...). Santa Joana d'Arc (1431) credita a Miguel como sendo um dos espíritos santos que a ajudaram e deram a ela a coragem de salvar a França durante a guerra dos 100 anos (1337-1455). Numerosos teólogos examinaram Miguel, incluindo os "Patriarcas Gregos", e outros grandes nomes da igreja como São Basil e São Tomas de Aquino. Este último, dedicou um capítulo inteiro da "Summa Theologiae", aos anjos e arcanjos. (...). Marinheiros da Normandia invocam-no com seu padroeiro. E em 1950 Papa Pio XII o nomeou padroeiro dos policiais. São Miguel é mostrado na arte litúrgica da Igreja como um anjo segurando uma espada ou lança, um escudo e uma balança. Ele é também padroeiro dos paraquedistas, dos motoristas de ambulância, paramédicos, fuzileiros navais, radiologistas e marinheiros. Festa: 29 de Setembro, junto com Gabriel e Rafael.

⁵⁹ http://www.cademeusanto.com.br/sao_miguel.htm 23MAI13

São Pedro e São Paulo⁶⁰



A solenidade de São Pedro e de São Paulo é uma das mais antigas da Igreja, sendo anterior até mesmo à comemoração do Natal. Já no século IV havia a tradição de, neste dia, celebrar três missas: a primeira na basílica de São Pedro, no Vaticano; a segunda na basílica de São Paulo Fora dos Muros e a terceira nas catacumbas de São Sebastião, onde as relíquias dos apóstolos ficaram escondidas para fugir da profanação nos tempos difíceis. E mais: depois da Virgem Santíssima e de São João Batista, Pedro e Paulo são os santos que têm mais datas comemorativas no ano litúrgico. Porém o martírio de ambos

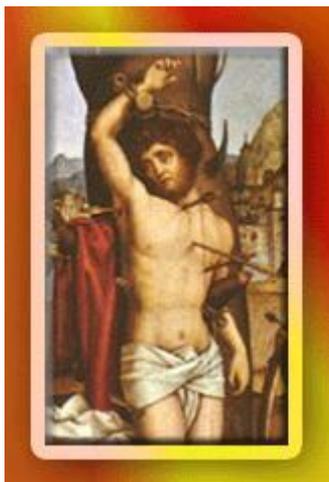
deve ter ocorrido em ocasiões diferentes, com São Pedro, crucificado de cabeça para baixo, na colina Vaticana e São Paulo, decapitado, nas chamadas Três Fontes. A morte de Pedro poderia ter ocorrido em 64, ano em que milhares de cristãos foram sacrificados após o incêndio de Roma, enquanto a de Paulo, no ano 67. Mas com certeza o martírio deles aconteceu em Roma, durante a perseguição de Nero. São Pedro e São Paulo não fundaram a cidade, mas são considerados os "Pais de Roma". Embora não tenham sido os primeiros a pregar na capital do império, com seu sangue "fundaram" a Roma cristã. Os dois são considerados os pilares que sustentam a Igreja tanto por sua fé e pregação como pelo ardor e zelo missionários, sendo glorificados com a coroa do martírio, no final, como testemunhas do Mestre. São Pedro é o apóstolo que Jesus Cristo escolheu e investiu da dignidade de ser o primeiro papa da Igreja. A ele Jesus disse: "Tu és Pedro e sobre esta pedra fundarei a minha Igreja". São Pedro é o pastor do rebanho santo, é na sua pessoa e nos seus sucessores que temos o sinal visível da unidade e da comunhão na fé e na caridade. São Paulo, que foi arrebatado para o colégio apostólico de Jesus Cristo na estrada de Damasco, como o instrumento eleito para levar o seu nome diante dos povos, é o maior missionário de todos os tempos, o advogado dos pagãos, o "Apóstolo dos Gentios". Festas: S. Pedro-29 de Junho; S. Paulo-29 de Janeiro

⁶⁰

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=29/06&id=85 20MAI13

São Sebastião⁶¹



São Sebastião nasceu em Milão, conforme relatos deixados por Santo Ambrósio e Santo Agostinho. Era um valoroso capitão do exército romano, pertencente à primeira corte da guarda pretoriana. Sofreu o martírio no reinado do Imperador Diocleciano, que exercia forte perseguição aos cristãos mas, no entanto, era muito

amigo de São Sebastião. O Santo aproveitava dessa influência para pregar aos soldados e a toda a população a fé em Cristo, com descrição para evitar que o imperador soubesse. O próprio governador de Roma, Cromácio, e seu filho, Tibúrcio, foram por ele convertidos e confessaram a fé mediante o martírio. Denunciado como cristão, São Sebastião foi levado perante o imperador para justificar tal procedimento. Diante do imperador manteve-se firme e não renegou sua fé. Sentindo-se traído em sua amizade, Diocleciano ordenou que São Sebastião fosse condenado à morte. Amarrado a um tronco foi varado por flechas, na presença da guarda pretoriana. Apesar dos soldados o terem dado como morto, as flechadas não conseguiram matá-lo, e corajosamente se apresenta perante o imperador, censurando-o pelas injustiças cometidas contra os cristãos, acusando-os de inimigos do Estado. Diocleciano permaneceu surdo aos seus apelos, e ordenou que São Sebastião fosse espancado até a morte e jogado em uma vala comum, uma mulher piedosa e cristã conseguiu retirar seu corpo dali e sepultá-lo nas catacumbas da Via Ápia, em Roma. Era por volta do ano 284. São Sebastião é o padroeiro do Rio de Janeiro desde sua fundação em 1565 dando inclusive nome à cidade: São Sebastião do Rio de Janeiro. A origem da homenagem deve-se ao fato de o dia de São Sebastião ser comemorado no mesmo dia em que os portugueses venceram a batalha contra os franceses na mesma região. Festa: 20 de Janeiro

⁶¹

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=20/01&id=13# 20MAI13

São Simão e São Judas Tadeu⁶²



São Simão:

Simão tinha o cognome de Cananeu, palavra hebraica que significa “zeloso”. Nicéforo Calisto diz que Simão pregou na África e na Grã-Bretanha. São Fortunato, Bispo de Poitiers no fim do século VI, indica estarem Simão e Judas enterrados na Pérsia. Isto vem das histórias apócrifas dos apóstolos; segundo elas, foram martirizados em Suanir, na Pérsia, a mando de sacerdotes pagãos que instigaram as autoridades locais e o povo, tendo sido ambos decapitados. É o que rege o martirologio jeronimita.

⁶² In: <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-simao-e-sao-judas-tadeu/> 20MAI13

Outros dizem que Simão foi sepultado perto do Mar Negro; na Caucásia foi elevada em sua honra uma igreja entre o VI e o VIII séculos. Beda, pelo ano de 735, colocou os dois santos no martirologio a 28 de outubro; assim ainda hoje os celebramos. Na antiga basílica de São Pedro do Vaticano havia uma capela dos dois santos, Simão e Judas, e nela se conservava o Santíssimo Sacramento.

Festa: S. Simão - 28 de Outubro

São Tiago, Maior⁶³



Tiago nasceu doze anos antes de Cristo, viveu mais anos que Ele e passou para a eternidade junto a seu Mestre. Tiago, o Maior, nasceu na Galiléia e era filho de Zebedeu e Salomé, segundo as sagradas escrituras. Era, portanto, irmão de João Evangelista, os "Filhos do Trovão" como os chamara Jesus. É sempre citado como um dos três primeiros apóstolos, além de figurar entre os prediletos de Jesus, juntamente com Pedro e André. É chamado de "maior" por causa do apóstolo homônimo, Tiago filho de Alfeu,

⁶³

In:

http://www.catolicanet.com/?system=santododia&action=ver_santos&data=25/07&id=551# 20MAI13

conhecido como "menor". Tiago, o Maior, que constatamos ao Seu lado na cura da sogra de Pedro, na ressurreição da filha de Jairo, na transfiguração do Senhor e na Sua agonia no Horto das Oliveiras. Consta que, depois da ressurreição de Cristo, Tiago rumou para a Espanha, percorrendo-a de norte a sul, fazendo sua evangelização, sendo por isto declarado seu padroeiro. Voltou a Jerusalém, onde converteu centenas de pessoas, inclusive dois mágicos que causavam confusão entre o povo com suas artes diabólicas. (...).O juiz foi o cruel rei Herodes Antipas, um terrível e incansável perseguidor dos cristãos. Ele lhe impôs logo a pena máxima, ordenando que fosse flagelado e depois decapitado. A sentença foi executada durante as festas pascoais no ano 42. No século VIII, quando a Palestina caiu em poder dos muçulmanos, um grupo de espanhóis trouxe o esquife onde repousavam os restos de São Tiago, o Maior, à cidade espanhola de Iria. Segundo uma antiga tradição desta cidade, no século IX o bispo, teria visto uma grande estrela iluminando um campo, onde foi encontrado o túmulo contendo o esquife do apóstolo padroeiro. Naquele local, o rei Afonso II mandou construir uma igreja e um mosteiro, dedicados à Santiago, com isto a cidade de Iria passou a se chamar Santiago de Compostela, ou seja, do campo da estrela. As relíquias do apóstolo São Tiago, o Maior, estão depositadas na magnífica Catedral das seis naves, concluída em 1122. Festa: 25 de Julho

São Vicente⁶⁴



Um santo amado e citado por muitos santos, como Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Prudêncio e outros que trouxeram à tona o testemunho desse grande diácono e mártir da Igreja.

Nasceu na Espanha, em Huesca, no século terceiro. De uma família muito distinta e conhecida por todos, ele escolheu ser cristão e, assim, viver a santidade. Vicente viveu num período muito difícil da Igreja. Um tempo em que Diocleciano e Maximiano – imperadores –, começaram a perseguir os cristãos e forçar muitos a se declararem a favor dos deuses; caso contrário, seriam martirizados. O santo de hoje foi um dos que fez a opção por Jesus. Ele era um grande pregador

da Palavra, mais do que isso, buscava viver a Palavra que pregava, esta que é, antes de tudo, Cristo Jesus, o Santo dos Santos, o nosso modelo, o nosso Senhor e Salvador. Diante das ameaças do governador Darciano, ele não recusou a se dizer cristão e fiel ao Senhor.

Os tormentos o perseguiram. Foi um martírio lento, sempre com o objetivo de vencê-lo para que Darciano se desse como herói diante do Cristianismo, mas também com o objetivo de levar São Vicente a renunciar a própria fé, a sacrificar aos deuses. Fiel a Deus e sustentado pela oração, diante de si ele tinha o seu grande amor: Deus. Sendo assim, ele foi martirizado aos poucos, até mesmo levado à grelha, tendo seu corpo dilacerado, jogado numa prisão e, por fim, Darciano deixou-o num leito pedindo que cuidassem dele. Ali, sim, ele foi visitado por outros cristãos e entregou-se a Deus. São Vicente tornou-se modelo para todos os cristãos e também padroeiro principal do patriarcado de Lisboa e também da diocese de Faro.

Festa: 22 de Janeiro

⁶⁴ In: <http://santo.cancaonova.com/santo/sao-vicente/> 20MAI13

Senhor Jesus dos Milagres⁶⁵



Na pintura aparece Jesus Crucificado e sobre a cruz está o Espírito Santo e Deus Pai. À direita do Senhor está Sua Santíssima Mãe com Seu coração

⁶⁵ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Senhor_dos_Milagres_\(Lima\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Senhor_dos_Milagres_(Lima))
20MAI13 e
http://www.milagresleiria.com/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=93&Itemid=145 21MAI13

traspassado por um punhal de dor e à esquerda do Senhor está Santa Maria Madalena.

As festas do Senhor Jesus dos Milagres tornaram-se, ao longo dos anos, das mais populares e frequentadas do concelho de Leiria. Têm a sua origem num tempo em que os povos das aldeias pouco mais diversões tinham para além das festas, que periodicamente, homenageavam os santos padroeiros, nomeadamente os que eram tidos por mais milagrosos. Foi assim que começaram nesta terra, mesmo às portas de Leiria, festejos que chegaram a rivalizar com os da Nossa Senhora da Nazaré e ultrapassaram em numero de visitantes a romaria de Nossa Senhora da Encarnação, de Leiria. A vitalidade dos Milagres aí está a mostrar que as suas festas sabem adaptar-se aos tempos que correm. Os antigos círios (romagens) ao Senhor dos Milagres já desapareceram. (...). Milagres e Nazaré mantêm ainda hoje essa ligação, com a presença de muitos peregrinos em ambas as festas. (...). Os círios vinham de vários locais ao longo de toda a faixa litoral entre Nazaré e Aveiro, donde há uma forte ligação através do Senhor das Barroquinhas. Outro círio importante era o de Leiria. As pessoas mais velhas dizem que era o mais bonito, pois era puxado por cavalos em charretes engalanadas. Outro simbolismo aliado a este Santuário é o beijo que as pessoas ainda hoje dão nos pés da imagem do Senhor Jesus dos Milagres, onde penduram de seguida fitas de Cetim. As fitas representam uma pessoa ou um animal que esteve doente. Outras promessas são cumpridas como o acender de velas e a oferta de peças em cera.